"NO PIOR DOS MUNDOS POSSÍVEIS": O PENSAMENTO CONTRAFACTUAL E A PERCEPÇÃO DO CRIME DE VIOLAÇÃO CONTRA AS MULHERES

Ana Cristina Carvalho Martins

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade de Psicologia Social

2011

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia na área de especialização de Psicologia Social, no ISPA – Instituto Universitário, no ano de 2011, ao abrigo do Artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março.

À minha filha, Maria Ana,
pelo sentido que dá à minha existência…
e por nunca ter deixado de acreditar.

AGRADECIMENTOS

"Sempre chegamos ao sítio aonde nos esperam."
(José Saramago, 2008, *In* A Viagem do Elefante)

Durante a realização da presente dissertação houve nascer e morrer, encontrar e perder, sonhar e desesperar, …

Dado o período extremamente longo e profundamente difícil que atravessei, os meus agradecimentos são dirigidos a todos aqueles que me acompanharam, ou que simplesmente me olharam, sem me julgar. Uma qualidade que descobri ser rara e, por isso, preciosa.

Sem eles não teria terminado; antes teria abandonado um bem de elevado valor—a vida—que em sucessivas fases deixou de me fazer sentido.

Por isso, permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas àquelas que foram as minhas âncoras.

À minha filha, Maria Ana, que nasceu e cresceu a par e passo com o trabalho agora findo. Pela sua enorme capacidade para lidar com as limitações por ele impostas ao nosso quotidiano, pelo ser belo e grandioso que se vem revelando, cuja luz me envolveu nos momentos de maior escuridão, pelos seus conselhos de menina adulta, tão lúcidos, tão assertivos e tão certeiros.

Pelo companheirismo sempre presente, pelas lágrimas, sorrisos e gargalhadas partilhadas. Por tudo aquilo que nós somos e que desejamos vir a ser, trilhando trajectos autónomos mas unidas pelo nosso amor incondicional.

Canto-lhe fazendo uso das palavras do poeta: "Vieste tu, feiticeira, inundar-me de vida!".

À minha AMIGA Amélia Ferreira, cuja morte súbita me deixou um imenso vazio, agora preenchido pelas mais doces recordações dos nossos vinte anos de amizade.

Pelas suas qualidades humanas ímpares, por tudo aquilo que não cabe em folha ou livro algum. Pelas vezes que me acolheu em sua casa, envolvendo-se neste trabalho como se dela também fosse. E por me ter salvo das garras da ideação suicida, convencendo-me que valia a pena permanecer e continuar. Ironicamente, nada pude fazer para a salvar!

Sei que o dia de hoje constituiria uma enorme alegria para si e choro por não o podermos comemorar. Quero acreditar que tudo está a ver e a acompanhar, sorrindo como só ela sabia fazer, com aquele seu brilhozinho nos olhos.

Ainda relativamente a esta fase, um agradecimento igualmente muito particular àqueles que me acompanharam de um jeito especial.

Deles destaco:

O Cónego Carlos Paes, pela sua porta sempre aberta para ouvir e amenizar a dor de todos os que o procuram. Um verdadeiro exemplo de como um pároco pode ser um pilar da sua comunidade.

Pelas suas sábias palavras, palavras de Homem terreno, que não de Homem divino e inalcançável, as quais foram fundamentais para eu conseguir proporcionar um fim de vida digno ao meu pai na fase terminal da sua doença e, ao mesmo tempo, suportar o desmoronamento do meu casamento.

E por, desprovido de preconceitos e práticas ainda comuns, não me ter vedado a entrada na sua igreja após o meu divórcio, possibilitando-me continuar a assegurar as tarefas que aí desempenhava e a usufruir da companhia, em tantos momentos imprescindível para a minha sobrevivência, dos meus colegas e amigos das Vozes de São João de Deus.

As famílias que fizeram questão de me acolher nas minhas consoadas solitárias, nomeadamente nos anos de 2006 e de 2009, enfeitando o meu Natal com estrelas soberbamente reluzentes, estrelas de solidariedade, de amor pelo próximo, de alegria e de paz: Família Amado e Família Pereira Neves.

O meu psicanalista, Dr. José António Barata, cuja relação terapêutica de onze anos me permitiu viver com muito menos sofrimento e com muito mais liberdade e lucidez, tendo-se revelado francamente reconstrutiva do meu eu, e dela tendo restado uma amizade que me permite telefonar-lhe para lhe dizer: “Já está! Consegui! Tinha razão!”.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Jorge Correia Jesuíno, pela cordialidade, amizade e confiança perante tantos adiamentos havidos e por ter permitido que esta tese seja a minha tese, não me constrangendo, respeitando a minha autonomia.

Ao meu co-orientador, Prof. Doutor Jorge Senos, pelo seu empenho em que eu terminasse e pelas suas sempre especiais palavras de incentivo e enaltecimento.

Na sua qualidade de Coordenador da Unidade Curricular que com ele lecciono, tenho a agradecer-lhe a relação paritária e de profundo respeito que sempre comigo estabeleceu, assim como as tarefas que no ano lectivo de 2010/11 assegurou para que eu pudesse cumprir os prazos com que me havia comprometido.

Enquanto amigo, pela sua focalização naquilo que de melhor as pessoas têm, assim compreendendo as falhas cometidas, não as atribuindo a factores menos abonatórios mas a incapacidades momentâneas, percebendo que estamos rodeados de outros que encerram um sofrimento que podemos agudizar ou aliviar.

O meu reconhecimento e gratidão são eternos.

Aos meus colegas e amigos do ISPA-IU:

Ao Prof. Doutor João Marôco que, no meio da sua agenda a transbordar de afazeres profissionais, sempre se mostrou disponível para o esclarecimento das dúvidas de estatística com que me fui deparando, fazendo-o de uma forma extremamente dedicada e clara. E mais, pela sua simpatia, empatia e manifesto desejo de que eu terminasse.

Ao Prof. Doutor Carlos Lopes, sempre prestável, pela empenhada ajuda ao nível da recolha bibliográfica e do apoio no que respeita à actualização das normas da APA. Pela sua postura afável, amiga, solidária.

Ao Prof. Doutor Pedro Almeida, colega e amigo de longa data, por estar sempre lá, onde fica o limite da sobrevivência.

À Mestre Maria João Gouveia, pela sua ternura, carinho e partilha, nomeadamente nos momentos mais duros da nossa carreira profissional. E pela total vontade e disponibilidade para me esclarecer quanto a alguns processos relativos à formatação da tese.

À Prof. Doutora Teresa D'Oliveira, pelos desabafos ouvidos, pelas críticas tecidas, … e pelos chás sem hora que algumas vezes me acalmaram e me aqueceram a alma.

Ao Dr. Ângelo Vicente, por nunca ter aceite que eu não conseguisse terminar esta longa batalha, expectativa que redundou numa acrescida responsabilidade e incentivo. E pelas gargalhadas que me proporcionou quando a minha vontade era mais de chorar do que de rir. Desejo, profundamente, que continuemos com esta sã partilha.

À Mestre Susana Maria, pela sincera amizade prevalecente ao longo de vários anos, durante os quais partilhámos alegrias, tristezas e acontecimentos marcantes das nossas vidas. E pelos dossiers de artigos sobre violação que me disponibilizou e que tão úteis se revelaram para a minha revisão de literatura.

A todos os que se preocuparam verdadeiramente comigo, perguntando-me como ia o meu trabalho, afagando-me com um sorriso e com um "Vai conseguir!". Neles se incluem muitos dos funcionários do ISPA-IU e dos alunos com que me fui cruzando, trocando saberes. Não menciono o nome de nenhum deles; quem o fez reconhece que estas palavras são, também, para si.

Aos que me apoiaram e acabaram virando-me as costas. Sim, também lhes agradeço o que por mim fizeram. Não consigo guardar pedras para construir um castelo. Quero viver fora das muralhas. Prefiro guardar as sementes e fazer um jardim. É um dos projectos pendentes que me aguarda…

À Prof Doutora Teresa Garcia-Marques pelo seu efectivo empenho em resolver o meu processo de submissão da tese para defesa no ISPA-IU.

Dirijo os mesmos agradecimentos à Prof. Doutora Margarida Alves Martins e à Prof. Doutora Maria Benedicta Monteiro.

Depois há sempre aqueles sem os quais tudo tinha sido inviável. Mesmo! Não consigo não os mencionar e faço-o sem alusão aos seus graus académicos. São catedráticos na vida e na amizade: Adelina Ferreira, Albino Lopes, Ana Patrícia Cardeira, Ana Teresa Ferreira, Cândida Mendes, Carlos Carreira, Célia Fialho, Cristina Fialho, Helena Clode, José Neves, Maria do Céu Malta, Paulo Antunes e Saula Bidarra.

Não se conhecendo pessoalmente, na sua maioria, uniram-se por "esta causa", ajudando-me das mais variadas maneiras, ao jeito de cada um: trazendo-me comida, telefonando-me regularmente para saberem como eu estava, acordando-me ao fim das escassas horas de sono de que usufrui nas últimas semanas porque já não havia despertador nem telemóvel que o conseguisse, assumindo algumas tarefas de cariz mais administrativo, orando, acompanhando-me nas fragilidades físicas entretanto surgidas, assegurando o quotidiano da minha filha quando eu já estava demasiado encapsulada, … Foram incansáveis! Um enorme "Bem-Hajam!".

Gostaria que o meu testemunho chegasse a quem está a viver ou poderá vir a passar por algo semelhante. Que nunca percam a esperança. De facto, como afirmou José Saramago (2008), *"Sempre chegamos ao sítio aonde nos esperam."*. E, contrariamente ao que

prevíamos, há uma multidão de gente boa que nos aguarda, sem pressas nem juízos, “apenas” para nos acolher e abraçar.

Hoje melhor percebo e creio em algo que li na obra de Samira Bellil (2009): “Um azar na vida é uma ferida gravada na nossa história, não um destino” (p. 13).

É com esse espírito que encerro esta etapa e olho para o futuro, saboreando o recuperado desejo de VIVER, profunda e eternamente grata a todos os que contribuíram para tal.

Ana Cristina Carvalho Martins

Lisboa, 24 de Julho de 2011

Palavras-chave:

Pensamento contrafactual; Percepção da violação; Disfunções do pensamento contrafactual, Vitimização secundária

Key words:

Counterfactual thinking; Rape perception; Counterfactual dysfunctions, Secondary victimization

Categorias de classificação da tese:

3000 Social Psychology

3040 Social Perception and Cognition

RESUMO

A avaliação do desenlace de determinada situação, por nós experienciada ou observada, é realizada, boa parte das vezes, com base em alternativas imaginadas para a mesma, alternativas que concorrem para um outro remate final e que podem consistir em eliminar, substituir ou distorcer os seus antecedentes temporais ou causais (e.g., Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Roese & Olson, 1993; Wells & Gavanski, 1989).

Estas simulações mentais são designadas, na literatura, de pensamentos contrafactuais e decorrem da nossa propensão para gerar, espontaneamente, vários mundos possíveis nos quais os eventos se configuram com um desfecho diferente, principalmente, ainda que não só, quando esses eventos nos são adversos, provocando-nos, nomeadamente, reacções afectivas negativas (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990).

Desde o trabalho basilar de Kahneman e Tversky (1982a) que múltiplos estudos se têm desenvolvido, debruçando-se, em particular, sobre três vertentes distintas: As leis que governam esta forma de proceder à reversão do passado, as suas consequências e funções e a sua relação com a atribuição causal.

Quanto à primeira, tem sido possível concluir que existem constrangimentos ao nível do pensamento contrafactual, ou seja, que o mesmo é regido por regras, as quais determinam a maior ou menor mutabilidade de uns antecedentes relativamente a outros.

No que respeita à segunda, verifica-se que o processo referido não é psicologicamente inócuo pois, uma vez activado, afecta um vasto leque de julgamentos e sentimentos, servindo, paralelamente, várias funções (e.g., Galinsky et al., 2005; Johnson & Sherman, 1990; Kray et al., 2010; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Markman et al., 1995; Markman & Tetlock, 2000; Markman & Weary, 1998; Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000; Sherman & McConnell, 1995). À abordagem funcional do pensamento contrafactual veio juntar-se a asserção, e posterior comprovação empírica, de que este poderia ser nefasto para alguns sujeitos, nomeadamente para aqueles que se encontrassem deprimidos, como é o caso das vítimas de violação (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Miller, 2006; Markman & Weary, 1996; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008; Sherman & McConnell, 1995; Tykocinski & Steinberg, 2005).

Por fim, os estudos dedicados à sua relação com o processo de atribuição causal têm defendido posições díspares, compondo uma controvérsia ainda persistente (para uma revisão da literatura e proposta de um modelo de integração ver, e.g., Senos, 2008)

Na presente dissertação analisámos o pensamento contrafactual acerca da violação e a percepção deste crime, versando sobre as três vertentes enunciadas, com o objectivo de produzir um conhecimento mais aprofundado acerca do mesmo.

Paralelamente, inspirados nos trabalhos de Byrne (2005) e de Mandel e Lehman (1996), estudámos o grau de mutabilidade dos comportamentos proibidos da vítima em termos do não cumprimento de normas de segurança, explorando, desta forma, uma variável escassamente abordada, a qual designámos de Factor prevenção.

Foram realizados treze estudos, maioritariamente de natureza experimental e com recurso a cenários, agrupados em cinco séries de acordo com a lógica e propósitos subjacentes.

Os resultados evidenciaram uma tendência preponderante e consistente para a focalização em comportamentos da vítima, mesmo perante outros antecedentes disponíveis. Estes são discutidos em termos da funcionalidade do pensamento contrafactual junto de observadores e de vítimas de violação, e das potenciais consequências daí decorrentes, nomeadamente no que respeita a um discurso que pode configurar uma situação de hetero-vitimização secundária e ao comprometimento do suporte social a ser prestado às mesmas.

ABSTRACT

The evaluation of the outcome of a given situation, experienced or observed by us, is done majorly by imagining alternatives to it. This alternatives tend to promote a different scenario and may consist in eliminating, substituting or distorting its' causal or temporal antecedents (e.g., Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Roese & Olson, 1993; Wells & Gavanski, 1989).

These mental simulations, designated, by the literature, as counterfactual thoughts emerge from our tendency to generate, spontaneously, several possible worlds in which events may conduct to different outcomes, especially when factual events are negative or adverse, inducing negative affective reactions (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990).

Since the seminal work of Kahneman and Tversky (1982a), several studies have been developed, focusing, particularly, on three different issues: The laws that govern this form of reversal of past events, their consequences and functions, and its relation with causal attribution.

In a first place, it has been possible to conclude that there are some constraints to counterfactual thinking, that is, there are some rules that determine the level of mutability of the various antecedents of an event.

The second plane of thought has stated that the referred process is not psychologically neutral given that once activated it affects a vast spectrum of judgements and feelings and serve several functions (e.g., Galinsky et al., 2005; Johnson & Sherman, 1990; Kray et al., 2010; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Markman et al., 1995; Markman & Tetlock, 2000; Markman & Weary, 1998; Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000; Sherman & McConnell, 1995). To the predominant functional approach to counterfactual thinking joins the empirical observed assertion that this kind of mental product could also carry severe disadvantages to subjects, namely to depressed people, as is the case of rape victims (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Miller, 2006; Markman & Weary, 1996; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008; Sherman & McConnell, 1995; Tykocinski & Steinberg, 2005).

Finally, the works about the relationship between counterfactual thought and the process of causal attribution have produced antagonistic results, resulting in a controversial debate until today (for an updated literature revision and an integrative model see, e.g., Senos, 2008).

Within this thesis we set ourselves to analyse counterfactual thought about rape and the perception of this crime, anchoring on this three lines of investigation, in attempt to produce a more profound knowledge about this scientific field. Also, based on the work of Byrne (2005) and on that of Mandel and Lehman (1996), we studied the level of mutability of the forbidden behaviours of the victim in the sense that do not respect security norms. Thus, we explore a still little studied variable that we designated by Factor of preventability.

We have conducted thirteen studies, primarily of experimental nature and using scenarios, grouped in five series according with their logic and objectives.

Results showed a preponderant and consistent tendency for participants to focalize on victim's behaviours, even when in the presence of another antecedents. We discuss them in terms of the functionality of counterfactual thinking for observers and rape victims, and in terms of its potential consequences, namely in respect to a discourse that may be traduced in a secondary hetero-victimization and in respect to the probable failure of social support to be provided to these women.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO 1
1. O pensamento contrafactual 5
1.1 Definição, particularidades básicas e formas de expressão verbal 6
1.2 Distinguindo conceitos: Em jeito de glossário 9
1.2.1 Pensamento pré-factual 9
1.2.2 Pensamento semi-factual 10
1.3 O "Despertar": (Re)Visitando Kahneman e Tversky (1982a) 11
2. Um Modelo de Geração dos Pensamentos Contrafactuais 11
2.1 O afecto negativo 17
2.2 A normalidade dos eventos 18
2.3 A controlabilidade dos eventos 20
2.3.1 Ainda sobre os eventos controláveis: Entre as obrigações e as proibições 23
2.3.1.1 Imaginando alternativas para as proibições 24
2.3.1.2 Imaginando alternativas para as obrigações 25
2.4 A dicotomia acção-omissão 26
2.4.1 Proposta de um padrão temporal 28
2.4.2 Abordagem dos modelos mentais e revisão do padrão temporal 30
2.4.3 A severidade da perda 32
2.5 A proximidade 33
3. Classificação dos pensamentos contrafactuais 35
3.1 Direcção 35
3.2 Estrutura 36
3.3 Centração 37
4. Sobre a abordagem funcional do pensamento contrafactual 38
4.1 Funções do pensamento contrafactual 38
4.1.1 A direcção e a estrutura ao serviço das funções 41
4.1.2 Efeito de assimilação afectiva *versus* Efeito de contraste afectivo 47
4.1.3 Efeito *wake-up call* e Efeito Pangloss 49
4.2 "*The dark side of the moon*": Disfunções do pensamento contrafactual 52
4.2.1 Inferências causais erradas 53
4.2.2 Afecto negativo desnecessário 54
4.2.3 Mudanças comportamentais dispendiosas 56
4.3 (Dis)Funções do pensamento contrafactual: Uma proposta contingencial 57
4.4 "*Switch-Off*": A inibição de pensamentos contrafactuais e sua funcionalidade 60
5. O pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação 62
5.1 O início: Turley, Sanna e Reiter (1995) 63
5.2 Sobre a importância do foco: Branscombe, Owen, Garstka e Coleman (1996) 68
5.3 Sobre a importância do foco na construção de um mundo pior: Nario-Redmond e Branscombe (1996) 70
5.4 Sobre as motivações e expectativas de papel: Catellani e Milesi (2001) 71
5.5 Um estudo junto de vítimas reais: Branscombe, Wohl, Owen, Allison e N'gbala (2003) 74
5.6 O efeito da não conformidade ao estereótipo: Catellani, Alberici e Milesi (2004) ... 76
6. Da violação contra as mulheres 81
6.1 O crime de violação: Definição, ideologias e tipologias 82
6.2 Entre a necessidade e o engano dos números 85
6.3 Assegurando os meios de prova: Um outro tipo de violência 87

6.4 Consequências da violação 91
6.4.1 Consequências psicológicas 92
6.4.2 A síndrome do trauma de violação 94
6.4.3 Auto-culpabilização caracteriológica *versus* comportamental: O trabalho de Janoff-Bulman (1979) 96
6.5 Mitos, estereótipos e representações prototípicas acerca da violação: Caracterização e consequências 97
6.5.1 Mitos sobre a violação 97
6.5.2 Representações prototípicas da violação 101
6.5.3 Consequências das crenças acerca da violação 103
6.5.4 Entre os mitos e os factos: O papel dos *media* 105
6.6 Sobre o medo da violação 106
6.6.1 O medo da violação na mulher portuguesa 107
6.6.2 O medo e os mitos num círculo vicioso 109
6.7 O violador português: Esboço incerto de um perfil 110
7. Síntese teórica, reflexão crítica e apresentação dos objectivos e da hipótese geral 115
7.1 Breve síntese teórica 115
7.2 Análise crítica dos trabalhos sobre o pensamento contrafactual acerca da violação 116
7.3 Objectivos do trabalho e hipótese geral 118

II. COMPONENTE EMPÍRICA 123
1. Perspectiva geral do trabalho 123
2. Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas 126
2.1 Sobre a população em estudo 127
2.2 Sobre o procedimento adoptado 128
2.3 Sobre a mensuração dos pensamentos 129
2.4 Sobre a classificação dos pensamentos 132
2.5 Sobre a validação do pressuposto da normalidade 133
2.6 Sobre o período temporal da recolha dos dados 133
3. Série I: O crime, o cenário, as respostas afectivas: Abordagem exploratória e validação do material 135
3.1 Estudo 1—A gravidade percebida do crime de violação contra as mulheres: Um estudo comparativo 137
3.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 137
3.1.2 Método 137
3.1.2.1 Participantes 137
3.1.2.2 Instrumentos 138
3.1.2.2.1 Questionário para o levantamento exploratório de crimes . 138
3.1.2.2.2 Questionário para a avaliação da gravidade dos crimes 138
3.1.2.3 Procedimento 139
3.1.3 Resultados e discussão 140
3.1.3.1 Sobre os crimes mais referidos 140
3.1.3.2 Sobre a avaliação da gravidade 142
3.2 Estudo 2—Testagem do cenário de violação 145
3.2.1 Introdução 145
3.2.1.1 Suficiência e tipo de informação: O “Efeito do bom participante” ... 146
3.2.1.2 A percepção da violação: Sobre a veracidade e a gravidade do ocorrido 147
3.2.1.3 Sobre o envolvimento dos participantes 148

3.2.2 Perspectiva geral do estudo 148
3.2.3 Método 150
3.2.3.1 Participantes 150
3.2.3.2 Instrumento 150
3.2.3.3 Procedimento 151
3.2.4 Resultados e discussão 152
3.3 Estudo 3—Constituição das listas de afectos 153
3.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 153
3.3.2 Método 154
3.3.2.1 Participantes 154
3.3.2.2 Instrumento 154
3.3.2.3 Procedimento 155
3.3.3 Resultados e discussão 155
3.3.3.1 Selecção das emoções da vítima 157
3.3.3.2 Selecção das emoções das participantes 157
3.3.3.3 Selecção dos sentimentos relativamente à vítima 158
3.3.3.4 Selecção dos sentimentos relativamente ao agressor 160
4. Série II: Sobre a normalidade e a prevenção 163
4.1 Estudo 1—Normalidade e prevenção: Efeitos sobre o pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação 165
4.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 165
4.1.2 Método 170
4.1.2.1 Participantes 170
4.1.2.2 Material e procedimento 171
4.1.3 Resultados e discussão 173
4.1.3.1 Sobre os pensamentos contrafactuais 173
4.1.3.1.1 Estádio “activação” 176
4.1.3.1.2 Estádio “conteúdo” 179
4.1.3.1.3 Critério “direcção” 189
4.1.3.1.4 Critério “estrutura” 190
4.1.3.1.5 Critério “elemento focal” 193
4.1.3.2 Sobre a percepção do crime 199
4.1.3.2.1 Julgamento de emoções da vítima 199
4.1.3.2.2 Emoções das participantes 204
4.1.3.2.3 Sentimentos relativamente à vítima 207
4.1.3.2.4 Sentimentos relativamente ao agressor 212
4.1.3.2.5 Sobre os danos sofridos pela vítima 217
4.1.3.2.6 Sobre o julgamento da vítima 221
4.1.3.2.7 Sobre o julgamento do agressor 224
4.2 Estudo 2 – “*Se ela tivesse trancado as portas do carro…*”: Que normas associadas? .. 229
4.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 229
4.2.2 Método 230
4.2.2.1 Participantes 230
4.2.2.2 Instrumento 230
4.2.2.3 Procedimento 231
4.2.3 Resultados e discussão 231
4.3 Estudo 3—Manipulando a normalidade do comportamento preventivo 235
4.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 235
4.3.2 Método 236

4.3.2.1 Participantes 236
4.3.2.2 Material e procedimento 236
4.3.3 Resultados e discussão 238
4.3.3.1 Estádio activação 239
4.3.3.2 Estádio conteúdo 241
5. Série III: Factores de mutabilidade e factores motivacionais 245
5.1 Estudo 1—O caso da acção-omissão 247
5.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 247
5.1.2 Método 248
5.1.2.1 Participantes 248
5.1.2.2 Material e procedimento 249
5.1.3 Resultados e discussão 250
5.1.3.1 Estádio activação 251
5.1.3.2 Estádio conteúdo 251
5.2 Estudo 2—O caso da proximidade 257
5.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 257
5.2.2 Método 258
5.2.2.1 Participantes 258
5.2.2.2 Material e procedimento 259
5.2.3 Resultados e discussão 260
5.2.3.1 Estádio activação 261
5.2.3.2 Estádio conteúdo 264
6. Série IV: Sobre a controlabilidade e o foco 271
6.1 Estudo 1—Manipulando factores externos 273
6.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 273
6.1.2 Método 274
6.1.2.1 Participantes 274
6.1.2.2 Material e procedimento 274
6.1.3 Resultados e discussão 276
6.1.3.1 Estádio activação 277
6.1.3.2 Estádio conteúdo 278
6.2 Estudo 2—“Mudando de protagonista…”: Quando o agressor adopta um trajecto excepcional 287
6.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 287
6.2.2 Método 288
6.2.2.1 Participantes 288
6.2.2.2 Material e procedimento 288
6.2.3 Resultados e discussão 289
6.2.3.1 Estádio activação 290
6.2.3.2 Estádio conteúdo 291
6.3 Estudo 3—“Alterando a instrução…”: Como poderia o agressor ter evitado o crime? 297
6.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 297
6.3.2 Método 297
6.3.2.1 Participantes 297
6.3.2.2 Material e procedimento 298
6.3.3 Resultados e discussão 299
6.3.3.1 Estádio activação 299
6.3.3.2 Estádio conteúdo 300

7. Série V: Pensamento contrafactual, controlabilidade dos antecedentes e prevenção do crime 305
7.1 Estudo 1—Análise do grau de controlabilidade percebida dos antecedentes focalizados no comportamento da vítima 307
7.1.1 Perspectiva geral do estudo 307
7.1.2 Método 307
7.1.2.1 Participantes 307
7.1.2.2 Instrumento 307
7.1.2.3 Procedimento 309
7.1.3 Resultados e discussão 309
7.2 Estudo 2—Pensamento contrafactual, atribuição causal e imputações de prevenção: Relação e divergências actor-observador 315
7.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo 315
7.2.2 Método 319
7.2.2.1 Participantes 319
7.2.2.2 Material e procedimento 320
7.2.3 Resultados e discussão 323
7.2.3.1 Análise das respostas à questão "pensamento contrafactual" 323
7.2.3.2 Análise das respostas à questão "prevenção" 324
7.2.3.3 Análise das respostas à questão "atribuição causal" 326
7.2.3.3 Análise das respostas segundo a condição experimental 327

III. DISCUSSÃO 339
1. Síntese e discussão dos resultados 339
1.1 Sobre a gravidade percebida do crime de violação contra as mulheres 339
1.2 Sobre a mutabilidade dos antecedentes 340
1.3 Sobre a saliência do conteúdo contrafactual 343
1.4 Sobre a reduzida mutabilidade do comportamento do violador 346
1.5 Sobre o pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação contra as mulheres 348
1.5.1 Sobre as reacções afectivas ao crime 348
1.5.1.1 Sobre o julgamento de emoções da vítima 348
1.5.1.2 Sobre as emoções das participantes 349
1.5.1.3 Sobre os sentimentos relativamente à vítima e ao agressor 349
1.5.1.4 Sobre o julgamento do crime 350
1.5.1.5 Sobre os efeitos do Factor normalidade e do Factor prevenção 350
1.6 Sobre a relação entre pensamento contrafactual e atribuição causal 352
1.7 Sobre o uso de cenários e o *role-playing* experimental 353
2. À guisa de conclusão 355
3. Propostas de intervenção 359
4. Limitações e directrizes para futuros estudos 362
4.1 Sobre o uso transversal do mesmo cenário 362
4.2 Sobre a população abordada 363
4.3 Sobre a reduzida activação contrafactual com o uso de listagem livre 364
4.4 Sobre algumas questões éticas 365
4.5 Sobre a abordagem de vítimas e observadores reais 366

REFERÊNCIAS 371
ANEXOS 403

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese dos factores motivacionais, respectivos efeitos e evidência empírica 15
Tabela 2: Síntese dos factores de mutabilidade, respectivos efeitos e evidência empírica .. 16
Tabela 3: Síntese da diferença das consequências entre os cenários "investimento" e "colégio" 31
Tabela 4: Esquematização da manipulação do enquadramento 43
Tabela 5: Frequências e percentagens dos crimes muito graves 141
Tabela 6: Médias e desvios-padrão da gravidade percebida dos crimes 142
Tabela 7: Teste *t*-student para a gravidade dos crimes 143
Tabela 8: Resultados da redução de registos por sinonímia e respectiva percentagem de acordo inter-juízes 156
Tabela 9: Frequências e percentagens das emoções atribuídas à vítima 157
Tabela 10: Frequências e percentagens das emoções das participantes 158
Tabela 11: Frequência e favorabilidade dos sentimentos relativos à vítima 159
Tabela 12: Médias e desvios-padrão da intensidade dos sentimentos relativos à vítima 160
Tabela 13: Frequência e favorabilidade dos sentimentos relativos ao agressor 161
Tabela 14: Médias e desvios-padrão da intensidade dos sentimentos relativos ao agressor 161
Tabela 15: Reacções afectivas apuradas 162
Tabela 16: Excertos de cenários utilizados pela literatura com manipulação da excepcionalidade através da norma intrapessoal (trajecto adoptado pelo/a protagonista) 166
Tabela 17: Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo1) 171
Tabela 18: Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos segundo os vários critérios adoptados 176
Tabela 19: Análise de variância para a activação (Série II−Estudo1) 177
Tabela 20: Médias e desvios-padrão da activação de contrafactuais (Série II−Estudo1) ... 178
Tabela 21: Teste HSD de Tukey para a activação segundo a interacção "Normalidade × Prevenção" 178
Tabela 22: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série II−Estudo1) 184
Tabela 23: Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo as várias condições experimentais (Série II−Estudo1) 186
Tabela 24: Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo trajecto excepcional" e Condição "prevenção" 186
Tabela 25: Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo fuga" e Condição "normalidade" .. 187
Tabela 26: Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo trajecto rotineiro" e Condição "prevenção" 189
Tabela 27: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais quanto à estrutura 190
Tabela 28: Teste *t*-Student para a estrutura 191
Tabela 29: Análise de variância para a estrutura 192
Tabela 30: Análise de variância para a centração na vítima 193
Tabela 31: Teste HSD de Tukey para a centração na vítima segundo a interacção "Normalidade × Prevenção" 194
Tabela 32: Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais centrados na vítima 194
Tabela 33: Teste do pressuposto da normalidade para a centração nos comportamentos preventivos da vítima 195
Tabela 34: Análise de variância para os comportamentos preventivos da vítima 196

Tabela 35: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos da vítima 196
Tabela 36: Análise de variância para os comportamentos não preventivos da vítima 197
Tabela 37: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais centrados em comportamentos não preventivos da vítima 197
Tabela 38: Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo1, Percepção do crime) 199
Tabela 39: Distribuição das frequências dos itens que compõem o julgamento de emoções da vítima 200
Tabela 40: Médias e desvios-padrão dos itens relativos ao julgamento de emoções da vítima 201
Tabela 41: MANOVA para o julgamento de culpa e arrependimento da vítima 202
Tabela 42: Teste de Levene para o julgamento de culpa e de arrependimento da vítima .. 203
Tabela 43: Análise de variância para o julgamento de culpa e de arrependimento da vítima 203
Tabela 44: Médias e desvios-padrão do julgamento de culpa e de arrependimento da vítima 204
Tabela 45: Médias e desvios-padrão dos itens relativos às emoções das participantes 204
Tabela 46: MANOVA não-paramétrica para as emoções das participantes 205
Tabela 47: Teste de Kruskal-Wallis para as emoções das participantes 206
Tabela 48: Médias das ordens para as emoções das participantes 206
Tabela 49: Médias e desvios-padrão dos sentimentos relativos à vítima 207
Tabela 50: MANOVA não-paramétrica para os sentimentos relativos à vítima 208
Tabela 51: Teste de Kruskal-Wallis do Factor "prevenção" para os sentimentos relativos à vítima 208
Tabela 52: Médias das ordens para os sentimentos relativos à vítima segundo o Factor "prevenção" 209
Tabela 53: Teste de Kruskal-Wallis do Factor "normalidade" para os sentimentos relativos à vítima 210
Tabela 54: Médias das ordens para os sentimentos relativos à vítima segundo o Factor "normalidade" 210
Tabela 55: Médias e desvios-padrão dos sentimentos relativos ao agressor 211
Tabela 56: MANOVA não-paramétrica para os sentimentos relativos ao agressor 212
Tabela 57: Teste de Kruskal-Wallis do Factor "normalidade" para os sentimentos relativos ao agressor 212
Tabela 58: Médias das ordens para os sentimentos relativos ao agressor segundo o Factor "normalidade" 213
Tabela 59: Teste de Kruskal-Wallis do Factor "prevenção" para os sentimentos relativos ao agressor 214
Tabela 60: Médias das ordens para os sentimentos relativos ao agressor segundo o Factor "prevenção" 215
Tabela 61: Médias e desvios-padrão dos danos sofridos pela vítima 216
Tabela 62: Teste de Levene para os danos sofridos pela vítima 217
Tabela 63: Análise de variância para os danos físicos sofridos pela vítima 218
Tabela 64: Médias e desvios-padrão da gravidade e da persistência dos danos físicos 218
Tabela 65: Análise de variância para os danos psíquicos sofridos pela vítima 219
Tabela 66: Médias e desvios-padrão da gravidade e da persistência dos danos psíquicos . 219
Tabela 67: Teste de Levene para o julgamento da vítima 220
Tabela 68: Análise de variância para o julgamento da vítima 221

Tabela 69: Médias e desvios-padrão do julgamento da vítima 222
Tabela 70: Classificação da queixa segundo a condição experimental 223
Tabela 71: Teste de Levene para o julgamento do agressor 224
Tabela 72: Análise de variância para o julgamento do agressor 225
Tabela 73: Médias e desvios-padrão do julgamento do agressor 225
Tabela 74: Análise descritiva para cada tipo de norma 232
Tabela 75: Teste *t*-Student para os quatro tipos de norma 233
Tabela 76: Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo 3) 236
Tabela 77: Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos (Série II—Estudo 3) 239
Tabela 78: Análise de variância para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 3) 240
Tabela 79: Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série II—Estudo 3) ... 240
Tabela 80: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série II—Estudo 3) 242
Tabela 81: Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo as várias condições experimentais (Série II—Estudo 3) 243
Tabela 82: Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série III—Estudo 1) .. 251
Tabela 83: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série III—Estudo 1) 252
Tabela 84: Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo o Factor "acção-omissão" 253
Tabela 85: Qui-quadrado para o conteúdo "portas do carro"e o Factor "acção-omissão" .. 254
Tabela 86: Qui-quadrado para o conteúdo "falta às aulas" e o Factor "acção-omissão" 255
Tabela 87: Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série III—Estudo 2) 259
Tabela 88: Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos quanto à sua natureza contrafactual (Série III—Estudo 2) 261
Tabela 89: Análise de variância para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2) ... 262
Tabela 90: Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série III—Estudo 2) .. 263
Tabela 91: Teste HSD de Tukey para o número de contrafactuais segundo a interacção "Proximidade × Listagem" 264
Tabela 92: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série III—Estudo 2) 266
Tabela 93: Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo a proximidade .. 268
Tabela 94: Qui-quadrado para o conteúdo "portas do carro" e o Factor "proximidade" 268
Tabela 95: Qui-quadrado para o conteúdo "casualidade do encontro" e o Factor "proximidade" 269
Tabela 96: Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos (Série IV—Estudo 1) 277
Tabela 97: Médias e desvios-padrão da activação de contrafactuais (Série IV—Estudo 1) 278
Tabela 98: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série IV—Estudo 1) 280
Tabela 99: Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1) 281
Tabela 100: Teste do Qui-Quadrado para o conteúdo "fuga" e os factores externos 283
Tabela 101: Teste do Qui-quadrado para o conteúdo "factor externo" 284
Tabela 102: Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série IV—Estudo 2) ... 291
Tabela 103: Frequências e percentagens das alternativas contrafactuais 301
Tabela 104: Medidas descritivas relativas ao grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima 310

Tabela 105: Teste *t*-Student para o grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima 311
Tabela 106: Conteúdos mencionados nos vários estudos conduzidos no contexto da investigação realizada 312
Tabela 107: Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série V—Estudo 2) 320
Tabela 108: Síntese das instruções fornecidas segundo a condição experimental 322
Tabela 109: Frequências e percentagens dos elementos alterados na Condição "pensamento contrafactual" 324
Tabela 110: Frequências e percentagens dos elementos referidos na Condição "prevenção" 325
Tabela 111: Frequências e percentagens dos elementos referidos na Condição "atribuição causal" 326
Tabela 112: Grau de acordo inter-juízes para a classificação da controlabilidade segundo as várias condições experimentais (Série V—Estudo 2) 327
Tabela 113: Frequências e percentagens do perfil de respostas segundo as várias combinações da controlabilidade 328
Tabela 114: Qui-quadrado para a centração na controlabilidade e a questão 329
Tabela 115: Frequências dos elementos referidos segundo a condição experimental (Série V—Estudo 2) 330
Tabela 116: Qui-quadrado para a centração na controlabilidade e a questão (papel vítima) 331
Tabela 117: Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "trajecto excepcional" e a questão (papel vítima) 332
Tabela 118: Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "portas do carro" e a questão (papel vítima) 333
Tabela 119: Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "trajecto excepcional" e a questão (papel observador) 334
Tabela 120: Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "portas do carro" e a questão (papel observador) 335
Tabela 121: Frequências relativas aos crimes referidos na etapa exploratória do Estudo 1 (Série I) 425
Tabela 122: Teste do pressuposto da normalidade para a gravidade dos crimes 431
Tabela 123: Frequências das emoções atribuídas à vítima 455
Tabela 124: Índice de agregações das emoções atribuídas à vítima 456
Tabela 125: Frequências das emoções das participantes 459
Tabela 126: Índice de agregações das emoções das participantes 459
Tabela 127: Frequência dos sentimentos relativamente à vítima 463
Tabela 128: Índice de agregações dos sentimentos relativamente à vítima 463
Tabela 129: Frequência dos sentimentos relativamente ao agressor 467
Tabela 130: Índice de agregações dos sentimentos relativamente ao agressor 467
Tabela 131: Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 1) 499
Tabela 132: Teste do pressuposto da normalidade para a estrutura contrafactual 503
Tabela 133: Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais aditivos para as várias condições experimentais 511
Tabela 134: Teste do pressuposto da normalidade para a centração contrafactual 515
Tabela 135: Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados na vítima para as várias condições experimentais 523

Tabela 136: Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos da vítima para as várias condições experimentais 531
Tabela 137: Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos não preventivos da vítima para as várias condições experimentais 532
Tabela 138: Teste do pressuposto da normalidade do julgamento da culpa vivida pela vítima para as várias condições experimentais 535
Tabela 139: Teste do pressuposto da normalidade do julgamento do arrependimento vivido pela vítima para as várias condições experimentais 535
Tabela 140: Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Indiferente) 539
Tabela 141: Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Triste) 539
Tabela 142: Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Impressionada) 540
Tabela 143: Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Revoltada) 540
Tabela 144: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de solidariedade das participantes relativamente à vítima 543
Tabela 145: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de ódio das participantes relativamente à vítima 543
Tabela 146: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de empatia das participantes relativamente à vítima 544
Tabela 147: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de raiva das participantes relativamente à vítima 544
Tabela 148: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de repugnância das participantes relativamente à vítima 544
Tabela 149: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de compaixão das participantes relativamente à vítima 545
Tabela 150: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de desprezo das participantes relativamente à vítima 545
Tabela 151: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento global das participantes relativamente à vítima 545
Tabela 152: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de solidariedade das participantes relativamente ao agressor 549
Tabela 153: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de ódio das participantes relativamente ao agressor 549
Tabela 154: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de empatia das participantes relativamente ao agressor 550
Tabela 155: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de raiva das participantes relativamente ao agressor 550
Tabela 156: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de repugnância das participantes relativamente ao agressor 550
Tabela 157: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de compaixão das participantes relativamente ao agressor 551
Tabela 158: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de desprezo das participantes relativamente ao agressor 551

Tabela 159: Teste do pressuposto da normalidade do sentimento global das participantes relativamente ao agressor 551
Tabela 160: Teste do pressuposto da normalidade dos danos atribuídos à vítima 555
Tabela 161: Teste do pressuposto da normalidade da gravidade dos danos físicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais 563
Tabela 162: Teste do pressuposto da normalidade da persistência dos danos físicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais 563
Tabela 163: Teste do pressuposto da normalidade da gravidade dos danos psíquicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais 564
Tabela 164: Teste do pressuposto da normalidade da persistência dos danos psíquicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais 564
Tabela 165: Teste do pressuposto da normalidade do azar atribuído à vítima para as várias condições experimentais 567
Tabela 166: Teste do pressuposto da normalidade do consentimento atribuído à vítima para as várias condições experimentais 567
Tabela 167: Teste do pressuposto da normalidade da precipitação da situação atribuída à vítima para as várias condições experimentais 568
Tabela 168: Teste do pressuposto da normalidade da responsabilidade atribuída à vítima para as várias condições experimentais 568
Tabela 169: Teste do pressuposto da normalidade da culpa atribuída à vítima para as várias condições experimentais 568
Tabela 170: Teste do pressuposto da normalidade para a responsabilidade atribuída à vítima e ao agressor 571
Tabela 171: Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor 571
Tabela 172: Teste do pressuposto da normalidade da premeditação atribuída ao agressor para as várias condições experimentais 579
Tabela 173: Teste do pressuposto da normalidade da responsabilidade atribuída ao agressor para as várias condições experimentais 579
Tabela 174: Teste do pressuposto da normalidade da culpa atribuída ao agressor para as várias condições experimentais 580
Tabela 175: Teste do pressuposto da normalidade para as normas associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro" 589
Tabela 176: Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 3) 603
Tabela 177: Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 1) 611
Tabela 178: Análise da normalidade da distribuição da Variável proximidade 620
Tabela 179: Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2) 625
Tabela 180: Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série IV—Estudo 1) 635
Tabela 181: Teste do pressuposto da normalidade para a controlabilidade percebida (SV—E1) 647

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo das duas etapas de geração de pensamentos contrafactuais de Roese e Olson (1995b) 14
Figura 2: Mecanismo subjacente à função preparativa 40
Figura 3: Perspectiva cronológica dos trabalhos sobre pensamento contrafactual e violação 62
Figura 4: O medo e os mitos acerca da violação num círculo vicioso 109
Figura 5: Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" para a activação (Série II—Estudo 1) 178
Figura 6: Gráfico das frequências dos elementos alterados (Série II—Estudo 1) 185
Figura 7: Gráfico das médias relativas à estrutura contrafactual 190
Figura 8: Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" sobre a centração na vítima 194
Figura 9: Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" sobre a centração nos comportamentos preventivos da vítima 198
Figura 10: Gráfico dos danos atribuídos à vítima quanto à graduação da gravidade e da persistência 216
Figura 11: Gráfico das médias relativas aos quatro tipos de norma 232
Figura 12: Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 3$) (Série II—Estudo 3) .. 242
Figura 13: Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 3$) (Série III—Estudo 1) 253
Figura 14: Gráfico das frequências do conteúdo "portas do carro" segundo a condição experimental (Série III—Estudo 1) 254
Figura 15: Gráfico das frequências do conteúdo "falta às aulas" segundo a condição experimental (Série III—Estudo 1) 255
Figura 16: Gráfico da interacção "Proximidade × Listagem" sobre o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2) 264
Figura 17: Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 10$) (Série III—Estudo 2) 267
Figura 18: Gráfico da frequência do conteúdo "portas" segundo a proximidade (Série III—Estudo 2) 269
Figura 19: Gráfico da frequência do conteúdo "casualidade do encontro" segundo a proximidade (Série III—Estudo 2) 270
Figura 20: Gráficos das frequências relativas às categorias (Série IV—Estudo 1) 282
Figura 21: Gráfico da frequência do conteúdo "fuga" segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1) 283
Figura 22: Gráfico da frequência do conteúdo "factor externo" segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1) 285
Figura 23: Gráficos das frequências relativas às categorias (Série IV—Estudo 2) 292
Figura 24: Gráfico das percentagens de respostas relativas ao total de participantes (Série IV—Estudo 3) 299
Figura 25: Gráfico das frequências das alternativas contrafactuais (Série IV—Estudo 3) . 302
Figura 26: Gráfico das médias relativas ao grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima 310
Figura 27: Esquema-síntese dos actores sociais do crime de violação contra as mulheres . 359

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Questionário para o levantamento exploratório de crimes com vários graus de gravidade percebida 405
Anexo 2: Questionário para a avaliação do grau de gravidade dos crimes seleccionados na etapa exploratória..... 411
Anexo 3: Tabela das frequências relativas aos crimes referidos na etapa exploratória do Estudo 1 (Série I) 423
Anexo 4: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a gravidade dos crimes . 429
Anexo 5: Teste de Wilcoxon para a gravidade dos crimes (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 433
Anexo 6: Questionário para a testagem do cenário 437
Anexo 7: Questionário para o levantamento das reacções afectivas ao cenário 445
Anexo 8: Lista das emoções atribuídas à vítima e respectivo índice de agregações 453
Anexo 9: Lista das emoções das participantes e respectivo índice de agregações 457
Anexo 10: Lista dos sentimentos relativamente à vítima e respectivo índice de agregações 461
Anexo 11: Lista dos sentimentos relativamente ao agressor e respectivo índice de agregações 465
Anexo 12: Bloco entregue às participantes (Série II—Estudo 1) 469
Anexo 13: Versões dos casos utilizados no Estudo 1 da Série II 481
Anexo 14: Caderno de instruções para a codificação dos pensamentos quanto à natureza contrafactual 487
Anexo 15: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série II—Estudo 1) 497
Anexo 16: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a estrutura contrafactual 501
Anexo 17: Teste de Wilcoxon para a estrutura contrafactual (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 505
Anexo 18: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais aditivos para as várias condições experimentais 509
Anexo 19: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a centração contrafactual 513
Anexo 20: Teste de Wilcoxon para a centração contrafactual (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 517
Anexo 21: Relatório do teste do pressuposto da normalidade da centração na vítima para as várias condições experimentais 521
Anexo 22: Teste de Wilcoxon para a centração nos comportamentos preventivos da vítima (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 525
Anexo 23: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos e não preventivos da vítima para as várias condições experimentais 529
Anexo 24: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento dos sentimentos de culpa e de arrependimento da vítima para as várias condições experimentais 533
Anexo 25: Relatório do teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais 537
Anexo 26: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente à vítima para as várias condições experimentais ... 541

Anexo 27: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente ao agressor para as várias condições experimentais 547
Anexo 28: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para os danos sofridos pela vítima 553
Anexo 29: Teste de Wilcoxon para os danos sofridos pela vítima (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 557
Anexo 30: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos danos sofridos pela vítima para as várias condições experimentais 561
Anexo 31: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento da vítima para as várias condições experimentais 565
Anexo 32: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para as atribuições de culpa e de responsabilidade ao agressor 569
Anexo 33: Teste de Wilcoxon para as atribuições de culpa e de responsabilidade ao agressor e à vítima (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)..... 573
Anexo 34: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento do agressor para as várias condições experimentais 577
Anexo 35: Questionário sobre as normas associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro" 581
Anexo 36: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para as normas associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro" 587
Anexo 37: Teste de Wilcoxon para as normas associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro" (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 591
Anexo 38: Versões do caso utilizado (Série II—Estudo 3) 595
Anexo 39: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série II—Estudo 3) 601
Anexo 40: Versões do caso utilizado (Série III—Estudo 1) 605
Anexo 41: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série III—Estudo 1) 609
Anexo 42: Versões do caso utilizado (Série III—Estudo 2) 613
Anexo 43: Relatório da verificação da manipulação da proximidade 617
Anexo 44: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série III—Estudo 2) 623
Anexo 45: Versões do caso utilizado (Série IV—Estudo 1) 627
Anexo 46: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série IV—Estudo 1) 633
Anexo 47: Questionário para a avaliação do grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima 637
Anexo 48: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para o grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima 645
Anexo 49: Teste de Wilcoxon para o grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima (CD-ROM: *Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL) 649

In memoriam Samira Bellil,
vítima das mais violentas violações,
pela sua resistência, persistência e insistência em viver
e pela coragem de ter tentado quebrar a lei do silêncio
através da publicação da sua auto-biografia.

I. INTRODUÇÃO

"O medo é terrível. Faz com que percamos qualquer capacidade de iniciativa,
que fiquemos sem fôlego e sem reacção.
É como uma paralisia de todo o ser: o corpo e a mente são aniquilados.
Mais tarde, muitas pessoas me diriam:
'No teu lugar, eu teria feito o seguinte…
Podemos sempre defender-nos…
Surpreender o agressor, dar-lhe um pontapé nos tomates…', etc.
Quantas dessas pequenas frases assassinas não ouvi,
ferindo-me de culpabilidade,
quantos comentários semelhantes,
vindos de pessoas que nunca estiveram presas nas garras do verdadeiro medo."

(Bellil, 2009, pp. 24-25)

A avaliação que fazemos dos acontecimentos quotidianos assenta em pensamentos que versam não só sobre os factos mas, também, sobre aquilo que poderia ter ocorrido em seu lugar. Dito de outro modo, a avaliação do desenlace de determinada situação, por nós experienciada ou observada, é realizada, boa parte das vezes, com base em alternativas imaginadas para a mesma, alternativas que concorrem para um outro remate final e que podem consistir em eliminar, substituir ou distorcer os seus antecedentes temporais ou causais (e.g., Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Roese & Olson, 1993; Wells & Gavanski, 1989).

Estas simulações mentais são designadas, na literatura, por pensamentos contrafactuais e decorrem da nossa propensão para gerar, espontaneamente, vários mundos possíveis nos quais os eventos se configuram com um desfecho diferente, principalmente, ainda que não só, quando esses eventos nos são adversos, provocando-nos, nomeadamente, reacções afectivas negativas (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990).

E é com extrema frequência que comparamos o que aconteceu com o que poderia ou deveria ter acontecido (e.g., Mandel & Lehman, 1996; McEleney & Byrne, 2000; Summerville & Roese, 2008), exercício que cumpre, em geral, várias funções relevantes para o nosso desenvolvimento, equilíbrio cognitivo e bem-estar (e.g., Galinsky, Liljenquist, Kray, & Roese, 2005; Kray et al., 2010; Landman, Vandewater, Stewart, & Malley, 1995; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Tetlock, 2000a; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Roese, 1994;

Roese & Olson, 1995a; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000; Tetlock, 1998), de tal modo que alguns autores referem-no como "a pervasive if not ubiquitous human tendency" (Sanna, 1996, p. 1020), "perhaps even essential, feature of human consciousness" (Roese, 1994, p. 805).

O processo reportado não é psicologicamente inócuo pois, uma vez activado, afecta uma série de julgamentos e sentimentos, razão pela qual tem despertado a atenção crescente da Psicologia Social nos últimos anos (Roese, 1994) e estimulado a investigação, quer de cariz mais fundamental, quer aplicada a vários domínios.

De entre estes encontra-se a percepção de crimes, sendo que os estudos realizados até à data incidiram, predominantemente, sobre a violação contra as mulheres (e.g., Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996; Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2003; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Catellani & Milesi, 2001; Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995).

É neste campo que se insere a presente dissertação, cuja motivação adveio, primordialmente, do entroncamento de três aspectos:

(a) A violação assume uma elevada gravidade em termos da intensidade e persistência que caracterizam as consequentes sequelas psicológicas das vítimas (e.g., D. M. Costa, 2003; Gonçalves, 2005; Kilpatrick, Saunders, Veronen, Best, & Von, 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Pires, 1985; Rothbaum, Foa, Riggs, Murdock, & Walsh, 1992; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004), pelo que o suporte a ser prestado às mesmas se revela essencial para a sua recuperação (e.g., J. M. B. Costa, 2003; Neves & Machado, 2005; Steketee & Foa, 1987).

(b) As cognições dos indivíduos, nomeadamente daqueles que passaram por situações traumáticas, não ocorrem num vazio interpessoal, podendo os elementos que compõem a sua rede social de apoio suscitar, junto dos mesmos, pensamentos contrafactuais que lhes sugiram, implícita ou explicitamente, formas através das quais poderiam ter evitado o acontecimento negativo (Davis & Lehman, 1995).

(c) Apesar do predomínio da abordagem funcional do pensamento contrafactual, vários autores, em nada negando os seus importantes benefícios, vêm alertando-nos para as suas disfunções (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Sherman & McConnell, 1995) e providenciando-nos evidência empírica que atesta, nomeadamente, a geração de afecto negativo e de auto-culpabilização junto de sujeitos deprimidos e/ou que passaram por

eventos negativos marcantes (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003; Davis, Lehman, Silver, Wortman, & Ellard, 1996; Markman & Miller, 2006; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008), como é o caso das vítimas de violação (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003).

Propusemo-nos, assim, analisar o pensamento contrafactual acerca da violação e a percepção deste crime, com o objectivo de contribuir para um mais completo e aprofundado conhecimento acerca de como os observadores destas situações—potenciais prestadores de suporte social às respectivas vítimas—tendem a revertê-las, questão que se nos apresentou relevante tendo em conta (a) os aspectos acabados de enunciar, (b) as críticas passíveis de tecer aos estudos existentes, as quais sintetizamos no final da revisão de literatura e (c) a inexistência, tanto quanto conseguimos apurar, de investigações realizadas no contexto português.

O presente trabalho tem início com uma revisão da literatura sobre as duas grandes temáticas que o compõem—o pensamento contrafactual e o crime de violação contra as mulheres—enfoque teórico e problemática alvo, respectivamente—, após a qual se apresentam a respectiva síntese e a enumeração dos objectivos específicos estabelecidos.

Numa segunda parte—componente empírica—descrevem-se os treze estudos conduzidos, agrupados, segundo os respectivos propósitos, em cinco séries. Esta secção é iniciada com o esclarecimento quanto à forma como a mesma se encontra organizada e à lógica que presidiu o trajecto percorrido. Integra-a, igualmente, um sub-capítulo em que são explanadas algumas opções e regularidades metodológicas, este com vista à minimização da redundância no relato posterior.

Finaliza-se com uma discussão geral, na qual se procede à síntese dos resultados obtidos e à sua interpretação ao abrigo da literatura, à enumeração das limitações da investigação desenvolvida, à exposição dos seus contributos teóricos e das respectivas implicações práticas e à proposta de estudos futuros considerados relevantes para o domínio em foco.

1. O Pensamento Contrafactual

"No event is judged in isolation;
human judgment is dependent on what alternative is used as a comparison."
(Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, p. 1042)

Imagine a seguinte situação:

Encontra-se a realizar uma investigação e acaba de encerrar a recolha de dados.

Tratou-se de um processo trabalhoso e moroso, tendo implicado vários pré-testes mas que, finalmente, chegou ao seu término.

Entusiasmado(a), insere-os na base que já tinha preparado cuidadosa e atempadamente, verificando ter respostas válidas por parte de todos os participantes. Em seguida, activa os comandos necessários e, ansioso(a), aguarda que o programa informático efectue os cálculos.

Após algum tempo, os resultados aparecem no ecrã. Os seus olhos focam-se, de imediato, no nível de significância apurado: $p = .06$.

Muito provavelmente, é invadido(a) por um enorme desânimo, pelo sentimento de que quase atingiu a significância estatística e por pensamentos do tipo "*Se eu tivesse recolhido alguns dados mais*...". É que os valores obtidos ficaram-lhe próximos, muito próximos, frustrantemente próximos de $p < .05$!

Imagine, agora, a mesma situação, precisamente a mesma situação, com um resultado também marginalmente significativo mas, desta vez, mais modesto: $p = .09$. Como se sente?

Tudo leva a crer que, paradoxalmente, terá ficado bastante mais insatisfeito(a) quando obteve $p = .06$ do que quando se confrontou com $p = .09$, apesar de o primeiro resultado ser, objectivamente, melhor do que o segundo.

O exemplo retratado constitui uma adaptação daquele fornecido por Medvec e Savitsky (1997).

A explicação para a contradição entre o objectivo alcançado e o sentimento experienciado prende-se com o largamente conhecido "pensamento contrafactual", o qual constitui o universo conceptual da presente dissertação, um universo já razoavelmente explorado e cuja viagem de re(conhecimento) acabámos de iniciar.

1.1 Definição, Particularidades Básicas e Formas de Expressão Verbal

Pensar acerca do que poderia ter acontecido em lugar do que aconteceu é algo que fazemos frequentemente no nosso dia-a-dia, tanto a propósito de factos simples como quando nos confrontamos com a vivência própria ou alheia de eventos significativos, comparação que apresenta uma proeminência de igual nível ao das demais: Social e temporal (Summerville & Roese, 2008).

Esta é uma constatação, não só da literatura sobre o domínio (e.g., Au, 1992; Kahneman & Miller, 1986; Landman & Manis, 1992; Mandel & Lehman, 1996; McEleney & Byrne, 2000; Roese, 1994; Sim & Morris, 1998; Summerville & Roese, 2008), como da nossa experiência pessoal, particularmente no decurso da presente dissertação por, naturalmente, termos ficado mais atentos ao processo sob investigação.

Alguns excertos de obras lidas neste período constituem, dele, exemplos que julgamos elucidativos, os quais, por essa razão, decidimos partilhar.

> *"Como tantas vezes sucede quando olhamos para trás, o que me apetecia era rebobinar o filme e contar a história de outra maneira, não como ela aconteceu, mas como poderia ter acontecido. Regressar a esse distante 1 de Outubro de 1995, em que tudo parecia começar de novo. Mas o que está feito, está feito: os anos perdidos são irrecuperáveis."*
>
> (Miguel Sousa Tavares, 2001, s.p.)

> "*Depois de as coisas acontecerem, é quase irresistível reflectir sobre o que teria sido a vida se se tem feito diferente. Se soubesse o que o destino lhe reservava nos próximos tempos, talvez Luís Bernardo Valença nunca tivesse apanhado o comboio, naquela chuvosa manhã de Dezembro de 1905, na estação do Barreiro.*"
>
> (Miguel Sousa Tavares, 2003, p. 11)

"Se Gilda Lopes Encarnação não fosse leitora de português na Universidade de Salzburgo, se eu não tivesse sido convidado para ir falar aos alunos, se Gilda não me tivesse convidado para jantar no restaurante O Elefante, este livro não existiria."

(José Saramago, 2008, s.p.)

"Foi o momento mais feliz da minha vida, embora então eu não tivesse consciência disso. Se o tivesse sabido, se tivesse apreciado essa dádiva, teriam as coisas terminado de outra forma? Sim, se eu tivesse reconhecido esse instante de felicidade perfeita, tê-lo-ia conservado sem nunca o deixar escapar."

(Orhan Pamuk, 2010, p. 19)

Não me arrependo de nada

"*A partir da mulher que sou,*
às vezes dá-me para contemplar aquelas que poderia ter sido;
(...)
Odeio as suas ameaças no meu corpo.
A culpa que as suas vidas impecáveis,
por estranho malefício,
me inspiram.
(...)
Nesta contradição inevitável
entre o que devia ter sido e o que é,
travei numerosas batalhas de mordeduras delas contra mim
(...)
Não me arrependo de nada, como disse Edith Piaf.
Mas nos poços escuros em que me afundo,
quando, de manhã, ainda sem abrir os olhos,
sinto as lágrimas a assomar,
vejo essas mulheres à espera no vestíbulo,
brandindo condenações contra a minha felicidade.
(...)"

(Gioconda Belli, 2006, s.p.)

Duma análise global ressaltam, então, algumas regularidades: (a) Consistem, regra geral, em proposições lógicas condicionais, envolvendo, como tal, um antecedente ("se") e um consequente ("então") (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Roese, 1994; Roese & Hur, 1997; Roese, Hur, & Pennington, 1999; Roese & Olson, 1993a; Roese & Olson, 1995b), embora

existam outras expressões contempladas pela literatura como “poderia”, “deveria”, “seria”, “teria”, “para a próxima…”, “por que é que…?” (e.g., Martins, 2004; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000), (b) sucedem-se, predominantemente, a eventos inesperados ou negativos (e.g., Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Gavanski & Wells, 1989; Kahneman & Miller, 1986; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Roese & Hur, 1997; Roese & Olson, 1997; Sanna & Turley, 1996) e (c) uma vez gerados influenciam um vasto leque de julgamentos e de reacções afectivas (e.g., Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2; Martins & Jesuíno, 2002, Estudo 2; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Medvec, Madey, & Gilovich, 1995; Miller & McFarland, 1986; Nasco & Marsh, 1999; Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994; Roese, 1994, 1997; Sanna, 1996; Teigen, 1995, 2005; Taylor & Turtle, 1987, Estudo 2; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 1, 2 e 3; Wells, Tal-Or, Boninger, & Gleicher, 2004).

Esta propensão para formularmos alternativas aos factos ocorridos parece ser adquirida em tenra idade (apesar da controvérsia e da contingência da tarefa, os estudos apresentam algum consenso quanto ao período situado entre os dois e os quatros anos: e.g., Amsel & Smalley, 2000; Beck, Riggs, & Gorniak, 2009; Beck, Robinson, Carroll, & Apperly, 2006; Harris, German, & Mills, 1996; Kavanaugh & Harris, 1999; Riggs, Peterson, Robinson, & Mitchell, 1998) e caracterizar boa parte do nosso pensamento quotidiano (e.g., Au, 1992; Kahneman & Miller, 1986; Landman & Manis, 1992; Roese, 1994; Sim & Morris, 1998; Summerville & Roese, 2008).

A capacidade para nos determos sobre as possibilidades e impossibilidades, presentes ou passadas, dos nossos mundos imaginários liberta-nos de nos debruçarmos somente sobre os factos (Byrne, 1997) e conduz-nos a que o modo como nos sentimos relativamente a determinado evento seja determinado, em larga medida, por essas mesmas considerações acerca de como poderia ter sido (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003; Byrne, 2002; Davis & Lehman, 1995; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Markman & Miller, 2006; McCloy & Byrne, 2002; McMullen, 1997).

Para além disso, esta simulação mental dos resultados alternativos para determinado evento ou desfecho serve várias funções (e.g., Galinsky, Liljenquist, Kray, & Roese, 2005; Johnson & Sherman, 1990; Kray et al., 2010; Landman, Vandewater, Stewart, & Malley, 1995; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; Markman & Tetlock, 2000; Markman & Weary, 1998; Roese, 1994; Roese & Olson,

1995a; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000; Sherman & McConnell, 1995; Tetlock, 1998; Tetlock & Belkin, 1996), constituindo um processo cognitivo fundamental (e.g., Roese, 1994; Sanna, 1996), o qual vem recebendo cada vez mais atenção por parte dos psicólogos sociais e vendo ampliado o leque das suas áreas de investigação e aplicação, revelando-se de grande utilidade prática: Investimento financeiro (e.g., Fogel & Berry, 2006; Lundberg & Frost, 1992; Markman & Tetlock, 2000), negociação (e.g., Galinsky, Seiden, Kim, & Medvec, 2002; Naquin, 2003), *Marketing* e Publicidade (e.g., McGill, 2000; Meyers-Levy & Maheswaran, 1992; Nan, 2005, 2008), acidentes de trabalho (e.g., Morris, Moore, & Sim, 1999; Naquin & Kurtzberg, 2004), liderança e avaliação de desempenho (e.g., Goerke, Möller, Schulz-Hardt, Napiersky, & Frey, 2004), tomada de decisão grupal (e.g., Kray & Galinsky, 2003; Liljenquist, Galinsky, & Kray, 2004), tomada de decisão em matéria de saúde (e.g., Connolly & Reb, 2005), atletismo (e.g., McGraw, Mellers, & Tetlock, 2005; Medvec, Madey, & Gilovich, 1995), *coaching* (e.g., Turman, 2005) e análise histórico-política mundial (Tetlock, 1998; Tetlock & Belkin, 1996), de entre outras.

1.2 Distinguindo Conceitos: Em Jeito de Glossário

As simulações mentais podem ter lugar, nomeadamente, antes ou após o acontecimento, assim como podem variar quanto à alteração do resultado final, pelo que importa diferenciar alguns conceitos que se cruzam na literatura em que presentemente nos movimentamos: Pensamentos pré-factuais e semi-factuais.

1.2.1 Pensamento pré-factual.

Sanna (1996) adoptou o termo "pensamento pré-factual" para definir "the imagination, before the fact, of alternative possible predicted outcomes" (p. 1020).

O autor refere que este é também usado por Gleicher et al. (1995) para descreverem a antecipação de um contrafactual no futuro ou a aversão ao arrependimento. Defende, então, que o significado de "pré-factual" é melhor representado no sentido que lhe é conferido no seu artigo e propõe os substantivos "contrafactuais antecipados" ("*antecipated*

counterfactuals") ou "pré-contrafactuais" como mais adequados àquele imputado por Gleicher et al. (1995).

1.2.2 Pensamento semi-factual.

A distinção entre pensamento contrafactual e pensamento semi-factual começou por ser estabelecido por alguns filósofos (e.g., Cross, 1985; Goodman, 1973; Skyrms, 1973). Assim, e como já referimos, enquanto que o primeiro altera, quer o antecedente, quer o resultado, contendo, portanto, tanto um falso antecedente como um falso consequente, o segundo, assumindo a expressão "mesmo se/que" ("*even if*"), altera o antecedente mas não o resultado, contendo, então, um antecedente falso e um consequente verdadeiro.

Tomemos, como exemplo, um estudante que obteve uma nota fraca num exame. Um possível contrafactual seria "*Se eu tivesse estudado mais tinha conseguido uma nota melhor.*"; já um semi-factual traduzir-se-ia em "*Mesmo que eu tivesse estudado mais tinha obtido uma nota fraca.*"

Muito poucos têm sido os trabalhos focalizados no pensamento semi-factual, destacando-se aqueles desenvolvidos por autores inscritos no domínio dos modelos mentais (e.g., McCloy & Byrne, 2002; Moreno-Ríos, Garcia-Madruga, & Byrne, 2008; Santamaría, Espino, & Byrne, 2005). De entre estes, os de McCloy e Byrne (2002) surgem como a primeira tentativa sistemática de compreensão deste tipo de pensamento e suas consequências, tendo as autoras concluído que, comparativamente com o pensamento contrafactual, o pensamento semi-factual conduz à percepção de uma fraca relação causal entre o antecedente e o resultado, bem como a uma redução das reacções afectivas a eventos negativos (e.g., arrependimento, auto-culpabilização, mal-estar).

Neste mesmo sentido, a investigação desenvolvida por Branscombe, Owen, Garstka e Coleman (1996) mostrou, consistentemente, ao longo de três estudos, que o foco contrafactual não influenciava a graduação da culpa, causalidade, responsabilidade, previsibilidade e controlabilidade atribuídas aos protagonistas de incidentes graves (violação e acidente de viação) quando as mutações não revertiam o resultado.

1.3 O "Despertar": (Re)Visitando Kahneman e Tversky (1982a)

Há muito que o pensamento contrafactual dispõe do seu espaço próprio no seio da Filosofia, nomeadamente no contexto da lógica modal e da controversa noção de "diferentes mundos possíveis" (e.g., Baker, 1985; Bovens, 1979; Chisholm, 1967; Goodman, 1947; Kripke, 1963; Lewis, 1973; Lloyd, 1978; Loewer, 1976, 1979). No entanto, o respectivo ponto de partida na área da psicologia social-cognitiva é tradicionalmente atribuído a um dos capítulos do livro "*Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*", da autoria de Kahneman e Tversky (1982a).

Ao proporem-se avançar no estudo da Heurística da Disponibilidade através de uma operação mental relativamente negligenciada, até então, pela investigação—a construção de exemplos ou cenários—estes autores esboçaram aquilo que designaram de Heurística da Simulação: "There appear to be many situations in which questions about events are answered by an operation that resembles the running of a simulation model" (p. 201).

Segundo os mesmos, as avaliações contrafactuais contar-se-iam de entre as actividades julgamentais que envolvessem simulação mental.

Neste contexto, a sua preocupação fundamental recaiu sobre o processo através do qual as pessoas percepcionariam um evento que esteve quase a ocorrer[1].

O cenário construído pelos autores para ilustrar o significado psicológico da apreciação da distância entre o que aconteceu e o que poderia ter acontecido ficou conhecido como "O caso do Mr. Crane e do Mr. Tees" e vem sendo referido e utilizado até aos dias de hoje.

> Mr. Crane and Mr. Tees scheduled to leave the airport on different flights, at the same time. They travelled from town in the same limousine, were caught in a traffic jam, and arrived at the airport 30 minutes after the scheduled departure time of their flights.
>
> Mr. Crane is told that his flight left on time.
>
> Mr. Tees is told that his flight was delayed, and just left five minutes ago. (Kahneman & Tversky, 1982a, p.203).

[1]Mais tarde designados "contrafactuais próximos" por Kahneman e Varey (1990).

Kahneman e Tversky (1982a) apresentaram-no a uma amostra de estudantes, tendo-lhes perguntado, posteriormente, qual dos dois protagonistas teria ficado mais aborrecido. Daqueles que responderam a esta questão, 96% considerou ser o Mr. Tees, resultado que não surpreendeu os autores. Como afirmaram, a situação objectiva era idêntica para ambos: A perda do avião. Mais, a partir do momento em que tanto um como o outro já esperavam que tal acontecesse devido ao atraso com que chegaram ao aeroporto, a diferença entre eles não poderia ser atribuída ao desapontamento. Esta diferença seria imaterial, pelo que a única razão para o primeiro (Mr. Tees) ficar mais aborrecido se prenderia com a sua maior "possibilidade" de ter apanhado o avião, na medida em que havia estado mais próximo de o conseguir. Ou seja, a grande diferença entre Mr. Tees e Mr. Crane consistiria no facto de ser mais fácil imaginar como chegar 5 minutos mais cedo (Mr. Tees) do que como evitar 30 minutos de atraso (Mr. Crane).

Considerando haver uma mistura de fantasia e realidade nos exemplos que apresentam, os autores defendem a existência de constrangimentos ao nível da primeira. Iniciam, então, a análise psicológica da simulação mental, investigando, justamente, tais constrangimentos em termos da reversão do passado: "If Mr Crane is capable of imagining unicorns—and we expected he is—why does he find it relatively difficult to imagine himself avoiding a 30-minute delay, as we suggest he does?" (pp. 203-204).

Ao fazê-lo, concluem que os eventos não são mentalmente alterados de modo aleatório mas, antes, de acordo com determinados princípios. Deles se ocupa o capítulo que se segue.

2. Um Modelo de Geração dos Pensamentos Contrafactuais

"Penser ne suffit pas: il faut penser à quelque chose."
(Renard, 1899, p. 425)

Dando conta do facto de a Teoria da Norma (Kahneman & Miller, 1986) não aludir aos determinantes motivacionais quando descreve os processos cognitivos subjacentes às

reacções a determinados eventos, é fazendo uso do termo motivação no seu sentido genérico—impulso para evitar estímulos adversos e para alcançar estímulos gratificantes—que Roese e Olson (1995b) distinguem dois estádios na construção contrafactual: Disponibilidade e conteúdo semântico.

Por *disponibilidade contrafactual* os autores entendem "the mere consideration that a factual outcome might not have ocurred" (p. 9). Por seu turno, o *conteúdo semântico* "specifies the means by wich some alternative outcome might have been brought about" (p. 9). E, metaforizando, afirmam: "The first stage reflects the presence of a vehicle, so to speak, whereas the second represents the occupants of that vehicle" (p. 9).

O Modelo de geração de contrafactuais avançado por Roese e Olson (1995b) contempla duas classes de factores que influenciariam estas duas etapas: Factores motivacionais e factores de mutabilidade (Figura 1).

Os *factores ou variáveis motivacionais* basear-se-iam no resultado, tendo como base conceptual descrições do mesmo (e.g., valência: se o resultado é positivo ou negativo; envolvimento: se as pessoas estão, ou não, envolvidas no resultado por este as poder afectar, de alguma forma); os *factores ou variáveis de mutabilidade* basear-se-iam nos antecedentes conducentes ao resultado (e.g., excepcionalidade: se o antecedente é excepcional ou típico; saliência: se o antecedente é saliente, tornando mais fácil a simulação contrafactual, ou não saliente).

Segundo os autores, estes dois factores afectariam ambas as etapas. Contudo, enquanto que os motivacionais influenciariam, por excelência, a activação (disponibilidade), os factores de mutabilidade condicionariam, privilegiadamente, o conteúdo (conteúdo semântico)[2].

De entre os primeiros (*factores ou variáveis motivacionais*) encontram-se as expectativas face ao resultado (e.g., Sanna & Turley, 1996), a sua valência (e.g., Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Gavanski & Wells, 1989; Landman, 1987; Landman & Manis, 1992; Miller, Handley, Markman, & Miller, 2010; Roese & Hur, 1997, Experimento 1; Roese & Olson, 1997; Sanna & Turley, 1996) e a proximidade relativamente ao mesmo (e.g., Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990); os seguintes (*factores ou variáveis de mutabilidade*) contam com antecedentes como a excepcionalidade (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Martins &

[2]Aspecto que traduzimos, na Figura 1, através da largura das setas.

Jesuíno, 2002, Estudo 2; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 2), a controlabilidade (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008, Estudo 2), a acção-omissão (e.g., Avni-Babad, 2003a, 2003b, Estudos 1 e 2), Byrne & McEleney, 2000; Catellani & Milesi, 2001; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Gilovich & Medvec, 1994; Kahneman & Tversky, 1982a; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudo 4; Wells & Gavanski, 1989), a dinâmica (e.g., Kahneman & Varey, 1990; Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994) e a posição serial, a qual contempla o efeito de ordem temporal e o efeito de ordem causal (e.g., Byrne, Segura, Culhane, Tasso, & Berrocal, 2000; Miller & Gunasegaram, 1990; Segura, Fernandez-Berrocal, & Byrne, 2000, 2002; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 1).

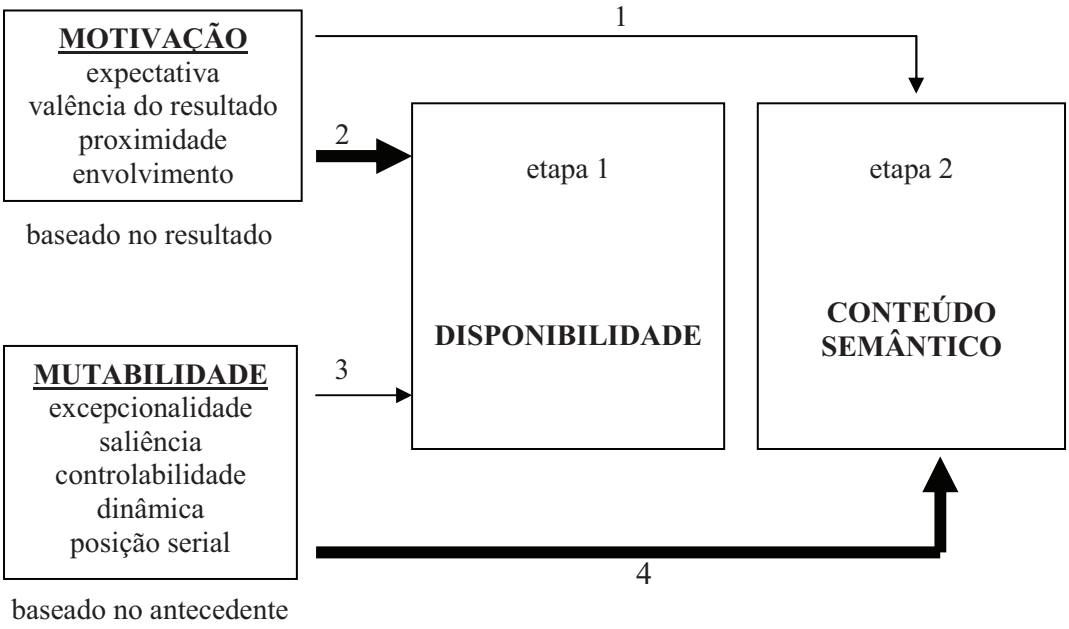

Figura 1. Modelo das duas etapas de geração de pensamentos contrafactuais de Roese e Olson (1995b). Adaptada de *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (p.11), por N. J. Roese e J. M. Olson, 1995, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, Publishers. Copyright [1995] by Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Nas tabelas 1 e 2 estão sintetizados os respectivos efeitos, identificados pelos estudos que se vêm debruçando sobre os mesmos.

Tabela 1

Síntese dos factores motivacionais, respectivos efeitos e evidência empírica

Factor	Efeito	Evidência empírica
Expectativas	O pensamento contrafactual é mais frequente na sequência de resultados que contrariam as expectativas.	▪ Sanna e Turley (1996)
Valência do resultado	O pensamento contrafactual é mais frequente na sequência de resultados negativos.	▪ Davis et al. (1995) ▪ Gavanski e Wells (1989) ▪ Landman (1987) ▪ Landman e Mannis (1992) ▪ Miller et al. (2010) ▪ Roese e Hur (1997, Experimento 1) ▪ Roese e Olson (1997) ▪ Sanna e Turley (1996)
Proximidade	O pensamento contrafactual é mais frequente quando a proximidade (numérica, temporal ou espacial) entre o resultado factual e o resultado alternativo é reduzida.	▪ Kahneman e Varey (1990) ▪ McMullen e Markman (2002) ▪ Miller et al. (1990)
	A probabilidade percebida da ocorrência de eventos contrafactuais é maior quando a proximidade entre o resultado factual e o resultado alternativo é reduzida.	▪ Tykocinski e Steinberg (2005)

Tabela 2

Síntese dos factores de mutabilidade, respectivos efeitos e evidência empírica

Factor	Efeito	Evidência empírica
Excepcionalidade	O pensamento contrafactual tende a versar sobre os elementos excepcionais.	▪ Kahneman e Tversky (1982a) ▪ Martins e Jesuíno (2002, Estudo 2 ▪ Roese e Hur (1997, Experimento 2) ▪ Roese e Olson (1997) ▪ Sanna e Turley (1996) ▪ Wells et al. (1987, Experimento 2)
Controlabilidade	O pensamento contrafactual tende a versar sobre os elementos controláveis.	▪ Catellani e Milesi (2001) ▪ Girotto, Legrenzi e Rizzo (1991) ▪ Mandel e Lehman (1996) ▪ Markman et al. (1995) ▪ McEleney e Byrne (2006) ▪ Quelhas et al. (2008, Estudo 2)
Acção-Omissão	O pensamento contrafactual tende a versar sobre as acções.	▪ Avni-Babad (2003b, Estudos 1 e 2) ▪ Byrne e McEleney (2000) ▪ Catellani e Milesi (2001) ▪ Davis et al. (1995) ▪ Kahneman e Tversky (1982b) ▪ Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudo 4)
	O pensamento contrafactual tende a versar sobre as acções no curto prazo e sobre as omissões no longo prazo.	▪ Gilovich e Medvec (1994)
	O pensamento contrafactual tende a versar sobre as omissões.	▪ Wells e Gavanski (1989)
	O pensamento contrafactual tende a versar sobre as omissões no longo prazo apenas quando as suas consequências são desconhecidas.	▪ Avni-Babad (2003b, Estudos 1 e 2) ▪ Byrne e McEleney (2000)
	O pensamento contrafactual tende a versar sobre as omissões quando o resultado consiste numa perda grave.	▪ Avni-Babad (2003a)
Dinâmica	O pensamento contrafactual tende a versar sobre os aspectos dinâmicos/instáveis (*versus* estáticos/estáveis).	▪ Kahneman e Varey (1990) ▪ Niedenthal, Tangney e Gavanski (1994)
Posição serial	*Efeito de ordem temporal:* O pensamento contrafactual tende a versar sobre o último elemento de uma sequência temporal.	▪ Miller e Gunasegaram (1990) ▪ Segura et al. (2000, 2002, Experimento 1)
	Efeito de ordem causal: O pensamento contrafactual tende a versar sobre o primeiro elemento de uma sequência causal.	▪ Wells et al. (1987, Experimento 1) ▪ Segura et al. (2000, 2002, Experimento 2)

Em seguida explanamos, mais aprofundadamente, os três factores nucleares para a presente dissertação—Afecto negativo, Normalidade e Controlabilidade—, bem como aqueles que estão na base de alguns dos estudos que integram a nossa trajectória empírica—Acção-Omissão e Proximidade.

2.1 O Afecto Negativo

Em 1997, Roese e Olson colocam, explicitamente, a questão de se o afecto negativo seria o principal "gatilho" do pensamento contrafactual, influenciando mais a sua activação do que outros determinantes sugeridos na literatura.

Os autores reportam um vasto conjunto de estudos que fornecem uma consistente resposta afirmativa à interrogação levantada, estudos cuja estratégia metodológica utilizada assentou, predominantemente, na manipulação da valência do resultado, a qual, segundo os mesmos, constituiria uma manipulação do afecto através de características situacionais.

Sendo que, como reconhecem, a manipulação da valência do resultado pode alterar outras variáveis para além da experiência afectiva, a questão que se seguia prendia-se com o confronto do papel do afecto com o dessas outras variáveis. Daí a extensão da trajectória empírica por si relatada, ao longo da qual foram abordados factores concorrentes como a normalidade, a percepção de controlo e a violação de expectativas. Os resultados encontrados mostraram-se consistentes entre si e apontaram o afecto negativo como um ingrediente central, talvez o mais importante, para a estimulação de contrafactuais.

Ainda assim, foi aquando da realização de uma análise de regressão na qual a valência do resultado, o afecto, a expectativa e a controlabilidade entraram como preditores que obtiveram a mais clara e directa evidência de que são as emoções negativas inerentes a um evento desfavorável as responsáveis pela activação contrafactual—quando o afecto foi removido do modelo ocorreu uma descida significativa da variância explicada, o que não sucedeu com a remoção de qualquer um dos restantes factores.

À concordante demonstração proveniente de trabalhos anteriores aos expostos por Roese e Olson (1997), quer de natureza laboratorial (e.g., Sanna & Turley, 1996, Estudos 1 e 3), quer de carácter naturalístico (e.g., Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Sanna & Turley, 1996, Estudo 2), vieram juntar-se outros como aqueles conduzidos, e.g., por

Roese e Hur (1997), reforçando as conclusões dos autores quanto à relevância do afecto negativo no que concerne ao estádio "disponibilidade".

2.2 A Normalidade dos Eventos

Um dos determinantes do conteúdo contrafactual, talvez o mais tradicionalmente estudado, prende-se com a normalidade dos antecedentes, dele decorrendo a tendência predominante para a alteração dos eventos excepcionais no sentido de elementos rotineiros.

A sua primeira demonstração empírica, que se tornou clássica, foi providenciada por Kahneman & Tversky (1982a).

Os autores criaram duas versões equivalentes de um cenário no qual era relatado um acidente de viação fatal: A versão "percurso" e a versão "tempo".

Na versão "percurso" foi dito que a vítima, Mr. Jones, por vezes saía mais cedo do emprego, tendo, no dia do desastre, saído à hora do costume. Como o dia estava particularmente luminoso, o protagonista desviou-se do trajecto usual, optando por conduzir ao longo da costa para desfrutar da paisagem.

Por seu turno, na versão "tempo" foi providenciada a informação inversa: Mr. Jones, ocasionalmente, em dias particularmente luminosos, conduzia ao longo da costa para desfrutar da paisagem, tendo, na fatídica data, seguido pelo trajecto do costume. Para tratar de algumas tarefas domésticas solicitadas pela sua esposa, o protagonista saiu mais cedo do escritório do que o usual.

Em seguida apresentamos o caso (versão "percurso") tal como utilizado por Kahneman e Tversky (1982a).

> Mr. Jones was 47 years old, the father of three and a successful bank executive. His wife has been ill at home for several months.
>
> On the day of the accident, Mr. Jones left his office at the regular time. He sometimes left early to take care of home chores at his wife's request, but this was not necessary on that day. Mr. Jones did not drive home by his regular route. The day was

exceptionally clear and Mr. Jones told his friends at the office that he would drive along the shore to enjoy the view.

The accident occurred at a major intersection. The light turned amber as Mr. Jones approached. Witnesses noted that he braked hard to stop at the crossing, although he could easily have gone through. His family recognized this as a common occurrence in Mr. Jones' driving. As he began to cross after the light changed, a light truck charged into intersection at top speed, and rammed Mr. Jones' car from the left. Mr Jones was killed instantly.

It was latter ascertained that the truck was driven by a teenage boy, who was under the influence of drugs. (p. 204)

Na versão "tempo" o segundo parágrafo foi substituído pelo seguinte:

On the day of the accident, Mr. Jones left the office earlier than usual, to attend to some household chores at his wife's request. He drove home along his regular route. Mr. Jones occasionally chose to drive along the shore, to enjoy he view on exceptional clear days, but that day was just average. (p. 204)

Cada uma delas foi lida por dois grupos distintos, compostos por cerca de 60 estudantes universitários, posteriormente convidados a listar os pensamentos contrafactuais que teriam ocorrido à família e amigos de Mr. Jones nos dias seguintes ao acontecimento.

A respectiva análise evidenciou que os participantes tenderam a alterar a excepção em vez da norma. Assim, na versão em que o protagonista teria seguido por um trajecto inusual, produziram, primordialmente, pensamentos assentes na ideia de que se ele tivesse conduzido pela via rotineira ainda estaria vivo; por seu turno, na versão em que foi veiculada a informação de que o protagonista havia saído mais cedo do escritório geraram, maioritariamente, pensamentos ancorados no pressuposto de que se ele tivesse saído à hora do costume não teria sofrido o acidente.

Tais resultados receberam suporte da parte de vários estudos, quer de forma directa (e.g., Martins & Jesuíno, 2002, Estudo 2; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Estudo 2), quer de forma indirecta (e.g., Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2; Miller & McFarland, 1986; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 1, 2 e 3).

Por exemplo, Macrae, Milne e Griffiths (1993, Estudo 2) verificaram que os sujeitos recomendavam uma punição mais severa para o assaltante de um jovem que, numa noite de sábado, regressava de um bar por um caminho diferente do usual, ao mesmo tempo que manifestavam uma maior empatia relativamente a este e que tendiam a considerar o crime como mais grave quando comparados com sujeitos confrontados com o mesmo caso mas em que era dito que a vítima regressava pelo caminho habitual.

Similarmente, Miller e McFarland (1986) constataram a atribuição de uma compensação superior ao queixoso de uma situação de fortes ofensas físicas na sequência do assalto a uma loja a que o mesmo nunca tinha ido, do que quando a mesma situação tinha supostamente ocorrido numa loja da qual era cliente.

O mesmo sucedeu em alguns dos estudos que se debruçaram sobre a violação. Por exemplo, Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudos 1, 2 e 3) identificaram um efeito indirecto da normalidade do comportamento da vítima e do comportamento do agressor sobre a percepção do crime. Explanamo-lo, mais detalhadamente, no capítulo dedicado a este tópico.

2.3 A Controlabilidade dos Eventos

Deve-se a Girotto, Legrenzi e Rizzo (1991) o primeiro trabalho empírico sobre o antecedente “controlabilidade”.

Os autores constataram que a literatura relativa à mutabilidade ainda não havia considerado a distinção entre os actos de um determinado sujeito e as ocorrências no meio envolvente. Segundo os mesmos, estas duas classes afectariam a geração de alternativas contrafactuais na medida em que os comportamentos das pessoas seriam percebidos como estando menos condicionados do que os eventos externos.

Assumindo o princípio de que a mutabilidade de um acontecimento seria função do número de constrangimentos percepcionados, os autores preconizaram que aqueles que correspondessem a acções individuais seriam mais modificáveis do que aqueles que

resultassem de circunstâncias exteriores, desde que tais acções fossem controláveis, tidas como expressão de livre vontade.

Girotto et al. (1991) partiram da definição de evento controlável como sendo todo aquele cuja ocorrência dependesse da decisão do actor[3] e desenvolveram três experimentos nos quais o papel do Factor "controlabilidade" enquanto determinante da construção de alternativas contrafactuais foi estudado em comparação com outros previamente abordados na literatura: ordem causal (Experimento 1), normalidade (Experimento 2) e foco (Experimento 3).

Para o efeito, construíram um cenário cuja estrutura base foi utilizada ao longo dos três estudos. Este retratava uma situação dramática vivida por um empregado bancário, Mr. Bianchi. O protagonista trabalhava numa agência situada numa aldeia próxima daquela em que vivia com a sua mulher. No dia da tragédia, Mr. Bianchi dirigia-se para casa, após o trabalho, quando foi confrontado com uma série de três contratempos—as manobras de um camião, a passagem de um rebanho de ovelhas e um tronco de árvore atravessado na via—que, a par da sua decisão própria de parar num bar para beber uma cerveja, provocaram o seu atraso.

Quando chegou a casa encontrou a sua mulher caída no chão, logo tendo percebido que ela havia sofrido um ataque de coração e que estava a morrer. Mr. Bianchi terá tentado ajudá-la mas os seus esforços foram em vão e o pior acabou por acontecer.

Após a leitura do caso, os participantes foram convidados a listar, por ordem de importância, quatro formas diversas através das quais os eventos da história pudessem ser modificados, de tal modo que o resultado fosse diferente.

Os autores verificaram que os quatro eventos manipulados no cenário cobriam a maior parte das mudanças sugeridas pelos sujeitos como forma de reverter o desfecho da situação (entre 70% e 80%).

Mais, a sua hipótese recebeu sustentação sucessiva: Os eventos correspondentes à decisão do protagonista foram preferencialmente alterados, independentemente da sua posição no canal causal (Experimento 1), da sua normalidade (Experimento 2) e do foco (Experimento

[3]Definição igualmente adoptada por Quelhas, Power, Juhos e Senos (2008, Experimento 1) para a manipulação da controlabilidade dos antecedentes das histórias por si construídas.

3), evidenciando que a controlabilidade subjectiva de um evento lhe confere um elevado grau de mutabilidade.

Um outro estudo amplamente referido a este propósito é aquele desenvolvido por Markman, Gavanski, Sherman e McMullen (1995).

Os autores criaram uma situação experimental que continha características controláveis e incontroláveis, com o objectivo de verificarem quais eram mais contrafactualizadas, ou seja, em que medida as características controláveis de um determinado evento eram mais mutáveis do que as características não controláveis desse mesmo evento.

Os participantes foram colocados numa situação experimental jogando a "Roda da Sorte"[4] através de simulação por computador.

No ecrã visionaram duas rodas que giravam simultaneamente, tendo-lhes sido dito que o resultado de uma delas determinava quantos pontos ganhariam e que o da outra indicaria os pontos ganhos pelo restante jogador (sujeito que, na realidade, era um aliado dos experimentadores).

Para manipulação da controlabilidade, os autores criaram duas condições: Numa os participantes puderam escolher a posição de partida e a velocidade do movimento giratório da sua roda (*"spin-choice condition"*); na outra, os participantes puderam decidir sobre qual seria a sua roda e sobre qual seria a roda do outro jogador (*"wheel-choice condition"*).

O jogo foi montado de modo a providenciar um de dois resultados que elicitassem os designados "contrafactuais próximos" (Kahneman & Varey, 1990): (a) A roda do participante por pouco não atingia um *jackpot* de 75 pontos, ficando no gomo de 10 pontos, enquanto que a roda do outro jogador estabilizava na posição de banca rota *versus* (b) a roda do participante parava no gomo de 10 pontos, por pouco não passando para a posição de banca rota, enquanto que a outra roda estabilizava nos 75 pontos.

Os autores tomaram em linha de conta, para a sua análise, o primeiro contrafactual gerado por cada participante, tendo encontrado resultados que sustentaram a sua previsão, ou seja, os sujeitos centraram-se na característica do jogo que controlavam. Assim, os da condição *"spin-choice"* geraram mais contrafactuais acerca da sua própria roda e respectiva velocidade de rotação do que aqueles da condição *"wheel-choice"*, os quais se centraram, predominantemente, na opção entre as duas rodas.

---

[4]Também designada "Roda da Fortuna" enquanto adaptação do formato norte-americano "Wheel of Fortune".

Estudos posteriores vêm demonstrando, consistentemente e até data recente, esta maior mutabilidade de que os antecedentes controláveis se revestem (e.g., Mandel & Lehman, 1996; McEleney & Byrne, 2006, Estudo 1; N´gbala & Branscombe, 1995, Estudo 2; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, Experimento 2). De entre estes encontram-se dois experimentos desenvolvidos por Catellani e Milesi (2001; Estudos 1 e 2) no contexto do pensamento contrafactual acerca da violação contra as mulheres, os quais descrevemos no capítulo dedicado à literatura que versa sobre esta temática.

A explicação maioritariamente avançada para a saliência da controlabilidade enquanto determinante do conteúdo assenta na necessidade comum de percepção de controlo sobre as nossas vidas, cedo explanada, e.g., por Langer (1975) e que retomaremos mais adiante, a propósito das funções do pensamento contrafactual.

2.3.1 Ainda sobre os eventos controláveis: Entre as obrigações e as proibições.

"When people think about what might have done differently
they sometimes think about what they should have done differently."

(Byrne, 2005, p. 69)

Em 2005, Ruth Byrne publica um livro intitulado "*The Rational Imagination*", no qual dedica alguns capítulos ao pensamento contrafactual. Num deles aborda, de uma forma inovadora e aprofundada, a reversão mental das obrigações e proibições, aspecto que se nos apresenta especialmente relevante pela sua articulação com os comportamentos preventivos, nomeadamente em termos do crime de violação. Neste ponto procedemos à sua síntese.

A autora começa por recordar os resultados obtidos por Girotto et al. (1991): Os participantes, após lerem o cenário, alteraram, maioritariamente, a decisão do respectivo protagonista quanto a parar num bar para beber uma cerveja. Segundo a mesma, este comportamento seria ajustado às normas sociais relacionadas com uma celebração com amigos mas revelar-se-ia inapropriado num contexto em que alguém o faz sozinho enquanto a esposa se encontra doente, em casa. Propõe, então, que os eventos que estão sob o controlo dos indivíduos podem variar em múltiplos sentidos e que um deles consiste, justamente, na sua aceitação social, factor que afectaria a criação imaginária de alternativas aos factos.

Os pensamentos contrafactuais ver-se-iam constrangidos por leis sociais, leis que ditam obrigações e proibições, ou seja, que delineiam aquilo que se é obrigado a fazer e aquilo que se é obrigado a não fazer, de tal modo que quando uma pessoa violasse uma obrigação tenderia a pensar, não apenas acerca do que fez mas, também, acerca do que deveria ter feito.

Assim, para a autora, examinar as normas que governam aquilo que é socialmente esperado que uma pessoa faça (normas interpessoais) revestir-se-ia da mesma importância que a análise das normas relativamente ao que uma pessoa faz habitualmente (normas intrapessoais).

Neste contexto, enumera vários tipos de obrigações: (a) As que derivam das convenções sociais e culturais (e.g., "Os adultos devem tomar conta dos seus pais idosos."), (b) as que decorrem de precedentes históricos e legais (e.g., "As crianças devem herdar os bens dos seus pais."), (c) as que se prendem com princípios económicos e estéticos (e.g., "Os trabalhadores devem pagar impostos.") e, finalmente, (d) as que pertencem a medidas de saúde e segurança (e.g., "Os fóruns sociais devem ter saídas de emergência adequadas a situações de incêndio.").

Estas obrigações variam de sociedade para sociedade, embora algumas pareçam estar presentes na maioria das culturas.

No seio de uma determinada sociedade, as obrigações parecem ser inalteráveis, constituindo a base sobre a qual as interacções sociais são construídas (Byrne, 2005).

2.3.1.1 *Imaginando alternativas para as proibições.*

Segundo Byrne (2005), uma obrigação é entendida pensando acerca da possibilidade permitida e da possibilidade proibida. O rápido acesso mental a esta última (possibilidade proibida) teria um forte impacto sobre o modo como as pessoas imaginariam os eventos a ocorrerem diferentemente do resultado factual, ou seja, a representação simultânea da permissão e da proibição conduzi-las-ia a equacionar, facilmente, uma alternativa contrafactual para a proibição.

Segundo propõe, a possibilidade proibida evoca, mentalmente, a sua contrapartida obrigatória, da mesma forma que um evento excepcional convoca a sua contrapartida normal.

Byrne (2005) retoma Girotto et al. (1991) e afirma: As pessoas imaginam mais alternativas para eventos controláveis socialmente inaceitáveis (e.g., parar num bar para beber uma cerveja) do que para eventos controláveis socialmente aceitáveis (e.g., não parar para beber uma cerveja) porque verificam que uma das possibilidades que ponderaram para o evento controlável socialmente inaceitável é proibida (parar para beber uma cerveja) e a outra permitida (não parar para beber uma cerveja). Então, contrafactualizam alterando, mentalmente, a possibilidade proibida no sentido de se igualar à possibilidade permitida ("*Se o Mr. Bianchi não tivesse parado num bar para beber uma cerveja…*").

Em resumo, nas palavras da autora, as possibilidades proibidas são mutáveis.

2.3.1.2 *Imaginando alternativas para as obrigações*

Byrne (2005), ancorando na assunção de que uma obrigação seria representada mantendo em mente duas possibilidades—aquela em que a obrigação é cumprida e aquela em que a obrigação não é cumprida (possibilidade explicitamente assinalada como proibida)—, defende que as pessoas não gerariam contrafactuais que alterassem uma possibilidade permitida no sentido da possibilidade proibida, ou seja, se alguém fez aquilo que, do ponto de vista social, deveria ter feito as pessoas não tenderão a desejar que não o tivesse concretizado. E exemplifica-o com base num suposto sujeito que comete um erro sério no trabalho. Se a razão consistir numa obrigação parental—ter estado acordado toda a noite com o filho doente—a possibilidade permitida será "manter-se a pé para ajudar a criança" e a possibilidade proibida será, justamente, a oposta ("não se manter a pé para ajudar a criança"). Neste caso, as pessoas não alterarão o resultado pensando "*Se ele não tivesse estado a pé para ajudar o filho…*".

Em suma, e contrariamente às proibições, a imaginação de alternativas para as obrigações apresenta-se difícil e estas parecem imutáveis.

Decorrentemente, uma das mais fortes razões para argumentar a favor de uma decisão é esta basear-se numa obrigação, situação com a qual nos confrontamos, frequentemente, no dia-a-dia.

A autora não termina sem fazer notar que, em situações extremas, as obrigações podem tornar-se mutáveis. Como concretiza, é aceite que uma pessoa roube porque está a passar fome; neste caso, a obrigação de não roubar pode ser ultrapassada pela superior necessidade de sobreviver.

2.4 A Dicotomia Acção-Omissão

"(...), the number of possible committed acts is limited by what actually happened whereas the possible set of omitted acts is limited only by one's imagination."

(Davis & Lehman, 1995, p. 358)

Suponha que está a participar num estudo em cujo contexto lhe é apresentada a seguinte situação:

Paul owns shares in company A. During the past year he considered switching to stock in company B, but decided against it. He now finds out that he would have been better off by $1,200 if he had switched to the stock of company B. George owned shares in company B. During the past year he switched to stock in company A He now finds out that he would have been better off by $1,200 if he had kept his stock in company B. Who feels more regret?

Qual seria a sua resposta?

Pronto(a) para outra tarefa idêntica à anterior?

Dave and Jim do not know each other, but both are enrolled at the same elite East Coast university. Both are only moderately satisfied where they are and both are considering transferring to another prestigious school. Each agonizes over the decision, going back and forth between thinking he is going to stay and thinking he will leave. They ultimately make different decisions: Dave opts to stay where he is, and Jim decides to transfer. Suppose their decisions turn out badly for both of them: Dave still doesn't like it where he is and wishes he had transferred, and Jim doesn't like his new environment and wishes he had stayed. Who feels more regret?

Perguntamos-lhe de novo: Qual seria a sua resposta?

O primeiro dos cenários apresentados foi desenvolvido por Kahneman e Tversky (1982b, p. 173), tendo sido estes que identificaram a tendência para os sujeitos julgarem que os actores se arrependem mais das suas acções do que aqueles que não agem se arrependem

das suas inacções. No estudo por si levado a cabo, a grande maioria dos participantes (92%) indicou um arrependimento superior para George, que agiu, do que para Paul, que se decidiu pela inacção (apesar de a situação final ser a mesma—ambos teriam ganho mais $1,200.).

Os autores explicaram este resultado argumentando que as acções redundariam em maior arrependimento porque seriam mais anormais, encerrando, assim, uma maior probabilidade de evocar reacções emocionais mais fortes do que as inacções. Ou seja, propuseram que seria mais fácil "fazer *undo*" sobre o resultado mudando, mentalmente, uma causa anormal (a acção) para uma causa normal (a inacção) do que o inverso. Dito de outro modo, as acções seriam mais mutáveis do que as inacções (seria mais fácil imaginar a não tomada de acção por parte de George do que imaginar Paul a agir).

Assumindo que as reacções afectivas seriam amplificadas quando os resultados reais pudessem ser facilmente imaginados de outra forma, defenderam que as acções conduziriam, por consequência, a um arrependimento mais intenso do que as inacções.

Este fenómeno veio conhecendo designações diversas—amplificação emocional ("*emotional amplification*": Kahneman & Miller, 1986), efeito do actor ("*actor effect*": Landman, 1987), enviesamento de omissão ("*omission bias*": Ritov & Baron, 1990) e efeito de acção ("*agency effect*": Byrne & McEleney, 2000; "*action effect*": Zeelenberg, van den Bos, van Dijk, & Pieters, 2002)—e recebendo extenso suporte empírico, quer no caso do arrependimento próprio, quer no caso do arrependimento dos outros (e.g., Baron & Ritov, 1994; Landman, 1987; Ordóñez & Connoly, 2000; Ritov & Baron, 1995; Zeelenberg, van den Bos, Van Dijk, & Pieters, 2002; Zeelenberg, Van Dijk, & Manstead, 1998, 2000), mesmo quando a ordem das acções e inacções variou nos cenários (Gleicher et al., 1990), o que significa que as pessoas não se focam, simplesmente, no evento mencionado mais recentemente (questão passível de ser colocada ao trabalho de Kahneman e Tversky, 1982b).

Um outro conjunto de evidências provém, justamente, do campo do pensamento contrafactual acerca da violação, as quais aprofundamos mais adiante.

Por exemplo, Turley et al. (1995, Estudo 4) verificaram que os participantes consideravam que a vítima se teria sentido mais responsável, mais arrependida e mais culpada pela violação quando esta fora precedida pela sua acção do que pela sua inacção.

Usando uma abordagem distinta, Catellani e Milesi (2001, Estudos 1 e 2) identificaram uma média significativamente superior de contrafactuais centrados em acções

quando os sujeitos foram investidos do papel de vítima *versus* do de agressor e colocados numa hipotética situação de tribunal em que tinham de, respectivamente, convencer o juiz quanto à solidez das suas acusações ou quanto à sua inocência.

Uma situação comummente relatada na literatura reporta-se à vacinação infantil. Os sujeitos que integraram estes estudos mostraram uma maior relutância em vacinar uma suposta criança quando a vacinação, só por si, poderia causar a sua morte, mesmo quando esta era muito menos provável do que a decorrente da doença a prevenir (e.g., Ritov & Baron, 1990).

Entretanto, alguns autores vêm defender a não existência de evidência consistente, neste caso concreto, que sustente um papel importante por parte do enviesamento de omissão, ou seja, da antecipação de responsabilidade e arrependimento por uma acção assumida mas, antes, alguns condicionalismos metodológicos que conduziram àquele padrão de resultados (Connoly & Reb, 2003). Já posteriormente, em 2004, Wroe, Turner e Salkovsis mostram a influência deste enviesamento sobre a decisão acerca da imunização, agora junto de pais em contexto real, estando em causa a vacinação dos seus próprios filhos.

2.4.1 Proposta de um padrão temporal.

Apesar de toda esta consistência empírica e do suporte teórico oferecido pela Teoria da Norma (Kahneman & Miller, 1986) ao estudo de Kahneman e Tversky (1982b), Gilovich e Medvec (1994) vêm demonstrar a possibilidade de ocorrência do efeito inverso, introduzindo a distância temporal como factor explicativo e a ter em conta nesta abordagem: Embora as pessoas julgassem que as acções seriam alvo de um maior arrependimento do que as falhas de acção no curto prazo, a longo termo aconteceria justamente o oposto—as omissões seriam julgadas como fonte de um arrependimento superior relativamente às acções.

Nos seus dois primeiros estudos, Gilovich e Medvec (1994) lidaram com situações da vida real dos sujeitos, inquirindo-os, ora telefonicamente, ora através de entrevistas face-a-face, ora via questionário. Eis algumas das instruções utilizadas pelos autores:

> When you look back on your experiences in life and think of those things that you regret, what would you say you regret more, those things that you did but wish you hadn't, or those things that you didn't but wish you had? (p. 358)
>
> When you look back on your life to this point, what are your biggest regrets? (p. 358)

Os resultados foram consistentes: Em ambos, a grande maioria dos sujeitos enumerou, significativamente, mais omissões do que acções como fonte de um maior arrependimento relativamente ao seu passado.

Para testarem a sua hipótese, segundo a qual previam que a intensidade do arrependimento decorrente das acções e das inacções variaria sistematicamente com a perspectiva temporal, os autores realizaram dois experimentos posteriores, fazendo uso do segundo cenário com que iniciámos o presente capítulo (construído pelos próprios e apresentado na página 360 do seu artigo—cenário da escolha de colégio). A única variação entre eles prendeu-se com o tipo de *design* utilizado relativamente às questões formuladas (*within- versus between-subjects*): "(a) Who do you think would regret his decision more on learning that it was a mistake? (b) Who would you think would regret his decision more in the long run?" (p. 360). Este, porém, não afectou os resultados a que chegaram, os quais foram ao encontro da sua previsão, oferecendo suporte ao padrão temporal por si proposto: A grande maioria dos sujeitos inferiu que Jim, o estudante que se decidiu pela transferência de colégio (acção), teria vivenciado um maior arrependimento inicialmente e que, contrariamente, Dave, o estudante que acabou não transitando (inacção/omissão) teria experienciado um maior arrependimento no longo-prazo.

Voltando ao contexto da vida real das pessoas num quinto e último estudo, Gilovich e Medvec (1994) encontram suporte para os resultados anteriores e para a sua proposta de partida, o mesmo decorrendo das revisões de literatura que efectuam um ano depois (Gilovich & Medvec, 1995a, 1995b) e de trabalhos como o de Zeelenberg, van der Pligt e Manstead (1998).

2.4.2 Abordagem dos modelos mentais e revisão do padrão temporal.

Byrne e McEleney (2000) vêm providenciar uma explicação alternativa àquela avançada por Kahneman e Tversky (1982b) para a inferência tendencial de que as pessoas se sentirão pior acerca das suas acções do que das suas omissões (fenómeno que as autoras designaram de "*agency effect*"). Esta sua explicação ancora na abordagem do pensamento contrafactual à luz dos modelos mentais (e.g., Byrne, 1996, 1997; Byrne, Segura, Culhane, Tasso, & Berrocal, 2000; Byrne & Tasso, 1999; Quelhas & Byrne, 2000).

Byrne e McEleney (2000) sugerem, então, que a propensão para atribuir um impacto emocional superior às acções resultaria do facto de estas serem representadas mais explicitamente, implicando mais informação do que as inacções: A informação relativa ao *estado prévio à acção* (e.g., George investe financeiramente na empresa B; Jim frequenta o colégio A) e a informação relativa ao *estado posterior à acção* (e.g., George investe financeiramente na empresa A; Jim frequenta o colégio B).

Na medida em que, no caso das inacções, não ocorre alteração da situação, estas poderiam ser representadas tendo em mente um estado apenas (e.g., Paul investe financeiramente na empresa A; Dave frequenta o colégio A).

Esta superior quantidade de informação a respeito das acções torná-las-ia mais prontamente disponíveis para a mutação aquando da geração de uma alternativa contrafactual, dado que o estado posterior à acção poderia ser substituído pelo respectivo estado prévio, agora passado. Socorrendo-nos dos exemplos em questão, teríamos: "*Se George não tivesse mudado o seu investimento para a empresa B…*"; "*Se Jim não tivesse transitado de colégio…*".

Resumamos, então, a primeira proposta das autoras: As acções são mudadas mais prontamente porque são representadas explicitamente.

Byrne e McEleney (2000) não esqueceram a questão imediatamente decorrente dos trabalhos de Gilovich e Medvec (1994, 1995a): Porque existiria uma inversão desta tendência (no sentido da focalização nas inacções) no longo prazo? E propõem: A perspectiva temporal, tal como avançada pelos mesmos, acentuaria as diferenças ao nível das consequências das acções e das inacções, as quais seriam conhecidas para as primeiras e desconhecidas para as segundas. Na realidade, sabemos o que aconteceu a George ao mudar o seu investimento financeiro de uma empresa para a outra. Mas, qual seria o resultado obtido por Paul se tivesse

mudado? Jim não se viu mais satisfeito com a mudança de colégio. E Dave, teria ficado mais agradado? Ao mesmo tempo que sabemos serem desfavoráveis as consequências para quem agiu—George e Jim—ficamos na dúvida quanto à positividade das consequências para quem não agiu—Paul e Dave. E, estando em aberto, é possível colocar a hipótese de que estas seriam positivas. Por essa razão, as pessoas infeririam que o sujeito que não agiu seria aquele que pior se tinha sentido.

Eis, pois, a segunda proposta de Byrne e McEleney (2000): As inacções são mais prontamente mudadas numa perspectiva de longo termo apenas quando as suas consequências contrafactuais são desconhecidas e, portanto, possivelmente melhores do que as reais e do que as das acções, cujas consequências efectivas terão sido desfavoráveis. De acordo com as autoras, o padrão temporal para o efeito de acção estaria confinado a esta circunstância.

A referida perspectiva temporal constituiria a diferença crucial entre os dois cenários tradicionais e que encabeçaram o presente capítulo. Enquanto que, naquele elaborado por Kahneman e Tversky (1982b), tanto as consequências factuais quanto as contrafactuais são ambas conhecidas e iguais (negativas, as primeiras e positivas, as segundas), no outro, construído por Gilovich e Medvec (1994), existe uma assimetria: As consequências factuais e contrafactuais da acção são ambas conhecidas (negativas), ao passo que as consequências das inacções são conhecidas apenas na sua vertente factual (negativas), ficando em aberto a possibilidade de as contrafactuais poderem ser tanto favoráveis como desfavoráveis. Na Tabela 3 sintetizam-se estas diferenças.

Tabela 3

Síntese da diferença das consequências entre os cenários "investimento" e "colégio"

Decisão	Cenário	Consequências	
		Factuais	Contrafactuais
Acção	Investimento	–	+
	Colégio	–	–[a]
Inacção	Investimento	–	+
	Colégio	–	?[b]

[a]Porque no passado assim fora. [b]Possibilidade de + ou –.

Partindo destes mesmos cenários—investimento financeiro e transição de colégio—as autoras procederam, então, a algumas variações para a realização de quatro estudos cujos

resultados suportaram as suas propostas e contrariaram potenciais explicações alternativas por elas equacionadas.

Posteriormente, Avni-Babad (2003b, Experimentos 1 e 2), fazendo uso do mesmo paradigma experimental, encontra resultados que vão justamente no sentido dos de Byrne e McEleney (2000), tanto numa perspectiva de curto prazo como numa de longo prazo, contrariando o padrão temporal enunciado por Gilovich e Medvec (1994).

Em 2005, Byrne continua a defender a sua proposta de 2000 (em co-autoria com McEleney), tal como por nós explanada.

2.4.3 A severidade da perda.

Ainda no contexto do Factor "acção-omissão", Avni-Babad (2003a) vem propor que se tenha em conta a severidade da perda.

O autor desenvolveu dois estudos com base em cenários construídos por forma a que este factor variasse em grau (morte de um filho, morte do cônjuge, perda do emprego, contracção de uma doença viral, roubo do carro próprio, mudança para outro imóvel com piores condições), tendo contemplado a perspectiva temporal: "Curto termo" (após o evento) *versus* "Longo termo" (um ano após o evento).

Segundo o mesmo, quando as pessoas experienciassem uma perda grave estariam mais motivadas para efectuar "*undo*" sobre o resultado e, portanto, aquilo que poderiam ter feito mas que não haviam levado a cabo (omissão) tornar-se-ia mais fácil de representar mentalmente do que aquilo que haviam feito errado (acção).

Assim, hipotetizou que os participantes atribuiriam aos alvos um maior arrependimento por inacção no caso dos eventos cujo final representasse uma perda severa comparativamente com aqueles de gravidade inferior. Os resultados que obteve sustentaram o padrão previsto, revelando-o independente da perspectiva temporal (curto *versus* longo prazo).

2.5 A Proximidade

Contrariamente aos determinantes expostos nos subcapítulos anteriores, a proximidade constitui um factor que, de acordo com o Modelo das duas etapas da geração de pensamentos contrafactuais (Roese & Olson, 1995b), afecta, predominantemente, o estádio activação.

Quando falamos em proximidade reportamo-nos à distância entre o resultado factual e o resultado alternativo, podendo esta ser de vários tipos: Numérica, espacial e temporal (Roese, 1997; Roese & Olson, 1995b).

Assim, por exemplo, reprovar num teste com 9 valores será vivido, por certo, de modo diferente do que reprovar num teste com 6 valores. O mesmo se poderá afirmar relativamente ao não envolvimento num choque em cadeia ocorrido numa via pela qual passámos 5 minutos *versus* 45 minutos antes do acidente. Tanto no caso em que estivemos próximos de alcançar o objectivo desejável (passar no teste), como naquele em que escapámos, por pouco, a uma situação negativa (acidente em cadeia), seremos mais facilmente invadidos por pensamentos contrafactuais. Na primeira situação, sentiremos frustração associada ao pensamento de que "quase aconteceu"; na segunda, alívio, porque "não aconteceu".

Tais reacções não decorrem dos resultados objectivos mas, antes, da facilidade com que se imagina uma alternativa para os mesmos (Kahneman & Tversky, 1982a).

De facto, estudos vários demonstraram que o pensamento contrafactual é mais rapidamente activado quando a proximidade entre o resultado factual e o resultado alternativo é reduzida (e.g., Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Medvec & Savitsky, 1997; Meyers-Levy & Maheswaran, 1992; Tetlock, 1998; Tykocinski & Steinberg, 2005).

O cenário frequentemente referido e utilizado na literatura, criado por Kahneman e Tversky (1982a) e que tem, como protagonistas, Mr. Crane e Mr. Tees[5], constitui uma ilustração clássica, ainda que indirecta, deste processo: Mr. Tees foi percepcionado como tendo ficado muito mais desapontado ao ter perdido o seu voo por 5 minutos do que Mr. Crane que o perdeu por meia hora.

---

[5]O estudo em questão encontra-se explanado num subcapítulo precedente—1.3 O "Despertar": (Re)Visitando Kahneman e Tversky (1982a).

Comum a todos estes exemplos é o facto de bastar, apenas, a modificação de um elemento sem relevância contextual para, mantendo todo o restante inalterado, facilmente imaginar um desfecho diferente.

Um outro aspecto igualmente relevante prende-se com o carácter excepcional desse elemento, o qual, embora plausível, contraria as nossas expectativas e introduz irregularidades em termos da ordem natural dos acontecimentos (e.g., reprovar com 9 valores, perder um voo ou escapar a um acidente por 5 minutos) (Kahneman & Miller, 1986).

Ainda a propósito deste factor, importa sublinhar que a relação entre o nosso nível de satisfação e o resultado obtido nem sempre se pauta pela linearidade descrita, tendo como elementos fortemente determinantes os "pontos de corte categóricos" ("*categorical cutoff points*"), noção introduzida por Medvec e Savistsky (1997): "Arbitrary values that impose qualitative boundaries onto quantiative outcomes" (p. 1284).

Assim, quando um resultado quantitativo ficasse bastante próximo de um ponto de corte, determinados pensamentos contrafactuais tornar-se-iam particularmente susceptíveis de serem formulados e de influenciarem a satisfação dos indivíduos.

Mais concretamente, os autores propuseram e demonstraram que quando o resultado obtido tangia a fronteira para uma categoria preferida os nossos pensamentos se focavam, justamente, no facto de quase a termos atingido e integrado. Em contrapartida, os sujeitos que ficassem afastados do ponto de corte estabelecido, compararíam os seus resultados com a pior alternativa possível, ou seja, a de não terem conseguido entrar, sequer, na categoria factual.

Deste modo, a existência dos pontos de corte categóricos poderia conduzir, irónica e paradoxalmente, a que aqueles que tivessem, objectivamente, um melhor desempenho se sentissem pior do que aqueles com um desempenho inferior.

A proposta de Medvec e Savistsky (1997) permite, pois, explicar a constatação empírica de Medvec, Madey e Gilovich (1995): Atletas olímpicos que conquistaram a medalha de prata manifestaram-se menos satisfeitos do que aqueles medalhados com bronze, apesar da sua superior posição no *podium*. Enquanto que os primeiros terão estabelecido a comparação entre o nível por si obtido e a categoria acima (medalha de ouro), os segundos ter-se-ão centrado na categoria abaixo, ou seja, na não classificação, sequer, para a obtenção da medalha de bronze.

Note-se que, nos casos e exemplos reportados, está implícita a direcção da comparação efectuada—ascendente, ou seja, comparação com uma alternativa melhor *versus* descendente, comparação com uma alternativa pior—a qual se revela essencial para uma mais correcta compreensão do impacto afectivo decorrente da proximidade dos pontos de corte categóricos.

A direcção constitui um dos critérios de classificação dos pensamentos contrafactuais, implicando outras consequências para além das afloradas. Deles se ocupa, justamente, a secção seguinte.

3. Classificação dos Pensamentos Contrafactuais

Os pensamentos contrafactuais podem ser classificados segundo vários critérios. Uma revisão da literatura permite-nos destacar os seguintes: Direcção, estrutura e centração.

O presente capítulo destina-se a abordá-los de uma forma breve, fornecendo exemplos de uma hipotética situação de violação: Uma jovem que é violada por um colega de faculdade quando, após uma saída para jantar, ele a conduz até casa.

3.1 Direcção

"We live in neither the best nor the worst of possible worlds."
(Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1993, p. 87)

Quando um evento é mentalmente alterado o resultado contrafactual pode ser melhor ou pior que o original. Relativamente ao exemplo proposto, pode ter ocorrido algo à jovem como "*Se eu não tivesse aceite a boleia dele até casa não tinha sido violada.*" ou, alternativamente, "*Se eu tivesse oferecido demasiada resistência ele podia ter-se enfurecido e ter-me agredido severamente até eu ficar inconsciente.*".

A direcção constitui, então, uma dimensão avaliativa, segundo a qual é possível classificar os pensamentos contrafactuais em dois subtipos: Ascendentes (*upward*) e

descendentes (*downward*). Os contrafactuais ditos ascendentes são aqueles que representam uma situação cujo desfecho é mais desejável do que o factual; pelo contrário, os contrafactuais descendentes referem-se a resultados contrafactuais mais desfavoráveis do que os obtidos (e.g., Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1993; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995; Roese & Olson, 1995b; Roese, 1997; Sanna, 2000; Summerville & Roese, 2008; Senos & Rocha, 1992).

3.2 Estrutura

No seu trabalho de referência, Kahneman e Tversky (1982a) propõem uma categorização dos pensamentos contrafactuais em três tipos:

> The alterations that people introduce in stories can be classified as downhill, uphill or horizontal changes. A downhill change is one that removes a surprising or unexpected aspect of the story, or otherwise increases its internal coherence. An uphill change is one that introduces unlikely occurrences. A horizontal change is one in which an arbitrary value of a variable is replaced by another arbitrary value, which is neither more nor less likely than the first. (p. 205)

Esta conceptualização encerra uma vertente avaliativa, assentando em critérios de expectativa e probabilidade, intimamente associados à suposição de uma tendência geral para construir contrafactuais transformando antecedentes excepcionais ou inesperados em antecedentes mais normais ou esperados.

Roese e Olson (1993a), introduzindo a noção de estrutura, vêm, então, propor uma classificação mais simples, independente da dimensão normalidade *versus* excepcionalidade. Com base nesta, dividiram os contrafactuais em aditivos, subtractivos e substitutivos, os quais seriam similares, respectivamente, às "*uphill changes*", às "*downhill changes*" e às "*horizontal changes*".

Tratam-se de contrafactuais aditivos todos aqueles que tentam reconstruir a realidade através da adição de elementos (e.g., "*Se eu levasse um spray de defesa pessoal comigo então*

ele não me teria violado."); de forma inversa, os contrafactuais subtractivos removem um antecedente factual nesta reversão do passado (e.g., "*Se eu não tivesse ido jantar com ele não tinha sido violada.*"); por seu turno, os contrafactuais substitutivos resultam da combinação das duas estruturas anteriores, em que a adição repõe a subtracção (e.g., "*Se eu tivesse ido ao cinema com uma amiga em vez de ter ido jantar com ele não tinha sido violada.*").

Importa sublinhar que a classificação proposta por Roese e Olson (1993a) difere daquela usada por Dunning e Parpal (1989), na medida em que este últimos se debruçam sobre a imaginação de possibilidades futuras em lugar de alternativas para os resultados passados.

Refira-se, por fim, que as estruturas aditiva e subtractiva são muitos mais frequentes do que a estrutura substitutiva e que esta última ocorre raramente (e.g., Roese, Hur, & Pennington, 1999, Experimento 1; Roese & Olson, 1993a, 1993b).

3.3 Centração

Os pensamentos contrafactuais podem, ainda, ser categorizados em termos do seu elemento focal, ou seja, do alvo sobre o qual versam: O próprio, os outros ou elementos alheios, inerentes à situação ou característicos da envolvente (e.g., Roese & Olson, 1993b).

Aqueles centrados no próprio são, usualmente, designados "auto-referentes" (e.g., "*Se eu não me tivesse assustado e tivesse gritado por ajuda ele tinha fugido e não me tinha violado.*") por oposição àqueles centrados nos outros, comummente designados "hetero-referentes" (e.g., "*Se ele não tivesse insistido em me levar a casa depois do jantar nada disto tinha acontecido.*"). Como exemplo de um contrafactual centrado em factores externos temos "*Se a rua não estivesse tão deserta eu não tinha sido violada*".

Em termos gerais, a literatura evidencia uma tendência para a produção superior de contrafactuais ascendentes (e.g., Roese & Hur, 1997; Sirois, 2004; Summerville & Roese, 2008; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008), aditivos (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Roese, Hur, & Pennington, 1999, Experimento 3; Roese & Olson, 1993a, 1993b; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008) e auto-referentes (e.g., Catellani, Alberici, & Milesi, 2004).

4. Sobre a Abordagem Funcional do Pensamento Contrafactual

Ainda que a primeira década de trabalhos acerca do pensamento contrafactual se tenha debruçado, primordialmente, sobre as regras que o governam (e.g., Gleicher et al., 1990; Miller & Gunasegaram, 1990), as implicações afectivas da sua geração (e.g., Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994) e a sua relação com as percepções de causalidade (e.g., Wells & Gavanski, 1989), a abordagem funcional pouco tardou a chegar (e.g., Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1993; Roese, 1994).

De facto, para além dos aspectos abordados, importava perceber se estas alternativas à realidade factual serviam algum objectivo ou necessidade junto dos sujeitos que as geravam (Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a). Na senda da resposta a tal questão, foram identificadas, ao longo dos anos, várias funções do pensamento contrafactual.

Apesar da exaltação das suas enumeras vantagens, reinante na literatura em questão, e do acréscimo de atenção que lhe tem sido dedicada, alguns autores vêm alertando-nos para a concomitante existência de malefícios, por vezes de elevada severidade, e providenciando-nos evidência empírica que os atestam (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Miller, 2006; Markman & Weary, 1996; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008; Sherman & McConnell, 1995, Tykocinski & Steinberg, 2005).

O presente capítulo ocupa-se desta dupla faceta do pensamento contrafactual.

4.1 Funções do Pensamento Contrafactual

Começando por denunciar o facto de a investigação desenvolvida até então sobrestimar as consequências afectivas do pensamento contrafactual em detrimento das suas bases funcionais, Roese (1994) surgiu comungando das preocupações do funcionalismo enquanto escola psicológica do pensamento, lançando as seguintes questões—"What essential purposes might be served by the ability to reason counterfactually? Are such thoughts adaptively beneficial? Do they hamper goal-directed behavior?" (p. 805)—e assumindo a

seguinte definição: "The term *functional* is here used to denote cognitive processes that may be construed as globally beneficial for the individual " (p. 805).

Neste contexto, o autor distingue duas funções específicas do pensamento contrafactual: A função preparativa e a função afectiva.

A função preparativa estaria associada ao incremento do futuro dos indivíduos. Estes, ao manipularem alternativas para as acções passadas, poderiam compreender tanto os fracassos como os êxitos obtidos e, deste modo, escrutinar meios que lhes permitissem facilitar o sucesso posterior.

O mecanismo subjacente basear-se-ia na informação causal contida nas proposições contrafactuais. Como exemplificam Roese e Olson (1995a), o julgamento de que *X* causou *Y* pode decorrer, directamente, da inferência contrafactual de que se *X* não tivesse estado presente, *Y* não teria ocorrido, ou seja, a subtracção do elemento *X* reverte o resultado *Y*. A referida identificação de uma acção antecedente causalmente potente accionaria uma expectativa quanto às respectivas consequências no futuro (*"Se eu fizer X, então Y."*). Esta percepção faria, então, emergir intenções de a executar (*"Vou fazer X."*), o que poderia influenciar a sua manifestação comportamental (*Fazer X*) (Figura 2).

Por seu turno, a função afectiva[6] consistiria em permitir aos indivíduos sentirem-se melhor ou conduzirem os outros a tal e assentaria num efeito de contraste—um resultado seria julgado mais favoravelmente quando uma âncora menos desejável estivesse saliente—contraste que elicitaria sentimentos positivos, como, por exemplo, o de alívio. Assim sendo, as pessoas poderiam gerar, estrategicamente, pensamentos contrafactuais que as servissem no sentido de um humor menos negativo ou, mesmo, positivo (Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a).

Pouco depois da publicação de Roese (1994) é acrescentada uma terceira função—indução de sentimentos de controlabilidade (Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; Markman & Weary, 1996, 1998; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995)—, a qual ficaria muito próxima da função preparativa. Estando a geração contrafactual intimamente associada às percepções de causalidade (Wells & Gavanski, 1989), uma vez desenvolvida a representação causal de um evento a sua sequência pareceria mais previsível e controlável.

---

[6]Designada "regulação do afecto negativo" por Sherman e McConnell (1995).

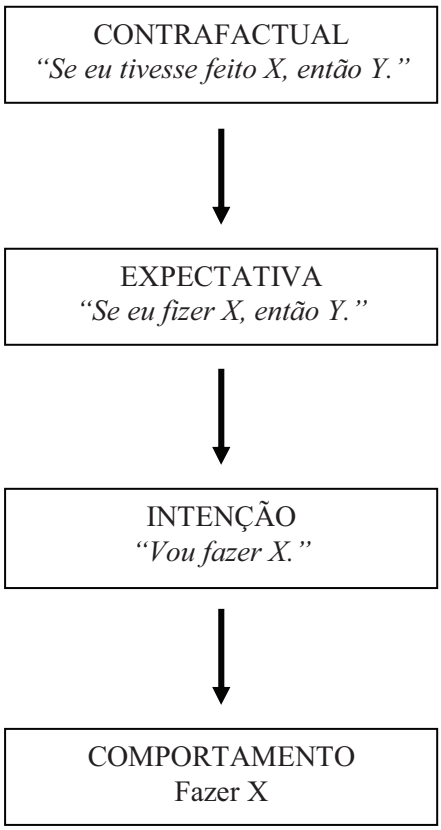

Figura 2. Mecanismo subjacente à função preparativa. Adaptada de *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (p. 172), por N. J. Roese e J. M. Olson, 1995, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Copyright [1995] by Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Finalmente, a possibilidade de uma função de definição, avançada por Roese e Olson (1995a) com base no pressuposto de que as suposições contrafactuais poderiam servir para esclarecer o "estado das coisas" factual num determinado domínio, assim proporcionando um sentido mais claro quanto à natureza da actualidade. Deparamo-nos com esta mesma assunção, mais tarde, nas palavras de Hassig (2001) aplicadas à História. E, assim, encontramos obras como aquelas dedicadas à análise histórico-política mundial (Roth, 2005; Tetlock, 1998; Tetlock & Belkin, 1996), à "Revolução dos cravos" (Andrade, 2009) e às ciências, quer humanas (e.g., Good, 2000), quer exactas (e.g., Pessoa, 2000).

Para Roese e Olson (1995a) a função de definição constituiria, basicamente, o suporte de um tipo de literatura que os autores denominaram "ficção contrafactual":

> By pinpointing some decisive event in the past and speculating on the unfolding of events had the event gone differently, writers are in a position not only to comment on but also to demonstrate vividly the merits and malignancies of the actual chain of events. (pp. 189-190)

A constatação, na altura (Roese & Olson, 1995a), de que esta função ainda não havia sido sujeita a avaliação empírica caducou no ano seguinte, com uma artigo de Tetlock e Belkin (1996) dedicado à Política. No entanto, poucos trabalhos desta natureza foram posteriormente desenvolvidos.

Para além de o pensamento contrafactual se revelar de utilidade em situações específicas—e.g., permite-nos desculparmo-nos quando tomamos decisões que redundam em resultados negativos, declinando a nossa responsabilidade e, por consequência, protegendo a nossa auto-estima (Markman & Tetlock, 2000), sustentarmos os nossos sistema de crenças, defendendo o nosso entendimento prévio do passado (Tetlock, 1998) e providenciarmos sentido aos acontecimentos das nossas vidas (e.g., Galinsky, Liljenquist, Kray, & Roese, 2005; Kray et al., 2010; Markman & Weary, 1996, 1998)—é de lhe acrescentarmos todas aquelas funções cumpridas, por exemplo, no contexto dos contos infanto-juvenis (e.g., Campos, 2006; Torres, 2006), da saúde (e.g., Connolly & Reb, 2005; De-Regil & Casanueva, 2008), do *coaching* (e.g., Turman, 2005), do *Marketing* (e.g., McGill, 2000), de entre tantos outros domínios.

Dos vários critérios classificativos do pensamento contrafactual, tal como anteriormente abordados, a direcção constitui aquele que mais tem sido estudado em termos das respectivas consequências e funções, seguida da estrutura.

No capítulo subsequente apresentamos algumas das investigações mais relevantes nesta matéria.

4.1.1 A direcção e a estrutura ao serviço das funções.

As dimensões "direcção" e "estrutura" foram-se revelando intimamente ligadas às funções do pensamento contrafactual, com especial proeminência da função preparativa e da função afectiva.

A primeira destas—função preparativa—parece ser melhor servida pelos contrafactuais ascendentes, na medida em que as alternativas contrafactuais, ao salientarem os *scripts* facilitadores de sucesso, podem ser tomadas como esquemas para acções futuras (Johnson & Sherman, 1990; Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a). Por seu turno, os contrafactuais descendentes tendem a revelar-se mais vantajosos para a função afectiva pois, ao centrarem-se nas formas através das quais a situação poderia ter sido pior, os sujeitos sentir-se-ão, pelo menos, mais aliviados, podendo usá-los, também, para consolar os outros (Johnson & Sherman, 1990; Seelau, Seelau, Wells, & Windschitl, 1995).

Markman, Gavanski, Sherman e McMullen (1993) fazem notar que, deste modo, as pessoas podem deparar-se com uma espécie de negociação (*trade-off)*: Se gerarem contrafactuais ascendentes promovem o alcance de benefícios a longo prazo em termos de preparação para o futuro mas "à custa" de afectos negativos imediatos; pelo contrário, se gerarem contrafactuais descendentes sacrificam a preparação para o futuro em prole de ganhos afectivos no momento.

Uma das demonstrações pioneiras da associação entre a direcção contrafactual e as funções deste tipo de pensamento foi providenciada por Markman, Gavanski, Sherman e McMullen (1993).

Os colaboradores do seu estudo foram convidados a participar no "jogo de vinte-e-um" (*blackjack*) operado em computador.

Este estava programado de forma a que o desfecho final fosse o empate com o *dealer*, terminando, todo eles, com $5. Contudo, os autores manipularam o respectivo enquadramento gerando, nos participantes, a percepção de (a) haverem ganho $5 (Condição ganho) *versus* (b) não haverem ganho nem perdido (Condição neutra) *versus* (c) haverem perdido $15 (Condição perda).

Na Tabela 4 encontra-se esquematizada a referida manipulação, a qual passamos a descrever.

Na Condição "ganho" os sujeitos começaram sem dinheiro: (a) Se ganhassem (isto é, se batessem a mão do *dealer*) receberiam $20, (b) se empatassem (se atingissem a mão do *dealer*) receberiam $5 e (c) se perdessem (se ultrapassassem 21, se não batessem o *dealer* ou se empatassem com o *dealer*) não receberiam qualquer quantia.

Tabela 4

Esquematização da manipulação do enquadramento

	Enquadramento		
	Condição ganho	Condição neutra	Condição perda
Dinheiro à partida	$0	$5	$20
Resultados possíveis:			
Ganho	+$20	+$15	+$0
Empate	+$5	+$0	–$15
Perda	+$0	–$5	–$20
Resultado final:			
Empate (manipulado)	+$5	+$5	+$5

Por seu turno, os participantes da Condição "neutra" iniciaram com $5, sendo que se ganhassem receberiam um adicional de $15, se empatassem manteriam os $5 e se perdessem ficariam sem os $5 que lhes haviam sido dados à partida.

Finalmente, na Condição "perda" foram providenciados $20 aos elementos que a integraram e dito que (a) os manteriam caso ganhassem, (b) perderiam $15 dos mesmos caso empatassem e (c) ficariam sem nada caso perdessem.

Note-se que os resultados potenciais e os ganhos líquidos eram objectivamente os mesmos nas três condições ($0, $5 e $20).

Markman et al. (1993) procederam, igualmente, à manipulação da repetibilidade, de tal modo que, após terem elucidado os sujeitos acerca dos montantes que poderiam atingir, disseram a cerca de metade que se tratava do primeiro de uma série de quatro jogos de vinte-e-um que iriam realizar (Condição repetição), enquanto que, aos restantes, forneceram a informação de que, após aquela primeira mão, executariam uma outra tarefa que não envolveria jogar (Condição não repetição).

Todos os elementos foram instruídos a "pensar em voz alta" à medida que jogassem, tendo falado para um gravador. Estas verbalizações espontâneas constituíram as primeiras medidas dependentes dos autores. As restantes foram acedidas no final do estudo: Os participantes graduaram a sua satisfação com o resultado e redigiram o que poderia ter ocorrido de forma diferente de modo a alterá-lo.

Analisada a direcção do primeiro dos vários contrafactuais gerados por cada sujeito imediatamente após ter tomado conhecimento do resultado do jogo, os autores verificaram ser esta tendencialmente descendente mas substancialmente variável de acordo com a condição experimental. Assim, a proporção de contrafactuais ascendentes apresentou-se superior junto dos elementos que haviam antecipado jogar novamente (Condição repetição *versus* Condição não repetição) e dos que se encontravam na Condição perda (*versus* Condição neutra e Condição ganho, as quais não diferiram significativamente entre si), o que sustentou, ainda que indirectamente, a inferência da função preparativa: Os participantes que haviam sido bem sucedidos e aqueles que não tinham a expectativa de jogar novamente não necessitavam de se preparar para o futuro, pelo que a exploração de possibilidades ascendentes era de menor utilidade; pelo contrário, os participantes que haviam falhado e aqueles que tinham a expectativa de jogar novamente geraram mais contrafactuais ascendentes, muito possivelmente no sentido de maximizarem as suas hipóteses de ganharem dinheiro no jogo seguinte.

Também a satisfação com o resultado final foi afectada pelas variáveis manipuladas. De facto, os sujeitos da Condição "repetição" e aqueles da Condição "perda"[7] manifestaram-se significativamente menos satisfeitos do que os da Condição "não repetição" e os das condições "neutra" e "ganho", respectivamente, evidência que Markman et al. (1993) consideraram sugerir uma relação estreita entre a direcção da comparação contrafactual e a satisfação com o resultado, a qual foi estatisticamente atestada pela análise correlacional que, entretanto, os mesmos levaram a cabo.

Um outro trabalho bastante relevante neste domínio é aquele desenvolvido por Roese (1994). O autor conduziu um conjunto de três estudos com o objectivo de providenciar evidência empírica que sustentasse a função afectiva e a função preparativa do pensamento contrafactual.

O seu primeiro experimento contou com 59 participantes, estudantes universitários de ambos os sexos, que começaram por ser convidados a pensar sobre um evento que lhes tivesse acontecido no último ano, que envolvesse, directamente, pelo menos uma pessoa de idade aproximada à sua e que tivesse sido particularmente negativo e/ou desapontante (e.g., uma briga com um amigo), evento que deveriam, então, descrever.

---

[7]As condições que convocavam uma maior proporção de contrafactuais ascendentes.

Posteriormente, geraram contrafactuais imaginando o que poderia ter sido diferente de forma a mudar o resultado recordado. A direcção e a estrutura foram ortogonalmente manipuladas: No caso da direcção, metade dos sujeitos produziu contrafactuais ascendentes e a outra metade produziu contrafactuais descendentes; no caso da estrutura, metade gerou contrafactuais aditivos e metade gerou contrafactuais subtractivos.

Em seguida, todos graduaram em que medida terem pensado acerca do evento por si reportado havia afectado o modo como se estavam a sentir no momento, tendo disposto de cinco escalas bipolares (e.g., "negativo-positivo", "feliz-infeliz", "desapontado-aliviado").

Por fim, completaram um instrumento que permitiu aceder a aspectos sociais da sua auto-estima disposicional.

O autor não identificou qualquer efeito da direcção sobre a medida global do estado de espírito. Contudo, verificou-o para a dimensão "desapontamento-alívio", tendo apurado que os contrafactuais descendentes haviam redundado numa maior percepção de alívio relativamente aos ascendentes.

Após esta primeira evidência quanto à função afectiva, Roese (1994) realizou um segundo experimento com base numa metodologia muito semelhante à anterior mas solicitando, agora, aos participantes, a recordação de um resultado mais específico—o desempenho num exame recente que tivesse sido fraco e insatisfatório. O experimento contou, ainda, com um grupo de controlo cujos sujeitos que o integraram realizaram precisamente as mesmas tarefas mas sem geração de contrafactuais.

Antes da aplicação da escala relativa à auto-estima, e com o propósito de explorar a função preparativa, o autor instruiu os participantes a graduarem a sua intenção em adoptar cada um de três comportamentos que lhes foram apresentados e que, presumivelmente, poderiam melhorar o seu desempenho académico (e.g., rever os apontamentos três ou mais noites durante a semana, tentar ir a todas as aulas durante o ano lectivo).

Os resultados obtidos começaram por sustentar a função afectiva, na medida em que o grupo conduzido a considerar contrafactuais descendentes vivenciou afecto mais positivo do que aquele conduzido a considerar contrafactuais ascendentes e do que o grupo de controlo. Por seu turno, o grupo que gerou contrafactuais ascendentes revelou um maior desapontamento relativamente ao grupo que gerou contrafactuais descendentes, tendo este reportado um maior alívio do que o grupo de controlo.

Em suma, a direcção contrafactual teve um impacto significativo no afecto, destacando-se o facto de a produção de contrafactuais descendentes ter resultado em sentimentos mais positivos do que a produção de contrafactuais ascendentes.

Também a função preparativa se viu suportada: Os sujeitos que geraram contrafactuais ascendentes reportaram uma maior intenção em adoptar comportamentos facilitadores de sucesso do que aqueles que geraram contrafactuais descendentes e do que aqueles que compuseram o grupo de controlo.

Com um terceiro e último experimento, Roese (1994) visou complementar os resultados anteriores quanto à ligação causal entre contrafactuais e comportamento.

Os 83 participantes começaram por realizar um primeiro conjunto de anagramas em computador, findo o qual receberam *feedback* quanto ao seu fracasso e geraram contrafactuais relativamente ao seu desempenho. A direcção destes foi manipulada: A um grupo foi solicitado que listassem acções que poderiam/não deveriam ter executado no sentido de melhorarem o seu *score*; ao outro foi solicitado justamente o oposto, ou seja, acções que tornassem o seu *score* pior.

Seguiu-se, então, a realização do segundo conjunto de anagramas, após a qual os sujeitos preencheram uma escala de auto-estima.

A experiência contou, ainda, com um grupo de controlo que passou por todas as tarefas à excepção da geração de contrafactuais.

Os resultados foram ao encontro das hipóteses do autor, tendo, pois, sustentado a proposta de uma função preparativa. De facto, os sujeitos que se encontravam na Condição "contrafactuais ascendentes" melhoraram mais o seu desempenho do que aqueles que se encontravam na Condição "contrafactuais descendentes". O mesmo se passou com os sujeitos da Condição "contrafactuais aditivos" relativamente aos da Condição "contrafactuais subtractivos" e aos do Grupo de controlo.[8]

Finalmente, aqueles que revelaram uma elevada auto-estima incrementaram mais o seu desempenho no seguimento de contrafactuais ascendentes subtractivos do que aqueles com uma auto-estima baixa, o que aponta no sentido de os primeiros serem mais capazes de tirar vantagem deste tipo de alternativas contrafactuais. Tal constitui um dos aspectos

[8]O autor não havia encontrado resultados significativos para a estrutura, quer no Experimento 1, quer no Experimento 2, tendo avançado com a hipótese interpretativa que aquela exerceria efeitos em domínios mais específicos do que os abordados em ambos os estudos.

explorados no contexto da disfuncionalidade do pensamento contrafactual, o qual retomaremos mais adiante.

Vários trabalhos posteriores vieram oferecer suporte à relação entre as referidas dimensões e as funções preparativa e afectiva (e.g., Landman, Vandewater, Stewart, & Malley, 1995; Sanna, 1996; Sanna & Turley-Ames, 2000)

Por exemplo, Sanna e Turley-Ames (2000) verificaram que os contrafactuais ascendentes promoviam uma maior preparação para o futuro acarretando o custo da vivência de estados de espírito desfavoráveis, enquanto que os contrafactuais descendentes melhoravam o humor mas à custa de uma menor preparação.

4.1.2 Efeito de assimilação afectiva *versus* Efeito de contraste afectivo.

McMullen (1997), partindo de trabalhos como os de Dermer, Cohen, Jacobsen e Anderson (1979), Martin, Seta e Crelia (1990), Strack, Schwarz e Gschneidinger (1985) e de alguns outros vindos da investigação sobre comparação social (e.g., Aspinwall & Taylor, 1993; Buunk, Collins, Taylor, VanYperen, & Dakof, 1990; Pelham & Wachsmuth, 1995; Taylor & Lobel, 1989; Tesser, Millar, & Moore, 1988), propõe a existência de condições sob as quais ocorreria aquilo a que designou Efeito de assimilação afectiva—"Upward counterfactuals may lead to positive affect and downward counterfactuals may lead to negative affect" (p. 78).—, ou seja, o fenómeno precisamente inverso do Efeito de contraste.

Em sua opinião, as perspectivas anteriores acerca da simulação contrafactual seriam restritivas na medida em que, segundo começa por defender, os indivíduos não enveredariam pela simulação contrafactual exclusivamente para avaliar a realidade factual: "Instead, comparative evaluation may be suspended in favor of experiencing the counterfactual simulation as if it were real, as when fantasizing, and thus affect may be derived directly from the valence of the simulation" (p. 79).

Baseando-se em distinções de autores anteriores (e.g., Epstein, Lipson, Holstein, & Huh, 1992), chamou a este processo "Modo experiencial de pensamento" por contraposição ao "Modo avaliativo", o qual considerou típico dos participantes das investigações sobre pensamento contrafactual ao serem instruídos a focarem-se na avaliação da realidade após ser

dada informação acerca, tanto do que efectivamente aconteceu, como do que poderia ter acontecido.

McMullen (1997) ilustra a sua asserção transportando-nos para um caso real ocorrido na Pennsylvania em 1994. Neste contexto, leva-nos a considerar os indivíduos que tomaram conhecimento de que o avião que tinham planeado apanhar, mas que não o fizeram no último minuto, caiu e que toda a tripulação morreu. O contrafactual saliente é, claramente, descendente: "*Se eu estivesse naquele avião teria morrido.*". A adopção de um Modo avaliativo de pensamento, no qual a realidade factual (ou seja, não ter entrado no avião) é aferida por comparação com a contrafactual (ou seja, morrer na queda) resulta num afecto positivo através do Efeito de contraste: "*Eu sou afortunado(a), eu não entrei naquele avião!*". Por outro lado, a adopção de um Modo experiencial, em que a situação acabada de perder é intensamente simulada e vivenciada como se fosse real, resulta em afecto negativo por via do Efeito de assimilação: "*Só de pensar que eu podia estar naquele avião!*".

O autor desenvolveu dois estudos para testar a sua proposta. No primeiro deles manipulou a "direcção contrafactual" e o "modo", tendo utilizado um *design* factorial, entre-sujeitos, de 2 × 2.

Cada um dos 79 participantes começou por ser instruído no sentido de pensar e relatar, por escrito, uma situação negativa que lhe tivesse acontecido no passado recente. Depois de indicar, em escalas de nove pontos, quão bom ou mau era o evento e o grau em que o tinha levado a sentir-se contente ou triste, foi-lhe solicitado que pensasse como algo diferente poderia ter acontecido em lugar do que realmente aconteceu.

Para manipulação da direcção metade dos participantes foram conduzidos a pensar como o evento poderia ter sido melhor e a outra metade como poderia ter sido pior, ou seja, metade foi conduzida a gerar contrafactuais ascendentes e a outra metade a gerar contrafactuais descendentes.

A tarefa seguinte prendeu-se com a manipulação do "modo". Assim, os participantes do Grupo "Modo avaliativo" foram instruídos a pensar e a avaliar o evento comparativamente com o que poderia ter acontecido em seu lugar; por seu turno, aqueles da Condição "Modo experiencial" foram instruídos a imaginar, intensamente, e a pensar durante cerca de um minuto sobre o que poderia ter acontecido.

A experiência terminou com os sujeitos a descreverem como se tinham sentido quando estavam a pensar sobre o que tinham escrito na página anterior, com base numa série de escalas bipolares de nove pontos.

Os resultados corroboraram a posição do autor. Como previsto, os participantes da Condição "Modo experiencial" registaram afecto positivo depois de fazerem contrafactuais ascendentes e negativo depois de formularem contrafactuais descendentes. No caso da Condição "Modo avaliativo" o padrão foi justamente o inverso. O Modo experiencial produziu, pois, o proposto Efeito de assimilação enquanto que o Modo avaliativo produziu o previsto Efeito de contraste.

McMullen (1997) interpreta: O Modo avaliativo envolve uma apreciação do evento factual em comparação com o contrafactual e, portanto, o afecto é baseado numa avaliação inicial do evento (ou seja, pré-contrafactual), o qual é, então, reavaliado, usando o contrafactual como padrão de comparação. Desta forma, o afecto é ancorado na primeira vivência da pessoa face ao evento e, então, ajustado em contraste com a direcção contrafactual. No Modo experiencial, por outro lado, uma pessoa foca-se, apenas, na simulação contrafactual. O afecto é, neste caso, baseado, somente, na direcção contrafactual e não no vivido inicialmente relativamente ao evento factual.

Adoptando uma metodologia muito similar, o autor encontrou, num segundo estudo, suporte mais directo para a explicação destes dois efeitos assente no foco de atenção: Quando esta está centrada na alternativa contrafactual ocorre a Assimilação afectiva; quando está centrada no evento factual emerge o Efeito de contraste afectivo.

4.1.3 Efeito *wake-up call* e Efeito Pangloss.

Três anos depois da enunciação do Efeito de contraste e do Efeito de assimilação, McMullen, agora com Markman, revisita-os, centrando-se nos contrafactuais descendentes e entrando em linha de conta com a variável "motivação". Desta abordagem resultaram dois novos efeitos: Efeito *wake-up call*[9] e Efeito Pangloss[10].

---

[9]Apesar da possível tradução (e.g., chamada de alerta), utilizaremos a expressão original.
[10]A designação foi inspirada na personagem de Pangloss da obra "Cândido ou o Optimismo" (Voltaire, 1759/1999).

McMullen e Markman (2000) partem do pressuposto de que quando um pensamento contrafactual descendente evoca afecto negativo através da consideração da possibilidade real de que algo pior podia ter acontecido, pode servir como uma "chamada de alerta" (*wake-up call*) para mudar o nosso comportamento. Exemplificam: Se quase tivermos um acidente de carro quando estivermos a falar ao telemóvel, o pensamento de que o acidente poderia ter ocorrido, mesmo que não tenha sucedido, pode ser suficientemente motivador para deixarmos de falar ao telemóvel quando conduzimos. Portanto, quando se experiencia assimilação afectiva (isto é, afecto negativo) após um contrafactual descendente, as implicações motivacionais são melhor caracterizadas como "*Podia ter acontecido algo mau, por isso eu devo mudar o meu comportamento.*".

Os autores propõem, também, que os contrafactuais descendentes interpretados para melhorar um potencial resultado negativo podem reduzir a motivação para mudar ou incrementar. Este tipo de contrafactuais providencia conforto através do contraste afectivo: "Things really aren't as bad as they could be, so I should be satisfied with where I am" (p. 577).

O tipo de comparação contrafactual ilustrado pelo mote de Pangloss—"É o melhor dos mundos possíveis."—nega, implicitamente, a existência de algum espaço para o desenvolvimento. Sugerem, então, que as pessoas podem usar contrafactuais descendentes da mesma forma que Pangloss, ou seja, para polir potenciais problemas e justificar o *status quo* e hipotetizam que este tipo de contraste afectivo resulta num decréscimo da motivação para mudar e promover o comportamento. Mais, o optimismo e o afecto positivo decorrentes do contraste associado ao pensamento contrafactual descendente podem acalentar as pessoas com um falso sentido de segurança, resultando num decréscimo da motivação para mudar ou melhorar no futuro.

McMullen e Markman (2000) desenvolveram três estudos cujos resultados sustentaram as suas hipóteses. O Estudo 1 e o Estudo 2 versaram sobre uma decisão de investimento financeiro e o Estudo 3 versou sobre o desempenho escolar. Sendo que esta última se tratou de uma situação da vida real dos participantes e, por isso, possivelmente mais envolvente, para além de o estudo, em si mesmo, ter sido ajustado e tornado mais completo relativamente aos dois primeiros, elegemo-lo para descrição.

Os autores partiram da suposição de que os contrafactuais acerca do desempenho dos participantes no primeiro exame de determinada disciplina iriam influenciar o seu afecto, bem

como os seus planos para o resto dessa disciplina. Especificamente, se os estudantes percepcionassem as suas notas no primeiro exame, à luz do Efeito de contraste, como melhores do que poderiam ter sido, o Efeito Pangloss deveria surgir e eles deveriam manifestar uma menor motivação face ao resto da disciplina. Se, por outro lado, os pensamentos dos estudantes acerca do quão pior poderia ter sido elicitassem afecto negativo, tal deveria actuar como um sinal de alerta, motivando-os para trabalharem mais arduamente no sentido de prevenir essa eventualidade.

Os 53 participantes começaram por indicar a sua nota do primeiro exame e o grau de satisfação com a mesma. A *consigne* que receberam em seguida variou consoante a condição experimental a que tinham sido aleatoriamente alocados (Condição pensamento contrafactual *versus* Condição de controlo). Assim, os das condições contrafactuais (contraste e assimilação) foram conduzidos a fazerem um contrafactual descendente—"People often think about how they could have done worse. For example, if someone gets a B on a test, they might imagine that they could have received a D" (p. 580).—e a indicarem a nota específica que estavam a imaginar, enquanto que aos da Condição de controlo não foi solicitada a geração de quaisquer contrafactuais.

A tarefa experimental que se seguiu prendeu-se com o tipo de efeito pretendido pelos autores (contraste *versus* assimilação). Para tanto, os participantes da Condição contraste foram instruídos no sentido de avaliarem a sua nota em comparação com a nota pior que haviam imaginado e para registarem os seus pensamentos, enquanto que os da Condição assimilação foram instruídos para imaginarem, vividamente, que recebiam essa nota pior e para descreverem os seus pensamentos. Aos sujeitos da Condição de controlo foi pedida a descrição dos seus pensamentos acerca da sua nota real no exame.

Após esta etapa, todos os participantes indicaram, em cinco escalas bipolares, o grau com que estavam a experienciar uma série de emoções.

Finalmente, foi-lhes perguntado em que medida sentiam que deviam mudar a forma de estudar para o exame seguinte—mais afincadamente, não tão intensamente ou com o mesmo esforço—e mais ou menos quantas horas tencionavam dedicar à sua preparação para o mesmo.

Os resultados apoiaram, consistentemente, as hipóteses: (a) As classificações do afecto foram significativamente superiores na Condição contraste comparativamente com a Condição assimilação, a qual, por seu turno, se apresentou significativamente inferior à

Condição de controlo; (b) a motivação foi maior na Condição assimilação do que na Condição contraste. Os autores obtiveram, ainda, evidência estatística de que o afecto mediou o impacto contrafactual na motivação.

McMullen e Markman (2000) concluíram ser correcta a sua proposta, distinguindo dois estádios básicos neste processo: (a) O pensamento contrafactual pode conduzir tanto a afecto positivo como negativo e (b) o afecto tem implicações motivacionais. Especificamente, o afecto negativo aumenta a motivação ao informar-nos de que a nossa situação corrente é insatisfatória e necessita de ser modificada, enquanto que o afecto positivo induz complacência ao informar-nos de que a nossa situação actual é aceitável e de que não é necessária mais nenhuma acção.

4.2 "*The Dark Side of the Moon*": Disfunções do Pensamento Contrafactual

"(...) psychologists should be more aware of the potential dysfunctional aspects of counterfactual generation and (...) they should recognize some of the errors and biases that can be associated with the process."

(Sherman & McConnell, 1995, p. 227)

Em nada discordando relativamente aos potenciais benefícios do pensamento contrafactual tal como exaltados pela abordagem funcional (e.g., Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a), Sherman e McConnell (1995) vêm requerer que também se vejam considerados os respectivos custos latentes, ou seja, "the ways in which mutations of reality can serve to induce negative affect and emotions, lead to biased and inappropriate judgments, and instigate counterproductive and self-defeating behaviors" (p. 227).

Os autores centram a sua análise em três tipos de consequências—realização de inferências causais erradas, geração de afecto negativo desnecessário e promoção de mudanças comportamentais dispendiosas—, as quais, embora apresentadas de forma separada, se encontram, boa parte das vezes, intimamente relacionadas.

4.2.1 Inferências causais erradas.

Um primeiro aspecto que Sherman e McConnell (1995) questionam prende-se com o valor funcional dos contrafactuais enquanto base para as inferências causais.

A propósito, recordam estar a literatura repleta de exemplos de enviesamentos sistemáticos em termos das interpretações que os indivíduos, em geral, fazem dos eventos e das relações causais.

Segundo os autores, alguns dos erros da atribuição causal podem estar inerentes aos contrafactuais em que aquele processamento ancore, sendo possível que as pessoas alterem eventos que não desempenhem qualquer papel em termos do resultado factual e que, pelo contrário, falhem na mudança de características que tenham sido críticas quanto à ocorrência do resultado.

Referindo Wells e Gavanski (1989) para evocarem o papel desempenhado pelo pensamento contrafactual no que respeita à análise causal, Sherman e McConnell (1995) defendem que a mutação de eventos que não sejam efectivamente causais pode ser disfuncional.

Em questão estariam os factores de mutabilidade. A partir do momento em que, como já mencionámos, os sujeitos tendem a alterar, por exemplo, o último evento de uma sequência temporal (e.g., Miller & Gunasegaram, 1990; Segura, Fernandez-Berrocal, & Byrne, 2000, 2002, Experimento 1), aquele que tende a ser percebido como mais controlável (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas et al., 2008, Estudo 2) ou aquele que se reveste de um carácter excepcional (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 2), aumenta a probabilidade de os mesmos serem indevidamente percepcionados como causa do resultado.

Na opinião de Sherman e McConnell (1995), estes contrafactuais conduziriam a uma análise causal incorrecta e a um impróprio entendimento da situação, podendo instigar a continuação de um desempenho futuro fraco, bem como despoletar afectos desfavoráveis inapropriados.

Terminam, então, enfatizando a importância de os indivíduos gerarem múltiplos contrafactuais, em lugar de ficarem "presos" ao primeiro que lhes ocorra, e de considerarem,

não apenas como as mutações poderiam ter alterado o resultado mas, também, como o antecedente alternativo poderia ter conduzido ao mesmo desfecho.

4.2.2 Afecto negativo desnecessário.

Um segundo aspecto explanado por Sherman e McConnell (1995) prende-se com o afecto negativo gerado na sequência do pensamento contrafactual, quer quando dirigido ao próprio, quer quando dirigido aos outros.

Os autores começam por evocar a literatura que havia evidenciado a vivência de sentimentos negativos (e.g., arrependimento, insatisfação, vergonha, culpa, auto-culpabilização) (e.g., Landman, 1987; Markman et al., 1993; Medvec, Madey, & Gilovich, 1995; Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994; Sanna, 1996; Sanna & Meier, 2000; Teigen, 2005) decorrentes, normalmente, da produção de contrafactuais ascendentes e auto-centrados, salientando o facto de poderem tornar-se fortemente debilitantes e indesejáveis:

> When the outcome with which one is trying to cope is traumatic enough or when the obsession with generating counterfactual alternatives that would have averted the event is strong enough, the self-blame that follows from these counterfactual mutations may be especially devastating. (p. 212)

A este propósito concluem ser possível que as pessoas fiquem com uma dose dupla de sentimentos desfavoráveis: Aqueles resultantes da vivência da situação objectiva em si mesma e os que se lhes seguiriam, como a culpa e o arrependimento, devido ao facto de tal situação ser percepcionada como não devendo ter ocorrido.

Para o ilustrarem referem alguns estudos realizados junto de sujeitos que passaram por acontecimentos traumáticos como a violação (Janoff-Bulman, 1979), o diagnóstico de cancro (Taylor, Lichtman, & Wood, 1984) e a perda de um ente querido num acidente de viação (Davis et al., 1995), sujeitos que, apesar de não terem contribuído para tal desfecho, persistiram em mudar aspectos triviais da situação que envolviam vertentes controláveis do seu comportamento e que não tinham qualquer implicação no resultado final, ruminando em torno destes contrafactuais e vivenciando, por consequência, estados nefastos como o estresse psicológico e a forte auto-culpabilização.

Trabalhos posteriores vieram sustentá-lo, identificando, nomeadamente, o pensamento contrafactual como um forte preditor da auto-culpabilização por parte das vítimas de violação (e.g., Miller et al., 2010).

Os autores prosseguem a sua exposição afirmando que, mesmo nos casos em que a alteração do comportamento próprio tivesse mudado o evento—e fornecem como exemplo as vítimas de violação que adoptaram um trajecto diferente no caminho para casa—, seria claramente irracional alguém assumir a culpa por actos que, em termos previsionais, não teriam reduzido a probabilidade da sua ocorrência.

Assim, se seria expectável que este tipo de contrafactuais ajudasse as vítimas, quer no processo de *coping*, quer ao nível do sentimento de controlo sobre as suas vidas, o desespero e a depressão potencialmente resultantes apresentar-se-iam devastadores.

Sherman e McConnell (1995) terminam a apresentação dos seus argumentos a favor da disfuncionalidade dos afectos negativos dirigidos ao próprio focando-se na ruminação contrafactual. Quando as pessoas enveredam obsessiva e compulsivamente por pensamentos centrados em como poderiam ter evitado determinados fracassos, problemas físicos ou perdas, experienciam uma espiral de sentimentos de desespero e de incapacidade de mudarem as suas circunstâncias correntes e efectivas, os quais as conduzem à impossibilidade de delas emergirem, caindo num ciclo auto-alimentador improdutivo e desgastante.

Uma outra vertente aflorada pelos autores, ainda acerca do afecto negativo, respeita àquele dirigido aos outros e à atribuição de culpa aos mesmos na sequência da facilidade com que contrafactualizamos os seus comportamentos enquanto antecedentes de um resultado que lhes foi desfavorável. Inscrevem-se, nestes casos, alguns dos estudos que versam sobre a relação entre pensamento contrafactual e a percepção de crimes (e.g., Macrae, Milne, & Griffiths, 1993; Miller & McFarland, 1986), de entre os quais se destaca o de violação, como adiante referimos (e.g., Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996; Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2004; Catellani & Milesi, 2001; Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995).

4.2.3 Mudanças comportamentais dispendiosas.

Os autores terminam defendendo um terceiro custo adicional do pensamento contrafactual associado às decorrentes decisões incorrectas.

Como referido, uma das suas principais funções consiste na preparação para o futuro. Os contrafactuais ascendentes indicam, aos sujeitos, como determinada mudança no respectivo comportamento ou julgamento prévio pode conduzir a um resultado de maior sucesso, sinalizando a direcção a seguir. Consequentemente, se tal mudança for implementada no futuro, ocorrerão desfechos melhores, estando demonstrado, como vimos, que os eventos alterados são, normalmente, aqueles controláveis.

Contudo, salientam Sherman e McConnell (1995), apenas se pode esperar este incremento quando o resultado insatisfatório ou negativo não tivesse de ter ocorrido, quando o julgamento inicial foi inexacto e quando o actor pode aprender com os erros cometidos. Sucede que nem sempre julgamentos errados conduzem a maus resultados e vice-versa, ou seja, nem sempre maus resultados são indicativos de julgamentos errados. Ainda assim, os contrafactuais parecem ser gerados de modo espontâneo sempre que algo de desfavorável acontece, independentemente da razoabilidade dos comportamentos ou julgamentos antecedentes.

Um possível exemplo prende-se com a "falácia contrafactual", a qual consiste na tendência para as pessoas confundirem a noção de que "*poderia (não) ter acontecido*" com a noção de que "(*não) deveria ter acontecido*", proveniente da capacidade para gerar alternativas contrafactuais relativamente a uma realidade indesejável que, por seu turno, promove o sentimento de que determinado resultado negativo era evitável (Miller & Turnbull, 1990).

Facilmente se infere que uma das suas potenciais consequências é, justamente, a adopção de comportamentos contraproducentes. Sherman e McConnell (1995) ilustram: Imaginemos o seguinte jogo. Devemos extrair uma carta de um baralho normal. Podemos escolher ou espadas, paus e copas ou, alternativamente, ouros. Se escolhermos correctamente ganhamos $100; se, pelo contrário, escolhermos erradamente perdemos $100. Suponhamos que, inteligentemente, escolhemos espadas, paus e copas mas que a carta que retirámos é de ouros. Perdemos $100. Na realidade, se tivéssemos escolhido ouros teríamos ganho $100. Mas, significará isso que estaremos melhor preparados para uma nova oportunidade

escolhendo ouros? De facto, não. No entanto, a tendência para vivenciarmos os contrafactuais ascendentes como prescritivos em lugar de descritivos conduz-nos, frequentemente, a enveredar por opções inadequadas, como seja a adopção de uma estratégia que, embora pobre, teria conduzido a um sucesso facilmente imaginado em lugar da adopção de uma outra, substancialmente melhor que, no passado, levou ao fracasso.

À falácia contrafactual juntam-se, nesta abordagem, outros enviesamentos condicionantes dos processos de tomada de decisão (e.g., Roese, 1999) e do comportamento, como, por exemplo, o viés retrospectivo (*hindsight bias*) (e.g., Nestler & von Collani, 2008; Robbennolt & Sobus, 1997; Roese & Olson, 1996; Sanna, Schwarz, & Stocker, 2002).

4.3 (Dis)Funções do Pensamento contrafactual: Uma Proposta Contingencial

Como já descrito anteriormente, os pensamentos contrafactuais ascendentes são largamente funcionais na medida em que promovem, nomeadamente, benefícios preparativos e o aumento do controlo percebido (e.g., Markman & McMullen, 2003; Nasco & Marsh, 1999; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008, Experimento 1; Roese, 1997). Ainda assim, acarretam, também, disfunções ao despoletarem afecto negativo, culpa e auto-culpabilização desnecessários (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003; Davis, Lehman, Silver, Wortman, & Ellard, 1996; Sherman & McConnell, 1995).

Uma vez instituída, na literatura, a discussão relativa à funcionalidade do pensamento contrafactual, Markman e Miller (2006) vêm propor uma abordagem contingencial: "This debate might focus less on the question of *whether* upward counterfactuals are functional and more on the question of *when* they are functional and *for whom*" (p. 223).

Para a testarem conduziram um estudo junto de 58 estudantes universitários: 21 categorizados como não deprimidos, 23 com sintomas de depressão moderados e 14 com sintomas de depressão severos, através da administração do Beck Depression Inventory-II.

A tarefa experimental foi realizada através de um computador pessoal em cujo ecrã surgiu uma instrução para que recordassem um evento académico desfavorável e potencialmente repetível:

> Try to recall a relatively recent event in which you experienced a negative academic outcome (i.e., an examination or a paper)—the event you recall should be one that could potentially HAPPEN AGAIN and should NOT be a FINAL examination or FINAL paper. On the screen that follows, describe the important details of the event. (p. 215)

Após a sua descrição, os sujeitos classificaram em que medida terem pensado sobre o acontecimento relatado os tinha levado a sentirem-se negativos, mal e tristes[11] e graduaram o grau de controlo que julgavam ter sobre o mesmo.

Posteriormente, listaram contrafactuais ascendentes que, portanto, implicavam a imaginação de alternativas que teriam redundado num resultado melhor do que o obtido, tendo sido convidados a reflectir sobre eles, posto o que avaliaram, de novo, como se sentiam e o controlo percebido.

Os participantes finalizaram indicando o seu estado de espírito no momento (ansioso, desencorajado, agitado e triste).

Os contrafactuais produzidos foram classificados, primeiramente, quanto à sua controlabilidade por parte do actor.

Em seguida, aqueles considerados controláveis foram graduados quanto à razoabilidade de a acção antecedente poder ter sido executada pelo sujeito e/ou quanto à plausibilidade de ter modificado o resultado.

Finalmente, em consistência com a distinção estabelecida por Janoff-Bulman (1979), cada afirmação foi codificada quanto a se indicava auto-culpabilização comportamental (e.g., se o actor tivesse agido de outro modo), auto-culpabilização caracteriológica (e.g., se um aspecto crónico ou estável do *self* fosse diferente) ou culpabilização de outro (e.g., se uma força externa se tivesse manifestado de forma diversa).

Os conjuntos de resultados obtidos pelos autores permitiram-lhes apurar que (a) em termos da avaliação do evento, os grupos diferiram entre si apenas na mensuração pós-contrafactual—os participantes com sintomas depressivos severos avaliaram-no mais negativamente comparativamente aos participantes não depressivos e aos moderadamente

[11]Medida a que os autores posteriormente se referem como "avaliação do evento", designação que passamos a adoptar.

depressivos, (b) os indivíduos com sintomas depressivos severos (quando comparados com indivíduos menos deprimidos) geraram contrafactuais mais incontroláveis, menos razoáveis e plausíveis e mais caracteriológicos, embora ascendentes (direcção condicionada pela instrução fornecida aos participantes), e (c) o pensamento contrafactual incrementou as percepções de controlo dos indivíduos menos depressivos mas esvaziou-as junto daqueles que apresentavam sintomas de depressão mais graves.

Em face destes, Markman e Miller (2006) concluíram que o pensamento contrafactual pode ser funcional para indivíduos não depressivos mas disfuncional para aqueles que apresentem níveis de depressividade elevados, afirmando—"It seems that persons experiencing severe depressive symptom levels might be better served by not making upward counterfactuals at all" (p. 223).—e sublinhando a importância das diferenças individuais para os posteriores modelos baseados na funcionalidade do pensamento contrafactual.

Note-se que Kasimatis e Wells (1995) já haviam abordado a questão das diferenças individuais ao nível da geração de contrafactuais, tendo referido, também, ainda que de forma bem mais superficial, a sua relação com a saúde mental dos indivíduos.

Trabalhos mais recentes vieram providenciar suporte à sua conclusão, debruçando-se sobre factores como a auto-estima, o estado de espírito, a depressão e o optimismo *versus* pessimismo defensivos (e.g., Markman & Weary, 1996; Sanna & Chang, 2003; Sanna & Meier, 2000; Sanna, Meier, & Turley-Ames, 1998; Sanna, Turley-Ames, & Meier, 1999; Tal-Or, Boninger, & Gleicher, 2004; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008).

Por exemplo, Quelhas et al. (2008, Experimento 2) verificaram que os indivíduos deprimidos, por contraposição aos indivíduos não deprimidos, não só não retiravam benefícios cognitivos do pensamento contrafactual (após a sua geração não se sentiam melhor preparados para eventos similares futuros nem capazes de evitar um resultado desfavorável idêntico), como não apresentavam mudanças comportamentais em termos das respectivas intenções para melhorar. Em contrapartida, os contrafactuais ascendentes intensificaram as suas emoções negativas.

4.4 "*Switch-Off*": A Inibição de Pensamentos Contrafactuais e Sua Funcionalidade

"(...), in order for counterfactual thoughts to be adaptive, one must be able to inhibit unwanted counterfactual thoughts once they exhausted their functional purpose and produce nothing but self torment."

(Tykocinski & Steinberg, 2005, p. 557)

Nunca subestimando a importância das funções asseguradas pelo pensamento contrafactual, uma vez identificados os seus potenciais efeitos nefastos, a preocupação recai também, necessariamente, sobre como geri-los junto de sujeitos que, devido a factores de natureza pessoal e/ou situacional, sofrerão um impacto negativo que poderá, nomeadamente, atingir uma dimensão extremamente nefasta para os mesmos, como retratado no ponto anterior.

Como anteriormente referido, Sherman e McConnell (1995) chegam a focar duas hipóteses não mutuamente exclusivas. Por um lado, derivada do facto de as pessoas poderem ser conduzidas mais por processamentos enviesados do que por inferências causais correctas devido à sua tendência para mudarem os antecedentes que se apresentam superiormente mutáveis, a importância de gerarem múltiplos contrafactuais ao invés de ficarem "presas" ao primeiro que lhes ocorra; por outro, a relevância de considerarem, não somente como é que as alterações imaginadas poderiam ter revertido o resultado mas, também, como é que essas alterações poderiam ter conduzido ao mesmo resultado.

Note-se que, apesar de não explicitado pelos autores, está em causa o conceito de pensamento semi-factual (e.g., Goodman, 1973; McCloy & Byrne, 2002; Moreno-Ríos, Garcia-Madruga, & Byrne, 2008; Santamaría, Espino, & Byrne, 2005; Skyrms, 1973) e recorde-se, como exposto no início da Introdução, terem McCloy e Byrne (2002) concluído que, comparativamente com o pensamento contrafactual, o pensamento semi-factual conduz à percepção de uma fraca relação causal entre o antecedente e o resultado, bem como a uma redução das reacções afectivas a eventos negativos (e.g., arrependimento, auto-culpabilização, mal-estar).

Julgamos que as propostas apresentadas por Sherman e McConnell (1995), apesar de ainda tímidas, assumem uma elevada relevância na medida em que a melhor resolução—inibição ou supressão de contrafactuais indesejáveis—parece não estar ao alcance

dos alvos mais necessitados, de entre os quais se encontram, justamente, as vítimas de violação.

Roese e Olson (1997), baseando-se na literatura sobre mobilização cognitiva em resposta a circunstâncias traumáticas e aludindo à evidência empírica produzida no campo da redução da dissonância pós-decisional e dos pensamentos ruminativos, argumentam que, para a maioria dos indivíduos, a geração de contrafactuais, uma vez activada, cedo se vê suprimida.

Esta inibição seria automática e promoveria a remoção das consequências afectivas negativas do pensamento contrafactual, ao mesmo tempo que deixaria intactas as respectivas consequências inferenciais positivas. Deste modo, os efeitos nefastos surgiriam rapidamente mas também rapidamente se dissipariam; por seu turno, os efeitos benéficos seriam duradouros, assim reforçando a perspectiva funcional.

Ainda segundo os mesmos autores, as excepções ao mecanismo inibitório por si defendido recairiam sobre sujeitos com características específicas, como aqueles que sofressem de depressão ou que se encontrassem envolvidos em circunstâncias traumáticas severas.

É quase uma década depois, em 2005, que a referida proposta de supressão ou inibição contrafactual recebe suporte empírico, concretamente por parte de dois estudos levados a cabo por Tykocinski e Steinberg no contexto do pessimismo retroactivo.

Os autores partem do pressuposto de que, ao ter de lidar com uma decepção amarga, o percipiente se encontra fortemente motivado para bloquear, censurar ou descontar os contrafactuais ascendentes, assim aumentando a inevitabilidade percebida do fracasso e encontrando conforto na aceitação de um destino ao qual não era possível escapar.

Tykocinski e Steinberg (2005) realizaram as suas investigações fazendo uso de cenários. Estes relatavam uma situação de perda cuja magnitude foi, por eles, dicotomicamente manipulada (avultada *versus* diminuta): No Estudo 1 era de supor a perda de um voo, no contexto de uma ida para férias há muito planeadas, cujo bilhete havia custado $435 *versus* $30; no Estudo 2, os sujeitos foram convidados a imaginar que haviam perdido uma bolsa de estudo, providenciada pela universidade por si supostamente frequentada e que cobria 50% *versus* 10% das respectivas propinas.

Após a leitura do caso, cada participante, colocado no papel de protagonista, procedeu à estimativa da sua possibilidade de não ter sofrido a perda retratada, listou contrafactuais no sentido de reverter, ascendentemente, o resultado e avaliou-os, um a um, quanto à probabilidade de haverem ocorrido, efectivamente. A adição destas graduações permitiu a criação de um *score* que recebeu a designação de "contrafactuais ponderados" (CP).

Os resultados revelaram uma tendência para os sujeitos obterem uma soma (CP) significativamente menor na condição de perda avultada comparativamente com a condição de perda diminuta, sustentando a hipótese de que o pessimismo retroactivo envolveria uma forma de supressão dos contrafactuais ascendentes.

5. O Pensamento Contrafactual e a Percepção do Crime de Violação

A revisão da literatura sobre o pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação evidenciou, não só a existência de um número diminuto de trabalhos publicados, como, paralelamente, uma dispersão metodológica comprometedora, boa parte das vezes, de uma comparação entre os mesmos. Assim sendo, e tendo em conta o contributo específico fornecido por cada um, decidiu-se abordá-los de forma independente.

Segue-se a descrição dos mesmos, precedida da sua alocação cronológica (Figura 3).

1995	Turley, Sanna e Reiter
1996	Branscombe, Owen, Garstka e Coleman; Nario-Redmond e Branscombe
2001	Catellani e Milesi
2003	Branscombe, Wohl, Owen, Allison e N'gbala
2004	Catellani, Alberici e Milesi

Figura 3. Perspectiva cronológica dos trabalhos sobre pensamento contrafactual e violação

5.1 O Início: Turley, Sanna e Reiter (1995)

Um dos trabalhos originais publicados acerca do pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação é da autoria de Turley, Sanna e Reiter e remonta ao ano de 1995.

Os autores desenvolveram quatro experimentos, três sobre a normalidade e um último sobre a acção-inacção, tendo adoptado o mesmo procedimento em todos eles: Apresentação de um caso de violação em que a informação acerca do comportamento da vítima e/ou do agressor foi manipulada, seguida de um conjunto de questões avaliativas das respectivas reacções e julgamento.

No seu primeiro experimento, Turley et al. (1995) manipularam a normalidade do comportamento da vítima—Jane, uma secretária que regressa do trabalho a casa pelo trajecto do costume *versus* por um trajecto diferente do habitual—fazendo uso de um esquema entre-sujeitos e de um cenário cuja versão excepcional era a seguinte:

> Jane works as a secretary at a local company. She has walked the same route home each day for the past two years. On this occasion, however, she decided that she wanted a change of scenery and took a different route home through an unfamiliar section of town. As she was waling home, a man approached her from behind, grabbed her around the neck, threw her to the ground, and raped her. (p. 288)

Após a sua leitura, os participantes (estudantes universitários de Psicologia) avaliaram, através de escalas de nove pontos (de "1=nada" a "9=muito"), em que medida consideravam/sentiam

- que a violação podia ter sido evitada,
- simpatia pela vítima,
- favorabilidade relativamente à vítima,
- que a vítima havia falhado,
- que a vítima se sentia responsável pela violação,

- que a vítima sentia que era a culpada da violação e

- que a vítima se sentia arrependida.

Por fim, recomendaram uma pena de prisão para o agente com base numa escala de vinte e um pontos (de 0 a 20 anos).

Os autores verificaram que na situação "trajecto inusual" (comparativamente com a situação "trajecto rotineiro") a violação foi vista como mais evitável, a vítima considerada como sentindo-se mais responsável pelo sucedido e como vivenciando um maior arrependimento. Foi, também, nesta condição que os participantes manifestaram uma maior favorabilidade relativamente à vítima e que recomendaram uma pena de prisão mais longa para o perpetrador do crime.

No segundo experimento foi manipulada, novamente, a normalidade dos eventos mas, desta vez, incidindo sobre o comportamento do violador—John, um gestor que, numa sexta-feira à noite, vai ao bar do costume *versus* a um novo bar. Eis a versão inusual criada por Turley et al. (1995):

> John works as a manager of a local company. He has gone to the same bar for happy hour on Friday nights for the past year. On this Friday, however, John decided to try a new bar on the other side of town to which he dad never gone. While he was there, he noticed a woman sitting by herself on the other side of the bar. They walked for a while and John offered her a ride home. As they were driving, John circled around to a desert part of town, stopped the car, and raped her. (p. 288)

As questões à quais os participantes responderam eram muito similares às anteriores, tendo os resultados evidenciado que aqueles da Condição "bar inusual" reportaram uma maior favorabilidade relativamente à vítima, tendo-a visto como mais desafortunada e que os da Condição "bar do costume" aconselharam uma pena de prisão mais longa para o agente.

Face ao apurado nos seus Estudos 1 e 2, os autores concluíram que, consistentemente com a investigação precedente, o alvo da simulação mental poderia determinar a direcção dos julgamentos. Assim, e centrando-se na pena recomendada, consideraram que, quando a atenção era dirigida à vítima, os participantes focavam-se no seu comportamento inusual para

reverter a violação, o que conduziria à atribuição de uma pena de prisão mais longa comparativamente com a Condição usual. Contudo, segundo os mesmos, quando a atenção era dirigida ao perpetrador, tornar-se-ia mais difícil alterar o resultado na sequência de situações usuais, o que julgaram poder sugerir uma maior intenção ou premeditação da sua parte, o qual se deslocaria ao bar do costume já com esse objectivo. Deste modo, não seria surpreendente que uma violação cometida na sequência de um comportamento rotineiro do agente, contrariamente àquela cometida no curso de um comportamento rotineiro da vítima, redundasse no aumento da pena de prisão recomendada para o primeiro e da positividade manifestada relativamente a esta última.

Dado que a manipulação da normalidade do comportamento da vítima e do agressor foi efectuada em estudos separados e com cenários diferentes, Turley et al. (1995) conduziram um terceiro experimento em que o fizeram simultaneamente, de modo a melhor poderem comparar os resultados, tendo adoptado um plano factorial de 2 (Comportamento da vítima: usual *versus* inusual) × 2 (Comportamento do agente: usual *versus* inusual) e um esquema entre-sujeitos (*between subjects*).

O cenário retratava um crime de violação ocorrido no momento em que dois frequentadores de um mesmo *health club*, desconhecidos entre si, se dirigiam para o parque de estacionamento. A vítima, Andrea, praticava aeróbica e o autor do crime, Jeffrey, natação. Para manipulação da normalidade os autores fizeram variar a informação disponibilizada acerca do dia da semana em que cada um deles costumava ir à respectiva aula e do dia em que haviam ido (usual *versus* inusual) e o crime se dera.

> Andrea and Jeffrey had never met each other before, altough tehy had belonged to the same health club. Andrea normally goes to aerobics classes on Monday, Wednesday, and Friday nights. [*] Jeffrey normally goes to swimming classes on Tuesday, Thursday, and Friday nights. [*] That night, as they were leaving the health club, Jeffrey grabbed Andrea in the parking lot, dragged her to he ground in a desert area behind some trees, and raped her. (pp. 292-293)

Os asteriscos entre parêntesis rectos, constantes no original, assinalam o local do texto onde foram inseridas as alterações:

- *Condição "vítima usual/perpetrador usual"*: "This particular week she had gone to aerobics class on Friday night, as she usually had" (p. 293).; "This particular week he had gone to swimming class on Friday night, as he usually had" (p. 293).

- *Condição "vítima usual/perpetrador inusual"*: "This particular week she had gone to aerobics class on Wednesday night, as she usually had" (p. 293).; "This particular week, however, he had gone to swimming class on Wednesday night, even though he did not usually do so" (p. 293).

- *Condição "vítima inusual/perpetrador usual"*: "This particular week, however, she had gone to aerobics class on Thursday night, even though she did not usually do so" (p. 293).; "This particular week he had gone to swimming class on Thursday night, as he usually had" (p. 293).

- *Condição "vítima inusual/perpetrador inusual*": "This particular week, however, she had gone to aerobics class on Saturday night, even though she did not usually do so" (p. 293).; De acordo com a descrição dos autores, para o caso de Jeffrey terá sido dito: "This particular week, however, he had gone to swimming class on Saturday night, even though he did not usually do so.".

Após a leitura do caso, os sujeitos responderam a uma série de questões idênticas às dos estudos 1 e 2.

Os resultados por si encontrados foram consistentes com aqueles apurados nos mesmos, indicando que a percepção da violação por parte dos participantes pode ser influenciada, tanto pelos comportamentos da vítima, como pelos comportamentos do agressor.

Em termos gerais, os autores identificaram uma elevada empatia relativamente à vítima, uma elevada atribuição de responsabilidade ao agressor, uma reduzida tendência para considerar que a vítima havia falhado, para a culpar pelo sucedido e para julgar que o agressor se teria sentido arrependido.

Para finalizar, Turley et al. (1995) realizaram um quarto e último estudo no sentido de testarem a generalização dos resultados obtidos nos três anteriores, fazendo variar a acção-

inacção da vítima e do agressor num mesmo caso, de tal modo que era na sequência da respectiva decisão que os protagonistas se cruzavam.

> Every evening after dinner Karen gets her exercise by walking around her neighbourhood. As she approached the end of her walk she remembered that she needed to pick up some milk for breakfast in the morning. [Karen thought about walking an extra block out of her way to the convenience store to pick up some milk, but then decided against it./Karen decided to walk an extra block out of her way to the convenience store to pick up some milk.]
>
> Phil works on his car every night after work. As he was working, he became incredibly thirsty, but remembered that he had not been to the grocery store in over two weeks and, so, had nothing to drink. [Phil considered walking to the convenience store down on the next corner to pick up some soda-pop, but then decided against it. Phil decided to walk to the convenience store down on the next corner to pick up some soda-pop.]
>
> As Karen continued her walk [home/to the store], he had just passed Phil, when, he grabbed her, dragged her to a secluded area, and raped her. (pp. 297-298)

Os participantes foram distribuídos por uma das quatro condições experimentais ("vítima acção/agressor acção", "vítima acção/agressor inacção", "vítima inacção/agressor acção", "vítima inacção/agressor inacção") e, após lerem o cenário respectivo, classificaram uma série de aspectos comuns aos anteriores, de entre os quais constavam os sentimentos de responsabilidade, arrependimento e culpa da vítima.

Os resultados evidenciaram que aqueles haviam considerado que a vítima se teria sentido mais responsável, mais arrependida e mais culpada pela violação quando esta fora precedida pela sua acção do que pela sua inacção. No caso do julgamento de responsabilidade

e de culpa, os efeitos principais relatados foram qualificados por um efeito de interacção Vítima × Agressor: A vítima foi vista como tendo-se sentido mais responsável e mais culpada na Condição "vítima acção/agressor inacção" do que na Condição "vítima inacção/agressor inacção".

Turley et al. (1995) terminam concluindo que o pensamento contrafactual pode ser aplicado à percepção das vítimas de violação e dos seus agressores.

5.2 Sobre a Importância do Foco: Branscombe, Owen, Garstka e Coleman (1996)

Branscombe, Owen, Garstka e Coleman (1996) desenvolveram um conjunto de investigações tendo como preocupação o efeito do foco contrafactual, ou seja, do elemento do caso—vítima ou violador—cujo comportamento é modificado com vista à respectiva reversão.

No seu primeiro estudo criaram um cenário de violação relatando o encontro entre dois colegas de faculdade, Jeff e Mary. Tudo começa quando Jeff acompanha Mary a casa. Devido ao adiantado da hora e à longa distância que Jeff ainda tinha de percorrer, Mary tê-lo-á convidado a pernoitar no seu sofá. Neste contexto, ambos ter-se-ão envolvido fisicamente, beijando-se e acariciando-se. Contudo, a dada altura Mary sentiu-se desconfortável com o nível de intimidade que avançou mais rapidamente do que ela pretendia. Eventualmente, Mary terá afirmado que prosseguiria apenas sob a condição de Jeff usar preservativo. Ambos terão continuado a beijar-se e Jeff afirmado que não possuía nenhum mas que não iriam tão longe. No entanto, poucos minutos depois, Jeff terá ignorado o pedido de Mary para parar, forçando a penetração com ela a gritar e a bater-lhe.

Após a sua leitura, os participantes foram instruídos a revê-lo e a redigirem contrafactuais que alterassem o seu final no sentido da não ocorrência do crime: (a) Modificando o comportamento de Jeff e mantendo o de Mary *versus* (b) modificando o comportamento de Mary e mantendo o de Jeff.

Os sujeitos terminaram atribuindo a percentagem de culpa pelo resultado inicial a Mary e a Jeff, separadamente, em duas escalas que variavam entre 0% e 100%.

Os resultados obtidos mostraram que a imputação de culpa à vítima era superior ou inferior conforme o sucedido havia sido revertido com base em alterações do seu

comportamento ou, pelo contrário, em alterações do comportamento do agressor. Por exemplo, a simulação mental de Mary a não convidar Jeff para ficar no seu apartamento como forma de eliminar a violação aumentou a percentagem de culpa que lhe foi atribuída. Em contrapartida, a geração da hipótese de Jeff não ter ido para casa de Mary naquela noite conduziu à redução dessa mesma percentagem. O padrão dos efeitos para o protagonista revelou-se simétrico a este.

Uma constatação relevante prende-se com o facto de o foco contrafactual não ter influenciado a imputação de culpa nas situações em que a mutação (quer quando incidiu sobre o comportamento da vítima, quer quando incidiu sobre o do perpetrador) não inverteu o desfecho do caso, a qual foi mínima para a jovem e muito superior para o agente. Em suma, o foco revelou-se determinante apenas quando os participantes imaginaram um resultado melhor que o factual.

Seguiu-se a condução de um segundo estudo com uma metodologia diversa. Os participantes começaram por ler um cenário de violação com contornos semelhantes ao utilizado no Estudo 1:

Brad, colega de trabalho de Beth, convida-a para jantar, insistindo ser ele a conduzir até ao restaurante sob o argumento de não querer que ela o fizesse à noite, sozinha. Depois de terem desfrutado da refeição e do diálogo, regressaram à viatura de Brad que havia ficado no parque de estacionamento. Ele começou a beijá-la e a desabotoar a sua blusa, tendo Beth reagido positivamente. Depois de algum tempo, ela sugeriu que se fossem embora dado que não pretendia vir a envolver-se demasiadamente numa relação com ele. Brad manifestou-se desapontado e continuou a beijá-la. Beth disse-lhe para parar, tendo pensado fazer uma cena no parque mas desistido ao verificar que mais ninguém se encontrava ali. Começou a bater-lhe mas Brad dominou-a e acabou conseguindo forçar a penetração.

Posteriormente, foi-lhes dito que iriam visionar a gravação vídeo da intervenção de um dos advogados envolvidos no caso. Esta conheceu quatro versões correspondentes às manipulações da respectiva argumentação: (a) Na condição centrada na vítima o advogado defendia que a tragédia teria sido evitada se ela tivesse conduzido o seu próprio carro até ao restaurante; (b) Na condição centrada no agressor o advogado defendia que a tragédia teria sido evitada se ele não tivesse insistido em conduzir até ao restaurante; Nas condições em que o resultado se mantinha o advogado afirmava que o crime teria ocorrido mesmo que (c) tivesse sido ela a conduzir ou (d) ele não tivesse insistido em conduzir.

Após a exposição à gravação, os sujeitos atribuíram, tal como no estudo precedente, a percentagem de culpa à vítima e ao violador.

Os autores constataram uma replicação dos resultados básicos obtidos no seu primeiro estudo, com a excepção de a culpa imputada ao agressor ter sido sempre bastante superior do que aquela atribuída à vítima, disparidade relativamente ao Estudo 1 que interpretaram como podendo ter a ver com as fortes diferenças interpessoais existentes em termos do alvo de culpa no domínio da violação.

De referir que, no conjunto dos dois experimentos, foram adicionadas medidas relativas à graduação da causalidade, responsabilidade, previsibilidade e controlabilidade, não sendo a sua análise reportada no artigo mas anotada como tendo assumido o mesmo padrão daquela respeitante à culpa.

A investigação conduzida por Branscombe et al. (1996) permitiu-lhes concluir que a saliência do foco de atenção se reveste de grande importância também no campo do pensamento contrafactual, afectando as suas consequências, nomeadamente em termos do julgamento de crimes, quer as mutações sejam auto-geradas, quer sejam fornecidas por outrem, como é o caso do discurso argumentativo de um advogado.

5.3 Sobre a Importância do Foco na Construção de um Mundo Pior: Nario-Redmond e Branscombe (1996)

Os estudos realizados por Nario-Redmond e Branscombe (1996) são bastante similares àqueles levados a cabo por Branscombe et al. (1996) mas, desta vez, os sujeitos foram conduzidos a imaginar um resultado pior, ou seja, a produzirem contrafactuais descendentes.

No Experimento 1 foi apresentado, a cada um dos 106 participantes, um cenário retratando um encontro entre dois colegas de trabalho, Mary e Jeff.

Mary convida Jeff a acompanhá-la, por um bocado, para comerem após a saída do emprego. Depois de um agradável jantar, vão para o apartamento de Mary onde tudo se desenrola tal como descrito no caso utilizado por Branscombe et al. (1996).

Posteriormente à respectiva leitura, foi-lhes solicitado que redigissem como poderia o evento ter ocorrido de forma diferente focando-se na vítima *versus* no agressor, tendo sido condicionada a direcção contrafactual no sentido descendente em que o resultado era,

portanto, pior para Mary *versus* para Jeff: "Besides the rape, the outcome could have been worse for HIM[HER] if SHE[HE] had…" (p. 352).

Finda esta tarefa, os sujeitos atribuíram uma percentagem de culpa a cada um dos envolvidos e indicaram em que medida concordavam com o facto (a) de se tratar de uma violação, (b) de o agressor ser considerado culpado caso o processo se encaminhasse para tribunal e, se fosse esse o veredicto, (c) de ser severamente punido.

Nario-Redmond e Branscombe (1996, Experimento 1) encontraram um conjunto de resultados que sustentou as suas previsões, sugerindo que é o processo comparativo que determina as interpretações do resultado de um evento. A imputação de culpa variou em função do foco (acções da vítima *versus* acções do agressor) e do elemento afectado ou atingido.

Assim, a culpa percebida do agressor aumentou quando a alternativa imaginada era pior relativamente ao que ele havia experienciado factualmente. Do mesmo modo, a atribuição de culpa à vítima foi superior quando as simulações criaram uma discrepância entre o que ela poderia ter feito para tornar o evento mais justo e o que ela, efectivamente, tinha ou, mais importante, não tinha feito.

Curiosamente, o elemento sobre o qual recaiu a imaginação de como as coisas poderiam ter sido piores para a vítima foi, implicitamente, o agressor, dado que, nesta condição, os participantes classificaram-no como menos culpado por o percepcionarem menos injurioso ao imaginarem um impacto mais gravoso para a vítima.

Estes resultados viram-se sustentados por aqueles obtidos no segundo experimento desenvolvido pelos autores, ainda que fazendo uso de um paradigma experimental diferente (baseado no utilizado por Branscombe et al., 1996, Experimento 2).

Dele decorreu a demonstração das eventuais repercussões em termos do julgamento jurídico da vítima e do perpetrador quando a argumentação apresentada pelos advogados assenta em como o resultado poderia ter sido pior para o seu cliente.

5.4 Sobre as Motivações e Expectativas de Papel: Catellani e Milesi (2001)

Catellani e Milesi (2001) conduziram um conjunto de três estudos, tendo dois deles versado sobre o crime de violação.

O primeiro contou com 80 estudantes universitários, 40 do sexo feminino e 40 do sexo masculino.

Estes começaram por ler o relato de uma situação de violação baseada num caso verídico:

Uma mulher jovem, Giulia, havia sido forçada a parar na berma da estrada devido a uma avaria no seu carro. Ao passar pelo local, um polícia, Marco, que estava no fim do turno, ofereceu-lhe uma boleia até à oficina mais próxima, face ao que a mulher se terá sentido desconfortável porque havia tido uma detenção por posse de marijuana tendo tentado, por consequência, ser bastante simpática para com ele. O agente interpretou-o erradamente, julgando que a mulher pretendia ter um caso sexual com ele. Durante o percurso, ambos conversaram muito à vontade um com o outro, o que levou Marco a ficar ainda mais convencido de que Giulia queria ter uma relação sexual com ele. Então, parou o carro e tomou a iniciativa. A mulher tentou resistir e lutou mas ficou bastante assustada quando ele puxou do revólver que tinha consigo. O homem começou a despi-la e ela tentou sair do carro, gritou e chorou mas ele, cada vez mais nervoso, imobilizou-a. Com medo das suas reacções, Giulia nada mais disse nem fez. Durante a penetração Marco não a agrediu mas ela, contudo, não mais se debateu. No dia a seguir, a mulher acusou o polícia de abuso sexual. Perante o juiz, afirmou que ele havia feito sexo com ela sem o seu consentimento. Pelo contrário, o agente, não negando a ocorrência de penetração, argumentou que ela o tinha desejado fortemente.

Finda essa tarefa foi atribuído, a cada um, o papel da vítima (somente às participantes do sexo feminino) ou do violador (somente aos participantes do sexo masculino).

Em seguida, foram instruídos a suporem que se encontravam no decorrer do julgamento e que estavam a apresentar ao juiz a sua descrição do evento com o propósito de fornecerem uma explicação plausível. Ao "agressor" cabia convencê-lo de que estava inocente e conseguir a absolvição; à "vítima" cabia o oposto, ou seja, convencê-lo de que as suas acusações eram sólidas e conseguir a condenação do violador.

As descrições dos sujeitos foram analisadas com vista à identificação de pensamentos contrafactuais e da respectiva classificação em torno de três critérios:

(1) ***Alvo***, tendo sido distinguidos os que se centravam na vítima (e.g., "*Se Giulia tivesse alguma droga…*") dos que se centravam no perpetrador (e.g., "*Se Marco não tivesse visto Giulia na berma da estrada…*"). Foram, ainda, codificados aqueles centrados em factores

situacionais mas não incluídos na análise posterior devido à sua frequência ser extremamente reduzida.

(2) ***Actividade***, segundo a qual foram separados os contrafactuais focalizados em acções, através dos quais um evento factual fora subtraído (e.g., "*Se Marco não tivesse dito a Giulia para esperar por ele…*", "*Se Giulia não tivesse brincado…*"), dos contrafactuais focalizados em inacções, em que um evento que não havia tido lugar fora adicionado (e.g., "*Se Giulia tivesse oferecido alguma resistência…*", "*Se Marco tivesse notado alguma irregularidade…*").[12]

(3) ***Controlabilidade***, critério que presidiu à distinção entre contrafactuais controláveis pelo sujeito (e.g., "*Se Marco tivesse dado ouvidos às palavras de Giulia…*", "*Se Giulia não tivesse sido tão simpática…*") e contrafactuais incontroláveis (e.g., "*Se Marco não tivesse de levar o carro para o posto da polícia…*", "*Se Giulia não tivesse ficado apavorada…*").

As autoras começaram por constatar a ocorrência de efeitos principais significativos dos critérios enumerados. As médias do número de contrafactuais centrados na vítima, focalizados em acções e controláveis apresentaram-se superiores.

Tal como por si hipotetizado, estes efeitos foram moderados pelas motivações e expectativas associadas ao papel assumido pelos participantes. Assim, enquanto que aqueles investidos do de vítima alteraram mais as acções controláveis do perpetrador do que as suas próprias, os investidos do de violador alteraram mais as inacções controláveis da vítima do que as respectivas inacções.

Paralelamente, quer os que assumiram o papel da vítima, quer os que assumiram o papel do perpetrador, produziram mais contrafactuais incontroláveis acerca do seu comportamento, tanto para as acções como para as inacções, ou seja, quer as "vítimas", quer os "perpetradores" expuseram terem tido um menor controlo directo e efectivo sobre as suas condutas do que a respectiva contraparte.

Catellani e Milesi (2001) consideraram que os efeitos da acção-inacção e da controlabilidade podiam ser moderados pela motivação de atribuírem culpa um ao outro derivada do papel desempenhado pelos sujeitos, bem como das suas expectativas

[12]Note-se que este critério (actividade) é equivalente à estrutura contrafactual, tal como proposta por Roese e Olson (1993a).

relativamente ao papel activo *versus* passivo que seria suposto o alvo contrafactual ter tido num determinado evento.

As autoras, no seu segundo experimento, utilizaram o mesmo cenário e uma metodologia em tudo idêntica à do primeiro mas procederam a uma inversão dos papéis atribuídos consoante o sexo dos participantes (40 estudantes universitários recrutados de modo idêntico ao anterior). Assim, os 20 elementos do sexo masculino assumiram o papel da vítima enquanto os 20 elementos do sexo feminino assumiram o papel do agressor.

Os resultados do estudo 1 foram replicados na íntegra, o que levou Catellani e Milesi (2001) a concluírem que as diferenças observadas ao nível dos contrafactuais das "vítimas" e dos "perpetradores" podiam ser imputadas a um efeito do papel em lugar de um efeito do género.

5.5 Um Estudo Junto de Vítimas Reais: Branscombe, Wohl, Owen, Allison e N'gbala (2003)

Em 2003, Branscombe, Wohl, Owen, Allison e N'gbala desenvolveram uma investigação junto de vítimas reais de violação para averiguarem as consequências da imaginação de alternativas aos resultados sobre o seu bem-estar.

A amostra foi constituída por 85 estudantes universitárias que responderam afirmativamente à questão "Já alguma vez foi forçada a ter sexo contra a sua vontade?".

Em 87% dos casos o agressor era conhecido da vítima.

Os autores mediram os pensamentos contrafactuais, o bem-estar e a auto-culpabilização.

Para acederem aos primeiros utilizaram duas abordagens. Primeiro, solicitaram às vítimas que listassem os aspectos das suas acções e/ou das circunstâncias sobre as quais incidissem as alternativas por si eventualmente imaginadas. Posteriormente, providenciaram-lhes uma série de dez afirmações que indicavam a reversão mental da violação através do comportamento próprio, sendo que as participantes deviam indicar em que medida concordavam com cada uma delas assinalando-o numa escala de sete intervalos (ancorada em concordo/discordo).

O bem-estar foi avaliado com recorrência à administração de uma escala de depressão, uma outra de auto-estima e, ainda, a graduação do controlo sentido no momento.

Finalmente, para a operacionalização da auto-culpabilização pelo ataque, instruíram-nas a classificar a culpa que atribuíam (a) a si mesmas, (b) ao violador e (c) ao poder do homem na sociedade, também através de escalas de sete intervalos.

Um conjunto de resultados obtidos prende-se com os pensamentos contrafactuais. Todos aqueles gerados pelas vítimas se mostraram auto-referentes, envolvendo algum factor relacionado com as próprias, sendo que em 90% dos casos o tema principal prendia-se com mudanças comportamentais que alteravam a respectiva vulnerabilidade ao crime (e.g., quantidade de álcool ingerido, ter saído com o agressor, ter entrado no seu carro, ter ido a sua casa, ter estado sozinha com ele). Igualmente comuns foram aqueles centrados numa mais tenaz resistência ao violador.

Em suma, as alternativas referidas pelas participantes implicavam que elas acreditavam que a violação poderia ter sido evitada se alguma faceta do seu comportamento tivesse sido diferente, conclusão reforçada pelo facto de terem tendido a concordar com as afirmações da escala contrafactual administrada.

Relativamente à atribuição de culpa, esta recaiu, predominantemente, sobre o agente, por contraste àquela imputada a si próprias e à sociedade, indicando ter sido ele o elemento considerado como causa principal do sucedido. Contudo, as respondentes também se percepcionavam como tendo contribuído para a ocorrência.

Testados vários modelos relativos às relações entre as variáveis abordadas—pensamento contrafactual, atribuição de culpa e bem-estar em vítimas de violação—os autores concluíram que a ponderação de como alterações das próprias acções poderiam ter modificado o traumático resultado predizem, fortemente, o aumento da auto-culpabilização, a qual, por seu turno, tem um efeito negativo no bem-estar.

A auto-culpabilização evidenciou-se, pois, como um mediador fidedigno dos efeitos do pensamento contrafactual no ajustamento destas mulheres, ao mesmo tempo que não se revelou protectora das percepções de controlo correntes.

Branscombe et al. (2003) terminam afirmando que os contrafactuais ascendentes e auto-centrados predizem o grau em que as vítimas se culpam a si próprias pelo crime de violação.

5.6 O Efeito da Não Conformidade ao Estereótipo: Catellani, Alberici e Milesi (2004)

Catellani, Alberici e Milesi (2004) desenvolveram dois experimentos no sentido de investigarem a influência do estereótipo acerca das vítimas de violação sobre o pensamento contrafactual e, consequentemente, sobre a atribuição de responsabilidade.

No primeiro estudo apresentaram um relato de um caso de violação semelhante àquele empregue por Catellani e Milesi (2001, Estudos 1 e 2), tendo modificado a informação concernente aos comportamentos da protagonista de modo a manipularem a sua conformidade quanto às expectativas estereotípicas relativamente às vítimas deste crime (e.g., *comportamentos conformes aos estereótipos*: "tentar resistir", "gritar", "não tentar reparar o carro"; *comportamentos não conformes aos estereótipos*: "aceitar uma boleia", "falar à vontade com o homem", "não dizer 'não' claramente", "não tentar fugir")[13].

Posteriormente à sua leitura, convidaram os participantes a pensarem acerca do episódio e a completarem o maior número possível de afirmações assim iniciadas: "*The outcome might have been better, if only*..." (p. 426).

Após a geração de contrafactuais, os sujeitos preencheram uma escala de avaliação da sua adesão ao tipo de estereótipos em causa.

As mutações produzidas foram primeiramente codificadas quanto ao ***alvo***, procedimento similar ao adoptado por Catellani e Milesi (2001, Estudos 1 e 2) tendo sido distinguidas as que se focavam na vítima (e.g., "... *se Giulia tivesse um telemóvel.*") das que se focavam no perpetrador (e.g., "... *se Marco não tivesse puxado do revólver.*"). Foram, ainda, classificadas aquelas centradas em factores situacionais (e.g., "... *se um autocarro tivesse apanhado Giulia.*") mas não incluídas na análise posterior devido à reduzida frequência.

Em seguida, as alterações ancoradas na vítima foram classificadas com base em dois critérios:

(1) ***Conformidade***, o que levou à diferenciação entre os contrafactuais centrados em comportamenos conformes (e.g., "... *se Giulia não tivesse ficado com medo quando Marco puxou da pistola.*") e os centrados em comportamentos não conformes (e.g., "... *se Giulia não tivesse aceite uma boleia.*").

[13]Doravante designados, simplificadamente, "comportamentos conformes" e "comportamentos não conformes".

(2) ***Actividade***, tendo sido dissociados, como na investigação de Catellani e Milesi (2001, Estudos 1 e 2) os contrafactuais focalizados em acções em que um evento factual era subtraído (e.g., *"... se Giulia não tivesse falado à vontade com ele.*") daqueles outros centrados em inacções, em que um evento que não havia tido lugar era mentalmente adicionado (e.g., "*... se Giulia tivesse gritado por ajuda.*").

As autoras obtiveram, em termos gerais, uma proporção média de contrafactuais focados na vítima superior à dos focados no agressor, efeito qualificado por uma interacção significativa entre a adesão ao estereótipo e o alvo. Como hipotetizado, os participantes com uma percepção mais estereotipada geraram mais contrafactuais centrados na vítima, em comportamentos não conformes às expectativas e nas inacções não conformes da vítima comparativamente com aqueles que haviam obtido uma pontuação reduzida na escala de aceitação dos mitos de violação.

Em suma, como previsto, os participantes com um nível superior de estereotipia focaram a sua atenção no que a vítima não havia feito mas que podia ou devia ter feito no sentido de prevenir a ocorrência do incidente, sustentando, assim, a influência das expectativas socialmente partilhadas na mutabilidade contrafactual.

Catellani, Alberici e Milesi (2004) pretenderam, ainda, averiguar em que medida os resultados por si encontrados no primeiro experimento, em que haviam sido os próprios a gerar contrafactuais, eram extensíveis às situações de avaliação contrafactual, ou seja, às situações em que as pessoas se confrontam com contrafactuais produzidos e apresentados externamente, como poderia ser o caso daqueles que integrassem o discurso argumentativo dos advogados em contexto de tribunal.

Para o efeito, conduziram um segundo estudo em que, fazendo uso do mesmo cenário, apresentaram, aos participantes, uma lista de contrafactuais iniciados com a mesma expressão ("*O resultado podia ter sido melhor se…*") e cujo conteúdo fora retirado daqueles gerados no Experimento 1. Esta lista seguiu-se à instrução de que, mais tarde, o caso envolvendo Giulia e Marco (ofendida e ofensor, respectivamente) teria sido exposto a um júri, na sequência do qual dois dos jurados haviam expresso aquelas opiniões.

As autoras procederam à seguinte manipulação: Metade dos sujeitos foram confrontados com três contrafactuais (as opiniões dos jurados) referindo acções da vítima conformes às expectativas estereotípicas (e.g., *"... se Giulia não tivesse ficado assustada quando Marco puxou da arma.*") e três referindo acções não conformes (e.g., *"... se Giulia*

não tivesse falado à vontade com Marco."); à outra metade foram exibidos três contrafactuais referindo inacções conformes (e.g., *"... se Giulia tivesse prestado atenção ao caminho que Marco estava a seguir.*") e três referindo inacções não conformes (e.g. *"... se Giulia tivesse gritado por ajuda.*").

Todos os sujeitos indicaram o seu grau de acordo com cada um dos dois jurados, posto o que avaliaram a responsabilidade do perpetrador e da vítima e em que medida esta poderia ter evitado o desfecho negativo, tarefas para as quais dispuseram de escalas de nove pontos, tendo terminado com o preenchimento da escala de Lonsway e Fitzgerald (1995) relativa à adesão ao estereótipo da vítima de violação.

As autoras verificaram que os participantes com uma maior adesão ao estereótipo avaliavam a vítima como mais responsável e o perpetrador como menos, da mesma forma que percepcionavam a possibilidade de um maior evitamento do incidente por parte da protagonista.

Paralelamente, os resultados indicaram serem também estes sujeitos aqueles que manifestaram uma maior concordância com as afirmações contrafactuais dos jurados em geral e, em concreto, com as focalizadas nos comportamentos não conformes da vítima e com as que versavam sobre as suas inacções não conformes.

A análise conjunta das variáveis permitiu-lhes identificar uma forte correlação positiva entre o acordo com as opiniões dos jurados centradas nas inacções não conformes de Giulia e a graduação da sua responsabilidade, o inverso tendo ocorrido relativamente à graduação da responsabilidade de Marco (correlação forte negativa). Também a correlação com o evitamento percebido foi positiva e significativa.

Catellani, Alberici e Milesi (2004) mostraram que, num determinado contexto social, o "efeito excepcional-rotineiro" pode ser redefinido, nas suas palavras, como um "efeito de não conformidade", consistindo este numa tendência significativa para mudar comportamentos não conformes às expectativas derivadas de estereótipos, efeito que, como referido pelas mesmas, embora já tivesse sido sugerido enquanto uma possibilidade, ainda não havia sido directamente observado na investigação precedente.

Adicionalmente, Catellani et al. (2004) não identificaram a tendência, anteriormente reportada por outros autores, e por nós já referida, para a superior alteração de acções comparativamente com as inacções. Pelo contrário, os participantes dos seus estudos com

forte adesão aos estereótipos em causa exibiram a propensão oposta, isto é, a propensão para mudar mais as inacções do que as acções das vítimas de violação.

As autoras consideraram que tais resultados ofereciam sustentação ao que havia sido sugerido por alguma literatura sobre o domínio, nomeadamente no tocante à asserção de que a mutabilidade contrafactual das inacções pode prevalecer quando a atenção está dirigida para o modo através do qual um determinado evento negativo poderia ter sido prevenido (e.g., Davis et al., 1995a, 1995b; Mandel & Lehman, 1996; N'gbala & Branscombe, 1997).

Como referem, o foco contrafactual nas acções ou nas inacções parece não depender apenas de uma disponibilidade genérica das alternativas correspondentes mas, também, das expectativas relativas à categoria social do alvo na medida em que tais expectativas incluiriam crenças acerca da capacidade, poder e dever de agir ou não.

Assim, afirmam, os seus estudos providenciam suporte para o facto de a geração de contrafactuais acerca de uma vítima que não disse "não" depender, não tanto das expectativas relativamente ao que as vítimas de violação podem fazer quando atacadas mas, mais fortemente, das expectativas estereotípicas acerca do que estas costumam fazer (o que é percebido como normal para a categoria social: e.g., "Normalmente as mulheres não aceitam boleia de um estranho.") ou devem fazer (o que é percebido como normativo para a categoria social: e.g., "As mulheres não devem aceitar boleia de um estranho.") nessas situações.

6. Da Violação Contras as Mulheres

"Esse Pangloss—reflectia—ver-se-ia embaraçado para demonstrar o seu sistema.
Queria que aqui estivesse.
Certamente se tudo vai bem, é no Eldorado, e não no resto da terra."

(Voltaire, 1759/1999, p. 107)

Quando falamos em violação rapidamente assumimos a respectiva vítima como sendo uma mulher. Estaremos certos? Quem são, afinal, as vítimas usuais deste crime? Usando as palavras de Maria (2004),

> A resposta é unânime entre os(as) investigadores(as) desta área: o crime de violação é cometido contra aqueles que são considerados mais frágeis ou com menos poder, assim, as mulheres e as crianças são os alvos privilegiados, as mulheres por serem vistas como o "sexo fraco", as crianças por serem naturalmente mais fracas quando comparadas com os adultos no que diz respeito à sua compleição física, ao seu nível de conhecimento e experiência, recursos económicos, etc. Depois temos o caso daqueles que se encontram encarcerados em instituições onde outros se encarregam de cuidar das suas vidas. É neste contexto que acontecem as poucas violações de indivíduos do sexo masculino adultos. (p. 33)

Para se referir à mulher que passou por uma situação de violação, a literatura utiliza duas designações distintas: Vítima *versus* sobrevivente.

Como D. M. P. Costa (2003) nos faz notar, a expressão "sobrevivente" é a corrente naquela de natureza anglo-saxónica ("*rape survivor*"), expressão que parece ganhar ainda mais peso se atendermos ao exposto pelo autor: "Infelizmente, poderíamos designar como 'Homícidio na violação', a mais grave das consequências que a vítima de violação pode

sofrer, já que o espectro de tais consequências tem como limites, precisamente, a morte e a sobrevivência" (p. 141). Talvez por isso, seja essa a designação com que a maioria destas mulheres se identifica (Maria, 2004).

O presente capítulo é dedicado à caracterização do fenómeno psicossocial sobre o qual nos debruçámos—a violação de mulheres adultas.

Nele, bem como em toda a dissertação, usamos, predominantemente, o termo "vítimas", não negligenciando, em momento algum, o facto de se tratarem, efectivamente, de mulheres sobreviventes, sobreviventes de um crime hediondo e profundamente marcante, de extrema gravidade e complexidade, bem patentes na literatura cuja revisão efectuada passamos a apresentar.

6.1 O Crime de Violação: Definição, Ideologias e Tipologias

Refere D. M. P. Costa (2003) ter sido nos últimos vinte anos que a literatura começou a debruçar-se de forma mais acentuada sobre o crime de violação enquanto conduta penalmente ilícita, embora se trate de um fenómeno que existiu "desde sempre" (Brownmwiller, 1975; Lopez & Piffaut-Fillizzola, 1993; Picat, 1982). Também Farinha (2006) nos reporta o seu "despertar violento" em meados dos anos 90, nomeadamente a propósito do abuso sexual de menores.

A acepção de violação depende do quadro ideológico no qual é desenvolvida. As perspectivas feministas equacionam a violação contra as mulheres como tratando-se de um fenómeno sociocultural resultante das diferenças de poder entre os sexos (e.g., Crawford & Unger, 2000). Ao fazerem-no, romperam com abordagens mais simplistas e individualistas, como o são aquelas assentes na patologia do agressor e na culpabilização das vítimas (e.g., Mardorossian, 2002), chamando para o debate público as dimensões conjunturais que envolvem esta problemática, e transpuseram para o perpetrador a responsabilidade pelo cometimento do crime (e.g., Neves & Machado, 2005). Segundo tais teorias, a violação sexual é, pois, um produto cultural decorrente das ideologias vigentes em determinada sociedade.

Assim parecem posicionar-se, também, Neves e Machado (2005), dado entenderem-no, não só como definido pelo nosso Código Penal

> (…), mas igualmente como um processo de agressão sexual onde está implícita ou explicitamente em evidência uma ruptura do equilíbrio de poder entre a vítima e o agressor, ruptura essa procedente de uma matriz de factores sociais, estruturais e contextuais, e não de uma predisposição psicológica dos agentes ou das vítimas de violência. (p. 189)

A definição de violação tem sido objecto de considerável controvérsia (e.g., Muehlenhard, Powch, Phelphs, & Giusti, 1992).

Em termos jurídicos, o crime de violação consta do artigo 164º do Código Penal Português (CPP) resultante da Revisão operada pelo Decreto-Lei nº 400/98, de 9 de Setembro.

> Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos. (Antunes, 2009, p. 85)

O referido enquadramento sofreu alterações significativas. Nomeadamente, apenas posteriormente à revisão de 1998 o coito oral e o coito anal (muitas das vezes, mais traumatizantes do que o coito vaginal) foram agregados (Almeida & Vialonga, 2003), os quais já vinham sendo considerados em muitos países da Europa (Farinha, 2006).

Note-se, pois, que, actualmente, o sexo da vítima não constitui uma característica do conceito legal deste crime. Assim, este parece ter estado, até há pouco tempo, em consonância com o estereótipo de género que leva a considerar o homem como o participante activo e a mulher como o elemento passivo (e.g., Bem, 1974; Branscombe & Weir, 1992; Broverman, Broverman, Clarkson, Rosenkrantz, & Vogel, 1970; Broverman, Vogel, Broverman, Clarkson, & Rosenkrantz, 1972; Constantinople, 1973; Deaux & Lewis, 1984; Foushee, Helmreich, & Spence, 1979; Rosenkrantz, Vogel, Bee, Broverman, & Broverman, 1970; Spence, Helmreich, & Stapp, 1975).

Quanto aos meios de coacção, podemos resumi-los ao uso de (a) violência (e.g., agarrar, traçar, empurrar, arrastar), (b) ameaça, directa ou indirecta[14], de dano material ou moral grave (e.g., morte, espancamento, perda de meios de subsistência, revelação de facto criminoso ou desonroso), (c) provocação de inconsciência ou colocação na impossibilidade de resistir (e.g., administração de substâncias) e (d) autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho (assédio sexual) (D. M. P Costa, 2003).

Quando ocorre noutros contextos de ilicitude, a violação configura, então, tipos legais de crime diversos, como sejam o abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (art. 165º do CPP), de pessoa internada (art. 166º do CPP) e de crianças (art. 172º do CPP) (Antunes, 2009).

Como Maria (2004) nos dá conta, quando se fala em violação assume-se, implicitamente, tratar-se de um crime cometido por um estranho à vítima. Tal constitui, no entanto, um dos vários mitos acerca deste delito, os quais aprofundamos adiante, em capítulo próprio. Na realidade, a violação ocorre nos mais variados contextos, nomeadamente nas relações maritais e de conhecimento ou amizade.

Estrich (1987) distinguiu estes dois tipos designando-os, respectivamente, por "violação real" e "violação simples". A primeira seria aquela cometida por um estranho, envolvendo, normalmente, o uso de armas e provocando danos físicos na vítima, recebendo, por tais razões, uma maior atenção da parte do sistema judicial; a segunda consistiria naquela levada a cabo por um elemento conhecido da vítima, sendo alvo, por tal razão, de uma maior suspeição e ambiguidade quanto ao consentimento da mulher (Campbell & Johnson, 1997) e, consequentemente, percepcionada como de inferior gravidade e com consequências menos sérias e perturbadoras para as vítimas, com uma maior atribuição de responsabilidade para a vítima/sobrevivente e uma menor penalização para o violador (Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988).

Também Neves e Machado (2005) nos falam da importância da natureza da relação entre a vítima e o ofensor. Esta estaria ligada, não só ao facto de a permissividade e a tolerância social divergirem em função da mesma, como, também, ao facto de a significação atribuída por estes dois elementos variarem em conformidade.

---

[14]A ameaça é indirecta "(…), quando o mal é anunciado contra terceiro, a quem a vítima esteja ligada por laços de grande ou especial afecto" (D. M. P. Costa, 2003, p. 137).

De entre os crimes sexuais, aqueles perpetrados contra as mulheres e as crianças ocupam um lugar de destaque no contexto terapêutico, quer pelas dinâmicas subjacentes a tais episódios, quer pelas suas consequências sobre as vítimas em questão (Neves & Machado, 2005).

Farinha (2006) apresenta a criminalidade sexual como passível de assumir várias formas e indica a "relação vítima-agressor anterior ao crime" como sendo o critério operativo usualmente adoptado. Esta poderia, então, ser (a) de conhecimento ou proximidade, (b) de desconhecimento, também designada de assalto ou turismo sexual ou, ainda, (c) mediatizada, onde se incluem os *sites* de conversação e a pornografia.

Também este tópico será retomado no ponto relativo aos mitos acerca da violação, nomeadamente devido ao seu impacto na vivência própria das vítimas e no julgamento feito pelos outros.

6.2 Entre a Necessidade e o Engano dos Números

Seria de esperar que, num capítulo dedicado à violação, se apresentassem números de uma forma convicta, números esses relativos, nomeadamente, à respectiva percentagem de incidência, à sua distribuição geográfica e às características das vítimas e dos ofensores.

Contrariando tais expectativas, optámos por não o fazer. Naturalmente, temos de justificar esta decisão, o que não se nos revela difícil. Na senda das estatísticas, confrontámo-nos com vários factores que as tornam praticamente inúteis, isto em termos do nosso propósito: (a) Boa parte dos números encontrados "não falam português", ou seja, remetem-nos para a realidade de outros países como os EUA., França, Itália, Holanda, de entre outros (e.g., Conselho da Europa, FBI, Massachusetts Department of Public Health); (b) Aqueles que incidem sobre Portugal possuem fontes diversas, provindo de esforços díspares, o que constitui uma dificuldade acrescida para o leitor (e.g., Amnistia Internacional; Associação de Mulheres Contra a Violência, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Gabinete de Estudos e de Planeamento do Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Instituto de Medicina Legal, Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública); (c) Muitas das vezes a violação é tratada conjuntamente com outros crimes, nomeadamente de

natureza sexual (e.g., Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2011; Lisboa, Barroso, & Marteleira, 2005; Sistema de Segurança Interna, 2011) e (d) Mesmo os que se propõem retratar o caso português não o conseguem fazer de uma forma exacta dado o elevado número de cifras negras (e.g., Beleza, 1994; J. M. B. Costa, 2003; Farinha, 2006; Ferreira, 1998; Maria, 2004; Pascoal, 2006), relativamente às quais não se conhecem estatísticas (Cainé & Pinheiro, 2008), situação com a qual, quase invariavelmente, acabam por nos confrontar: "Ora, sabendo nós que os números apresentados estão muito aquém dos factos reais, concluímos, com objectividade, do peso relativo muito significativo das ofensas sexuais." (J. M. B. Costa, 2003, p. 60); "É legítimo supor, com base nos dados conhecidos, que mais de 90% das ocorrências não são normalmente participadas às autoridades e que uma elevada percentagem também não é detectada nos inquéritos de vitimação" (Ferreira, 1998, p. 25); "O facto é que muitos dos casos de violação não chegam a entrar nas estatísticas oficiais, porque as mulheres não chegam a denunciá-los" (Maria, 2004, p. 50).

Uma vez ressalvados os potenciais enganos dos números relativos ao crime de violação contra as mulheres, passamos a apresentar os dados publicados pelo Sistema de Segurança Interna (2011).

De acordo com o respectivo relatório, do total de 24.456 crimes violentos e graves[15] participados, em 2010, pelos órgãos de polícia criminal (GNR, PSP e PJ), foram apenas 424 (1.73%) os de violação, tendo-se verificado um aumento de 49 casos relativamente a 2009 (375 participações, correspondendo a 1.55%[16]).

Lisboa revelou-se o distrito com mais ocorrências deste tipo de criminalidade (45.39% do total de participações), constituindo, também, aquele onde se verificou o maior acréscimo comparativamente com o ano anterior.

Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria das vítimas tem entre 21 e 30 anos (41.4%) ou entre 31 e 40 (24.5%) e, no conjunto da designada "criminalidade sexual", é, maioritariamente, do sexo feminino (83.8%), enquanto os autores, quase exclusivamente do sexo masculino (97.9% dos arguidos constituídos), apresentam uma idade situada, predominantemente, entre os 31 e os 50 anos.

Ainda no referido conjunto da designada "criminalidade sexual", cerca de um terço dos casos desenvolve-se no âmbito das relações de conhecimento (33%) ou das relações

[15]Correspondentes a 5.91% da criminalidade total (Sistema de Segurança Interna, 2011).
[16]A criminalidade violenta e grave no ano de 2009 foi de 24.163 (Sistema de Segurança Interna, 2011).

familiares (28.3%), as quais parecem ter particular incidência no caso dos abusos sexuais de menores dependentes.

Note-se que, dada a diversidade de tipologias analisadas, estes valores devem ser tomados com cuidado no que respeita, em concreto, à violação de mulheres adultas. Mais ainda se atendermos ao facto de Lopes (2009) ter identificado diferenças significativas entre violadores e abusadores sexuais de menores em termos do seu comportamento predatório, do seu *modus operandi* e da sua tomada de decisão geográfica.

Os dados recolhidos por Pereira (2007) e por Rebocho (2007) no contexto dos seus trabalhos sobre o perfil do violador português, e adiante expostos, poderão constituir um complemento àqueles acabados de referir, dados esses cuja leitura exige, uma vez mais, uma redobrada precaução devido à metodologia utilizada (entrevista aos agressores).

Resta-nos, por agora, uma última e muito importante questão: Porquê tão elevado número de cifras negras? Porquê tratar-se do único crime cujos resultados oficiais são superiores aos reportados pelas vítimas (e.g., Maria, 2004)? As respostas parecem convergir para a mesma situação: O constrangimento da denúncia vivido por estas mulheres, decorrente do medo, da falta de confiança na Justiça e do receio de virem a ser culpabilizadas e desacreditadas (e.g., J. M. B. Costa, 2003; Du Mont, Miller, & Myhr, 2003; Farinha, 2006; Maria, 2004), sentindo que, se não o fizerem, irão sofrer menos e "pouparão", também, os outros significativos (e.g., Maria, 2004).

6.3 Assegurando os Meios de Prova: Um Outro Tipo de Violência

"Mais tarde, dirijo-me com a minha mãe à esquadra da polícia para apresentar queixa.
(...)
Faz-me perguntas indiscretas para, diz ele, melhor compreender a razão de tudo.
Em particular, pergunta-me se eu era virgem antes das violações!
Quando tenho a candura de responder que não,
ele olha para mim com um ar sórdido e depravado e diz:
—Ah! Faltava dizer isso!"

(Bellil, 2009, p. 104)

A questão da prova de violação apenas se coloca em caso de queixa. De acordo com o Código de Processo Penal, desta dependem os crimes sexuais, excepto se deles resultar suicídio ou morte da vítima ou se envolverem menores (Almeida & Vialonga, 2003). Por

outras palavras, só há violação se houver denúncia por parte do ofendido. Daí tratarem-se de crimes semi-públicos (Simões, 2006).

A instauração do processo-crime depende, assim, do dito "portador do bem jurídico" violado, o qual pode apresentar queixa junto dos órgãos de polícia criminal, do Ministério Público ou dos serviços médico-legais (D. M. P. Costa, 2003; Silva, 2005).

Segue-se, então, a esta, a fase de investigação ou inquérito (Almeida & Vialonga, 2003; D. M. P. Costa, 2003; Silva, 2005), onde entra a constituição do meio de prova.

Dado que raramente a violação é testemunhada (e.g., D. M. P. Costa, 2003; Rodrigues, 2004) e que, nos casos em que o é, o relato das testemunhas não se revela determinante, tais provas vêem-se, na esmagadora maioria dos casos, confinadas à vítima e ao suspeito. Por um lado, às suas declarações, normalmente dissonantes; por outro, e muito especialmente, aos resíduos característicos deste tipo de crimes (e.g., esperma, pêlos púbicos, sinais nos órgãos genitais). Surge, aqui, a perícia médico-legal de sexologia forense como via única de contornar a insuficiência dos restantes meios de prova, revestindo-se, assim, de um carácter decisivo (D. M. P. Costa, 2003).

O exame de sexologia forense deve ser feito o mais rapidamente possível, sob pena de perda de vestígios determinantes para o processo, implicando, essencialmente, três etapas: Exame da vítima, exame do suspeito e exames complementares (e.g., local do crime).

Detendo-nos sobre o exame da vítima, dado tratar-se do foco da nossa dissertação, importa sublinhar a violência que tais exames podem assumir. Para além da entrevista ou anamnese criminológica, existe, de facto, um conjunto de elementos e lesões na vítima (e.g., sangue, sémen) que assumem especial contribuição, enquanto meios de prova, para a investigação pericial médico-legal do crime e para o percurso relativo ao processo penal. É a partir dessas lesões e dos esfregaços (e.g., subungueais) que a perícia médico-legal poderá reconstruir o facto criminoso (D. M. P. Costa, 2003; Simões, 2006) e estabelecer a identidade do agressor (Cainé & Pinheiro, 2008).

Naturalmente, a competência de todos os multidisciplinarmente envolvidos na avaliação forense reveste-se de capital importância, seja no domínio dos médicos legistas (e.g., Vieira, 2006) ou dos psicólogos forenses (e.g., Machado & Gonçalves, 2005; Neves & Machado, 2005). Em suma, os agentes de Justiça encontram-se na melhor posição para mudar

as atitudes em relação às vítimas de violação, através de um tratamento mais humano, do próprio exemplo e do treino de outros profissionais e do público em geral (Resick, 1990).

Como afirmou Silva (2005), e não podemos deixar de concordar, a interpretação de indícios faz parte da estratégia de prevenção do crime de julgar condicionadamente.

É de elementar justiça sublinhar o facto de o exame da vítima ter, também, como objectivo a avaliação dos danos por si sofridos, no sentido lato da expressão (Neves & Machado, 2005).

Para Duarte (2005), o problema está na forma como tudo é feito. A propósito da Decisão-Quadro do Conselho de 15 de Março de 2001, o orador denuncia a visão instrumentalizada da vítima enquanto testemunha, que a torna útil como e só enquanto portadora de informação a recolher e propõe, em alternativa, uma postura de acolhimento. E termina, acentuando: "Chamem-lhe vitimação dupla, tripla, quádrupla, … o que quiserem!"

Recordando o facto de o mesmo referir, neste contexto, a importância da terminologia corrente no domínio, julgamos que a designação de uma das técnicas de exame da vítima—"exploração corporal" (D. M. P. Costa, 2003)—constitui o melhor dos exemplos ilustrativos do papel que a mesma assume no processo em questão.

O relato de Bellil (2009), vítima de violação, configura, a nosso ver, mais uma demonstração da incompetência com que estas são usualmente tratadas, dos preconceitos partilhados também pelas autoridades envolvidas, patentes, muitas vezes, nalguns interrogatórios processuais.

> Mais tarde, dirijo-me com a minha mãe à esquadra da polícia para apresentar queixa. Aí, somos recebidas por um imbecil que se está borrifando para o que me aconteceu, ignorando os meus hematomas, o sangue espalhado pelas minhas roupas, o meu vestido todo rasgado, a areia na minha boca, o meu estado de choque. Faz-me perguntas indiscretas para, diz ele, melhor compreender a razão de tudo. Em particular, pergunta-me se eu era virgem antes das violações! Quando tenho a candura de responder que não, ele olha para mim com um ar sórdido e depravado e diz:

> —Ah! Faltava dizer isso!—Nesse preciso momento, percebo que não vai mexer uma palha, o que me irrita sobremaneira, pelo que insisto para que eles façam alguma coisa. E ele sai-me com esta:—Olha, vê lá se te calas, porque já estás a levantar demasiado a voz. Não tinhas nada de andar àquelas horas pela praia! (p. 104)

A este propósito, será de sublinhar o facto de raramente as vítimas de violação apresentarem queixa devido aos sentimentos de humilhação por si vivenciados, o que dificulta os estudos de prevalência do crime e contribui para o *status* das cifras negras, assim fomentando a manutenção do desconhecimento acerca dos verdadeiros contornos do fenómeno (e.g., Audet & Katz, 2006; J. M. B. Costa, 2003; Resick, 1990; Simões, 2006). Efectivamente, passar por tal processo implica remexer em situações complicadas, o que pode redundar no agravamento do estado traumático da vítima (Neves & Machado, 2005; Simões, 2006).

Como afirma J. M. B. Costa (2003)

> De facto, são muito poucas as mulheres que conseguem aguentar até ao fim um processo judicial de violação. As pressões a que ficam sujeitas, na rua, na esquadra policial, nos meios de comunicação, durante os interrogatórios, bem como os juízos de valor que muitas vezes ficam implícitos no que à sua conduta moral e social diz respeito, provocam uma reacção de impotência que as leva a calar-se e a silenciar uma dor e um vazio "imateriáveis". (p. 46)

6.4 Consequências da Violação

"A minha permanência em casa de Lyes é pontuada por múltiplas crises de epilepsia.
Crises aterradoras. Por vezes, chego a ter oito por dia.
Passo o tempo a fazer viagens de ida e volta ao hospital, mas não quero ficar lá.
As minhas crises exprimem o que ninguém procura saber.
É assim que dou largas ao meu ódio,
à minha raiva face à injustiça sofrida e à humilhação suportada.
Deixo sair tudo isso com os meus gritos.
O meu corpo, subitamente rígido
começa a tremer de tal forma, que quase se ergue do solo.
Babo-me como um animal selvagem, automutilo-me,
agrido-me e arranho o rosto.
(...)
Durante a noite, também tenho pesadelos.
Os meus gemidos acordam a casa toda."

(Bellil, 2009, p. 125)

As consequências da violação para a mulher são classificáveis em função de vários critérios, como a gravidade, o tipo e a duração (D. M. P. Costa, 2003).

Quanto ao extremismo do primeiro deles—gravidade—a literatura não poderia ser mais unânime (e.g., Gonçalves, 2005; Kilpatrick, Saunders, Veronen, Best, & Von, 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss et al., 1994a; Maria, 2004; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004). Por exemplo, Pires (1985) refere ser este o crime que deixa marcas mais profundas, caracterizando-o como a mais brutal de todas as formas de violência. De facto, alguns estudos evidenciam que as mulheres tendem a percepcioná-lo como sendo tão grave quanto o homicídio (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995).

Relativamente à duração, verificamos que as consequências em questão são reportadas como duradouras, podendo tornar-se crónicas (e.g., D. M. P. Costa, 2003; Gonçalves, 2005; Kilpatrick, Saunders, Veronen, Best, & Von, 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Maria, 2004; Rothbaum, Foa, Riggs, Murdock, & Walsh, 1992; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004).

No atinente às tipologias, estas assentam, predominantemente, na distinção entre as consequências físicas[17] e as consequências do foro psicológico (e.g., D. M. P. Costa, 2003;

[17]D. M. P. Costa (2003), ao referir-se aos efeitos físicos, propõe a necessidade de uma distinção que julga essencial: "Por um lado, temos as lesões que se reportam directamente ao resultado material do crime—as lesões inerentes aos actos sexuais do art. 164º do CP (cópula, coito anal e coito oral); por outro lado, as lesões provocadas para a execução do crime, as quais, por sua vez, podem, ou não, consoante a sua natureza, merecer tratamento penal autónomo (e.g. as ofensas corporais)" (p. 142).

Kasl, 1984; Kilpatrick, Saunders, Veronen, Best, & Von, 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss, Woodruff, & Koss, 1990; Koss et al., 1994a; Monteiro, 2000; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004).

De todos estes, os efeitos psicológicos são, claramente, os mais retratados pela literatura, decerto, julgamos, devido à sua elevada severidade, quer em termos absolutos, quer por comparação com os efeitos de natureza diversa. Por essa razão, detemo-nos, particularmente, sobre a caracterização dos mesmos.

6.4.1 Consequências psicológicas.

Dada a enorme variedade das consequências psicológicas que a violação gera nas vítimas, tentamos, aqui, fazer uma integração daquelas mais correntes e intensas, abordando-as da forma mais esquematizada possível.

Boa parte dos sintomas a seguir enumerados foram identificados através de estudos que compararam a sua incidência em mulheres vitimizadas e em mulheres não vitimizadas (e.g., Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker, Skinner, Abel, & Cichon, 1986; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi, Riggs, Hearst-Ikeda, & Foa, 1996; Crome & McCabe, 1995; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Janoff-Bulman, 1979; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Moscarello, 1991; Nadelson, Notman, Zackson, & Gornick, 1982; Resick, 1993; Resick, Veronen, Calhoun, & Kilpatrick, 1986; Steketee & Foa, 1987)

Destacam-se os seguintes:

Medo e fobias: O medo constitui uma das reacções mais frequentes das vítimas de violação, podendo ser severo e duradouro.

Para além do medo intenso de revitimização, estas mulheres tendem a apresentar uma classificação superior à das restantes em termos dos designados medos clássicos, de entre os quais se salientam o medo de estranhos, de elevadores e de lugares escuros e fechados, sendo comum o desenvolvimento de fobias relativamente a circunstâncias similares à situação passada.

Auto-culpabilização e vergonha: As mulheres vítimas de violação costumam culpabilizar-se pelo sucedido, considerando que as suas acções foram inadequadas ou, mesmo, erradas, tendo, por isso, conduzido à ocorrência.

Não menos frequente é o seu sentimento de vergonha pelo que foram obrigadas a fazer ou pelos comportamentos de defesa por si adoptados durante a agressão, como, e.g., terem representado que estavam a gostar.

Tais reacções constituem um forte obstáculo à revelação do sucedido devido ao receio do descrédito, da crítica e da rejeição por parte dos outros.

Isolamento: Os sentimentos de auto-culpabilização e vergonha, associados à percepção de incompreensão (real ou não) por parte dos outros quanto ao seu sofrimento e à sua recuperação, podem conduzir as vítimas de violação ao isolamento social.

Tristeza e depressão: Boa parte das vezes o crime de violação conduz à tristeza intensa e à depressão profunda, podendo comprometer a concretização das tarefas diárias como a ida para o emprego, a ida às compras e redundar em ideação ou actos suicidas.

Modificações na sexualidade e na intimidade: Algumas mulheres, após a vivência do crime de violação, ficam com medo e, até, aversão ao sexo e à intimidade, passando a apresentar insatisfação e disfunções várias a este nível; outras, por reacção à falta de controlo sentida durante o sucedido, passam a envolver-se na actividade sexual com menos preocupação e cuidados, enveredando por comportamentos de risco.

Percepção de perda de controlo e de impotência: A violação física e psicológica pode conduzir à percepção de perda de controlo e de impotência generalizadas, pondo em causa o envolvimento no processo de recuperação.

Perda e dor: Igualmente vivenciadas podem ser a dor da perda de partes das suas vidas, da confiança nos outros, do sentimento de protecção em determinados locais.

O abalo das crenças prévias acerca da invulnerabilidade relativamente à violação e acerca da segurança do mundo em geral pode conduzir a alterações radicais do estilo de vida

destas mulheres—e.g., mudança de residência, mudança de emprego, filtro das chamadas atendidas, recusa da ida a determinados lugares.

6.4.2 A síndrome do trauma de violação.

O termo "Síndrome do Trauma de Violação" (*Rape Trauma Syndrome)* foi introduzido por Burgess e Holmstrom em 1974 para designar um padrão geral de sintomas apresentados pelas vítimas de violação nos meses seguintes à ocorrência do crime, bem como as estratégias de *coping* adoptadas pelas mesmas.

A sua observação destas mulheres levou-as a distinguir dois tipos de reacções: Expressas e controladas. De entre as primeiras encontrar-se-iam o medo, a zanga, a ansiedade, demonstradas em comportamentos como o choro, a agitação, a tensão; já as segundas contariam com sentimentos mascarados pela calma e pela tranquilidade, sentimentos "domados".

As autoras identificaram, também, duas fases desta síndrome: (a) Uma fase aguda que poderia incluir sintomas somáticos (e.g., insónias, problemas de estômago, dores de cabeça, fadiga) e reacções emocionais internas (e.g., medo, zanga, vergonha, culpa) e (b) uma fase de reorganização a longo prazo, durante a qual a vítima tentaria lidar com o trauma encetando acções como alterar o respectivo número de telefone, mudar de residência e visitar amigos e parentes que lhe pudessem prestar apoio. Sublinhe-se que, no entanto, muitas vítimas têm respostas não adaptativas, passando a permanecer isoladas em casa, afastando-se dos outros (Meyer & Taylor, 1986) e a consumir, abusivamente, substâncias químicas (sedativos, tranquilizantes e anti-depressivos) e álcool para lidarem com a situação de que foram alvo, o que contribui para a deterioração da sua saúde (e.g., Laws, 1993; Sturza & Campbell, 2005).

Desde a publicação de Burgess e Holmstrom (1974) que tem sido desenvolvido um trabalho sistemático por parte daqueles que se propuseram examinar os efeitos específicos da violação contra as mulheres.

Em 1983, Burgess debruça-se sobre a Síndrome do Trauma de Violação fazendo uma revisão dos trabalhos teóricos e empíricos entretanto desenvolvidos, de forma a evidenciar a sua relação com a Perturbação Pós-*Stress* Traumático (*Post-Traumatic Stress Disorder*), tal

como caracterizada no *DSM-III* (American Psychiatric Association, 1980, citada por Burgess, 1983).

Reportando-nos à última versão deste manual—*DSM-IV*—(American Psychiatric Association, 2002), encontramos, para além de uma definição que retrata a situação vivida pelas vítimas de violação

> As características essenciais da Perturbação Pós-*Stress* Traumático são o desenvolvimento de sintomas característicos a seguir à exposição a um stressor traumático extremo, implicando uma experiência pessoal directa com um acontecimento que envolva morte, ameaça de morte ou ferimento grave, ou outra ameaça à integridade física. (p. 463)

a referência concreta a este crime—"Os acontecimentos traumáticos que são vividos directamente incluem, mas não estão limitados a, combates em guerra, assaltos pessoais violentos (**ataque sexual**, ataque físico, roubo, estrangulamento)" (pp. 463-464).

A alusão à violação continua, nesse capítulo, como constituindo uma das situações que integram a categoria em questão, seja a propósito da sua gravidade e persistência—"A perturbação pode ser particularmente intensa ou duradoura quando o agente stressor é de natureza humana (por exemplo, tortura, **violação**)" (p. 464).—, seja como ilustração do Critério B5 relativo à reactividade fisiológica

> (por exemplo, aniversário do acontecimento traumático, tempo invernoso ou guardas em uniforme no caso de sobreviventes de campos de concentração que se situaram em climas frios; tempo quente e húmido para combatentes em zonas tropicais; **entrar num elevador para uma mulher que foi violada num elevador**). (p. 464)

ou de perturbações e características associadas (e.g., sentimentos de culpa, padrão de evitamentos conducente a conflitos interpessoais).[18]

De referir que trabalhos posteriores ao de Burgess (1983) identificaram critérios da "Perturbação Pós-*Stress* Traumático" ao nível dos sintomas apresentados pelas vítimas de violação (Almeida & Diniz, 2004; Becker & Kaplan, 1991; Cascardi, Riggs, Hearst-Ikeda, &

[18]O negrito não consta no original, tendo sido utilizado com vista à saliência dos aspectos em foco.

Foa, 1996; Dunmore, Clark, & Ehlers, 1999, 2001; Foa & Riggs, 1995; Halligan, Michael, Clark, & Ehlers, 2003; Moscarello, 1991; Resick, 1993; Rothbaum, Foa, Riggs, Murdock, & Walsh, 1992; Valentiner, Foa, Riggs, & Gershuny, 1996).

6.4.3 Auto-culpabilização caracteriológica *versus* comportamental: O trabalho de Janoff-Bulman (1979)

Jannoff-Bulman (1979) distingue dois tipos de auto-culpabilização: Comportamental e caracteriológica.

A primeira relacionar-se-ia com o controlo, envolveria atribuições a uma fonte modificável (comportamento próprio) e estaria associada à crença no evitamento futuro de resultados negativos; por seu turno, a auto-culpabilização caracteriológica relacionar-se-ia com a auto-estima, envolveria atribuições a uma fonte não modificável (carácter próprio) e estaria associada à crença no merecimento pessoal dos resultados negativos passados.

O segundo estudo apresentado pela autora foi desenvolvido junto de conselheiros de vítimas de violação que integravam vários centros direccionados para o acolhimento e acompanhamento de mulheres que haviam vivido esta situação.

As respostas por si providenciadas através do questionário administrado permitiram concluir que a auto-culpabilização era, em geral, bastante comum (74% das vítimas culpavam-se, pelo menos parcialmente, pelo sucedido), prevalecendo, significativamente, a de natureza comportamental—e.g., "I shouldn't have let someone I didn't know into the house, I shouldn't have been out that late, I should not have walled alone (in that neighbourhood), I should not have hitchhiked, I should not have gone to his apartment, I shouldn't have left my window open, I should have locked my car" (p. 1806).—relativamente à caracteriológica—e.g., "I'm too trusting, I'm a weak person, I'm too naive and gullible, I'm the kind of person who attracts trouble, I'm not a very aware person, I'm not at all assertive-I can't say no, I'm immature and can't take care of myself, I'm not a good judge of character, I'm basically a bad person" (p. 1806).

Note-se que os exemplos de auto-culpabilização comportamental fornecidos pelos inquiridos consistem em afirmações contrafactuais, resultado consonante com aqueles encontrados por Niedenthal, Tangney e Gavanski (1994).

O trabalho posteriormente desenvolvido por Meyer e Taylor (1986) junto de vítimas de violação conduziu à verificação dos dois tipos de auto-culpabilização previamente propostos e identificados por Janoff-Bulman (1979)—caracteriológica e comportamental—, tendo as autoras concluído que nenhuma delas seria positiva para o respectivo ajustamento.

6.5 Mitos, Estereótipos e Representações Prototípicas Acerca da Violação: Caracterização e Consequências

Lamentavelmente, pode dizer-se, a violação constitui um crime em torno do qual diversos mitos, estereótipos e *scripts* se foram gerando e cristalizando, encontrando-se, hoje, bem delimitados. Tais crenças servem a desresponsabilização do violador, povoam as concepções e discurso, mais manifesta ou sub-repticiamente, de outros relevantes e levam muitas vítimas a sentirem-se culpadas por aquilo que lhes aconteceu. Por consequência, dificultam, não raras vezes, o tão necessário suporte social e técnico a ser prestado a estas mulheres (J. M. B. Costa, 2003; Maria, 2004; Neves & Machado, 2005).

No presente capítulo apresentamos uma definição e caracterização destes conceitos e revemos alguns dos seus efeitos perniciosos.

6.5.1 Mitos sobre a violação.

"(...), the world is indeed not a safe place for rape victims."
(Burt, 1980, p. 229)

A definição de mitos da violação é tradicionalmente atribuída a Burt (1980)—"Prejudicial, stereotyped, or false beliefs about rape, rape victims and rapists" (p. 217)—, apesar de, já anteriormente à sua publicação, terem sido focados por outros autores, nomeadamente a propósito do clima hostil que criam para as mulheres que passam por tão traumática experiência (e.g., Brownmiller, 1975).

Nesta data, a autora desenvolveu uma escala constituída por 19 itens (resposta em escala de 7 pontos: de "concordo totalmente" a "discordo totalmente") com vista à

mensuração da adesão a esses mitos na cultura americana (*RMAS—Rape Myth Acceptance Scale*).

O estudo por si, então, conduzido junto de 598 indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes no Estado de Minnesota, levou-a a concluir que a maior parte dos americanos acreditavam nos mitos da violação—mais de metade concordou com frases como "*A woman who goes to the home or apartment of a man on the first date implies she is willing to have sex.*" e "*In the majority of rapes, the victim was promiscuous or had a bad reputation.*" (p. 229) e manifestou considerar que 50% das queixas reportadas como violação se tratariam de uma mentira que servia para as mulheres acusarem um homem com quem estariam zangadas ou para encobrirem uma gravidez ilegítima, salvaguardando a sua reputação—e que estes mitos se correlacionavam positivamente com outras variáveis como os estereótipos acerca do papel do género, as crenças sexuais adversariais (desconfiança relativamente ao sexo oposto) e a aceitação de violência interpessoal. Adicionalmente, os sujeitos mais novos e com maiores habilitações literárias apresentaram um menor valor relativo às atitudes e aos mitos em estudo.

De referir que os resultados obtidos se apresentaram similares junto de elementos do sexo masculino e do sexo feminino. Contudo, investigações posteriores verificaram a existência de diferenças significativas entre estes ao nível da aceitação dos estereótipos e mitos acerca da violação, revelando, os primeiros, uma maior aceitação (e.g., Ashton, 1982; Jenkins & Dambrot, 1987; Muir, Lonsway, & Payne, 1996; Sapp, Farrell, Johnson, & Hitchcock, 1999). Da revisão efectuada por Lonsway e Fitzgerald (1994) aos estudos que relacionaram a aceitação dos mitos acerca da violação com outras variáveis, este revelou-se o resultado mais consistente de todos, não tendo sido identificado nenhuma publicação em que o padrão oposto surgisse, ou seja, em que as mulheres apresentassem uma maior adesão aos mitos do que os homens.

A partir do trabalho de Burt (1980), vários outros se debruçaram sobre esta problemática, sustentando os principais resultados da autora. Por exemplo, Costin e colaboradores (Costin, 1985; Costin & Kaptanoğlu, 1993; Costin & Schwarz, 1987) desenvolveram uma série de investigações em diferentes países e culturas (Inglaterra, Israel, E.U.A., Alemanha e Turquia) em todos tendo verificado uma correlação positiva entre a aceitação dos mitos da violação e as crenças restritivas acerca dos direitos e papéis sociais das mulheres.

Catorze anos mais tarde, Lonsway e Fitzgerald (1994) apresentam uma revisão do conceito introduzido pela autora. Recuando até à análise do termo "mito" a partir da perspectiva de diferentes disciplinas (Psicologia, Antropologia, Filosofia e Sociologia), identificam várias similitudes em termos da sua natureza e função, avançando com uma definição alternativa: "Rape myths are *attitudes and beliefs that are generally false but are widely and persistently held, and that serve to deny and justify male sexual aggression against women*"[19] (p. 134). Mais, propõem que tais mitos seriam melhor conceptualizados como estereótipos, nomeadamente, argumentam, dada a impossibilidade de verificação de alguns deles, como seria o caso da afirmação "Many women have an unconscious wish to be raped, and may then unconsciously set up a situation in wich they are likely to be attacked.", afirmação que integra a escala elaborada por Burt (1980, p. 223), tal como há pouco explanado.

Ainda assim, a enunciação dos mitos sobre a violação é comummente encontrada com uma configuração muito próxima desta, nomeadamente na literatura portuguesa. É desse modo que o fazem Rocha e Vieira (1990), vulgarmente referidas em trabalhos posteriores como, e.g., o de J. M. B. Costa (2003) e o de Maria (2004), dividindo-os entre aqueles relativos à vítima e aqueles relativos ao agressor:

a) ***Mitos em relação à vítima***

1. A violação é impossível se a mulher lutar.
2. As mulheres fantasiam acerca da violação e desejam ser violadas.
3. As mulheres provocam a violação através de comportamentos ousados, do uso de roupas provocantes, do andar até tarde na rua, etc., pelo que tal só acontece àquelas que são merecedoras.
4. As mulheres acusam os homens de violação numa tentativa de os controlarem ou ofenderem.
5. A maior parte das denúncias de violação são falsas.

[19]Itálico em conformidade com o original.

A estes Kelly e Regan (2001) acrescentam:

- Todas as mulheres reagem à violação da mesma forma.

- Se as mulheres não reagirem não é violação.

b) ***Mitos em relação ao violador***

1. O violador é um homem que se encontra mentalmente perturbado. A violação é praticada por um maníaco.
2. Os violadores têm necessidade de contactos e de gratificação sexual, sendo o crime provocado por um impulso sexual incontrolável.
3. Os violadores são sempre estranhos da vítima.
4. A maior parte das violações ocorre entre pessoas de raças diferentes (homens negros e mulheres brancas).

O trabalho de Lonsway e Fitzgerald (1994) permitiu-lhes, ainda, identificar três funções dos mitos da violação:

1. Negação e vulgarização de um crime que afecta uma proporção substancial da população feminina, passando a culpa do crime do violador para a vítima, assim protegendo os indivíduos e a sociedade do confronto com a realidade e com a extensão da violação.

2. Manutenção das crenças num mundo justo, onde as coisas boas acontecem às pessoas boas e as coisas más àquelas que as merecem. Ao procurar evidência que sugira que as vítimas instigaram ou mereceram o seu infortúnio, os indivíduos conseguem reafirmar o seu falso sentido de segurança de que são imunes à violação.

3. Opressão e controlo social das mulheres.

Já mais recentemente, Anderson (2007), baseando-se no pressuposto de uma maior lucidez da população relativamente ao facto de boa parte dos crimes de violação ocorrerem

entre conhecidos, lucidez que seria promovida, nomeadamente, pelo papel divulgativo dos *media*, parte para um estudo junto de 119 estudantes universitários a quem solicitou que descrevessem uma situação de violação típica. Convicta de que encontraria um maior número de redacções consonantes com um caso de violação entre conhecidos, foi surpreendida pelo estereótipo clássico da violação por parte de um estranho, o qual foi reproduzido mais frequentemente, com significância estatística: "The most frequently drawn on categories when describing female rape (…) were the perpetrator as male, force, trauma suffered by the victim, victim grabbed, and that the incident ocorred at night (…)" (p. 235). E conclui: "(…) participants continue to adhere to the myth of the SRS[20] as the most typical type for female victims" (p. 240).

6.5.2 Representações prototípicas da violação.

Krahé (1991), baseando-se no conceito de protótipos cognitivos, desenvolveu um estudo no sentido de identificar um perfil de características que as pessoas associavam a diferentes situações de violação.

Para o efeito, elaborou um questionário com a combinação aleatória de três das seis situações de violação que identificou na literatura:

1. Situação de violação típica, ou seja, a mais comum.

2. Situação de queixa de violação credível, em que não existe qualquer dúvida acerca da veracidade das alegações da vítima.

3. Situação de queixa de violação dúbia, em que existem sérias dúvidas acerca da veracidade das alegações da vítima.

4. Situação de violação com a qual a vítima experiencia, particularmente, fortes dificuldades em lidar.

[20]Acrónimo de *Strange Rape Stereotype*.

5. Situação de violação com a qual a vítima, em termos comparativos, experiencia, uma maior facilidade em lidar.

6. Situação de queixa de violação falsa.

Seguidamente a cada uma, os participantes (110 estudantes universitários de ambos os sexos) foram confrontados com uma lista de 27 categorias potencialmente relevantes para a respectiva descrição, tendo sido instruídos a assinalar todas aquelas que julgavam caracterizar a situação em análise.

Face à extensão dos resultados obtidos pela autora, relatamos as principais diferenças encontradas entre os protótipos das seis situações trabalhadas, tomando como referência aquela designada por *situação típica*.

Ao caracterizá-la, os respondentes confirmaram algumas das noções estereotípicas acerca da violação: Um crime que ocorreria à noite, entre elementos completamente estranhos e que envolveria resistência física por parte da vítima, a qual sofreria consequências psicológicas severas e consequências físicas menores; o agressor seria uma pessoa "normal", sem qualquer história de problemas psicológicos nem de ofensas criminais.

A *situação de queixa credível* foi classificada de modo muito similar, divergindo, primordialmente, ao nível da severidade das injúrias sofridas pela vítima, agora menos graves.

Já a *situação de queixa dúbia* afastou-se, substancialmente, da situação típica, sobressaindo o facto de os participantes considerarem que, naqueles casos, a vítima se encontraria bastante embriagada e que não exibiria qualquer resistência; o violador não ameaçaria fazendo uso de violência nem de arma, tendo uma relação prévia de amizade com a vítima, e o ataque ocorreria em casa de um ou de outro.

Comparativamente com as três situações anteriores, a *situação difícil* contempla uma série de novas características: A inexistência de experiência sexual por parte da vítima é vista como um aspecto crucial, juntamente com a sua resistência ao ataque e o seu sofrimento de danos físicos críticos. Para tão traumática experiência contribuiriam as aterradoras ameaças do violador, bem como a perturbação psicológica e a forte constituição física deste. Finalmente, ser violada por vários elementos seria uma componente essencial para tornar o lidar com o incidente algo extremamente duro.

As duas últimas situações—*situação fácil* e *situação de queixa falsa*—partilham um conjunto de características entre si e com a situação de queixa dúbia.

No caso da *situação fácil*, onde os respondentes integraram a violação por parte de um ex-companheiro, a vida sexual regular da vítima é vista como uma componente fundamental, sendo as consequências psicológicas percepcionadas como brandamente negativas.

Por fim, a *situação de queixa falsa* distingue-se, basicamente, pela falta de resistência por parte da vítima, por esta não ter tentado escapar e pela ausência de sinais em termos de lesões físicas.

6.5.3 Consequências das crenças acerca da violação.

A existência de uma série de mitos, estereótipos e representações prototípicas acerca da violação acarreta consequências nefastas, quer ao nível da própria vivência das respectivas vítimas, quer ao nível de como os outros percepcionam e reagem ao crime em questão (e.g., Maria, 2004).

Muitas das mulheres que passaram por uma situação enquadrável na definição legal de violação não se reconhecem nem se intitulam como vítimas de tal, ou seja, manifestam uma inabilidade para o fazerem (e.g., Bondurant, 2001; Koss, 1985; McMullin & White, 2006; Pitts & Scwartz, 1993), recebendo a designação, por parte da literatura científica, de "*nonlabelers*" (*versus* "*labelers*"; e.g., McMullin & White, 2006) ou, mais correntemente, de "*unacknowledged victims*" (*versus* "*acknowledged victims*"), termos introduzidos por Koss (1985) e posteriormente adoptados por outros autores (e.g., Kahn, Mathie, & Torgler, 1994; Koss, 1985; Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987; Koss & Oros, 1982; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996).

Tal revela-se disfuncional na medida em que o reconhecimento da vivência do crime de violação por parte da própria vítima se mostra necessário e benéfico (a) para o seu processo de recuperação (e.g., Botta & Pingree, 1997; Gidycz & Koss, 1991), apesar de alguma evidência contrária (e.g., Kahn, Andreoli Mathie, & Torgler, 1994; Kahn, Jackson, Kully, Badger, & Halvorsen, 2003; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; McMullin & White, 2006), (b) para a diminuição de comportamentos autodestrutivos ao longo do tempo, como o consumo de álcool (e.g., McMullin & White, 2006) e (c) para a sociedade em geral, de forma a proporcionar um conhecimento mais exacto da respectiva incidência e a responsabilização

dos perpetradores (e.g., Kahn, Jackson, Kully, Badger, & Halvorsen, 2003; Kahn, Mathie, & Torgler, 1994).

Para este fenómeno parecem concorrer diversos factores, como (a) uma maior proximidade ou intimidade da relação com o agressor (e.g., Koss, 1985; Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Resick, 1993), (b) o uso de uma maior força física por parte deste (e.g., Bondurant, 2001; Fisher, Daigle, Cullen, & Turner, 2003; Kahn, Andreoli Mathie, & Torgler, 1994; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; Ryan, 1988), (c) uma menor resistência por parte da vítima (e.g., Bondurant, 2001; Fisher, Daigle, Cullen, & Turner, 2003; Kahn, Andreoli Mathie, & Torgler, 1994; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; Ryan, 1988) (d) o sofrimento de menos injúrias físicas (e.g., McMullin & White, 2006), (e) o consumo de álcool previamente ao incidente (e.g., McMullin & White, 2006) e (f) uma maior adesão à crença de que a violação é perpetrada por um estranho da vítima que a ataca à noite, atrás de um arbusto, ou seja, ao *script* da situação tida como típica (e.g., Bondurant, 2001; Kahn, Andreoli Mathie, & Torgler, 1994), de entre outros.

De sublinhar, a este propósito, o facto de Du Mont, Miller e Myhr (2003) terem identificado uma associação positiva entre o relato da violação à polícia e duas componentes do mito da "violação real": O uso de força física e a ocorrência de injúria física.

Os mitos, estereótipos e representações prototípicas acerca da violação apresentam repercussões também em termos de como os outros percepcionam o ocorrido, dos julgamentos que emitem a seu respeito e das reacções que manifestam relativamente às vítimas, comprometendo, frequentemente, o seu devido acolhimento e o fornecimento do suporte social adequado às suas necessidades e à sua recuperação (e.g., Maria, 2004).

Para além do próprio trabalho de Krahé (1991), o qual denota a existência de circunstâncias que conduzem ao entendimento de algumas situações como sendo mais fáceis para a vítima e à interpretação de uma eventual queixa como dúbia ou falsa, várias investigações têm mostrado outro tipo de consequências.

Por exemplo, as vítimas de violação por conhecidos tendem a não receber o apoio social e legal de que necessitam devido, nomeadamente, ao facto de ser inferido um maior consentimento da sua parte (Weller, 1992) e a serem mais responsabilizadas e culpabilizadas pelos outros, em geral, (Bridges & McGrail, 1989; Pollard, 1992) e, nalguns casos, pelos próprios advogados (Temkin, 2000), tornando-se, este tipo de situação, mais difícil de provar (Weller, 1992).

Na mesma linha, verifica-se uma maior imputação de responsabilidade à vítima e uma inferior credibilidade nos casos em que houve uma menor resistência da sua parte (Krulewitz & Nash, 1979; Pollard, 1992).

6.5.4 Entre os mitos e os factos: O papel dos *media*.

Rodrigues (2004) realizou uma análise das notícias produzidas pelo Jornal "O Público" (com excepção do suplemento local que, à data, o acompanhava—Suplemento Lisboa e Suplemento Porto) durante os três primeiros anos da década de 90 (de Março de 1990 a Março de 1993).

Começando por uma listagem de todas as notícias que contivessem o termo "violação", após a exclusão daquelas em que este remetia para um dos vários sentidos que pode assumir para além de "violação sexual" (e.g., violação dos Direitos Humanos, violação do meio ambiente), o *corpus* viu-se constituído por 1090 edições, abrangendo 141 notícias.

Uma primeira constatação da autora prende-se com a secção em que estas notícias surgem: "Sociedade" (57%). Assim, conclui que a violação sexual, enquanto notícia, é tratada, primordialmente, como um problema da sociedade, assumindo o "informativo" como género jornalístico (93%), dentro do qual os mais comuns são a "notícia" (47%) e a "breve" (46%).

Quanto ao tipo de informação veiculada, remete, principalmente, para aquilo que Rodrigues (2004) categorizou como "temas conexos".

Ainda no contexto do mesmo trabalho, poucas são as referências às características psicológicas dos violadores e ignorados os efeitos sobre a vítima.

Quanto ao seu género, a quase totalidade das notícias focam casos em que se tratavam de mulheres (94.2%). Contudo, curiosamente, destas apenas 18.4% incidem sobre mulheres de nacionalidade portuguesa, remetendo as restantes 75.8% para estrangeiras.

O local de ocorrência tende a ser referido especificamente (46.2%), surgindo como isolado, sem testemunhas.

A autora acaba concluindo que "os meios de comunicação social estão a manter uma perspectiva *voyeurista* e de manutenção de mitos" (pp. 103-104), não deixando de ressalvar a

importância da comparação dos resultados por si obtidos com os decorrentes de uma análise sobre os três primeiros anos do século XXI.

6.6 Sobre o Medo da Violação

O medo dos crimes, em geral, não afecta somente os seus sobreviventes mas, também, aqueles que sofrem por antecipação, incidindo, desproporcionalmente, sobre as mulheres (Berta, Ornelas, & Maria, 2007), particularmente no tocante à violação (e.g., Koss, 1993; Riger, Gordon, & LeBailly, 1978; Softas-Nall et al., 1995).

De facto, os estudos mostram que o medo de vir a ser vítima de violação constitui uma "nuvem negra" que persegue, sistematicamente, as mulheres, revelando-se uma componente do seu quotidiano (Hickman & Meuhlenhard, 1997; Koss, 1993; Koss et al., 1994b; Krahé, 2005), ainda que nem sempre consciente, de tal modo que Gordon e Riger (1989) designaram-no "medo feminino".

Este medo parece ser independente de factores sócio-demográficos como a idade, a raça, a etnia e o estatuto socioeconómico (Goodman, Koss, Fitzgerald, Russo, & Keita, 1993) e acarreta, como consequência, um perturbador sentimento de que algo horrível pode acontecer, uma angústia muitas vezes impeditiva de que as mulheres façam aquilo que desejam ou de que necessitam, no momento certo, mantendo-as num estado de insegurança despoletador da noção de que há que estarem, permanentemente, atentas e vigilantes (e.g., Gordon & Riger, 1989; Krahé, 2005).

A este propósito, Keane (1998) concluiu que o medo vivenciado pelas participantes que integraram o seu estudo (12300 mulheres de idade superior a 18 anos) restringia a sua movimentação no meio exterior, tendo estas afirmado que aumentariam o seu leque de actividades perante a hipótese de redução desse medo.

O trabalho de Warr (1985) fornece-nos uma noção mais concreta quanto à sua dimensão: A percepção das mulheres quanto ao risco de violação é aproximada da sua percepção do risco de homicídio; mais, a violação constitui o crime superiormente temido pelas mulheres com idade inferior a 35 anos. A explicá-lo estaria a consciência das respectivas consequências.

Também os resultados daqueles efectuados, e.g., por Softas-Nall, Bardos e Fakinos (1995), na Grécia, e por Keane (1998), no Canadá, apontam no mesmo sentido: A violação revelou-se o crime mais temido pelas mulheres e por estas avaliado como sendo tão grave quanto o homicídio.

Na origem do medo reportado estão, não só os antecedentes pessoais das mulheres, como, também, aquilo que, enquanto grupo, estas absorveram da história, religião e cultura. Assim, aprendido cedo, o medo da violação é continuamente reforçado por instituições sociais como a escola, a igreja, a justiça e a imprensa (Gordon & Riger, 1989).

6.6.1 O medo da violação na mulher portuguesa.

Poucos são os trabalhos realizados, sobre esta problemática, em Portugal.

Em 2004, Ferreira desenvolveu uma monografia dedicada a esta temática. Adoptando a investigação participada feminista, entrevistou seis mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, estudantes universitárias, solteiras e de nacionalidade portuguesa.

Em complementaridade, reuniu quatro Grupos de Debate (*Focus groups*) constituídos por elementos do sexo feminino cujas idades variavam entre os 19 e os 24, igualmente estudantes universitárias portuguesas.

Os resultados apurados pela autora foram, na sua maioria, ao encontro daqueles identificados nas investigações anteriormente referidas, realizadas noutros países.

A violação revelou-se o crime mais temido pelas participantes, tanto para si como para as que as rodeavam, temor explicado pela severidade atribuída às respectivas consequências físicas, psicológicas e sociais, tidas como devastadoras.

Estas manifestaram já terem reflectido sobre o mesmo, nomeadamente face a alguma notícia veiculada pelos meios de comunicação social, associando-lhe afectos negativos como o nojo, a repugnância, a angústia e a revolta e classificando-o como horrível, assustador e imperdoável, bem como considerado a hipótese de uma eventual vitimação, quer pelo simples facto de serem mulheres, quer por andarem em locais e horários considerados de risco.

Os contextos mencionados como mais receados foram os seguintes:

- Locais públicos: Sítios isolados, descampados, degradados e pouco iluminados.

- Lugares específicos: Parques de estacionamento, ruelas e becos.

- Altura do dia: Noite.

- Situação: Quando sozinhas.

A associação de um maior risco a estas situações mostrou conduzir as mulheres inquiridas ao seu evitamento. O medo da violação parece, pois, condicionar o seu comportamento, levando-as à adopção de determinadas medidas de precaução, verbalizadas, por algumas, como limitadoras da sua liberdade.

Assim, quando em casa, se sozinhas e/ou de noite, trancam as portas e as janelas, certificam-se bem de quem se trata quando lhes tocam à porta e não atendem estranhos.

Na rua, evitam a noite, os locais acima referenciados como percepcionados de risco e os transportes públicos, trancam as portas do carro e fecham os vidros ao conduzirem, escolhem com cuidado o local onde estacionam a viatura e mantêm-se sempre alerta.

As conclusões da autora foram sustentadas pelo trabalho desenvolvido, no mesmo ano, por Janeira (2004) e, mais recentemente, por Berta, Ornelas e Maria (2007).

De sublinhar dois aspectos referidos por estes últimos: O facto de grande parte das participantes (a) evidenciar uma opinião formada acerca da violação e (b) apontar os *media* como fortes contribuintes para a geração e manutenção do medo da violação, para além de factores socioculturais associados à identidade de género, da educação e das instâncias socializadoras

Berta, Ornelas e Maria (2007) concluem que "a tomada de precauções pode, muitas vezes, não proteger (por não se dirigir, na maioria das vezes, às características e contexto em que a violação usualmente ocorre), mas condiciona o acesso ao espaço comunitário e constrangem a liberdade das mulheres" (p. 136) e salientam a necessidade de "uma contextualização adequada das realidades acerca da violência sexual, dispersando mitos, dissipando a culpabilização das sobreviventes e, desse modo, a ansiedade das mesmas perante o acto de violação" (p. 146), o que viria a permitir "um acesso mais saudável ao espaço social e o exercício da liberdade de cidadania" (p. 146).

6.6.2 O medo e os mitos acerca da violação: Um círculo vicioso.

No final da sua obra, Maria (2004) apresenta-nos aquilo a que chama "um círculo vicioso" em que o medo e os mitos da violação estão contemplados (Figura 4).

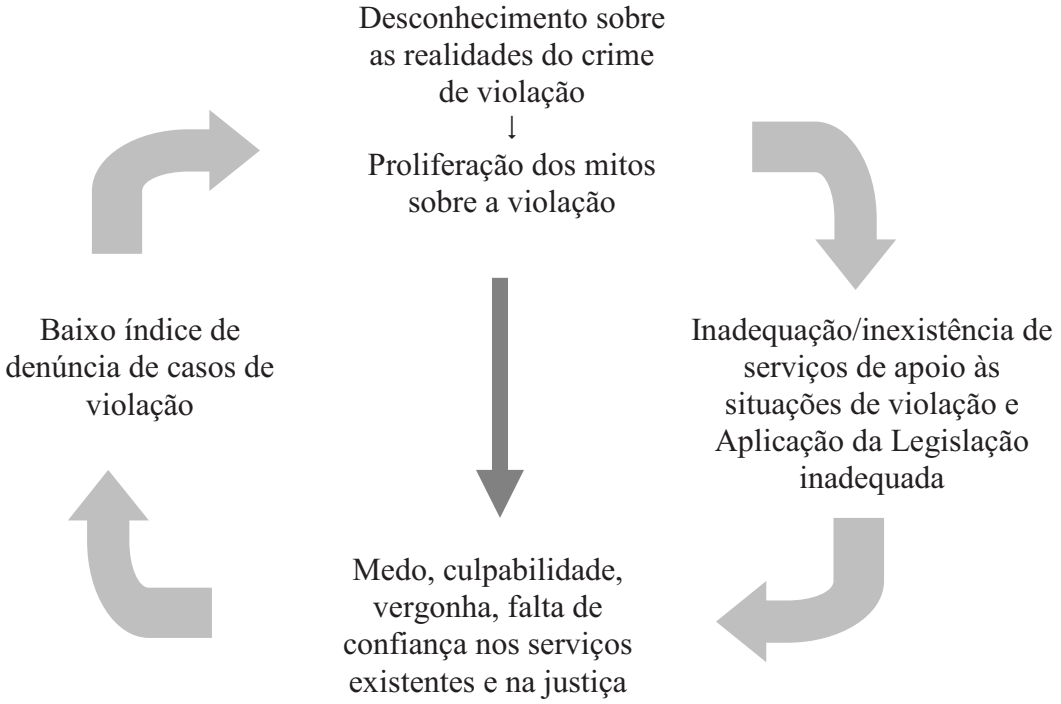

Figura 4. O medo e os mitos acerca da violação num círculo vicioso. Adaptada de *Mulheres Sobreviventes de Violação* (p. 98), por S. Maria, 2004, Lisboa: Livros Horizonte. Copyright [2004] por Livros Horizonte, Lda.

Algumas das consequências psicológicas da violação, como o medo, a culpabilidade e a vergonha experienciados pelas vítimas, bem como a sua falta de confiança na Justiça, o receio de serem culpabilizadas e desacreditadas e o facto de sentirem que, tanto elas como os outros significativos, sofrerão menos, condiciona-as no sentido da não denúncia.

O consequente elevado número de cifras negras promove e alimenta o desconhecimento acerca da realidade deste crime e faz proliferar os mitos a seu respeito.

Daqui decorre a dificuldade apresentada pelos serviços de apoio aos quais estas mulheres se dirigem em lidar, adequadamente, com as situações de violação e a desajustada aplicação da legislação.

E, assim, chegamos aos efeitos inicialmente reportados (e.g., medo, culpabilidade, vergonha, não confiança na Justiça), cujas consequências tornam a fazer-se sentir, dando continuidade a um ciclo que fechou mas cujo movimento não terminou, resistindo e persistindo, viciosamente.

Para a sua efectiva quebra ou interrupção, a autora refere a necessidade de uma abordagem não casuística mas, antes, ancorada em medidas de natureza sociopolítica e preventiva que garantam o devido suporte por parte dos serviços aos quais as vítimas de violação recorrem e a mudança de atitudes da sociedade em geral.

6.7 O Violador Português: Esboço Incerto de um Perfil

"K. já deixou de pagar pelo seu crime.
Há já três anos que está em liberdade.
Pagou a sua 'dívida' para com a sociedade.
Eu continuo a pagá-la.
Foi esse o tipo de justiça que me foi feito.
Roubaram-me tudo:
a minha juventude descontraída,
a minha alegria de viver,
a minha humanidade.
Só me restam as lágrimas e os pensamentos mórbidos,
para acompanhar cada instante da minha vida."

(Bellil, 2009, p. 185)

O investimento na determinação do perfil do criminoso, e do violador em concreto, vem assumindo uma importância cada vez maior junto dos investigadores, os quais lhe reconhecem grande valor para a prevenção primária, evitamento da reincidência e delineamento de programas de tratamento (e.g., Egger, 1999; Kocsis, Cooksey, & Irwin, 2002; Pereira, 2007; Polaschek, Hudson, Ward, & Siegert, 2001).

Rebocho (2007), autora de um dos primeiros estudos realizados em Portugal com agressores sexuais, conduziu uma investigação junto de 38 reclusos condenados por violação

de mulheres adultas com o objectivo de obter a sua caracterização, tendo recorrido à consulta documental, à técnica de entrevista e a provas de avaliação psicométrica.

A seguir apresenta-se um resumo dos principais resultados por si encontrados, tendo-se eleito aqueles que tipificavam a maioria dos indivíduos.

Em termos sócio-demográficos, estes reclusos eram, predominantemente, de raça caucasiana, apresentando uma idade média de 32 anos. Os restantes, de raça negra e de etnia cigana, eram os mais novos da amostra.

Solteiros, regra geral, reportaram um padrão de relacionamentos afectivos superficiais e instáveis.

A autora identificou uma proveniência dominante do meio rural carenciado, uma reduzida escolaridade e um baixo estatuto profissional, à semelhança dos respectivos pais.

A sua estrutura e rede social mostraram-se harmoniosas, sem um histórico de conflitos graves envolvendo os progenitores ou restantes familiares nem de antecedentes de doença física ou mental; os sujeitos revelaram uma socialização fácil, tanto com os seus pares como com os seus superiores.

O período que antecedeu o crime foi descrito como estável a nível familiar, profissional e social, ainda que não em termos do estado psicológico em geral.

No que respeita ao uso de substâncias, na sua maioria consumiam álcool, não se tendo verificado o aumento da sua ingestão no período que antecedeu o crime. Embora mais de metade dos crimes tenham sido praticados sem que os sujeitos estivessem sob a sua influência, em 23.7% dos casos encontravam-se alcoolizados.

Quanto ao contexto de ocorrência dos crimes, estes foram cometidos com clara premeditação, em meio urbano, junto de uma desconhecida, abordada quando circulava a pé, sozinha, na via pública ou quando se encontrava no interior de um veículo, em circulação ou imobilizado.

A sua prática revelou-se isolada, com uso meramente instrumental da força física e sem a recorrência a quaisquer armas, com oposição e resistência da parte da vítima.

No final, os sujeitos colocaram-se em fuga, abandonando-a no local do crime, sem terem tomado qualquer medida relativamente a esta.

Finalmente, em termos psicológicos, os entrevistados manifestaram a ausência de remorso ou arrependimento pelo crime cometido, tendo, da avaliação psicométrica conduzida, resultado evidência de uma personalidade do tipo psicopático, com características anti-sociais e oposicionais associadas a traços de paranóia, desconfiança e suspeição face aos motivos dos outros.

De referir, a este propósito, a existência de um consistente número de estudos, não nacionais, que evidenciam a prevalência elevada de psicopatia nos violadores (e.g., Knight, 1999; Porter et al., 2000). Por exemplo, Porter et al. (2000) conduziram entrevistas a reclusos, com base na *Psychopathy Checklist-Revised* (*PCL-R*), tendo apurado, junto daqueles que haviam sido condenados pelo crime de violação, mentira patológica, ausência de remorso, afecto superficial, falta de empatia, falha na aceitação de responsabilidade, impulsividade crónica, comportamento anti-social e promiscuidade, de entre outros traços, e concluído ser de esperar que estes continuem a perpetrar o crime persistente e violentamente ao longo das suas vidas.

No mesmo ano, Pereira (2007) defendeu a sua tese de mestrado, igualmente dedicada ao estudo dos agressores sexuais portugueses.

A sua investigação baseou-se na entrevista a 116 criminosos sexuais, todos do sexo masculino, que cumpriam pena em quatro prisões do Norte do país, 89% por abuso de menores e violação perpetrados, regra geral, contra elementos do sexo feminino (82%).

Tratavam-se, em boa parte (55.2%), de delinquentes primários, sem antecedentes criminais nem problemas prévios com o sistema de justiça.

Com idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos (média etária de 39 anos), em média casados ou vivendo em união de facto (49.1%), estes homens eram, maioritariamente, pouco instruídos (47.4% havia concluído, apenas, o 1º ciclo do Ensino Básico), tendo começado a trabalhar bastante cedo e laborando em profissões físicas ou indiferenciadas.

Os seus hábitos aditivos eram consideráveis (72.4%), destacando-se, das substâncias consumidas, o álcool (55.2%) e tendo-se apresentado o uso de drogas ditas duras (e.g., heroína: 16.4%, cocaína: 15.5%) mais associado aos agressores de vítimas adultas.

Contrariamente ao estereotipado, refere o autor, estes agressores não se tratavam de estranhos que haviam aparecido numa rua escura, ao virar da esquina, mal vestidos, …;

embora não integrassem a rede familiar (55.2%), eram, geralmente, pessoas próximas da vítima (conhecidos ou vizinhos).

Talvez os mais impressionantes resultados do trabalho de Pereira (2007) sejam aqueles relativos à componente psicológica destes criminosos, dada a elevada percentagem dos que revelaram uma enorme insinceridade, tendo negado ou minimizado o seu comportamento, relativamente ao qual não mostraram culpa, e revelado uma forte incapacidade para sentir o sofrimento alheio, por isso designados de "uma espécie de analfabetos emocionais" pelo autor.

Importa, no entanto, a sua consideração quanto ao facto de não podermos perspectivar os agressores sexuais como um grupo caracterizadamente homogéneo, na medida em que, a par de sujeitos perversos, brutais, egocêntricos, amorais, sadomasoquistas, primariamente indiferentes ao sentir do outro, encontram-se indivíduos cuja situação propiciou a agressão.

Terminamos este tópico voltando a sublinhar o cuidado com que a informação reunida e reportada deve ser assumida, dado ter sido adquirida junto de condenados por crimes sexuais violentos mas distintos, concretamente no caso de Pereira (2007), indo desde o abuso de menores à violação de mulheres adultas, incluindo, nomeadamente, diversas formas de contacto ou proximidade (e.g., desconhecidos, namorados, cônjuges), factores que, como já vimos, configuram contextos diversos (por exemplo, segundo Pereira, 2007, os agressores das vítimas adultas atacam de forma mais intrusiva e agressiva do que os agressores de menores e evidenciam uma superior adesão a determinadas crenças ditas "machistas" relativamente ao papel da mulher), suscitando respostas legais, afectivas e julgamentais distintas.

Esta poderá ser, a nosso ver, uma das principais razões para as discrepâncias entre os "perfis" encontrados por Rebocho (2007) e por Pereira (2007).

7. Síntese Teórica, Reflexão Crítica e Apresentação dos Objectivos e da Hipótese Geral

Da revisão da literatura efectuada ressaltam vários aspectos relevantes. Procedemos, agora, à sua síntese, a uma reflexão crítica sobre os trabalhos dedicados ao estudo do pensamento contrafactual acerca da violação e à enunciação das questões delas decorrentes, as quais presidiram à investigação realizada, finalizando com a apresentação da nossa hipótese geral.

7.1 Breve Síntese Teórica

A propensão para formularmos alternativas aos factos ocorridos, capacidade adquirida desde tenra idade, constitui um fenómeno recorrente no dia-a-dia de cada um de nós, ancorando num processo que recebeu, da literatura, a designação de pensamento contrafactual.

Consistindo, regra geral, em proposições lógicas condicionais que contêm um antecedente ("se") e um consequente ("então"), sucedem-se, predominantemente, a eventos inesperados ou negativos, influenciando um vasto leque de julgamentos e de reacções afectivas.

Ainda que, por omissão, possamos imaginar uma infinitude de mundos alternativos à realidade factual, existem constrangimentos a este processo cognitivo, constrangimentos associados às regras que o regem, as quais determinam a mutabilidade dos antecedentes de determinado evento.

Para além destas características, o pensamento contrafactual acarreta uma série de consequências, podendo revelar-se funcional ou disfuncional, consoante, nomeadamente, alguns aspectos circunstanciais (como a repetibilidade do evento) e individuais (dos quais destacamos o estado depressivo de quem os gera), bem como os próprios subtipos que o mesmo pode assumir (critérios direcção, estrutura e centração).

Revelando-se de extrema importância e aplicável a vários domínios (e.g., liderança, acidentes de trabalho, *Marketing*), tem sido estudado, também, no campo da percepção de crimes, com especial enfoque no de violação. No entanto, as investigações identificadas mostram-se, ainda, reduzidas e lacunares, como temos oportunidade de dar conta no ponto seguinte.

Paralelamente, a violação contra as mulheres é, assumida e comprovadamente, um crime de graves e duradouras sequelas, do qual as mesmas sobrevivem carregando sintomas fortemente penalizadores, como a culpa, a vergonha, o arrependimento e a depressão, alimentados, nomeadamente, por pensamentos ruminativos em torno daquilo que deviam ter feito no momento em que foram atacadas e por processos de hetero-vitimização secundária.

De facto, se o suporte social constitui um elemento fundamental para a sua recuperação, certo é que, muitas das vezes, os actores de relevância no processo (e.g., elementos das forças policiais, médicos e enfermeiros, familiares, amigos, namorado ou cônjuge) procedem de forma inversa, exibindo comportamentos culpabilizantes, advindos, nomeadamente, da partilha de mitos acerca da violação, mitos que colocam a responsabilidade pelo sucedido na vítima, poupando o agressor, normalmente julgado como inimputável porque psicologicamente perturbado.

Em suma, também estes indivíduos, observadores da situação e com um papel de extrema importância em termos do apoio formal e informal a ser prestado às vítimas, parecem pensar e discursar acerca do modo como estas deveriam ter procedido em lugar de como procederam.

7.2 Análise Crítica dos Trabalhos Sobre o Pensamento Contrafactual Acerca da Violação

Às questões expostas no início desta secção, e acabadas de rever, acrescem algumas limitações por nós identificadas nos trabalhos que versaram sobre a problemática em estudo.

Uma primeira prende-se com a instrução fornecida, a qual condicionou o tipo de contrafactuais gerados, nomeadamente ao nível da direcção (suscitação de pensamentos ascendentes, ou seja, solicitação de alternativas que redundassem na não ocorrência do crime: Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1; Catellani, Alberici, & Milesi,

2004, Estudo 1) e do foco (solicitação, às próprias vítimas, da listagem de contrafactuais centrados nas suas acções e da indicação do grau de concordância com uma série de afirmações que indicavam a reversão mental da violação com base no próprio comportamento, procedimento que acabou sendo alvo de auto-crítica por parte dos respectivos autores—Branscombe, Wohl, Owen, Allison e N'gbala, 2003).

Uma outra relaciona-se com a não mensuração dos contrafactuais gerados pelos participantes. Por exemplo, Turley, Sanna e Reiter (1995) inferiram que os resultados obtidos ao nível da percepção do crime decorriam da manipulação dos factores de mutabilidade com que trabalharam—normalidade e acção-omissão—sem haverem procedido à verificação da mesma.

Paralelamente, os estudos não acedem, sistematicamente, ao conteúdo das alternativas imaginadas (Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1; Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2003; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2), aspecto de relevância e que nos leva a retomar as palavras de Branscombe, Owen, Garstka e Coleman (1996)—"No event is judged in isolation; human judgment is dependent on **what**[21] alternative is used as a comparison" (p. 1042).—, sendo de sublinhar, a nosso ver, a importância de que se podem revestir aquelas que, não incidindo sobre os antecedentes adoptados, são espontaneamente inferidas pelos sujeitos.

Também os contornos de muitos dos cenários utilizados levantam algumas questões, primordialmente relacionadas com a sua conformidade aos mitos (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990), aos estereótipos e às representações prototípicas (e.g., Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Krahé, 1991) da violação.

Destacam-se, concretamente, a paralisia e não resistência por parte da vítima (Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Turley, Sanna, & Reiter, 1995), a relação de conhecimento existente previamente entre esta e o agressor, reportados, em algumas investigações, como colegas de faculdade ou de trabalho (Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudos 1 e 2), o facto de o crime ocorrer em casa da vítima, com a agravante de ser ele a convidar o agressor a ali pernoitar (Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1) o que configura uma situação de violação simples (Estrich, 1987) e de queixa

[21]O negrito não consta no original, tendo sido utilizado com vista à saliência do aspecto em foco.

dúbia ou falsa (Krahé, 1991), intimamente associadas à percepção de consentimento por parte da mulher (e.g., Campbell & Johnson, 1997; Neves & Machado, 2005).

A conformidade ao estereótipo vê-se agravada nos casos em que, por exemplo, a vítima conhece o agressor numa sexta à noite num bar, onde está sozinha, após o que passeia com ele e aceita que ele a conduza até casa (Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudo 2), ocorre envolvimento físico entre ambos, ao qual a vítima reage favoravelmente (Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudos 1 e 2), a vítima não começa por recusar a hipótese de relação sexual mas, sim, a de coito sem preservativo (Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1), a vítima apanha boleia de um estranho na sequência da avaria do seu carro, com quem estabelece uma relação simpática e uma conversação livre (Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2).

Em penúltimo, refira-se o não controlo do factor "sexo dos participantes", quando trabalhos vários têm evidenciado a existência de diferenças entre elementos do sexo feminino e elementos do sexo masculino em termos da sua percepção e julgamento do crime de violação, bem como das suas atitudes relativamente às respectivas vítimas (e.g., Calhoun, Selby, & Waring, 1976; Cardoso, 1999; Elklit, 2002; Kanekar & Seksaria, 1993; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 3 e 4; Sousa, Mateus, & Lopes, 1993).

Um caso proeminente quanto a esta matéria consiste na investigação de Turley, Sanna e Reiter (1995): Os autores não o fazem nos seus estudos 1 e 2, verificando, posteriormente, que as participantes femininas recomendaram uma pena de prisão mais longa para o perpetrador do que os participantes masculinos (Estudo 3) e que os participantes masculinos viram o crime como mais evitável do que as participantes femininas (Estudo 4).

Finalmente, sublinhamos o facto de em nenhum dos estudos referidos, à excepção daquele de carácter naturalístico (Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2003), ter sido averiguado se as respondentes já haviam sido vítimas de violação.

7.3 Objectivos do Trabalho e Hipótese Geral

A presente dissertação tem como enfoque teórico o pensamento contrafactual e como problemática alvo o crime de violação contra as mulheres.

As razões que nos conduziram a esta abordagem foram apresentadas no início da Introdução, as quais passamos a parafrasear:

(a) A violação assume uma elevada gravidade em termos da intensidade e persistência que caracterizam as consequentes sequelas psicológicas das vítimas (e.g., D. M. Costa, 2003; Gonçalves, 2005; Kilpatrick, Saunders, Veronen, Best, & Von, 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Pires, 1985; Rothbaum, Foa, Riggs, Murdock, & Walsh, 1992; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004), pelo que o suporte a ser prestado às mesmas se revela essencial para a sua recuperação (e.g., J. M. B. Costa, 2003; Neves & Machado, 2005; Steketee & Foa, 1987).

(b) As cognições dos indivíduos, nomeadamente daqueles que passaram por situações traumáticas, não ocorrem num vazio interpessoal, podendo os elementos que compõem a sua rede social de apoio suscitar, junto dos mesmos, pensamentos contrafactuais que lhes sugiram, implícita ou explicitamente, formas através das quais poderiam ter evitado o acontecimento negativo (Davis & Lehman, 1995).

(c) Apesar do predomínio da abordagem funcional do pensamento contrafactual, vários autores, em nada negando os seus importantes benefícios, vêm alertando-nos para as suas disfunções (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Sherman & McConnell, 1995) e providenciando-nos evidência empírica que atesta, nomeadamente, a geração de afecto negativo e de auto-culpabilização junto de sujeitos deprimidos e/ou que passaram por eventos negativos marcantes (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003; Davis, Lehman, Silver, Wortman, & Ellard, 1996; Markman & Miller, 2006; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008), como é o caso das vítimas de violação (e.g., Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N´gbala, 2003).

O trabalho desenvolvido versa, pois, sobre o pensamento contrafactual acerca do crime de violação contra as mulheres na perspectiva dos observadores, visando contribuir para um mais aprofundado conhecimento acerca do mesmo, tanto no que respeita às regras que governam a mutabilidade dos seus antecedentes, como no atinente aos vários tipos que o mesmo pode assumir, ao mesmo tempo que pretende colmatar algumas das lacunas existentes no campo específico sob estudo, tal como anteriormente referidas.

Colocados na interrogativa, os objectivos delineados são os seguintes:

- Quais os antecedentes mais modificados no caso do pensamento contrafactual acerca do crime de violação contra as mulheres, ou seja, quais os factores de mutabilidade primordialmente subjacentes às regras que regem esta reversão mental?

Dito de outro modo, os contrafactuais produzidos pelos observadores do crime tenderão a versar sobre que conteúdos semânticos?

- Qual o tipo de contrafactuais gerados?

Em termos da direcção, serão ascendentes ou descendentes, isto é, as alternativas imaginadas redundarão num resultado melhor ou pior do que o original?

E quanto à estrutura? Tratar-se-ão de contrafactuais aditivos, subtractivos ou substitutivos? Em suma, a reconstrução desta realidade será feita através da adição, da subtracção ou da substituição de elementos?

No que respeita à centração, qual o elemento focal predominante destes pensamentos? A vítima? O agressor? Uma outra componente externa?

Paralelamente, inspirados no trabalho de Turley, Sanna e Reiter (1995), propusemo-nos investigar o efeito do pensamento contrafactual sobre a percepção do crime de violação, mais especificamente, sobre as reacções afectivas e o julgamento relativamente ao mesmo, tentando, simultaneamente, ultrapassar algumas limitações que lhe apontámos: (a) Não mensuração dos contrafactuais produzidos pelos participantes, tendo os autores inferido que os resultados obtidos decorriam da manipulação dos factores de mutabilidade por si adoptados, (b) utilização de cenários cujos contornos podem ter elicitado a conformidade ao estereótipo da vítima de violação não credível, (c) não controlo do factor "sexo dos participantes" (Estudos 1 e 2) e (d) não indagação da eventual vitimização prévia por parte destes.

Adicionalmente, importou-nos, ainda, averiguar da importância da prevenção como um eventual factor de mutabilidade a adicionar aos já identificados pela literatura.

Partimos para o percurso empírico com a seguinte hipótese geral:

De acordo com os trabalhos que se debruçaram sobre o Factor "controlabilidade" (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman et al., 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas et al., 2008, Estudo 2), esperamos que as participantes gerem contrafactuais que incidam, predominantemente, sobre eventos controláveis, mais especificamente, sobre acções da vítima.

De entre estas, tendo em conta a proposta de Byrne (2005) e os estudos de Mandel e Lehman (1996), antevemos a preponderância do que designamos Factor "prevenção", isto é, uma focalização prevalente sobre os comportamentos proibidos da vítima.

Sendo que, no seguimento de algumas investigações (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Janeira, 2004; Janoff-Bulman, 1979), trancar as portas do carro surge como uma medida de precaução que mulheres vitimizadas (e.g., Janoff-Bulman, 1979) e não vitimizadas (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Janeira, 2004) parecem considerar ser de adoptar, hipotetizamos a superior saliência contrafactual deste antecedente relativamente a todos os restantes, antecipando que dela decorra uma elevada mutabilidade.

Assim, prevemos que, sempre que no caso apresentado esteja implícito que a vítima conduzia com as portas do carro destrancadas, as participantes reverterão o crime alterando este comportamento (proibido) no sentido do seu oposto (obrigatório), ao abrigo da lógica decorrente das normas de segurança (Byrne, 2005), alteração que se sobreporá à de qualquer outro antecedente.

Esperamos, não só esclarecer as questões enunciadas, como chegar a conclusões que se revelem úteis a cada uma das muitas mulheres que, diariamente, são vítimas deste tão traumático crime, servindo, de alguma forma, mesmo que modesta, a diminuição do seu intenso e persistente sofrimento.

II. COMPONENTE EMPÍRICA

1. Perspectiva Geral do Trabalho

Para o desenvolvimento do trajecto empírico delineado percorremos treze estudos encadeados entre si em termos da sua contribuição para os objectivos que presidiram à presente dissertação e da sucessão de questões que foram surgindo.

Neste capítulo apresentamos uma perspectiva geral dos mesmos, os quais foram agrupados em cinco séries de acordo com a lógica e propósitos subjacentes.

A Série I foi dedicada à preparação e validação do material que serviu de suporte às seguintes, sendo composta por três estudos.

O primeiro deles, de cariz exploratório, foi desenvolvido com o objectivo de averiguar qual o grau de gravidade atribuído ao crime de violação por parte da população abordada, tendo como preocupação paralela a comparação com as conclusões advindas dos trabalhos revistos, os quais evidenciam que as mulheres tendem a percepcioná-lo como sendo tão grave quanto o homicídio (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995).

Face à decisão de trabalharmos com cenários, decisão que assentou em razões de natureza ética e metodológica mais adiante explanadas, e às críticas de que o seu uso vem sendo alvo (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Kasimatis & Wells, 1995; Krahé, 1991; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b), conduzimos um segundo estudo dedicado à avaliação do caso de violação por nós elaborado em torno dos respectivos pontos nevrálgicos: Suficiência da informação disponibilizada, percepção do crime em termos da sua gravidade, verosimilhança e credibilidade, consentimento da vítima e sua relação com o agressor e envolvimento das participantes.

O terceiro e último estudo consistiu na angariação e selecção dos itens que vieram a constituir, posteriormente, na qualidade de variáveis dependentes, a componente relativa às reacções afectivas ao crime.

A Série II, igualmente constituída por três estudos, foi dedicada à análise da normalidade (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 2) e da prevenção (e.g., Byrne, 2005; Mandel & Lehman, 1996) enquanto determinantes do pensamento contrafactual e da percepção do crime de violação contra as mulheres.

Num primeiro, baseado no Estudo 1 de Turley, Sanna e Reiter (1995), procurou-se apurar quais os contrafactuais gerados, as reacções afectivas manifestadas e o julgamento emitido acerca do cenário de violação previamente construído e avaliado (Série I—Estudo 2), tendo-se manipulado os factores sob investigação (normalidade e prevenção) através da informação nele disponibilizada.

Ao verificar-se uma tendência predominante para a contrafactualização do comportamento proibido da vítima (não haver trancado as portas do carro), conduzimos um segundo estudo visando o levantamento das normas associadas a este comportamento, procurando, especificamente, obter a graduação da respectiva normalidade e prevenção.

Perante os resultados obtidos—a avaliação de ambas revelou-se elevada—, a questão quanto a qual dos dois factores se revestia de maior mutabilidade persistiu, posto o que se finalizou com um experimento em que se manipulou a norma intrapessoal do comportamento preventivo, o qual permitiu concluir ser o comportamento proibido mais mutável que o comportamento excepcional, ao abrigo de uma lógica de prescrição de segurança.

A Série III foi concebida com o propósito de averiguarmos da consistência e generalização da preponderância do Factor "prevenção" entretanto registada (Série II). Para tanto, realizámos dois experimentos em que procedemos, separadamente, à sua comparação com outros determinantes do pensamento contrafactual, concretamente, com a "acção-omissão" (Estudo 1) e com a "proximidade" (Estudo 2).

Os resultados obtidos apresentaram-se consonantes com a evidência empírica que havíamos acumulado relativamente à elevada mutabilidade da controlabilidade e do carácter não preventivo do comportamento da vítima. Contudo, concorriam como explicações

alternativas para o padrão identificado factores de natureza metodológica, associados ao foco das participantes.

De facto, quer nos experimentos por nós até então realizados, quer naqueles revistos, os cenários, não só não continham antecedentes de natureza situacional, como davam, tendencialmente, o protagonismo à vítima.

Formulado o problema—Possuirá o cenário, em si mesmo, determinadas propriedades conducentes à centração da atenção sobre a vítima, condicionando o conteúdo dos contrafactuais gerados pelas participantes? Ou seja, constituirá, o comportamento da vítima, um elemento focal surgido não espontaneamente mas, antes, instrumentalmente criado? —conduzimos três estudos, agregados na Série IV.

O Estudo 1 foi desenhado comungando das preocupações de Girotto et al. (1991), em cujo procedimento metodológico nos inspirámos, tendo criado três cenários distintos nos quais introduzimos informação que dava conta da ocorrência de eventos externos e alheios à decisão da vítima: (a) A avaria do comando central das portas do carro, (b) a ausência de algum outro, civil ou força policial, no local do crime, que pudesse tê-la socorrido e (c) uma falha geral de energia, comprometendo a iluminação da via pública.

Através do Estudo 2, e baseados naquele desenvolvido por Turley et al. (1995, Estudo 2), tentámos indagar se a descrição do crime em que fosse o agente, desta vez como protagonista, a adoptar um comportamento excepcional em termos da sua norma intrapessoal, levaria as participantes a nele se centrarem ao "fazerem *undo*" sobre o ocorrido.

Tendo, a maioria dos elementos que colaboraram nos dois primeiros estudos supra-referidos, revertido o resultado alterando as in(acções) da jovem, apesar das circunstâncias manipuladas, finalizámos a quarta série com uma investigação (Estudo 3) em que mudámos a instrução que vinha sendo fornecida, solicitando, directamente, a alteração do evento—de ocorrência para não ocorrência do crime—com base no comportamento do ofensor. Para a sua realização partimos dos trabalhos de Branscombe et al. (1996, Estudo 1) e de Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1).

Concluímos a trajectória empírica com um conjunto de dois estudos (Série V).

O primeiro deles foi concebido com o intuito de aferirmos o grau de controlabilidade percebida de cada um dos antecedentes centrados no comportamento da vítima e isolados nos experimentos por nós previamente conduzidos, aspecto que havia merecido uma classificação

apenas dicotómica (Série II—Estudo 1). Importou-nos perceber, particularmente, se aqueles que tinham revelado uma maior mutabilidade eram alvo de uma superior atribuição de controlo.

O segundo, ancorado no trabalho de Mandel e Lehman (1996, Estudo 1), foi desenhado no sentido de averiguar da sobreposição dos conteúdos das respostas das participantes quando, confrontadas com o cenário de violação utilizado, lhes era solicitada a geração de pensamentos contrafactuais, a enunciação de formas de prevenção do crime ou a listagem das causas do mesmo, ora investidas do papel de vítima (actor) ora do papel de leitoras do caso (observador).

Os próximos capítulos são dedicados ao relato detalhado das cinco séries de estudos reportadas.

A apresentação de cada um tem início com uma introdução, na qual se expõe, em articulação com a literatura e com os resultados obtidos nos que o antecederam, o problema sob análise e as hipóteses formuladas.

Após uma breve perspectiva geral são, então, descritas as várias componentes do método (participantes, instrumentos/materiais e procedimento, regra geral) e os resultados encontrados, estes acompanhados da respectiva discussão.

Antes, porém, sintetizamos, fundamentadamente, algumas opções metodológicas transversais a todos eles.

2. Nota Geral Sobre Algumas Opções e Regularidades Metodológicas

Dado haver uma série de denominadores metodológicos comuns no que respeita aos vários estudos conduzidos, com vista a reduzirmos alguma redundância do texto optámos por criar a presente secção, a qual dá conta desses aspectos, bem como da respectiva fundamentação. Esta assenta, maioritariamente, em opções e cuidados não encontrados no

universo da investigação revista mas julgados fundamentais no sentido de imprimirem um maior rigor àqueles por nós desenvolvidos no contexto da presente dissertação.

2.1 Sobre a População em Estudo

Tal como a esmagadora maioria dos trabalhos existentes no campo do pensamento contrafactual (e.g., Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1993; McMullen, 1997; McMullen & Markman, 2000; Roese, 1994; Rye, Cahoon, Ali, & Daftari, 2008) e no domínio concreto sob estudo (e.g., Branscombe et al., 1996; Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2003; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Catellani & Milesi, 2001; Nario-Radmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995), também os constituintes da presente dissertação foram desenvolvidos junto de estudantes universitários, o que permitiu uma menos abusiva comparação dos resultados obtidos, bem como a tentativa de promoção da identificação das participantes com a protagonista do caso (esta última questão encontra-se melhor desenvolvida na introdução do estudo que visou a construção do cenário a utilizar: Série I—Estudo 2).

Contudo, contrariamente ao que vem sendo feito, na medida em que existe uma considerável evidência empírica apontando diferenças entre elementos do sexo feminino e elementos do sexo masculino em termos da sua percepção e julgamento de crimes, em geral, e do de violação, em particular, incluindo-se, neste caso, a favorabilidade das atitudes relativamente às respectivas vítimas (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Calhoun, Selby, & Waring, 1976; Cardoso, 1999; Elklit, 2002; Kanekar & Seksaria, 1993; Krulewitz & Nash, 1979; Pollard, 1992; Sousa, Mateus, & Lopes, 1993; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 3 e 4), considerámos essencial o controlo desta variável, pelo que as participantes de todos os estudos a seguir apresentados eram, exclusivamente, do sexo feminino.

Ainda assim, aquando da solicitação de dados sócio-demográficos, foi formulada uma questão quanto ao sexo do participante, na medida em que contámos, para a realização das tarefas, com todos os alunos, voluntários, que se encontravam na sala de aula (no ponto seguinte explana-se o procedimento adoptado).

Atendendo à problemática em questão—percepção de crimes—não foram abordadas estudantes dos cursos de Direito, Serviço Social, Desenvolvimento Comunitário, Reabilitação

Social nem de Psicologia Clínica, devido à possibilidade de possuírem uma perspectiva diferente sobre o mesmo, específica, moldada pela sua área de pré-especialização.

Neste mesmo sentido, as participantes foram inquiridas quanto à sua profissão, sendo que, em nenhum dos estudos, surgiram elementos cujas funções estivessem ligadas, de algum modo, à área em foco.

Com vista, também, à diminuição da probabilidade de enviesamentos decorrentes da proximidade do crime, foram excluídas da análise todas aquelas que revelaram que já haviam sido vítimas de violação[22], que conheciam alguém que já o tivesse sido ou que não pretenderam manifestar-se a este respeito. Estas informações foram apuradas através de questões directas colocadas, por escrito, no final de cada estudo, sendo apresentadas em nota de rodapé aquando da respectiva caracterização da amostra.

2.2 Sobre o Procedimento Adoptado

O primeiro passo para a recolha de dados consistiu na abordagem de um docente das várias instituições de ensino superior a que nos dirigimos, no sentido de averiguarmos da possibilidade de o mesmo nos ceder um espaço de tempo de uma das suas aulas. Foi-nos sempre concedido um período situado no final das mesmas.

Após agendado um momento, solicitámos, em sala, a colaboração dos alunos presentes para um estudo que versaria sobre a opinião pública acerca de crimes.

As tarefas foram realizadas sem tempo limite e por todos aqueles que se prestaram a participar (os quais constituíram a maioria dos presentes), apenas posteriormente se tendo procedido à exclusão das respostas fornecidas por sujeitos não pertencentes à população em análise (por exemplo, indivíduos do sexo masculino, como explanado no ponto anterior). Assim, os elementos que compõem as amostras dos vários estudos que integram a presente dissertação participaram a título voluntário e sem qualquer tipo de recompensa.

Nesse sentido, sublinhou-se, sempre, a não obrigatoriedade da sua realização, tendo-se proposto duas alternativas para aqueles que não o quisessem fazer: (a) A saída da sala no momento anterior à entrega dos questionários ou blocos ou, caso sentissem que essa acabaria

[22]Tal como Bohner, Weisbrod, Raymond, Barzvi e Schwarz (1993), também não esperávamos uma proporção suficiente para uma comparação entre vítimas e não vítimas, tendo o processo de exclusão sido baseado no procedimento adoptado pelos autores.

sendo uma forma de se exporem e identificarem, (b) a sua devolução em branco, no final, conjuntamente com os restantes. Apenas ocorreu a segunda situação, muito pontualmente, e em número extremamente reduzido (1-2 elementos), não assumindo uma expressividade que, quanto a nós, pudesse conduzir a algum enviesamento na recolha de dados.

Não se registou, em nenhum caso, a necessidade de providenciar instruções ou esclarecimentos adicionais àqueles constantes nos blocos e questionários que constituíram os instrumentos utilizados.

2.3 Sobre a Mensuração dos Pensamentos

Roese e Olson (1997) falam-nos de diferentes metodologias de acesso ao pensamento contrafactual, focando a adequação de cada uma delas ao objectivo do estudo em causa, bem como as suas vantagens e desvantagens.

A este propósito, é de distinguir os tempos de latência de resposta das listagens de pensamentos.

A primeira medida—tempos de latência de resposta—ancora no pressuposto subjacente às técnicas usualmente adoptadas nos estudos sobre memória (ver, e.g., Srull, 1984): O tempo de reacção a um estímulo contrafactual reflecte em que medida um pensamento contrafactual havia ocorrido previamente, de forma espontânea (Roese & Hur, 1997).

Na prática, a tarefa é desenvolvida num terminal de computador e consiste, genericamente, em apresentar uma série de questões dicotómicas, de entre as quais se encontra uma de natureza contrafactual, sendo solicitado aos sujeitos que, consoante a sua posição face a cada uma delas, pressionem, tão rapidamente quanto possível, duas teclas distintas (por exemplo, a tecla “S” para “sim” e “N” para “não”) (e.g., Roese, 1994, Estudo 3; Roese & Hur, 1997, Estudo 2). Naturalmente, se os participantes tiverem gerado um contrafactual automático, ou seja, sem qualquer solicitação directa, então é de esperar que a sua resposta ao estímulo contrafactual seja facilitada, manifestando-se com um tempo de reacção menor.

Quanto às listagens, encontramos a distinção entre dois tipos: De resposta livre *versus* induzida (solicitação directa). Enquanto que, perante as primeiras, os participantes (investidos

do papel de protagonistas ou de observadores, no caso de uso de cenários) são convidados a redigirem os pensamentos que lhes ocorrem (e.g., "After these sorts of experiences, people often can't help thinking about them. In the space below, please give some examples of the sorts of thoughts that might run through Sharon's//Sarah's head after she learns about her grade on the exam", Roese & Hur, 1997, p. 279; Roese & Olson, 1997, p. 15), nas segundas é-lhes solicitada, directamente, a explicitação de pensamentos contrafactuais (e.g., "In the space bellow, please list any things you can think of that could have been different to have changed Andrea's performance on her exam", Roese & Olson, 1993a, p. 314; "People often have thoughts like 'if only' or 'what if' after experiences like this. In the space below, please list any things that, had they been different, could have changed the outcome of this situation", Roese & Olson, 1993b, p. 201).

Sendo que nos interessava o conteúdo dos contrafactuais, na presente dissertação escolhemos a solicitação por listagem em detrimento do tempo de latência de resposta, metodologia que não nos permite aceder aos mesmos. Estudos que baseiam nesta medida acabam socorrendo-se da primeira, num segundo momento, quando pretendem analisar, também, os dados qualitativos dessa natureza (e.g., Roese & Hur, 1997, Estudo 2).

Foi, fundamentalmente, por este mesmo motivo—a pretensão de acesso aos conteúdos contrafactuais—que não utilizámos a Counterfactual Thinking for Negative Events Scale (CTNES), já mais recentemente publicada, ao qual se juntou o facto de este instrumento não identificar algumas dimensões do pensamento contrafactual, limitação assumida pelos respectivos autores (Rye, Cahoon, Ali, & Daftary, 2008).

Investigações anteriores vêm demonstrando a diminuta produção de pensamentos contrafactuais quando utilizada a listagem livre (e.g., Martins, 2003, Estudo 1; Martins & Jesuíno, 2002, Estudo 1; Roese, Hur, & Pennington, 1999). Roese e Olson (1995c) chegam a afirmar: "Multiple scenarios were used because pilot testing revealed that subjects spontaneously recorded counterfactuals less frequently than when directly solicited. We hoped than two scenarios for each level of controllability would provide us with sufficient counterfactual statements to code and analyze" (p. 624), receio que veio a receber suporte posterior por parte dos resultados.

Martins (2003, Estudo 1), face a esta constatação, aponta a necessidade de averiguar da existência de expressões contrafactuais alternativas às contempladas, até então, pela

literatura no domínio, concretamente a expressão "Porque é que …?"[23], por si várias vezes identificada aquando da realização do trabalho em referência.

Na sua sequência, inspirada na discussão entre Au (1983, 1984, 1992) e Bloom (1984), a autora desenvolveu, em 2004, um estudo, tendo conduzido entrevistas semi-estruturadas junto das participantes que haviam iniciado os seus pensamentos dessa forma (53.85% da amostra). Os resultados obtidos permitiram concluir que esta fora sempre usada no sentido contrafactual, tendo subjacente a lógica "Se …, então …". As entrevistadas justificaram a não utilização da proposição condicional: "(…) porque '*não lhes dava jeito*', porque se lhes apresentava '*incómodo*', '*difícil*', exigindo um maior '*esforço para pensar*'. Como algumas disseram, '*em termos correntes não falavam assim*'" (p. 614).

De salientar que, contudo, num outro trabalho por si levado a cabo (Martins & Jesuíno, 2002), a assimetria de produção de contrafactuais consoante o tipo de listagem se havia registado, mesmo contemplando aqueles do tipo "Porque é que…?": 35% (Estudo 1—Listagem livre) *versus* 96.88% (Estudo 2—Listagem dirigida) das participantes.

Assim, sendo que a resposta ao problema da presente dissertação implicava, na quase totalidade dos estudos, a análise do conteúdo dos contrafactuais produzidos na sequência da leitura do cenário, adoptou-se a listagem dirigida, predominantemente utilizada nos estudos realizados no domínio (e.g., Girotto, Ferrante, Pighin, & Gonzalez, 2007; Petrocelli, Percy, Sherman, & Tormala, 2011). Fizemo-lo da forma menos condicionada possível, não induzindo a sua direcção nem o seu foco, contrariamente a alguns dos trabalhos conduzidos no domínio específico da violação (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Branscombe et al., 2003; Catellani et al., 2004, Estudo 1).

De referir, por fim, que, tal como nos estudos de Roese (1994), as participantes puderam registar tantos pensamentos contrafactuais quantos pretenderam, tendo disposto de uma página pautada para o fazerem.

[23]Ainda que, do ponto de vista linguístico, a expressão correcta seja "Por que é que …?", a quase totalidade das participantes escrevem "Porque é que …?".

2.4 Sobre a Classificação dos Pensamentos

Em conformidade com a literatura (e.g., Bouts, Spears, & van der Pligt, 1992; Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001; Girotto et al., 1991; Girotto, Ferrante, Pighin, & Gonzalez, 2007; Goerke, Möller, Schulz-Hardt, Napicrsky, & Frey, 2004; Mandel & Lehman, 1996; Markman & Miller, 2006; Markman & Tetlock, 2000b; Markman & Weary, 1996; Sanna, 1996, Estudo 4; Sanna, Meier, & Turley-Ames, 1998, Estudo 2; Sanna, Meier, & Wegner, 2001, Estudo 2), os pensamentos registados pelas participantes foram codificados por juízes independentes, cegos quanto às hipóteses em estudo.

Todos eles eram do sexo feminino e pertencentes à população abordada.

A fim de melhor garantirmos o seu alheamento relativamente aos objectivos e às hipóteses, apesar de a esmagadora maioria dos estudos revistos recorrerem a dois juízes no total, as condições experimentais foram tratadas de forma separada, tendo-se contado, assim, com a participação de dois juízes para cada uma delas.

Com vista a uma mais exacta execução da tarefa por parte destes (assegurada informaticamente, através do *Microsoft Office Word* 2003, com recorrência a tabelas previamente elaboradas para o efeito), e à luz do procedimento adoptado por alguns autores (e.g., Martins, 1999; Rosenberg & Levy, 1955), elaboraram-se cadernos de instruções que foram entregues a cada juiz e cuja leitura contou com a presença da investigadora, de modo a viabilizar o esclarecimento de eventuais dúvidas.

A discussão foi a forma universalmente adoptada para a resolução das discrepâncias havidas, tal como por outros investigadores (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001; Girotto et al., 1991; Girotto, Ferrante, Pighin, & Gonzalez, 2007; Mandel & Lehman, 1996; Markman & Miller, 2006; Sanna, 1996, Estudo 4; Sanna, Meier, & Turley-Ames, 1998, Estudo 2; Sanna, Meier, & Wegner, 2001, Estudo 2).

Contrariamente a vários estudos (e.g., Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Girotto et al., 1991; Girotto, Ferrante, Pighin, & Gonzalez, 2007), foram classificados, tanto os contrafactuais que versavam sobre eventos reportados no cenário, como os contrafactuais que haviam sido inferidos a partir deste.

2.5 Sobre a Validação do Pressuposto da Normalidade

Sempre que necessária, a análise do pressuposto da normalidade foi efectuada através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, a qual revelou, de forma sistemática, que as variáveis em questão não apresentavam distribuição normal. No entanto, tendo em conta que a dimensão das amostras com que estávamos a trabalhar nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à respectiva violação, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos aos mesmos sempre que verificado o pressuposto da homogeneidade de variâncias (ou das matrizes de variância-co-variância quando esteve em causa uma MANOVA).

Por esta razão, e na tentativa de reduzir a densidade do relatório empírico, os respectivos valores encontram-se em anexos próprios, para os quais o leitor vai sendo remetido.

2.6 Sobre o Período Temporal da Recolha dos Dados

A primeira recolha de dados decorreu entre 1999 e 2003. Posteriormente, com vista à respectiva actualização, repetiu-se o processo no período temporal 2008-2009. Não tendo os resultados obtidos sofrido alteração, aqueles apresentados respeitam a esta segunda fase.

3. Série I: O Crime, o Cenário, as Respostas Afectivas: Abordagem Exploratória e Validação do Material

A nossa Série I é composta por três estudos que consistiram na preparação e validação do material que serviu de suporte ao trabalho empírico ulterior.

Assim, o Estudo 1 visou averiguar qual a gravidade atribuída ao crime de violação contra as mulheres por parte de elementos da população abordada.

O Estudo 2 teve como objectivo criar um cenário de violação que fosse percepcionado como grave, verosímil e retratando um caso que não elicitasse efeitos de conformidade ao estereótipo da vítima de violação não credível.

Finalmente, o Estudo 3 foi conduzido de modo a angariar e seleccionar os itens que vieram a constituir, na qualidade de variáveis dependentes, a componente relativa às reacções afectivas ao crime (Série II—Estudo 1).

3.1 Estudo 1—A Gravidade Percebida do Crime de Violação Contra as Mulheres: Um Estudo Comparativo

3.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

Vimos que a literatura aponta a violação como um crime com consequências dramáticas para as vítimas (e.g., Burgess, 1983; Burgess & Holmstrom, 1974; D. M. P. Costa, 2003; Culbertson, Vik, & Kooiman, 2001; Gonçalves, 2005; Halligan et al., 2003; Maria, 2004; McMullin & White, 2006; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004), de tal modo que as mulheres tendem a percepcioná-lo como sendo tão grave quanto o homicídio (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall et al., 1995).

Tendo em conta que a maioria dos estudos reportados não foram realizados no contexto português e que a respectiva avaliação junto da população abordada na presente dissertação é, tanto quanto se conseguiu apurar, inexistente, decidiu-se começar pelo levantamento do grau de gravidade percebida de alguns crimes. Importou-nos, acima de tudo, identificar a posição subjectiva que a violação ocupava neste universo. Para o efeito, conduziu-se uma investigação assente em duas etapas. A preliminar, de natureza exploratória, consistiu na aplicação de um questionário aberto sobre crimes considerados, pelas participantes, como pouco, moderadamente e muito graves. As respostas obtidas foram, então, submetidas a uma análise de conteúdo com vista à selecção daqueles a integrarem um segundo questionário, fechado, destinado à graduação do respectivo grau de gravidade.

3.1.2 Método.

3.1.2.1 Participantes.

Esta investigação contou com 79 participantes na etapa exploratória[24] e com 137 na fase de avaliação da gravidade dos crimes[25], todas estudantes universitárias do sexo

[24]Da amostra inicial (N = 113) foram excluídas 34 participantes por terem afirmado já haverem sido vítimas de algum(ns) dos crimes por si registados ou por terem afirmado conhecer quem já o(s) tivesse vivenciado.
[25]Da amostra inicial (N = 175) foram excluídas 38 participantes na medida em que já haviam vivenciado algum(ns) dos crimes em análise ou conheciam quem houvesse sido vítima do(s) mesmo(s).

feminino.[26] Ambos os grupos apresentavam, em média, 22 anos de idade (*M* = 21.94, *DP* = 2.333, *Min* = 20, *Máx* = 32 e *M* = 22.57, *DP* = 3.796, *Min* = 20, *Máx* = 40, respectivamente).

3.1.2.2 Instrumentos.

Foram construídos dois questionários distintos, um primeiro visando o levantamento exploratório de crimes e um outro com o objectivo de aceder à avaliação da gravidade daqueles entretanto seleccionados.

3.1.2.2.1 Questionário para o levantamento exploratório de crimes.

O questionário elaborado para a etapa exploratória (Anexo 1) consistia na solicitação da listagem, separada, de crimes considerados muito graves, moderadamente graves e pouco graves, tendo sido disponibilizadas seis linhas para cada uma destas categorias.

Eis a instrução fornecida:

"No espaço abaixo disponibilizado liste, por favor, os vários tipos de crimes de que se lembre, consoante o seu grau de gravidade, ou seja, escreva exemplos de crimes que considere muito graves, moderadamente graves e pouco graves."

Seguiam-se-lhe algumas questões relativas a dados sócio-demográficos, sendo sublinhados o anonimato e a confidencialidade das respostas previamente fornecidas (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de algum(ns) dos crimes registados e conhecimento de alguém que já houvesse passado por idêntica situação).

3.1.2.2.2 Questionário para a avaliação da gravidade dos crimes.

De todos os crimes apurados na primeira etapa foram seleccionados quinze, cinco de cada grau de gravidade, selecção que foi regida pela intersecção de três critérios: (a) Maior frequência, (b) menor dispersão pelos três níveis de gravidade e (c) versatilidade quanto à respectiva natureza. Esta recaiu, então, sobre os seguintes: Violação[27], homicídio, maus-tratos a menores, rapto, incêndio (crimes muito graves); Burla, falsificação de documentos, furto, difamação, divulgação de factos referentes à intimidade da vida privada (crimes

[26]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

[27]Ainda que o actual Código Penal Português (Antunes, 2009), por haver passado a contemplar o coito oral e anal, integre as situações de violação em que a vítima é do sexo masculino, dado o objectivo da presente dissertação, a violação foi, aqui, descrita como aquela perpetrada contra as mulheres.

moderadamente graves); Ofensa corporal simples, emissão de cheque sem provisão, dano, exibicionismo e ultraje público ao pudor, ofensa à memória de pessoa falecida (crimes pouco graves).

Assim, o questionário construído com vista à avaliação da gravidade (Anexo 2) era composto pela sua enumeração, a qual, na tentativa de que as participantes partilhassem, tanto quanto possível, a concepção de cada um deles, foi acompanhada por uma breve descrição baseada no Código Penal Português (Antunes, 2009).

O formato de resposta consistia em escalas de 5 intervalos ancoradas em "Muito grave" e "Pouco grave", alternadas quanto à disposição/direcção dos extremos.

Equacionada a eventualidade de as respondentes não conseguirem fazê-lo (por exemplo, pelo desconhecimento do crime em questão, por não terem uma opinião formada em termos do que lhes estava a ser pedido, pela não compreensão da descrição fornecida), foi-lhes disponibilizada uma quadrícula onde pudessem assinalá-lo:

"Nas folhas que se seguem encontrará enumerados vários crimes, acompanhados da respectiva definição jurídica. Indique, por favor, o ***grau de gravidade*** *que atribui a cada um deles. Para tal, coloque uma cruz (X) na quadrícula que corresponde à sua opinião. Caso, por qualquer razão, não saiba responder, dispõe, igualmente, de uma quadrícula onde poderá manifestá-lo."*

O questionário finalizava com algumas questões relativas a dados sócio-demográficos (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de algum(ns) dos crimes focados e conhecimento de alguém que já houvesse passado por uma situação similar), sendo reiterados o anonimato e a confidencialidade de todas as respostas fornecidas.[28]

3.1.2.3 Procedimento.

Adoptou-se precisamente o mesmo procedimento para a aplicação de cada um dos questionários.

[28]Cada um dos questionários foi submetido, num primeiro momento, a um pré-teste (junto de 20 e de 30 elementos da população, respectivamente). Uma vez que não surgiram quaisquer dúvidas quanto ao seu preenchimento nem se obtiveram respostas incorrectas, salvaguarda a similitude de procedimentos em termos da sua administração e o reduzido espaço de tempo relativamente à aplicação posterior, as participantes abordadas foram integradas na amostra final.

As participantes foram abordadas no final de uma das suas aulas. Feito o enquadramento do estudo e daquilo que lhes iria ser solicitado, sublinhou-se a não obrigatoriedade de participação, tendo-se proposto duas alternativas para aquelas que não o quisessem fazer: A saída da sala no momento anterior à entrega dos questionários ou, caso sentissem que essa constituiria uma forma de se exporem, a sua devolução em branco, conjuntamente com as restantes.

Em seguida, referiu-se a importância da sua vontade em colaborar, da espontaneidade das respostas a serem fornecidas e a garantia do anonimato e confidencialidade das mesmas.

Posto isto, procedeu-se à distribuição do questionário, o qual foi devolvido, aproximadamente, quinze minutos depois (tanto no caso do exploratório como no relativo à graduação da gravidade).[29]

3.1.3 Resultados e discussão.

A recolha dos dados revelou uma participação de 100% em cada etapa por parte das estudantes abordadas, ou seja, nenhuma das então presentes abandonou a sala previamente à distribuição do questionário e todos estes foram devolvidos devidamente preenchidos.

3.1.3.1 Sobre os crimes mais referidos.

Os resultados decorrentes do tratamento dos dados reunidos na etapa exploratória foram sintetizados numa tabela que, pela sua extensão, se encontra em anexo (Anexo 3), nela se baseando a descrição que se segue.

Obtiveram-se 596 respostas cuja análise de conteúdo remeteu para a referência a um total de 93 crimes, assim alocados a cada uma das três categorias relativas à gravidade: 46 considerados como muito graves, 47 como moderadamente graves e 33 como pouco graves. Ainda que a distribuição pelos dois primeiros graus se apresente equitativa, a frequência total dos crimes muito graves apresentou-se expressivamente superior à frequência total dos crimes moderadamente graves (F = 302, $\%$ = 50.67 *versus* F = 189, $\%$ = 31.71, respectivamente). Aquela relativa aos crimes considerados pouco graves assumiu o menor valor (F = 105, $\%$ = 17.62).

[29]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Atendendo aos desacordos, conclui-se ter a sua ocorrência sido diminuta e abrangido os três níveis de gravidade, incidindo, especialmente, sobre a fronteira entre cada um dos extremos ("muito grave" e "pouco grave") e o grau intermédio ("moderadamente grave")[30]. Assim, dos 93 crimes apurados, 7 foram registados como "muito graves" por algumas participantes (*F* = 37) e como "moderadamente graves" por outras (*F* = 24) (rapto; negligência médica; violência doméstica; agressão física; corrupção; branqueamento de dinheiro; extorsão); 10 foram descritos ora enquanto "pouco graves" (*F* = 52), ora enquanto "moderadamente graves" (*F* = 39) (assalto; desvio de fundos; assalto a casas, bancos, sem danos pessoais; chantagem; fuga aos impostos; pequenos roubos/furtos; transgressão de regras de trânsito; difamação, consumo de drogas; actos de vandalismo); 7 conheceram os três graus em questão (tráfico de drogas; roubo; burla; assalto à mão armada; falsificação de dinheiro, documentos, identidade; condução sob o efeito de álcool; condução sob o efeito de estupefacientes) ("muito grave": *F* = 31; "moderadamente grave": *F* = 67; "pouco grave": *F* = 12).

Afunilando, agora, a nossa atenção para o crime em estudo—a violação—verifica-se que este encabeça a lista ao ocupar a posição do mais referido, praticamente em *ex aequo* com o homicídio, ambos registados, sempre, como muito graves (Tabela 5), o que vai ao encontro da literatura (e.g., Correia, 2001, Estudo 3; Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall et al., 1995).

Tabela 5

Frequências e percentagens dos crimes muito graves

Crimes	*F*[a]	%[b]	%[c]
Violação	61	10.23	20.20
Homicídio	60	9.06	19.87
Rapto	30	5.03	----[d]
Maus-tratos de menores	29	4.87	9.60
Tráfico de drogas	29	4.87	9.60

[a]*F* > 10. [b]Percentagem calculada sobre a frequência total (*F* = 596). [c]Percentagem calculada sobre a frequência total dos crimes muito graves (*F* = 302). [d]O respectivo valor não foi calculado dado que este crime não foi considerado como muito grave por todas as participantes que o referiram (5 alocaram-no aos moderadamente graves).

[30]De facto, apenas um—desrespeito/infracção da Lei—foi reportado como "muito grave" e como "pouco grave", envolvendo uma participante em cada caso.

3.1.3.2 Sobre a avaliação da gravidade.

A análise da gravidade percebida teve início com o cálculo das medidas descritivas para cada um dos quinze crimes abordados. De referir que a escala foi cotada de 1 ("Pouco grave") a 5 ("Muito grave"), de tal modo que quanto maior a média obtida maior a gravidade atribuída.

Tabela 6

Médias e desvios-padrão da gravidade percebida dos crimes

Crimes	*M*	*DP*	*N*
Violação	4.99	0.120	137
Homicídio	4.93	0.302	137
Maus-tratos a menores	4.88	0.352	137
Rapto	4.74	0.500	137
Incêndio	4.72	0.514	137
Burla	4.29	0.709	137
Falsificação de documentos	3.92	0.870	136
Furto	3.90	0.771	135
Divulgação de factos da vida privada	3.89	0.956	136
Difamação	3.45	1.023	134
Ofensa corporal simples	3.32	1.053	136
Emissão de cheque sem provisão	3.25	1.044	134
Dano	3.20	0.988	131
Exibicionismo e atentado público ao pudor	2.96	1.149	135
Ofensa à memória de pessoa falecida	2.93	1.160	135

A Tabela 6 põe em evidência ser o crime de violação aquele que apresenta, não só a média mais elevada e a "tocar" o extremo máximo da escala (M = 4.99), como, também, o desvio-padrão mais reduzido (DP = 0.120), revelando-se, assim, o item que reuniu maior consenso entre as participantes (N = 137).

Seguem-se-lhe o homicídio, os maus-tratos a menores e o rapto, sendo que só após este surgem crimes relativos a bens físicos ou materiais e à moral[31].

Com o objectivo de dar resposta à questão que motivou o presente estudo—"Qual a avaliação da gravidade do crime de violação contra as mulheres por parte de estudantes universitárias?"—, e após avaliado o pressuposto da normalidade através do teste de

[31]Análise sem qualquer pretensão de assumir uma terminologia jurídica.

Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors (Anexo 4), recorreu-se ao Teste *t*-Student para dados relacionados[32], tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

Todas as comparações efectuadas se revelaram estatisticamente significativas (Tabela 7), sendo de salientar aquela que se reporta ao par violação-homicídio. Em consonância com a literatura revista (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall et al., 1995), as participantes do nosso estudo consideraram a violação como mais grave que o próprio homicídio, $t(136) = 2.138$, $p = .034$: $M = 4.99$, $DP = 0.120$, $N = 137$ *versus* $M = 4.93$, $DP = 0.302$, $N = 137$.

Tabela 7

Teste *t*-Student para a gravidade dos crimes

Crimes	*t*	*g.l.*	*p*
Violação-Homicídio	2.138	136	.034*
Homicídio-Menores	2.022	136	.045*
Menores-Rapto	3.004	136	.003**

*$p < .05$. **$p < .01$.

[32]Procedeu-se à comparação dos crimes que, na etapa exploratória, apresentaram uma frequência superior a 10 (violação, homicídio, maus-tratos a menores e rapto), deles se tendo excluído o tráfico de drogas por apresentar o mesmo valor que o do rapto e por se tratar de um crime de natureza diferente.

3.2 Estudo 2—Testagem do Cenário de Violação

3.2.1 Introdução.

O estudo do pensamento contrafactual acerca do crime de violação pode assumir diversos contornos metodológicos. Um dos mais desejáveis, porque de maior validade ecológica, consiste na abordagem de vítimas reais. Contudo, tendo em conta as graves e duradouras sequelas afectivas por estas vividas (e.g., Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker, Skinner, Abel, & Cichon, 1986; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi, Riggs, Hearst-Ikeda, & Foa, 1996; D. M. P. Costa, 2003; Crome & McCabe, 1995; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Gonçalves, 2005; Janoff-Bulman, 1979; Kasl, 1984; Kilpatrick et al., 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss, Woodruff, & Koss, 1990; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Monteiro, 2000; Moscarello, 1991; Nadelson et al., 1982; Pires, 1985; Resick, 1993; Resick et al., 1986; Rothbaum et al., 1992; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004; Steketee & Foa, 1987), tal implicaria, muito provavelmente, um sofrimento psicológico para as mesmas que, do ponto de vista ético, se impõe evitar (e.g., Francis, 2004)[33]. Questões semelhantes foram levantadas, por exemplo, às experiências desenvolvidas por Milgram (1963) acerca da submissão à autoridade[34], as quais se encontram contempladas no Código Deontológico dos Psicólogos Portugueses (Sindicato Nacional dos Psicólogos Portugueses, 2008), nomeadamente no Princípio da Responsabilidade que dita o dever de evitar causar dano ou prejuízo a qualquer pessoa.

A adopção de cenários, nomeadamente com recurso ao *role-playing* experimental, revela-se, assim, uma alternativa a considerar.

Acresce que os trabalhos existentes no domínio adoptaram, na sua quase totalidade, o mesmo paradigma metodológico: A confrontação dos participantes com a descrição de um caso de violação hipotético, face ao qual foram convidados a listar pensamentos

---

[33]Apesar de o objectivo principal da presente dissertação assentar nos pensamentos contrafactuais gerados pelos observadores da situação, no último estudo (Série V—Estudo 2) abordamos, igualmente, vários tipos de pensamentos das vítimas.

[34]Questões que tiveram como feroz precursora Baumrind (1964), a qual se focalizou, também, nos traumas que os sujeitos ingénuos possam ter experienciado (para uma discussão mais aprofundada sobre esta problemática ver, e.g., Milgram, 1964; Miller, 2003; Stern & Elliott, 1997).

contrafactuais e/ou a emitir julgamentos acerca do mesmo (e.g., Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Krahé, 2005, Estudos 1, 2 e 3; Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995).

O uso de cenários constitui, aliás, um procedimento bastante frequente no âmbito dos estudos sobre o pensamento contrafactual (e.g., Avni-Babad, 2003a, 2003b; Byrne & McEleney, 2000; Gilovich & Medvec, 1994, Estudos 3 e 4; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Kahneman, & Tversky, 1982a; Macrae, Milne, & Griffiths, 1993; Mandel & Lehman, 1996; Miller & McFarland, 1986; Petrocelli, Percy, Sherman, & Tormala, 2011, Estudos 1 e 3; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008, Experimento 1; Roese & Olson, 1993a, 1993b, 1995c, 1997; Tykocinski & Steinberg, 2005).

A estes dois factores motivadores de que também assim procedessemos—(a) salvaguarda de aspectos éticos fulcrais e (b) possibilidade de comparação com a evidência empírica já acumulada—veio juntar-se a eficácia da utilização de textos/histórias enquanto indutores de emoções e de estados de espírito (e.g., Garcia-Marques, 2005; Gohm, 2003; Johnson & Tversky, 1983; Kuykendall & Keating, 1990; Wegener & Petty, 1994, Estudo 2; Wegener, Petty, & Smith, 1995, Estudo 2; Westermann, Spies, Stahl, & Hesse, 1996), componentes afectivas fundamentais na abordagem do pensamento contrafactual dada, nomeadamente, a sua influência recíproca (e.g., Roese & Olson, 1997; Sanna & Meier, 2000) e por nós medidas no primeiro estudo da Série II.

No entanto, não podemos ignorar as críticas que se vêm levantando ao seu uso (e.g., Kasimatis & Wells, 1995; Krahé, 1991; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1993), as quais passamos a explanar.

3.2.1.1 Suficiência e tipo de informação: O "efeito do bom participante".

Krahé (1991) recorda, referindo Orne (1962), que os estudos sobre o papel dos participantes na pesquisa em Psicologia sugerem que estes raramente se recusam a seguir as instruções que lhes são fornecidas, independentemente do pouco sentido que estas lhes façam (trata-se do designado "*good-subject effect*", estudado e discutido até aos dias de hoje: e.g., Nichols & Maner, 2008; Rosnow, 2002). Neste contexto, a autora alerta os investigadores para a validade do uso de cenários, apontando como ponto nevrálgico o saber-se em que medida os sujeitos se sentem devidamente esclarecidos para fazerem um julgamento confiante

do incidente. A própria utilizou, nos seus trabalhos sobre a violação, uma questão indagando se o cenário havia providenciado informação suficiente para os seus participantes formarem uma impressão acerca do caso.

3.2.1.2 A percepção da violação: Sobre a veracidade e a gravidade do ocorrido.

Como referido e verificado por vários autores (e.g., Correia, 2001, Estudo 3; D. M. P. Costa, 2003; Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall et al., 1995) e por nós verificado no Estudo 1, a violação é considerada um dos crimes mais graves de entre aqueles que podem ser cometidos contra as pessoas. Contudo, a sua significação, bem como a própria severidade percebida, dependem de como tudo se passou e, paralelamente, de como esse "tudo" é descrito (e.g., Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Neves & Machado, 2005), factos e relatos que, não dificilmente, podem chegar a ameaçar a ideia de se ter tratado de uma "verdadeira" violação.

A subjectividade subjacente a esta diversidade de interpretações decorre, predominantemente, da partilha de determinados mitos, nomeadamente daqueles associados à provocação e à permissividade ou consentimento da mulher (e.g., Branscombe & Weir, 1992; Kelly & Regan, 2001).

Krahé (1991), dos estudos que apresenta, conclui que os elementos mais críticos se reportam à existência de alguma relação prévia entre a vítima e o agressor[35], ao uso de violência por parte deste e à tentativa de resistência da primeira, elementos esses que surgem como fundamentais na diferenciação entre os protótipos de violação credível e os de violação dúbia e queixa falsa, tal como por si apurado e evidenciado noutros trabalhos (e.g., Bondurant, 2001; Branscombe & Weir, 1992; Campbell & Johnson, 1997; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Estrich, 1987; Fisher et al., 2003; Kahn et al., 1994; Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Koss, 1985; Koss et al., 1988; Krahé, 1991; Krulewitz & Nash, 1979; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; Neves & Machado, 2005; Pollard, 1992; Resick, 1993; Ryan, 1988; Weller, 1992).

---

[35]Recorde-se a distinção estabelecida por Estrich (1987) entre "violação real" e "violação simples". A segunda, sendo cometida por um conhecido da vítima, tende a levantar suspeição quanto ao consentimento desta (e.g., Campbell & Johnson, 1997; Neves & Machado, 2005), para além de lhe conferir uma menor gravidade percebida (e.g., Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Neves & Machado, 2005).

3.2.1.3 Sobre o envolvimento dos participantes.

No âmbito dos trabalhos sobre pensamento contrafactual, Markman et al. (1993), ao justificarem a inadequação dos paradigmas de cenário ao seu problema de investigação, referem a reduzida probabilidade de estes activarem motivações de auto-aperfeiçoamento (*self-improvment*) e de auto-protecção e o facto de incitarem afectos ditos fracos nos sujeitos. Esta crítica, ao mesmo tempo que não ultrapassada por boa parte dos trabalhos que se lhe seguiram, foi sendo sublinhada por outros (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b).

Tal problemática parece inscrever-se no âmbito da larga controvérsia que, já desde os anos 60, gira em torno dos estudos laboratoriais em Psicologia social e, mais especificamente, do *role-playing* enquanto estratégia experimental (e.g., Alexander & Scriven, 1977; Aronson & Carlsmith, 1968; Berkowitz & Donnerstein, 1982; Darroch & Steiner, 1970; Forward, Canter, & Kirsch, 1976; Greenberg, 1967; Greenwood, 1983; Hamilton, 1976; Hendrick, 1977; Holmes & Bennett, 1974; Kruglanski, 1976; Miller, 1972; Willis & Willis, 1970), pelo que constituiu, para nós, uma preocupação acrescida em termos da elaboração do cenário.

Em suma, foi reconhecendo o inevitável afastamento entre uma situação real e uma situação simulada, e assumindo-nos circunscritos a esta última pelas preocupações éticas anteriormente expostas, que considerámos como tarefa indispensável a criação de um cenário de violação que contornasse, o melhor possível, as questões metodológicas focadas e que conduzisse à percepção de uma elevada gravidade do crime relatado, por forma a aumentar a probabilidade de geração de pensamentos contrafactuais (e.g., Roese, 1997; Roese, & Hur, 1997; Roese & Olson, 1997). Este segundo estudo serviu a respectiva testagem.

3.2.2 Perspectiva geral do estudo.

Para a construção do cenário inspirámo-nos naqueles utilizados em alguns dos estudos existentes no âmbito do pensamento contrafactual acerca do delito em foco (e.g., Branscombe, Owen, Garstka, & Coleman, 1996, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Krahé, 2005, Estudos 1, 2 e 3; Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995), tendo como base o número 1 (alínea a) do artigo 164º do Código Penal Português:

> Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos. (Antunes, 2009, p. 85)

A versão final a que chegámos relata uma situação de violação de um elemento que trabalharia durante o dia e que frequentaria a faculdade em regime nocturno. A opção por uma protagonista (vítima) com estas características assentou na tentativa de promover a identificação e envolvimento das participantes através da aproximação etária e ocupacional: Jovem estudante universitária.

O crime teria ocorrido na zona da Grande Lisboa, no seu regresso a casa após as aulas, trajecto que usualmente fazia em viatura própria.

O ataque ter-se-ia dado por parte de um desconhecido que invadira o carro da vítima aquando da sua paragem num semáforo vermelho e que teria acabado por, mesmo face à resistência oferecida, conseguir violá-la.

Com o intuito de evitar a elicitação de estereótipos e/ou de movimentos identificativos divergentes, decorrentes dos nomes dos protagonistas e do curso que a vítima estaria a frequentar, não foi feita alusão a estes dados, tendo-se designado a jovem por "Xxxx" e o agressor por "Yyyy".

A descrição do caso foi acompanhada de uma nota quanto ao seu carácter fictício.

Após a sua leitura, as participantes avaliaram-no, por escrito, em torno de uma série de factores, todos eles relacionados com as questões afloradas pela literatura e das quais demos conta anteriormente: Graduação da indiferença suscitada, reconhecimento do crime enquanto violação, avaliação do consentimento da jovem, inferência quanto ao conhecimento prévio dos intervenientes, classificação da gravidade da situação e da respectiva probabilidade de ocorrência na realidade, atribuição de credibilidade a uma hipotética denúncia, manifestação da segurança própria nas respostas fornecidas e ponderação da suficiência da informação providenciada.

3.2.3 Método.

3.2.3.1 Participantes.

O estudo foi realizado junto de uma amostra constituída por 116 elementos[36] da população alvo (estudantes universitárias), cuja idade rondava os 23 anos (*M* = 23.21, *DP* = 5.745, *Min* = 18, *Máx* = 42).[37]

3.2.3.2 Instrumento.

Foi elaborado um questionário composto por cinco folhas A_4 escritas apenas na frente (Anexo 6).

O cenário constava na segunda folha (a primeira foi dedicada a uma breve introdução), tendo sido solicitada a sua leitura atenta.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Posteriormente, após uma questão relativa à graduação do sentimento próprio de indiferença face ao descrito (escala de 7 pontos ancorada em "Nada indiferente" e "Muitíssimo indiferente"), as participantes manifestaram-se quanto a se consideravam tratar-se de uma violação (questão dicotómica: Sim/Não) e, em caso afirmativo, assinalaram em que

[36]Da amostra inicial (*N* = 138) foram excluídas 22 participantes: 1 por ter afirmado já haver sido vítima de violação e 21 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado.
[37]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

medida teria havido algum tipo de consentimento por parte da jovem (escala de 7 pontos ancorada em "Nenhum" e "Muitíssimo").

Seguiu-se o registo da sua inferência quanto a se os intervenientes já se conheceriam previamente (questão dicotómica: Sim/Não), a classificação do caso em termos da respectiva gravidade (escala de sete pontos: Pouco grave/Muito grave) e da probabilidade de ocorrência na realidade (escala de sete pontos: Nada provável/Muitíssimo provável [de ocorrer na realidade]).

Colocada, então, a hipótese de a jovem decidir apresentar queixa, as participantes foram convidadas a assinalar se a considerariam credível, dúbia ou falsa (questão de escolha múltipla com uma única opção de resposta), posto o que graduaram, em escalas de 7 pontos, a segurança/confiança quanto às respostas próprias (Nada segura/Muitíssimo segura) e a suficiência da informação facultada (Muitíssimo insuficiente/Muitíssimo suficiente).

Antes de terminar, foram-lhes solicitados dados relacionados com a sua idade, sexo, ano de frequência universitária, profissão, vivência de um crime de violação e conhecimento de alguém que já tivesse sido vítima do mesmo.

3.2.3.3 Procedimento.

A abordagem das participantes teve lugar no final de uma das suas aulas, após consentimento prévio do respectivo docente.

Feito o enquadramento do estudo e daquilo que lhes iria ser solicitado, sublinhou-se a não obrigatoriedade de participação e a importância da sua vontade em colaborar e da espontaneidade das respostas a serem fornecidas, bem como a garantia do anonimato e confidencialidade das mesmas.

Posto isto, procedeu-se à distribuição do questionário, sem tempo limite, o qual foi devolvido por todas as participantes num espaço temporal de, aproximadamente, vinte minutos, não tendo sido solicitados quaisquer esclarecimentos adicionais.

Terminou-se com o respectivo *debriefing*.[38]

---

[38]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

3.2.4 Resultados e discussão.

Os questionários entregues encontravam-se devidamente preenchidos tendo-se contado, assim, com a colaboração efectiva de todas as estudantes abordadas.

As participantes começaram por se manifestar muito pouco indiferentes relativamente ao caso apresentado (1 = "Nada indiferente"/7 = "Muitíssimo indiferente": $M = 2.34$, $DP = 1.419$, $N = 114$), o qual todas consideraram tratar-se de uma violação cujos envolvidos seriam desconhecidos entre si.

Quanto a uma eventual queixa por parte da vítima, a esmagadora maioria assumi-la-ia como credível ($F = 95$, $\% = 81.9$ *versus* dúbia: $F = 21$, $\% = 18.1$), diferença proporcional que o Teste Binomial, entretanto conduzido, revelou como significativa ($p < .000$, $N = 116$).

Ao ocorrido foi atribuído um elevado grau de gravidade (1 = "Pouco grave"/7 = "Muitíssimo grave": $M = 6.75$, $DP = 0.491$, $N = 116$) e ao caso uma elevada verosimilhança (1 = "Nada provável"/7 = "Muitíssimo provável" [de ocorrer na realidade]: $M = 6.10$, $DP = 1.025$, $N = 116$), acompanhados de uma reduzida graduação do consentimento por parte da vítima (1 = "Nenhum"/7 = "Muitíssimo": $M = 1.31$, $DP = 0.785$, $N = 116$).

A informação providenciada no cenário foi considerada suficiente (1 = "Muitíssimo insuficiente"/7 = "Muitíssimo suficiente": $M = 5.09$, $DP = 1.370$, $N = 116$) e as participantes revelaram muita segurança quanto às respostas que haviam emitido (1 = "Nada segura"/7 = "Muitíssimo segura": $M = 6.15$, $DP = 0.816$, $N = 116$).

O conjunto de resultados descritos revelou-se, pois, abonatório relativamente ao uso do cenário construído, quer ao nível do envolvimento das participantes, da sua interpretação do crime e da opinião emitida relativamente à suficiência da informação providenciada, quer, ainda, em termos da probabilidade com que consideraram poder o caso relatado ocorrer na realidade.

3.3 Estudo 3—Constituição das Listas de Afectos

3.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

Tal como explanado na Introdução, alguns dos trabalhos desenvolvidos sobre o pensamento contrafactual e o crime de violação medem, de entre outros aspectos, as reacções afectivas dos participantes. Contudo, estas têm-se circunscrito (a) ao que eles sentem relativamente à vítima e ao agressor, focando-se num número diminuto de itens cuja escolha não é justificada (e.g., empatia, zanga e favorabilidade: Turley et al., 1995) e (b) às emoções que julgam terem sido vivenciadas pela vítima, nomeadamente o arrependimento e a culpa, por se tratarem de emoções contrafactuais (e.g., Zeelenberg, van der Pligt, & Manstead, 1998).

Para além desta lacuna, não vimos analisadas as emoções dos próprios, o que nos possibilitaria perceber se (e, se sim, em que medida) estes haviam sido afectados pelo contacto com a descrição do caso. Tal poderia constituir uma medida de controlo quanto à estratégia metodológica por nós adoptada na sequência da crítica estabelecida por alguns autores relativamente ao fraco envolvimento afectivo dos participantes em investigações com recorrência a cenários (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b), crítica esta da qual já demos conta no capítulo imediatamente anterior.

Deste modo, decidimos levar a cabo um estudo exploratório que nos conduzisse a uma mais alargada e ajustada escolha dos itens a incluir na componente afectiva da percepção do crime.

Fizemo-lo em paralelo àqueles que providenciam listagens de afectos (e.g., Gotlib & Meyer, 1986; McMullen, 1997; Power, 2006; Small, Lerner, & Fischhoff, 2006) por reconhecermos a divergência entre culturas e línguas ao nível da equivalência semântica e da frequência de uso de termos que expressam emoções, particularmente no que toca à Língua inglesa (a maioritariamente usada nos estudos em que nos baseámos) (e.g., Fehr & Russell, 1984; Frijda, Kuipers, & Terschure, 1989; Rimé, Philippot, & Cisalomo, 1990; Scherer, 1984; Smith & Ellisworth, 1988). Assim o especificam van Goozen e Frijda (1993): “The words and their close translations may not be fully equivalent in meaning; and when they are, they may

not be equally common in both languages, and thus have different connotations on that score" (p. 89).

Nesse sentido, aplicámos um questionário semi-aberto a elementos da população sob estudo, inquirindo-os sobre as diversas reacções afectivas (emoções da vítima, emoções próprias, sentimentos relativamente à vítima e sentimentos relativamente ao agressor) suscitadas pela leitura do cenário por nós elaborado (Estudo 2), a valência (positiva *versus* negativa) por si atribuída a cada uma delas e a intensidade com que as haviam vivenciado.

3.3.2 Método.

3.3.2.1 Participantes.

Esta investigação contou com 154 participantes[39], estudantes universitárias, as quais possuíam, em média, 21 anos (M = 21.19, DP = 4.272, Min = 18, $Máx$ = 42).[40]

3.3.2.2 Instrumento.

Foi construído um questionário (Anexo 7) que iniciava com uma página introdutória, após a qual era apresentado o cenário elaborado no Estudo 2, ao qual se seguiam quatro questões.

As duas primeiras, de formato aberto, versavam sobre as emoções que, após a leitura do caso, as respondentes (a) julgavam terem sido vividas pela vítima e (b) haviam elas próprias experienciado.

As duas restantes debruçavam-se sobre os sentimentos relativamente à vítima, por um lado, e ao agressor, por outro. Cada uma delas solicitava o registo de três sentimentos, a anotação da respectiva favorabilidade através do uso dos sinais de "+" ou de "–" (positivo *versus* negativo, respectivamente) e a posterior graduação da intensidade vivida, com base em escalas de 5 intervalos ancoradas em "Muito pouco" e "Muito".

---

[39]Da amostra inicial (N = 192) foram excluídas 38 participantes: 3 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação, 6 por terem optado pelo não fornecimento desta informação, 25 por terem registado conhecer quem já tivesse sido vítima de violação e 4 por terem manifestado não pretender responder.

[40]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

No final constavam várias questões sobre dados sócio-demográficos das respondentes: Idade, sexo, ano de frequência universitária, profissão, vivência de um crime de violação e conhecimento de alguém que já tivesse sido vítima do mesmo.

3.3.2.3. Procedimento.

Os questionários foram aplicados no início de uma das aulas das participantes, mediante autorização do respectivo docente.

Feito o enquadramento do estudo e daquilo que lhes iria ser solicitado, sublinhou-se a não obrigatoriedade de participação e a importância da motivação para colaborar, da espontaneidade das respostas a serem fornecidas e a garantia do anonimato e confidencialidade das mesmas.

Posto isto, procedeu-se à distribuição do questionário, o qual foi devolvido, em média, quinze minutos depois, ao que se seguiu uma explicação mais aprofundada sobre a investigação em curso.[41]

3.3.3 Resultados e discussão.

Todas as estudantes presentes em sala entregaram o questionário devidamente preenchido, tendo-se, assim, contado com a sua completa colaboração.

O tratamento dos dados começou por visar a redução e homogeneização da extensa informação obtida. Para isso, suprimiu-se o grau com que algumas participantes classificaram certas reacções afectivas (e.g., *muito ódio*: [Suj. 38]; *imensa repulsa*: [Suj. 97]; *forte arrependimento*: [Suj. 143]) e todas as expressões foram transformadas em substantivos (e.g., "*com culpa*" passou a "*culpada*": [Suj. 105]; "*com sentimento de impotência*" passou a "*impotente*" [Suj. 132]), com excepção das situações em que as mesmas constituíam a forma mais utilizada, correspondendo a uma maior frequência (como foi o caso da expressão "*com medo*" relativamente às emoções da vítima; para este e outros exemplos consultar os anexos 8, 9, 10 e 11, relativos aos índices de agregações).

Destas operações resultaram 88 emoções para a vítima, 41 emoções das participantes, 20 sentimentos relativamente à vítima e 22 relativamente ao agressor.

---

[41]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Posteriormente, estes itens foram classificados em termos da respectiva sinonímia, tendo sido adoptado, em cada caso, aquele que apresentava a maior frequência. A tarefa foi assegurada por dois juízes do sexo feminino, independentes e cegos quanto ao objectivo do estudo, os quais receberam, para o efeito, a seguinte instrução escrita:

A seguir é-lhe apresentada uma lista de pares de palavras. A sua tarefa consiste em avaliar a sinonímia daquelas que constituem cada par. Deverá fazê-lo colocando uma "X"na quadrícula que traduza a sua opinião ("SIM", as duas palavras possuem o mesmo significado/"NÃO", as duas palavras não possuem o mesmo significado).

Obtiveram-se, assim, 39 emoções para a vítima, 22 emoções das participantes, 16 sentimentos relativamente à vítima e 11 relativamente ao agressor.

As tarefas foram executadas com um grau de acordo de, respectivamente, 87%, 91%, 89% e 93%. Os desacordos foram resolvidos através de discussão (Tabela 8).

Tabela 8

Resultados da redução de registos por sinonímia e respectiva percentagem de acordo inter-juízes

Afectos	Nº de itens		Acordo inter-juízes[a]
	Pré redução	Pós redução	
Emoções vítima	88	39	87%
Emoções participantes	41	22	91%
Sentimentos vítima	20	16	89%
Sentimentos agressor	22	11	93%

[a]Base de cálculo = Número total de pares de palavras.

Em seguida, procedeu-se à selecção dos itens a integrarem as listas finais. A escolha final recaiu sobre aqueles que apresentavam maior frequência e, no caso dos sentimentos em relação à vítima e ao agressor, também um superior consenso em termos da avaliação da respectiva favorabilidade.

3.3.3.1 Selecção das emoções da vítima.

Foram, inicialmente, registadas 88 emoções atribuídas à vítima, as quais se viram reduzidas a 39 na sequência da aglutinação de sinónimos (Anexo 8).

Na Tabela 9 apresentam-se aquelas com registo igual ou superior a 10. A escolha recaiu sobre as seis referidas por um maior número de participantes—"revoltada" (*F* = 102, *%* = 66.23), "mal" (*F* = 90, *%* = 58.44), "arrependida" (*F* = 42, *%* = 27.27), "culpada" (*F* = 37, *%* = 24.03), "angustiada" (*F* = 36, *%* = 23.38) e "triste" (*F* = 35, *%* = 22.73).

Tabela 9

Frequências e percentagens das emoções atribuídas à vítima

Emoções	*F*[a]	*%*
Revoltada	102	66.23
Mal	90	58.44
Arrependida	42	27.27
Culpada	37	24.03
Angustiada	36	23.38
Triste	35	22.73
Com medo	31	20.13
Insegura	28	18.18
Sem saber o que fazer	28	18.18
Enojada	26	16.88
Com raiva	23	14.94
Frustrada	19	12.34
Suja	12	7.79
Traumatizada	11	7.14
Desconfiada	10	6.49
Total = 154 participantes		

[a]$F \geq 10$.

3.3.3.2 Selecção das emoções das participantes.

Quanto às emoções próprias, isolaram-se 41 itens, reduzidos, por sinonímia, a 22 (Anexo 9). Destes, foram seleccionados "revoltada" (*F* = 93, *%* = 60.39), "triste" (*F* = 32, *%* = 20.78) e "impressionada" (*F* = 21, *%* = 13.64), por apresentarem a maior frequência, e "indiferente" (*F* = 6, *%* = 3.90), por possibilitar uma medida complementar de controlo em termos do envolvimento afectivo das participantes.

De sublinhar o facto de várias terem redigido um comentário que denuncia a sua confrontação com a possibilidade de também elas poderem vir a ser vítimas de violação (e.g., *"Foi ela, podia ter sido eu!"*: [Suj. 37]; *"Não podemos ter a ilusão de que só acontece às outras!"*: [Suj. 95]; *"De facto, nenhuma de nós está livre de passar por isto!"*: [Suj. 145]), resultado que se interpreta como favorável em termos da pretendida identificação com a vítima e que, embora aqui induzido pela apresentação do caso, vai ao encontro dos estudos que evidenciam a vivência do medo da violação pela maior parte das mulheres (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Janeira, 2004; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995; Stanko, 1993), emoção que foi referida por 14 (9.09%) elementos, tal como figura na Tabela 10.

Tabela 10

Frequências e percentagens das emoções das participantes

Emoções	F^a	%
Revoltada	93	60.39
Triste	32	20.78
Impressionada	21	13.64
Pena da vítima	15	9.74
Raiva do agressor	14	9.09
Medo	14	9.09
Nojo	14	9.09
Solidária	13	8.44
Perturbada	11	7.14
Preocupada	11	7.14
Total = 154 participantes		

[a] $F > 10$.

3.3.3.3 Selecção dos sentimentos relativamente à vítima.

Em termos dos sentimentos relativamente à vítima, foram identificados 20 itens válidos, tendo-os, a agregação por sinonímia, reduzido a 16. A frequência das avaliações positivas apresentou-se expressivamente superior (Anexo 10).

De salientar os resultados relativamente a "pena". Embora este item tenha sido alvo da maior frequência (F = 150, % = 97.41) apresentou um reduzido consenso em termos da favorabilidade percebida: Praticamente metade das participantes avaliaram-no como positivo

(*N* = 63, *%* = 42), enquanto as restantes o avaliou como negativo (*N* = 81, *%* = 54), sendo, ainda, que 6 não classificaram a sua valência. A respectiva intensidade apresentou-se elevada, tanto num caso quanto no outro, bem como a correspondente medida de dispersão quando comparada com as restantes (valência positiva: *M* = 4.64, *DP* = 0.71, *Min* = 1, *Máx* = 5; valência negativa: *M* = 4.38, *DP* = 0.94, *Min* = 1, *Máx* = 5). Tal padrão conduziu à sua exclusão.

Uma possível explicação para a classificação desfavorável deste item baseia-se nas normas do senso-comum, mais especificamente na ideia que parece ser partilhada na nossa cultura de que não se deve ter pena de ninguém no sentido em que isso significa minimizar o outro[42]. O facto de onze participantes terem atribuído uma valência igualmente desfavorável a "compaixão" parece corroborá-la.

A selecção final dos sentimentos relativamente à vítima assentou na intersecção de três critérios: (a) Maior frequência, (b) maior consenso ao nível da graduação da respectiva favorabilidade e (c) maior intensidade da sua vivência.

Tabela 11

Frequência e favorabilidade dos sentimentos relativos à vítima

Item	$F+^{a}$	$\%^{b}$	$F-^{c}$	$\%^{d}$	F_{total}	$\%_{total}^{e}$
Pena	63	43.75	81	56.25	144	93.51
Solidariedade	90	97.83	2	2.17	92	59.74
Compaixão	43	79.63	11	20.37	54	35.06
Empatia	48	100.00	0	0.00	48	31.17
Simpatia	13	100.00	0	0.00	13	8.44
Respeito	10	100.00	0	0.00	10	6.49
Total = 154 participantes						

[a]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento positivamente. [b]Percentagem calculada sobre o número total de participantes que mencionaram o sentimento(F_{total}). [c]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento negativamente. [d]Percentagem calculada sobre o número total de participantes que mencionaram o sentimento(F_{total}). [e]Percentagem calculada sobre o número total de participantes.

[42]Recorde-se, por exemplo, o dito popular "Pena tem-se dos cães e é quando não se gosta deles.".

Na Tabela 11 apresentam-se os sentimentos que foram referidos por, pelo menos, dez participantes ($F \geq 10$). Seguiu-se o cálculo das respectivas médias e desvios-padrão[43], os quais constam na Tabela 12, cuja análise global permite concluir que todos foram classificados como vivenciados de modo intenso, tanto quando cotados positivamente como negativamente.

Tabela 12

Médias e desvios-padrão da intensidade dos sentimentos relativos à vítima

Item	Valência positiva					Valência negativa				
	M	*DP*	*Min*	*Máx*	*N*	*M*	*DP*	*Min*	*Máx*	*N*
Respeito	4.67	0.50	4	5	10	----	---	-	-	0
Solidariedade	4.61	0.60	2	5	90	5.00	0.00	5	5	2
Empatia	4.61	0.50	4	5	17	----	---	-	-	0
Compaixão	4.22	0.68	3	5	43	4.56	0.73	3	5	11
Simpatia	4.00	0.82	2	5	13	----	---	-	-	0

A escolha recaiu sobre os três que melhor satisfizeram as condições estabelecidas *a priori*: "solidariedade" (F^{total} = 92: $F^{(+)}$ = 90, *%* = 97.83; $M^{(+)}$ = 4.61, *DP* = 0.60), "compaixão" (F^{total} = 54: $F^{(+)}$ = 43, *%* = 79.63; $M^{(+)}$ = 4.22, *DP* = 0.68) e "empatia" (F^{total} = 48: $F^{(+)}$ = 48, *%* = 100; $M^{(+)}$ = 4.61, *DP* = 0.50).

3.3.3.4 Selecção dos sentimentos relativamente ao agressor.

Finalmente, no que concerne aos sentimentos relativos ao agressor, obtiveram-se 22 itens válidos, os quais foram reduzidos a 11 após as respectivas agregações por sinonímia (Anexo 11).

Contrariamente ao padrão identificado para os sentimentos relativamente à vítima, a frequência das avaliações negativas apresentou-se, agora, expressivamente superior, o que facilmente se compreende atendendo ao respectivo alvo (o ofensor). Os respectivos valores constam na Tabela 13, dedicada aos itens com $F > 10$.

A selecção final assentou nos mesmos critérios que aqueles adoptados para o caso da vítima (frequência, consenso e intensidade), tendo recaído sobre "repugnância" (F^{total} = 114: $F^{(-)}$ = 105, *%* = 92.11, $M^{(-)}$ = 4.86, *DP* = 0.60), "raiva" (F^{total} = 106: $F^{(-)}$ = 98, *%* = 92.45, $M^{(-}$

[43]A escala foi cotada de 1 ("Muito pouco") a 5 ("Muito"), de tal modo que quanto maior a média obtida maior a activação ou intensidade.

) = 4.70, *DP* = 0.78), "ódio" (F^{total} = 56: $F^{(-)}$ = 52, *%* = 92.86, $M^{(-)}$ = 4.92, *DP* = 0.27) e "desprezo" (F^{total} = 51: $F^{(-)}$ = 48, *%* = 94.12, $M^{(-)}$ =4.81, *DP* = 0.46) (Tabela 14).

Tabela 13

Frequência e favorabilidade dos sentimentos relativos ao agressor

Item	*F–*[a]	*%*[b]	*F+*[c]	*%*[d]	F_{total}	$\%_{total}$[e]
Repugnância	105	92.11	9	7.89	114	74.03
Raiva	98	92.45	8	7.55	106	68.83
Ódio	52	92.86	4	7.14	56	36.36
Desprezo	48	94.12	3	5.88	51	33.12
Pena	23	88.46	3	11.54	26	16.88
Incompreensão	11	100.00	0	0.00	11	7.14
Total = 154 participantes						

[a]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento negativamente. [b]Percentagem calculada sobre o número total de participantes que mencionaram o sentimento(F_{total}). [c]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento positivamente. [d]Percentagem calculada sobre o número total de participantes que mencionaram o sentimento(F_{total}). [e]Percentagem calculada sobre o número total de participantes.

Tabela 14

Médias e desvios-padrão da intensidade dos sentimentos relativos ao agressor

Item	Valência negativa					Valência positiva				
	M	*DP*	*Min*	*Máx*	*N*	*M*	*DP*	*Min*	*Máx*	*N*
Ódio	4.92	0.27	4	5	52	5.00	0.00	5	5	4
Pena	4.89	0.32	4	5	23	5.00	0.00	5	5	3
Repugnância	4.86	0.60	1	5	105	5.00	0.00	5	5	9
Desprezo	4.81	0.46	3	5	48	5.00	0.00	5	5	3
Raiva	4.70	0.78	1	5	98	4.83	0.41	4	5	8
Incompreensão	4.33	0.71	3	5	11	----	---	-	-	0

Nota. Foram excluídas, por não graduarem a intensidade, 9 participantes (Ódio = 1, Repugnância = 3, Raiva = 5 participantes).

Na Tabela 15 apresenta-se um resumo das reacções afectivas apuradas com vista à sua integração no estudo subsequente, as quais, em termos gerais, vão ao encontro daquelas associadas, por mulheres não vitimizadas, ao crime de violação (nojo, repugnância, angústia e revolta), crime que classificam como horrível, assustador e imperdoável (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Janeira, 2004).

Tabela 15

Reacções afectivas apuradas

Reacções afectivas	Itens
Julgamento de emoções da vítima	Revoltada Mal Arrependida Culpada Angustiada Triste
Emoções das participantes	Indiferente Revoltada Triste Impressionada
Sentimentos em relação à vítima	Solidariedade Compaixão Empatia
Sentimentos em relação ao agressor	Repugnância Raiva Ódio Desprezo

De sublinhar que o uso de cenário se mostrou eficaz em termos do envolvimento das participantes e da indução de emoções e sentimentos, contrariando as críticas estabelecidas por alguns autores (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis et al., 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b) e indo ao encontro dos resultados obtidos por outros (e.g., Garcia-Marques, 2005; Gohm, 2003; Johnson & Tversky, 1983; Kuykendall & Keating, 1990; Wegener & Petty, 1994, Estudo 2; Wegener, Petty, & Smith, 1995, Estudo 2; Westermann, Spies, Stahl, & Hesse, 1996), eficácia já anunciada, de forma modesta, pelo nosso estudo anterior em que as participantes se manifestaram muito pouco indiferentes relativamente ao caso apresentado.

4. Série II: Sobre a Normalidade e a Prevenção

Posteriormente à avaliação da gravidade atribuída ao crime de violação e à organização e validação do material a ser utilizado, conduziu-se uma segunda série de três estudos dedicada à problemática da mutabilidade associada à normalidade (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 2) e à prevenção (e.g., Byrne, 2005; Mandel & Lehman, 1996).

O primeiro deles, baseado no Estudo 1 de Turley, Sanna e Reiter (1995), versou sobre os pensamentos contrafactuais, as reacções afectivas e o julgamento acerca do cenário de violação construído e avaliado no Estudo 2 da Série I, no qual foi introduzida informação com o intuito de manipular os factores anteriormente referidos (normalidade e prevenção).

Tendo-se apurado uma tendência predominante para a contrafactualização do comportamento proibido da vítima (não haver trancado as portas do carro), elaborámos um segundo estudo com vista ao levantamento das normas associadas a este comportamento.

Importava-nos, especificamente, obter a graduação da respectiva normalidade (norma intrapessoal) e prevenção (norma prescritiva-preventiva em termos de segurança).

Ao constatar-se ser a avaliação de ambas elevada, persistiu a questão quanto a qual dos dois factores se revestia de maior mutabilidade. Finalizou-se, então, com um experimento em que se manipulou a norma intrapessoal do comportamento preventivo.

4.1 Estudo 1—Normalidade e Prevenção: Efeitos Sobre o Pensamento Contrafactual e a Percepção do Crime de Violação

4.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

O presente estudo teve como objectivos analisar (a) os pensamentos contrafactuais e as respostas afectivas suscitados por um crime de violação perpetrado por um elemento do sexo masculino contra uma mulher e (b) a percepção e julgamento do mesmo, tendo como estímulo um cenário no qual se manipulou a normalidade e o carácter preventivo do comportamento da vítima, factores que assumiram o estatuto de variáveis independentes.

Uma primeira decisão metodológica prendeu-se com o facto de o conceito de norma se revelar complexo (Kahneman & Miller, 1986), dificultando a operacionalização da excepcionalidade dos eventos (Girotto et al., 1991; Wells, Taylor, & Turtle, 1987). Face à mesma, os autores vêm adoptando a noção de norma intrapessoal, a qual permite descrever o comportamento do actor como sendo-lhe típico ou atípico, correspondendo, ou não, ao seu padrão usual (e.g., Davis & Lehman, 1995; Girotto et al., 1991, Estudo 2; Kahneman & Tversky, 1982a; Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2; Miller & McFarland, 1986; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 1, 2 e 3; Wells, Taylor, & Turtle, 1987).

Assim sendo, e à semelhança de alguns dos estudos realizados sobre o pensamento contrafactual e a percepção de crimes (e.g., Burrus, 1999; Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudo 1; cf. Tabela 16), a norma intrapessoal da protagonista do caso por nós utilizado foi manipulada em termos do trajecto que esta teria seguido no regresso das aulas a casa[44] (o do costume *versus* um diferente do habitual).

[44]Recorde-se o cenário apurado no Estudo 2 da Série I.

Tabela 16

Excertos de cenários utilizados pela literatura com manipulação da excepcionalidade através da norma intrapessoal (trajecto adoptado pelo/a protagonista)

Autores	Cenário[a]
Burrus (1999)	*Nancy has night class on Wednesday evenings until 9:00 p.m.. After class she walks home to her apartment which is five blocks away. Nancy always takes the same route home. However, on this particular evening,* ***Nancy wanted a change of scenery so she took a different route home****. One night while walking home from class, a man stole her purse. Three days later, police apprehended the thief.* (p. 13)
Macrae, Milne e Griffiths (1993, Estudo 2)	*One Saturday evening, Mike was out with some friends in a bar near the centre of town. At about 10.30 p.m., he left the bar and walked home alone. Mike is very much a creature of habit – always taking the same 20-minute route from the centre of town to his flat. However, on this particular evening,* ***Mike decided he wanted a change of scenery so he took a new route home****, While walking home, Mike was mugged. Although the mugger fled the scene of the crime, he was later picked up and charged by the police.* (p. 224)
Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudo 1)	*Jane works as a secretary at a local company. She has walked the same route home each day for the past two years. On this occasion, however,* ***she decided that she wanted a change of scenery and took a different route home*** *through an unfamiliar section of town. As she was walking home, a man approached her from behind, grabbed her around the neck, threw her to the ground, and raped her.* (p. 288)

[a]O uso de negrito não consta do original, tendo sido acrescentado com vista à saliência do aspecto em foco.

No que concerne à prevenção, o comportamento da vítima foi manipulado com base na informação relativa a esta conduzir, ou não, com as portas do carro trancadas. Tal opção decorreu do facto de se tratar de um elemento sobre o qual recaiu a auto-culpabilização das participantes do estudo de Janoff-Bulman (1979)—"I should have locked my car." (p. 1806)—e de outras, vítimas do medo da violação, mencionarem ser uma das acções de precaução que costumam adoptar (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Janeira, 2004), o que nos levou a hipotetizar que lhe estariam subjacentes a noção de obrigações de segurança Byrne (2005).

Após um breve enquadramento do estudo e da leitura do caso, as participantes listaram os pensamentos contrafactuais suscitados pelo mesmo e manifestaram-se em termos das suas reacções afectivas e da percepção do crime relatado.

Dado o elevado número de hipóteses formuladas, por uma questão de simplificação e inteligibilidade, apresentamo-las "por pontos".

- Sendo que, de acordo com o Modelo da geração de contrafactuais (Roese & Olson, 1995b), a normalidade afecta, por excelência, o conteúdo semântico mas, também, ainda que secundariamente, a activação, tendo em conta os resultados obtidos por alguns estudos empíricos, quer de forma directa (e.g., Martins & Jesuíno, 2002, Estudo 2), quer de forma indirecta (e.g., Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2) espera-se que sejam produzidos mais pensamentos contrafactuais na Condição "trajecto excepcional" do que na Condição "trajecto rotineiro".

- De acordo com a hipótese geral da presente dissertação, espera-se que as participantes da Condição "portas destrancadas" produzam um maior número de contrafactuais que alterem o comportamento não preventivo da vítima para preventivo relativamente às participantes da Condição "portas trancadas" e que este antecedente seja o significativamente mais modificado, sobrepondo-se, nomeadamente, à normalidade inerente ao trajecto excepcional.

- Dado que (a) a literatura evidencia a tendência para uma maior produção de contrafactuais ascendentes (e.g., Roese & Hur, 1997; Sirois, 2004; Summerville & Roese, 2008; Quelhas et al., 2008) e que (b) a violação constitui um crime percepcionado como sendo tão severo quanto o homicídio, pelas mulheres em geral (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995), e graduado como ainda mais grave pela população sob estudo (Série I—Estudo 1), espera-se que as participantes formulem um número significativamente superior de contrafactuais ascendentes por contraposição aos contrafactuais descendentes.

- Na sequência dos resultados apurados pela literatura (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Roese, Hur, & Pennington, 1999, Experimento 3; Roese & Olson, 1993a, 1993b; Quelhas et al., 2008), antecipamos que as participantes formulem um número significativamente superior de contrafactuais aditivos comparativamente com os subtractivos e os substitutivos.

- Na medida em que os pensamentos contrafactuais tendem a centrar-se em aspectos controláveis (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman et al., 1995; McEleney & Byrne, 2006, N´gbala & Branscombe, 1995; Estudo 1; Quelhas et al., 2008, Estudo 2) é de esperar que aqueles gerados neste estudo se focalizem em factores comportamentais da vítima mais do que em factores caracteriológicos inerentes à mesma e do que em factores que lhe sejam externos.

- Na sequência da proposta de Byrne (2005) quanto à superior mutabilidade das proibições relativamente às obrigações, nomeadamente daquelas ditadas pelas normas de saúde e segurança, esperamos uma maior centração dos contrafactuais sobre o comportamento não preventivo da vítima (deslocar-se com as portas do carro destrancadas) quando a descrição do caso conduzir à inferência de que esta não o havia adoptado.

- Dada a gravidade do crime de violação e do seu impacto nas respectivas vítimas (e.g., Atkeson et al., 1982; Becker & Kaplan, 1991; Cascardi et al., 1996; D. M. P. Costa, 2003; Gonçalves, 2005; Kasl, 1984; Kilpatrick et al., 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss, Woodruff, & Koss, 1990; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Monteiro, 2000; Pires, 1985; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004), e tendo em conta que o cenário foi construído de modo a elicitar uma identificação das participantes com a respectiva protagonista (Série I – Estudo 2), esperamos que aquelas graduem as suas emoções negativas de um modo extremado.

- Na sequência da nossa hipótese geral, a qual prevê uma elevada mutabilidade do Factor "prevenção", esperamos que as participantes da Condição "portas destrancadas" considerem que a vítima se terá sentido mais culpada e arrependida do que aquelas afectas à Condição "portas trancadas".

- De acordo com o trabalho de Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudos 1 e 3), prevemos que as participantes da Condição "trajecto excepcional" irão inferir uma maior culpa e um maior arrependimento por parte da vítima quando comparadas com as participantes da Condição "trajecto rotineiro".

- Contrariamente ao defendido por alguns autores (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis et al., 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995), com base nos estudos que evidenciaram a eficácia do uso de cenários em termos da indução de emoções e sentimentos (e.g., Garcia-Marques, 2005; Gohm, 2003; Johnson & Tversky, 1983; Kuykendall & Keating, 1990; Wegener & Petty, 1994, Estudo. 2; Wegener, Petty, & Smith, 1995, Estudo 2; Westermann, Spies, Stahl, & Hesse, 1996) e nos resultados por nós apurados aquando da validação daquele que construímos (Série I—Estudo 2), esperamos que as participantes não fiquem indiferentes ao caso, antes reagindo emocionalmente de modo desfavorável e manifestando-o ao nível dos itens adoptados (triste, impressionada e revoltada).

- Atendendo à gravidade do crime em questão e das suas severas consequências (e.g., Atkeson et al., 1982; Becker & Kaplan, 1991; Cascardi et al., 1996; D. M. P. Costa, 2003; Gonçalves, 2005; Kasl, 1984; Kilpatrick et al., 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss, Woodruff, & Koss, 1990; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Monteiro, 2000; Pires, 1985; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004), espera-se que as participantes manifestem uma vivência mais intensa de sentimentos positivos relativamente à vítima e de sentimentos negativos relativamente ao violador.

- De acordo com o trabalho de Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudos 1 e 3), hipotetizamos que as participantes da Condição "trajecto excepcional" irão manifestar sentimentos mais favoráveis relativamente à vítima quando comparadas com as participantes da Condição "trajecto rotineiro".

- Atendendo à elevada gravidade atribuída à violação pelas mulheres em geral (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995) e, em particular, pelas participantes do Estudo 1 (Série I), bem como ao crime descrito no cenário (Série I—Estudo 2), espera-se que aquelas que integram o presente experimento graduem de forma extremada os danos físicos e psíquicos sofridos pela vítima e que atribuam uma maior gravidade e persistência a estes últimos, dado o conhecimento manifestado relativamente à realidade da violação (Berta, Ornelas, & Maria, 2007).

- Na medida em que o caso foi construído de forma a que o comportamento da vítima não elicitasse conformidade aos estereótipos de violação não credível (Série I—Estudo 2) e de

acordo com o trabalho de Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudos 1 e 3), esperamos que as participantes julguem a vítima de forma branda, ou seja, que lhe imputem um reduzido consentimento, uma reduzida precipitação da situação, uma reduzida responsabilidade e uma reduzida culpa.

- Na sequência do trabalho de Branscombe et al. (1996, Estudo 1), e dado esperar-se uma superior focalização na vítima nas condições "trajecto excepcional" e "portas destrancadas", prevê-se uma superior graduação da responsabilidade e da culpa atribuídas à mesma por parte das participantes que as integrem.

- De acordo com o trabalho de Turley, Sanna e Reiter (1995, Estudo 3), esperamos que as participantes julguem o agressor de forma severa, ou seja, que lhe imputem uma elevada premeditação, uma elevada responsabilidade e uma elevada culpa.

4.1.2 Método.

4.1.2.1 Participantes.

Participaram no estudo 296 estudantes universitárias[45]. As suas idades variavam entre os 17 e os 42 anos, situando-se, a respectiva média, nos 22 anos (*M* = 22.18, *DP* = 4.151, *Min* = 17, *Máx* = 42).[46]

Utilizou-se um delineamento experimental de 2 (Normalidade: trajecto rotineiro *versus* trajecto excepcional) × 2 (Prevenção: portas do carro trancadas *versus* portas do carro destrancadas).

A distribuição das participantes pelas quatro condições experimentais resultantes foi feita de forma aleatória, com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*) (Tabela 17)[47].

---

[45]Da amostra inicial (*N* = 366) foram excluídas 70 participantes: 3 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação, 47 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 20 por terem manifestado não pretender responder a estas questões de controlo.

[46]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

[47]A exclusão de participantes devido à proximidade do crime de violação (tal como referida na nota de rodapé nº 45) resultou numa distribuição desequilibrada das restantes pelas quatro condições experimentais. Contudo, a posterior análise daquelas que haviam gerado pensamentos contrafactuais revelou tornar-se, tal distribuição, relativamente equitativa, como mais adiante se tem oportunidade de constatar, pelo que não se procedeu a uma recolha de dados adicional.

Tabela 17

Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo 1)

		Prevenção		Total
		Portas trancadas	Portas destrancadas	
Normalidade	Trajecto rotineiro	96	71	167
	Trajecto excepcional	70	59	129
	Total	166	130	296

4.1.2.2 Material e procedimento.

Foi elaborado um bloco de formato A_4 constituído por nove folhas escritas apenas na frente (Anexo 12).

A primeira continha uma breve introdução ao estudo, o qual foi apresentado como versando sobre a opinião pública acerca de alguns crimes. Nesta foram assegurados o anonimato e a confidencialidade das respectivas respostas.

O cenário, construído especificamente para a presente dissertação (Série I—Estudo 2), constava na segunda folha, tendo este sofrido as alterações mínimas necessárias à manipulação das variáveis em foco (normalidade e prevenção), alterações que conduziram a quatro versões do mesmo (Anexo 13) e que se apresentam entre parêntesis rectos.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, [**Condição "<u>trajecto rotineiro</u>":** pelo caminho do costume; **Condição "<u>trajecto excepcional</u>":** por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco]. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que [**Condição "<u>portas trancadas</u>":** tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros; **Condição "<u>portas destrancadas</u>":** entrou, abruptamente, no seu carro]. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço [**Condição "<u>portas trancadas</u>":** ao mesmo tempo que destrancou a porta]. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

As tarefas experimentais, propriamente ditas, tiveram início com a sua leitura, ao que se seguiu a listagem dos pensamentos contrafactuais por este suscitado, tendo sido disponibilizadas vinte linhas para o efeito. A instrução adoptada foi a seguinte:

Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Diga quais os pensamentos do tipo 'Se…, então…' que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso.
(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar 'em voz alta').

Posteriormente, as participantes foram convidadas a centrarem-se na componente afectiva e a graduarem, com base em escalas de 7 pontos, algumas emoções supostamente vivenciadas pela jovem depois do crime (mal, angustiada, culpada, revoltada, arrependida, triste: 1 = Nada/7 = Muitíssimo) e por elas próprias uma vez tido contacto com o respectivo relato (indiferente, triste, impressionada, revoltada: 1 = Nada/7 = Muitíssimo), bem como alguns sentimentos que nutrissem relativamente à vítima e ao agressor (solidariedade, ódio, empatia, raiva, repugnância, compaixão, desprezo: 1 = Nenhum(a)/7 = Imenso(a)). De forma a contornar um eventual efeito de ordem, estes foram dispostos, intercaladamente, em termos da respectiva favorabilidade. Neste contexto foi-lhes, ainda, pedido que indicassem, separadamente, o seu sentimento global relativamente a cada um dos protagonistas (1 = Muito positivo/7 = Muito negativo).

Em seguida, indicaram, separadamente, se consideravam que a vítima havia sofrido danos físicos e psicológicos (Resposta dicotómica: Sim/Não). Em caso afirmativo, deveriam graduar a respectiva gravidade (1 = Nada graves/7 = Muitíssimo graves) e persistência ("E julga que afectarão a jovem por": 1 = Muito pouco tempo/7 = Muito tempo).

Finda esta componente, as participantes foram conduzidas a centrarem-se nas condicionantes e características da situação e a darem a sua opinião quanto a se a jovem havia tido azar (1 = Nenhum/7 = Muitíssimo) e se teria existido algum tipo de consentimento da sua parte (1 = Nenhum/7 = Muitíssimo) e de precipitação da situação ("Acha que a jovem precipitou, de alguma forma, a situação?": 1 = Não, nada/7 = Sim, muitíssimo).

Posteriormente, avaliaram a premeditação do acto por parte do agressor (1 = Nada premeditado/7 = Totalmente premeditado) e classificaram, separadamente, a responsabilidade e a culpa daquele e da jovem (escalas de 7 intervalos: de "1 = Nada responsável/culpado(a)" a "7 = Muitíssimo responsável/culpado(a)").

Finalmente, foi-lhes colocada a hipótese de a jovem decidir apresentar queixa para que assinalassem se a considerariam credível, dúbia ou falsa (questão de escolha múltipla com apenas uma possibilidade de resposta).

Apenas depois lhes foram pedidos alguns dados sócio-demográficos, tendo sido sublinhados o anonimato e a confidencialidade das respostas previamente fornecidas (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime).

As tarefas duraram cerca de 45 minutos no seu total, tendo-se procedido ao esclarecimento dos objectivos do estudo uma vez terminadas por parte de todas as participantes.[48]

4.1.3 Resultados e discussão.

Não ocorreu o abandono da sala, por parte de nenhuma das presentes, previamente à distribuição do bloco, tendo as tarefas neste contidas sido devidamente realizadas pela grande maioria das participantes.

O tratamento dos dados contou com duas variáveis independentes—normalidade (adopção de trajecto rotineiro *versus* excepcional) e carácter preventivo (deslocação com as portas da viatura trancadas *versus* destrancadas) do comportamento da vítima—, tendo assumido duas vertentes distintas, ainda que complementares: Uma que consistiu na classificação, análise e posterior comparação dos pensamentos contrafactuais formulados pelas participantes pertencentes às quatro condições experimentais; outra que ancorou no teste de eventuais efeitos dos factores supra-referidos sobre a percepção do crime.

O nível de confiança (α) adoptado foi de 95%.

Passa-se, agora, à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

4.1.3.1 Sobre os pensamentos contrafactuais.

As respostas fornecidas pelas participantes à questão relativa aos pensamentos do tipo "Se…, então…" que lhes passaram pela cabeça após a leitura do caso começaram por ser

[48]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

codificadas quanto à sua natureza (contrafactual *versus* não contrafactual). Aquelas identificadas como pensamentos contrafactuais foram, então, classificadas em função de quatro critérios: Conteúdo, direcção, estrutura e elemento focal. Este último contemplou três subtipos: (a) Factores internos *versus* externos à vítima[49], (b) factores caracteriológicos *versus* comportamentais da vítima e (c) comportamentos preventivos *versus* não preventivos da vítima.

Os critérios expostos são aqueles explanados na Introdução, dos quais se faz, agora, uma pequena exposição, acompanhada de exemplos retirados das respostas das participantes uma vez classificadas pelos juízes, procedimento que expomos a seguir.

Direcção: Foi estabelecida uma distinção entre ***contrafactuais ascendentes***, ou seja, aqueles que representavam uma situação cujo desfecho era mais desejável do que o factual e ***contrafactuais descendentes***, os quais, por seu turno, representariam uma situação com um resultado pior do que o relatado no cenário.

Da codificação efectuada, e tal como exposto mais adiante, apenas foram encontrados contrafactuais ascendentes (e.g., *"Se a vítima não tivesse alterado o trajecto habitual a violação não tinha ocorrido."*: [Suj. 187]; *"Se ela circulasse na sua viatura com as portas do carro trancadas a situação não teria acontecido."*: [Suj. 287]).

Estrutura: Diferenciaram-se os ***contrafactuais aditivos***, isto é, que alteravam os acontecimentos através da adição de antecedentes que não estavam presentes na realidade factual (e.g., *"Se Xxxx tivesse no carro um objecto para se defender..."*: [Suj. 16]; *"A jovem devia ter arrancado com o carro, mesmo passando o sinal vermelho, assim que o desconhecido partiu os vidros."*: [Suj. 71]), dos ***contrafactuais subtractivos***, os quais, ao invés, alteravam o acontecimento removendo antecedentes factuais (e.g., *"Se Xxxx não tivesse reagido então o desconhecido não lhe tinha feito nada."*: [Suj. 18]; *"Se a vítima não tivesse ido às aulas naquele dia…"*: [Suj. 98]) e dos ***contrafactuais substitutivos***, assentes em ambas as operações (e.g., *"Se a rapariga, em vez de ir no seu carro, tivesse ido de transportes públicos não teria sido violada."*: [Suj. 99]; *"Se Xxxx frequentasse a faculdade de dia e não em regime nocturno, então não tinha sido violada."*: [Suj. 203]).

---

[49]Classificação equivalente à de Girotto et al. (1991), os quais utilizaram as designações "mutações activas" e "mutações passivas" em função do papel desempenhado pelo protagonista na alternativa contrafactual.

Elemento focal: Dividiram-se os contrafactuais entre aqueles ***centrados na vítima*** (e.g., *"Se ela tivesse arrancado, mesmo infringindo a leis do Código da Estrada, ter-se-ia salvo."*: [Suj. 5]); *"Se Xxxx tivesse ficado na faculdade mais um pouco de tempo não se teria cruzado com o violador."*: [Suj. 9]) e aqueles ***centrados em factores externos*** à mesma (e.g., *"Se houvesse mais policiamento nas vias públicas e mais patrulhamento nas zonas perigosas, a jovem não tinha passado pelo que passou."*: [Suj. 10]; *"Se o sinal não estivesse vermelho Xxxx não teria parado e não teria sido violada."*: [Suj. 19]).

Os contrafactuais centrados na vítima foram, ainda, classificados quanto a se versavam sobre ***factores caracteriológicos*** (e.g., *"Se ela fosse mais forte teria conseguido bater naquele monstro."*: [Suj. 141]; *"Se Xxxx fosse homem ter-se-ia defendido."*: [Suj. 212]) ou sobre ***factores comportamentais*** (e.g., *"Se ela não tivesse seguido o caminho diferente não tinha sido abordada pelo violador."*: [Suj. 194]; *"Se Xxxx tivesse faltado às aulas…"*: [Suj. 214]), os quais, por sua vez, foram divididos entre ***comportamentos preventivos*** (e.g., *"Se ela tivesse tido o cuidado de não seguir sempre o mesmo caminho, variando de percurso, …"*: [Suj. 27]; *"Se Xxxx tivesse as portas do carro trancadas, então Yyyy não teria conseguido entrar no carro."*: [Suj. 100]; *"Se a jovem tivesse pedido a alguém que a fosse buscar e não andasse sozinha à noite…"*: [Suj. 225]) e ***comportamentos não preventivos*** (e.g., *"A jovem devia ter arrancado com o carro, mesmo passando o sinal vermelho, assim que o desconhecido partiu os vidros."*: [Suj. 71]; "*Se Xxxx tivesse começado a buzinar em sinal de alarme…"*: [Suj. 100]).

À excepção da análise do conteúdo, realizada pela investigadora, cada uma das restantes tarefas foi assegurada por juízes independentes, todos do sexo feminino, cegos quanto às hipóteses em estudo[50], os quais procederam às codificações informaticamente, através do *Microsoft Office Word* 2003, fazendo uso de tabelas previamente elaboradas para o efeito.

Na tentativa de uma codificação o mais exacta possível, elaboraram-se cadernos de instruções que foram entregues a cada juiz (para um exemplo consultar Anexo 14) e cuja leitura contou com a presença da investigadora, de modo a assegurar-se de que não restavam quaisquer dúvidas quanto ao pretendido e ao procedimento a seguir.

---

[50]Como anteriormente referido na "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas", a fim de melhor garantir o desconhecimento dos juízes quanto às hipóteses em estudo, as condições experimentais foram tratadas de forma separada, tendo-se contado, assim, com a participação total de oito juízes.

Os pontos de discordância foram resolvidos através de discussão.[51]

Na Tabela 18 apresenta-se o respectivo grau de acordo obtido, verificando-se ter ocorrido um elevado consenso.

Tabela 18

Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos segundo os vários critérios adoptados

		Normalidade	
Prevenção	Critério	Trajecto rotineiro	Trajecto excepcional
Portas trancadas	Natureza	97%	98%
	Direcção	100%	100%
	Estrutura	93%	92%
	Elemento focal:		
	Vítima[a]	98%	99%
	Factores[b]	100%	100%
	Comportamento[c]	96%	95%
Portas destrancadas	Natureza	98%	99%
	Direcção	100%	100%
	Estrutura	90%	89%
	Elemento focal:		
	Vítima[a]	99%	99%
	Factores[b]	100%	100%
	Comportamento[c]	97%	98%

[a]Centração na vítima *versus* em factores externos à mesma. [b]Factores caracteriológicos *versus* comportamentais da vítima. [c]Comportamento da vítima preventivo *versus* não preventivo.

4.1.3.1.1 Estádio "activação".

Das 296 participantes iniciais, 35 (11.82%) não listaram quaisquer pensamentos. Aqueles produzidos pelas restantes 261 foram, então, codificados pelos juízes quanto à sua natureza, processo do qual resultaram 453 contrafactuais, gerados por 239 (91.57%) destas últimas. As respectivas medidas descritivas indicam que, em média, cada participante produziu cerca de 2 pensamentos contrafactuais (M = 1.74, DP = 1.093, Min = 0, $Máx$ = 6, N = 261).

[51]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a classificação dos pensamentos" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Seguidamente, procedeu-se à identificação de eventuais efeitos dos factores "normalidade" e "prevenção" sobre o número de contrafactuais gerados.

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, $F(3, 257) = 2.397$, $p = .069$, tendo-se, então, recorrido à ANOVA *two-way*.[52]

Tal como se pode constatar através da consulta da Tabela 19, verificou-se um efeito principal significativo do Factor "normalidade"—$F(1, 257) = 3.988$, $p = .047$, $MSE = 4.652$, $\eta^2_p = 0.015$, potência = 0.512—e um efeito de interacção "normalidade × prevenção" igualmente significativo, $F(1, 257) = 4.010$, $p = .046$, $MSE = 1.167$, $\eta^2_p = 0.015$, potência = 0.514.

Tabela 19

Análise de variância para a activação (Série II—Estudo 1)

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	(1, 257)	4.652	3.988	.047*	0.015	0.512
Prevenção	(1, 257)	1.842	1.579	.210	0.006	0.240
Normalidade × Prevenção	(1, 257)	1.167	4.010	.046*	0.015	0.514

*$p < .05$.

Quanto ao primeiro constata-se que, tal como previsto, houve a produção de um maior número de pensamentos contrafactuais na Condição "trajecto excepcional" do que na Condição "trajecto rotineiro" ($M = 1.88$, $DP = 1.109$, $N = 120$ *versus* $M = 1.61$, $DP = 1.068$, $N = 141$) (Tabela 20).

Relativamente ao efeito de interacção "normalidade × prevenção", o teste *post hoc* HSD de Tukey apontou uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos "trajecto excepcional-portas trancadas" e "trajecto rotineiro-portas trancadas" (Tabela 21).

[52]Consultar Anexo 15 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 20

Médias e desvios-padrão da activação de contrafactuais (Série II—Estudo 1)

Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Trajecto rotineiro	Portas trancadas	1.56	1.080	73
	Portas destrancadas	1.66	1.060	68
	Total	1.61	1.068	141
Trajecto excepcional	Portas trancadas	2.10	1.274	61
	Portas destrancadas	1.66	0.863	59
	Total	1.88	1.109	120
Total	Portas trancadas	1.81	1.198	134
	Portas destrancadas	1.66	0.970	127
	Total	1.74	1.093	261

Tabela 21

Teste HSD de Tukey para a activação segundo a interacção "Normalidade × Prevenção"

		Rotineiro		Excepcional	
		Trancadas	Destrancadas	Trancadas	Destrancadas
Rotineiro	Trancadas				
	Destrancadas	0.947			
Excepcional	Trancadas	0.022*	0.100		
	Destrancadas	0.953	1.000	0.118	

*p < .05.

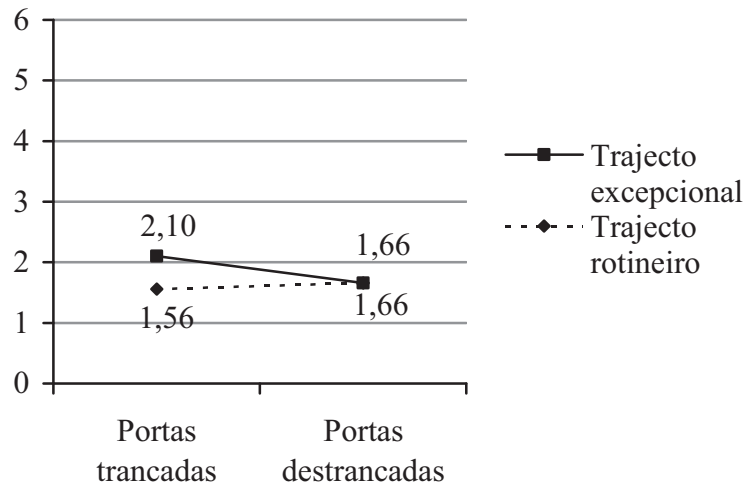

Figura 5. Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" para a activação (Série II—Estudo 1)

A análise das medidas descritivas (Tabela 20), ilustrada pela Figura 5, permite-nos concluir que, no caso da Condição "portas trancadas", os elementos do grupo "trajecto excepcional" geraram mais contrafactuais do que aqueles do grupo "trajecto rotineiro" (*M* = 2.10, *DP* = 1.274, *N* = 61 *versus* *M* = 1.56, *DP* = 1.080, *N* = 73), enquanto que no caso da Condição "portas destrancadas" não se verificaram diferenças significativas entre esses grupos, os quais apresentaram a mesma média ("trajecto excepcional": *M* = 1.66, *DP* = 0.863, *N* = 59 e "trajecto rotineiro-portas destrancadas": *M* = 1.66, *DP* = 1.060, *N* = 68).

4.1.3.1.2 Estádio "conteúdo".

Os 453 pensamentos contrafactuais obtidos foram submetidos, num primeiro momento, a uma análise que teve como finalidade identificar os respectivos conteúdos semânticos. Segue-se a enumeração e definição dos 16 elementos isolados, acompanhadas de alguns exemplos baseados nas respostas das participantes.

1. Portas do carro: Pensamentos que se referem ao facto de a vítima conduzir sem as portas do carro trancadas, assim facilitando a entrada do agressor na viatura (e.g., *"Se Xxxx tivesse as portas do carro trancadas, então Yyyy não teria conseguido entrar no carro."*: [Suj. 100]; *"Eu acho que a rapariga, por saber bem onde vive e o que se tem passado à sua volta, deveria andar sempre com as portas fechadas e, assim, evitar que algum desconhecido entrasse no carro."*: [Suj. 108]; *"Ela deveria ter trancado as portas do carro, para segurança, podendo ter evitado a dita situação."*: [Suj. 278]; *"Se ela circulasse na sua viatura com as portas do carro trancadas a situação não teria acontecido."*: [Suj. 287]).

2. Trajecto: Pensamentos que se reportam à normalidade do trajecto adoptado pela vítima, incluindo três subtipos:

2.1. Trajecto excepcional: Versam sobre a alteração de trajecto por parte da vítima, sobre a adopção de um caminho, que não o usual, no seu regresso a casa (e.g., *"Se a vítima não tivesse alterado o trajecto habitual a violação não tinha ocorrido."*: [Suj. 187]; *"Se ela não tivesse seguido o caminho diferente não tinha sido abordada pelo violador."*: [Suj. 194]; *"Se Xxxx não tivesse tomado um caminho diferente, então nada disto teria acontecido."*: [Suj. 210]; *"Se Xxxx tivesse ido pelo caminho habitual nada disto se teria passado"*: [Suj. 224]).

2.2. Trajecto rotineiro: Versam sobre o facto de a vítima adoptar sempre o mesmo trajecto ao deslocar-se das aulas para casa, sugerindo a respectiva alternância como forma de prevenção (e.g., *"Se ela tivesse tido o cuidado de não seguir sempre o mesmo caminho, variando de percurso, ..."*: [Suj. 27]; *"Se fazia o mesmo caminho todos os dias, então deveria alternar o seu percurso para evitar que alguém reparasse nesse facto e percebesse que fazia sempre o mesmo trajecto."*: [Suj. 39]; *"Se ela não fizesse sempre o mesmo trajecto então o agressor poderia não conhecer o trajecto não procurando abrir o carro."*: [Suj. 73]; *"Se ela utilizasse trajectos diferentes, então ele não teria conhecimento da rotina da jovem Xxxx."*: [Suj. 76]).

2.3. Trajecto alternativo: Versam sobre a possibilidade de a vítima ter adoptado um outro trajecto, alternativo ao seguido (tenha sido este o habitual—versão rotineira—ou um, já em si, excepcional), sem que (contrariamente a 2.2.) seja especificado qualquer tipo de prevenção (e.g., *"Se ela tivesse escolhido um percurso diferente teria tido um desfecho mais feliz e estaria em casa segura à hora habitual. Então não teria passado pelo episódio horrível a que foi submetida."*: [Suj. 25]; *"Se ela nessa noite tivesse feito outro percurso…"*: [Suj. 62]; *"Se ela tivesse escolhido outro trajecto, mesmo que fosse mais longo, não se cruzaria com o agressor."*: [Suj. 214]).

3. Reacção da vítima: Contrafactuais que giram em torno da reacção da vítima no momento do crime ou imediatamente antes do mesmo. Inclui dois subtipos:

3.1. Fuga: Versam sobre o facto de a vítima não ter acelerado o carro, passando o sinal vermelho e pondo-se em fuga, quando se deu conta da aproximação do agressor (e.g., *"Se ela tivesse arrancado, mesmo infringindo a leis do Código da Estrada, ter-se-ia salvo."*: [Suj. 5]); *"A jovem devia ter arrancado com o carro, mesmo passando o sinal vermelho, assim que o desconhecido partiu os vidros."*: [Suj. 71]).

3.2. Reacção ao ataque: Sugerem várias formas de a vítima reagir perante o ataque, fosse no confronto com o agressor, fosse em termos da chamada de atenção dos outros, do pedido de auxílio (e.g., *"Se Xxxx não tivesse reagido então o desconhecido não lhe tinha feito nada."*: [Suj. 18]; "*Se Xxxx tivesse começado a buzinar em sinal de alarme…"*: [Suj. 100]; *"Se Xxxx tivesse gritado e agredido o violador…"*: [Suj. 105]).

4. Semáforo: Conteúdo em torno do qual giram os pensamentos de que se o semáforo não se encontrasse vermelho o crime não teria ocorrido (e.g., *"Se o sinal não estivesse vermelho*

Xxxx não teria parado e não teria sido violada.": [Suj. 19]; *"Se o sinal não se encontrasse vermelho o homem não teria conseguido entrar no carro dela."*: [Suj. 97]).

5. Auto-defesa: Contrafactuais construídos sobre as alternativas de que a vítima poderia ter disposto para se defender do agressor. Foram identificados dois subtipos:

5.1. Instrumento de defesa: Versam sobre a possibilidade de a vítima ser detentora de uma arma ou objecto com o qual pudesse ter agredido ou imobilizado o violador (e.g., *"Se Xxxx tivesse no carro um objecto para se defender..."*: [Suj. 16]; *"Se a jovem tivesse um spray de adormecer…"*: [Suj. 212]).

5.2. Técnica de defesa: Versam sobre a possibilidade de a vítima possuir competências técnicas de defesa pessoal (e.g., *"Se a jovem tivesse tido aulas de defesa pessoal…"*: [Suj. 210]).

6. Sozinha: Pensamentos cujo conteúdo se prende com o facto de a vítima não se fazer acompanhar no regresso a casa, deslocando-se sozinha, não tendo, por isso, quem a ajudasse no momento da aproximação do violador (e.g., *"Se ela tivesse ido com um colega que morasse perto dela teria conseguido evitar a situação."*: [Suj. 70]; *"Xxxx podia ter combinado com alguém para lhe fazer companhia!"*: [Suj. 127]; *"Se a jovem tivesse pedido a alguém que a fosse buscar e não andasse sozinha à noite…"*: [Suj. 225]; *"Se ela tivesse convidado um colega ou uma colega para ir consigo, então seria impensável que o violador tentasse a violação pois sabia que essa testemunha iria depor contra ele."*: [Suj. 227]).

7. Paragem no semáforo: Pensamentos que revertem o facto de a vítima ter parado no semáforo, sem que seja especificado se tal remete para a contingência de, na altura, o sinal se encontrar vermelho (Conteúdo 4: "semáforo") ou para a inacção da mesma (contrariamente ao caso do Conteúdo 3.1: "fuga") (e.g., *"Se ela não tivesse parado no vermelho, então não teria sido violada."*: [Suj. 72]; *"Se Xxxx não tivesse parado no sinal vermelho então nada teria acontecido."*: [Suj. 227]).

8. Casualidade do encontro: Contrafactuais que se prendem com todos os elementos contingenciais, não previstos noutros conteúdos, que proporcionaram que ambos, vítima e agressor, passassem à mesma hora no semáforo vermelho (e.g., *"Se Xxxx tivesse ficado na*

faculdade mais um pouco de tempo não se teria cruzado com o violador.": [Suj. 9]; *"Se ela não estivesse naquele sinal vermelho…."*: [Suj. 38]).

9. Falta às aulas: Pensamentos que assentam na hipótese de a vítima não ter ido às aulas no dia do evento como antecedente que teria promovido um outro desfecho (e.g., *"Se a vítima não tivesse ido às aulas naquele dia…"*: [Suj. 98]; *"Se Xxxx tivesse faltado às aulas…"*: [Suj. 214]).

10. Segurança pública: Pensamentos que remetem o sucedido para o facto de as forças de segurança pública portuguesas não actuarem devidamente, estando a sociedade civil, por consequência, mais exposta aos crimes (e.g., *"Se houvesse mais policiamento nas vias públicas e mais patrulhamento nas zonas perigosas, a jovem não tinha passado pelo que passou."*: [Suj. 10]).

11. Regime da faculdade: Pensamentos que sugerem o facto de a vítima frequentar as aulas em regime nocturno como propiciador do sucedido, por ter de se deslocar de noite (e.g., *"Se ela estudasse de dia, então não tinha que sair de noite e não teria sido violada."*: [Suj. 53]; *"Se ela não trabalhasse de dia e estudasse à noite, então não andaria na rua tão tarde e não tinha estado exposta à situação."*: [Suj. 76]; *"Se Xxxx frequentasse as aulas em regime diurno nada disto teria acontecido."*: [Suj. 211]).

12. Justiça e criminalidade: Contrafactuais que se focalizam em factores da Justiça portuguesa como possibilidades de alteração do sucedido, aludindo a aspectos relacionados com o Código Penal e/ou com o Código de Processo Penal, nomeadamente no que respeita ao crime em questão (e.g., *"Se as punições para estes casos fossem mais severas Yyyy não andava à solta e não teria violado Xxxx."*: [Suj. 10]).

13. Transporte: Pensamentos que propõem a adopção, por parte da vítima, de um outro meio de transporte, que não a viatura própria, como forma de modificar o resultado factual (e.g., *"Se a jovem tivesse ido de transportes públicos estava salva."*: [Suj. 2]; *"Se Xxxx não tivesse carta de condução…"*: [Suj. 236]).

14. Atenção e cuidado da vítima: Conteúdos relativos à atenção que a vítima devia ter tido, nomeadamente em termos daquilo que a rodeava, e de alguns cuidados prévios de que se devia ter munido (e.g., *"Se Xxxx estivesse atenta a alguém que se aproximasse do carro, teria sido mais fácil arrancar e fugir do local e ligar directamente à polícia."*: [Suj. 49]; *"Se Xxxx tivesse o telemóvel sempre à mão e carregado…"*: [Suj. 105]; *"A jovem deveria estar mais alerta quando pára nos semáforos ou em locais pouco iluminados ou com pouca gente para não passar por situações como esta."*: [Suj. 112]).

15. Factores estruturais: Pensamentos que giram em torno de características estruturais da vítima (e.g., *"Se ela fosse mais forte teria conseguido bater naquele monstro."*: [Suj. 141]; *"Se Xxxx fosse homem ter-se-ia defendido."*: [Suj. 212]).

16. Contexto: Contrafactuais que versam sobre factores usualmente associados à situação contextual do crime de violação (e.g., *"Se não fosse de noite nada daquilo teria acontecido."*: [Suj. 208]).

Em seguida, procedeu-se à classificação dos 453 pensamentos sob análise com base nestas unidades. Dado que, na esmagadora maioria dos casos, cada participante formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo[53], os resultados apresentados reportam-se ao respectivo total (Tabela 22, Figura 6).

Uma primeira abordagem descritiva conduziu à imediata identificação dos elementos "portas do carro", "trajecto excepcional" e "fuga" como aqueles que se destacavam pela maior frequência obtida (F = 91, % = 38.1; F = 68, % = 28.5 e F = 63, % = 26.4, respectivamente).

A posterior realização do Teste Q de Cochran evidenciou que a alusão ao conteúdo "portas do carro" (F = 91; % = 38.1) foi feita de forma estatisticamente superior à referência a todos os seguintes, o que sustentou a nossa hipótese, tendo-se registado, logo à partida, significância estatística relativamente ao segundo mais mencionado—"trajecto excepcional": F = 68, % = 28.5, $Q(1)$ = 4.232, p = .040, N = 239. A frequência deste, por seu turno, não diferiu da daquele que se lhe seguiu—"fuga": F = 63, % = 26.4, $Q(1)$ = 0.217, p = .641, N = 239.

[53]A única excepção prende-se com uma participante que formulou dois contrafactuais cujos conteúdos pertencem à categoria "reacção ao ataque".

Tabela 22

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série II—Estudo 1)

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Portas do carro	91	38.1
2 – Trajecto excepcional	68	28.5
3 – Fuga	63	26.4
4 – Reacção ao ataque	31	13.0
5 – Trajecto rotineiro	23	9.6
6 – Semáforo	23	9.6
7 – Instrumento de defesa	22	9.2
8 – Sozinha	21	8.8
9 – Trajecto alternativo	19	7.9
10 – Paragem no semáforo	17	7.1
11 – Casualidade do encontro	10	4.2
12 – Falta às aulas	10	4.2
13 – Segurança pública	10	4.2
14 – Regime da faculdade	10	4.2
15 – Atenção e cuidado	8	3.3
16 – Justiça e criminalidade	8	3.3
17 – Meio de transporte	8	3.3
18 – Técnica de defesa	5	2.1
19 – Factores estruturais	3	1.3
20 – Contexto	2	0.8
Total = 239 participantes		

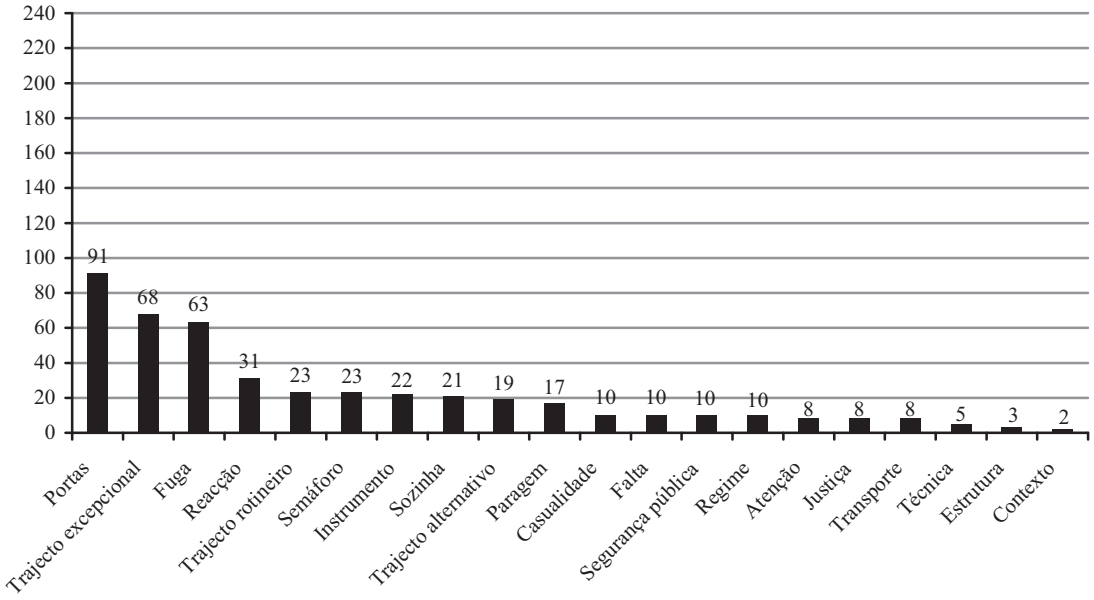

Figura 6. Gráfico das frequências dos elementos alterados (Série II—Estudo 1)

Posteriormente, um primeiro "olhar" sobre as contagens dos conteúdos segundo a condição experimental (Tabela 23) permitiu-nos verificar que, como naturalmente esperado, o elemento "portas" apenas foi referido nas condições "portas destrancadas", praticamente pelo mesmo número de participantes ("trajecto rotineiro-portas destrancadas": $F = 46$, $\% = 50.55$; "trajecto excepcional-portas destrancadas": $F = 45$, $\% = 49.45$), enquanto que o conteúdo "trajecto excepcional" apenas foi referido nas condições em que foi dito que a vítima havia adoptado um caminho diferente do usual ("trajecto excepcional-portas trancadas": $F = 39$, $\% = 57.35$; "trajecto excepcional-portas destrancadas": $F = 29$, $\% = 42.65$), resultado que sustenta o hipotetizado em termos do Factor "normalidade" e do Factor "prevenção".

No caso deste último (conteúdo "trajecto excepcional"), o Teste de Qui-quadrado acusou independência entre o mesmo e a Condição "prevenção", $\chi^2(1) = 3.051$, $p = .081$, $N = 119$ (Tabela 24).

Tabela 23

Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo as várias condições experimentais (Série II—Estudo 1)

	Trajecto rotineiro				Trajecto excepcional				
	Trancadas		Destrancadas		Trancadas		Destrancadas		
Conteúdo	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	Total
1 – Portas	0	0.00	46	50.55	0	0.00	45	49.45	91
2 – Traj. Excepcional	0	0.00	0	0.00	39	57.35	29	42.65	68
3 – Fuga	38	60.32	1	1.59	24	38.09	0	0.00	63
4 – Reacção	9	29.03	11	35.48	6	19.35	5	16.14	31
5 – Traj. Rotineiro	17	73.91	6	26.09	0	0.00	0	0.00	23
6 – Semáforo	3	13.04	8	34.78	10	43.48	2	8.70	23
7 – Instrumento	5	22.73	5	22.73	10	45.45	2	9.09	22
8 – Sozinha	5	23.81	5	23.81	10	47.62	1	4.76	21
9 – Traj. Alternativo	5	26.32	12	63.16	2	10.52	0	0.00	19
10 – Paragem	6	35.29	1	5.88	8	47.06	2	11.77	17
11 – Casualidade	6	60.00	1	10.00	3	30.00	0	0.00	10
12 – Falta	3	30.00	2	20.00	4	40.00	1	10.00	10
13 – Segurança	6	60.00	1	10.00	0	0.00	3	30.00	10
14 – Regime	2	20.00	2	20.00	5	50.00	1	10.00	10
15 – Atenção	0	0.00	5	62.50	1	12.50	2	25.00	8
16 – Justiça	7	87.50	0	0.00	0	0.00	1	12.50	8
17 – Transporte	1	12.50	4	50.00	1	12.50	2	25.00	8
18 – Técnica	0	0.00	2	40.00	2	40.00	1	20.00	5
19 – Estrutura	0	0.00	1	33.33	2	66.67	0	0.00	3
20 – Contexto	0	0.00	0	0.00	1	50.00	1	50.00	2
Total = 239 participantes									

Tabela 24

Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo trajecto excepcional" e Condição "prevenção"

Trajecto excepcional		Prevenção		
		Portas trancadas	Portas destrancadas	Total
Sim	*Frequência obtida*	39	29	68
	Frequência esperada	34.3	33.7	68.0
	% within Prevenção	65.0%	49.2%	57.1%
	Residual ajustado	1.7	-1.7	
Não	*Frequência obtida*	21	30	51
	Frequência esperada	25.7	25.3	51.0
	% within Prevenção	35.0%	50.8%	42.9%
	Residual ajustado	-1.7	1.7	
	Total	60	59	119

Também o conteúdo "fuga" foi mencionado em apenas duas das quatro condições experimentais, aquelas em que, supostamente, a vítima tinha as portas trancadas: Condição "trajecto rotineiro-portas trancadas" e Condição "trajecto excepcional-portas trancadas"[54].

O Teste de Qui-quadrado então efectuado evidenciou a não independência entre as variáveis "conteúdo fuga" e Condição "normalidade", $\chi^2(1) = 5.530$, $p = .019$, $N = 122$. Todas as células apresentaram um residual ajustado superior a 1.96 (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.4), verificando-se que houve uma referência significativamente maior na Condição "trajecto rotineiro" ($F = 38$, $\% = 61.3$) comparativamente com a Condição "trajecto excepcional" ($F = 24$, $\% = 40.0$), o inverso tendo sucedido quanto à não referência a este conteúdo ("trajecto excepcional": $F = 36$, $\% = 60.0$ *versus* "trajecto rotineiro": $F = 24$, $\% = 38.7$) (Tabela 25).

Tabela 25

Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo fuga" e Condição "normalidade"

Fuga		Normalidade: Trajecto rotineiro	Normalidade: Trajecto excepcional	Total
Sim	*Frequência obtida*	38	24	62
	Frequência esperada	31.5	30.5	62.0
	% within Normalidade	61.3%	40.0%	50.8%
	Residual ajustado	2.4	-2.4	
Não	*Frequência obtida*	24	36	60
	Frequência esperada	30.5	29.5	60.0
	% within Normalidade	38.7%	60.0%	49.2%
	Residual ajustado	-2.4	2.4	
	Total	62	60	122

Este elemento parece, assim, (a) ter substituído o elemento "portas" nas condições em que estas foram dadas como trancadas e (b) ter sido mais referido quando o antecedente "trajecto" não foi, praticamente, contrafactualizado, porque apresentado como rotineiro.

Do até aqui identificado e descrito infere-se um racional que dá a primazia à alteração de elementos que asseguram a prevenção do crime ("trancar as portas do carro", no caso vertente) relativamente a todos os outros. Secundariamente, emergiriam aqueles que, contribuindo para o seu evitamento (mas já não prevenção), contrariariam a normalidade

[54]Salvo uma única participante que o registou na Condição "trajecto rotineiro–portas destrancadas".

("trajecto excepcional"), paralelamente a outros com, eventualmente, um maior potencial percebido em termos da eficácia na reversão do resultado—"fuga".

Como denominador comum, o facto de todos consistirem em acções da vítima, acções revestidas de controlabilidade, antecedente determinante do conteúdo contrafactual como previsto e evidenciado na literatura (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman et al., 1995; McEleney & Byrne, 2006).

Um resultado que tomamos como curioso e interessante é aquele que respeita à referência ao conteúdo "trajecto rotineiro" nas condições em que foi dito que a vítima havia seguido o caminho usual (F_{total} = 23, % = 9.6, N = 239; Condição "trajecto rotineiro-portas trancadas": F = 17, % = 73.91, N = 23; Condição "trajecto rotineiro-portas destrancadas": F = 6, % = 26.09, N = 23), referência que contraria a proposta de adopção da norma intrapessoal e que, no caso vertente, é especificada pelas participantes como tratando-se de um cuidado a ter: Não dar a conhecer a rotina a estranhos que possam, entretanto, atacar determinada mulher por já saberem por onde e a que horas ela passa (e.g., *"Se ela não fizesse sempre o mesmo trajecto então o agressor poderia não conhecer o trajecto não procurando abrir o carro."*: [Suj. 73]; *"Se ela utilizasse trajectos diferentes, então ele não teria conhecimento da rotina da jovem Xxxx."*: [Suj. 76]).

Note-se que Girotto et al. (1991) encontraram um padrão semelhante no seu Experimento 2, tendo verificado que uma acção controlável evocava, facilmente, alternativas contrafactuais mesmo que fossem normais. Os autores sublinham este aspecto na sua discussão, reportando-o como único, até então, à excepção do estudo conduzido por Legrenzi et al. (1984), referenciado pelos mesmos. A revisão de literatura por nós efectuada não nos permitiu identificar trabalhos posteriores em que tal se tivesse visto replicado.

Esta variável ("conteúdo trajecto rotineiro") não é independente da variável Condição "prevenção". Assim indica o Teste do Qui-quadrado levado a cabo para os grupos "trajecto rotineiro-portas trancadas" e "trajecto rotineiro-portas destrancadas", $\chi^2(1) = 5.639$, $p = .018$, $N = 120$.

Todas as células apresentam um residual ajustado maior que 1.96 (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.4), verificando-se que a alusão ao conteúdo "trajecto rotineiro" foi superior na Condição "portas trancadas" (F = 17, % = 27.4) comparativamente com a Condição "portas destrancadas" (F = 6, % = 10.3); o inverso sucedeu em termos da não

referência ao mesmo, a qual se apresentou inferior na Condição "portas destrancadas": *F* = 52, *%* = 89.7 (*versus* "portas trancadas": *F* = 45, *%* = 72.6) (Tabela 26).

Tabela 26

Qui-quadrado para as variáveis "conteúdo trajecto rotineiro" e Condição "prevenção"

Trajecto rotineiro		Prevenção		
		Portas trancadas	Portas destrancadas	Total
Sim	*Frequência obtida*	17	6	23
	Frequência esperada	11.9	11.1	23.0
	% within Prevenção	27.4%	10.3%	19.2%
	Residual ajustado	2.4	-2.4	
Não	*Frequência obtida*	45	52	97
	Frequência esperada	50.1	46.9	97.0
	% within Prevenção	72.6%	89.7%	80.8%
	Residual ajustado	-2.4	2.4	
	Total	62	58	120

Tal poderá ser indiciador de uma tendência para alterar antecedentes de acordo com uma perspectiva prescritiva-preventiva. Reportadas, as portas, como trancadas, as participantes procederam à alteração de uma acção da vítima (adopção do trajecto habitual) no sentido da prevenção do crime.

Para finalizar, de assinalar que, ainda desviando-se da norma intrapessoal, surge o conteúdo "trajecto alternativo". No entanto, este foi referido não sob a lógica da prevenção mas numa perspectiva contingencial: Se a vítima tivesse adoptado um outro caminho (que não o rotineiro ou que não o excepcionalmente seguido) não se teria cruzado com o agressor.

4.1.3.1.3 Critério "direcção".

Os 453 contrafactuais registados apresentaram-se todos ascendentes, ou seja, face ao crime de violação as participantes apenas imaginaram um desfecho melhor do que o factual (isto é, a não ocorrência do crime), o que vai no sentido do hipotetizado.

Este resultado poderá dever-se, principalmente, ao facto de a população em estudo o considerar como ainda mais severo que o homicídio, a inferir pela evidência empírica, revestida de significância estatística, apurada no Estudo 1 da Série I.

4.1.3.1.4 Critério "estrutura".

No atinente à estrutura, uma primeira abordagem global das medidas descritivas (Tabela 27, Figura 7) permite verificar que, de acordo com o previsto, a aditiva se apresenta predominante, indicando a produção, em média, de um contrafactual deste tipo por cada participante (M = 1.08, DP = 0.811, N = 239); segue-se-lhe a subtractiva e a esta a substitutiva, ambas com valores médios expressivamente inferiores a um pensamento (M = 0.60, DP = 0.813, N = 239 e M = 0.22; DP = 0.479, N = 239, respectivamente).

Tabela 27

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais quanto à estrutura

Estrutura	*M*	*DP*	*N*
Aditiva	1.08	0.811	239
Subtractiva	0.60	0.813	239
Substitutiva	0.22	0.479	239

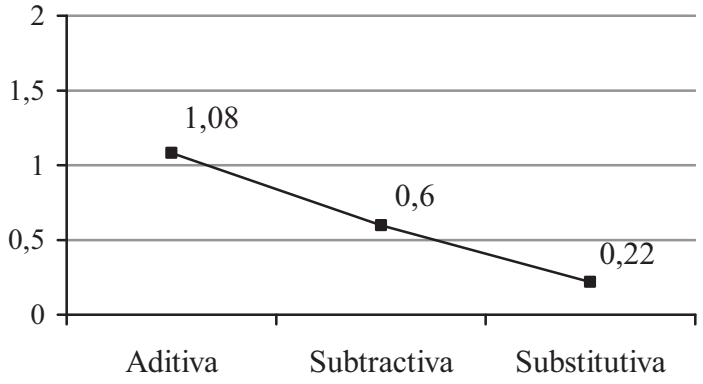

Figura 7. Gráfico das médias relativas à estrutura contrafactual

Posteriormente, procedemos à comparação das médias relativas à estrutura, fazendo uso do Teste *t*-Student para dados relacionados[55]. Os resultados obtidos permitem-nos concluir que as diferenças referenciadas relativamente às medidas descritivas têm significância estatística, ou seja, o número de pensamentos contrafactuais com estruturas distintas (aditiva, subtractiva e substitutiva) diferem significativamente entre si, nas suas várias comparações (Tabela 28).

Tabela 28

Teste t-Student para a estrutura

Estrutura	*t*	*g.l.*	*p*
Aditiva-Subtractiva	5.453	238	.000***
Aditiva-Substitutiva	13.633	238	.000***
Subtractiva-Substitutiva	6.267	238	.000***

***$p < .001$.

Este resultado vai ao encontro da hipótese por nós estabelecida e parece revelador, tal como aquele relativo à direcção, de uma lógica preventiva, já que alguns autores (e.g., Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a) associam os contrafactuais aditivos à função preparativa. Enquanto que os subtractivos se limitariam a remover uma situação factual, os aditivos ofereceriam uma maior especificidade quanto às opções avançadas, mostrando-se mais criativos ao adiantarem alternativas até então, eventualmente, nunca consideradas.

Uma vez que a estrutura aditiva se apresentou a significativamente mais adoptada pelas participantes, e dada a sua importância por parecer ser indiciadora da função preparativa, submeteu-se, posteriormente, o número de pensamentos contrafactuais por ela caracterizados a uma ANOVA *two-way*, tomando como factores a "normalidade" e a "prevenção".

Antes, porém, procedeu-se à análise do pressuposto da normalidade através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, agora efectuada com os factores (Anexo 18). O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, $F(3, 235) = 0.940$, $p = .422$.

[55]Consultar Anexo 16 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Os resultados obtidos encontram-se sintetizados na Tabela 29 e evidenciam efeitos principais significativos, tanto do Factor "normalidade"—$F(1, 235) = 6.775$, $p = .010$, $MSE = 4.316$, $\eta^2_p = 0.028$, potência = 0.736—, como do Factor "prevenção", $F(1, 235) = 4.040$, $p = .046$, $MSE = 2.574$, $\eta^2_p = 0.017$, potência = 0.517.

Relativamente ao primeiro deles, foram produzidos mais pensamentos contrafactuais aditivos na Condição "trajecto rotineiro" do que na Condição "trajecto excepcional" ($M = 1.21$, $DP = 0.755$, $N = 120$ *versus* $M = 0.94$, $DP = 0.847$, $N = 119$); quanto ao segundo, ao Factor "prevenção", observou-se um número superior de contrafactuais aditivos na Condição "portas destrancadas" comparativamente com a Condição "portas trancadas" ($M = 1.18$, $DP = 0.847$, $N = 117$ *versus* $M = 0.98$, $DP = 0.766$, $N = 122$).

Tabela 29

Análise de variância para a estrutura

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	(1, 235)	4.316	6.775	.010*	0.028	0.736
Prevenção	(1, 235)	2.574	4.040	.046*	0.017	0.517
Normalidade × Prevenção	(1, 235)	0.113	0.178	.674	0.001	0.070

*$p < .05$.

Atendendo à explanação anterior do padrão obtido em termos dos vários conteúdos semânticos e à tendência identificada para a reversão do crime ancorar, por ordem decrescente, nos elementos "portas do carro", "trajecto excepcional" e "fuga", surge-nos como possível explicação para os resultados últimos relativos à estrutura: No caso da Condição "trajecto rotineiro", não havendo uma alternativa específica imediatamente disponível, a acção "fuga" seria mais adicionada como forma de alterar o desfecho final; por seu turno, o contrário sucederia no caso da Condição "portas destrancadas", em que a alternativa "trancar as portas do carro", revestida de elevada mutabilidade e, também, de carácter aditivo, serviria, facilmente, a contrafactualização.

4.1.3.1.5 Critério "elemento focal".

Por fim, quanto ao critério "elemento focal", verificou-se, como esperado, ter havido uma muito maior incidência sobre a vítima (M = 1.72, DP = 0.890, N = 239) em detrimento dos factores externos, apresentando-se, esta, extremamente diminuta (M = 0.18, DP = 0.436, N = 239), diferença classificada como estatisticamente significativa pelo Teste t-Student para amostras emparelhadas, $t(N = 238) = 24.178$, $p < .000$[56].

Após a avaliação da normalidade da distribuição tendo em conta os factores em estudo (Anexo 21) e a validação do pressuposto da homogeneidade de variâncias com o Teste de Levene, $F(3, 235) = 0.963$, $p = .411$, realizou-se uma ANOVA *two-way* para averiguar da existência de diferenças entre as condições experimentais quanto à centração na vítima.

Os resultados revelaram um efeito de interacção estatisticamente significativo entre a "normalidade" e a "prevenção", $F(1, 235) = 7.407$, $p = .007$, $MSE = 5.740$, $\eta^2_p = 0.031$, potência = 0.774 (Tabela 30). Contudo, o Teste HSD de Tukey, realizado posteriormente, apenas permitiu identificar uma diferença marginalmente significativa entre o Grupo "excepcional-trancadas" e o Grupo "excepcional-destrancadas" ($p = .056$) (Tabela 31).

Tabela 30

Análise de variância para a centração na vítima

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	(1, 235)	0.210	0.271	.603	0.001	0.081
Prevenção	(1, 235)	0.569	0.734	.393	0.003	0.137
Normalidade × Prevenção	(1, 235)	5.740	7.407	.007**	0.031	0.774

** $p < .01$.

A leitura das respectivas medidas descritivas (Tabela 32) conduz-nos à conclusão de que as participantes da Condição "excepcional-trancadas" tenderam a produzir um número superior de pensamentos contrafactuais centrados na vítima comparativamente com as participantes da Condição "excepcional-destrancadas" (M = 1.95, DP = 1.048, N = 60 *versus* M = 1.54, DP = 0.795, N = 59, respectivamente), tendência bem mais expressiva do que a inversa, verificada para a Condição "trajecto rotineiro", como ilustra a Figura 8.

[56]Consultar Anexo 19 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 31

Teste HSD de Tukey para a centração na vítima segundo a interacção "Normalidade × Prevenção"

		Rotineiro		Excepcional	
		Trancadas	Destrancadas	Trancadas	Destrancadas
Rotineiro	Trancadas				
	Destrancadas	.549			
Excepcional	Trancadas	.094	.768		
	Destrancadas	.995	.413	.056	

Tabela 32

Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais centrados na vítima

Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Trajecto rotineiro	Portas trancadas	1.58	0.841	62
	Portas destrancadas	1.79	0.811	58
	Total	1.68	0.830	120
Trajecto excepcional	Portas trancadas	1.95	1.048	60
	Portas destrancadas	1.54	0.795	59
	Total	1.75	0.950	119
Total	Portas trancadas	1.76	0.963	122
	Portas destrancadas	1.67	0.809	117
	Total	1.72	0.890	239

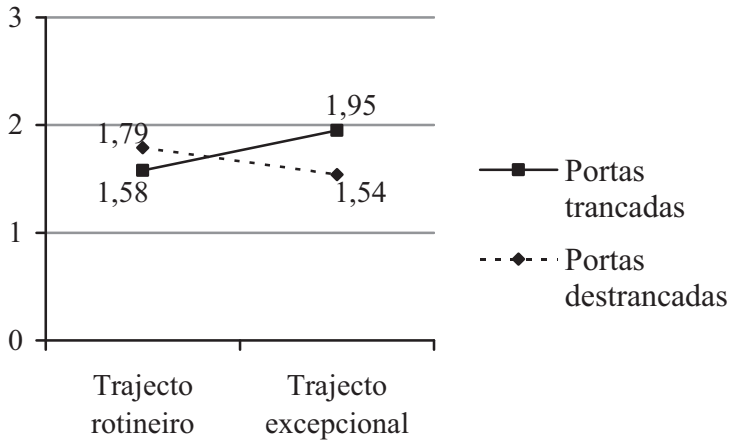

Figura 8. Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" sobre a centração na vítima

Igualmente relevante considera-se o facto de apenas 3 dos 410 pensamentos focalizados na vítima versarem sobre aspectos caracteriológicos (ser jovem, ser fraca e ser do

sexo feminino). De acordo com as nossas hipóteses, a esmagadora maioria versou sobre factores comportamentais (F = 407, % = 99.27), sendo estes, predominantemente, de natureza não preventiva (F = 254, % = 62.41 *versus* "comportamentos preventivos": F = 153, % = 37.59), correspondendo, pois, a uma activação média superior ("comportamentos não preventivos": M = 1.08, DP = 0.852, N = 236 *versus* "comportamentos preventivos": M = 0.65, DP = 0.708, N = 236), a qual se revelou estatisticamente significativa quando aferida pelo Teste t-Student para amostras emparelhadas, $t(236) = 5.028$, $p < .000$.

Ainda que a dimensão das amostras nos permitisse confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade verificada para ambas as variáveis através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors (Tabela 33), nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 22).

Tabela 33

Teste do pressuposto da normalidade para a centração nos comportamentos preventivos da vítima

Comportamentos	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Preventivos	0.986	0.969	0.286	236	.000***
Não preventivos	0.769	0.838	0.281	236	.000***

***$p < .001$.

Posteriormente, fomos averiguar, com recorrência a duas ANOVA's *two-way*, se existiam diferenças entre as condições experimentais para cada um destes tipos de comportamentos. O pressuposto da homogeneidade foi validado com o Teste de Levene: Prevenção: $F(3, 232) = 1.448$, $p = .229$; Não prevenção: $F(3, 232) = 0.472$, $p = .702$[57].

No que respeita aos comportamentos preventivos, tal como consta na Tabela 34, verificaram-se efeitos principais significativos, tanto do Factor "normalidade"—$F(1, 232) = 4.541$, $p = .034$, $MSE = 1.758$, $\eta^2_p = 0.019$, potência = 0.564—, como do Factor "prevenção", $F(1, 232) = 67.208$, $p < .000$, $MSE = 26.021$, $\eta^2_p = 0.225$, potência = 1.000.

[57]Consultar Anexo 23 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 34

Análise de variância para os comportamentos preventivos da vítima

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	(1, 232)	1.758	4.541	.034*	0.019	0.564
Prevenção	(1, 232)	26.021	67.208	.000***	0.225	1.000
Normalidade × Prevenção	(1, 232)	0.260	0.672	.413	0.003	0.129

*$p < .05$. ***$p < .001$.

Relativamente ao primeiro deles, apurou-se terem sido produzidos mais pensamentos contrafactuais preventivos na Condição "trajecto rotineiro" do que na Condição "trajecto excepcional" (*M* = 0.74, *DP* = 0.747, *N* = 117 *versus M* = 0.56, *DP* = 0.659, *N* = 119); quanto ao segundo, ao Factor "prevenção", observou-se um número superior de contrafactuais preventivos na Condição "portas destrancadas" comparativamente com a Condição "portas trancadas" (*M* = 0.98, *DP* = 0.629, *N* = 117 *versus M* = 0.320, *DP* = 0.623, *N* = 119) (Tabela 35), resultado que sustenta a nossa hipótese.

Tabela 35

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos da vítima

Trajecto	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Rotineiro	Portas trancadas	0.37	0.613	59
	Portas destrancadas	1.10	0.693	58
Excepcional	Portas trancadas	0.27	0.634	60
	Portas destrancadas	0.86	0.540	59

Para os comportamentos de natureza inversa identificou-se, naturalmente, o padrão simétrico, com o registo de um efeito principal significativo do Factor "prevenção", $F(1, 232) = 66.653$, $p < .000$, $\eta^2_p = 0.223$, potência = 1.000 (Tabela 36). Analisadas as médias, concluiu-se terem sido produzidos mais pensamentos sobre este tipo de comportamentos (não preventivos) na Condição "portas trancadas" do que na Condição "portas destrancadas" (*M* = 1.47, *DP* = 0.790, *N* = 119 *versus M* = 0.68, *DP* = 0.717, *N* = 117) (Tabela 37).

Tabela 36

Análise de variância para os comportamentos não preventivos da vítima

Factores	*g.l.*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	(1, 232)	3.569	.060	.015	.469
Prevenção	(1, 232)	66.653	.000*	.223	1.000
Normalidade × Prevenção	(1, 232)	3.357	.068	.014	.446

***p < .001.

Tabela 37

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais centrados em comportamentos não preventivos da vítima

Trajecto	Portas	*M*	*DP*	*N*
Rotineiro	Trancadas	1.29	0.789	59
	Destrancadas	0.67	0.735	58
Excepcional	Trancadas	1.65	0.755	60
	Destrancadas	0.68	0.707	59

Paralelamente, registaram-se dois efeitos marginalmente significativos: O do Factor "normalidade"—$F(1, 232) = 3.569$, $p = .060$, $\eta^2_p = 0.015$, potência = 0.469—e o de interacção "normalidade × prevenção", $F(1, 232) = 3.357$, $p = .068$, $\eta^2_p = 0.014$, potência = 0.446.

Relativamente ao primeiro deles, verificou-se uma média de activação superior na Condição "excepcional" ($M = 1.17$, $DP = 0.876$, $N = 119$ *versus* "rotineira": $M = 0.98$, $DP = 0.820$, $N = 117$); quanto ao segundo, à interacção "normalidade × prevenção", enquanto que as participantes das condições decorrentes da manipulação da normalidade ("trajecto rotineiro" *versus* "trajecto excepcional") não apresentaram diferenças ao nível da focalização nos comportamentos não preventivos da vítima quando as portas do carro foram dadas como destrancadas, as participantes da Condição "trajecto excepcional" tenderam a mais nele centrarem os contrafactuais por si produzidos, comparativamente com aquelas da Condição "trajecto rotineiro", nos casos em que as portas da viatura estariam trancadas (Figura 9).

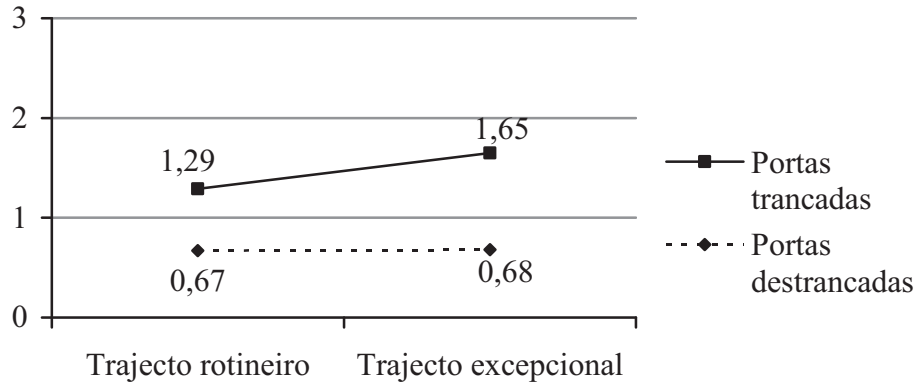

Figura 9. Gráfico da interacção "Normalidade × Prevenção" sobre a centração nos comportamentos preventivos da vítima

A análise conjunta destes últimos resultados permite-nos concluir que, perante um cenário que melhor disponibiliza alternativas de natureza preventiva, a reversão do crime incide, primariamente, sobre os antecedentes desta natureza.

Em termos das variáveis independentes trabalhadas, tal verificou-se por parte dos grupos aos quais foi providenciada informação em como a vítima (a) se teria deslocado pelo trajecto do costume e (b) não teria trancado as portas do carro, o que, interpretamos, terá facilitado, junto das participantes, os pressupostos, respectivamente, de que o violador (a) identificou essa regularidade e adoptou a jovem como alvo, planeando a violação e (b) se confrontou com uma menor dificuldade em a atacar, justificações avançadas pelas próprias e oportunamente já referidas aquando do relato do conteúdo contrafactual.

De referir que a alteração do trajecto alternativo para rotineiro não foi codificada pelos juízes como preventiva, o que permite explicar a superior referência a comportamentos não preventivos naquela Condição ("trajecto alternativo").

Passamos, agora, à apresentação e discussão dos resultados relativos às reacções afectivas ao crime e à percepção e julgamento do mesmo.

4.1.3.2 Sobre a percepção do crime.

Dada a discrepância entre o número de participantes que geraram contrafactuais (N = 239, % = 80.74) e o número de participantes que não listaram quaisquer pensamentos ou que não produziram contrafactuais (N = 57, % = 19.26), as respostas destas últimas foram excluídas do tratamento dos dados relativos à percepção do crime. Este contou, assim, com

uma amostra de 239 elementos cuja distribuição pelas quatro condições experimentais figura na Tabela 38.

Tabela 38

Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo 1, Percepção do crime)

		Prevenção		Total
		Portas trancadas	Portas destrancadas	
Normalidade	Trajecto rotineiro	62	58	120
	Trajecto excepcional	60	59	119
	Total	122	117	239

4.1.3.2.1 Julgamento de emoções da vítima.

Os dados relativos ao julgamento de emoções da vítima começaram por ser submetidos a uma análise descritiva de cada uma das cinco medidas que o compunham.

A primeira evidência prende-se com a distribuição das frequências relativas ao quão mal, angustiada, revoltada e triste a vítima se teria sentido após a situação, a qual apresentou uma acentuada centração no intervalo das escalas correspondente ao valor mais elevado ("1 = Nada/7 = Muitíssimo": mal = 90.8%; angustiada = 79.5%; revoltada = 77.8%; triste = 81.2%) (Tabela 39).

Analisadas as respectivas medidas descritivas, podemos resumir tais resultados afirmando que, em média e de um modo tendencialmente consensual, as participantes consideraram que a jovem se terá sentido muitíssimo mal (M = 6.87, DP = 0.441, N = 239), muitíssimo angustiada (M = 6.72, DP = 0.609, N = 239), muitíssimo revoltada (M = 6.69, DP = 0.645, N = 239) e muitíssimo triste (M = 6.73, DP = 0.619, N = 239) (Tabela 40), indo ao encontro da nossa previsão e parecendo revelar estarem inteiradas das consequências psicológicas que a violação provoca nas respectivas vítimas, tal como expostas por diversos autores (e.g., Atkeson et al., 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker et al., 1986; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi et al., 1996; D. M. P. Costa, 2003; Crome & McCabe, 1995; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Janoff-Bulman, 1979; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Moscarello, 1991; Nadelson et

al., 1982; Resick, 1993; Resick, et al., 1986; Rodrigues, 2004; Steketee & Foa, 1987), o que poderá dever-se ao facto de esta problemática ter vindo a ganhar um maior espaço no domínio público, nomeadamente através dos *media*.

Tabela 39

Distribuição das frequências dos itens que compõem o julgamento de emoções da vítima

Emoções	Valores	*Freq*	%
Mal	4	2	0.8
	5	4	1.7
	6	16	6.7
	7	217	90.8
	Total	239	100
Angustiada	4	2	0.8
	5	14	5.9
	6	33	13.8
	7	190	79.5
	Total	239	100
Culpada	1	25	10.5
	2	21	8.8
	3	18	7.5
	4	52	21.8
	5	46	19.2
	6	33	13.8
	7	44	18.4
	Total	239	100
Revoltada	4	3	1.3
	5	15	6.3
	6	35	14.6
	7	186	77.8
	Total	239	100
Arrependida	1	14	5.9
	2	10	4.2
	3	18	7.6
	4	37	15.6
	5	27	11.4
	6	56	23.6
	7	75	31.6
	Total	237	100
Triste	4	2	0.8
	5	16	6.7
	6	27	11.3
	7	194	81.2
	Total	239	100

Tabela 40

Médias e desvios-padrão dos itens relativos ao julgamento de emoções da vítima

Emoções	*Min*	*Máx*	*M*	*DP*	*N*
Mal	4	7	6.87	0.441	239
Angustiada	4	7	6.72	0.609	239
Culpada	1	7	4.46	1.891	239
Revoltada	4	7	6.69	0.645	239
Arrependida	1	7	5.20	1.806	237
Triste	4	7	6.73	0.619	239

Paralelamente, julgamos indiciador de uma compreensão empática decorrente, muito possivelmente, não só (a) da apropriação de um nível superior de conhecimento a respeito, também identificada por Berta, Ornelas e Maria (2007), como (b) das estratégias metodológicas de que nos munimos no sentido de tentar proporcionar a sua identificação com a protagonista do cenário (Série I—Estudo 2) e, ainda, (c) da sistemática vivência do medo da violação por parte das mulheres em geral (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Goodman et al., 1993; Gordon & Riger, 1989; Hickman & Meuhlenhard, 1997; Janeira, 2004; Keane, 1998; Koss, 1993; Koss et al., 1994b; Krahé, 2005; Riger et al., 1978; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995; Stanko, 1993; Warr, 1985).

Dado o padrão relatado, estas variáveis foram excluídas da análise inferencial subsequente, a qual incidiu, então, apenas sobre o julgamento dos sentimentos de culpa e de arrependimento.

Em termos globais, as participantes consideraram que a vítima se terá sentido algo culpada (M = 4.46, DP = 1.891, N = 239) e arrependida (M = 5.20, DP = 1.806, N = 237), indo ao encontro da evidência empírica decorrente dos estudos realizados junto de vítimas reais (e.g., Janoff-Bulman, 1979, Estudo 2; Koss et al., 1994a; Meyer & Taylor, 1986; Miller et al., 2010).

Consideramos ser de atender ao facto de estes julgamentos (culpa e arrependimento) apresentarem as maiores medidas de dispersão (Tabela 40). A questão é controversa e, se boa parte das participantes aparentou ter-se colocado no lugar da vítima, possivelmente algumas terão tido uma maior dificuldade em fazê-lo, não se descentrando da sua posição de observadoras e defendendo que aquela não teria por que se sentir culpada ou arrependida. Tal

chegou, nomeadamente, a ser verbalizado aquando do levantamento exploratório das emoções que as participantes julgaram serem vivenciadas pela jovem (Série I—Estudo 3) (e.g., "*Sentiu-se com nojo dela própria, apesar de não ter culpa nenhuma.*": [Suj. 50]; "*Sentiu-se arrependida por ter optado pelo caminho diferente apesar de não ter culpa.*": [Suj. 64]).

Em seguida, procedeu-se à validação dos pressupostos de distribuição normal multivariada (Anexo 24) e de homogeneidade das matrizes de variância-covariância a fim de, posteriormente, efectuarmos uma análise de variância multivariada (MANOVA) para averiguar da ocorrência de efeitos estatisticamente significativos por parte das variáveis independentes sob estudo ("normalidade" e "prevenção").

O pressuposto da homogeneidade de variâncias-covariâncias foi avaliado com o Teste *M* de Box, não se tendo rejeitado a hipótese de que as covariâncias eram homogéneas, *M* de Box = 4.419, $F(9, 615849.4) = 0.483$, $p = .887$.

A MANOVA revelou que o Factor "prevenção" teve um efeito significativo sobre o compósito multivariado, Traço de Pillai = 0.030, $F(2, 232) = 3.589$, $p = .029$, $\eta^2_p = 0.030$, Potência = 0.661 (Tabela 41).

Tabela 41

MANOVA para o julgamento de culpa e arrependimento da vítima

Factores	Traço de *Pillai*	*g.l.*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Normalidade	0.003	(2, 232)	0.337	.715	0.003	0.103
Prevenção	0.030	(2, 232)	3.589	.029*	0.030	0.661
Normalidade × Prevenção	0.006	(2, 232)	0.693	.501	0.006	0.166

*$p < .05$.

Validada a homogeneidade de variâncias através do Teste de Levene (Tabela 42), recorreu-se, então, à ANOVA *one-way*, tendo-se identificado um efeito principal significativo da variável em foco ("prevenção") sobre a avaliação do arrependimento julgado experienciado pela vítima, $F(1, 233) = 4.992$, $p = .026$, $MSE = 16.019$, $\eta^2_p = 0.021$, potência = 0.605 (Tabela 43): As participantes da Condição "portas destrancadas" graduaram-no mais intensamente do que as da Condição "portas trancadas" ($M = 5.47$, $DP = 1.686$, $N = 116$ *versus* $M = 4.94$, $DP = 1.885$, $N = 121$) (Tabela 44).

Tabela 42

Teste de Levene para o julgamento de culpa e de arrependimento da vítima

Emoções	*g.l.*	*F*	*p*
Culpada	(3, 235)	2.291	.079
Arrependida	(3, 233)	1.486	.219

Tabela 43

Análise de variância para o julgamento de culpa e de arrependimento da vítima

Emoções	Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Culpada	Normalidade	(1, 235)	1.970	0.545	.461	0.002	0.114
	Prevenção	(1, 235)	0.036	0.010	.920	0.000	0.051
	Norm × Prev	(1, 235)	0.424	0.117	.732	0.000	0.063
Arrependida	Normalidade	(1, 233)	1.475	0.460	.498	0.002	0.104
	Prevenção	(1, 233)	16.019	4.992	.026*	0.021	0.605
	Norm × Prev	(1, 233)	4.462	1.391	.240	0.006	0.217

*$p < .05$.

Os resultados supra-descritos vão, parcialmente, no sentido da nossa previsão. Foram as participantes que lidaram com informação caracterizada por uma maior mutabilidade promovida pela acção da vítima ao conduzir com as portas do carro destrancadas (comportamento inseguro e não preventivo) que consideraram que ela se terá sentido mais arrependida.

Já as hipóteses relativas ao sentimento de culpa foram infirmadas e aquela relativa ao arrependimento também não se viu sustentada no caso da Condição "trajecto excepcional", contrariando estudos anteriores (e.g., Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudo 1).

Tabela 44

Médias e desvios-padrão do julgamento de culpa e de arrependimento da vítima

Emoções	Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Culpada	Trajecto rotineiro	Trancadas	4.42	2.021	62
		Destrancadas	4.31	1.828	58
		Total	4.37	1.923	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	4.52	2.029	60
		Destrancadas	4.58	1.694	59
		Total	4.55	1.863	119
	Total	Trancadas	4.47	2.017	122
		Destrancadas	4.44	1.759	117
		Total	4.46	1.891	239
Arrependida	Trajecto rotineiro	Trancadas	5.00	1.835	61
		Destrancadas	5.25	1.607	57
		Total	5.12	1.725	118
	Trajecto excepcional	Trancadas	4.88	1.949	60
		Destrancadas	5.68	1.746	59
		Total	5.28	1.886	119
	Total	Trancadas	4.94	1.885	121
		Destrancadas	5.47	1.686	116
		Total	5.20	1.806	237

4.1.3.2.2 Emoções das participantes.

No que respeita às emoções das próprias (codificadas de "1 = Nada" a "7 = Muitíssimo"), uma primeira análise dos resultados descritivos, tomando a amostra no seu todo, sugere que estas se terão sentido pouco indiferentes (*M* = 3.17, *DP* = 2.016, *N* = 238), tristes (*M* = 5.03, *DP* = 1.529, *N* = 238), impressionadas (M = 5.18, *DP* = 1.591, *N* = 238) e muito revoltadas (*M* = 5.71, *DP* = 1.371, *N* = 239) (Tabela 45).

Tabela 45

Médias e desvios-padrão dos itens relativos às emoções das participantes

Emoções	*Min*	*Máx*	*M*	*DP*	*N*
Indiferente	1	7	3.17	2.016	238
Triste	1	7	5.03	1.529	238
Impressionada	1	7	5.18	1.591	239
Revoltada	1	7	5.71	1.371	239

Contrariamente ao proposto por alguns autores (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis et al., 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b), e de acordo com a nossa hipótese, as participantes pareceram envolvidas e desfavoravelmente afectadas pela leitura do caso, o que abona a favor das justificações por nós avançadas no ponto anterior, a propósito da exactidão do julgamento de emoções da vítima: (a) Conhecimento das consequências deste crime explicável pela cada vez maior difusão pública de informação a seu respeito, (b) compreensão empática devido, presumivelmente, à vivência do medo de violação e (c) identificação com a protagonista, possivelmente decorrente dos contornos do caso[58].

Num segundo momento, e com o objectivo de realizar uma MANOVA para averiguar da influência dos factores "normalidade" e "prevenção" sobre as emoções das participantes, procedeu-se à validação dos pressupostos de distribuição normal (Anexo 25) e de homogeneidade das matrizes de variância-covariância. Para este último utilizou-se o Teste *M* de Box, tendo-se rejeitado a hipótese de que as covariâncias eram homogéneas, *M* de Box = 61.119, $F(30, 149536.7) = 1.974$, $p = .001$.

Perante a não validade de ambos os pressupostos, recorreu-se a uma MANOVA não-paramétrica, a qual acusou um efeito principal significativo do Factor "prevenção", $\chi^2(4) = 15.168$, $N = 238$, $p < .000$ (Tabela 46).

Tabela 46

MANOVA não-paramétrica para as emoções das participantes

Factores	*g.l.*	*N*	χ^2	*p*
Normalidade	4	238	2.133	.71
Prevenção	4	238	15.168	.00**
Normalidade × Prevenção	12	238	14.457	.27

** $p < .01$.

O teste de Kruskal-Wallis então efectuado indicou a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos experimentais "portas trancadas" e "portas

[58]Recordem-se, a este propósito, os comentários tecidos por aquelas que integraram o levantamento exploratório previamente conduzido (Série I—Estudo 3), reveladores da tomada de consciência da vulnerabilidade própria a este tipo de situação (e.g., *"Foi ela, podia ter sido eu!"*: [Suj. 37]; *"Não podemos ter a ilusão de que só acontece às outras!"*: [Suj. 95]; *"De facto, nenhuma de nós está livre de passar por isto!"*: [Suj. 145]).

destrancadas" para as emoções "indiferente", $\chi^2_{KW}(1) = 7.466$, $N = 238$, $p = .006$, "triste", $\chi^2_{KW}(1) = 8.648$, $N = 238$, $p = .003$ e "impressionada", $\chi^2_{KW}(1) = 5.028$, $N = 238$, $p = .025$, (Tabela 47).

Tabela 47

Teste de Kruskal-Wallis para as emoções das participantes

Emoções	*g.l.*	χ^2	*p*
Indiferente	1	7.466	.006**
Triste	1	8.648	.003**
Impressionada	1	5.028	.025*
Revoltada	1	2.439	.118

*$p < .05$. **$p < .01$.

Tabela 48

Médias das ordens para as emoções das participantes

Emoções	Prevenção	*Mean Rank*	*N*
Indiferente	Portas trancadas	107.84	122
	Portas destrancadas	131.76	116
	Total		238
Triste	Portas trancadas	132.03	122
	Portas destrancadas	106.32	116
	Total		238
Impressionada	Portas trancadas	129.06	122
	Portas destrancadas	109.99	117
	Total		239
Revoltada	Portas trancadas	126.56	122
	Portas destrancadas	113.16	117
	Total		239

A análise das respectivas médias das ordens permite concluir que as participantes da Condição "portas trancadas" se sentiram mais indiferentes (*Mean Rank* = 131.76 *versus Mean Rank* = 107.84), menos tristes (*Mean Rank* = 106.32 *versus Mean Rank* = 132.03) e menos impressionadas (*Mean Rank* = 109.99 *versus Mean Rank* = 129.06) comparativamente com aquelas da Condição "portas destrancadas" (Tabela 48).

4.1.3.2.3 Sentimentos relativamente à vítima.

A escala utilizada para graduação dos sentimentos relativamente à vítima foi cotada de 1 ("Nenhum(a)") a 7 ("Imenso(a)"), de tal modo que quanto maior a média obtida mais forte a respectiva vivência, tendo-se procedido de forma inversa para o sentimento geral ("Tudo pesado, em termos gerais, o seu sentimento relativamente à jovem é: "1 = Muito positivo"/"7 = Muito negativo").

Como esperado, os resultados descritivos evidenciaram uma intensidade elevada em termos dos sentimentos positivos, com especial destaque para a "solidariedade" (M = 6.23, DP = 0.958, N = 239) seguida da "compaixão" (M = 5.80, DP = 1.328, N = 239), consonante com uma manifestação global favorável (M = 2.50, DP = 1.387, N = 234) e com uma reduzida intensidade dos sentimentos negativos (Tabela 49).

Tabela 49

Médias e desvios-padrão dos sentimentos relativos à vítima

Sentimentos	*Min*	*Máx*	*M*	*DP*	*N*
Solidariedade	2	7	6.23	0.958	239
Ódio	1	7	1.42	1.104	239
Empatia	1	7	4.83	1.719	238
Raiva	1	7	1.91	1.673	238
Repugnância	1	7	1.80	1.623	238
Compaixão	1	7	5.80	1.328	239
Desprezo	1	7	1.44	1.109	239
Global	1	7	2.50	1.387	234

A análise ulterior dos pressupostos de distribuição normal e de homogeneidade das matrizes de variância-covariância, efectuada com o objectivo de realizar uma MANOVA para averiguar da influência dos factores "normalidade" e "prevenção" sobre os sentimentos das participantes relativamente à vítima, revelou ser não válido tanto o primeiro (Anexo 26) quanto o segundo, Teste M de Box: M = 401.054, F(108, 111450.1) = 3.480, p < .000.

Assim, recorreu-se a uma MANOVA não-paramétrica, a qual acusou apenas um efeito principal significativo do Factor "prevenção", $\chi^2(8)$ = 25.07, N = 230, p < .000, a par de um efeito marginalmente significativo do Factor "normalidade", $\chi^2(8)$ = 14.03, N = 230, p = .08 (Tabela 50).

Tabela 50

MANOVA não-paramétrica para os sentimentos relativos à vítima

Factores	*g.l.*	*N*	χ^2	*p*
Normalidade	8	230	14.03	.08
Prevenção	8	230	25.07	.00**
Normalidade × Prevenção	24	230	12.65	.97

** $p < .01$.

Realizou-se, em seguida, um teste de Kruskal-Wallis para cada um deles. No caso da "prevenção", aquele indicou a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos experimentais "portas trancadas" e "portas destrancadas" para os sentimentos de "ódio", $\chi^2_{KW}(1) = 4.192$, $N = 239$, $p = .039$, "empatia", $\chi^2_{KW}(1) = 5.647$, $N = 239$, $p = .017$, "repugnância", $\chi^2_{KW}(1) = 8.187$, $N = 239$, $p = .004$ e "desprezo", $\chi^2_{KW}(1) = 8.547$, $N = 239$, $p = .003$, e de diferenças marginalmente significativas para o sentimento de "raiva", $\chi^2_{KW}(1) = 3.156$, $N = 239$, $p = .076$ (Tabela 51).

A recorrência às médias das ordens permitiu concluir que as participantes da Condição "portas trancadas" graduaram cada um destes sentimentos de forma mais elevada (Tabela 52).

Tabela 51

Teste de Kruskal-Wallis do Factor "prevenção" para os sentimentos relativos à vítima

Sentimentos	*g.l.*	χ^2	*p*
Solidariedade	1	1.356	.245
Ódio	1	4.192	.039*
Empatia	1	5.647	.017*
Raiva	1	3.156	.076
Repugnância	1	8.187	.004**
Compaixão	1	0.466	.496
Desprezo	1	8.547	.003**
Global	1	1.552	.213

* $p < .05$. ** $p < .01$.

Tabela 52

Médias das ordens para os sentimentos relativos à vítima segundo o Factor "prevenção"

Sentimentos	Prevenção	*Mean Rank*	*N*
Solidariedade	Portas trancadas	124.68	122
	Portas destrancadas	115.12	117
	Total		239
Ódio	Portas trancadas	125.83	122
	Portas destrancadas	113.92	117
	Total		239
Empatia	Portas trancadas	129.62	122
	Portas destrancadas	108.85	116
	Total		238
Raiva	Portas trancadas	125.63	122
	Portas destrancadas	113.6	116
	Total		238
Repugnância	Portas trancadas	129.10	122
	Portas destrancadas	109.4	116
	Total		238
Compaixão	Portas trancadas	122.86	122
	Portas destrancadas	117.02	117
	Total		239
Desprezo	Portas trancadas	128.41	122
	Portas destrancadas	111.24	117
	Total		239
Global	Portas trancadas	112.29	120
	Portas destrancadas	122.99	114
	Total		234

Quanto ao Factor "normalidade", verificaram-se efeitos significativos sobre os sentimentos de "ódio", $\chi^2_{KW}(1) = 4.120$, $N = 239$, $p = .044$ e de "desprezo", $\chi^2_{KW}(1) = 6.631$, $N = 239$, $p = .010$ (Tabela 53), os quais se apresentaram mais extremados na Condição "trajecto excepcional" (ódio: *Mean Rank* = 125.92 *versus Mean Rank* = 125.92; desprezo: *Mean Rank* = 127.59 *versus Mean Rank* = 112.47) (Tabela 54), indiciando um padrão inverso àquele obtido por Turley et al. (1995, Estudos 1 e 3) e infirmando, assim, a nossa hipótese.

Tabela 53

Teste de Kruskal-Wallis do Factor "normalidade" para os sentimentos relativos à vítima

Sentimentos	*g.l.*	χ^2	*p*
Solidariedade	1	2.206	.138
Ódio	1	4.120	.044*
Empatia	1	1.067	.302
Raiva	1	1.879	.171
Repugnância	1	1.944	.164
Compaixão	1	0.000	.999
Desprezo	1	6.631	.010*
Global	1	0.855	.355

*$p < .05$.

Tabela 54

Médias das ordens para os sentimentos relativamente à vítima segundo o Factor "normalidade"

Sentimentos	Prevenção	*Mean Rank*	*N*
Solidariedade	Portas trancadas	126.08	120
	Portas destrancadas	113.87	119
	Total		239
Ódio	Portas trancadas	114.13	120
	Portas destrancadas	125.92	119
	Total		239
Empatia	Portas trancadas	124.01	119
	Portas destrancadas	114.99	119
	Total		238
Raiva	Portas trancadas	114.65	119
	Destrancadas	124.35	119
	Total		238
Repugnância	Portas trancadas	114.70	119
	Portas destrancadas	124.30	119
	Total		238
Compaixão	Portas trancadas	120.01	120
	Portas destrancadas	119.99	119
	Total		239
Desprezo	Portas trancadas	112.47	120
	Portas destrancadas	127.59	119
	Total		239
Global	Portas trancadas	113.50	116
	Portas destrancadas	121.44	118
	Total		234

4.1.3.2.4 Sentimentos relativamente ao agressor.

Finalmente, quanto aos sentimentos relativamente ao agressor, cuja escala foi cotada da mesma forma que aquela utilizada para a vítima, os resultados descritivos apurados para a amostra global, evidenciam, como esperado, uma intensidade elevada em termos dos negativos, apresentando, os favoráveis, o padrão precisamente oposto (Tabela 55).

Tabela 55

Médias e desvios-padrão dos sentimentos relativos ao agressor

Sentimentos	*Min*	*Máx*	*M*	*DP*	*N*
Solidariedade	1	7	1.21	0.803	239
Ódio	1	7	6.14	1.500	239
Empatia	1	7	1.46	1.240	237
Raiva	1	7	6.25	1.294	238
Repugnância	1	7	6.33	1.416	239
Compaixão	1	7	1.46	1.245	238
Desprezo	1	7	6.29	1.324	239
Global	2	7	6.62	0.797	237

Tal como nas situações anteriormente reportadas, o teste dos pressupostos de distribuição normal (Anexo 27) e de homogeneidade das matrizes de variância-covariância evidenciaram a sua não validade—Teste *M* de Box: $M = 401.054$, $F(108, 115364.1) = 6.664$, $p < .000$—, pelo que nos socorremos, novamente, da MANOVA não-paramétrica para averiguar da influência dos factores "normalidade" e "prevenção" sobre os sentimentos das participantes relativamente, agora, ao agressor.

Desta resultaram efeitos significativos por parte das variáveis independentes sob estudo—"Normalidade": $\chi^2(8) = 18.792$, $N = 233$, $p = .002$; "Prevenção": $\chi^2(8) = 22.968$, $N = 233$, $p < .000$ (Tabela 56). Seguiu-se, então, a realização de um teste de Kruskal-Wallis para cada uma delas.

Tabela 56

MANOVA não-paramétrica para os sentimentos relativos ao agressor

Factores	*g.l.*	*N*	χ^2	*p*
Normalidade	8	233	18.792	.002**
Prevenção	8	233	22.968	.000***
Normalidade × Prevenção	24	233	17.864	.081

**$p < .01$. ***$p < .001$.

No caso da "normalidade", aquele indicou a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos experimentais ("trajecto rotineiro" *versus* "trajecto excepcional") para a "solidariedade", $\chi^2_{KW}(1) = 6.187$, $N = 239$, $p = .008$, a "empatia", $\chi^2_{KW}(1) = 8.667$, $N = 239$, $p = .003$, a "compaixão", $\chi^2_{KW}(1) = 11.313$, $N = 239$, $p = .001$ e o sentimento global[59], $\chi^2_{KW}(1) = 4.539$, $N = 239$, $p = .033$, apresentando, todos eles, médias de ordens superiores na Condição "trajecto excepcional" (Tabela 57).

Tabela 57

Teste de Kruskal-Wallis do Factor "normalidade" para os sentimentos relativos ao agressor

Sentimentos	*g.l.*	χ^2	*p*
Solidariedade	1	6.187	.008**
Ódio	1	0.762	.384
Empatia	1	8.677	.003**
Raiva	1	0.604	.438
Repugnância	1	3.673	.055
Compaixão	1	11.313	.001**
Desprezo	1	0.536	.465
Global	1	4.539	.033*

*$p < .05$. **$p < .01$.

Verificou-se, ainda, uma diferença marginalmente significativa para a "repugnância", $\chi^2_{KW}(1) = 3.673$, $N = 239$, $p = .055$, a qual obteve uma média de ordem inferior nessa mesma

[59]Recorde-se que, de acordo com a cotação efectuada, quanto menor o valor obtido mais favorável o sentimento global.

Condição (*Mean Rank* = 113.27 *versus* "trajecto rotineiro": *Mean Rank* = 126.57) (Tabela 58).

Tabela 58

Médias das ordens para os sentimentos relativos ao agressor segundo o Factor "normalidade"

Sentimentos	Prevenção	*Mean Rank*	*N*
Solidariedade	Portas trancadas	114.33	120
	Portas destrancadas	125.71	119
	Total		239
Ódio	Portas trancadas	123.35	120
	Portas destrancadas	116.62	119
	Total		239
Empatia	Portas trancadas	110.40	119
	Portas destrancadas	127.67	118
	Total		237
Raiva	Portas trancadas	122.45	120
	Portas destrancadas	116.50	118
	Total		238
Repugnância	Portas trancadas	126.57	120
	Portas destrancadas	113.37	119
	Total		239
Compaixão	Portas trancadas	109.34	119
	Portas destrancadas	129.66	119
	Total		238
Desprezo	Portas trancadas	122.69	120
	Portas destrancadas	117.29	119
	Total		239
Global	Portas trancadas	126.32	118
	Portas destrancadas	111.74	119
	Total		237

Em termos do Factor "prevenção", encontraram-se efeitos significativos sobre os sentimentos de "solidariedade", $\chi^2_{KW}(1) = 5.725$, $N = 239$, $p = .015$, "compaixão", $\chi^2_{KW}(1) = 15.421$, $N = 238$, $p < .000$ e sobre a apreciação global, $\chi^2_{KW}(1) = 6.068$, $N = 237$, $p = .013$ (Tabela 59), tendo os dois primeiros apresentado valores mais baixos na Condição "portas destrancadas" (solidariedade: *Mean Rank* = 114.41 *versus* "portas trancadas": *Mean Rank* = 125.36; compaixão: *Mean Rank* = 107.34 *versus* "portas trancadas": *Mean Rank* = 131.06)

condicente com um valor mais elevado do sentimento global (*Mean Rank* = 127.68 *versus* "portas trancadas": *Mean Rank* = 110.82) (Tabela 60).

De referir, ainda, um efeito marginalmente significativo deste mesmo factor ("prevenção") sobre o sentimento de "repugnância", $\chi^2_{KW}(1) = 3.726$, $N = 239$, $p = .053$, o qual assumiu uma média das ordens superior junto do Grupo "portas destrancadas" (*Mean Rank* = 126.79 *versus* "portas trancadas": *Mean Rank* = 113.49).

Tabela 59

Teste de Kruskal-Wallis do Factor "prevenção" para os sentimentos relativos ao agressor

Sentimentos	*g.l.*	χ^2	*p*
Solidariedade	1	5.725	.015*
Ódio	1	0.078	.780
Empatia	1	2.490	.116
Raiva	1	1.678	.196
Repugnância	1	3.726	.053
Compaixão	1	15.421	.000***
Desprezo	1	3.032	.082
Global	1	6.068	.013*

*$p < .05$. ***$p < .001$.

Tabela 60

Médias das ordens para os sentimentos relativos ao agressor segundo o Factor "prevenção"

Sentimentos	Prevenção	*Mean Rank*	*N*
Solidariedade	Portas trancadas	125.36	122
	Portas destrancadas	114.41	117
	Total		239
Ódio	Portas trancadas	118.94	122
	Portas destrancadas	121.10	117
	Total		239
Empatia	Trancadas	123.53	121
	Portas destrancadas	114.27	116
	Total		237
Raiva	Portas trancadas	114.62	121
	Portas destrancadas	124.55	117
	Total		238
Repugnância	Portas trancadas	113.49	122
	Portas destrancadas	126.79	117
	Total		239
Compaixão	Portas trancadas	131.06	122
	Portas destrancadas	107.34	116
	Total		238
Desprezo	Portas trancadas	113.71	122
	Portas destrancadas	125.56	117
	Total		239
Global	Portas trancadas	110.82	122
	Portas destrancadas	127.68	115
	Total		237

4.1.3.2.5 Sobre os danos sofridos pela vítima.

Relativamente aos danos sofridos pela vítima, a esmagadora maioria das participantes considerou que "sim", que ela os havia vivenciado, quer fisicamente (N = 229, $\%$ = 97.445)[60], quer psicologicamente (N = 227, $\%$ = 96.596)[61], tendo-lhes atribuído, em termos gerais e no sentido do hipotetizado, uma elevada gravidade e persistência (Tabela 61, Figura 10).

[60]Do total de 235 respostas válidas, apenas 6 recaíram sobre "não" (5 na Condição "trajecto excepcional e portas trancadas" e 1 na Condição "trajecto excepcional e portas destrancadas").
[61]Do total de 235 respostas válidas, apenas 8 recaíram sobre "não" (Condição "trajecto excepcional e portas trancadas").

Tabela 61

Médias e desvios-padrão dos danos sofridos pela vítima

Danos	Características	*Min*	*Máx*	*M*	*DP*	*N*
Físicos	Gravidade	3	7	6.24	0.871	230
	Persistência	2	7	6.29	1.047	230
Psíquicos	Gravidade	3	7	6.74	0.585	228
	Persistência	4	7	6.78	0.495	228

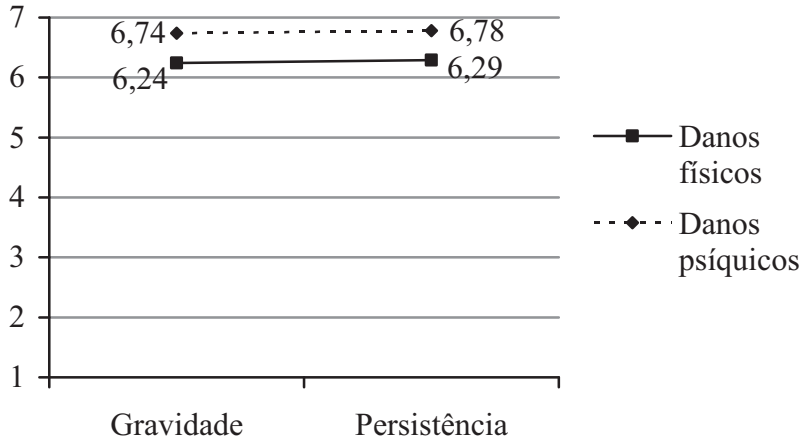

Figura 10. Gráfico dos danos atribuídos à vítima quanto à graduação da gravidade e da persistência

Analisado o pressuposto da normalidade através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors (Anexo 28), procedeu-se à comparação das médias relativas às variáveis em foco, fazendo uso do Teste *t*-Student para dados relacionados, tendo-se concluído que: (a) Não existiam diferenças entre a percepção da gravidade e a da persistência, tanto no caso dos danos físicos, $t(229) = 0.714$, $p = .476$, (Gravidade: $M = 6.24$, $DP = 0.871$, $N = 230$; Persistência: $M = 6.29$, $DP = 1.047$, $N = 230$), como no dos danos psíquicos, $t(227) = 0.943$, $p = .347$, (Gravidade: $M = 6.74$, $DP = 0.585$, $N = 228$; Persistência: $M = 6.78$, $DP = 0.495$, $N = 228$); (b) A percepção dos danos psíquicos se apresentava significativamente mais extremada, quer no que respeitava à sua gravidade, $t(225) = 7.892$, $p < .000$, ($M = 6.74$, $DP = 0.585$, $N = 228$ *versus* $M = 6.24$, $DP = 0.871$, $N = 230$), quer no que respeitava à sua

persistência, $t(225) = 7.138$, $p < .000$, ($M = 6.78$, $DP = 0.495$, $N = 228$ *versus* $M = 6.29$, $DP = 1.047$, $N = 230$), sustentando a nossa hipótese.

Após a validação do pressuposto da homogeneidade de variâncias com o Teste de Levene (Tabela 62)[62], realizaram-se quatro ANOVA's *two-way*, tomando como factores a normalidade do trajecto e a prevenção e como variáveis dependentes a gravidade e a persistência atribuídas aos danos físicos e psíquicos julgados vivenciados pela vítima.

Tabela 62

Teste de Levene para os danos sofridos pela vítima

Danos	Características	*g.l.*	*F*	*p*
Físicos	Gravidade	(3, 226)	1.884	.133
	Persistência	(3, 226)	1.277	.283
Psíquicos	Gravidade	(3, 224)	2.345	.074
	Persistência	(3, 224)	2.132	.097

No que se refere aos danos físicos, verificou-se um efeito principal do Factor "trajecto", tanto sobre a gravidade, $F(1, 226) = 19.049$, $p < .000$, $MSE = 13.485$, $\eta^2_p = 0.078$, potência = 0.991, como sobre a persistência, $F(1, 226) = 7.535$, $p = .007$, $MSE = 8.036$, $\eta^2_p = 0.032$, potência = 0.780, dos mesmos (Tabela 63).

Da análise das respectivas médias conclui-se que as participantes da Condição "trajecto excepcional" classificaram estes prejuízos de modo menos extremado, ou seja, como menos graves ($M = 5.99$, $DP = 0.950$, $N = 113$ *versus* Condição "trajecto rotineiro": $M = 6.48$, $DP = 0.714$, $N = 117$) e menos duradouros ($M = 6.10$, $DP = 1.118$, $N = 113$ *versus* Condição "trajecto rotineiro": $M = 6.47$, $DP = 0.943$, $N = 117$) (Tabela 64).

[62]Consultar Anexo 30 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 63

Análise de variância para os danos físicos sofridos pela vítima

Características	Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Gravidade	Normalidade	(1, 226)	13.485	19.049	.000***	0.078	0.991
	Prevenção	(1, 226)	0.135	0.191	.663	0.001	0.072
	Norm × Prev	(1, 226)	0.056	0.079	.779	0.000	0.059
Persistência	Normalidade	(1, 226)	8.036	7.535	.007**	0.032	0.780
	Prevenção	(1, 226)	0.556	0.521	.471	0.002	0.111
	Norm × Prev	(1, 226)	1.507	1.413	.236	0.006	0.220

**$p < .01$. ***$p < .001$.

Tabela 64

Médias e desvios-padrão da gravidade e da persistência dos danos físicos

Danos físicos	Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Gravidade	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.52	0.718	62
		Destrancadas	6.44	0.714	55
		Total	6.48	0.714	117
	Trajecto excepcional	Trancadas	6.00	1.018	55
		Destrancadas	5.98	0.888	58
		Total	5.99	0.950	113
	Total	Trancadas	6.27	0.906	117
		Destrancadas	6.20	0.836	113
		Total	6.24	0.871	230
Persistência	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.50	0.919	62
		Destrancadas	6.44	0.977	55
		Total	6.47	0.943	117
	Trajecto excepcional	Trancadas	5.96	1.170	55
		Destrancadas	6.22	1.060	58
		Total	6.10	1.118	113
	Total	Trancadas	6.25	1.074	117
		Destrancadas	6.33	1.022	113
		Total	6.29	1.047	230

Já no tocante aos danos psíquicos, não se encontraram quaisquer efeitos estatisticamente significativos (Tabela 65), resultado passível de ser explicado por um "efeito de tecto". De facto, as respectivas médias apresentaram-se bastante mais elevadas e

acompanhadas de uma mais reduzida dispersão comparativamente com aquelas relativas aos danos físicos (Tabela 66).

Tabela 65

Análise de variância para os danos psíquicos sofridos pela vítima

Características	Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Gravidade	Normalidade	(1, 224)	0.339	0.988	.321	0.004	0.168
	Prevenção	(1, 224)	0.064	0.186	.667	0.001	0.071
	Norm × Prev	(1, 224)	0.507	1.479	.225	0.007	0.228
Persistência	Normalidade	(1, 224)	0.477	1.941	.165	0.009	0.284
	Prevenção	(1, 224)	0.013	0.051	.821	0.000	0.056
	Norm × Prev	(1, 224)	0.021	0.086	.770	0.000	0.060

Tabela 66

Médias e desvios-padrão da gravidade e da persistência dos danos psíquicos

Danos psíquicos	Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Gravidade	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.81	0.474	62
		Destrancadas	6.75	0.726	55
		Total	6.78	0.603	117
	Trajecto excepcional	Trancadas	6.63	0.627	52
		Destrancadas	6.76	0.503	59
		Total	6.70	0.566	111
	Total	Trancadas	6.73	0.553	114
		Destrancadas	6.75	0.618	114
		Total	6.74	0.585	228
Persistência	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.82	0.497	62
		Destrancadas	6.82	0.434	55
		Total	6.82	0.466	117
	Trajecto excepcional	Trancadas	6.71	0.536	52
		Destrancadas	6.75	0.512	59
		Total	6.73	0.521	111
	Total	Trancadas	6.77	0.516	114
		Destrancadas	6.78	0.475	114
		Total	6.78	0.495	228

4.1.3.2.6 Sobre o julgamento da vítima.

Em termos do julgamento da vítima, verificou-se, como esperado, que as participantes fizeram uma avaliação globalmente positiva, na medida em que consideraram não ter havido praticamente nenhum consentimento (*M* = 1.61, *DP* = 1.271, *N* = 235), nem precipitação da situação (*M* = 2.02, *DP* = 1.476, *N* = 235) da sua parte.

No mesmo sentido, atribuíram-lhe uma reduzida responsabilidade (*M* = 1.90, *DP* = 1.235, *N* = 239), bem como uma reduzida culpa (M = 1.86, *DP* = 1.450, *N* = 239) pelo sucedido.

Ainda segundo as mesmas, a protagonista teria tido muito azar (*M* = 6.02, *DP* = 1.154, *N* = 236).

Tabela 67

Teste de Levene para o julgamento da vítima

Julgamento da vítima	*g.l.*	*F*	*p*
Azar	(3, 232)	0.210	.889
Consentimento	(3, 231)	2.446	.065
Precipitação	(3, 231)	1.518	.211
Responsabilidade	(3, 235)	2.579	.054
Culpa	(3, 235)	2.098	.101

Após avaliada a normalidade da distribuição tendo em conta os factores em estudo (Anexo 31) e validado o pressuposto da homogeneidade de variâncias (Tabela 67), efectuaram-se uma série de ANOVA's *two-way*, as quais revelaram a existência de apenas dois efeitos principais significativos: O da normalidade do trajecto sobre a graduação da responsabilidade, $F(1, 235) = 4.628$, $p = .032$, $MSE = 6.927$, $\eta^2_p = 0.019$, potência = 0.572 e da culpa, $F(1, 235) = 4.439$, $p = .036$, $MSE = 9.269$, $\eta^2_p = 0.019$, potência = 0.555 (Tabela 68). Como previsto, tanto uma quanto a outra assumiram valores mais elevados na Condição "trajecto excepcional" (responsabilidade: *M* = 2.08, *DP* = 1.329, *N* = 119; culpa: *M* = 2.06, *DP* = 1.558, *N* = 119) relativamente à Condição "trajecto rotineiro" (responsabilidade: *M* = 1.73, *DP* = 1.113, *N* = 120; culpa: *M* = 1.67, *DP* = 1.311, *N* = 120) (Tabela 69).

Adicionalmente, verificou-se um efeito principal marginal da "normalidade" sobre o suposto azar da vítima, $F(1, 232) = 3.700$, $p = .056$, $MSE = 4.880$, $\eta^2_p = 0.016$, potência =

0.482, cuja média se apresentou inferior na Condição "trajecto excepcional" (*M* = 5.88, *DP* = 1.144, *N* = 119 *versus* "trajecto rotineiro": *M* = 6.16, *DP* = 1.152, *N* = 1117).

Tabela 68

Análise de variância para o julgamento da vítima

Julgamento da vítima	Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Azar	Normalidade	(1, 232)	4.880	3.700	.056	0.016	0.482
	Prevenção	(1, 232)	0.166	0.126	.723	0.001	0.064
	Norm × Prev	(1, 235)	2.114	1.603	.207	0.007	0.243
Consentimento	Normalidade	(1, 231)	0.698	0.432	.512	0.002	0.100
	Prevenção	(1, 231)	1.485	0.920	.339	0.004	0.159
	Norm × Prev	(1, 231)	2.745	1.700	.194	0.007	0.255
Precipitação	Normalidade	(1, 231)	1.204	0.550	.459	0.002	0.114
	Prevenção	(1, 231)	3.424	1.566	.212	0.007	0.238
	Norm × Prev	(1, 231)	0.329	0.151	.698	0.001	0.067
Responsabilidade	Normalidade	(1, 235)	6.927	4.628	.032*	0.019	0.572
	Prevenção	(1, 235)	3.778	2.524	.113	0.011	0.353
	Norm × Prev	(1, 235)	0.285	0.190	.663	0.001	0.072
Culpa	Normalidade	(1, 235)	9.269	4.439	.036*	0.019	0.555
	Prevenção	(1, 235)	0.441	0.211	.646	0.001	0.074
	Norm × Prev	(1, 235)	0.079	0.038	.846	0.000	0.054

*$p < .05$.

Tabela 69

Médias e desvios-padrão do julgamento da vítima

Julgamento da vítima	Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Azar	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.05	1.273	62
		Destrancadas	6.29	0.994	55
		Total	6.16	1.152	117
	Trajecto excepcional	Trancadas	5.95	1.199	60
		Destrancadas	5.81	1.090	59
		Total	5.88	1.144	119
	Total	Trancadas	6.00	1.233	122
		Destrancadas	6.04	1.068	114
		Total	6.02	1.154	236
Consentimento	Trajecto rotineiro	Trancadas	1.52	1.149	61
		Destrancadas	1.58	1.357	55
		Total	1.55	1.247	116
	Trajecto excepcional	Trancadas	1.85	1.436	60
		Destrancadas	1.47	1.120	59
		Total	1.66	1.297	119
	Total	Trancadas	1.69	1.304	121
		Destrancadas	1.53	1.235	114
		Total	1.61	1.271	235
Precipitação	Trajecto rotineiro	Trancadas	2.10	1.620	61
		Destrancadas	1.78	1.257	55
		Total	1.95	1.462	116
	Trajecto excepcional	Trancadas	2.17	1.586	60
		Destrancadas	2.00	1.402	59
		Total	2.08	1.493	119
	Total	Trancadas	2.13	1.597	121
		Destrancadas	1.89	1.333	114
		Total	2.02	1.476	235
Responsabilidade	Trajecto rotineiro	Trancadas	1.65	1.042	62
		Destrancadas	1.83	1.187	58
		Total	1.73	1.113	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	1.92	1.306	60
		Destrancadas	2.24	1.343	59
		Total	2.08	1.329	119
	Total	Trancadas	1.78	1.182	122
		Destrancadas	2.03	1.279	117
		Total	1.90	1.235	239
Culpa	Trajecto rotineiro	Trancadas	1.73	1.295	62
		Destrancadas	1.60	1.337	58
		Total	1.67	1.311	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	2.08	1.650	60
		Destrancadas	2.03	1.474	59
		Total	2.06	1.558	119
	Total	Trancadas	1.90	1.485	122
		Destrancadas	1.82	1.418	117
		Total	1.86	1.450	239

Finalmente, das 234 participantes que responderam à questão relativa à veracidade de uma eventual queixa formal por parte da vítima, a grande maioria assinalou que a consideraria credível (*F* = 206, *%* = 88), seguida de um número expressivamente inferior que a classificaria como dúbia (*F* = 25, *%* = 10.7) e de apenas três elementos que a julgariam falsa (*F* = 3, *%* = 1.3).

Atendendo à sua distribuição segundo a condição experimental, verificamos ser esta relativamente homogénea, com uma ligeira tendência para a conotação da queixa como dúbia ser superior na Condição "trajecto excepcional" quando comparada com a Condição "trajecto rotineiro" (Tabela 70).

Tabela 70

Classificação da queixa segundo a condição experimental

Prevenção	Queixa	Trajecto		Total
		Rotineiro	Excepcional	
Portas trancadas	Credível	57	50	107
	Dúbia	5	7	12
	Falsa	0	2	2
	Total	62	59	121
Portas destrancadas	Credível	52	47	99
	Dúbia	2	11	13
	Falsa	0	1	1
	Total	54	59	113
Total		116	118	234

4.1.3.2.7 Sobre o julgamento do agressor.

No atinente ao julgamento do agressor, este apresentou-se, contrariamente ao da vítima, globalmente negativo, com a atribuição de alguma premeditação (*M* = 5.35, *DP* = 1.638, *N* = 239) e de uma elevada responsabilidade (*M* = 6.64, *DP* = 0.853, *N* = 239) e culpa (M = 6.67, *DP* = 0.877, *N* = 239), sustentando a nossa hipótese.

Realizado o Teste *t*-Student para comparação dos valores destas últimas relativamente àqueles inerentes à vítima, após avaliada a normalidade (Anexo 32), concluiu-se que, tanto o grau de responsabilidade, como o de culpa atribuídas ao agressor se apresentou

significativamente superior àquele imputado à jovem[63]—responsabilidade: $t(238) = 43.705$, $p < .000$; culpa: $t(238) = 35.987$, $p < .000$.

Das ANOVA's *two-way* conduzidas, uma vez aferida a normalidade da distribuição tendo, agora, em conta os factores "normalidade" e "prevenção" (Anexo 34), assim como o pressuposto da homogeneidade de variâncias (Tabela 71), emergiu apenas um efeito principal significativo (Tabela 72)—o da normalidade do trajecto sobre a premeditação da situação, $F(1, 235) = 6.688$, $p = .010$, $MSE = 17.619$, $\eta^2_p = 0.028$, potência = 0.731—, a qual foi avaliada mais extremadamente na Condição "trajecto rotineiro" ($M = 5.62$, $DP = 1.409$, $N = 120$) comparativamente com a Condição "trajecto excepcional" ($M = 5.08$, $DP = 1.805$, $N = 119$) (Tabela 73).

O resultado reportado poderá dever-se a uma eventual interpretação da situação, por parte das participantes, que as tenha conduzido a considerar que o agente já havia identificado o padrão da vítima—hora de passagem naquele local—e, assim, tido a possibilidade de premeditar o acto. Recorde-se que, justamente na Condição "trajecto rotineiro", alguns contrafactuais incidiram sobre esse mesmo conteúdo, revertendo-o para um trajecto diferente, justificado como forma de prevenir que o agressor se tivesse apercebido de tal regularidade[64].

Tabela 71

Teste de Levene para o julgamento do agressor

Julgamento do agressor	*g.l.*	*F*	*p*
Premeditação	(3, 235)	1.815	.145
Responsabilidade	(3, 235)	1.919	.127
Culpa	(3, 235)	2.561	.056

[63]Recordem-se as respectivas medidas descritivas: Responsabilidade ($M = 1.90$, $DP = 1.235$; $N = 239$) e culpa ($M = 1.86$, $DP = 1.450$; $N = 239$).

[64]Referido por 23 das 167 participantes que integraram a Condição "trajecto rotineiro" (13.8%).

Tabela 72

Análise de variância para o julgamento do agressor

Julgamento do agressor	Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Premeditação	Normalidade	(1, 235)	17.619	6.688	.010*	0.028	0.731
	Prevenção	(1, 235)	0.304	0.115	.734	0.000	0.063
	Norm × Prev	(1, 235)	1.271	0.482	.482	0.002	0.106
Responsabilidade	Normalidade	(1, 235)	0.711	0.979	.323	0.004	0.167
	Prevenção	(1, 235)	0.230	0.317	.574	0.001	0.087
	Norm × Prev	(1, 235)	1.648	2.269	.133	0.010	0.323
Culpa	Normalidade	(1, 235)	1.891	2.484	.116	0.010	0.348
	Prevenção	(1, 235)	1.306	1.716	.192	0.007	0.257
	Norm × Prev	(1, 235)	0.776	1.019	.314	0.004	0.171

*$p < .05$.

Tabela 73

Médias e desvios-padrão do julgamento do agressor

Julgamento do agressor	Normalidade	Prevenção	*M*	*DP*	*N*
Premeditação	Trajecto rotineiro	Trancadas	5.58	1.374	62
		Destrancadas	5.66	1.458	58
		Total	5.62	1.409	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	5.18	1.732	60
		Destrancadas	4.97	1.884	59
		Total	5.08	1.805	119
	Total	Trancadas	5.39	1.566	122
		Destrancadas	5.31	1.714	117
		Total	5.35	1.638	239
Responsabilidade	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.74	0.828	62
		Destrancadas	6.64	0.873	58
		Total	6.69	0.848	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	6.47	0.911	60
		Destrancadas	6.69	0.793	59
		Total	6.58	0.859	119
	Total	Trancadas	6.61	0.877	122
		Destrancadas	6.67	0.830	117
		Total	6.64	0.853	239
Culpa	Trajecto rotineiro	Trancadas	6.74	0.904	62
		Destrancadas	6.78	0.839	58
		Total	6.76	0.870	120
	Trajecto excepcional	Trancadas	6.45	0.946	60
		Destrancadas	6.71	0.789	59
		Total	6.58	0.878	119
	Total	Trancadas	6.60	0.933	122
		Destrancadas	6.74	0.811	117
		Total	6.67	0.877	239

Analisamos, agora, integradamente, os resultados relativos ao efeito do Factor "normalidade" e do Factor "prevenção" sobre a percepção do crime de violação contra as mulheres.

Relativamente ao Factor "normalidade", as participantes da Condição "trajecto excepcional" penalizaram mais a vítima, manifestando maior ódio e desprezo pela mesma, classificando os seus danos físicos como menos graves e menos persistentes e atribuindo-lhe uma maior responsabilidade e culpa pelo sucedido, considerando-o menos devido ao azar e tendendo a julgar uma sua eventual queixa como mais dúbia.

Em consonância, e igualmente como esperado, estas mesmas participantes (Condição "trajecto excepcional") revelaram sentir uma maior solidariedade, empatia e compaixão e uma menor repugnância relativamente ao agressor, a quem atribuíram uma menor premeditação do acto por si cometido.

Quanto ao Factor "prevenção", tal como previsto, foram os elementos que integraram o grupo "portas destrancadas" aqueles que manifestaram uma maior intensidade dos sentimentos negativos relativamente à jovem (ódio, repugnância, desprezo e raiva), apesar de terem reportado uma maior empatia. A elevada mutabilidade associada ao que seria a quebra de uma norma de segurança a adoptar pela jovem poderá ter sido, em nosso entender, a responsável por tais resultados.

Tidos no seu conjunto, os efeito reportados configuram um padrão que, não só vai, em termos gerais, ao encontro das nossas hipóteses e dos estudos revistos (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Turley et al., 1995, Estudos 1 e 3), como parece perfilar uma situação de hetero-vitimização secundária (e.g., Brickman et al., 1982), concretamente nas suas formas de desvalorização (e.g., Stein, 1973), minimização do sofrimento (e.g., Rosenberg, 1994) e culpabilização (e.g., Brekke & Borgida, 1988) da vítima.

Já a graduação da favorabilidade dos sentimentos relativamente ao agressor apresentou um perfil oposto àquele identificado para o Factor "normalidade", infirmando as nossas hipóteses, na medida em que o grupo "portas destrancadas" exibiu uma menor solidariedade e compaixão, apesar de uma mais favorável apreciação global, e uma maior repugnância.

Uma possível interpretação prende-se com a crença de que o violador é um sujeito psicologicamente perturbado, ditada pelos mitos da violação (e.g., Anderson, 2007;

Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990). Testamo-la mais adiante.

4.2 Estudo 2—"Se Ela Tivesse Trancado as Portas do Carro...": Que Normas Associadas?

4.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

O estudo anterior colocou em evidência uma forte propensão, por parte das participantes, para contrafactualizar o facto de a vítima não haver trancado as portas da viatura durante a sua deslocação.

De acordo com a hipótese geral da presente dissertação, tal dever-se-ia à mutabilidade associada às obrigações de segurança (Byrne, 2005), seguindo, pois, uma lógica prescritiva-preventiva. Contudo, era possível equacionar explicações concorrentes, como a inferência de que a vítima costumava trancar as portas do carro, não o tendo feito, excepcionalmente, no dia em que ocorreu o crime. Nesse caso, estaria em causa a norma intrapessoal da mesma.

O presente estudo foi desenvolvido com o intuito de responder à questão assim emergente—"Se ela tivesse trancado as portas do carro…": Que normas associadas?—, tendo consistido na administração de um pequeno questionário às participantes, constituído por uma das versões do cenário (trajecto rotineiro-portas destrancadas) e por quatro perguntas relativas a vários tipos de normas—intrapessoal (protagonista), intragrupal (os portugueses), própria (as participantes) e prescritiva-preventiva (dever-se trancar as portas do carro quando se conduz).

Formularam-se as seguintes hipóteses: Espera-se que as participantes considerem que a vítima não costumava trancar as portas do carro quando conduzia e que manifestem que tal constitui um cuidado a ser adoptado sempre, ou seja, prevê-se que os resultados sustentem o nosso pressuposto geral, indicando que a mutabilidade que caracteriza o antecedente "trancar as portas do carro" se prende, predominantemente, com as obrigações de segurança e as normas preventivas a estas ligadas.

4.2.2 Método.

4.2.2.1 Participantes.

O estudo que agora se apresenta foi realizado junto de 59 estudantes universitárias[65]. As suas idades variavam entre os 18 e os 40 anos, situando-se, a respectiva média, nos 23 anos (*M* = 23.33, *DP* = 5.388, *Min* = 18, *Máx* = 40).[66]

4.2.2.2 Instrumento.

Foi construído um pequeno questionário composto por quatro folhas A_4 (Anexo 35). Após uma primeira página introdutória, era apresentada a versão "trajecto rotineiro-portas destrancadas" tal como utilizada no estudo anterior.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

A este seguiam-se quatro questões (resposta em escalas de 10 intervalos ancoradas em "Nunca" e "Sempre") sobre a frequência com que (a) a jovem protagonista, (b) os portugueses em geral e (c) as próprias (caso conduzissem) costumavam trancar as portas do carro e (d) sobre a frequência com que, em sua opinião, se deveria adoptar tal medida.

---

[65]Da amostra inicial (*N* = 73) foram excluídas 14 participantes: 2 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação e 12 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado.

[66]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

No final constavam várias questões sobre dados sócio-demográficos dos respondentes: Idade, sexo, ano de frequência universitária, profissão, vivência de um crime de violação e conhecimento de alguém que já tivesse sido vítima do mesmo.

4.2.2.3 Procedimento.

Os questionários foram aplicados após o término de uma das aulas das participantes, mediante autorização do respectivo docente.

Feito o enquadramento do estudo e daquilo que lhes iria ser solicitado, sublinhou-se a não obrigatoriedade de participação, a importância da sua vontade em colaborar, da espontaneidade das respostas e a garantia do anonimato e confidencialidade das mesmas.

Posto isto, procedeu-se à distribuição do questionário, cujo preenchimento ocupou cerca de dez minutos.

Terminou-se agradecendo a colaboração dos presentes e explicando o objectivo da investigação em que se inseria o questionário administrado.[67]

4.2.3 Resultados e discussão.

Todas as estudantes abordadas participaram favoravelmente, ou seja, nenhuma das então presentes abandonou a sala previamente à distribuição do questionário nem o devolveu indevidamente preenchido.

Os dados foram cotados de 0 (Nunca) a 10 (Sempre), tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

Cruzando as estatísticas descritivas (Tabela 74, Figura 11) com os resultados do Teste *t*-Student para dados relacionados[68] (Tabela 75), o qual revelou serem as médias relativas aos quatro itens significativamente diferentes entre si (nas suas várias comparações), é possível concluir o seguinte: As participantes inferiram que a vítima raramente trancava as portas do carro ($M = 2.78$, $DP = 1.885$, $N = 59$), comportamento que, segundo as mesmas, seria, embora ligeiramente mais frequente, igualmente inusual por parte dos portugueses, $M = 3.69$, $DP = 2.199$, $N = 59$, $t(58) = 3.068$, $p = .003$.

---

[67]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".
[68]Consultar Anexo 36 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Isto, contrariamente ao que afirmaram costumar fazer—trancam as portas muitas das vezes que conduzem, $M = 6.87$, $DP = 3.374$, $N = 53$[69]; $t(52) = 7.006$, $p < .000$—, resultado que pode estar inflacionado por via da eventual desejabilidade social associada à frequência com que julgam dever ser feito—Quase sempre ($M = 9.22$, $DP = 1.365$, $N = 59$), $t(52) = 5.429$, $p < .000$—, apesar de as participantes de Berta, Ornelas e Maria (2007), de Ferreira (2004) e de Janeira (2004) terem manifestado tratar-se de um tipo de precaução que adoptam, habitualmente, como forma de lidarem com o medo da violação.

Tabela 74

Análise descritiva para cada tipo de norma

Normalidade	*M*	*DP*	*Min*	*Máx*	*N*
Norma intrapessoal (vítima)	2.78	1.885	0	9	59
Norma intragrupal	3.69	2.199	0	8	59
Norma intrapessoal (participantes)	6.87	3.374	0	10	53
Norma prescritiva-preventiva	9.22	1.365	5	10	59

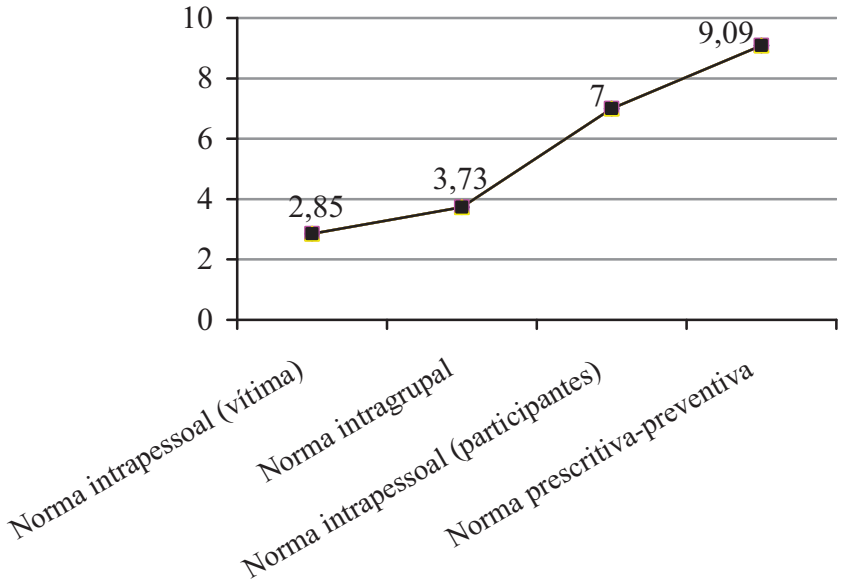

Figura 11. Gráfico das médias relativas aos quatro tipos de norma

[69]Seis das participantes assinalaram não poderem responder por não conduzirem.

Tabela 75

Teste t-Student para os quatro tipos de norma

	Vítima	Portugueses	Participantes	Prescrição
Vítima				
Portugueses	$t = 3.068$, p = .003** *g.l.* = 58			
Participantes	$t = 8.207$, $p = .000$*** *g.l.* = 52	$t = 7.006$, $p = .000$*** *g.l.* = 52		
Prescrição	$t = 21.590$, $p = .000$*** *g.l.* = 58	$t = 17.993$, $p = .000$*** *g.l.* = 58	$t = 5.429$, $p = .000$*** *g.l.* = 52	

**$p < .01$. ***p < .001.

Os resultados obtidos vão ao encontro da hipótese formulada e são indicativos de que as participantes alteram o antecedente em estudo, não no sentido de reporem a norma intrapessoal da vítima mas, antes, modificando essa mesma norma, por si inferida ao abrigo de uma lógica preventiva. Os pensamentos do tipo "*Se ela tivesse trancado as portas do carro*..." parecem, assim, obedecer ao critério das obrigações de segurança (Byrne, 2005) e visar a prevenção do crime por parte da protagonista.

Finalizou-se a presente série testando, justamente, esta interpretação de uma forma directa, ou seja, manipulando a normalidade do comportamento preventivo em foco (trancar as portas do carro).

4.3 Estudo 3—Manipulando a Normalidade do Comportamento Preventivo

4.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

O perfil dos resultados obtidos nos estudos 1 e 2 corrobora a nossa hipótese de que os antecedentes controláveis pela vítima e que constituiriam uma forma de esta ter prevenido o acontecimento (trancar as portas do carro, no caso vertente) são aqueles que se revestem de uma maior mutabilidade, sobrepondo-se aos antecedentes excepcionais e a outros que, embora igualmente controláveis, poderiam ter contribuído para evitar (mas não prevenir) o dramático final (e.g., fugir, passar o sinal vermelho).

Contudo, esta conclusão decorre do uso de um cenário em que a manipulação da normalidade e a da prevenção incidiram sobre comportamentos diferentes da vítima (trajecto seguido no regresso das aulas e fecho das portas do carro ao conduzir, respectivamente). Por exemplo, Girotto et al. (1991, Estudo 2) procederam à comparação da controlabilidade e da normalidade fazendo variar a excepcionalidade do evento controlável em foco, de tal modo que a decisão de Mr. Bianchi parar num bar para beber uma cerveja quando se dirigia do trabalho para casa foi apresentada, nuns casos, como usual e, noutros, como inusual.

O trabalho empírico que agora se descreve, terceiro e último desta segunda série, serviu, assim, para testar o peso relativo dos factores "Normalidade" e "Prevenção" trabalhando-se apenas com o comportamento preventivo sob análise—trancar as portas do carro: "A vítima havia *versus* não havia trancado as portas" × "A vítima costumava *versus* não costumava trancar as portas do carro".

De acordo com a proposta da presente dissertação, e na sequência dos resultados dos estudos anteriores (Estudos 1 e 2), formularam-se as seguintes hipóteses: Espera-se que a norma de segurança se sobreponha à norma intrapessoal na determinação do conteúdo contrafactual. Assim, prevê-se que nas duas condições em que é dito que a vítima não trancou as portas do carro ("costumava-não trancou" e "não costumava-não trancou") este constitua o conteúdo significativamente mais referido, não apresentando diferenças entre si. Quanto às condições em que a vítima terá adoptado um comportamento preventivo ("costumava-trancou" e "não costumava-trancou"), prevê-se que seja o conteúdo "fuga" a substituir o conteúdo "trancar as portas", tal como aconteceu no Estudo 1.

4.3.2 Método.

4.3.2.1 Participantes.

Participaram na experiência que agora se relata 80 elementos do sexo feminino[70], os quais apresentavam uma média etária de 22 anos (*M* = 22.32, *DP* = 5.023, *Min* = 17, *Máx* = 43).[71]

Este contou com duas variáveis independentes, cada uma contendo dois níveis: A norma intrapessoal (a vítima "costumava" *versus* "não costumava" trancar as portas do carro) e o comportamento preventivo (a vítima "trancou" *versus* "não trancou" as portas do carro).

A distribuição das participantes pelas quatro condições experimentais resultantes foi feita de forma aleatória, com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*), tendo-se revelado equitativa (Tabela 76).

Tabela 76

Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série II—Estudo 3)

		Norma intrapessoal		
		Costumava trancar as portas do carro	Não costumava trancar as portas do carro	Total
Prevenção	Trancou as portas do carro	40	40	80
	Não trancou as portas do carro	40	40	80
	Total	80	80	120

4.3.2.2 Material e procedimento.

Cada participante recebeu um bloco de formato A_4 constituído por quatro folhas escritas apenas na frente.

Após uma introdução ao estudo, foi-lhes apresentado o cenário, com a devida referência de que se tratava de uma situação fictícia, solicitando-se-lhes que o lessem atentamente. Este resultou de uma adaptação da versão original (Série I—Estudo 2), tendo-se

[70]Da amostra inicial (*N* = 93) foram excluídas 13 participantes: 1 por ter afirmado já haver sido vítima de violação, 7 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 5 por terem assinalado não pretenderem responder a estas questões.

[71]Consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

apenas modificado e acrescentado a informação que serviu à manipulação da norma intrapessoal e da adopção de comportamento preventivo, o que redundou em quatro situações (Anexo 38).

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto, o qual dura à volta de 1 hora. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **[Condição "rotineira":** Como é seu hábito,**; Condição "excepcional":** Contrariamente àquilo que é seu hábito,**] [Condição "comportamento preventivo":** conduzia com as portas trancadas.**; Condição "comportamento não preventivo":** conduzia com as portas destrancadas.**]** Encontrava-se parada num sinal vermelho, quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **[Condição "comportamento preventivo":** tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo, partiu-lhe os vidros.**; Condição "comportamento não preventivo":** entrou, abruptamente, no seu carro.**]** Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Em seguida, foi-lhes proposta a listagem dos pensamentos contrafactuais que lhes tivessem ocorrido na sequência da tarefa anterior, tendo-se disponibilizado vinte linhas para o efeito.

Tal como em Roese (1994), as participantes puderam registar tantos pensamentos quantos pretenderam.

A instrução adoptada foi a mesma do Estudo 1:

Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Diga quais os pensamentos do tipo 'Se…, então…' que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso.

(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar 'em voz alta').

Finalizou-se pedindo alguns dados sócio-demográficos (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime), tendo sido sublinhados o anonimato e a confidencialidade das respectivas respostas.

As tarefas duraram cerca de 15 minutos no seu total, tendo-se procedido ao esclarecimento dos objectivos do estudo uma vez terminadas por todas as presentes.[72]

4.3.3 Resultados e discussão.

Nenhuma das estudantes abandonou a sala antes do início das tarefas, tendo estas sido devidamente realizadas pela sua maioria.

Cada pensamento listado pelas 73 participantes[73] foi classificado por juízes, independentes e cegos quanto às hipóteses em estudo, quanto a se se tratava, ou não, de um contrafactual. Dado que se afectou dois juízes a cada condição experimental, contou-se com a participação total de oito juízes.

Estes dispuseram de um caderno de instruções em tudo semelhante ao utilizado no Estudo 1 (Anexo 14), apenas se tendo substituído os cenários por aqueles agora empregues.

O grau de acordo foi bastante elevado para todas as condições experimentais (Tabela 77) e a discussão constituiu a forma de resolução das discordâncias havidas.[74]

Este processo redundou na identificação de 108 pensamentos contrafactuais.

---

[72]Para uma informação mais detalhada que aquela a seguir apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".
[73]Das 80 participantes iniciais, 7 não listaram quaisquer pensamentos.
[74]Recorde-se "Sobre a classificação dos pensamentos" constante na "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tabela 77

Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos (Série II—Estudo 3)

		Norma intrapessoal	
		Costumava	Não costumava
Prevenção	Trancou	99%	98%
	Não trancou	98%	99%

Os dados obtidos foram analisados em termos dos dois estádios de geração do pensamento contrafactual (Roese & Olson, 1995b)—activação e conteúdo—no sentido de verificar se, em cada um deles, haviam ocorrido diferenças significativas entre os quatro grupos experimentais, tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

4.3.3.1 Estádio activação.

Do total de 73 participantes que listaram pensamentos, apenas 6 não registaram contrafactuais, tendo-se verificado uma activação média de 1.48 (M = 1.48, DP = 0.835, Min = 0, $Máx$ = 3, N = 73).

Seguidamente, submeteu-se o número de pensamentos contrafactuais apurados a uma ANOVA *two-way*, tomando como factores a norma intrapessoal e o comportamento preventivo.

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, $F(3, 69) = 2.591$, $p = .060$.[75]

Verificou-se, apenas, um efeito marginalmente significativo da variável "norma intrapessoal", $F(1, 69) = 3.903$, $p = .052$, $MSE = 2.575$, $\eta^2_p = 0.054$, potência = 0.495 (Tabela 78).

[75]Consultar Anexo 39 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 78

Análise de variância para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 3)

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do efeito
Norma	(1, 69)	2.575	3.903	.052	0.054	0.495
Comportamento	(1, 69)	1.180	1.788	.186	0.025	0.261
Norma × Comportamento	(1, 69)	0.743	1.126	.292	0.016	0.182

Contrariando os resultados de alguns estudos (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Roese & Olson, 1997; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Estudo 2), as participantes da Condição "rotineira" (costumava trancar as portas do carro) tenderam a formular um maior número de pensamentos contrafactuais do que as da Condição "excepcional" (não costumava trancar as portas do carro) (M = 1.69, DP = 0.932, N = 35 *versus* M = 1.29, DP = 0.694, N = 38, respectivamente).

Tabela 79

Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série II—Estudo 3)

Norma	Comportamento	*M*	*DP*	*N*
Costumava	Trancou	1.44	1.031	16
	Não trancou	1.89	0.809	19
	Total	1.69	0.932	35
Não costumava	Trancou	1.26	0.806	19
	Não trancou	1.32	0.582	19
	Total	1.29	0.694	38
Total	Trancou	1.34	0.906	35
	Não trancou	1.61	0.755	38
	Total	1.48	0.835	73

Uma possível explicação prende-se com a maior facilidade de reversão do resultado providenciada pelo facto de a jovem não costumar trancar as portas do carro, pelo que as participantes do grupo a quem foi fornecida informação contrária—a jovem deslocava-se, usualmente, com as portas do carro trancadas—teriam sentido necessidade de fazer "*undo*" sobre um maior número de elementos procurando a suficiência causal (e.g., Mandel & Lehman, 1998; N'gbala & Branscombe, 1995) para que o crime não tivesse ocorrido.

Esta hipótese interpretativa parece receber suporte por parte do mais alargado leque de conteúdos sobre as quais as mesmas se debruçaram, como se pode constatar mais à frente, tendo sido, nomeadamente, as únicas a referirem os seguintes elementos: "semáforo", "instrumento de defesa", "técnica de defesa", "atenção e cuidado" e "paragem no semáforo".

4.3.3.2 Estádio conteúdo.

Os 108 pensamentos contrafactuais registados foram, então, submetidos a uma análise do conteúdo em torno do qual haviam sido formulados, tendo-se isolado 15 dos 20 apurados no Estudo 1, acrescidos de um novo—perturbação psicológica do agressor—referido por uma única participante do grupo experimental "não costumava trancar-não trancou as portas do carro" (*"Se o agressor tivesse tido anteriormente algum acompanhamento psicológico podia atenuar os seus distúrbios e não ter violado a jovem. "*: [Suj. 79]).

Dado que cada uma das participantes formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo, os resultados apresentados na Tabela 80 reportam-se ao total daquelas que geraram pensamentos classificados como tal.

Em consonância com o previsto, o antecedente "portas do carro" foi o mais alterado (F = 35, $\%$ = 52.23), só então se posicionando o antecedente "fuga" (F = 17, $\%$ = 25.4), diferença apontada como estatisticamente significativa pelo Teste Q de Cochran posteriormente realizado, $Q(1) = 6.750$, $p = .009$, $N = 67$. Já este ("fuga") não se apresentou superiormente referido àquele encontrado imediatamente a seguir ("trajecto alternativo"), F = 11, $\%$ = 16.4; $Q(1) = 1.500$, $p = .221$, $N = 67$.

Tabela 80

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série II—Estudo 3)

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Portas do carro	35	52.2
2 – Fuga	17	25.4
3 – Trajecto alternativo	11	16.4
4 – Reacção ao ataque	9	13.4
5 – Trajecto rotineiro	8	11.9
6 – Semáforo	6	9.0
7 – Instrumento de defesa	4	6.0
8 – Meio de transporte	4	6.0
9 – Regime da faculdade	3	4.5
10 – Sozinha	3	4.5
11 – Atenção e cuidado	2	3.0
12 – Técnica de defesa	2	3.0
13 – Contexto	1	1.5
14 – Segurança pública	1	1.5
15 – Perturbação do agressor	1	1.5
16 – Paragem no semáforo	1	1.5
Total = 67 participantes		

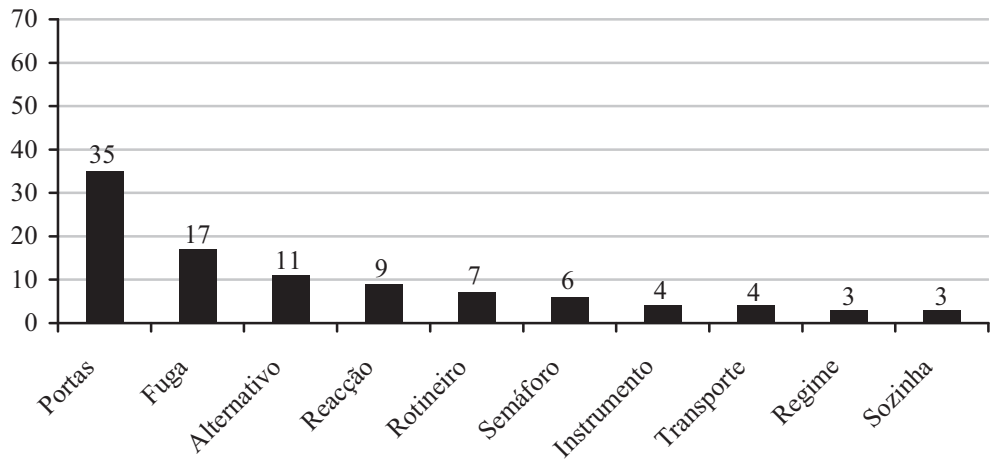

Figura 12. Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 3$) (Série II—Estudo 3)

Atendendo, agora, às várias condições experimentais, verifica-se que, tal como esperado, o conteúdo "portas do carro" apenas foi mencionado nas condições em que a vítima

não as teria trancado, isto independentemente da norma intrapessoal, ou seja, de ela costumar, ou não, fazê-lo, apresentando frequências extremamente próximas para os grupos em questão ("costumava-não trancou": *F* = 16, *%* = 45.71; "não costumava-não trancou": *F* = 19, *%* = 54.29). Daqui é possível concluir que a norma preventiva se sobrepôs à norma intrapessoal, através da alteração de antecedentes rotineiros para excepcionais, desde que tal constituísse uma conduta de segurança.

Tabela 81

Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo as várias condições experimentais (Série II—Estudo 3)

	Costumava				Não costumava				
	Trancou		Não trancou		Trancou		Não trancou		
Conteúdo	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	Total
1 – Portas	0	0.00	16	45.71	0	0.00	19	54.29	35
2 – Fuga	6	35.29	1	5.9	9	52.94	1	5.9	17
3 – Traj. alternativo	3	27.27	1	9.10	5	45.45	2	18.18	11
4 – Reacção	4	44.44	1	11.11	3	33.33	1	11.11	9
5 – Traj. rotineiro	4	50.00	1	12.50	2	25.00	1	12.50	8
6 – Semáforo	2	33.34	4	66.66	0	0.00	0	0.00	6
7 – Instrumento	0	0.00	4	100.00	0	0.00	0	0.00	4
8 – Transporte	0	0.00	3	75.00	1	25.00	0	0.00	4
9 – Regime	1	33.33	1	33.33	1	33.33	0	0.00	3
10 – Sozinha	1	33.33	1	33.33	1	33.33	0	0.00	3
11 – Contexto	0	0.00	0	0.00	1	100.00	0	0.00	1
12 – Atenção	1	50.00	1	50.00	0	0.00	0	0.00	2
13 – Técnica	0	0.00	2	100.00	0	0.00	0	0.00	2
14 – Segurança	0	0.00	0	0.00	1	100.00	0	0.00	1
15 – Agressor	0	0.00	0	0.00	0	0.00	1	100.00	1
16 – Paragem	1	100.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00	1
Total = 67 participantes									

Quanto à substituição do antecedente "portas do carro" nas condições "trancou", encontra-se, como mais referido, o elemento "fuga" ("costumava": *F* = 6, *%* = 35.29; "não costumava": *F* = 9, *%* = 52.94), resultado que vai ao encontro do hipotetizado. Este conteúdo é seguido dos elementos "trajecto alternativo" ("costumava": *F* = 3, *%* = 27.27; "não costumava": *F* = 5, *%* = 45.45), "reacção ao ataque" ("costumava": *F* = 4, *%* = 44.44; "não costumava": *F* = 3, *%* = 33.33) e "trajecto rotineiro" ("costumava": *F* = 4, *%* = 50.00; "não costumava": *F* = 2, *%* = 25.00).

De notar que todos eles consistem em acções controláveis por parte da vítima.

5. Série III: Factores de Mutabilidade e Factores Motivacionais

Na presente série o papel do Factor "prevenção" enquanto determinante da construção de alternativas contrafactuais foi estudado em relação a alguns outros investigados na literatura.

O modelo das duas etapas da geração de pensamentos contrafactuais (Roese & Olson, 1995b) contempla demais factores para além da normalidade e da controlabilidade, os quais, segundo os seus autores, afectariam, por excelência, o conteúdo contrafactual, como seria o caso da "acção-omissão".

Estudos posteriores vários vieram fornecer suporte empírico a esta proposta (e.g., Avni-Babad, 2003a, 2003b; Byrne & McEleney, 2000; Catellani & Milesi, 2001, Estudo 3; Davis et al., 1995; Gilovich & Medvec, 1994; Kahneman & Tversky, 1982b; Wells & Gavanski, 1989), nomeadamente no caso da violação contra as mulheres (e.g., Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Turley et al., 1995, Estudo 4).

Assim, o primeiro estudo foi elaborado na sequência de tal constatação aquando da revisão de literatura e o seu objectivo, colocado sob a forma de problema de investigação, traduz-se nas seguintes interrogações: Se estiverem presentes os antecedentes "prevenção" e "acção-omissão", qual deles predominará em termos da determinação do conteúdo contrafactual? Será que, tal como relativamente ao Factor "normalidade", a "prevenção" se sobreporá? Ou sucederá o contrário?

O segundo, por seu turno, viu-se especialmente vocacionado para a análise do estádio "activação", já que a variável trabalhada até aqui—normalidade—seria mais determinante do estádio "conteúdo" (Roese & Olson, 1995b).

Deste modo, propusemo-nos averiguar qual o efeito da manipulação de um antecedente tido como afectante da activação contrafactual. Para tal, escolheu-se aquele que mais evidência empírica parecia haver reunido, até então, no que respeita à sua clara influência a este nível: A proximidade (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Medvec & Savitsky, 1997; Meyers-Levy &

Maheswaran, 1992; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Roese & Olson, 1995b; Roese, 1997; Tetlock, 1998; Tykocinski & Steinberg, 2005).

Este propósito viu-se revestido de uma importância acrescida ao não se encontrarem estudos, no domínio em foco, que já o tivessem feito.

5.1 Estudo 1—O Caso da Acção-Omissão

5.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

Como anteriormente referido, o primeiro estudo desta terceira série foi concebido com o intuito de testar o comportamento do antecedente "prevenção" quando em presença de outro factor de mutabilidade que não a excepcionalidade dos eventos. De facto, se até agora os resultados apontavam, sincronicamente, para a sua primazia em termos da reversão do resultado, cabia-nos perceber se este padrão tendia a manter-se perante outras variáveis tidas como afectantes privilegiadas do conteúdo semântico. Em suma, procurou-se contribuir para a avaliação da consistência e generalização desta sua preponderância.

De entre os vários trabalhos empíricos que se detiveram sobre o elemento "acção-omissão" (e.g., Avni-Babad, 2003a, 2003b; Byrne & McEleney, 2000; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Davis et al., 1995; Gilovich & Medvec, 1994; Kahneman & Tversky, 1982b; Turley et al., 1995, Estudo 4; Wells & Gavanski, 1989), baseámo-nos no Estudo 4 de Turley et al. (1995) por ter versado sobre uma situação de violação.

Apesar daqueles desenvolvidos por Catellani, Alberici e Milesi (2004, Estudo 1) e por Catellani e Milesi (2001, Estudos 1 e 2) também se haverem centrado sobre este crime, cruzaram o factor em questão com a conformidade do comportamento da protagonista relativamente ao estereótipo acerca destas vítimas, o que se desviava do nosso objectivo.

Turley et al. (1995, Estudo 4)[76], utilizaram um caso cuja protagonista, Karen, costumava praticar exercício após o jantar, caminhando nas imediações de onde residia. Na noite do crime, ao chegar ao final, Karen lembrara-se de que necessitava de leite para o pequeno-almoço do dia seguinte, tendo (a) ponderado andar mais um quarteirão, fora do seu trajecto, para o comprar numa loja de conveniência mas acabando por decidir não o fazer (Condição "omissão") *versus* (b) decidido andar mais um quarteirão, fora do seu trajecto, para o comprar numa loja de conveniência (Condição "acção").

Note-se que o cenário deste quarto estudo de Turley et al. (1995) contém uma componente excepcional, o que poderá ter contaminado os resultados. Esta nossa análise crítica levou a que optássemos por incidir a manipulação sobre algo que já era comum a

[76]O trabalho dos autores foi explanado na Introdução da presente dissertação.

vítima fazer—ir às aulas. Deste modo, para a Condição "omissão" introduzimos, no cenário que vínhamos usando, um parágrafo referindo ter a jovem ponderado faltar às aulas no dia do incidente, acabando por, à última da hora, decidir ir; para a Condição "acção" a mesma não teria considerado tal hipótese, pelo que não se procedeu a qualquer alteração ao nível da informação fornecida.

O procedimento manteve-se semelhante àquele adoptado anteriormente: As participantes foram convidadas a ler o texto reportando o sucedido e, após isso, a redigirem os pensamentos surgidos na sua sequência.

Com base em Avni-Babad (2003a), segundo o qual o pensamento contrafactual tende a versar sobre as omissões quando o resultado consiste numa perda grave, formulámos a seguinte hipótese: Espera-se que o facto de a vítima não ter faltado às aulas (conteúdo doravante designado, simplificadamente, "falta às aulas") seja significativamente mais referido na Condição "omissão" do que na Condição "acção".

De acordo com a hipótese geral da presente dissertação, e na sequência do estudo anteriormente apresentado (Série II—Estudo 1), previu-se, ainda, que

- o conteúdo "portas do carro" seria o globalmente mais referido;
- não ocorreriam diferenças em termos da frequência do conteúdo "portas do carro" consoante a condição experimental;
- existiriam diferenças entre o conteúdo "portas do carro" e o conteúdo "falta às aulas", tanto na Condição "omissão" como na Condição "acção", com o primeiro a apresentar uma frequência estatisticamente superior.

5.1.2 Método.

5.1.2.1 Participantes.

Participaram no estudo que agora se descreve 77 estudantes universitárias[77]. A sua média etária rondava os 22 anos ($M = 21.56$, $DP = 4.841$, $Min = 17$, $Máx = 40$)[78].

[77]Da amostra inicial ($N = 85$) foram excluídas 8 participantes: 2 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação e 6 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado.
[78]Consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Trabalhou-se com uma única variável independente, a acção-omissão, termos que correspondem a cada um dos seus dois níveis.

A distribuição das participantes pelas duas condições experimentais resultantes foi feita de forma aleatória, com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*): 38 na Condição "acção" e 39 na Condição "omissão".

5.1.2.2 Material e procedimento.

Cada elemento recebeu um bloco idêntico ao utilizado no Estudo 3 da Série II, apenas se tendo substituído os casos reportados (Anexo 40).

O cenário-base foi aquele apresentado ao grupo experimental "trajecto rotineiro-portas destrancadas" (Série II—Estudo 1). A partir da situação elaborada por Turley et al. (1995, Estudo 4), introduzimos, para a Condição "omissão", um parágrafo referindo ter a vítima ponderado faltar às aulas no dia do incidente, acabando por, à última da hora, decidir ir; para a Condição "acção" não se procedeu a qualquer alteração.

A informação relativamente ao comportamento de segurança da jovem manteve-se constante em ambas as condições: As portas do carro encontravam-se destrancadas.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, **[Condição "omissão":** Xxxx, após o seu dia de trabalho, pensou em faltar às aulas mas acabou por ir.**]** **[**r**]**egressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Após termos solicitado, às participantes, a leitura atenta do relato do crime, convidámo-las a listarem os pensamentos contrafactuais que o mesmo lhes tivesse suscitado.

Finalizámos pedindo-lhes alguns dados sócio-demográficos (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime), tendo sido sublinhados o anonimato e a confidencialidade das respectivas respostas.

As tarefas duraram cerca de 15 minutos no seu total, tendo-se procedido ao esclarecimento dos objectivos do estudo uma vez terminadas por parte de todas as presentes.[79]

5.1.3 Resultados e discussão.

Cada pensamento listado pelas 75 participantes[80] foi classificado por dois juízes independentes quanto a se se tratava, ou não, de um contrafactual. A fim de melhor garantir o seu desconhecimento quanto às hipóteses em estudo, as condições experimentais foram tratadas de forma separada, tendo-se contado, assim, com a participação total de quatro juízes[81].

Antes do início da tarefa, foi-lhes disponibilizado um caderno de instruções em tudo semelhante ao utilizado nas situações anteriores (Anexo 14) com substituição dos cenários pelos agora adoptados.

O grau de acordo obtido foi de 98% para a Condição "acção" e de 97% para a Condição "omissão" e a discussão constituiu a forma de resolução das discordâncias havidas.

Este processo redundou na identificação de 163 pensamentos contrafactuais.

Para o tratamento estatístico inferencial adoptou-se um nível de confiança (α) de 95%.

---

[79]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".
[80]Das 77 participantes iniciais, 2 não listaram quaisquer pensamentos.
[81]Recorde-se "Sobre a classificação dos pensamentos" constante na "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

5.1.3.1 Estádio activação.

Do total de 75 participantes que listaram pensamentos, apenas 4 não produziram contrafactuais. A geração destes rondou uma média de 2 (M = 2.17, DP = 1.298, Min = 0, $Máx$ = 5, N = 75).

Seguidamente, averiguou-se da existência de diferenças significativas entre os grupos experimentais em termos do número de pensamentos contrafactuais apurados, com recorrência a uma ANOVA *one-way*.

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, $F(1, 73) = 0.410$, $p = .524$.[82]

Os resultados obtidos indicaram que o Factor "acção-omissão" não produziu efeito significativo sobre o número de pensamentos contrafactuais registados pelas participantes, $F(1, 74) = 2.480$, $p = .120$, $MSE = 4.099$, $\eta^2_p = 0.033$, potência = 0.343 (Tabela 82).

Tabela 82

Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série III—Estudo 1)

Factor	*M*	*DP*	*N*
Omissão	1.95	1.276	39
Acção	2.42	1.296	36
Total	2.17	1.298	75

5.1.3.2 Estádio conteúdo.

Os 163 pensamentos contrafactuais apurados foram, então, submetidos a uma análise do conteúdo em torno do qual haviam sido formulados, tendo-se isolado 16 dos 20 identificados no Estudo 1 (Série II).

Dado que praticamente todas as participantes formularam apenas um contrafactual sobre cada conteúdo[83], os resultados apresentados na Tabela 83 reportam-se ao total de participantes que geraram pensamentos classificados como tal.

[82]Consultar Anexo 41 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.
[83]A única excepção reporta-se a uma participante que formulou dois contrafactuais cujos conteúdos pertencem à categoria "reacção ao ataque".

Tabela 83

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série III—Estudo 1)

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Portas do carro	57	80.3
2 – Falta às aulas	31	43.7
3 – Sozinha	11	15.5
4 – Casualidade do encontro	11	15.5
5 – Reacção ao ataque	7	9.9
6 – Trajecto alternativo	7	9.9
7 – Atenção e cuidado	6	8.5
8 – Paragem no semáforo	6	8.5
9 – Semáforo	6	8.5
10 – Instrumento de defesa	5	7.0
11 – Regime da faculdade	4	5.6
12 – Segurança pública	4	5.6
13 – Fuga	2	2.8
14 – Contexto	2	2.8
15 – Técnica de defesa	2	2.8
16 – Trajecto rotineiro	1	1.4
Total = 71 participantes		

De acordo com a nossa previsão, o antecedente "portas do carro" foi o mais alterado (F = 57, $\%$ = 80.3), só então se posicionando o antecedente "falta às aulas" (F = 31, $\%$ = 43.7), diferença apontada como estatisticamente significativa pelo Teste Q de Cochran posteriormente realizado, $Q(1) = 16.095$, $p < .000$, $N = 71$. Por seu turno, a referência a este ("falta às aulas") apresentou-se superior à frequência daqueles posicionados imediatamente a seguir ("sozinha" e "casualidade do encontro" em *ex aequo*: F = 11, $\%$ = 15.5), $Q(1) = 11.765$, $p = .001$, $N = 71$.

Em suma, mesmo com a alusão, na descrição do caso, a outros factores mutáveis, igualmente controláveis pela vítima, as participantes continuaram a privilegiar a alteração do factor preventivo "trancar as portas do carro", o que vai ao encontro das nossas hipóteses (Tabela 84).

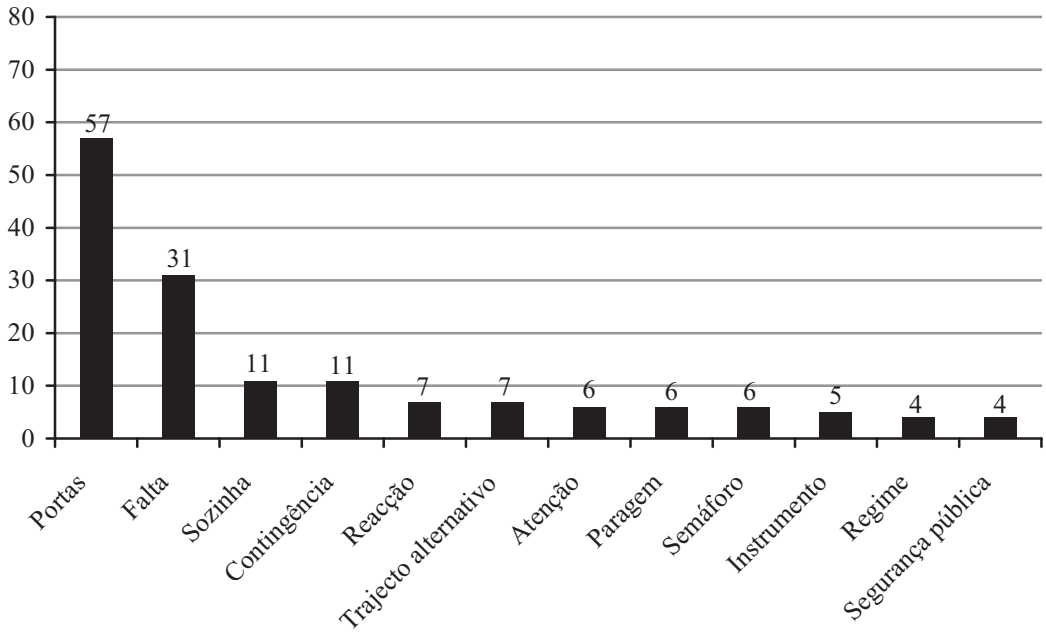

Figura 13. Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 3$) (Série III—Estudo 1)

Tabela 84

Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo o Factor "acção-omissão"

	Acção-Omissão				
	Omissão		Acção		
Conteúdo	*F*	*%*	*F*	*%*	Total
1 – Portas do carro	30	52.6	27	47.4	57
2 – Falta às aulas	24	77.4	7	22.6	31
3 – Sozinha	5	45.5	6	54.5	11
4 – Casualidade do encontro	4	36.4	7	63.6	11
5 – Reacção ao ataque	1	14.3	6	85.7	7
6 – Trajecto alternativo	2	28.6	5	71.4	7
7 – Atenção e cuidado	1	16.7	5	83.3	6
8 – Paragem no semáforo	3	50.0	3	50.0	6
9 – Semáforo	1	16.7	5	83.3	6
10 – Instrumento de defesa	1	20.0	4	80.0	5
11 – Regime da faculdade	1	25.0	3	75.0	4
12 – Segurança pública	0	0.0	4	100.0	4
13 – Fuga	1	50.0	1	50.0	2
14 – Contexto	1	50.0	1	50.0	2
15 – Técnica de defesa	1	50.0	1	50.0	2
16 – Trajecto rotineiro	0	0.0	1	100.0	1
Total = 71 participantes					

Esta conclusão recebeu suporte adicional por parte do Teste do Qui-quadrado, o qual pôs em evidência ser a referência ao conteúdo "portas do carro" independente da condição experimental, $\chi^2(1) = .430$, $p = .512$, $N = 71$, apresentando uma frequência muito próxima por parte dos dois grupos (Omissão: $F = 30$, $\% = 83.3$; Acção: $F = 27$, $\% = 77.1$) (Tabela 85).

Tabela 85

Qui-quadrado para o conteúdo "portas do carro" e o Factor "acção-omissão"

Portas		Acção-Omissão		Total
		Omissão	Acção	
Sim	*Frequência obtida*	30	27	57
	Frequência esperada	28.9	28.1	57.0
	% within Omissão	83.3	77.1	80.3
	Residual ajustado	0.7	-0.7	
Não	*Frequência obtida*	6	8	14
	Frequência esperada	7.1	6.9	14.0
	% within Omissão	16.7	22.9	19.7
	Residual ajustado	-0.7	0.7	
	Total	36	35	71

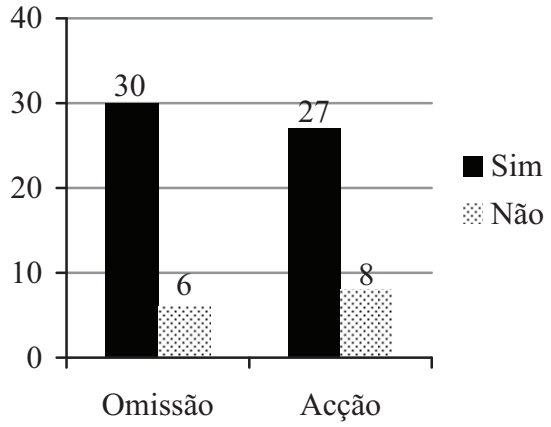

Figura 14. Gráfico das frequências do conteúdo "portas do carro" segundo a condição experimental (Série III—Estudo 1)

Já o contrário se verificou no que respeita ao conteúdo "falta às aulas", na medida em que o Teste do Qui-quadrado mostrou que a referência ao mesmo não era independente da condição experimental, $\chi^2(1) = 15.712$, $p < .000$, $N = 71$. Todas as células apresentaram um residual ajustado superior a 1.96 (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 4.0) (Tabela 86), tendo-se verificado, tal como previsto, uma frequência significativamente superior na Condição "omissão" comparativamente com a Condição "acção" (*F* = 24, *%* = 66.7 *versus F* = 7, *%* = 20.0, respectivamente), o inverso tendo sucedido quanto à não referência a este conteúdo (Omissão: *F* = 12, *%* = 33.3 *versus* Acção: *F* = 28, *%* = 80.0).

Tabela 86

Qui-quadrado para o conteúdo "falta às aulas" e o Factor "acção-omissão"

Falta		Acção-Omissão		Total
		Omissão	Acção	
Sim	*Frequência obtida*	24	7	31
	Frequência esperada	15.7	15.3	31.0
	% within Omissão	66.7	20.0	43.7
	Residual ajustado	4.0	-4.0	
Não	*Frequência obtida*	12	28	40
	Frequência esperada	20.3	19.7	40.0
	% within Omissão	33.3	80.0	56.3
	Residual ajustado	-4.0	4.0	
	Total	36	35	71

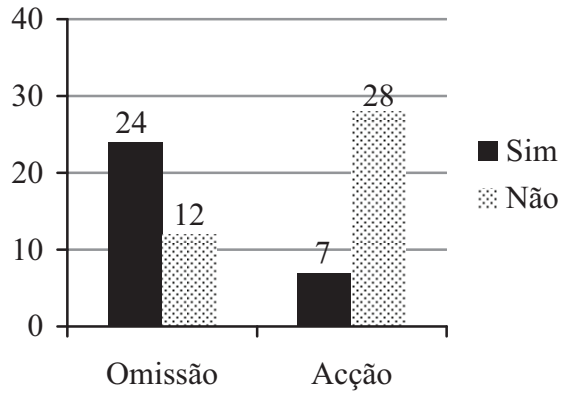

Figura 15. Gráfico das frequências do conteúdo "falta às aulas" segundo a condição experimental (Série III—Estudo 1)

Finalmente, procedeu-se à comparação intragrupal da frequência do conteúdo "portas do carro" com a do conteúdo "falta às aulas", com recorrência ao Teste Q de Cochran, o qual revelou diferenças significativas apenas para a Condição "acção".

Assim, enquanto que, no caso da Condição "omissão", a frequência de ambos os conteúdos se apresentou equivalente—$Q(1) = 2.250$, $p = .134$, $N = 36$: $F = 30$ e $F = 24$, para "portas do carro" e "falta às aulas", respectivamente—, no caso da Condição "acção" o conteúdo "portas do carro" foi significativamente mais mencionado—$F = 27$ *versus* conteúdo "falta às aulas": $F = 7$, $Q(1) = 15.385$, $p < .000$, $N = 35$.

O conjunto de resultados obtidos sustenta, assim, a quase totalidade das hipóteses formuladas[84].

Resumindo, mesmo quando manipulado um elemento controlável pela vítima e que a literatura vem propondo e demonstrando constituir um determinante do conteúdo contrafactual (o Factor "acção-omissão"), o antecedente preventivo revelou-se resistente à sua presença, corroborando a proposta relativa à sua elevada mutabilidade.

[84]Uma das hipóteses previa a existência de diferenças entre o conteúdo "portas do carro" e o conteúdo "falta às aulas", tanto na Condição "omissão" como na Condição "acção", com o primeiro a apresentar uma frequência estatisticamente superior, o que apenas se verificou para a segunda situação. No caso da Condição "omissão", as frequências não se apresentaram significativamente diferentes entre si.

5.2 Estudo 2—O Caso da Proximidade

5.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

O presente estudo ocupou-se de um factor que se diferencia de todos os anteriormente trabalhados por, de acordo com o Modelo das duas etapas da geração de pensamentos contrafactuais (Roese & Olson, 1995b) e com a evidência empírica (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Medvec & Savitsky, 1997; Meyers-Levy & Maheswaran, 1992; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Roese & Olson, 1995b; Roese, 1997; Tetlock, 1998; Tykocinski & Steinberg, 2005), constituir um factor determinante, em primeira instância, da activação, factor que não vimos ser tratado nas investigações sobre violação.

Seguimos o procedimento metodológico até aqui adoptado—apresentação do cenário às participantes e solicitação dos respectivos pensamentos ocorridos—com a introdução de uma variante: O tipo de listagem utilizada. Assim, a metade foram requeridos os pensamentos que "lhes tivessem passado pela cabeça" após a leitura do caso (listagem livre) e a outra metade foram requeridos, explicitamente e tal como nos estudos por nós entretanto desenvolvidos e reportados, os pensamentos contrafactuais (listagem dirigida ou de solicitação directa[85]).

Tal decisão decorreu da asserção de alguns autores (e.g., Roese, 1997; Roese & Hur, 1997; Roese & Olson, 1997) de que a listagem dirigida, por oposição à listagem livre, seria insensível à activação espontânea de contrafactuais.

A proximidade pode ser de vários tipos—numérica, espacial e temporal (Roese, 1997; Roese & Olson, 1995b)—, tendo sido este último o por nós adoptado. Para a sua manipulação fez-se variar, na descrição da situação, a distância, em minutos, a que a vítima se encontrava da sua rua quando ocorreu o crime.

Finaliza-se a presente introdução expondo as hipóteses formuladas.

Com base no modelo das duas etapas da geração de pensamentos contrafactuais (Roese & Olson, 1995b) e nos resultados dos estudos dedicados a este factor (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Medvec &

[85]Doravante designada "listagem dirigida" por uma questão de simplificação do discurso.

Savitsky, 1997; Meyers-Levy & Maheswaran, 1992; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Roese & Olson, 1995b; Roese, 1997; Tetlock, 1998; Tykocinski & Steinberg, 2005), é de esperar que seja gerado um maior número de pensamentos contrafactuais na Condição "recente" do que na Condição "remota" e que a proximidade afecte mais significativamente a activação do que o conteúdo.

Tendo em conta os trabalhos de Martins (2003, Estudo 1), de Martins e Jesuíno (2002) e de Roese e Olson (1995c), prevê-se que a activação contrafactual seja inferior na listagem livre, comparativamente à listagem dirigida, quer em termos do total de pensamentos daquela natureza, quer em termos do número de participantes que os listem.

Finalmente, em consonância com a hipótese geral da presente dissertação e na sequência dos resultados obtidos nos estudos anteriores, esperamos que o conteúdo "portas do carro" seja o significativamente mais referido e que a alusão ao mesmo seja independente da Condição "proximidade" e da Condição "listagem".

5.2.2.Método.

5.2.2.1 Participantes.

O presente estudo foi conduzido junto de 145 participantes[86], estudantes universitárias que apresentavam uma média etária de 23 anos (*M* = 22.70, *DP* = 4.881, *Min* = 18, *Máx* = 42)[87], tendo assumido duas variáveis independentes, cada uma com dois níveis: A proximidade (Condição recente *versus* Condição remota) e a listagem (dirigida *versus* livre).

A distribuição das participantes pelas quatro condições experimentais resultantes foi feita de forma aleatória, com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*) (Tabela 87).

[86]Da amostra inicial (*N* = 178) foram excluídas 33 participantes: 2 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação, 23 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 8 por não terem pretendido responder a estas questões.

[87]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tabela 87

Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série III—Estudo 2)

		Proximidade		
		Recente	Remota	Total
Listagem	Dirigida	36	38	74
	Livre	35	36	71
	Total	71	74	145

5.2.2.2 Material e procedimento.

Foi constituído um bloco similar ao do estudo anterior, tendo-se adaptado a informação providenciada nos cenários de modo a manipular a "proximidade", a qual foi operacionalizada em termos da distância temporal a que a vítima se encontraria da sua rua no momento do crime (Condição recente: 5 minutos; Condição remota: 35 minutos) (Anexo 42). Esta manipulação foi verificada junto de uma amostra da população em estudo (para uma análise do respectivo relatório consultar o Anexo 43).

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto, o qual dura à volta de 1 hora. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho, **[Condição "recente":** a cerca de 5 minutos da sua rua; **Condição "remota":** a cerca de 35 minutos da sua rua**]**, quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Na sequência da sua leitura, as participantes listaram os pensamentos que lhes ocorreram, tendo sido fornecida, a cerca de metade, a instrução dirigida que vem sendo adoptada e, às restantes, a seguinte instrução "livre":

"Diga quais os pensamentos que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso.
(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar 'em voz alta')."

No final, foram-lhes solicitados os seguintes dados sócio-demográficos—sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime—, tendo-se reiterado o anonimato e a confidencialidade das respostas.

A realização das tarefas ocupou, sensivelmente, 15 minutos, após os quais se procedeu ao respectivo *debriefing*.[88]

5.2.3 Resultados e discussão.

Os pensamentos gerados pelas 144 participantes[89] foram classificados quanto à sua natureza contrafactual por oito juízes independentes e cegos relativamente às hipóteses em estudo (dois por cada condição experimental).

O respectivo processo de instrução e acompanhamento seguiu os moldes anteriormente adoptados.

O grau de consenso revelou-se elevado (Tabela 88) e os pontos de discordância foram resolvidos através de discussão.[90]

Isolaram-se, assim, 349 pensamentos contrafactuais, produzidos por 111 (77.08%) dos 144 elementos que registaram pensamentos.

---

[88]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".
[89]Das 145 participantes iniciais, 1 não listou quaisquer pensamentos.
[90]Recorde-se "Sobre a classificação dos pensamentos" constante na "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tabela 88

Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos quanto à sua natureza contrafactual (Série III—Estudo 2)

		Proximidade	
		Recente	Remota
Listagem	Dirigida	97%	99%
	Livre	98%	98%

Posteriormente, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

5.2.3.1 Estádio activação.

Uma primeira análise das medidas descritivas globais relativas à activação permite afirmar que, em média, cada participante produziu cerca de 2 pensamentos contrafactuais, tendo sido elevada a variação inter-individual (M = 2.42, DP = 1.988, Min = 0, $Máx$ = 9, N = 144), o que parece dever-se ao tipo de instrução recebida (livre *versus* dirigida). De facto, os resultados obtidos evidenciam que, tal como hipotetizado, o número de participantes que não registou pensamentos contrafactuais foi substancialmente superior na Condição "listagem livre" (F = 32) relativamente à Condição "listagem dirigida", sendo de anotar um único caso nesta última.

Seguidamente, submeteu-se o número de pensamentos contrafactuais apurados a uma ANOVA *two-way*, tomando como factores a "proximidade" e a "listagem".

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, o qual acusou, num primeiro momento, heterogeneidade, $F(3, 140) = 4.040$, $p = .009$. A análise de eventuais *outliers* permitiu identificar duas, ambas pertencentes à Condição "remota-listagem dirigida", as quais haviam gerado, respectivamente, 8 e 9 pensamentos contrafactuais. Uma vez excluídas da análise, procedeu-se a um novo Teste de Levene que indicou a existência de homogeneidade de variâncias, $F(3, 138) = 1.827$, $p = .145$.[91]

[91]Consultar Anexo 44 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Como patente na Tabela 89, verificou-se um efeito principal marginalmente significativo da "proximidade", um efeito principal significativo da "listagem" e um efeito de interacção entre ambas ("proximidade × listagem") igualmente significativo.

Tabela 89

Análise de variância para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2)

Factores	*g.l.*	*MSE*	*F*	*p*	Dimensão do efeito	Potência do teste
Proximidade	(1, 138)	6.103	3.830	.052	0.027	0.493
Listagem	(1, 138)	252.469	158.415	.000***	0.534	1.000
Proximidade × Listagem	(1, 138)	11.033	6.923	.009**	0.048	0.743

**$p < .01$. ***$p < .001$.

Quanto ao primeiro—efeito marginalmente significativo da "proximidade", $F(1, 138) = 3.830$, $p = .052$, $MSE = 6.103$, $\eta^2_p = 0.027$, potência = 0.493—, a análise das estatísticas descritivas (Tabela 90) permite inferir uma tendência para a geração de um número superior de contrafactuais pelos elementos da Condição "remota" relativamente àqueles da Condição "recente" ($M = 2.55$, $DP = 2.076$, $N = 71$ *versus* $M = 2.13$, $DP = 1.612$, $N = 71$, respectivamente), situação justamente inversa à por nós prevista com base na literatura.

Relativamente ao efeito principal significativo da "listagem", $F(1, 138) = 158.415$, $p < .001$, $MSE = 252.469$, $\eta^2_p = 0.534$, potência = 1.000, verificou-se a produção de um número de pensamentos contrafactuais acentuadamente superior por parte das participantes que utilizaram a "dirigida" quando comparadas com aquelas que fizeram uso da "livre" ($M = 3.65$, $DP = 1.416$, $N = 72$ *versus* $M = 0.99$, $DP = 1.173$, $N = 70$, respectivamente), resultados que vão ao encontro daqueles apurados por outros autores (Martins, 2003, Estudo 1; Martins & Jesuíno, 2002; Roese & Olson, 1995c) e que corroboram a nossa hipótese.

Finalmente, para uma interpretação mais precisa do efeito de interacção entre a "proximidade" e a "listagem", recorreu-se ao Teste *post hoc* HSD de Tukey, cujos resultados (Tabela 91), a par da ilustração fornecida pela Figura 16, indicam que, de entre as participantes que utilizaram uma listagem dirigida, aquelas pertencentes à Condição "remota" produziram, significativamente, mais contrafactuais relativamente àquelas pertencentes à Condição "recente" (HSD de Tukey: $p = .006$; "listagem dirigida-condição remota": $M =$

4.14, *DP* = 1.477; *N* = 36 *versus* "listagem dirigida-condição recente": *M* = 3.17, *DP* = 1.183, *N* = 36), o mesmo não tendo sucedido com as participantes que utilizaram uma listagem livre. Neste caso, não se verificaram diferenças significativas entre as condições "remota" e "recente" (HSD de Tukey: *p* = .965; "listagem livre-condição remota": *M* = 0.91, *DP* = 1.095, *N* = 35 *versus* "listagem livre-condição recente": *M* = 1.06, *DP* = 1.259, *N* = 35).

Tabela 90

Médias e desvios-padrão do número de contrafactuais (Série III—Estudo 2)

Proximidade	Listagem	*M*	*DP*	*N*
Recente	Dirigida	3.17	1.183	36
	Livre	1.06	1.259	35
	Total	2.13	1.612	71
Remota	Dirigida	4.14	1.477	36
	Livre	0.91	1.095	35
	Total	2.55	2.076	71
Total	Dirigida	3.65	1.416	72
	Livre	0.99	1.173	70
	Total	2.34	1.864	142

Este resultado, não só contraria o esperado, como nos suscita a consideração de que, inversamente ao preconizado por alguns autores (e.g., Roese, 1997; Roese & Hur, 1997; Roese & Olson, 1997), a listagem dirigida se mostrou sensível ao efeito da proximidade. A reforçá-la temos as medidas de dispersão mais elevadas por parte das participantes que a utilizaram.

Tabela 91

Teste HSD de Tukey para o número de contrafactuais segundo a interacção "Proximidade × Listagem"

		Recente		Remota	
		Dirigida	Livre	Dirigida	Livre
Recente	Dirigida				
	Livre	.000***			
Remota	Dirigida	.006**	.000***		
	Livre	.000***	.965	.000***	

**$p < .01$. ***$p < .001$.

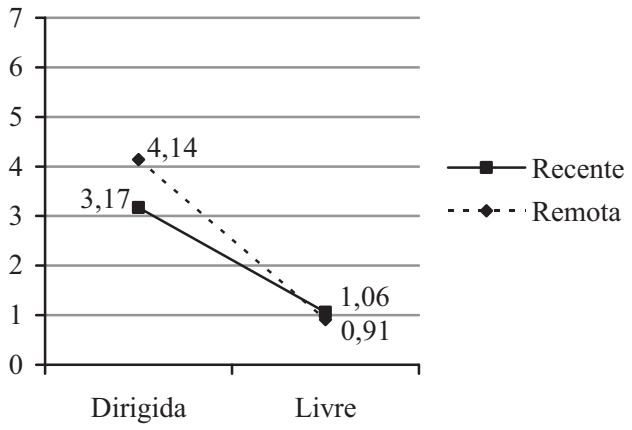

Figura 16. Gráfico da interacção "Proximidade × Listagem" sobre o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2)

5.2.3.2 Estádio conteúdo.

Dado o número reduzido de contrafactuais produzidos pelas participantes que fizeram uso de listagem livre (F = 69, $\%$ = 19.77 do total de contrafactuais), a análise de conteúdo recaiu, apenas, sobre os que foram gerados por aquelas a quem foi solicitada a sua listagem de forma dirigida (N = 73[92]; F = 280, $\%$ = 80.23).

A categorização dos elementos semânticos em que se focavam permitiu isolar 18 dos 20 apurados no Estudo 1 (Série II), aos quais se viu acrescido um novo, relativo à distância faculdade-casa.

[92]Recorde-se que uma das 145 participantes não listou quaisquer pensamentos. Esta integrava, justamente, o grupo "listagem dirigida", pelo que o N passou, nesta condição, de 74 para 73.

Este conteúdo foi mencionado por apenas três participantes, todas elas pertencentes à Condição "remota", e incidiu sobre a alternativa de a jovem residir mais próximo da faculdade (e.g., *"Se Xxxx morasse mais perto da faculdade não demorava tanto tempo a chegar e não tinha sido violada"*: [Suj. 5]).

Sendo que a esmagadora maioria das participantes formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo, os resultados apresentados na Tabela 92 reportam-se ao total daquelas que produziram pensamentos deste tipo.

Em consonância com os estudos por nós até aqui conduzidos e com a hipótese formulada, o antecedente "portas do carro" foi o mais alterado (F = 62, $\%$ = 84.9), só então se posicionando o antecedente "casualidade do encontro" (F = 31, $\%$ = 42.5), diferença que se revelou estatisticamente significativa através do Teste Q de Cochran, $Q(1) = 22.349$, $p < .000$, $N = 73$. O mesmo já não se verificou entre a referência a este ("casualidade do encontro") e àquele posicionado imediatamente a seguir ("sozinha": $F = 21$, $\% = 28.8$), $Q(1) = 2.941$, $p = .086$; $N = 73$.

Analisados os contrafactuais que integraram a categoria "casualidade do encontro", verificou-se que 98% destes versaram sobre o respectivo momento temporal, gerando a possibilidade de a vítima se ter atrasado ou adiantado na saída da faculdade (e.g., *"Se a jovem tivesse saído 5 minutos mais cedo isto não lhe tinha sucedido."*: [Suj. 4]; *"Se Xxxx não tivesse ido à última aula chegava mais cedo e não tinha sido violada."*: [Suj. 21]; *"Se ao invés de ter ido logo para casa, após as aulas, a jovem tivesse ficado a conversar com os colegas, por alguns instantes, aquela situação não teria ocorrido."*: [Suj. 9]; *"Se Xxxx tivesse passado primeiro pela bomba de gasolina para atestar, então não teria estado ali àquela hora e não teria sido violada."*: [Suj. 15]).

Quanto a estes resultados, dois aspectos nos são dados a considerar.

Por um lado, a clara tendência das participantes para terem feito recair sobre a vítima as alternativas que poderiam ter evitado o seu cruzamento com o agressor, situação que é de natureza eminentemente contingencial. De facto, outro tipo de contrafactuais poderiam ter sido gerados como, por exemplo, "*Se o professor da última aula tivesse faltado…*" ou "*Se a última aula tivesse acabado um pouco mais tarde…*", o que não aconteceu. Contrariamente, e tal como também verificado por Girotto et al. (1991), as participantes imaginaram a jovem a agir activamente relativamente a eventos que, na realidade, não estavam, directamente, sob o seu controlo nem antevisão.

Por outro, aquilo que parece ter sido um efeito de primação promovido pela manipulação da distância temporal no cenário, dado que a "casualidade do encontro", não só se revelou como o conteúdo mais referido a seguir ao "trancar as portas do carro", como se viu praticamente confinado àquela dimensão—o momento-tempo em que vítima e violador se cruzaram—fazendo variar o comportamento da protagonista no sentido de esta se atrasar ou adiantar, assim o evitando.

Tabela 92

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série III—Estudo 2)

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Portas do carro	62	84.9
2 – Casualidade do encontro	31	42.5
3 – Sozinha	21	28.8
4 – Reacção ao ataque	17	23.3
5 – Semáforo	17	23.3
6 – Falta às aulas	17	23.3
7 – Instrumento de defesa	16	21.9
8 – Paragem no semáforo	16	21.9
9 – Trajecto alternativo	15	20.5
10 – Regime da faculdade	15	20.5
11 – Meio de transporte	6	8.2
12 – Segurança pública	6	8.2
13 – Fuga	5	6.8
14 – Atenção e cuidado	4	5.5
15 – Técnica de defesa	4	5.5
16 – Contexto	4	5.5
17 – Justiça e criminalidade	4	5.5
18 – Factores estruturais	3	4.1
19 – Distância faculdade-casa	3	4.1
Total = 73 participantes		

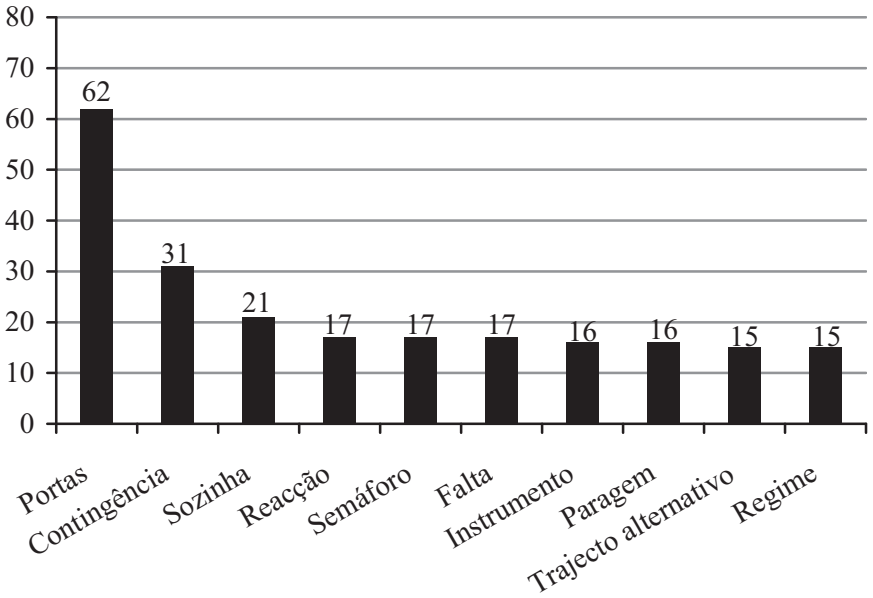

Figura 17. Gráfico das frequências relativas aos conteúdos ($F \geq 10$) (Série III—Estudo 2)

De resto, mais uma vez e tal como hipotetizado, as participantes privilegiaram a alteração do elemento preventivo "trancar as portas do carro" (Tabela 93), o qual resistiu à presença da manipulação da proximidade, conclusão estatisticamente sustentada pelo Teste do Qui-quadrado entretanto conduzido e que evidenciou que a referência ao conteúdo em análise era independente da condição experimental, $\chi^2(1) = .226$, $p = .634$, $N = 73$ (Tabela 94).

Tabela 93

Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo a proximidade

Conteúdo	Proximidade				Total
	Recente		Remota		
	F	*%*	*F*	*%*	
1 – Portas do carro	29	46.77	33	53.23	62
2 – Casualidade do encontro	10	32.26	21	67.74	31
3 – Sozinha	8	38.10	13	61.90	21
4 – Reacção ao ataque	5	29.41	12	70.59	17
5 – Semáforo	5	29.41	12	70.59	17
6 – Falta às aulas	10	58.82	7	41.18	17
7 – Instrumento de defesa	5	31.25	11	68.75	16
8 – Paragem no semáforo	8	50.00	8	50.00	16
9 – Trajecto alternativo	8	53.33	7	46.67	15
10 – Regime da faculdade	9	60.00	6	40.00	15
11 – Meio de transporte	2	33.33	4	66.67	6
12 – Segurança pública	2	33.33	4	66.67	6
13 – Fuga	2	40.00	3	60.00	5
14 – Atenção e cuidado	1	25.00	3	75.00	4
15 – Técnica de defesa	2	50.00	2	50.00	4
16 – Contexto	1	25.00	3	75.00	4
17 – Justiça portuguesa	3	75.00	1	25.00	4
18 – Factores estruturais	0	0.00	3	100.00	3
19 – Distância faculdade-casa	1	33.33	2	66.67	3
Total = 73 participantes					

Tabela 94

Qui-quadrado para o conteúdo "portas do carro" e o Factor "proximidade"

Portas		Proximidade		Total
		Recente	Remota	
Sim	*Frequência obtida*	29	33	62
	Frequência esperada	29.7	32.3	62.0
	% within Proximidade	82.9%	86.8%	84.9%
	Residual ajustado	-.5	.5	
Não	*Frequência obtida*	6	5	11
	Frequência esperada	5.3	5.7	11.0
	% within Proximidade	17.1%	13.2%	15.1%
	Residual ajustado	.5	-.5	
	Total	35	38	73

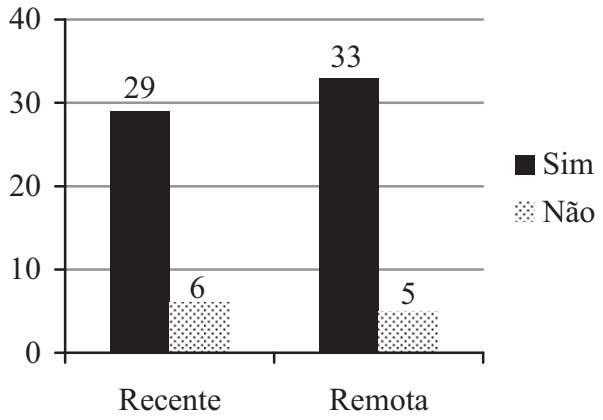

Figura 18. Gráfico da frequência do conteúdo "portas do carro" segundo a proximidade (Série III—Estudo 2)

Já o contrário sucedeu com o conteúdo "casualidade do encontro", ou seja, o Teste do Qui-quadrado revelou-o não independente da condição experimental, $\chi^2(1) = 5.313$, $p < .021$, $N = 73$. Todas as células apresentaram um residual ajustado superior a 1.96 (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.3) (Tabela 95), verificando-se que houve uma referência significativamente superior na Condição "remota" ($F = 21$, $\% = 67.7$) comparativamente com a Condição "recente" ($F = 10$, $\% = 32.3$), o inverso tendo ocorrido quanto à não referência a este conteúdo ("recente": $F = 25$, $\% = 59.5$ *versus* "remota": $F = 17$, $\% = 40.5$).

Tabela 95

Qui-quadrado para o conteúdo "casualidade do encontro" e o Factor "proximidade"

Casualidade		Proximidade		Total
		Recente	Remota	
Sim	*Frequência obtida*	10	21	31
	Frequência esperada	14.9	16.1	31.0
	% within Proximidade	32.3%	67.7%	100.0%
	Residual ajustado	-2.3	2.3	
Não	*Frequência obtida*	25	17	42
	Frequência esperada	20.1	21.9	42.0
	% within Proximidade	59.5%	40.5%	100.0%
	Residual ajustado	2.3	-2.3	
	Total	35	38	73

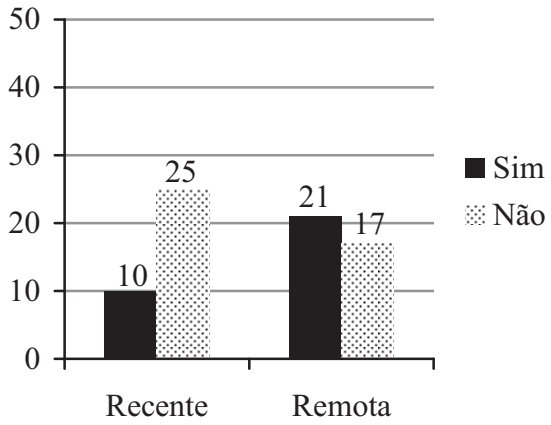

Figura 19. Gráfico da frequência do conteúdo "casualidade do encontro" segundo a proximidade (Série III—Estudo 2)

Por fim, tentando interpretar a maior produção de contrafactuais na Condição "remota" e a maior incidência, também nesta condição, sobre o elemento semântico "casualidade do encontro", parece-nos que o espaço de tempo de 35 minutos, por oposição ao de 5 minutos, se revelou mais facilitador, para as participantes, em termos da imaginação daquilo que a vítima poderia ter feito para não se cruzar com o agressor.

Sublinhe-se, novamente, o carácter controlável dos conteúdos predominantes, reiterado pela codificação posterior dos pensamentos que se debruçaram sobre esta segunda categoria ("casualidade do encontro"), tarefa assegurada por quatro juízes independentes (dois por cada condição experimental) que atingiram 99% de acordo[93].

[93]Os mesmos dispuseram de um dos blocos de instruções utilizados no Estudo 1 da Série II (Anexo 14). Para uma informação mais detalhada acerca deste procedimento consultar a "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

6. Série IV: Sobre a Controlabilidade e o Foco

A quarta série de estudos que integrou o trajecto empírico da presente dissertação foi iniciada com o objectivo de melhor apurar se a sistemática reversão dos factos através do comportamento da vítima era devida, "efectivamente", à mutabilidade dos factores "controlabilidade" e "prevenção", tal como por nós defendido, ou se, pelo contrário, aspectos de ordem diversa, nomeadamente associados à componente instrumental, poderiam estar a condicioná-la.

De facto, outras alternativas, para além da controlabilidade dos antecedentes, concorriam para a explicação dos resultados por nós, até então, obtidos, pelo que se nos colocaram as seguintes interrogações: Será que as participantes se centraram na vítima por esta constituir a protagonista do caso? Em que medida, ao manipular-se a mutabilidade através do comportamento da vítima, não se está a conduzir as participantes a nela se focalizarem aquando da geração de contrafactuais?

Questionado de outro modo, possuiria o cenário, em si mesmo, determinadas propriedades conducentes à centração da atenção sobre a vítima, condicionando o conteúdo dos contrafactuais gerados pelas participantes? Constituiriam, assim, as (in)acções da vítima um foco artificialmente criado ao invés de espontaneamente surgido?

Tais questões, igualmente motivadoras do trabalho de Girotto et al. (1991, Estudo 3), pareceram-nos assumir especial pertinência tendo em conta as várias formas através das quais, concretamente aquando da realização de um estudo, se pode conduzir a centração da atenção dos participantes sobre determinado elemento. Esta problemática ocupou um espaço próprio no contexto das divergências actor-observador, tendo sido identificados factores que vão desde, por exemplo, a orientação visual e a iluminação física, até à instrução verbal (e.g., Gould & Sigall, 1977; McArthur & Post, 1977; Pryor & Kriss, 1977; Regan & Totten, 1975; Storms, 1973; Wegner & Finstuen, 1977).

Acrescia o facto de, quer nos experimentos por nós realizados, quer naqueles revistos sobre o crime de violação, os cenários não conterem antecedentes de natureza situacional.

Foi neste contexto que desenhámos um primeiro estudo assente na mesma metodologia que vinha sendo seguida, fazendo uso de cenários nos quais constava informação

que retratava a ocorrência de factos que estavam fora do controlo da vítima. Os resultados obtidos apresentaram-se consonantes com aqueles encontrados até então, tendo corroborado a hipótese de, a factores como a "controlabilidade" e a "prevenção", estar associada uma maior mutabilidade.

Contudo, residia, ainda, uma questão que se prendia com um eventual "efeito de figura-fundo": Ao relatar-se o caso dando protagonismo à vítima estar-se-ia a colocar os "holofotes" sobre o seu comportamento em detrimento de outros elementos, nomeadamente aqueles externos manipulados no Estudo 1, promovendo, deste modo, a centração nas suas in(acções)? A resposta a que se chegou foi negativa, tendo sido obtida através da realização de um segundo experimento (Estudo 2) em que a situação foi descrita tendo o agressor como actor e como elemento que adoptara um comportamento excepcional.

Perante toda a evidência reunida, encerrámos com um terceiro estudo inspirado nos de Branscombe et al. (1996, Estudo 1) e de Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1), no qual instruímos os sujeitos a alterarem o resultado final—de ocorrência para não ocorrência do crime—ancorados no comportamento do seu autor.

6.1 Estudo 1—Manipulando Factores Externos

6.1.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

Como referido na Introdução, a literatura defende e evidencia uma tendência clara e consistente para os pensamentos contrafactuais versarem, predominantemente, sobre elementos controláveis (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto et al., 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman et al., 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas et al., 2008, Estudo 2; Roese & Olson, 1995b). Também no caso da presente dissertação os resultados decorrentes da análise do conteúdo e da centração dos contrafactuais permitiram concluir, até aqui, que estes giram, na sua maioria, em torno das (in)acções da vítima, daquilo que ela podia, devia ou não devia ter feito, indo, assim, ao encontro dos trabalhos anteriores.

Contudo, são de equacionar alternativas explicativas concorrentes, nomeadamente de natureza instrumental, como sejam o facto de as manipulações efectuadas virem a incidir sobre a protagonista (e.g., ter mudado de trajecto, conduzir com as portas do carro destrancadas) e nunca sobre factores externos à mesma, colocando-a, desta forma, em proeminência, lacuna que encontramos, também, em muitos dos estudos publicados, nomeadamente aqueles que se debruçaram sobre o crime de violação, e que constituiu igual preocupação para Girotto et al. (1991).

Uma tal circunstância remete, então, para novas interrogações: O que acontecerá, em termos do conteúdo dos contrafactuais, se forem introduzidos antecedentes ambientais no cenário? Será que as participantes se debruçarão sobre eles de uma forma significativa, "aliviando" a vítima da "incumbência" de alterar o sucedido? Ou será que continuarão a privilegiar os factores controláveis em detrimento dos restantes?

Este primeiro estudo que enceta a quarta série foi desenhado na senda das respectivas respostas. Para tanto, criaram-se três cenários distintos, decorrentes da introdução de informação que dava conta da ocorrência de eventos não controláveis por parte da vítima: (a) A avaria do comando central das portas do carro, (b) a ausência de algum outro, civil ou força policial, no local do crime, que pudesse tê-la socorrido e (c) uma falha geral de energia, comprometendo a iluminação da via pública.

Em termos das hipóteses formuladas, e com base nos resultados obtidos por Girotto et al. (1991, Estudo 1), previu-se que os contrafactuais gerados pelas participantes iriam continuar a focalizar-se, predominantemente, sobre factores controláveis pela vítima, centrando-se, nomeadamente, no conteúdo "fuga", aquele que havia substituído, de forma sistemática, o conteúdo "trancar as portas do carro" quando este comportamento fora adoptado pela jovem, como era o caso dos cenários agora usados.

6.1.2 Método.

6.1.2.1 Participantes.

Participaram, no presente estudo, 120 estudantes universitárias[94] cuja média etária rondava os 22 anos (*M* = 21.83, *DP* = 5.438, *Min* = 17, *Máx* = 44).[95]

Este contou com uma única variável independente—a alusão a factores externos no cenário—com três níveis: Avaria do comando central de portas, ausência de outrem na zona do crime (civis e forças policiais) e falha geral de energia.

A distribuição das participantes pelas três condições experimentais foi feita de forma aleatória e com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*), tendo-se revelado equitativa: 40 na Condição "avaria do comando", 40 na Condição "ausência de outrem" e 40 na Condição "falha de energia".

6.1.2.2 Material e procedimento.

Foi entregue, a cada participante, um bloco idêntico ao usado nos estudos anteriores, apenas se tendo substituído a folha onde constava a descrição do crime (Anexo 45). Esta decorreu de uma adaptação do cenário adoptado, a qual implicou a integração de parágrafos alusivos à ocorrência de cada um dos factores externos em estudo, tendo-se obtido três casos correspondentes aos três níveis desta variável independente. Para uma mais fácil compreensão, segue-se a sua apresentação integral, com destaque a negrito das componentes alteradas.

---

[94]Da amostra inicial (*N* = 147) foram excluídas 27 participantes: 6 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação, 13 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 8 por terem assinalado não pretenderem responder as estas questões.

[95]Consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Quanto ao comportamento preventivo da vítima, a informação também sofreu alteração relativamente aos estudos anteriores, tendo sido dito que ela se deslocava com as portas trancadas (à excepção, naturalmente, da situação "avaria do comando central de portas").

CASO: Avaria do comando central de portas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Contrariamente àquilo que é seu hábito, conduzia com as portas destrancadas pois o comando central tinha-se avariado nesse mesmo dia.** Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Ausência de outrem

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, **mas naquele momento não se encontrava ninguém por perto e o carro patrulha da zona havia sido chamado a intervir noutro local**. Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Falha geral de energia

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho **quando ocorreu uma falha geral de energia e ficou tudo às escuras**. Neste instante, foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

A tarefa experimental consistiu, pois, na listagem de pensamentos contrafactuais após a leitura do cenário providenciado.

O bloco foi devolvido cerca de 15 minutos após o início da mesma, tendo-se, então, procedido ao esclarecimento dos objectivos do estudo.[96]

6.1.3 Resultados e discussão.

As estudantes abordadas aderiram positivamente à participação no estudo, nenhuma tendo abandonado a sala previamente à distribuição do bloco, o qual foi devidamente preenchido, à excepção de duas que nada registaram após a leitura do caso.

Cada um dos pensamentos listados foi classificado por dois juízes independentes, quanto a se se tratava, ou não, de um contrafactual. A fim de melhor garantir o desconhecimento destes relativamente às hipóteses em estudo, as condições experimentais foram tratadas de forma separada, tendo-se contado, assim, com a participação total de seis juízes, os quais dispuseram de um caderno de instruções em tudo semelhante àquele por nós utilizado nas situações precedentes, apenas se tendo procedido à substituição dos cenários.[97]

---

[96]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

[97]Recorde-se "Sobre a classificação dos pensamentos" constante na "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

O grau de acordo obtido foi substancialmente elevado (Tabela 96) e a discussão constituiu a forma de resolução das discordâncias havidas.

Deste processo resultaram 215 pensamentos contrafactuais.

Para todo o tratamento estatístico subsequente adoptou-se um nível de confiança (α) de 95%.

Tabela 96

Grau de acordo inter-juízes para a classificação dos pensamentos (Série IV—Estudo 1)

Factor	%
Avaria do comando	97.0
Ausência de outrem	98.0
Falha de energia	98.0

6.1.3.1 Estádio activação.

Das 118 (98.3%) participantes que listaram pensamentos[98], foram 112 (94.92%) aquelas que geraram contrafactuais, ou seja, a esmagadora maioria. A activação rondou uma média de 2 pensamentos por cada participante (M = 1.82, DP = 1.083, Min = 0, $Máx$ = 5, N = 118).

Posteriormente, para averiguar da existência de diferenças significativas em termos do número de contrafactuais produzidos consoante a condição experimental recorreu-se à ANOVA *one-way*.

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado pelo teste de Levene, $F(2, 115) = 0.041$, $p = .960$.[99]

Os resultados obtidos evidenciaram que a alusão a factores externos não produziu efeito significativo sobre o número de pensamentos contrafactuais registados, $F(2, 115) = 1.560$, $p = .215$, $MSE = 1.812$, $\eta^2_p = 0.026$, potência = 0.325 (Tabela 97).

[98]Recorde-se que duas participantes não responderam a esta questão, ambas pertencentes ao grupo experimental "falha geral de energia".
[99]Consultar Anexo 46 quanto à avaliação do pressuposto da normalidade.

Tabela 97

Médias e desvios-padrão da activação de contrafactuais (Série IV—Estudo 1)

Factor externo	*M*	*DP*	*N*
Avaria do comando	1.88	1.114	40
Ausência de outrem	2.00	1.109	40
Falha de energia	1.58	1.083	38
Total	1.82	1.083	118

6.1.3.2 Estádio conteúdo.

A posterior análise do conteúdo contrafactual permitiu identificar 23 elementos: 17 dos 20 apurados no Estudo 1 (Série II), 1 que havia surgido apenas no Estudo 3 da Série II (patologia do agressor) e 5 novos (Tabela 98). Destes, três estão associados ao antecedente manipulado:

1. Ausência de Polícia no local: Contrafactuais que se focalizam na ausência de alguém pertencente às forças policiais que pudesse ter socorrido a vítima (e.g., "*Se houvesse mais carros patrulha, um poderia ter atendido a chamada para intervir noutro local, enquanto outro vigiava a zona onde a jovem foi atacada e a violação não teria acontecido.*": [Suj. 21]; "*Se o carro patrulha estivesse perto do local da ocorrência, então o agressor não ia agir da mesma forma.*": [Suj. 26]; "*Se a polícia estivesse perto poderia ter intervindo e não ter acontecido a violação.*": [Suj. 37]).

Note-se que este antecedente se assemelha à "segurança pública"[100], sendo que a diferença essencial respeita à especificidade do local e momento da intervenção da Polícia.

2. Avaria do comando: Contrafactuais cujo conteúdo se prende com a própria avaria do comando (e.g., "*Se o comando central não estivesse avariado então o agressor não entraria no carro e não a violaria.*": [Suj. 93]; "*Se o fecho não se tivesse avariado nessa noite, tudo seria diferente.*": [Suj. 99]).

3. Falha de energia: Contrafactuais que versam sobre o facto de ter ocorrido uma falha geral de energia (e.g., "*Se a luz não tivesse faltado….*": [Suj. 51]; "*Se não tivesse faltado a energia*

[100]Consultar o Estudo 1 da Série II para uma revisão da sua definição e exemplos.

nada disto teria acontecido.": [Suj. 57]; "*Se não tivesse havido uma falha de energia, então talvez não tivesse ocorrido a violação, porque assim Xxxx tinha-se apercebido da presença de Yyyy e podia defender-se dele.*": [Suj. 60]).

Os restantes dois derivam da avaria do comando central de portas, tendo sido referidos, pois, apenas na respectiva condição experimental:

1. Trancar manualmente: Contrafactuais que sugerem que a vítima, ao constatar a avaria do comando central de portas, deveria tê-las trancado manualmente (e.g., "*Se ela tivesse fechado o carro antes de ir para a universidade, teria visto que o comando central se encontrava avariado e então, quando entrasse no carro após as aulas teria fechado as portas todas antes de iniciar a marcha, estando assim mais segura e a salvo do que lhe aconteceu.*": [Suj. 87]; "*Se a vítima tivesse, antes de ter iniciado a sua marcha, fechado manualmente os fechos do carro, esta situação não tinha acontecido.*": [Suj. 89]).

2. Arranjo do comando: Contrafactuais que sugerem que a vítima deveria ter providenciado o arranjo do comando central de portas (e.g., "*Se tivesse conseguido arranjar o comando central do carro, então o violador não teria entrado.*": [Suj. 83]; "*Se a jovem tinha o comando central avariado, deveria tê-lo arranjado com prioridade, pois viajar à noite sozinha é propicio a este tipo de situação e agressão.*": [Suj. 85]).

Dado que, na quase totalidade dos casos, cada elemento formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo[101], os resultados apresentados na Tabela 98 reportam-se ao total de participantes que geraram, pelo menos, um pensamento classificado como tal (N = 112).

[101]As únicas excepções respeitam a 4 participantes que formularam, cada uma, dois contrafactuais cujos conteúdos pertencem à categoria "reacção ao ataque".

Tabela 98

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série IV—Estudo 1)

Conteúdo	*Freq*	*%*	*Freq*	*%*[a]
1 – Fuga	58	51.8		
2 – Factor externo	29	25.9		
2.1. Ausência de Polícia no local			16	40.0
2.2. Avaria do comando			7	18.4
2.3. Falha de energia			6	17.6
3 – Reacção ao ataque	24	21.4		
4 – Semáforo	12	10.7		
5 – Sozinha	12	10.7		
6 – Trajecto alternativo	8	7.1		
7 – Trajecto rotineiro	8	7.1		
8 – Portas do carro	6	5.4		
9 – Paragem no semáforo	6	5.4		
10 – Atenção e cuidado	6	5.4		
11 – Casualidade do encontro	4	3.6		
12 – Regime da faculdade	4	3.6		
13 – Instrumento de defesa	4	3.6		
14 – Contexto	4	3.6		
15 – Justiça e criminalidade	4	3.6		
16 – Segurança pública	4	3.6		
17 – Meio de transporte	2	1.8		
18 – Técnica de defesa	2	1.8		
19 – Perturbação do agressor	2	1.8		
Total = 112 participantes				

[a]Percentagem calculada sobre o total de participantes da respectiva condição experimental que geraram contrafactuais (Ausência de outrem: $N = 40$; Avaria do comando central de portas: $N = 38$; Falha geral de energia: $N = 34$).

Acrescentam-se, àqueles constantes na tabela, os conteúdos "trancar manualmente" e "arranjo do comando", ambos referenciados apenas na Condição "avaria do comando central de portas" ($F = 7$, $\% = 17.5$ e $F = 5$, $\% = 12.5$, respectivamente).

Como hipotetizado, os factores externos não constituiram os mais referidos, tendo ocupado o segundo lugar no *ranking* das frequências ($F = 29$, $\% = 25.9$), o qual foi encabeçado pelo antecedente previsto—"fuga" ($F = 58$, $\% = 51.8$) (Tabelas 98 e 99; Figura 20). Esta diferença foi apurada como sendo estatisticamente significativa através do teste Q de Cochran, $Q(1) = 11.845$, $p = .001$, $N = 112$, o mesmo tendo acontecido entre o conteúdo "factores externos" e aquele que se lhe seguiu—"reacção ao ataque" ($F = 24$, $\% = 21.4$), $Q(1) = 0.556$, $p = .456$, $N = 112$.

Tabela 99

Frequências e percentagens dos elementos alterados segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1)

	Factor							
	Avaria comando		Ausência outrem		Falha energia		Total	
Conteúdo	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*	*F*	*%*
1 – Fuga	10	17.2	24	41.4	24	41.4	58	51.8
2 – Factor externo	7	24.1	16	55.2	6	20.7	29	25.9
3 – Reacção ao ataque	10	41.7	10	41.7	4	16.6	24	21.4
4 – Semáforo	6	50.0	4	33.3	2	16.7	12	10.7
5 – Sozinha	2	16.7	8	66.6	2	16.7	12	10.7
6 – Trajecto alternativo	2	25.0	4	50.0	2	25.0	8	7.1
7 – Trajecto rotineiro	2	25.0	2	25.0	4	50.0	8	7.1
8 – Portas do carro	6	100	0	0	0	0	6	5.4
9 – Paragem no semáforo	2	33.3	2	33.3	2	33.3	6	5.4
10 – Atenção e cuidado	4	66.7	0	0	2	33.3	6	5.4
11 – Casualidade do encontro	4	100	0	0	0	0	4	3.6
12 – Regime da faculdade	2	50.0	2	50.0	0	0	4	3.6
13 – Instrumento	2	50.0	0	0	2	50.0	4	3.6
14 – Contexto	0	0	0	0	4	100	4	3.6
15 – Justiça portuguesa	0	0	2	50.0	2	50.0	4	3.6
16 – Segurança pública	0	0	0	0	4	100	4	3.6
17 – Meio de transporte	2	100	0	0	0	0	2	1.8
18 – Técnica de defesa	0	0	2	100	0	0	2	1.8
19 – Agressor	0	0	2	100	0	0	2	1.8
Total = 112 participantes								

As participantes revelaram, pois, uma tendência preferencial para alterarem aspectos controláveis, sendo que a alusão aos elementos semânticos "trancar manualmente" (F = 7, $\%$ = 18.4) e "arranjo do comando" (F = 5, $\%$ = 13.2) pelo grupo experimental "avaria do comando central de portas" constitui mais uma evidência nesse sentido, nomeadamente quando o Teste Q de Cochran indica que a referência conjunta (F = 12, $\%$ = 31.6) não difere, significativamente, da referência ao factor externo "avaria do comando" (F = 7, $\%$ = 18.4), $Q(1) = 1.316$, $p = .251$, $N = 38$.

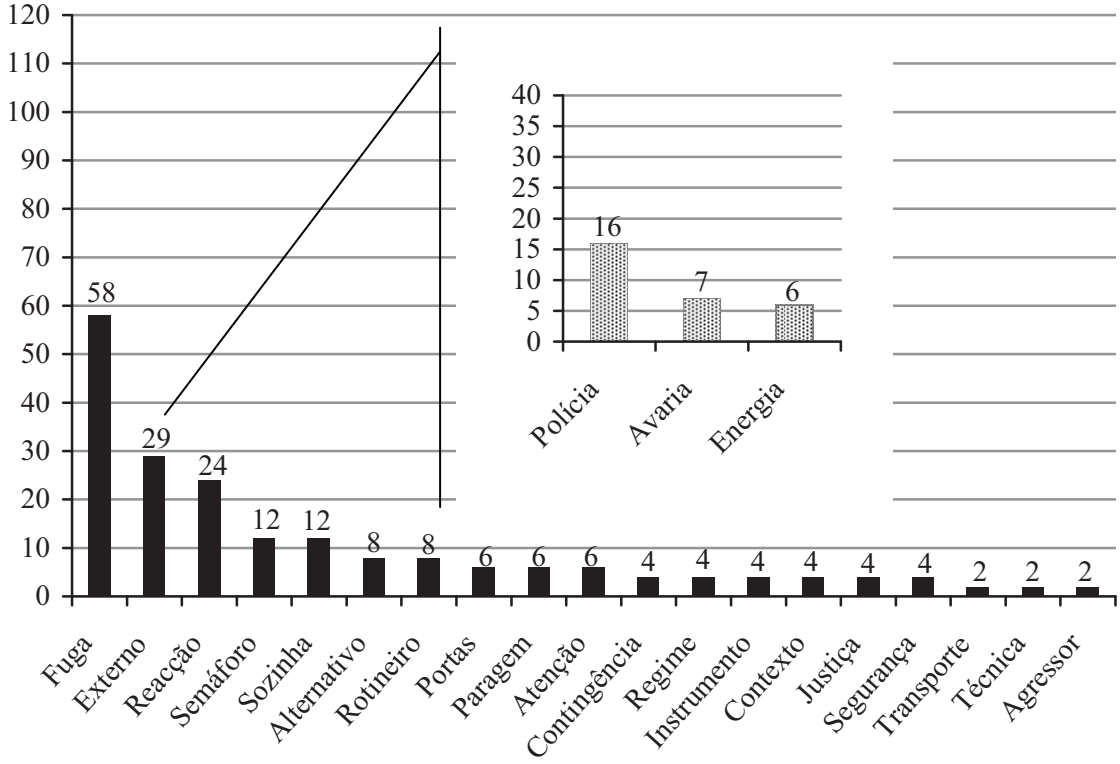

Figura 20. Gráficos das frequências relativas às categorias (Série IV—Estudo 1)

Seguidamente, procedeu-se à comparação da alusão a cada um dos dois conteúdos mais alterados e sob estudo—"fuga" e "factor externo"—segundo a condição experimental, com recorrência ao Teste do Qui-quadrado. Os resultados evidenciaram que, tanto a referência ao primeiro, quanto a referência ao segundo não era independente da condição experimental— "fuga": $\chi^2(2) = 15.768$, $p < .000$, $N = 112$; "factor externo": $\chi^2(2) = 6.459$, $p = .040$; $N = 112$.

Atendendo à Tabela 100 conclui-se que as células principalmente responsáveis pela não independência do conteúdo "fuga" são aquelas relativas aos factores "avaria do comando central de portas" (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 3.9) e "falha geral de energia" (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.6). No caso do primeiro ("avaria do comando central de portas"), a referência à "fuga" apresentou-se inferior relativamente à não referência ($F = 10$ *versus* $F = 28$). Quanto ao segundo ("falha geral de energia"), encontrámos o padrão inverso, ou seja, a referência ao elemento "fuga" revelou-se superior à não referência ($F = 24$ *versus* $F = 10$).

Tabela 100

Teste do Qui-Quadrado para o conteúdo "fuga" e os factores externos

Fuga		Factor			Total
		Avaria	Outrem	Energia	
Sim	*Frequência obtida*	10	24	24	58
	Frequência esperada	19.7	20.7	17.6	58.0
	% within Factor externo	26.3%	60.0%	70.6%	51.8%
	Residual ajustado	-3.9	1.3	2.6	
Não	*Frequência obtida*	28	16	10	54
	Frequência esperada	18.3	19.3	16.4	54.0
	% within Factor externo	73.7%	40.0%	29.4%	48.2%
	Residual ajustado	3.9	-1.3	-2.6	
	Total	38	40	34	112

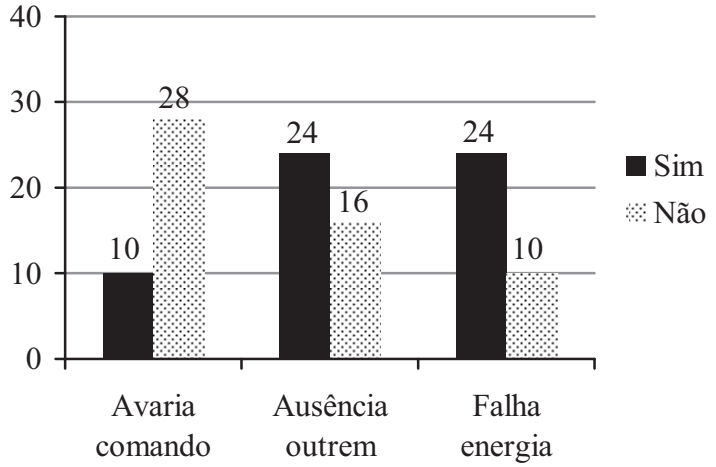

Figura 21. Gráfico da frequência do conteúdo "fuga" segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1)

Ao determo-nos sobre os dois acontecimentos externos em causa, afigura-se-nos como elemento distintivo a possibilidade que cada um encerra em termos da adopção de um comportamento preventivo por parte da vítima. Enquanto que a "avaria do comando" remete para o facto de a protagonista poder/dever ter tido o cuidado de providenciar a sua reparação (note-se que, nesta condição, o conteúdo "fuga" terá sido substituído pelo "arranjo do comando": F = 12, % = 31.6), a "falha geral de energia" parece não deixar uma alternativa

preventiva à vítima, que até se deslocava com as portas trancadas, sendo, então, primordialmente sugerida a "fuga".

Os resultados obtidos parecem, assim, suportar a hipótese de que, face a dois elementos controláveis, as participantes privilegiam a contrafactualização daquele que se apresenta preventivo.

Quanto ao conteúdo "factor externo" (Tabela 101), as células responsáveis pela não independência são aquelas relativas ao factor "ausência de outrem" (*residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.5), verificando-se uma referência significativamente superior nesta condição comparativamente com as condições "avaria do comando" e "falha de energia" (*F* = 16 *versus F* = 7 e *F* = 6, respectivamente).

Também estes resultados parecem sustentar a hipótese da controlabilidade já que os contrafactuais gerados pelo grupo experimental "ausência de outrem" versaram, em boa parte dos casos, sobre a não presença da Polícia (e.g., "*Se a polícia estivesse no local tinha ouvido a jovem gritar e impedia que esta fosse violada.*": [Suj. 25]; "*Se a polícia tivesse mais agentes destacados naquele local então a jovem seria salva.*": [Suj. 29]; "*Se houvesse mais policiamento na rua, tal poderia não ter acontecido.*": [Suj. 34]), facto que parece mais controlável do que a avaria do comando e a falha geral de energia.

Tabela 101

Teste do Qui-quadrado para o conteúdo "factor externo"

Referência ao factor		Factor			Total
		Avaria	Outrem	Energia	
Sim	*Frequência obtida*	7	16	6	29
	Frequência esperada	9.3	10.4	9.3	29.0
	% within Factor externo	18.4%	40.0%	17.6%	25.9%
	Residual ajustado	-1.3	2.5	-1.3	
Não	*Frequência obtida*	31	24	28	83
	Frequência esperada	26.7	29.6	26.7	83.0
	% within Factor externo	81.6%	60.0%	82.4%	74.1%
	Residual ajustado	1.3	-2.5	1.3	
	Total	38	40	34	112

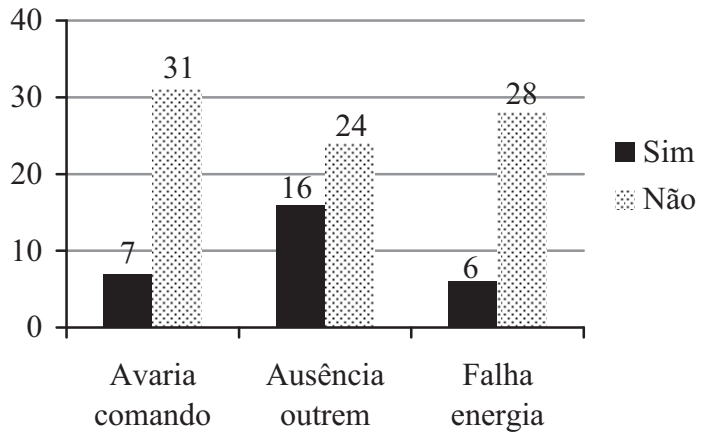

Figura 22. Gráfico da frequência do conteúdo "factor externo" segundo a condição experimental (Série IV—Estudo 1)

O estudo que se acaba de relatar corrobora a asserção de que a controlabilidade constitui um factor determinante do conteúdo contrafactual. Face a vários antecedentes externos, alguns até manipulados, alguns até excepcionais em termos da frequência com que ocorrem no dia-a-dia (e.g., falha geral de energia), as participantes optaram por fazer "*undo*" sobre aqueles que estariam sob o controlo da vítima, tal como os elementos que integraram o estudo de Girotto et al. (1991, Estudo 1).

Acresce o facto de estes antecedentes externos não terem sido alterados com a mesma propensão: A "ausência de outrem" foi alvo de um maior número de contrafactuais do que a "avaria do comando" e a "falha geral de energia", ocorrência passível de ser interpretada de acordo com uma maior controlabilidade inerente ao primeiro, nomeadamente por parte dos decisores em matéria de Segurança Pública.

Adicionalmente, o elemento "fuga" foi menos referido na Condição "avaria do comando central de portas", condição que possibilitava, justamente, a alteração de um elemento afim mas dependente da decisão da vítima ("arranjo do comando") e, mais do que isso, preventivo.

Em suma, mesmo com a alusão, na descrição do caso, à ocorrência de factores externos antecedentes ao crime, as participantes continuaram a privilegiar a mudança de

factores internos, focalizando-se na jovem. Tal facto contraria a possibilidade de este padrão se verificar por enviesamento metodológico decorrente da manipulação de aspectos inerentes à mesma em detrimento de outros de natureza situacional.

6.2 Estudo 2—"Mudando de Protagonista…": Quando o Agressor Adopta um Trajecto Excepcional

6.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

O estudo anterior testou o pressuposto de que o conteúdo dos contrafactuais se vinha centrando na vítima porque não constava, explicitamente, no cenário, informação relativa a factores ambientais. Nele reportámos, então, situações externas à jovem, algumas delas de carácter excepcional: Uma falha geral de energia, a avaria do comando central de portas e a inexistência de outrem, civil ou força policial, no local do crime.

Contudo, em conformidade com o esperado, a maioria das participantes continuou a gerar os seus contrafactuais em torno da protagonista, apesar de as circunstâncias manipuladas também terem sido alvo de uma elevada referência. Discutimos os resultados em termos da tendência existente para pensar contrafactualmente sobre aquilo que é controlável.

Mas, ainda assim, as interpretações não se esgotaram. Uma explicação alternativa e relativamente imediata para a sistemática focalização na vítima ancorava no facto de o crime estar descrito colocando-a em proeminência no campo perceptivo das participantes por o relatarmos assumindo-a como protagonista: Ela, uma jovem que, ao deslocar-se das aulas para casa variando de trajecto, sofreu uma violação. O que sucederia, então, caso fosse o violador a alterar a sua rotina?

Turley et al. (1995, Estudos 2) procuraram perceber se a adopção de um comportamento inusual por parte do agente afectaria a reacção ao crime. Tal como por nós descrito na Introdução, foi por eles empregue um cenário em que John teria ido ao mesmo bar *versus* a um bar diferente daquele que costumava frequentar nas noites de sexta-feira.

Os autores verificaram que os participantes da Condição "excepcional" manifestaram uma maior positividade relativamente à vítima, a qual foi vista como mais desafortunada, tendo recomendado uma sentença de prisão menor para o perpetrador, resultados que interpretaram à luz de uma mais fácil simulação mental promovida pelo desvio da respectiva norma intrapessoal e de uma consequente maior focalização da atenção na acção do violador.

Não perdendo de vista a questão a que pretendíamos dar resposta—"Porque constitui a vítima o elemento focal do crime de violação?"—, resolvemos, então, testar o que sucederia se tentássemos que o protagonismo e a mutabilidade fossem colocados do lado do agressor, um jovem que, no trajecto das aulas para casa, trajecto este diferente do usual, comete um crime de violação.

Partimos da hipótese de que, se os resultados dos estudos anteriores se deviam ao protagonismo da vítima, então os contrafactuais agora gerados iriam incidir sobre o comportamento do agente, nomeadamente sobre o facto de ele haver mudado de percurso.

6.2.2 Método.

6.2.2.1 Participantes.

O presente estudo foi realizado junto de 59 estudantes universitárias[102]. As suas idades variavam entre os 18 e os 40 anos, situando-se, a respectiva média, nos 23 anos (M = 23.33, DP = 5.388, Min = 18, $Máx$ = 40).

6.2.2.2 Material e procedimento.

Foi distribuído, pelas várias participantes, um bloco idêntico àquele utilizado nos estudos anteriores.

Assim, após uma folha introdutória, seguida daquela onde constava o caso acompanhado da instrução para a sua leitura atenta, as participantes dispuseram de vinte linhas para listarem os contrafactuais que lhes ocorressem, mediante a mesma *consigne*:

Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Diga quais os pensamentos do tipo 'Se…, então…' que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso.
(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar 'em voz alta').

[102]Da amostra inicial (N = 64) foram excluídas 5 participantes: 1 por afirmar já ter sido vítima de violação e 4 por assinalarem conhecer quem já o tivesse sido.

A informação contida no cenário foi alterada apenas no que concernia ao perpetrador do crime—um jovem estudante universitário, em regime nocturno, que se dirigia das aulas para casa por um percurso diferente do habitual—, tendo-se mantido aquela relativa à vítima e às circunstâncias em que o ataque ocorreu.

Yyyy é um jovem estudante universitário. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operador de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Yyyy possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directo para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, por um caminho diferente do costume para mudar de "cenário" e, assim, poder desanuviar um pouco. Encontrava-se parado num sinal vermelho quando reparou em Xxxx, a condutora do veículo que se encontrava parado ao lado do seu. Xxxx era uma jovem também estudante universitária, desconhecida de Yyyy, que seguia no seu habitual trajecto faculdade-casa. Yyyy acabou surpreendendo Xxxx, tentando entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

A tarefa terminou com o fornecimento escrito de alguns dados sócio-demográficos (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação profissional, vivência pessoal de violação e conhecimento de outrem que tivesse sido vítima deste crime), tendo ocupado uma média de 15 minutos, findos os quais se procedeu ao devido *debriefing*.

6.2.3 Resultados e discussão.

Ao tratamento estatístico dos dados antecedeu-se a codificação dos pensamentos para apuramento dos valores relativos à activação contrafactual e, posteriormente, do respectivo conteúdo.

6.2.3.1 Estádio activação.

Cada um dos pensamentos listados pelas 52 participantes[103] foi classificado, relativamente à sua natureza contrafactual, por dois juízes independentes e cegos quanto às hipóteses em estudo.

Tal como vinha sendo adoptado, antes de darem início à tarefa foi-lhes entregue um caderno de instruções em tudo semelhante ao utilizado nas situações anteriores com substituição dos cenários pelo actual.

Estes atingiram um grau de acordo de 79%[104]. Ao discutirem os pontos de discordância em termos da codificação dos pensamentos, identificaram um aspecto transversal aos mesmos—a violação da jovem em questão era revertida mas não a perpetração do crime por parte do agressor, junto de outro alvo, naquela mesma noite.

A referida situação foi transmitida, pelos codificadores, à investigadora, a qual, após analisar os protocolos em questão, considerou tratarem-se de pensamentos próximos dos designados semi-factuais[105], face ao que introduziu esta categoria no Caderno de Instruções.

No sentido de evitar um eventual efeito de contaminação e/ou aprendizagem, os 171 pensamentos listados foram, então, submetidos a uma nova codificação assegurada por outros dois juízes, igualmente independentes e cegos quanto às hipóteses em estudo. O grau de acordo verificado neste segundo momento foi de 96% e, como usual, as discordâncias foram resolvidas através de discussão.

Do processo resultaram 142 pensamentos contrafactuais e 29 "semi-factuais". A posterior análise descritiva dos mesmos permitiu concluir terem todas as participantes produzido, pelo menos, um pensamento contrafactual ($M = 2.73$, $DP = 1.206$, $Min = 1$, $Máx = 5$, $N = 52$), já o mesmo não tendo ocorrido com aqueles de natureza semi-factual ($M = 0.56$, $DP = 0.502$, $Min = 0$, $Máx = 1$, $N = 52$), gerados por 29 elementos.

---

[103]Das 59 participantes iniciais 7 não listaram quaisquer pensamentos.

[104]O menor grau de acordo inter-juízes verificado ao longo dos estudos que, até então, haviam sido desenvolvidos no contexto da presente dissertação.

[105]Estes pensamentos não foram considerados verdadeiros semi-factuais na medida em que revertiam a violação da jovem embora mantivessem o crime em si mesmo, ancorando na suposição de que o agressor iria investir num outro alvo. Esta distinção será salvaguardada passando a referi-los entre aspas.

6.2.3.2 Estádio conteúdo.

À análise da activação de contrafactuais seguiu-se aquela relativa ao respectivo conteúdo, tendo sido identificados 13 elementos, 12 dos 20 apurados no Estudo 1 (Série II) e 1 novo, este associado ao antecedente manipulado (alteração de trajecto por parte do agressor).

Trajecto excepcional do agressor: Pensamentos que versam sobre a alteração de trajecto por parte do agressor, sobre a adopção de um caminho, que não o usual, no seu regresso a casa (e.g., *"Se ele não tivesse mudado de caminho então não teria visto aquela rapariga e não a tinha violado"*: [Suj. 5]; *"Se Yyyy tivesse ido logo para casa pelo caminho do costume não tinha havido violação."*: [Suj. 41]).

Dado que cada participante formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo, os resultados apresentados na Tabela 102 reportam-se ao respectivo total (*N* = 52).

Tabela 102

Frequências e percentagens dos elementos alterados (Série IV—Estudo 2)

Conteúdo	*Freq*	*%*	*Freq*	*%*[a]
1 – Fuga	43	82.7		
2 – Trajecto do agressor	42	80.8		
2.1. Contrafactual			13	25.0
2.2. "Semi-factual"			29	55.8
3 – Trajecto da vítima	24	46.2		
4 – Sozinha	14	26.9		
5 – Semáforo	10	19.2		
6 – Reacção ao ataque	10	19.2		
7 – Regime da faculdade	8	15.4		
8 – Instrumento de defesa	8	15.4		
9 – Paragem no semáforo	8	15.4		
10 – Justiça e criminalidade	5	9.6		
11 – Atenção e cuidado	3	5.8		
12 – Casualidade do encontro	1	1.9		
13 – Técnica de defesa	1	1.9		
Total = 52 participantes				

[a]Percentagem calculada sobre o total de participantes.

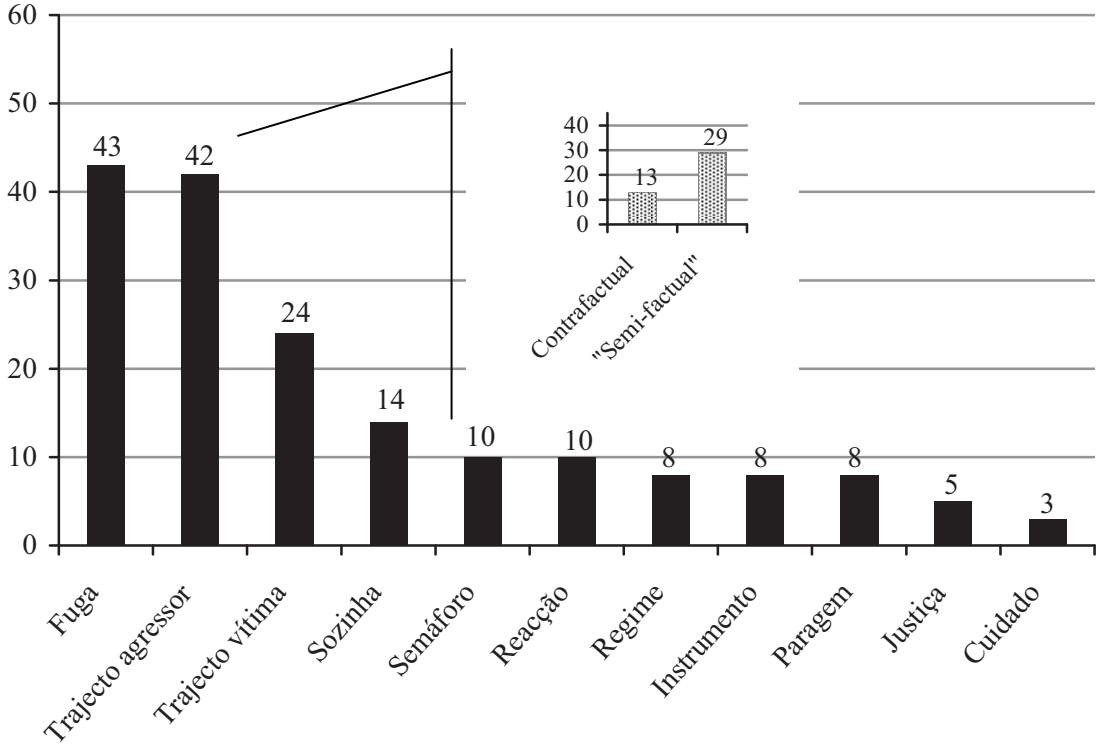

Figura 23. Gráficos das frequências relativas às categorias (Série IV—Estudo 2)

Um primeiro resultado bastante relevante e saliente prende-se com o facto de, pela primeira vez ao longo dos vários estudos que se desenvolveram até ao momento, no âmbito da presente dissertação, se registarem, de forma expressiva, contrafactuais cujo conteúdo versa sobre o agressor, concretamente sobre a excepcionalidade do seu comportamento, ou seja, sobre o facto de este haver mudado de trajecto no caminho para casa (*F* = 42, *%* = 80.8), conteúdo que se apresenta *ex aequo*, praticamente, com o usualmente encontrado quando no cenário é dito que a vítima se deslocava com as portas do carro trancadas—"fuga" (*F* = 43, *%* = 82.7)—, ambos constituindo os mais mencionados.

Contudo, importa salientar o carácter "semi-factual" do qual tais pensamentos parecem ser portadores: 29 (69%) dos 42 pensamentos sobre o perpetrador ancoraram na ideia de que ele teria cometido o crime mesmo caso não houvesse adoptado um trajecto diferente. Não violava aquela rapariga mas violaria outra que se cruzasse no seu caminho pois era essa a sua intenção, em boa parte dos casos justificada pela sua eventual perturbação psicológica (e.g., *"Se Yyyy não tivesse mudado de caminho não tinha violado Xxxx, mas haveria de haver*

uma vítima porque ele tinha o impulso para violar alguém. Ele era mentalmente doente": [Suj.12]; *"Não foi por o violador mudar de caminho que ele violou a rapariga. Se ele não tivesse mudado não a tinha violado. Só que outra teria sido apanhada. Foi tudo uma questão de azar para ela!"*: [Suj.24]; *"Mesmo que Yyyy tivesse seguido pelo trajecto que costumava teria cometido violação. A vítima é que mudava mas a vontade não. Estas pessoas têm disfuncionamentos psicológicos"*: [Suj. 37]).

O antecedente seguidamente mais alterado reporta-se ao trajecto adoptado pela vítima, referido por 24 das 52 participantes (F = 24, % = 46.2). Utilizado o Teste Q de Cochran para comparação deste valor com aquele obtido relativamente ao trajecto do ofensor, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa, $Q(1) = 10.125$, $p = .001$, $N = 52$: $F = 24$ e $F = 42$, respectivamente.

No entanto, tendo em conta que, dos 42 pensamentos gerados em torno da excepcionalidade do trajecto do agressor, 29 eram de natureza semi-factual, repetiu-se o tratamento estatístico contemplando, apenas, os restantes 13, estes, sim, claramente contrafactuais. O resultado apurado revelou o padrão inverso ao anteriormente obtido—a reversão do trajecto seguido pela vítima foi significativamente superior àquela operada sobre o trajecto do violador, $Q(1) = 4.840$, $p = .028$, $N = 52$: $F = 24$ e $F = 13$, respectivamente—, o qual se apresenta direccionado para a nossa hipótese geral.

Em suma, mesmo quando o caso foi descrito dando o protagonismo ao agente, quer pela posição que este ocupou na narrativa, quer pela excepcionalidade do seu comportamento, as participantes continuaram a privilegiar a contrafactualização do comportamento da jovem, fazendo "*undo*", predominantemente, sobre os conteúdos "fuga" e "trajecto".

Detendo-nos, agora, particularmente, sobre este último, identificamos um resultado de elevada relevância—a alteração do trajecto da vítima de rotineiro para excepcional—, resultado que contraria a tendência identificada nos vários estudos desenvolvidos sobre a normalidade dos eventos (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Roese & Olson, 1997; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Estudo 2), tendo sido, tanto quanto se conseguiu apurar, apenas encontrado por Girotto et al. (1991, Experimento 2), autores que verificaram uma significativa preferência pela mutação das acções controláveis por parte do protagonista do seu cenário, independentemente do seu carácter usual ou inusual.

A reanálise qualitativa das listagens de pensamentos permitiu concluir que a prevenção do crime, explicitada por 18 das 24 participantes que modificaram o conteúdo em foco, parece ter constituído a principal razão para tal, da qual são exemplo as seguintes respostas—*"Se Xxxx tivesse vindo por outro caminho não teria sido violada. Possivelmente, Yyyy já a estava a seguir há algum tempo e sabia que ela ia passar por ali àquela hora."*: [Suj. 7]; *"Se a jovem tivesse ido por um caminho diferente tinha-lhe trocado as voltas e, assim, ele não a violava"*: [Suj. 27]; *"Se Xxxx volta e meia mudasse de trajecto Yyyy perdia-lhe o rasto e não a violava."*: [Suj. 35]; *"A jovem, como todas as mulheres, devia variar o caminho da faculdade para casa para evitar que os seus hábitos passassem a ser conhecidos. Assim tinha-se evitado mais uma violação."*: [Suj. 48].

Estes resultados vão ao encontro daqueles obtidos no Estudo 3 da Série II, em que as participantes alteraram, preferencialmente, o comportamento proibido da vítima (não ter trancado as portas do carro), mesmo quando se tratava da sua norma intrapessoal, corroborando a nossa hipótese relativa à elevada mutabilidade do Factor "prevenção".

Ainda sob uma lógica de segurança, situa-se, em quarto lugar, o conteúdo "sozinha". A respectiva frequência (F = 14, % = 26.9) é, no entanto, bastante mais modesta e significativamente inferior, em termos estatísticos, à daquele que o antecede ("trajecto da vítima": F = 24, % = 46.2), $Q(1) = 3.846$, $p = .050$, $N = 52$.

Os restantes elementos semânticos ancoram, igualmente, na sua maioria, em acções da vítima, mas com valores de frequência de 10 ("semáforo" e "reacção ao ataque": F = 10, % = 19.2), 8 ("regime", "instrumento" e "paragem no semáforo": F = 8, % = 15.4) ou inferiores (Tabela 102).

A tónica semi-factual dos pensamentos assentes no perpetrador, a par da circunscrição do respectivo conteúdo à normalidade do trajecto adoptado, por oposição ao maior leque de aspectos mencionados a propósito das acções da vítima enquanto antecedentes com potencial contrafactual, parece-nos revelador de alguma dificuldade, por parte das participantes, em alterar o cenário tendo-o, ao violador, como elemento focal.

A reportada alusão sistemática à sua provável intenção e/ou perturbação psicológica[106], típica dos mitos sobre este tipo de crime (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira,

[106]Recordem-se os exemplos de respostas apresentados a propósito deste conteúdo.

1990), surge-nos como constituindo o factor mais plausível na explicação de tal dificuldade, factor que retira o controlo deste sujeito sobre os seus actos.

A fim de o averiguarmos conduzimos um terceiro estudo, o último desta série. Inspirados nos trabalhos de Branscombe et al. (1996, Estudo 1) e de Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1), mudámos a instrução que vinha sendo fornecida, solicitando, directamente, a alteração do resultado do cenário com base no comportamento do agente.

6.3 Estudo 3—"Alterando a Instrução…": Como Poderia o Agressor Ter Evitado o Crime?

6.3.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

Os estudos anteriores permitiram concluir que, nem a presença de factores externos no cenário, nem o protagonismo e a excepcionalidade do comportamento do agente, foram suficientes para as participantes se desfocalizarem da vítima ao formularem pensamentos contrafactuais sobre o sucedido, tendo as mesmas incidido, nomeadamente, sobre acções que a jovem deveria ter adoptado no sentido da prevenção da sua ocorrência, resultados que vieram reforçar a nossa hipótese geral.

Quanto a esta matéria restava-nos uma única questão: Por que razão foram raros os contrafactuais que incidiram sobre o agressor? Não lhe é percepcionado qualquer controlo sobre as suas acções? Será que as vítimas partilham o mito de que o violador é um homem mentalmente perturbado que actua sob um impulso patológico (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990)?

Procurámos a resposta baseando-nos em Branscombe et al. (1996, Estudo 1) e em Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1): Após a leitura do cenário, as participantes foram instruídas, através de solicitação directa, a mudarem o resultado final alterando o comportamento do autor do crime.

6.3.2 Método.

6.3.2.1 Participantes.

O estudo contou com a participação de 56 estudantes universitárias[107], cuja média etária rondava os 20 anos (M = 20.43, DP = 4.381, Min = 17, $Máx$ = 41).[108]

---

[107]Da amostra inicial (N = 65) foram excluídas 9 participantes: 1 por já ter sido violada e 8 por conhecerem vítimas deste crime.

[108]Consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

6.3.2.2 Material e procedimento.

Foi mantido o procedimento que vinha sendo adoptado, com excepção da instrução fornecida às participantes.

Estas começaram por ler o cenário na sua versão original ("trajecto rotineiro-portas trancadas").

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Inspirados em Branscombe et al. (1996; Estudo 1) e em Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1), convidámo-las, então, a registar, numa folha A_4 com 20 linhas (a terceira das 4 constituintes do bloco distribuído), como é que o violador poderia ter evitado o crime:

"Diga o que é que o agressor devia ter feito de modo diferente de forma a evitar cometer o crime."

Seguidamente, de acordo com Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1), solicitámos-lhes que graduassem a dificuldade da tarefa, perguntando-lhes em que medida lhes fora fácil/difícil imaginar a alternativa solicitada ("Qual o grau de dificuldade que atribui à tarefa que lhe foi proposta, ou seja, em que medida lhe foi fácil/difícil imaginar como é que o violador poderia ter evitado o crime?"). As participantes dispuseram de uma escala de sete pontos ancorada em "Extremamente fácil"/"Extremamente difícil" para traduzirem a sua avaliação.

Tal como em todos os estudos anteriores, a última folha foi dedicada ao levantamento de dados sócio-demográficos.

O tempo de execução da tarefa não ultrapassou os 15 minutos, posto o que procedemos à explicação do estudo e dos seus objectivos.[109]

6.3.3 Resultados e discussão.

Contrariamente ao trabalho de Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1), as participantes manifestaram grande dificuldade em imaginar o que é que o agressor poderia ter feito de diferente por forma a evitar o crime (1 = "Extremamente fácil"/7 = "Extremamente difícil": $M = 6.00$, $DP = 1.160$, $N = 56$). A este resultado acresce o facto de 3 elementos da amostra (5.36%) terem afirmado *"Não sei."* e, mais relevante, de 29 (51.79%) terem respondido *"Nada."* (Figura 24).

A análise de dados posterior recaiu, assim, sobre as alternativas sugeridas pelas restantes 24 participantes.

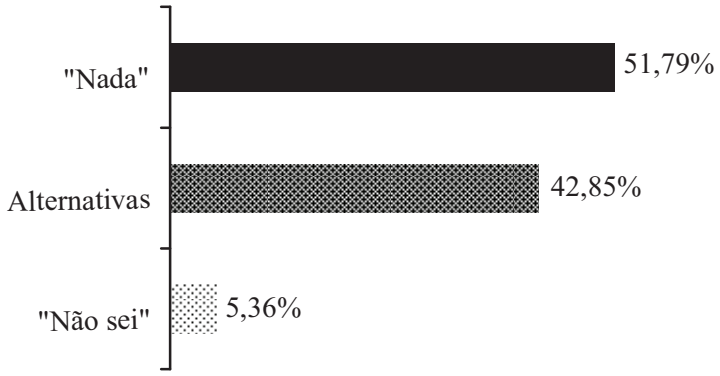

Figura 24. Gráfico das percentagens de respostas relativas ao total de participantes (Série IV—Estudo 3)

6.3.3.1 Estádio activação.

As respostas das 24 participantes que geraram alternativas foram classificadas por dois juízes, cegos quanto às hipóteses em estudo, quanto ao seu carácter contrafactual, isto é, quanto a se versavam sobre factores que mudavam, efectivamente, o final do cenário.

[109]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Para tanto, foi-lhes entregue, previamente ao início da tarefa, um caderno de instruções em tudo semelhante ao utilizado nos estudos anteriores, apenas se tendo actualizado o cenário e a *consigne*, solicitando-se-lhes que indicassem se cada mutação registada revertia o resultado no sentido da ocorrência do crime para a sua não ocorrência.

Estes atingiram um grau de acordo de 98% e resolveram as discordâncias através de discussão.

Desta etapa resultaram 36 alternativas contrafactuais. Em média, cada participante gerou 1.50 (M = 1.50, DP = 0.659, N = 24).

6.3.3.2 Estádio conteúdo.

Da análise às respostas das 24 participantes que conseguiram identificar formas de o agressor ter evitado o sucedido, resultaram os seguintes itens:

1. Apoio psicológico: Alternativas que sugerem a procura de apoio psicológico pelo agressor, previamente à perpetração do crime, como forma de o ter evitado (e.g., *"Arranjar uma forma de resolver os seus problemas através de algum apoio psicológico."*: [Suj. 7]; *"Deveria ter procurado ajuda junto de psicólogos."*: [Suj. 43]; *"Procurar ajuda psicológica para lidar com essas fantasias sexuais agressivas."*: [Suj. 8]).

2. Controlo dos impulsos: Formulação da hipótese de o agressor ter controlado os seus impulsos de modo a não concretizar a violação (e.g., *"Controlo de impulsos, ou seja, manter a situação no plano da fantasia."*: [Suj. 8]; *"Se por acaso Xxxx tivesse seduzido Yyyy de alguma forma, ele devia ter tentado controlar-se e não responder à provocação."*: [Suj. 41]).

3. Masturbação/Sexo: Conteúdo que assenta na possibilidade de o violador ter procurado satisfazer o seu desejo sexual de outra forma que não violando a jovem (e.g., *"Masturbar-se."*: [Suj. 2];*"Recorrer a uma prostituta… ou resolver o problema com a namorada."*: [Suj. 9]).

4. Casualidade do encontro: Alternativas que versam sobre elementos ocasionais que proporcionaram que o agressor passasse à mesma hora que a vítima no semáforo vermelho

(e.g., *"Podia não ter passado por ali àquela hora."*: [Suj. 26]; *"Podia não ter saído de casa. Assim não se cruzava com Xxxx."*: [Suj. 32]; *"Poderia não ter passado no local."*: [Suj. 47]).

Note-se que este antecedente se assemelha àquele ao qual foi atribuída a mesma designação nos estudos anteriores, sendo que a diferença essencial respeita ao respectivo foco: Todos os contrafactuais assim classificados incidiam, no caso vertente, sobre o perpetrador do crime.

5. Racionalização: Reversão do crime através de um processo de racionalização do agressor (e.g., *"Pensando nas consequências do acto."*: [Suj. 5]; *"Acho que antes de ter violado a rapariga deveria pensar na sua mãe ou irmã ou até mesmo numa amiga, talvez assim se lembrasse que não o deveria fazer, pois se acontecesse algo parecido a uma pessoa conhecida com certeza que achava terrível."*: [Suj. 39]).

Na medida em que, na esmagadora maioria dos casos, cada participante formulou apenas um contrafactual sobre cada conteúdo[110], os resultados apresentados na Tabela 103 reportam-se ao total de participantes que geraram alternativas classificadas como tal.

Tabela 103

Frequências e percentagens das alternativas contrafactuais

Alternativas	*Freq*	*%*
1 – Apoio psicológico	10	41.7
2 – Controlo dos impulsos	7	29.2
3 – Masturbação/Sexo	6	25.0
4 – Casualidade do encontro	5	20.8
5 – Racionalização	3	12.5
Total = 24 participantes		

[110]As únicas excepções respeitam a uma participante que formulou dois contrafactuais e a duas que formularam 3, cada uma, cujos conteúdos pertencem à categoria "casualidade do encontro".

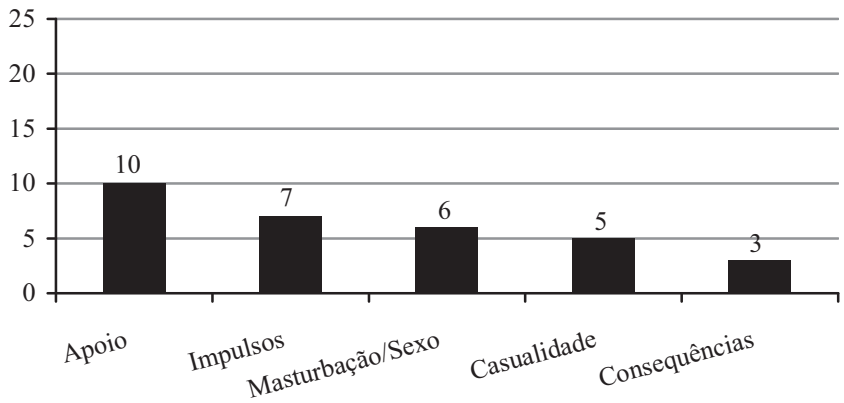

Figura 25. Gráfico das frequências das alternativas contrafactuais (Série IV—Estudo 3)

Julgamos que o seu teor vem dar sentido aos resultados dos estudos precedentes e reflecte a partilha de alguns mitos da violação. As escassas alternativas contrafactuais, registadas por menos de metade da amostra, parecem ancorar no pressuposto de que, subjacente ao crime, está a perturbação psicológica do actor. De facto, o item mais mencionado propõe o apoio a este nível como forma de evitar que o agente tivesse cometido o crime (F = 10, $\%$ = 41.7), seguido do "controlo dos impulsos" (F = 7, % = 29.2). Restam (a) a resolução da necessidade sexual através da prática de sexo com uma prostituta ou com a respectiva companheira ou da masturbação (F = 6, $\%$ = 25.0), (b) os aspectos que terão contribuído para aquilo que foi visto como uma casualidade—o violador ter-se cruzado com a jovem no semáforo (F = 5, $\%$ = 20.8) e (c) a racionalização da situação (F = 3, $\%$ = 12.5).

O Q de *Cochran* calculado para os cinco conteúdos emergentes acusou a inexistência de diferenças significativas para um nível de significância (α) de 95%, $Q(4) = 4.873$, $p = .301$, $N = 24$. De facto, a resposta "nada" surgiu como a de frequência significativamente superior às restantes. É o que revela o mesmo teste quando a incluímos na análise: $Q(5) = 12.518$, $p = .028$, $N = 24$.

De salientar que, das 29 participantes que assim responderam ("*Nada.*"), 25 acrescentaram a respectiva justificação—uma suposta perturbação psicológica do autor (F = 18, $\%$ = 72)—, a qual coincide com aquela apontada pelas 3 participantes que registaram não saber (e.g., *"O agressor agiu sob impulso porque não era mentalmente são e estes impulsos*

não se controlam.": [Suj. 17]; *"Em qualquer situação de violação o violador não pode estar na sua perfeita saúde mental para cometer um acto tão horripilante. Por isso não havia forma de ele ter evitado o crime."*: [Suj. 35]; *"Penso que este tipo de situações acontecem por uma única razão, perturbações mentais, como tal não haveria nada de diferente que o rapaz poderia ter feito."*: [Suj. 40]) e/ou a sua intenção dolosa (*F* = 20, *%* = 80) (e.g., *"A sua intenção era a violação, portanto não vejo forma de ele ter evitado o crime"*: [Suj. 19]; *"Não existe maneira de poder evitar o sucedido, visto que já estava mentalmente perturbado e pronto para agir, não lhe interessando qualquer tipo de consequências. Ele queria era a violação."*: [Suj. 24]; *"Creio que as pessoas que cometem determinados crimes como este cometem-nos em consequência de determinadas perturbações psicológicas e com intenção, pelo que não têm como evitá-los."*: [Suj. 45]).

Tal conduz-nos à Teoria das Inferências Correspondentes de Jones e Davis (1965), segundo a qual a presença de intenção por parte do actor constitui uma condição básica para a inferência de disposição. Parece, pois, que as explicações para o agente ter cometido o crime têm como pressuposto factores personalísticos, o que vai, como já referimos, ao encontro dos mitos sobre a violação (e.g., Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Rocha & Vieira, 1990).

É, também, ao nível dos mitos, estereótipos e representações prototípicas existentes relativamente ao crime em foco (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; J. M. B. Costa, 2003; Costin, 1985; Costin & Kaptanoğlu, 1993; Costin & Schwarz, 1987; Kelly & Regan, 2001; Krahé, 1991; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Maria, 2004; Rocha & Vieira, 1990) que situamos uma possível explicação para as diferenças verificadas entre os resultados por nós apurados e aqueles obtidos por Branscombe et al. (1996; Estudo 1) e por Nario-Redmond e Branscombe (1996, Estudo 1).

Note-se que os protagonistas dos cenários por si construídos foram dados como conhecidos: Jeff e Mary, dois colegas de escola que saem juntos, tendo sido Mary a convidá-lo para passar a noite em sua casa, no sofá, dado ele morar bastante longe e já ser muito tarde (Branscombe et al., 1996; Estudo 1); Mary e Jeff, dois colegas de trabalho que jantam juntos por proposta dela e que acabam a noite no seu apartamento, envolvendo-se fisicamente (Nario-Redmond & Branscombe, 1996, Estudo 1).

Como reportado na revisão de literatura, a existência de uma relação prévia entre vítima e agressor afecta o julgamento da situação com forte desabono para a mulher,

nomeadamente ao nível do consentimento percebido e da credibilidade atribuída a uma eventual queixa (e.g., Campbell & Johnson, 1997; Estrich, 1987; Krahé, 1991; Neves & Machado, 2005; Weller, 1992) e da imputação de culpa e de responsabilidade (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Pollard, 1992; Temkin, 2000).

Uma situação destas promoverá, muito possivelmente, a impressão de que o agente não é psicologicamente perturbado, antes tendo agido em consonância com os sinais enviados pela interlocutora, a qual terá precipitado o sucedido, tendendo a ser, por isso, menos responsabilizado (Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988).

Tal inferência será, a nosso ver, mais difícil de realizar relativamente ao caso por nós elaborado, dado que esta elaboração teve, justamente, a relação vítima-perpetrador, o consentimento da jovem e a credibilidade de uma eventual queixa da sua parte como variáveis a controlar (Série I—Estudo 2).

7. Série V: Pensamento Contrafactual, Controlabilidade dos Antecedentes e Prevenção do Crime de Violação

Apresenta-se, agora, a quinta e última série de estudos que compõem a presente dissertação.

Recorde-se o trajecto empírico percorrido até aqui. Partindo dos trabalhos que evidenciam ser a controlabilidade um determinante do pensamento contrafactual, com especial incidência sobre o seu conteúdo (e.g., Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; McEleney & Byrne, 2006, Estudo 1; N'gbala & Branscombe, 1995, Estudo 2), após a análise da gravidade atribuída ao crime de violação pela população abordada e a preparação e validação do material que viria a ser utilizado, conduzimos uma série de experimentos que nos permitiram chegar à mesma conclusão, ou seja, identificar uma tendência preponderante para a alteração dos antecedentes controláveis, concretamente, os comportamentos da vítima.

De entre estes destacaram-se os que contrariavam a norma intrapessoal (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Sanna & Turley, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudo 1; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Estudo 2) e as obrigações de segurança (Byrne, 2005). Assim, nos cenários em que foi dito que a jovem se havia deslocado por um trajecto diferente do usual as participantes formularam um elevado número de contrafactuais versando sobre este elemento (e.g., *"Se a vítima não tivesse alterado o trajecto habitual a violação não tinha ocorrido."*: [Suj. 187; Série II—Estudo 1]); por seu turno, quando implícito que a protagonista conduzia com as portas do carro destrancadas, a reversão do crime foi sugerida, esmagadoramente, através da adopção da conduta preventiva em causa (e.g., *"Se ela circulasse na sua viatura com as portas do carro trancadas a situação não teria acontecido."*: [Suj. 287; Série II—Estudo 1]).

De referir que, nos casos em que a manipulação da normalidade e do comportamento preventivo incidiram sobre o mesmo antecedente—"trancar as portas do carro"—este foi alvo de mais contrafactualizações, mesmo quando apresentado como rotineiro (a vítima não costumava trancar as portas do carro e no dia do crime também não havia tido esse cuidado),

sugerindo uma mutabilidade superior por parte dos comportamentos proibidos, aspecto que foi sustentado, de forma directa, através do Estudo 2 da Série II. A norma preventiva sobrepôs-se, pois, à norma intrapessoal, através da alteração de acções rotineiras para excepcionais, desde que tal promovesse uma conduta de segurança.

Os dois estudos que integram a presente série foram desenhados com o objectivo de complementar a evidência empírica referida.

No primeiro deles procedeu-se ao levantamento do grau de controlabilidade percebida de cada um dos comportamentos da vítima modificados em todos os anteriores, aspecto que havia sido classificado apenas dicotomicamente, com recorrência a juízes, no Estudo 1 da Série II.

No segundo, baseado no trabalho de Mandel e Lehman (1996, Estudo 1), averiguou-se da sobreposição dos conteúdos do pensamento contrafactual, da atribuição causal e das imputações de prevenção, tendo em conta duas perspectivas diferentes—vítima (actor) *versus* observador (leitor).

7.1 Estudo 1—Análise do Grau de Controlabilidade Percebida dos Antecedentes Focalizados no Comportamento da Vítima

7.1.1 Perspectiva geral do estudo.

A sequência dos estudos desenvolvidos até aqui sustenta a hipótese de que a centração dos contrafactuais sobre a vítima se deve, em grande medida, à controlabilidade percebida dos seus comportamentos, por contraposição àquela associada ao agente e a outros factores externos.

Este critério foi classificado dicotomicamente no Estudo 1 da Série II, com recorrência a juízes, sendo desconhecida a sua graduação por parte da literatura que sobre ele também se debruçou (e.g., Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; McEleney & Byrne, 2006, Estudo 1; N'gbala & Branscombe, 1995, Estudo 2).

Percorrida a quase totalidade do trajecto empírico, importou-nos (a) aferir qual o grau de controlabilidade atribuído, por uma amostra da população em estudo, a cada um dos elementos focalizados no comportamento da jovem e (b) averiguar se aquele mais frequentemente modificado—"trancar as portas do carro"—correspondia, de facto, ao percepcionado como sendo mais controlável pela mesma.

7.1.2 Método.

7.1.2.1 Participantes.

O estudo contou com a participação de 83 estudantes universitárias[111], as quais apresentavam uma média etária de 23 anos (M = 22.57, DP = 4.665, Min = 18, $Máx$ = 40).[112]

7.1.2.2 Instrumento.

Foi construído um questionário composto por cinco folhas A_4 escritas somente na frente (Anexo 47).

---

[111]Da amostra inicial (N = 94) foram excluídas 11 participantes: 2 por já terem sido vítimas de violação, 1 por não ter pretendido responder a esta questão e 8 por conhecerem quem já o tivesse sido.

[112]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

O cenário, antecedido da instrução para uma sua leitura atenta por parte das respondentes, constava na segunda (a primeira era dedicada à introdução ao estudo e à tarefa), tendo-se apresentado a versão "trajecto excepcional-portas destrancadas".

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

A terceira e quarta continham a lista dos doze antecedentes cujo elemento focal era o comportamento da vítima (de acordo com a codificação assegurada pelos juízes no Estudo 1 da Série II) e que tinham vindo a ser sistematicamente alterados nos estudos anteriores.

Para cada um deles foi disponibilizada uma escala de onze intervalos (ancorada em "0 = Nada controlável" e "10 = Totalmente controlável") destinada à classificação do respectivo grau de controlabilidade por parte da jovem, tendo-se fornecido a seguinte instrução:

A seguir são-lhe apresentadas várias acções que, caso a jovem tivesse adoptado, teriam evitado o crime. Diga, por favor, em que medida considera cada uma delas controlável por parte da jovem, ou seja, assinale em que medida considera que cada uma delas dependeu da vontade/decisão da jovem. ***(Coloque um círculo em torno do número que melhor corresponda à sua opinião.)***

A última folha destinava-se à solicitação de dados sócio-demográficos das participantes (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime).[113]

[113]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

7.1.2.3 Procedimento.

Os questionários foram administrados no final de uma das aulas das participantes, mediante autorização do respectivo docente.

Feito o enquadramento do estudo e daquilo que lhes iria ser solicitado, sublinhou-se a não obrigatoriedade de participação, a importância da sua vontade em colaborar, da espontaneidade das respostas e a garantia do anonimato e confidencialidade das mesmas.

Posto isto, procedeu-se à respectiva distribuição, cujo preenchimento ocupou cerca de quinze minutos, tendo-se, então, agradecido a colaboração das presentes e explicado o objectivo da investigação em curso.[114]

7.1.3 Resultados e discussão.

Todas as estudantes abordadas participaram favoravelmente, ou seja, nenhuma abandonou a sala previamente à distribuição do questionário nem o devolveu indevidamente preenchido.

Os dados foram cotados de 0 (Nada controlável) a 10 (Totalmente controlável), tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

Após a avaliação da normalidade das variáveis (Anexo 48), os dados obtidos foram submetidos ao Teste *t*-Student para amostras emparelhadas.

Passamos à descrição dos resultados, integrando a leitura das tabelas 104 e 105, auxiliada pela Figura 26.

Os antecedentes significativamente mais alterados nos estudos em que se manipularam a prevenção e a normalidade (Tabela 106) apresentaram o maior grau de controlabilidade percebida, tendo a respectiva média ficado situada perto do extremo máximo da escala ("portas do carro": $M = 9.46$, $DP = .770$, $N = 83$ e "trajecto excepcional": $M = 8.58$, $DP = 1.822$, $N = 83$, respectivamente). Destes, destaca-se o conteúdo "portas do carro", não só por ter sido classificado como o mais controlável, mesmo relativamente ao "trajecto excepcional", $t(82) = 4.240$, $p < .000$, como por apresentar a mais reduzida medida de dispersão, indicativa de uma maior unanimidade entre as participantes.

---

[114]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tabela 104

Medidas descritivas relativas ao grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima

Comportamentos	*M*	*DP*
1 – Portas do carro	9.46	0.770
2 – Trajecto excepcional	8.58	1.822
3 – Atenção e cuidado	5.87	2.832
4 – Técnica de defesa	5.29	2.945
5 – Meio de transporte	4.70	3.442
6 – Sozinha	4.13	2.483
7 – Reacção ao ataque	4.05	2.754
8 – Instrumento de defesa	3.77	3.171
9 – Falta às aulas	3.14	3.683
10 – Fuga	3.14	2.816
11 – Paragem no semáforo	2.89	3.748
12 – Regime da faculdade	2.87	2.663
	N = 83	

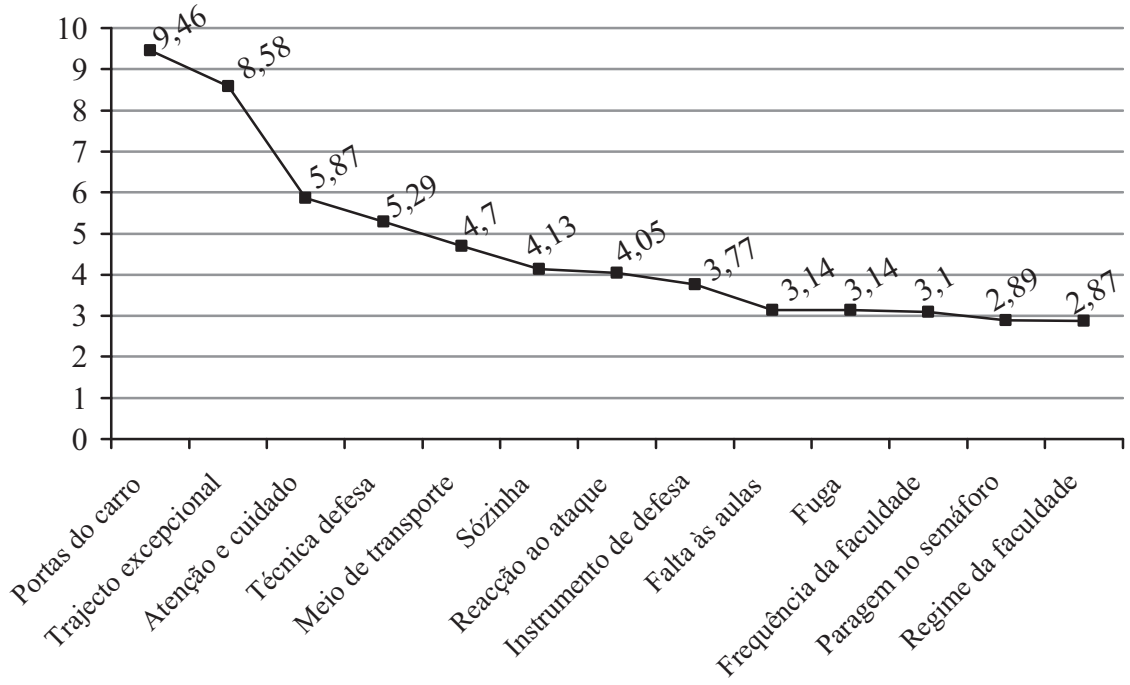

Figura 26. Gráfico das médias relativas ao grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima

Tabela 105

Teste t-Student para o grau de controlabilidade atribuído aos comportamentos da vítima

	Portas	Trajecto	Atenção	Técnica	Transporte	Sozinha	Reacção	Instrumento	Falta	Fuga	Paragem	Regime
Portas												
Trajecto	*t* = 4.24 *p* = .000											
Atenção	*t* = 11.895 *p* = .000	*t* = 7.786 *p* = .000										
Técnica	*t* = 13.096 *p* = .000	*t* = 8.708 *p* = .000	*t* = 1.358 *p* = .178									
Transporte	*t* = 11.643 *p* = .000	*t* = 9.638 *p* = .000	*t* = 2.668 *p* = .009	*t* = 1.507 *p* = .136								
Sozinha	*t* = 17.363 *p* = .000	*t* = 15.984 *p* = .000	*t* = 4.035 *p* = .000	*t* = 2.530 *p* = .013	*t* = 1.184 *p* = .240							
Reacção	*t* = 18.562 *p* = .000	*t* = 12.814 *p* = .000	*t* = 4.387 *p* = .000	*t* = 1.931 *p* = .001	*t* = 1.337 *p* = .185	*t* = .191 *p* = .849						
Instrumento	*t* = 14.897 *p* = .000	*t* = 12.234 *p* = .000	*t* = 4.145 *p* = .000	*t* = 3.645 *p* = .000	*t* = 2.589 *p* = .011	*t* = .809 *p* = .421	*t* = .641 *p* = .523					
Falta	*t* = 14.627 *p* = .000	*t* = 13.428 *p* = .000	*t* = 6.435 *p* = .000	*t* = 4.718 *p* = .000	*t* = 5.181 *p* = .000	*t* = 2.017 *p* = .047	*t* = 1.841 *p* = .069	*t* = 1.360 *p* = .177				
Fuga	*t* = 20.184 *p* = .000	*t* = 16.343 *p* = .000	*t* = 6.144 *p* = .000	*t* = 4.624 *p* = .000	*t* = 2.974 *p* = .004	*t* = 2.876 *p* = .005	*t* = 2.746 *p* = .007	*t* = 1.313 *p* = .193	*t* = .000 *p* = .000			
Paragem	*t* = 14.483 *p* = .000	*t* = 12.110 *p* = .000	*t* = 3.745 *p* = .000	*t* = 3.191 *p* = .000	*t* = 3.469 *p* = .001	*t* = 2.249 *p* = .027	*t* = 1.978 *p* = .051	*t* = 1.313 *p* = .193	*t* = .121 *p* = .904	*t* = .088 *p* = 930		
Regime	*t* = 19.669 *p* = .000	*t* = 15.197 *p* = .000	*t* = 7.028 *p* = .000	*t* = 5.964 *p* = .000	*t* = 5.370 *p* = .000	*t* = 3.506 *p* = .001	*t* = 2.594 *p* = .011	*t* = 2.144 *p* = .035	*t* = .661 *p* = .511	*t* = .680 *p* = 498	*t* = .445 *p* = .657	

Nota. *g.l.* = 82 para cada um dos pares.

Tabela 106

Conteúdos mencionados nos vários estudos conduzidos no contexto da investigação realizada

Série II—Estudo 1 Normalidade × Prevenção1	Série II—Estudo 3 Normalidade × Prevenção2	Série III—Estudo 1 Acção-Omissão	Série III—Estudo 2 Proximidade	Série IV—Estudo 1 Factores externos	Série IV—Estudo 2 Agressor protagonista
Portas do carro	Portas do carro	Portas do carro	Portas do carro	Fuga	Fuga
Trajecto excepcional	Fuga	Falta às aulas	Casualidade do encontro	Factor externo	Trajecto do agressor
Fuga	Trajecto alternativo	Sozinha	Sozinha	Reacção ao ataque	Trajecto da vítima
Reacção ao ataque	Reacção ao ataque	Casualidade do encontro	Reacção ao ataque	Semáforo	Sozinha
Trajecto rotineiro	Trajecto rotineiro	Reacção ao ataque	Semáforo	Sozinha	Semáforo
Semáforo	Semáforo	Trajecto alternativo	Falta às aulas	Trajecto alternativo	Reacção ao ataque
Instrumento de defesa	Instrumento de defesa	Atenção e cuidado	Instrumento de defesa	Trajecto rotineiro	Regime da faculdade
Sozinha	Meio de transporte	Paragem no semáforo	Paragem no semáforo	Portas do carro	Instrumento de defesa
Trajecto alternativo	Regime da faculdade	Semáforo	Trajecto alternativo	Paragem no semáforo	Paragem no semáforo
Paragem no semáforo	Sozinha	Instrumento de defesa	Regime da faculdade	Atenção e cuidado	Justiça e criminalidade
Casualidade do encontro	Atenção e cuidado	Regime da faculdade	Meio de transporte	Casualidade do encontro	Atenção e cuidado
Falta às aulas	Técnica de defesa	Segurança pública	Segurança pública	Regime da faculdade	Casualidade do encontro
Segurança pública	Contexto	Fuga	Fuga	Instrumento de defesa	Técnica de defesa
Regime da faculdade	Segurança pública	Contexto	Atenção e cuidado	Contexto	
Atenção e cuidado	Perturbação do agressor	Técnica de defesa	Técnica de defesa	Justiça e criminalidade	
Justiça e criminalidade	Paragem no semáforo	Trajecto rotineiro	Contexto	Segurança pública	
Meio de transporte			Justiça e criminalidade	Meio de transporte	
Técnica de defesa			Factores estruturais	Técnica de defesa	
Factores estruturais			Distância faculdade-casa	Perturbação do agressor	
Contexto					

Seguiram-se-lhes os elementos “atenção e cuidado” e “técnica de defesa”, ambos com médias já expressivamente inferiores, situadas ligeiramente acima do ponto intermédio (M = 5.87, DP = 2.832, N = 83 e M = 5.29, DP = 2.945, N = 83, respectivamente) e sem diferirem significativamente entre si, $t(82) = 1.358$, $p = .178$.

Exibindo um grau de controlabilidade ligeiramente inferior encontramos, então, o antecedente “meio de transporte” (M = 4.70, DP = 3.442, N = 83), o qual acabou assumindo a “primeira transição” entre os elementos mais controláveis e os elementos menos controláveis, dado o facto de os valores do Teste *t*-Student não apresentarem significância estatística, quer aquele relativo à comparação com o conteúdo imediatamente antecedente—“técnica de defesa”, $t(82) = 1.507$, $p = .136$—, quer aquele relativo à comparação com o conteúdo imediatamente posterior—“sozinha”, $t(82) = 1.184$, $p = .240$.

Nesta “zona” foi possível identificar um “grupo” constituído pelos conteúdos “sozinha”, “reacção ao ataque” e “instrumento de defesa”, classificados como pouco controláveis, a verificar pelas respectivas médias (M = 4.13, DP = 2.483, N = 83; M = 4.05, DP = 2.754, N = 83; M = 3.77, DP = 3.171, N = 83), as quais não se revelaram estatisticamente diferentes (Tabela 105).

Destes, o último (“instrumento de defesa”) posicionou-se no “espaço de transição” para os antecedentes classificados como os menos controláveis pela vítima—“falta às aulas”, “fuga”, “paragem no semáforo” e “regime da faculdade” (Tabela 104 e Tabela 105).

Demos início à descrição dos resultados fazendo notar que os conteúdos “portas do carro” e “trajecto excepcional” comungavam do facto de se tratarem de elementos percepcionados como estando, praticamente, sob o total controlo da vítima e de terem sido os mais frequentemente mudados nos estudos em que manipulámos a prevenção e a normalidade.

Contudo, os elementos que se seguiram não apresentaram este padrão, ou seja, aqueles cujo grau de controlabilidade os colocou em terceiro, quarto e quinto lugar (“atenção e cuidado”, “técnica de defesa” e “meio de transporte”, respectivamente) não correspondem aos tendencialmente mais alterados ao longo dos vários estudos realizados, tendo, mesmo, chegado a ocupar, as posições finais quando hierarquizados por ordem de frequência. De forma inversa, os conteúdos que ocuparam lugares mas cimeiros neste “*ranking*” (“fuga” e

“reacção ao ataque”), sucedendo os elementos “portas do carro” e “trajecto excepcional”, foram percepcionados como pouco controláveis (tabelas 104 e 105).

Parece, pois, ser de concluir que, mais do que os elementos controláveis (Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas et al., 2008, Estudo 2), são os elementos com um grau de controlabilidade superior aqueles que tendem a ser prioritariamente alterados aquando da imaginação de um cenário com um desfecho alternativo ao factual.

Contudo, outros factores, para além do grau de controlabilidade, presidirão, muito possivelmente, à reversão dos antecedentes de um crime de violação.

Note-se que, na maior parte dos estudos desenvolvidos, o evitamento da situação parece ter sido o segundo critério seguido (“fuga”), aparente substituto da prevenção nos cenários em que a vítima havia trancado as portas do carro (Série IV—Estudo 1 e Série IV—Estudo 2), excepto quando manipulada a acção-omissão (Série III—Estudo 1: “falta às aulas”) e a proximidade (Série III—Estudo 2: “casualidade do encontro”), casos em que, como oportunamente discutido, poderá ter ocorrido um efeito de primação (Tabela 106).

Ainda assim, importa não esquecer que a quase totalidade dos conteúdos alvo dos contrafactuais gerados se encontram associados a acções controláveis pela vítima. Por essa razão, através do último experimento realizado, propusemo-nos elucidar a relação entre a controlabilidade, o pensamento contrafactual, as imputações de prevenção e a atribuição causal. Passamos à sua apresentação.

7.2 Estudo 2—Pensamento Contrafactual, Atribuição Causal e Imputações de Prevenção: Relação e Divergências Actor-Observador

7.2.1 Introdução e perspectiva geral do estudo.

De acordo com o previsto, os estudos desenvolvidos no âmbito da presente dissertação evidenciaram, consistentemente, que, perante dois antecedentes controláveis, aquele revestido de um papel preventivo do crime de violação (trancar as portas do carro, no caso vertente) era o predominantemente alterado.

Este último experimento foi concebido com o objectivo de providenciar suporte adicional para tal evidência. Paralelamente, pretendeu-se analisar se a tendência em causa era independente da perspectiva adoptada pelas participantes: Actor (vítima) *versus* observador.

Para o efeito, baseámo-nos no trabalho de Mandel e Lehman (1996, Estudo 1), surgido no contexto da controvérsia estabelecida em torno da relação entre pensamento contrafactual e inferência causal (e.g., Mandel, 2005; McEleney & Byrne, 2000; N'gbala & Branscombe, 2003; Roese & Olson, 1996, 1997; Spellman, Kincannon, & Stose, 2005; Wells & Gavanski, 1989), ao abrigo da hipótese de dissociação entre estes dois processos cognitivos (e.g., Mandel, 2003a; Mandel & Lehman, 1996, 1998; N'gbala & Branscombe, 1995) (para uma revisão e proposta de modelo de integração ver, e.g., Senos, 2008).

Os autores consideram que, em termos psicológicos, as atribuições ou imputações causais e preventivas podem focar-se em diferentes eventos, ou seja, embora o antecedente X possa ser tratado como um bom candidato causal, ˜X (a negação de X) pode ser visto como um candidato preventivo pobre; similarmente, embora Y possa ser tido como um bom candidato preventivo, ˜Y pode ser percebido como um candidato inverosímil.

A este propósito, sublinham que a sua proposta não significa que as imputações preventivas não se possam focar na negação das causas inferidas ou que as imputações causais não se possam focar em antecedentes preventivos mas, sim, que esta constituirá a excepção e não a regra.

Mandel e Lehman (1996) vão mais longe, antecipando que quando as pessoas geram contrafactuais tentam, frequentemente, simular formas através das quais um resultado poderia ter sido prevenido sem mudarem, necessariamente, a causa hipotetizada para o mesmo,

sugerindo, portanto, que os contrafactuais estão alinhados com as imputações de prevenção efectuadas a *post hoc*.

A hipótese da dissociação entre a atribuição causal e as imputações preventivas, tal como prevista pelos autores, teria a ver com o uso de diferentes critérios para a respectiva determinação: O primeiro processo seria guiado por um critério covariacional enquanto que o segundo seguiria um critério de controlabilidade.

Na medida em que os contrafactuais seriam mais representativos da adopção de acções preventivas do que da alteração de factores causais, os autores hipotetizaram, igualmente, que também o seu conteúdo se centraria em factores controláveis.

Assim, a selecção dos concorrentes causais dependeria do grau em que eles covariassem com o resultado; por seu turno, a selecção dos concorrentes preventivos dependeria dos factores percepcionados como controláveis do ponto de vista de um sujeito focal.

Os autores não descartam a possibilidade de um determinado antecedente covariar com o efeito e ser, simultaneamente, controlável, situações que ocorreriam pontualmente. Nestes casos, as pessoas poderiam centrar-se no mesmo evento tanto para a atribuição de causas como para as imputações de prevenção.

Mandel e Lehman (1996) acrescentam, ainda, não assumirem ser necessário que a informação relativa à co-variação seja explícita (*data-driven*), contemplando a possibilidade de esta advir do conhecimento acerca do "mundo" (*theory-driven*).

Num primeiro estudo, os autores propuseram-se testar três hipóteses inter-relacionadas: (a) O conteúdo contrafactual sobrepor-se-ia mais ao conteúdo das imputações preventivas do que ao conteúdo das atribuições causais; (b) Os contrafactuais e as imputações de prevenção focar-se-iam em acções controláveis que poderiam ter sido executadas a partir da perspectiva de um determinado actor focal; (c) As imputações causais centrar-se-iam em acções que, segundo indicação fornecida pelo conhecimento acerca do mundo em geral, covariassem com um resultado alvo, independentemente da sua controlabilidade.

O cenário utilizado consistiu numa versão alterada daquele desenvolvido por Kahneman e Tversky (1982a) sobre o acidente de viação que envolveu Mr. Jones e o jovem Smith:

> Mr. Jones is 47 years old, the father of three and a successful banking executive. His wife has been ill at home for several months.
>
> On the day of accident, Mr. Jones left his office at his regular time. He occasionally left early to take care of home chores at his wife's request, but this was not necessary on that day. Mr. Jones did not drive home by his regular route. The day was exceptionally clear, so Mr. Jones decided to drive along the shore to enjoy the view.
>
> The accident occurred at a major intersection. The light turned yellow as Mr. Jones approached. Witnesses noted that he braked hard to stop at the crossing, although he could have easily gone through. His family recognized this as a common occurrence in Mr. Jones driving. As he began to cross after the light changed, a truck charged into the intersection at high speed and rammed Mr. Jones' car from the left. Mr. Jones was seriously injured.
>
> It was later ascertained that the truck was driven by Mark Smith, a teenager who was under the influence of alcohol. Mark was on his way to a beach party that his friend had told him about earlier that day. (p. 454)

Os 138 estudantes universitários que participaram na experiência foram aleatoriamente distribuídos por seis condições experimentais decorrentes do plano de 2 (Pessoa foco: Smith *versus* Mr. Jones) × 3 (Pensamento foco: Contrafactual *versus* Prevenção *versus* Causa) adoptado, o qual foi operacionalizado através das instruções fornecidas. Assim, após a leitura do cenário, um grupo de sujeitos foi conduzido a pensar contrafactualmente, outro a desenvolver imputações de prevenção do acidente e um terceiro a fazer atribuições das respectivas causas, ou do ponto de vista do Mr. Jones ou do ponto de vista do jovem Smith.

Em seguida, dois juízes independentes classificaram a primeira resposta de cada participante conforme se centrava numa acção controlável por parte de Mr. Jones, numa acção controlável por parte de Smith ou num outro aspecto qualquer; posteriormente, tabularam as afirmações que versavam sobre acções do Mr. Jones ou sobre acções de Smith.

De acordo com as suas hipóteses, Mandel e Lehman (1996) esperavam que (a) os participantes das condições "pensamento contrafactual" e "prevenção" se centrassem, primordialmente, em acções controláveis que o Mr. Jones (ou Smith, consoante a perspectiva que lhes fosse atribuída) deveria ter encetado para evitar o acidente, (b) os participantes da Condição "Mr. Jones-causas" se centrassem mais nas acções de Smith do que os participantes das duas outras condições ligadas à perspectiva do Mr. Jones ("Mr. Jones-contrafactuais" e "Mr. Jones-prevenção") e que (c) os participantes colocados na perspectiva do jovem Smith se focassem na sua condução imprudente e em estado de embriaguez uma vez que, em geral, guiar sob o efeito de álcool covaria com a ocorrência de acidentes de automóvel, independentemente da condição que integrassem ("pensamento contrafactual", "imputações de prevenção" ou "atribuição causal").

Para testar estas predições, os autores analisaram as primeiras afirmações dos sujeitos usando dois testes de Qui-quadrado, tendo encontrado sustentação para as mesmas.

Esperando replicar estes resultados, Mandel e Lehman (1996) conduziram um segundo experimento fazendo uso de um cenário diferente e de um esquema intra-sujeitos.

Assim, os 57 participantes passaram todos pelas condições "foco contrafactual", "foco prevenção" e "foco causa", após o que lhes foi solicitado que graduassem a controlabilidade de cada uma de três componentes específicas do caso, com base numa escala de 7 pontos (de "1 = não controlável de todo" a "7 = totalmente controlável"). Esta havia sido manipulada, de tal modo que duas delas eram controláveis do ponto de vista de um dos protagonistas do cenário não covariando com o efeito; pelo contrário, a terceira não era controlável por parte de nenhum dos protagonistas, covariando, no entanto, com o efeito.

Os resultados apresentaram-se no mesmo sentido dos do primeiro estudo, reforçando, pois, o suporte das respectivas hipóteses: Os sujeitos focalizaram-se mais sobre aspectos que, implicitamente, covariavam pouco com o efeito e cuja controlabilidade havia sido percepcionada de forma elevada quando responderam às questões relacionadas com as condições "foco contrafactual" e "foco prevenção", o simétrico tendo acontecido para a condição "foco causa", em que os sujeitos se detiveram mais sobre o aspecto que, implicitamente, covariava de forma elevada com o efeito, aspecto de muito reduzida controlabilidade.

O procedimento por nós adoptado foi análogo ao do Estudo 1 de Mandel e Lehman (1996): Após a leitura do cenário de violação, as participantes foram convidadas a listar os

pensamentos contrafactuais suscitados pelo mesmo *versus* o modo como o crime poderia ter sido prevenido *versus* as respectivas causas percebidas, umas do ponto de vista da jovem, outras do ponto de vista de observadores externos.

As hipóteses formuladas foram as seguintes:

Espera-se que

(a) as participantes das condições "pensamento contrafactual" e "imputações de prevenção" se centrem, predominantemente, em acções controláveis por parte da vítima, nomeadamente no elemento "trancar as portas do carro", por contraposição àquelas da Condição "atribuição causal";

(b) as participantes da Condição "Observador-Atribuição causal" refiram mais características psicopatológicas do agressor do que as participantes das condições "Observador-Pensamento contrafactual" e "Observador-Imputações de prevenção", dados alguns mitos acerca da violação (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990), segundo os quais a perturbação do violador covaria com a ocorrência deste tipo de crime, e os resultados consonantemente obtidos no Estudo 3 da Série IV;

(c) as participantes convidadas a colocarem-se no lugar da protagonista do caso se foquem, maioritariamente, em comportamentos controláveis pela mesma, independentemente da condição que venham a integrar ("pensamento contrafactual", "imputações de prevenção" ou "atribuição causal"), tendo em conta a tendência para a auto-culpabilização por parte das respectivas vítimas (e.g., Janoff-Bulman, 1979; Koss et al., 1994a; Meyer & Taylor, 1986; Miller et al., 2010).

7.2.2. Método.

7.2.2.1 Participantes.

Este último estudo contou com a colaboração de 428 estudantes universitárias[115] cujas idades variavam entre os 17 e os 46 anos, situando-se, a respectiva média, nos 22 anos (M = 22.28, DP = 6.089).[116]

[115]Da amostra inicial (N = 552) foram excluídas 124 participantes: 5 por terem afirmado já haverem sido vítimas de violação, 96 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 23 por não terem respondido a estas questões.

As participantes foram distribuídas aleatoriamente, de acordo com um esquema entre-sujeitos (*between subjects*), pelas seis condições experimentais que compuseram o plano factorial decorrente do cruzamento da Variável "papel" (actor *versus* observador) com a Variável "questão" (pensamento contrafactual *versus* imputações de prevenção *versus* atribuição causal) (Tabela 107).

Tabela 107

Distribuição das participantes pelas condições experimentais (Série V—Estudo 2)

	Questão			
Papel	Pensamento contrafactual	Imputações prevenção	Atribuição causal	Total
Actor	73	72	71	216
Observador	70	71	71	212
Total	143	143	142	428

7.2.2.2. *Material e procedimento.*

Seguindo o procedimento adoptado na maioria dos estudos anteriores, foi elaborado e distribuído, pelas várias participantes, um bloco de formato A_4 constituído por quatro folhas escritas apenas na frente. Após uma introdução ao estudo, foi-lhes apresentado o cenário na sua versão "trajecto excepcional" e "portas destrancadas", solicitando-se-lhes que o lessem atentamente.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

[116]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Posteriormente, e consoante a condição experimental que integrava, cada participante foi instruída a registar os pensamentos contrafactuais que o caso lhe havia suscitado, as formas de prevenção do crime ou as causas do ocorrido, assumindo o papel de vítima ou o de observador. A formulação da *consigne* relativa ao foco contrafactual manteve os contornos da que havíamos adoptado nos estudos anteriores; a das restantes duas ("foco prevenção" e "foco causas") foi inspirada naquelas utilizadas por Mandel e Lehman (1996, Estudo 1) (Tabela 108).

Finalizou-se pedindo alguns dados sócio-demográficos (sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime), tendo sido sublinhados o anonimato e a confidencialidade das respectivas respostas.

As tarefas duraram cerca de 20 minutos, findas as quais se procedeu ao esclarecimento dos objectivos da investigação.[117]

[117]Para uma informação mais detalhada que aquela a seguir apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tabela 108

Síntese das instruções fornecidas segundo a condição experimental

	Papel "actor"	Papel "observador"
Questão "Pensamento contrafactual"	Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Coloque-se no lugar da jovem e diga quais os pensamentos do tipo "***Se…, então…***" que acha que lhe terão passado pela cabeça, não no momento mas, sim, após o sucedido. *(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se fosse **a jovem** a pensar "em voz alta".)*	*Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Diga quais os pensamentos do tipo 'Se…, então…' que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso.* *(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar "em voz alta".)*
Questão "Imputações de prevenção"	Como normalmente acontece neste tipo de casos, nos dias seguintes à violação a jovem terá pensado sobre a sua prevenção. **Coloque-se no lugar dela** e diga quais as factores preventivos que a mesma terá atribuído ao acontecimento. Note que não lhe é solicitado que diga como é que o crime poderia ter sido prevenido mas, sim, as **formas de prevenção que julga terem sido equacionadas pela jovem**. Não está em questão se ambas coincidem ou não; apenas importa que formas de prevenção, em sua opinião, passaram pela cabeça da jovem posteriormente ao sucedido. (*Por favor, liste-as no espaço abaixo, usando discurso directo, ou seja, como se fosse **a jovem** a pensar "em voz alta".*)	Em sua opinião, como é que o crime poderia ter sido prevenido?
Questão "Atribuição causal"	Como normalmente acontece neste tipo de casos, nos dias seguintes à violação a jovem terá pensado sobre o que a terá causado. **Coloque-se no lugar dela** e diga quais as causas que a mesma terá atribuído ao acontecimento. Note que não lhe são solicitadas as causas de acordo com a sua opinião mas, sim, as **causas que julga terem sido atribuídas pela jovem**. Não está em questão se ambas coincidem ou não; apenas importa que causas, em sua opinião, passaram pela cabeça da jovem posteriormente ao sucedido. (*Por favor, liste-as no espaço abaixo, usando discurso directo, ou seja, como se fosse **a jovem** a pensar "em voz alta".*)	Em sua opinião, quais foram as causas do crime?

7.2.3 Resultados e discussão.

Todas as 428 participantes colaboraram favoravelmente, tendo as suas respostas redundado num total de 808 itens.

Aqueles relativos à Condição "questão pensamento contrafactual" foram codificados, primeiramente, quanto à natureza e, posteriormente, quanto ao respectivo conteúdo. Os restantes (Condição "questão prevenção" e Condição "questão atribuição causal") foram submetidos apenas a esta segunda etapa.

Passamos a uma descrição mais detalhada do tratamento efectuado e dos respectivos resultados obtidos.

7.2.3.1 Análise das respostas à questão "pensamento contrafactual".

As respostas fornecidas pelas 143 participantes da Condição "questão pensamento contrafactual" começaram por ser codificadas quanto à sua natureza (contrafactual *versus* não contrafactual). Esta tarefa foi executada por duas díades de juízes do sexo feminino (dois elementos afectos à Condição "papel vítima" e dois afectos à Condição "papel observador") de modo a melhor assegurar que se mantivessem "cegos" quanto às hipóteses em estudo.[118]

Os mesmos dispuseram do caderno de instruções utilizado no Estudo 1 da Série II (Anexo 14).

Verificou-se um grau de acordo de 97% e de 98% (Condição "papel vítima" e Condição "papel observador", respectivamente). Os pontos de discordância foram resolvidos através de discussão.

Da etapa descrita decorreram 270 contrafactuais, assumindo uma média que ronda os 2 por participante (M = 1.89, DP= 1.082, Min = 1, $Máx$ = 5, N = 143). Estes foram, então, analisados quanto ao respectivo conteúdo, tendo-se isolado 19 dos 20 itens identificados no Estudo 1 da Série II (Tabela 109).

Uma primeira análise descritiva permitiu a imediata identificação dos elementos "trajecto excepcional" e "portas do carro" como aqueles que se destacavam pela maior frequência obtida (F = 99, $\%$ = 69.20 e F = 88, $\%$ = 61.50, respectivamente), não diferindo

[118]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a classificação dos pensamentos" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

estatisticamente entre si, tal como evidenciado pelo Teste Q de Cochran posteriormente realizado, $Q(1) = 1.391$, $p = .238$, $N = 143$.

Já o conteúdo "reacção ao ataque", posicionado em terceiro lugar, apresentou uma referência significativamente inferior ao conteúdo que o antecedeu ("portas do carro"), $F = 14$, $\% = 9.80$, $Q(1) = 66.780$, $p < .000$, $N = 143$.

A frequência de todos os restantes revelou-se fracamente expressiva ($F < 10$).

Tabela 109

Frequências e percentagens dos elementos alterados na Condição "pensamento contrafactual"

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Trajecto excepcional	99	69.20
2 – Portas do carro	88	61.50
3 – Reacção ao ataque	14	9.80
4 – Semáforo	9	6.30
5 – Regime da faculdade	8	5.60
6 – Paragem no semáforo	7	4.90
7 – Atenção	6	4.20
8 – Instrumento de defesa	6	4.20
9 – Casualidade do encontro	6	4.20
10 – Meio de transporte	5	3.50
11 – Técnica de defesa	4	2.80
12 – Segurança pública	4	2.80
13 – Sozinha	3	2.10
14 – Contexto	3	2.10
15 – Falta às aulas	3	2.10
16 – Factores estruturais	2	1.40
17 – Justiça e criminalidade	1	0.70
18 – Trajecto rotineiro	1	0.70
19 – Trajecto alternativo	1	0.70
Total = 143 participantes		

7.2.3.2 Análise das respostas à questão "prevenção".

As 143 participantes da Condição "questão prevenção" referiram, no total, 281 itens ($M = 1.97$, $DP = 0.915$, $Min = 1$, $Máx = 7$, $N = 143$).

Da análise de conteúdo a que foram submetidos resultaram 16 dos 20 conteúdos semânticos apresentados no Estudo 1 da Série II (Tabela 110).

Os dois elementos mais referenciados foram os mesmos da Condição "questão pensamento contrafactual" mas assumindo posições inversas—"portas do carro" (F = 119, $\%$ = 83.20) seguido de "trajecto excepcional" (F = 78, $\%$ = 54.50)—e apresentando diferenças estatisticamente significativas entre si, $Q(1) = 22.413$, $p < .000$, $N = 143$.

O conteúdo "reacção ao ataque" voltou a posicionar-se em terceiro lugar, com um padrão semelhante ao da condição anterior: Referência significativamente inferior ao conteúdo imediatamente antecedente ("trajecto excepcional"), F = 17, $\%$ = 11.90, $Q(1)$ = 44.831, $p < .000$, $N = 143$.

Todos os outros treze se revelaram fracamente expressivos ($F \leq 12$).

De salientar o facto de a quase totalidade das formas de prevenção passarem pela acção da vítima, por contraposição àquelas que lhe são externas como, por exemplo, a tomada de medidas políticas de controlo e gestão da criminalidade (e.g., "segurança pública": F = 4, $\%$ = 2.80).

Tabela 110

Frequências e percentagens dos elementos referidos na Condição "prevenção"

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Portas do carro	119	83.20
2 – Trajecto excepcional	78	54.50
3 – Reacção ao ataque	17	11.90
4 – Atenção	12	8.40
5 – Instrumento de defesa	8	5.60
6 – Sozinha	7	4.90
7 – Paragem no semáforo	7	4.90
8 – Técnica de defesa	7	4.90
9 – Cuidado	7	4.90
10 – Fuga	6	4.20
11 – Segurança pública	4	2.80
12 – Regime da faculdade	3	2.10
13 – Justiça e criminalidade	1	0.70
14 – Meio de transporte	1	0.70
15 – Trajecto rotineiro	1	0.70
16 – Factores estruturais	1	0.70
Total = 143 participantes		

7.2.3.3 Análise das respostas à questão "atribuição causal".

Por fim, no que toca às respostas das participantes que integraram o Grupo "questão atribuição causal", isolaram-se 257 causas (*M* = 1.81, *DP* = 1.024, *Min* = 1, *Máx* = 7, *N* = 142). Também estas passaram por uma análise de conteúdo, novamente assegurada pela investigadora, tendo redundado em 13 elementos igualmente identificados nos estudos que compuseram a nossa investigação empírica prévia, acrescidos de três novos: (a) azar da vítima, (b) castigo para a vítima por algo feito de errado no passado e (c) sedução por parte da vítima.

A análise descritiva evidenciou, tal como no caso da Condição "pensamento contrafactual", uma frequência superior por parte dos itens "trajecto excepcional" (*F* = 80, *%* = 56.30) e "portas do carro" (*F* = 55, *%* = 38.70), ainda que, desta vez, a do primeiro se tenha apresentado estatisticamente superior, $Q(1) = 10.965$, $p = .001$, $N = 142$.

O conteúdo "perturbação do agressor", posicionado em terceiro lugar e não mencionado nas duas condições anteriores, apresentou-se, pela primeira vez, com alguma expressividade (*F* = 49, *%* = 34.50), não tendo diferido, estatisticamente, do seu precedente ("portas do carro"), $Q(1) = 0.419$, $p = .518$, $N = 142$.

Todos os demais assumiram frequências substancialmente inferiores ($F \leq 11$) (Tabela 111).

Tabela 111

Frequências e percentagens dos elementos referidos na Condição "atribuição causal"

Conteúdo	*Freq*	*%*
1 – Trajecto excepcional	80	56.30
2 – Portas do carro	55	38.70
3 – Perturbação do agressor	49	34.50
4 – Sozinha	11	7.70
5 – Reacção ao ataque	10	7.00
6 – Regime da faculdade	8	5.60
7 – Sedução	8	5.60
8 – Azar	7	4.90
9 – Contexto	6	4.20
10 – Justiça e criminalidade	5	3.50
11 – Castigo	4	2.80
12 – Factores estruturais	4	2.80
12 – Atenção	3	2.10
13 – Cuidado	3	2.10
14 – Semáforo	2	1.40
15 – Instrumento de defesa	1	0.70
16 – Trajecto rotineiro	1	0.70
Total = 142 participantes		

7.2.3.4 Análise das respostas segundo a condição experimental.

Para testar as nossas hipóteses recorremos, tal como Mandel e Lehman (1996, Estudo 1), ao Teste do Qui-quadrado.

O nível de confiança (α) adoptado foi de 95%.

Antes, porém, procedeu-se à classificação de cada elemento mencionado pelas participantes em termos da respectiva controlabilidade: Factores controláveis pela vítima, factores inerentes ao agressor e factores externos.

A tarefa foi, como usual, assegurada por juízes, "cegos" quanto às hipóteses, doze, no seu total, dado ter-se afectado dois a cada condição experimental, os quais dispuseram de um caderno de instruções semelhante àqueles utilizados nos estudos anteriores.[119]

As discordâncias foram resolvidas através de discussão.

O grau dos acordos obtidos revelou-se bastante elevado (Tabela 112).

Tabela 112

Grau de acordo inter-juízes para a classificação da controlabilidade segundo as várias condições experimentais (Série V—Estudo 2)

	Papel vítima			Papel observador		
Controlabilidade	CF	Prev	AC	CF	Prev	AC
Vítima	98%	97%	98%	99%	98%	98%
Agressor	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Factores externos	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

Posteriormente, as respostas das participantes foram codificadas com base nos seguintes critérios:

Factores controláveis pela vítima: Quando os pensamentos versavam, somente, sobre elementos classificados, pelos juízes, como controláveis pela vítima.

[119]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre a classificação dos pensamentos" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Factores inerentes ao agressor: Quando os pensamentos versavam, somente, sobre elementos classificados, pelos juízes, como características do agressor.

Factores externos: Quando os pensamentos versavam, somente, sobre elementos classificados, pelos juízes, como externos à vítima e ao agressor.

Factores mistos: Quando os pensamentos versavam sobre elementos classificados, pelos juízes, como controláveis pela vítima e/ou inerentes ao agressor e/ou externos à vítima e ao agressor. Couberam, nesta categoria, as seguintes respostas:

(a) Resposta mista tipo A: Versavam sobre factores controláveis pela vítima e sobre factores situacionais.

(b) Resposta mista tipo B: Versavam sobre factores inerentes ao agressor e sobre factores situacionais.

(c) Resposta mista tipo C: Versavam sobre factores controláveis pela vítima, sobre factores inerentes ao agressor e sobre factores situacionais.

Como ilustra a Tabela 113, a esmagadora maioria das participantes registou pensamentos focalizados, apenas, em factores controláveis pela vítima (*F* = 344, *%* = 80.4), razão que presidiu à recodificação da variável "controlabilidade": Respostas centradas somente em factores controláveis pela vítima (*F* = 344, *%* = 80.4) *versus* respostas centradas em outro(s) factor(es) (*F* = 84, *%* = 19.6).

Tabela 113

Frequências e percentagens do perfil de respostas segundo as várias combinações da controlabilidade

Controlabilidade	*Freq*	*%*
Factores controláveis pela vítima	344	80.4
Factores inerentes ao agressor	6	1.4
Factores externos	33	7.7
Factores mistos: Tipo A	31	7.2
Factores mistos: Tipo B	13	3.0
Factores mistos: Tipo C	1	0.2
	N = 428	

O teste da nossa primeira hipótese—Espera-se que as participantes das condições "pensamento contrafactual" e "imputações de prevenção" se centrem, predominantemente, em acções controláveis por parte da vítima, por contraposição àquelas da Condição "atribuição causal".—conduziu à sua sustentação.

Os resultados obtidos evidenciaram que a centração em comportamentos controláveis da jovem não era independente do pensamento foco, $\chi^2(2) = 85.137$, $p < .000$, $N = 428$.

Todas as células apresentaram um residual ajustado superior a 1.96 (Tabela 114), verificando-se ter ocorrido uma referência significativamente superior na Condição "imputações de prevenção" (*F* = 138, *%* = 96.5%, *residual ajustado* = 6.0), seguida da Condição "pensamento contrafactual" (*F* = 127, *%* = 88.8%, *residual ajustado* = 3.1); por seu turno, a frequência obtida para a Condição "atribuição causal" mostrou-se bastante inferior à frequência esperada (*F* = 79 *versus F* = 114.1, *residual ajustado* = –9.1).

Tabela 114

Qui-quadrado para a centração na controlabilidade e a questão

Controlabilidade		Questão			Total
		CF	Prev	AC	
Factores controláveis pela vítima	*Frequência obtida*	127	138	79	344
	Frequência esperada	114.9	114.9	114.1	344.0
	% within Questão	88.8%	96.5%	55.6%	80.4%
	Residual ajustado	3.1	6.0	–9.1	
Outros factores	*Frequência obtida*	16	5	63	84
	Frequência esperada	28.1	28.1	27.9	84.0
	% within Questão	11.2%	3.5%	44.4%	19.6%
	Residual ajustado	–3.1	–6.0	9.1	
	Total	143	143	142	428

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

Relativamente à nossa segunda hipótese—Espera-se que as participantes da Condição "Observador-Atribuição causal" refiram mais características psicopatológicas do agressor do que as participantes das condições "Observador-Pensamento contrafactual" e "Observador-Imputações de prevenção".—, a distribuição das frequências dos elementos referidos segundo a condição experimental (Tabela 115) dispensou qualquer tratamento estatístico, na medida

em que o item em questão apenas foi mencionado na condição onde havíamos previsto uma maior alusão: "Observador-Atribuição causal" (F = 46).

Tabela 115

Frequências dos elementos referidos segundo a condição experimental (Série V—Estudo 2)

Conteúdo	Vítima				Observador				Total
	CF	Prev	AC	Total	CF	Prev	AC	Total	
1 – Portas do carro	37	56	34	127	51	63	21	135	262
2 – Traj. alternativo	63	53	58	174	36	25	22	83	257
3 – Patologia agressor	0	0	3	3	0	0	46	46	49
4 – Reacção ao ataque	8	9	5	22	6	8	5	19	41
5 – Atenção e cuidado	5	10	3	18	1	9	3	13	31
6 – Sozinha	3	6	7	16	0	1	4	5	21
7 – Regime faculdade	5	2	7	14	3	1	1	5	19
8 – Instrumento defesa	4	6	1	11	2	2	0	4	15
9 – Paragem semáforo	4	5	0	9	3	2	0	5	14
10 – Técnica defesa	3	4	0	7	1	3	0	4	11
11 – Semáforo	8	0	1	9	1	0	1	2	11
12 – Contexto	2	0	1	3	1	0	5	6	9
13 – Segurança pública	1	1	0	2	3	3	0	6	8
14 – Sedução	0	0	8	8	0	0	0	0	8
15 – Justiça	0	0	1	1	1	1	4	6	7
16 – Azar	0	0	5	5	0	0	2	2	7
17 – Fact. estruturais	2	1	4	7	0	0	0	0	7
18 – Meio transporte	4	0	0	4	1	1	0	2	6
19 – Fuga	0	2	0	2	0	4	0	4	6
20 – Casualidade	6	0	0	6	0	0	0	0	6
21 – Castigo	0	0	3	3	0	0	1	1	4
22 – Falta às aulas	2	0	0	2	1	0	0	1	3
23 – Traj. rotineiro	0	1	1	2	1	0	0	1	3
24 – Outro trajecto	1	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	158	156	142	456	112	123	115	350	806

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

A nossa terceira e última hipótese—Espera-se que as participantes convidadas a colocarem-se no lugar da protagonista do caso se foquem, maioritariamente, em comportamentos controláveis pela mesma, independentemente da condição que venham a integrar ("pensamento contrafactual", "imputações de prevenção" ou "atribuição causal")—viu-se parcialmente corroborada.

Se, por um lado, a centração em factores controláveis pela vítima foi francamente superior à centração noutros factores, tal não se apresentou independente da variável "questão", $\chi^2(2) = 9.173$, $p = .010$, $N = 216$.

A análise dos residuais ajustados conduz à conclusão de que a célula responsável pela não independência reportada é aquela relativa à Condição "questão imputações de prevenção"

(*Residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 3.0), sendo a respectiva frequência obtida superior à respectiva frequência esperada (*F* = 71 *versus F* = 64.7) e à frequência obtida nas condições "questão pensamento contrafactual" (*F* = 62) e "questão atribuição causal" (*F* = 61), estas, por seu turno, inferiores à frequência esperada (*F* = 65.6 e *F* = 63.8, respectivamente) (Tabela 116).

Tabela 116

Qui-quadrado para a centração na controlabilidade e a questão (papel vítima)

		Questão			
Controlabilidade		CF	Prev	AC	Total
Factores controláveis pela vítima	*Frequência obtida*	62	71	61	194
	Frequência esperada	65.6	64.7	63.8	194.0
	% within Questão	84.9%	98.6%	85.9%	89.8%
	Residual ajustado	–1.7	3.0	–1.3	
Outros factores	*Frequência obtida*	11	1	10	22
	Frequência esperada	7.4	7.3	7.2	22.0
	% within Questão	15.1%	1.4%	14.1%	10.2%
	Residual ajustado	1.7	–3.0	1.3	
	Total	73	72	71	216

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

A título exploratório analisou-se, ainda, a referência ao conteúdo "trajecto excepcional" segundo a questão, junto dos elementos que assumiram o papel de vítima, tendo-se concluído haver independência entre as variáveis, $\chi^2(2) = 3.814$, $p = .149$, $N = 216$.

Atendendo às frequências obtidas para as questões "pensamento contrafactual" e "atribuição causal", verifica-se, não só serem estas elevadas (*F* = 63 e *F* = 58, respectivamente), como superiores às esperadas (*F* = 58.8 e *F* = 57.2, respectivamente) (Tabela 117), resultados que abonam a favor da perspectiva disfuncional do pensamento contrafactual defendida por alguns autores (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Miller, 2006; Sherman & McConnell, 1995), concretamente em termos das inferências causais erradas e das mudanças comportamentais dispendiosas (Sherman & McConnell, 1995).

Tabela 117

Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "trajecto excepcional" e a questão (papel vítima)

Trajecto excepcional		Questão			Total
		CF	Prev	AC	
Sim	*Frequência obtida*	63	53	58	174
	Frequência esperada	58.8	58.0	57.2	174.0
	% within Questão	86.3%	73.6%	81.7%	80.6%
	Residual ajustado	1.5	–1.8	.3	
Não	*Frequência obtida*	10	19	13	42
	Frequência esperada	14.2	14.0	13.8	42.0
	% within Questão	13.7%	26.4%	18.3%	19.4%
	Residual ajustado	–1.5	1.8	–.3	
	Total	73	72	71	216

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

A ruminação em torno de um comportamento que não constitui uma causa efectiva do crime (mudança de trajecto no regresso a casa), pode despoletar afectos negativos desnecessários, como a auto-culpabilização, conduzir a uma análise incorrecta das causas do sucedido e instigar mudanças comportamentais impróprias e não promotoras de um incremento futuro em termos preventivos, indo ao encontro da proposta de Sherman e McConnell (1995) e das conclusões de Berta, Ornelas e Maria (2007).

Mais, ainda, quando estão em causa mulheres com níveis elevados de depressão (e.g., Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Moscarello, 1991; Nadelson, Notman, Zackson, & Gornick, 1982; Resick, 1993; Steketee & Foa, 1987), condição que, segundo Markman e Miller (2006), tornaria o pensamento contrafactual altamente pernicioso e disfuncional, o que veio a ser corroborado por estudos vários como, e.g., aquele desenvolvido por Quelhas et al. (2008, Experimento 2).

A análise, também exploratória, da referência ao conteúdo "portas do carro" e o tipo de questão, na perspectiva da vítima, veio sustentar as conclusões anteriores.

O Teste de Qui-quadrado evidenciou a não independência entre estas variáveis, $\chi^2(2) = 16.178$, $p < .000$, $N = 216$, tendo a célula relativa às imputações de prevenção surgido como sendo a responsável por tal ($\textit{Residual ajustado}_{ValorAbsoluto} = 4.0$) (Tabela 118).

Tabela 118

Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "portas do carro" e a questão (papel vítima)

Portas do carro		Questão			Total
		CF	Prev	AC	
Sim	*Frequência obtida*	37	56	34	127
	Frequência esperada	42.9	42.3	41.7	127.0
	% within Questão	50.7%	77.8%	47.9%	58.8%
	Residual ajustado	–1.7	4.0	–2.3	
Não	*Frequência obtida*	36	16	37	89
	Frequência esperada	30.1	29.7	29.3	89.0
	% within Questão	49.3%	22.2%	52.1%	41.2%
	Residual ajustado	1.7	–4.0	2.3	
	Total	73	72	71	216

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

Colocadas no papel da protagonista do caso, as participantes referiram o comportamento em questão (trancar as portas do carro) de forma estatisticamente superior quando indagadas acerca de como o crime poderia ter sido prevenido (F_{obtida} = 56 *versus* $F_{esperada}$ = 42.3), relativamente a quando reverteram a situação (F_{obtida} = 37 *versus* $F_{esperada}$ = 42.9) e a quando atribuíram causas ao ocorrido (F_{obtida} = 34 *versus* $F_{esperada}$ = 41.7).

De facto, tais resultados apontam no sentido oposto ao da Função preparativa do pensamento contrafactual, já que o antecedente que melhor poderia ter contribuído para a prevenção da violação não foi o eleito para a imaginação de um mundo melhor, em prol de um outro que, como já referido, não tem, necessariamente, um nexo de causalidade com o desfecho factual: Adopção do trajecto rotineiro no regresso da faculdade a casa.

Curiosamente, registou-se um padrão diferente junto das participantes convidadas a assumir a perspectiva de observadores: A alusão ao elemento "trajecto excepcional" não se mostrou independente do tipo de questão, $\chi^2(2) = 6.879$, $p = .032$, $N = 212$, sendo responsável por tal a célula relativa ao pensamento contrafactual (*Residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.6) (Tabela 119).

A respectiva frequência obtida foi superior à respectiva frequência esperada (F = 36 *versus* F = 27.4) e àquelas associadas às questões "prevenção" e "atribuição causal" (F = 25 e F = 22, respectivamente).

Tabela 119

Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "trajecto excepcional" e a questão (papel observador)

Trajecto excepcional		Questão			Total
		CF	Prev	AC	
Sim	*Frequência obtida*	36	25	22	83
	Frequência esperada	27.4	27.8	27.8	83.0
	% within Questão	51.4%	35.2%	31.0%	39.2%
	Residual ajustado	2.6	–.8	–1.7	
Não	*Frequência obtida*	34	46	49	129
	Frequência esperada	42.6	43.2	43.2	129.0
	% within Questão	48.6%	64.8%	69.0%	60.8%
	Residual ajustado	–2.6	.8	1.7	
	Total	70	71	71	212

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

Estes resultados permitem concluir sobre aquilo a que poderemos chamar uma maior lucidez por parte das participantes em termos das causas do ocorrido, predominantemente imputadas ao agressor, sendo consonantes com os apurados para a percepção do crime (Série II—Estudo 1).

No entanto, o facto de a contrafactualização do mesmo incidir, expressivamente, sobre o comportamento em análise (mudança de trajecto), levanta algumas preocupações no que respeita a um eventual discurso que, mesmo que não intencionalmente, se pode revelar culpabilizante da vítima.

Já no que respeita ao elemento "trancar as portas do carro", o Teste do Qui-quadrado evidenciou uma referência significativamente superior tanto para a questão "pensamento contrafactual" *(Residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 5.4) como para a questão "imputações de prevenção" *(Residual ajustado*$_{ValorAbsoluto}$ = 2.0), apesar de esta última assumir uma maior expressividade (imputações de prevenção: F_{obtida} = 63 *versus* $F_{esperada}$ = 45.2; pensamento contrafactual: F_{obtida} = 51 *versus* $F_{esperada}$ = 44.6), $\chi^2(2) = 57.516$, $p < .000$, $N = 212$ (Tabela 120).

Tabela 120

Qui-quadrado para a alusão ao conteúdo "portas do carro" e a questão (papel observador)

Portas do carro		Questão			Total
		CF	Prev	AC	
Sim	*Frequência obtida*	51	63	21	135
	Frequência esperada	44.6	45.2	45.2	135.0
	% within Questão	72.9%	88.7%	29.6%	63.7%
	Residual ajustado	2.0	5.4	–7.3	
Não	*Frequência obtida*	19	8	50	77
	Frequência esperada	25.4	25.8	25.8	77.0
	% within Questão	27.1%	11.3%	70.4%	36.3%
	Residual ajustado	–2.0	–5.4	7.3	
	Total	70	71	71	212

Nota. CF = Pensamento contrafactual; Prev = Imputações de prevenção; AC = Atribuição causal.

Tidos no seu conjunto, os resultados apurados sustentam a sobreposição dos conteúdos dos pensamentos contrafactuais e dos pensamentos focalizados na prevenção do crime, bem como a sua regência pelo critério de controlabilidade. Por seu turno, a imputação de causas destaca-se daqueles, incidindo, predominantemente, sobre a patologia do agressor e, assim, evidenciando a primazia do critério covariacional.

A proposta de Mandel e Lehman (1996), corroborada pelos seus estudos, apresenta-se, pois, aplicável ao crime de violação contra as mulheres.

Paralelamente, também a tese de Byrne (2005) quanto à mutabilidade dos comportamentos proibidos, nomeadamente dos comportamentos que descuram as obrigações de segurança, se vê reforçada.

No entanto, a perspectiva adoptada (vítima *versus* observador) influenciou o padrão reportado, aspecto que surge em consonância com a regra do foco (Kahneman & Tversky, 1982a)—"Stories are commonly altered by changing some property of the main object of concern and attention" (p. 206).—, igualmente verificada num trabalho recentemente desenvolvido por Girotto, Ferrante, Pighin e Gonzalez (2007) acerca dos contrafactuais gerados por actores *versus* leitores.

Esta influência foi particularmente relevante no que toca à atribuição causal, dado que as participantes colocadas no papel da vítima, contrariamente àquelas colocadas no papel de

observadoras, se centraram muito mais em factores por ela controláveis do que em aspectos inerentes ao perpetrador.

Quanto a este resultado, são-nos dados a comentar dois aspectos.

Em primeiro lugar, a tendência oposta àquela ditada pelas divergências actor-observador (Jones & Nisbett, 1972). De facto, somos levados a concordar com a afirmação de Knoebe e Malle (2002) de que tal hipótese seria insuficiente para abarcar a complexidade das efectivas assimetrias entre estes dois papéis no tocante à explicação do comportamento.

No caso vertente, e tal como predissemos, seria de esperar que, atendendo à circunstância de as vítimas de violação apresentarem elevados níveis de depressão (Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Moscarello, 1991; Nadelson, Notman, Zackson, & Gornick, 1982; Resick, 1993; Steketee & Foa, 1987) e de auto-culpabilização pelo sucedido (e.g., Janoff-Bulman, 1979; Koss et al., 1994a; Meyer & Taylor, 1986; Miller et al., 2010), os elementos que assumissem este papel imputassem as causas do crime a si próprias, nomeadamente a factores de natureza comportamental (Janoff-Bulman, 1979; Meyer & Taylor, 1986).

Um segundo aspecto prende-se com a contingência de não termos trabalhado com vítimas reais (opção que sustentámos no estudo dedicado à testagem do cenário: Série I—Estudo 2) mas, antes, com elementos do sexo feminino a quem solicitámos que se colocassem no lugar da protagonista do caso. Ainda assim, os pensamentos listados foram diferentes consoante o papel investido.

Esta diferença parece transmitir um envolvimento das participantes superior ao que seria de esperar considerando as críticas estabelecidas ao uso de cenários (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis et al., 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b), as quais sempre se manifestaram muito pouco indiferentes perante o relato do crime (Série I—Estudo 2; Série II—Estudo 1), bem como uma sua compreensão empática relativamente a estas vítimas, reforçando os resultados encontrados a propósito, por exemplo, do julgamento de emoções da vítima e dos danos por si sofridos (Série II—Estudo 1).

Acresce que, em todas estas etapas do trajecto empírico, as participantes revelaram estarem inteiradas das consequências psicológicas da violação, tal como expostas por diversos autores (e.g., Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker, Skinner, Abel, & Cichon, 1986; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi, Riggs, Hearst-

Ikeda, & Foa, 1996; D. M. P. Costa, 2003; Crome & McCabe, 1995; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Janoff-Bulman, 1979; Koss et al., 1994a; Miller et al., 2010; Moscarello, 1991; Monteiro, 2000; Nadelson, Notman, Zackson, & Gornick, 1982; Resick, 1993; Resick, Veronen, Calhoun, & Kilpatrick, 1986; Rodrigues, 2004; Steketee & Foa, 1987),

Como explicações para os aspectos reportados, avançamos, novamente, (a) o sistemático medo de uma possível vitimização que assola as mulheres em geral (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Goodman et al., 1993; Gordon & Riger, 1989; Hickman & Meuhlenhard, 1997; Janeira, 2004; Keane, 1998; Koss, 1993; Koss et al., 1994b; Krahé, 2005; Riger et al., 1978; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995; Stanko, 1993; Warr, 1985), (b) o espaço que esta problemática tem vindo a ganhar no domínio do conhecimento público, nomeadamente através dos *media* e (c) a possível identificação das participantes com a protagonista do cenário, decorrente dos cuidados metodológicos de que nos munimos, particularmente em termos da aproximação das características etárias e ocupacionais de ambas (jovens estudantes universitárias) (Série I—Estudo 2).

III. DISCUSSÃO

Tendo os resultados sido discutidos em cada um dos estudos, inicia-se a presente secção com uma síntese global dos mesmos e a respectiva interpretação à luz da literatura, culminando-se numa conclusão final.

Posteriormente, apresenta-se um conjunto de propostas de intervenção deles decorrentes.

Finaliza-se explanando as limitações da investigação desenvolvida e algumas directrizes para trabalhos futuros considerados relevantes para o domínio em foco.

1. Síntese e Discussão dos Resultados

1.1 Sobre a Gravidade Percebida do Crime de Violação Contra as Mulheres

O trajecto empírico percorrido teve como ponto de partida a avaliação da gravidade atribuída ao crime de violação contra as mulheres por parte da população abordada.

Sabendo-se que a violação constitui um crime com consequências dramáticas para as vítimas (e.g., Burgess, 1983; Burgess & Holmstrom, 1974; D. M. P. Costa, 2003; Culbertson, Vik, & Kooiman, 2001; Gonçalves, 2005; Halligan, Michael, Clark, & Ehlers, 2003; Maria, 2004; McMullin & White, 2006; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004) e que as mulheres tendem a percepcioná-lo como sendo tão grave quanto o homicídio (e.g., Davison & Farreras, 2010; Keane, 1998; Softas-Nall et al., 1995), foi tendo em conta (a) o facto de a maioria dos estudos encontrados não terem sido realizados no contexto português e (b) a inexistência, tanto quanto se conseguiu apurar, do respectivo levantamento junto da população sob investigação, que se considerou relevante concretizá-lo.

Os dois estudos conduzidos levaram-nos a concluir ser a violação considerada, também por esta, como um crime muito grave, tendo chegado a ser graduado como mais severo do que o homicídio, o que parece indiciador de um conhecimento significativo relativamente à problemática em questão, tal como igualmente identificado por outros autores (Berta, Ornelas, & Maria, 2007).

1.2 Sobre a Mutabilidade dos Antecedentes

Um segundo conjunto de resultados tem a ver com a mutabilidade dos factores por nós maioritariamente trabalhados—Normalidade e Prevenção—ambos afectantes, por excelência, do estádio "conteúdo semântico" (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Byrne, 2005; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Roese & Olson, 1995b; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Experimento 2), estádio sobre o qual incidiu, predominantemente, o nosso problema e programa de investigação, ainda que também tenhamos analisado aquele relativo à activação.

Os estudos que se têm debruçado sobre o primeiro—Factor normalidade—, operacionalizando-o, na maior parte dos casos, com base na norma intrapessoal do actor, ou seja, descrevendo o seu comportamento como sendo-lhe típico ou atípico (e.g., Burrus, 1999; Davis & Lehman, 1995; Girotto et al., 1991, Estudo 2; Kahneman & Tversky, 1982a; Macrae, Milne, & Griffiths, 1993, Estudo 2; Miller & McFarland, 1986; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 1, 2 e 3; Wells, Taylor, & Turtle, 1987), vêm demonstrando, sistematicamente, a tendência prevalente para a alteração dos eventos excepcionais no sentido de elementos rotineiros (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Roese & Hur, 1997, Experimento 2; Roese & Olson, 1997; Sanna & Turley, 1996; Wells, Taylor, & Turtle, 1987, Estudo 2).

Quanto ao segundo—Factor prevenção—, bastante menos explorado pela literatura, Byrne (2005) propõe que uma possibilidade proibida evoca, mentalmente, a sua contrapartida obrigatória, da mesma forma que um evento excepcional convoca a sua contrapartida normal. Neste contexto, enumera vários tipos de obrigações, entre as quais situa as normas de saúde e segurança.

Paralelamente, numa abordagem distinta—aquela dedicada à relação entre pensamento contrafactual e atribuição causal—, Mandel e Lehman (1996) defenderam que os

pensamentos contrafactuais seguiriam um critério de controlabilidade e que, quando as pessoas os gerassem, tentariam simular formas através das quais um resultado poderia ter sido prevenido, o que redundaria numa sobreposição entre o seu conteúdo e o das imputações preventivas. Os estudos desenvolvidos, à data, pelos autores, suportaram a sua asserção.

Daqui decorreu a nossa hipótese geral de que o comportamento inseguro e não preventivo da protagonista se revelaria de elevada mutabilidade.

Os resultados obtidos corroboraram, consistentemente, as nossas previsões. Sempre que a informação fornecida no cenário indiciava o comportamento de não precaução por parte da vítima (conduzir com as portas do carro destrancadas) as participantes reverteram o resultado incidindo, maioritariamente, sobre esse elemento, para o modificarem no sentido da obrigação decorrente da norma preventiva (e.g., *"Se Xxxx tivesse as portas do carro trancadas, então Yyyy não teria conseguido entrar no carro."*: [Suj. 100]; *"Eu acho que a rapariga, por saber bem onde vive e o que se tem passado à sua volta, deveria andar sempre com as portas fechadas e, assim, evitar que algum desconhecido entrasse no carro."*: [Suj. 108]; *"Ela deveria ter trancado as portas do carro, para segurança, podendo ter evitado a dita situação."*: [Suj. 278]; *"Se ela circulasse na sua viatura com as portas do carro trancadas a situação não teria acontecido."*: [Suj. 287]; Série II—Estudo).

Tal ocorreu mesmo quando o caso reportava, igualmente, um comportamento excepcional por parte da vítima (no dia do crime esta havia seguido um trajecto diferente do usual) (Série II—Estudo 1) ou uma situação de omissão (no dia do crime a jovem ponderou faltar às aulas mas acabou por ir) (Série III—Estudo 1).

Julgamos que a mais clara evidência da elevada mutabilidade deste factor decorre do estudo em que a própria normalidade do comportamento preventivo da vítima foi manipulada (Série II—Estudo 3), especialmente da condição experimental em que foi dito às participantes que, como era hábito da protagonista do caso, também no dia do crime ela conduzia com as portas do carro destrancadas, condição em que este antecedente foi, novamente, o significativamente mais alterado.

Este resultado levou-nos a concluir que a Variável "prevenção" é mais mutável do que a Variável "normalidade" e que a norma inter-pessoal tende a sobrepor-se à norma intrapessoal, nomeadamente através da alteração de antecedentes rotineiros para excepcionais, desde que tal constitua uma conduta de segurança.

Uma vez que na versão do cenário "comportamento não preventivo" não era dito, explicitamente, que a vítima não havia trancado as portas do carro, conduzimos um estudo (Série II—Estudo 2) no sentido de apurarmos se as participantes inferiam que ela costumava fazê-lo pois, nesse caso, estariam a alterar um comportamento excepcional. Os resultados refutaram tal explicação alternativa: As participantes consideraram que a vítima raramente trancava as portas do carro, comportamento que, segundo as mesmas, seria, embora ligeiramente mais frequente, igualmente inusual por parte dos portugueses, sendo elevada a frequência com que julgam dever ser feito.

Como reforço da nossa conclusão relativa à mutabilidade do Factor "prevenção", veio juntar-se a referência ao conteúdo "trajecto rotineiro" nas condições em que foi dito que a vítima havia seguido o caminho usual (Série II—Estudo 1; Série IV—Estudo 2), a qual contrariou a norma intrapessoal e foi justificada, pelas participantes, ao abrigo da norma prescritiva-preventiva, nomeadamente, o não dar a conhecer a rotina a estranhos que pudessem atacar determinada mulher ao saberem por onde e a que horas ela passava (e.g., Série II—Estudo 1: *"Se ela não fizesse sempre o mesmo trajecto então o agressor poderia não conhecer o trajecto não procurando abrir o carro."*: [Suj. 73]; *"Se ela utilizasse trajectos diferentes, então ele não teria conhecimento da rotina da jovem Xxxx."*: [Suj. 76]; Série IV—Estudo 2: *"Se Xxxx tivesse vindo por outro caminho não teria sido violada. Possivelmente, Yyyy já a estava a seguir há algum tempo e sabia que ela ia passar por ali àquela hora."*: [Suj. 7]; *"Se a jovem tivesse ido por um caminho diferente tinha-lhe trocado as voltas e, assim, ele não a violava"*: [Suj. 27]; *"Se Xxxx volta e meia mudasse de trajecto Yyyy perdia-lhe o rasto e não a violava."*: [Suj. 35]; *"A jovem, como todas as mulheres, devia variar o caminho da faculdade para casa para evitar que os seus hábitos passassem a ser conhecidos. Assim tinha-se evitado mais uma violação."*: [Suj. 48]).

De referir, ainda, o Factor "controlabilidade", o qual se apresentou dominante.

De facto, as alternativas imaginadas para o sucedido incidiriam, quase exclusivamente, sobre elementos comportamentais que estariam sob o controlo da jovem, propensão que se revelou consistente, tendo-se mantido, nomeadamente, quando (a) introduzimos informação no caso reportando a ocorrência de factores situacionais, alguns deles com carácter excepcional em termos da sua frequência no quotidiano (Série IV—Estudo 1) e (b) fizemos variar a normalidade do comportamento do agressor (Série IV—Estudo 2).

Este padrão, não só vai ao encontro das hipótese por nós formuladas e da literatura que tem demonstrado a tendência para a geração de contrafactuais em torno de eventos controláveis (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Girotto, Legrenzi, & Rizzo, 1991; Mandel & Lehman, 1996; Markman et al., 1995; McEleney & Byrne, 2006; Quelhas et al., 2008, Estudo 2), como sustenta a nossa preocupação quanto ao tipo de discurso que os elementos constituintes da rede social destas mulheres possam emitir, questão passível de colocar em causa o suporte revelado fundamental para a sua recuperação (e.g., J. M. B. Costa, 2003; Neves & Machado, 2005; Steketee & Foa, 1987) e que retomamos mais adiante.

1.3 Sobre a Saliência do Conteúdo Contrafactual

A par das regras que determinam os elementos mais mutáveis, julgamos igualmente importante dedicar alguma atenção ao possível efeito de primação provocado pela informação que é disponibilizada acerca de uma situação, nomeadamente de violação.

Tal parece ter ocorrido, por exemplo, aquando da análise do Factor "proximidade" (Série III—Estudo 2). Ainda que tido como especialmente condicionante da activação contrafactual (e.g., Kahneman & Tversky, 1982a; Kahneman & Varey, 1990; McMullen & Markman, 2002; Medvec & Savitsky, 1997; Meyers-Levy & Maheswaran, 1992; Miller, Turnbull, & McFarland, 1990; Roese & Olson, 1995b; Roese, 1997; Tetlock, 1998; Tykocinski & Steinberg, 2005), também o conteúdo semântico foi afectado, na medida em que o elemento "casualidade do encontro", não só assumiu a maior frequência de sempre, tendo sido o segundo mais referido (antecedido pelo conteúdo "trancar as portas do carro"), como 98% dos contrafactuais nele centrados parecem ter sido inspirados pela alteração do momento temporal em que a vítima e o agressor se cruzaram no semáforo, gerando a possibilidade de a jovem se ter atrasado ou adiantado na saída da faculdade (e.g., *"Se a jovem tivesse saído 5 minutos mais cedo isto não lhe tinha sucedido."*: [Suj. 4]; *"Se ao invés de ter ido logo para casa, após as aulas, a jovem tivesse ficado a conversar com os colegas, por alguns instantes, aquela situação não teria ocorrido."*: [Suj. 9]; *"Se Xxxx tivesse passado primeiro pela bomba de gasolina para atestar, então não teria estado ali àquela hora e não teria sido violada."*: [Suj. 15]; *"Se Xxxx não tivesse ido à última aula chegava mais cedo e não tinha sido violada."*: [Suj. 21]).

De modo semelhante, quando manipulámos a normalidade do comportamento do ofensor, informando que, no dia do crime, ele havia adoptado um trajecto diferente do usual (Série IV—Estudo 2), também o trajecto seguido pela vítima, dado como rotineiro, foi alvo de um número expressivo de contrafactuais.

Esta questão parece-nos de particular relevância prática, remetendo-nos para três problemáticas em particular: (a) A forma como os casos reais de violação são reportados pelos *media*, (b) a informação contida no auto do crime em caso de queixa por parte da vítima e (c) o uso premeditado de determinados detalhes, por parte dos réus e advogados, na barra do tribunal.

Quanto à primeira delas—forma como os casos reais de violação são reportados pelos *media*—parece-nos legítimo equacionar a possibilidade de informação não relevante para a notícia poder promover determinados contrafactuais que, centrados naquilo que a vítima deveria ou não ter efeito, se revelem a seu desfavor e que contribuam, simultaneamente, para a construção e cristalização dos mitos acerca da violação (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990) junto do público em geral.

Recorde-se que, como reportámos na Introdução, a análise das notícias produzidas pelo Jornal "O Público" entre Março de 1990 e Março de 1993, realizada por Rodrigues (2004), levou a autora à conclusão de que "os meios de comunicação social estão a manter uma perspectiva *voyeurista* e de manutenção de mitos" (pp. 103-104).

Paralelamente, investigadores que conduziram trabalhos acerca do medo da violação por parte das mulheres (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Gordon & Riger, 1989; Janeira, 2004) apontaram os *media* como fortes contribuintes para a sua geração e manutenção.

Relativamente à segunda questão levantada—informação contida no auto do crime em caso de queixa por parte da vítima—as consequências podem ser semelhantes às anteriormente referidas, agravadas pelo facto de se tratar de um processo judicial que, como qualquer outro, carece do máximo de isenção e imparcialidade, com a particularidade de a grande maioria das vítimas não chegar a encetá-lo, justamente por receio de como podem ser julgadas e tratadas (e.g., Audet & Katz, 2006; Bellil, 2009; J. M. B. Costa, 2003; Du Mont, Miller, & Myhr, 2003; Duarte, 2005; Farinha, 2006; Maria, 2004; Resick, 1990; Simões, 2006) e de alguns estudos confirmarem este seu receio ao atestarem o menor apoio legal (e.g.,

Weller, 1992), a maior responsabilização e culpabilização das mesmas por parte dos advogados e juízes (e.g., Cardoso, 1999; Sousa, Mateus, & Lopes, 1993; Temkin, 2000) e a dificuldade em provar, em tribunal, ser verdade a situação que reportam (e.g., Weller, 1992).

Finalmente, para além da possibilidade verosímil de o réu ou o respectivo advogado de defesa se socorrerem de afirmações contrafactuais com o intuito de canalizarem a responsabilidade para a vítima, processo que tem sido alvo de alguns estudos (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 2; Catellani & Milesi, 2001; Nario-Redmond & Branscombe, 1996, Estudo 2), é de equacionar o uso premeditado, por parte dos mesmos, de determinados detalhes não relevantes para o contexto mas que poderão elicitar questões, também de natureza contrafactual, que encerrem o potencial de prejudicar, seriamente, o seu julgamento.

Importa não esquecer toda a violência, hostilidade e humilhação que a constituição dos meios de prova e o contexto de tribunal representa para as mulheres vítimas de violação (e.g., Almeida & Vialonga, 2003; Bellil, 2009; D. M. P. Costa, 2003; J. M. B. Costa, 2003; Duarte, 2005; Neves & Machado, 2005; Silva, 2005; Simões, 2006) e que a indevida condução destes processos produz o efeito contrário àquele desejável: A não denúncia e a consequente manutenção do desconhecimento acerca dos verdadeiros contornos do fenómeno e do elevado número de cifras negras (e.g., Audet & Katz, 2006; J. M. B. Costa, 2003; Maria, 2004; Resick, 1990; Simões, 2006).

A este propósito, talvez seja apropriado recordar a experiência de Bellil (2009), tal como por si relatada:

> Algum tempo depois, sou convocada para comparecer no tribunal (…). As minhas pernas tremem como varas verdes durante todo o confronto. É a primeira vez que deponho perante um juiz, (…). K. mente. (…). Em seguida, faz-me passar por uma cabra imunda e provocante, acrescentando, evidentemente, que eu havia consentido aquilo, que até lhe supliquei que me saltasse para cima. Sinto-me novamente humilhada, conspurcada, difamada. As implicações são muitas: é a minha palavra contra a dele. (p. 122)

1.4 Sobre a Reduzida Mutabilidade do Comportamento do Violador

Um outro conjunto de resultados relevantes prende-se com o facto de os contrafactuais gerados pelas participantes somente muito pontualmente terem incidido sobre o agressor.

Nestes escassos casos, o conteúdo dos mesmos (e.g.,*"Se o agressor tivesse tido anteriormente algum acompanhamento psicológico podia atenuar os seus distúrbios e não ter violado a jovem. "*: [Suj. 79]; Série II—Estudo 3) indiciou a partilha do mito de que os violadores são sujeitos psicologicamente perturbados (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990).

Em concordância, ao manipularmos a normalidade do seu comportamento (no dia do crime ele regressava a casa por um trajecto diferente do usual), apesar de este ter sido alvo de um número significativo de pensamentos, mais de metade dos mesmos revelaram-se de natureza "semi-factual"[120] (e.g., *"Se Yyyy não tivesse mudado de caminho não tinha violado Xxxx, mas haveria de haver uma vítima porque ele tinha o impulso para violar alguém. Ele era mentalmente doente"*: [Suj.12]; *"Mesmo que Yyyy tivesse seguido pelo trajecto que costumava teria cometido violação. A vítima é que mudava mas a vontade não. Estas pessoas têm disfuncionamentos psicológicos"*: [Suj. 37]; Série IV—Estudo 2).

A extrema dificuldade em imaginar a reversão do resultado com base no comportamento do agressor foi directamente manifestada pelas participantes do Estudo 3 da Série IV, sendo que cerca de metade da amostra afirmou que ele nada poderia ter feito nesse sentido, tendo-o justificado aludindo a uma sua suposta perturbação psicológica (e.g., *"Não existe maneira de poder evitar o sucedido, visto que já estava mentalmente perturbado e pronto para agir, não lhe interessando qualquer tipo de consequências. Ele queria era a violação."*: [Suj. 24]; *"Em qualquer situação de violação o violador não pode estar na sua perfeita saúde mental para cometer um acto tão horripilante. Por isso não havia forma de ele ter evitado o crime."*: [Suj. 35]; *"Penso que este tipo de situações acontecem por uma única razão, perturbações mentais, como tal não haveria nada de diferente que o rapaz poderia ter*

[120]Recorde-se que estes pensamentos não foram considerados verdadeiros semi-factuais na medida em que revertiam a violação da jovem, embora mantivessem o crime em si mesmo, ancorando na suposição de que o agressor iria investir num outro alvo, distinção que foi salvaguardada referindo-os entre aspas.

feito.”: [Suj. 40]; *“Creio que as pessoas que cometem determinados crimes como este cometem-nos em consequência de determinadas perturbações psicológicas e com intenção, pelo que não têm como evitá-los.”*: [Suj. 45]).

Na mesma linha, dos poucos contrafactuais identificados, o conteúdo dominante sugeriu a procura de apoio psicológico por parte do agressor, previamente à perpetração do crime, como forma de o ter evitado (e.g., *“Arranjar uma forma de resolver os seus problemas através de algum apoio psicológico.”*: [Suj. 7]; *“Procurar ajuda psicológica para lidar com essas fantasias agressivas (sexuais).”*: [Suj. 8]; *“Deveria ter procurado ajuda junto de psicólogos.”*: [Suj. 43]).

Os resultados do experimento com que encerrámos a componente empírica (Série V—Estudo 2), particularmente aqueles relativos às participantes que assumiram o papel de observadores, perfilam-se neste mesmo sentido, evidenciando uma dissociação entre pensamento contrafactual e atribuição causal, tal como proposta e demonstrada por Mandel e Lehman (1996).

Recorde-se ter-se verificado, por um lado, a sobreposição dos conteúdos dos pensamentos contrafactuais e dos pensamentos focalizados na prevenção do crime, bem como a sua regência pelo critério de controlabilidade. Os elementos que integraram cada uma destas condições experimentais centraram-se, esmagadoramente, em acções controláveis pela vítima, tendo incidido, com especial destaque, sobre o conteúdo “trancar as portas do carro”.

Por seu turno, a imputação de causas evidenciou a primazia do critério covariacional ao eleger, predominantemente, a patologia do agressor.

Apesar de vários estudos demonstrarem a existência de distúrbios em perpetradores do crime de violação (e.g., Knight, 1999; Pereira, 2007; Porter et al., 2000; Rebocho, 2007), são diversas as situações em que tal não é o caso. A descristalização destas crenças, as quais podem, em última instância, abonar a favor de uma decisão de inimputabilidade dos ofensores sexuais em contexto legal, emerge, também na presente dissertação, como um desafio em termos de intervenção na comunidade em geral.

1.5 Sobre o Pensamento Contrafactual e a Percepção do Crime de Violação Contra as Mulheres

1.5.1 Sobre as reacções afectivas ao crime.

As reacções afectivas ao crime foram analisadas em torno da graduação independente de quatro componentes—emoções julgadas vivenciadas pela vítima, emoções das próprias participantes, sentimentos relativamente à vítima e sentimentos relativamente ao agressor—, cujos itens que as compuseram decorreram de um estudo exploratório prévio (Série I—Estudo 3).

1.5.1.1 Sobre o julgamento de emoções da vítima.

No que respeita às emoções da vítima, verificou-se que as participantes consideraram que esta se terá sentido muitíssimo mal, muitíssimo angustiada, muitíssimo revoltada e muitíssimo triste, tendo corroborado a hipótese por nós formulada.

Tal parece-nos revelador de um razoável conhecimento quanto ao sofrimento destas mulheres, como reportado pela literatura (e.g., Atkeson et al., 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker et al., 1986; Burgess, 1983; Burgess & Holmstrom, 1974; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi et al., 1996; D. M. P. Costa, 2003; Crome & McCabe, 1995; Culbertson, Vik, & Kooiman, 2001; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Gonçalves, 2005; Halligan et al., 2003; Janoff-Bulman, 1979; Kilpatrick et al., 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss et al., 1994a; Maria, 2004; McMullin & White, 2006; Miller et al., 2010; Moscarello, 1991; Nadelson et al., 1982; Pires, 1985; Resick, 1993; Resick, et al., 1986; Rodrigues, 2004; Söchting et al., 2004; Steketee & Foa, 1987).

Em nosso entender, este poderá decorrer de vários factores concomitantes: (a) O facto de esta problemática ter vindo a ganhar um maior espaço no domínio público, nomeadamente através dos *media*, (b) a promoção de uma compreensão empática na sequência das estratégias metodológicas de que nos munimos no sentido de tentar proporcionar a sua identificação com a protagonista do cenário (Série I—Estudo 2) e (c) a sistemática vivência do medo da violação por parte das mulheres em geral (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004;

Goodman et al., 1993; Gordon & Riger, 1989; Hickman & Meuhlenhard, 1997; Janeira, 2004; Keane, 1998; Koss, 1993; Koss et al., 1994b; Krahé, 2005; Riger et al., 1978; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995; Stanko, 1993; Warr, 1985).

A jovem foi percepcionada, ainda, como tendo-se sentindo algo culpada e arrependida, resultados que, mais uma vez, foram ao encontro da evidência empírica providenciada pelos estudos realizados junto de vítimas reais (e.g., Janoff-Bulman, 1979, Estudo 2; Koss et al., 1994a; Meyer & Taylor, 1986; Miller et al., 2010).

Contudo, o julgamento destas emoções (culpa e arrependimento) apresentou as maiores medidas de dispersão. Atendendo aos comentários escritos de algumas participantes (Série I—Estudo 3), avançamos como possível explicação a dificuldade vivida em termos da descentração da sua posição de observadoras, dificuldade que terá contaminado a graduação do que a vítima teria experienciado com a opinião de que a mesma não teria por que se sentir culpada ou arrependida (e.g., "*Sentiu-se com nojo dela própria, apesar de não ter culpa nenhuma.*": [Suj. 50]; "*Sentiu-se arrependida por ter optado pelo caminho diferente apesar de não ter culpa.*": [Suj. 64]).

1.5.1.2 Sobre as emoções das participantes.

Quanto às emoções das próprias participantes, estas disseram sentirem-se pouco indiferentes, impressionadas, tristes e muito revoltadas perante o caso, sustentando a nossa hipótese, contrariando as críticas de alguns autores em termos do não envolvimento afectivo dos leitores de um cenário (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis et al., 1995; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995) e abonando a favor das justificações por nós avançadas no ponto anterior, a propósito da exactidão do julgamento de emoções da vítima: (a) Conhecimento das consequências deste crime explicável pela cada vez maior difusão pública de informação a seu respeito, (b) compreensão empática devido, presumivelmente, à vivência do medo de violação e (c) identificação com a protagonista, possivelmente decorrente dos contornos do caso.

1.5.1.3 Sobre os sentimentos relativamente à vítima e ao agressor.

Como esperado, as participantes reportaram a vivência intensa de sentimentos positivos relativamente à vítima (empatia, solidariedade e compaixão, das quais se destacaram os dois últimos pela sua superior graduação) e de sentimentos negativos relativamente ao

agressor (ódio, raiva, repugnância e desprezo), tendo manifestado uma favorabilidade geral elevada *versus* reduzida, respectivamente.

1.5.1.4 Sobre o julgamento do crime.

Uma vez classificadas as respostas afectivas, as participantes procederam ao julgamento do caso em torno de uma série de indicadores.

Relativamente aos danos sofridos pela vítima, a esmagadora maioria considerou que ela os havia vivenciado, quer fisicamente, quer psicologicamente, tendo-lhes atribuído, em termos gerais e no sentido do hipotetizado, uma elevada gravidade e persistência, dimensões que foram alvo de uma avaliação significativamente mais extremada para os danos psíquicos.

Em termos do julgamento da vítima, verificou-se, como esperado, que as participantes fizeram uma avaliação globalmente positiva, na medida em que consideraram não ter havido, da sua parte, praticamente nenhum consentimento nem precipitação da situação, ao mesmo tempo que lhe imputaram uma reduzida responsabilidade, bem como uma reduzida culpa pelo sucedido.

Ainda segundo as mesmas, a protagonista teria tido muito azar e, caso apresentasse queixa formal, assumi-la-iam como credível.

Já no que respeita ao julgamento do agressor, este apresentou-se, contrariamente ao da vítima, globalmente negativo, com a atribuição de alguma premeditação e de uma elevada responsabilidade e culpa, sustentando a nossa hipótese.

1.5.1.5 Sobre os efeitos do Factor normalidade e do Factor prevenção.

Neste sub-ponto procede-se à análise integrada dos efeitos mais relevantes decorrentes da manipulação do Factor normalidade e do Factor prevenção.

No que respeita ao primeiro—Factor normalidade—, as participantes da Condição "trajecto excepcional" penalizaram mais a vítima, manifestando maior ódio e desprezo pela mesma, classificando os seus danos físicos como menos graves e menos persistentes e atribuindo-lhe uma maior responsabilidade e culpa pelo sucedido, considerando-o menos devido ao azar e tendendo a julgar uma sua eventual queixa como mais dúbia.

Em consonância, e igualmente como esperado, estas mesmas participantes (Condição "trajecto excepcional") revelaram sentir uma maior solidariedade, empatia e compaixão e uma

menor repugnância relativamente ao agressor, a quem atribuíram uma menor premeditação do acto por si cometido.

Quanto ao Factor prevenção, tal como previsto, foram os elementos que integraram o Grupo "portas destrancadas" aqueles que manifestaram uma maior intensidade dos sentimentos negativos relativamente à jovem (ódio, repugnância, desprezo e raiva), apesar de terem reportado uma maior empatia. A elevada mutabilidade associada ao que seria a quebra de uma norma de segurança a adoptar pela protagonista poderá ter sido, em nosso entender, a responsável por tais resultados.

Tidos no seu conjunto, os efeito reportados configuram um padrão que, não só vai, em termos gerais, ao encontro das nossas hipóteses e dos estudos revistos (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Turley et al., 1995, Estudos 1 e 3), como parece perfilar uma situação de hetero-vitimização secundária (e.g., Brickman et al., 1982), concretamente nas suas formas de desvalorização (e.g., Stein, 1973), minimização do sofrimento (e.g., Rosenberg, 1994) e culpabilização (e.g., Brekke & Borgida, 1988) da vítima.

De referir que a graduação da favorabilidade dos sentimentos relativamente ao agressor por parte dos elementos que integraram a Condição "portas destrancadas" se apresentou oposta àquela identificada para a Condição "trajecto excepcional", operacionalizada em termos de uma menor solidariedade e compaixão e de uma maior repugnância, apesar de uma mais positiva apreciação global, resultados que infirmaram as nossas hipóteses.

Uma possível interpretação prende-se com a crença de que o violador é um sujeito psicologicamente perturbado, tal como ditada pelos mitos da violação (e.g., Anderson, 2007; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Kelly & Regan, 2001; Lonsway & Fitzgerald, 1994; Rocha & Vieira, 1990), o que melhor explicaria o seu comportamento de partir os vidros do carro (Condição "portas trancadas") e de atacar a vítima quando esta costumava seguir um trajecto rotineiro.

A seu favor temos o facto de, nesta condição ("trajecto rotineiro"), lhe ter sido atribuída uma maior premeditação, o que nos parece consonante com a Teoria das Inferências Correspondentes de Jones e Davis (1965), segundo a qual a presença de intenção por parte do actor constitui uma condição básica para a inferência de disposição.

Esta crença foi, aliás, explicitada particularmente pelas participantes dos estudos 2 e 3 da Série IV, tal como referimos no anterior sub-ponto 1.4 a propósito da reduzida mutabilidade do agressor.

1.6 Sobre a relação entre pensamento contrafactual e atribuição causal

Num último estudo propusemo-nos providenciar suporte adicional para a evidência empírica que vinha sendo consistentemente reiterada: A de que, perante dois antecedentes controláveis, aquele revestido de um papel preventivo relativamente ao crime de violação (trancar as portas do carro, no caso vertente) assumiria uma maior mutabilidade.

Baseados no trabalho de Mandel e Lehman (1996, Estudo 1), situado no âmbito da controvérsia relativa à relação entre pensamento contrafactual e inferência causal (e.g., Mandel, 2005; McEleney & Byrne, 2000; N'gbala & Branscombe, 2003; Roese & Olson, 1996, 1997; Spellman, Kincannon, & Stose, 2005; Wells & Gavanski, 1989; para uma revisão e proposta de modelo de integração ver, e.g., Senos, 2008), conduzimos um experimento em que cada participante foi alocada a uma de três condições: Registo de pensamentos contrafactuais *versus* de imputações de prevenção *versus* de causas do crime, após a leitura de uma versão do cenário em que o comportamento da vítima era excepcional (no dia do crime seguia para casa por um trajecto diferente do usual) e não preventivo (no dia do crime deslocava-se com as portas da viatura destrancadas).

Os resultados apurados sustentaram as hipóteses formuladas à luz daqueles encontrados por Mandel e Lehman (1996), tendo evidenciado uma sobreposição dos conteúdos dos pensamentos contrafactuais e dos pensamentos focalizados na prevenção do crime, bem como a respectiva regência pelo critério de controlabilidade.

Do mesmo modo, também a tese de Byrne (2005) quanto à mutabilidade dos comportamentos proibidos, nomeadamente dos comportamentos não conformes às normas de segurança, se viu reforçada, bem como a hipótese geral da presente dissertação relativa à incidência do Factor prevenção

Ainda em consonância com Mandel e Lehman (1996), a imputação de causas divergiu dos dois anteriores, ao incidir, predominantemente, sobre a patologia do agressor, evidenciando, assim, a primazia do critério covariacional.

1.7 Sobre o uso de cenários e o *role-playing* experimental

Na presente dissertação recorreu-se ao uso de cenários, face aos quais as participantes foram instruídas a listar os pensamentos contrafactuais que lhes tinham surgido na sequência da sua leitura, ora no papel de observadoras (Séries II, III, IV e Série V—Estudo 2), ora no papel, também, da protagonista (Série V—Estudo 2).

Este procedimento metodológico constituiu uma opção assente, primeiramente, em questões éticas relacionadas com o sofrimento psicológico que a abordagem em contexto natural poderia gerar junto de vítimas reais (e.g., Baumrind, 1964; Francis, 1999; Miller, 2003; Sindicato Nacional dos Psicólogos Portugueses, 2008; Stern & Elliott, 1997), cuidado que mereceu atenção redobrada tendo em conta as severas e persistentes sequelas vividas pelas mesmas, nomeadamente de natureza afectiva (e.g., Atkeson, Calhoun, Resick, & Ellis, 1982; Becker & Kaplan, 1991; Becker, Skinner, Abel, & Cichon, 1986; Calhoun, Atkeson, & Resick, 1982; Cascardi, Riggs, Hearst-Ikeda, & Foa, 1996; D. M. P. Costa, 2003; Crome & McCabe, 1995; Ellis, Atkeson, & Calhoun, 1981; Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979; Gonçalves, 2005; Janoff-Bulman, 1979; Kasl, 1984; Kilpatrick et al., 1987; Kimerling & Calhoun, 1994; Koss, Woodruff, & Koss, 1990; Koss et al., 1994a; Maria, 2004; Miller et al., 2010; Monteiro, 2000; Moscarello, 1991; Nadelson et al., 1982; Pires, 1985; Resick, 1993; Resick et al., 1986; Rothbaum et al., 1992; Söchting, Fairbrother, & Koch, 2004; Steketee & Foa, 1987).

Secundariamente, tratando-se de uma abordagem bastante frequente no âmbito dos estudos sobre pensamento contrafactual (e.g., Avni-Babad, 2003a, 2003b; Byrne & McEleney, 2000; Gilovich & Medvec, 1994, Estudos 3 e 4; Girotto et al., 1991; Kahneman, & Tversky, 1982a; Macrae, Milne, & Griffiths, 1993; Mandel & Lehman, 1996; Miller & McFarland, 1986; Petrocelli et al., 2011, Estudos 1 e 3; Quelhas et al., 2008, Experimento 1; Roese & Olson, 1993a, 1993b; Roese & Olson, 1995c; Roese & Olson, 1997; Tykocinski & Steinberg, 2005) e da maioria daqueles que se debruçaram sobre o crime de violação (e.g., Branscombe et al., 1996, Estudo 1; Catellani & Milesi, 2001, Estudos 1 e 2; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Nario-Redmond & Branscombe, 1996; Turley, Sanna, & Reiter, 1995), a comparação dos resultados por nós obtidos com a evidência empírica já existente revelar-se-ia menos abusiva.

Contudo, várias têm sido as críticas apontadas, como, por exemplo, a insuficiência da informação e o deficitário envolvimento dos participantes (e.g., Davis & Lehman, 1995; Davis, Lehman, Wortman, Silver, & Thompson, 1995; Kasimatis & Wells, 1995; Krahé, 1991; Markman et al., 1993, 1995; Roese & Olson, 1995b), as quais motivaram a validação do cenário por nós construído (Série I—Estudo 2), motivação acrescida da preocupação de o mesmo não elicitar efeitos de não conformidade ao estereótipo da vítima de violação credível (e.g., Bondurant, 2001; Branscombe & Weir, 1992; Campbell & Johnson, 1997; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Estrich, 1987; Fisher et al., 2003; Kahn et al., 1994; Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Koss, 1985; Koss et al., 1988; Krahé, 1991; Krulewitz & Nash, 1979; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; Neves & Machado, 2005; Pollard, 1992; Resick, 1993; Ryan, 1988; Weller, 1992).

Os resultados obtidos revelaram-se bastante abonatórios quanto ao seu uso.

As participantes manifestaram-se muito pouco indiferentes relativamente ao caso relatado e muito seguras quanto à sua apreciação do mesmo, o qual classificaram como bastante verosímil e de elevada gravidade, tendo todas elas considerado tratar-se de uma violação cujos envolvidos seriam desconhecidos entre si.

O consentimento por parte da vítima foi graduado reduzidamente e, perante a hipótese de uma eventual queixa, a esmagadora maioria afirmou que a assumiria como credível.

A informação providenciada foi considerada suficiente, sendo que todas as jovens presentes na sala colaboraram, tendo entregue os questionários devidamente preenchidos.[121]

Este padrão viu-se posteriormente repetido no Estudo 1 da Série II, sendo de lhe acrescentar a capacidade revelada pelas participantes para assumir papéis diferentes. Reportamo-nos ao Estudo 2 da Série V, no qual solicitámos que, face ao caso apresentado, fossem listados pensamentos com focos diferentes (contrafactual, imputações de prevenção e atribuição de causas), ora na perspectiva da protagonista, ora na perspectiva do observador.

O resultado mais saliente e ilustrativo da referida capacidade respeita às causas do crime. Enquanto que os elementos investidos do papel de vítima se centraram muito mais em factores por ela controláveis, aqueles colocados no papel de observadores (ou de leitores,

[121]Recorde-se "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

segundo a terminologia utilizada por Girotto et al., 2007) mencionaram, predominantemente, aspectos ligados à eventual perturbação psicológica do agressor.

Este resultado vem trazer, para a controversa discussão em torno do *role-playing* experimental (e.g., Alexander & Scriven, 1977; Aronson & Carlsmith, 1968; Berkowitz & Donnerstein, 1982; Darroch & Steiner, 1970; Forward, Canter, & Kirsch, 1976; Greenberg, 1967; Greenwood, 1983; Hamilton, 1976; Hendrick, 1977; Holmes & Bennett, 1974; Kruglanski, 1976; Miller, 1972; Willis & Willis, 1970), evidência a seu favor, sendo que voltamos a sublinhar a importância da devida preparação e validação do contexto e material a serem utilizados.

2. À Guisa de Conclusão

"É aqui, provavelmente, o país onde tudo vai bem;
porque é absolutamente necessário que haja um dessa espécie."
(Voltaire, 1759/1999, p. 90)

Colocadas no papel de observadoras de um crime de violação através da leitura do respectivo relato, as participantes parecem ter considerado que a vítima se encontrava no pior dos mundos possíveis. Tal conclusão advém da análise integrada de vários aspectos: (a) Graduação da gravidade do crime de violação, (b) direcção dos pensamentos contrafactuais, (c) julgamento de emoções da vítima e (d) avaliação dos danos por si sofridos.

(a) *Graduação da gravidade do crime de violação*: As participantes avaliaram o crime de violação como sendo bastante grave, tendo-lhe atribuído, nomeadamente, um grau superior ao do crime de homicídio (Série I—Estudo 1).

b) *Direcção dos pensamentos contrafactuais*: As participantes produziram contrafactuais apenas ascendentes, ou seja, ao reverterem o sucedido imaginaram, sempre, um desfecho melhor do que o factual (concretamente, a não ocorrência do crime) (Série II—Estudo 1).

(c) *Julgamento de emoções da vítima*: As participantes manifestaram considerar que, após a ocorrência, a vítima teria experienciado, intensamente, uma série de emoções desfavoráveis (e.g., mal-estar, angústia, revolta, tristeza) (Série I—Estudo 3; Série II—Estudo 1).

d) *Avaliação dos danos sofridos pela vítima*: As participantes emitiram a opinião de que a vítima havia sofrido danos físicos e psíquicos bastante severos e persistentes, apreciação que se revelou mais extremada relativamente a estes últimos (Série II—Estudo 1).

Contudo, registou-se como que uma clivagem entre a percepção da situação e o modo como as mesmas reverteram o seu desfecho final, emitindo um discurso contrafactual assente, quase exclusivamente, nos comportamentos da protagonista do cenário, já que o agressor, sendo um indivíduo psicologicamente perturbado, dominado pela intenção de concretizar o crime, se apresenta irreversível do ponto de vista das suas acções.

Neste contexto, o proposto Factor "prevenção" sobressaiu pela sua elevada mutabilidade, tendo regido, predominantemente, a imaginação mental de alternativas para o traumático evento.

Ao fazerem-no, as participantes parecem ter caído numa falácia contrafactual (Miller & Turnbull, 1990), confundindo a noção de que "poderia não ter acontecido" com a noção de que "não deveria ter acontecido".

O sentimento de que a violação era evitável poderá, assim, cumprir uma Função de controlo junto das mesmas e promover a manutenção das Crenças num mundo justo:

> People will arrange their cognitions so as to maintain the belief that people get what they deserve or, conversely, deserve what they get. (…)
>
> They are seen as deserving if they have behaved in an appropriate or comendable fashion, and, in another sense, are considered deserving if they are personally good and desirable. (Lerner & Simmons, 1966, p. 204)

Mais ainda quando a ameaça e o medo da violação são algo que ensombra o seu dia-a-dia e há que angariar estratégias para lidar com o mesmo.

A ilusão de controlo (e.g., Langer, 1975) parece acompanhar e alimentar, do princípio ao fim, este racional, pelo que a alusão a factores externos foi, também ela, diminuta.

Cabe, pois, à vítima prevenir-se e defender-se, tal como os mitos, estereótipos e representações prototípicas acerca da violação sugerem. Não será o agressor a fazê-lo, devido à sua incapacidade associada à atribuição de um perfil personalístico que toca a psicopatia, nem a Justiça, dada a ineficácia que lhe é associada (e.g., Santos, Marques, Pedroso, & Lopes, 1996), elemento reforçador da ideia de que tem de ser a sociedade civil a cuidar de si, de que existem comportamentos obrigatórios (imutáveis) e comportamentos proibidos (mutáveis) associados a normas de segurança (Byrne, 2005).

É neste ponto que os papeis quase se invertem—a vítima, em termos de discurso contrafactual, é vista como responsável por aquilo que lhe ocorreu. Que tivesse trancado as portas do carro, que não tivesse mudado de trajecto (ou, alternativa e contraditoriamente, que tivesse mudado para não dar a conhecer a sua rotina a quem premedita, porque mentalmente insano, violar uma mulher), que não andasse de noite na rua, que fugisse, que se fizesse acompanhar por outrem ou por uma arma, que frequentasse aulas de defesa pessoal ou, se frequentava, que tivesse sido assídua. Que reagisse, que gritasse, que esperneasse, que mordesse! Que… . Se ela…, não teria sido violada.

Assiste-se, então, a mais um filme de hetero-vitimização secundária (e.g., Brekke & Borgida, 1988; Brickman et al., 1982; Rosenberg, 1994; Stein, 1973), com cenas de minimização do sofrimento e cuja trama tem por base a exacerbação da noção de controlo da vítima sobre o que lhe ocorreu.

O pensamento contrafactual produzido pelas observadoras de um caso de violação revela, então, uma dupla vertente: Por um lado, escafandro; por outro, borboleta[122].

Escafandro para a vítima, revitimizando-a quando, ao versar predominantemente sobre as suas (in)acções, a coloca no papel de único elemento a poder evitar ter sido violada.

Escafandro ao levá-la a sentir culpabilidade e arrependimento por aquilo que fez, que não lhe ocorreu fazer, que podia, que devia ter feito, para que o crime não tivesse tido lugar,

[122]Metáfora inspirada em "O Escafandro e a Borboleta", romance auto-biográfico de Jean-Dominique Bauby, vítima da Síndrome de *Locked-in*, publicado, pela primeira vez, em 1997.

agudizando todos o seu atroz sofrimento afectivo e comprometendo a prestação do devido suporte social.

Escafandro ao fechá-la no mito de que estava nas suas mãos a possibilidade de as coisas terem sido diferentes.

Borboleta para a mulher não vitimizada, pela imaginação de um mundo melhor, consertando tamanhos desconcertos (Correia, 2001) através da contrafactualização de um crime que, apresentando-se terrível, é sempre possível evitar, devolvendo-lhe a percepção de controlo e promovendo um sentido para o curso dos acontecimentos ameaçadores.

Esta dupla vertente é traduzível na dupla faceta do pensamento contrafactual em termos da respectiva funcionalidade (e.g., Markman, Karadogan, Lindberg, & Zell, 2009; Markman & Miller, 2006; Markman & Weary, 1996; Roese, 1994; Roese & Olson, 1995a; Quelhas, Power, Juhos, & Senos, 2008; Sherman & McConnell, 1995, Tykocinski & Steinberg, 2005).

Junto das observadoras o mesmo parece cumprir, primeiramente, como vimos referindo, uma Função de controlo (e.g., Markman, Gavanski, Sherman, & McMullen, 1995; Markman & Weary, 1996, 1998; McMullen, Markman, & Gavanski, 1995) e uma Função de providência de sentido. Paralelamente, a verbalização dos contrafactuais por si imaginados pode encerrar um potencial francamente disfuncional para as vítimas, despoletando afecto negativo e estabelecendo relações causais comprometedoras da sua recuperação, os quais não justificam, em nossa opinião, qualquer Função preparativa que lhes possa estar associada.

Face aos resultados obtidos na presente dissertação, terminamos assumindo-nos em concordância com a afirmação de Sherman e McConnell (1995): “At times, no doubt, people would be better off not generating counterfactual alternatives to reality but rather simply dealing with that reality directly and accepting what comes along” (p. 228).

3. Propostas de Intervenção

As conclusões a que chegámos convidam-nos a traçar algumas propostas de intervenção cuja exposição não queremos ultrapassar em virtude da pertinência que lhes associamos.

Dado um dos principais objectivos da tese desenvolvida—análise dos pensamentos contrafactuais produzidos pelos leitores de um caso de violação—estas propostas são dirigidas, em primeira instância, aos observadores e actores envolvidos na problemática do crime de violação contra as mulheres (Figura 27).

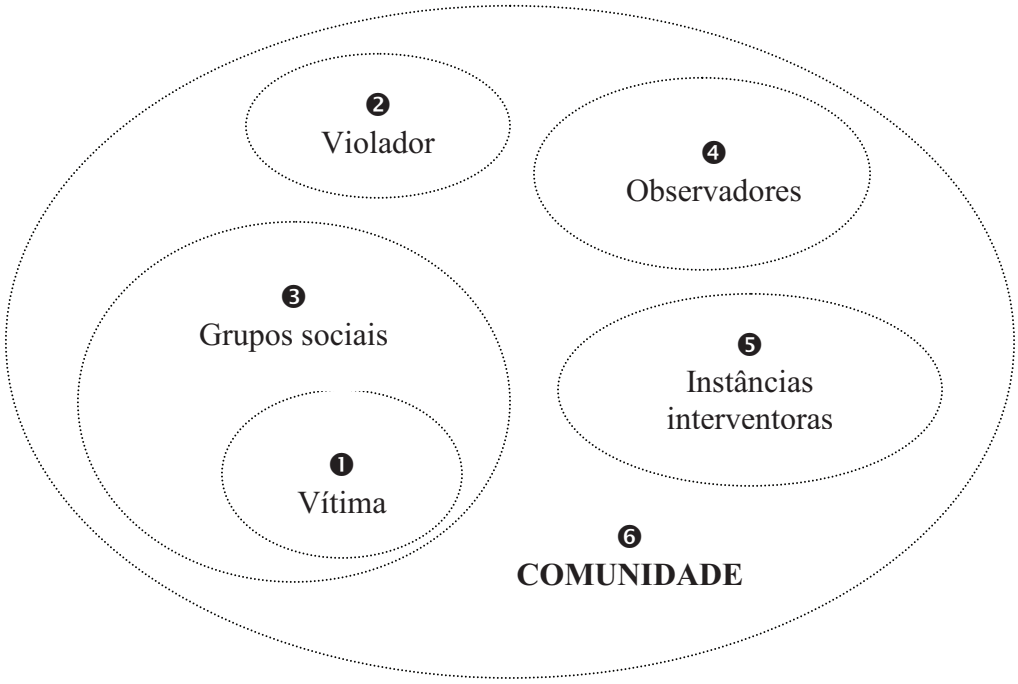

Figura 27. Esquema-síntese dos actores sociais do crime de violação contra as mulheres

De uma forma simplificada, temos a mulher vítima de violação (1) inserida numa comunidade (6) onde coexiste com todos os seus restantes elementos e grupos, dos quais se destacam o violador (2), os observadores específicos, potenciais prestadores de suporte à crise, como os grupos sociais mais restritos aos quais a mesma pertença ou em que se move, sendo deles exemplos os amigos, vizinhos, colegas de escola/trabalho, namorado/cônjuge e

familiares (3), os observadores alargados, sem relação directa com a mesma, onde se incluem as outras mulheres, cuja elevada vivência do medo da violação constitui uma realidade diária[123] (4) e as instâncias interventoras, como a PSP e a PJ, os hospitais, o Instituto de Medicina Legal (IML), os tribunais e as associações vocacionadas para o seu acolhimento e acompanhamento (5).

Como toda a intervenção, também esta deverá conhecer dois níveis, o da intervenção primária e o da intervenção secundária, consoante seja equacionada, respectivamente, a montante, assente no desenvolvimento de meios de prevenção com vista ao *empowerment* da comunidade face à problemática em questão, ou a jusante, vocacionada para o delineamento de formas concretas de lidar com as vítimas de violação.

Esta intervenção vem sendo assegurada, com todo o mérito, por diversas instituições nacionais, mesmo perante as extremas limitações com que se confrontam (Maria, 2004). A nossa proposta é a de que lhe sejam associadas medidas que contemplem e contornem os aspectos disfuncionais do pensamento contrafactual.

Assim, numa perspectiva primária, a intervenção deverá incidir sobre a comunidade em geral, dela se destacando os observadores alargados, nomeadamente as mulheres, potenciais vítimas deste crime, e as instâncias interventoras em caso de queixa, distinguindo-se aquelas que assumem um primeiro contacto com a vítima, como a PSP, a PJ, os hospitais e o IML, daquelas que a encontram numa fase posterior do processo—o julgamento jurídico do crime.

Um objectivo que deverá atravessar a intervenção junto de todos estes actores prende-se com o treino no sentido de esbater um discurso que ancora, sistematicamente, em contrafactuais que incidem sobre acções controláveis pela vítima, sejam de natureza preventiva ou não, em detrimento de tantos outros factores que concorrem para este tipo de situações. Este objectivo visa a redução da sua estigmatização, da sua auto-culpabilização e dos seus pensamentos ruminativos em torno do que deveria e não deveria ter feito; em suma, visa a redução da sua auto- e hetero-vitimização secundária (e.g., Brekke & Borgida, 1988; Brickman et al., 1982; Rosenberg, 1994; Stein, 1973).

Sob uma perspectiva secundária, a intervenção deverá dirigir-se às vítimas e aos observadores específicos, ou seja, aos sujeitos componentes dos respectivos grupos sociais de

[123]Note-se que o mesmo é verdade para aquelas pertencentes aos grupos sociais mais restritos.

pertença, cujo acompanhamento há que integrar também, em nosso entender, um trabalho em torno dos respectivos pensamentos, nomeadamente quando de cariz contrafactual, dado versarem, predominantemente, sobre as próprias enquanto elemento responsável pela mutabilidade do sucedido, traduzindo-se em disfuncionamentos vários (e.g., Branscombe et al., 2003; Davis et al., 1996; Markman & Miller, 2006; Sherman & McConnell, 1995; Quelhas et al., 2008; Tykocinski & Steinberg, 2005), como o são as inferências causais erradas e o afecto negativo desnecessário (Sherman & McConnell, 1995).

Em concreto, julgamos fortemente desejável o encorajamento (a) de contrafactuais descendentes, que coloquem o acento tónico em como os comportamentos exibidos pela vítima durante a violação poderão ter evitado um desfecho pior, desde o terem sido mais severamente magoadas até à própria possibilidade de homicídio, dado que a respectiva função preparativa não compensa, nestes casos, as consequências afectivas negativas registadas (Markman & Miller, 2006) e (b) de semi-factuais (e.g., McCloy & Byrne, 2002; Moreno-Ríos, Garcia-Madruga, & Byrne, 2008; Santamaría, Espino, & Byrne, 2005), pensamentos do tipo "Mesmo se/que…" através dos quais sejam consideradas, em lugar de como é que as alterações imaginadas poderiam ter revertido o resultado, como é que essas alterações poderiam ter conduzido ao mesmo resultado, isto quando a inibição contrafactual (e.g., Tykocinski & Steinberg, 2005) se revelar inviável, processo que, de facto, surge frequentemente comprometido junto das vítimas de violação (Sherman & McConnell, 1995).

Ainda a propósito, recorde-se terem McCloy e Byrne (2002) concluído que, comparativamente com o pensamento contrafactual, o pensamento semi-factual conduz à percepção de uma fraca relação causal entre o antecedente e o resultado, bem como a uma redução das reacções afectivas a eventos negativos (e.g., arrependimento, auto-culpabilização, mal-estar).

Esta abordagem implica, naturalmente, que vítimas e observadores sofram uma mudança de atitudes relativamente ao crime em questão, substituindo a percepção de se tratar do "pior dos mundos possíveis" por uma outra em que a crença no seu acompanhamento técnico enalteça o termo "sobrevivente", nomeadamente no que respeita à vontade de viver que permanece em muitas destas mulheres (e.g., Bellil, 2009; Maria, 2004) e que alargue horizontes futuros quanto ao seu restabelecimento.

Como dispositivos gerais, elegemos a informação e a formação, cuja competência e preponderante papel reconhecemos às associações que operam no domínio, à comunidade

científica, nomeadamente do campo do desenvolvimento comunitário, e aos *media*, cuja forma como "contam as histórias da vida real" molda as crenças leigas a seu respeito.

4. Limitações e Directrizes Para Futuros Estudos

"Ouve só bem a pergunta, porque duma pergunta é que tudo pode começar."
(Ondjaki, 2004, p. 10)

A investigação apresentada padece de algumas limitações ao mesmo tempo que levanta questões para estudos futuros, as quais passamos a explanar.

4.1 Sobre o uso transversal do mesmo cenário

A adopção do mesmo cenário ao longo de todo o trajecto empírico, no qual apenas fomos fazendo variar informação que servia à manipulação dos factores sob análise, constituiu uma opção metodológica. Esta deveu-se à importância de controlar efeitos que pudessem advir do facto de se utilizarem relatos diferentes, dado saber-se que a descrição do crime em si mesma pode condicionar, nomeadamente, a sua significação e a severidade percebida (e.g., Kanekar & Seksaria, 1993; Kanekar & Vaz, 1988; Neves & Machado, 2005).

Contudo, dela decorre a limitação da generalização dos resultados obtidos a outro tipo de situações. Assim, apesar de alguns trabalhos entretanto realizados mostrarem a mesma tendência para a focalização na vítima, quer seja idosa e se desloque durante o dia (Martins, 2010a), quer seja conhecida do agressor (Martins, 2010b), porque escassos e confinados a poucas variantes, reconhece-se a necessidade de uma clara aposta nesta linha de investigação.

Paralelamente, apesar de nos termos proposto abordar, especificamente, a violação contra as mulheres adultas, julgamos essencial a realização de estudos similares com outro tipo de vítimas. Não negligenciando a relevância dos casos de abuso sexual de menores nem de idosas, enfatizamos uma área em clara emergência—a violação de elementos do sexo

masculino—mais pertinente, ainda, a partir do momento em que o Código Penal Português passou a contemplá-la quando agregou o coito oral e o coito anal ao artigo 164º, após a revisão operada em 1998 (e.g., Almeida & Vialonga, 2003; Antunes, 2009).

Consideramos que os mesmos devem ser efectuados de uma forma concertada, de modo a permitir a respectiva comparação e tendo em conta os aspectos identificados, e.g., por Krahé (1991) enquanto determinantes da percepção da veracidade da violação (e.g., relação vítima-agressor, consumo de substâncias por parte da vítima).

4.2 Sobre a população abordada

Igualmente fruto de uma decisão metodológica foi a escolha da população junto da qual se conduziu a investigação (estudantes universitárias do sexo feminino), decisão que se deveu, primordialmente, (a) à possibilidade de uma menos abusiva comparação com os estudos existentes no domínio, os quais foram realizados, na sua esmagadora maioria, junto de populações semelhantes (e.g., Branscombe et al., 1996; Branscombe et al., 2003; Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Catellani & Milesi, 2001; Nario-Radmond & Branscombe, 1996; Turley et al., 1995), (b) à tentativa de promoção de uma maior identificação das participantes com a protagonista do cenário e (c) ao controlo de eventuais efeitos parasitas decorrentes da comprovada diferença existente entre elementos do sexo feminino e elementos do sexo masculino em termos da sua percepção e julgamento do crime de violação, bem como das suas atitudes relativamente às respectivas vítimas (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Calhoun, Selby, & Waring, 1976; Cardoso, 1999; Elklit, 2002; Kanekar & Seksaria, 1993; Krulewitz & Nash, 1979; Pollard, 1992; Sousa, Mateus, & Lopes, 1993; Turley et al., 1995, Estudos 3 e 4).

Também neste caso se coloca a limitação da generalização, agora a outras populações. De entre as várias possíveis, julgamos ser de dar primazia àquelas que lidam, directamente, com estas mulheres, quer as que integram equipas técnicas que asseguram o seu acolhimento e acompanhamento em caso de denúncia (e.g., elementos das forças policiais, médicos, enfermeiros, elementos do corpo jurídico), quer as que fazem parte da sua rede social (e.g., pais, colegas, amigos, namorado, cônjuge).

Atendendo à considerável evidência empírica quanto às diferenças entre elementos do sexo feminino e elementos do sexo masculino em termos da sua percepção do crime de

violação (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Calhoun, Selby, & Waring, 1976; Cardoso, 1999; Elklit, 2002; Kanekar & Seksaria, 1993; Krulewitz & Nash, 1979; Pollard, 1992; Sousa, Mateus, & Lopes, 1993; Turley, Sanna, & Reiter, 1995, Estudos 3 e 4), consideramos de elevada pertinência a condução de estudos comparativos com base neste factor.

4.3 Sobre a reduzida activação contrafactual com o uso de listagem livre

Um outro resultado que nos suscita curiosidade científica tem a ver com o reduzido número de pensamentos contrafactuais encontrados quando utilizada uma listagem livre[124].

Martins e Jesuíno (2002, Estudo 1), ao confrontarem-se com esta mesma tendência, procederam à análise das respostas não contrafactuais, tendo identificado um subtipo dominante que designaram por "reacções afectivas". Na sua sequência, formularam a seguinte questão "Será que, num primeiro momento, os sujeitos são assolados por pensamentos contrafactuais espontâneos que, ao serem 'passados para o papel', são traduzidos pelas eventuais reacções afectivas entretanto deles provenientes?" (p. 83).

Face à tendencial insistência do padrão encontrado (e.g., Martins, 2003, Estudo 1; Martins & Jesuíno, 2002, Estudo 1; Roese, Hur, & Pennington, 1999; Roese & Olson, 1995c), consideramos tratar-se de uma problemática que carece de uma maior atenção, acrescidamente motivada pelas críticas estabelecidas, por alguns autores, ao uso de listagem dirigida (e.g., Roese, 1997; Roese & Hur, 1997; Roese & Olson, 1997), como seja a sua insensibilidade à activação espontânea de contrafactuais.

Dada a complexidade que a envolve, julgamos que a abordagem metodológica proposta por estes autores, assente na medição de tempos de reacção, poderá revelar-se, num primeiro momento, a mais adequada.

Ainda que constituam características muito pouco exploradas pela literatura, mas também por essa razão, a evidência do impacto da intensidade (Sanna & Turley-Ames, 2000) e da potência (Petrocelli, Percy, Sherman, & Tormala, 2011) contrafactual, nomeadamente ao nível das reacções afectivas, convida, efectivamente, à respectiva análise, para além da activação, do conteúdo semântico e dos subtipos de contrafactuais usualmente avaliados, quer

[124]Caso do estudo sobre a proximidade (Série III—Estudo 2).

nos estudos sobre pensamento contrafactual em geral, quer naqueles que o abordam no domínio do crime de violação.

4.4 Sobre algumas questões éticas

A utilização de cenários e a recorrência ao *role-pla*ying experimental, em lugar de uma abordagem naturalística, foi por nós várias vezes justificada, tendo como razão primeira as questões éticas associadas ao provável sofrimento que a segunda opção acarretaria para as mulheres que viessem a colaborar na investigação delineada.

Contudo, a metodologia adoptada não nos parece ter sido inócua para as participantes. Recordemos que, após a leitura do cenário, a maioria manifestou-se revoltada (F = 93, $\%$ = 60.39, N = 154) e que algumas afirmaram sentirem-se tristes (F = 32, $\%$ = 20.78, N = 154), impressionadas (F = 21, $\%$ = 13.64, N = 154), com medo (F = 14, $\%$ = 9.09, N = 154) e perturbadas (F = 11, $\%$ = 7.14, N = 154) (Série I—Estudo 3), reacções afectivas que foram vivenciadas de forma consideravelmente intensa[125]—revoltadas (M = 5.71, DP = 1.371, N = 239), impressionadas (M = 5.18, DP = 1.591, N = 238), tristes (M = 5.03, DP = 1.529, N = 238)—de acordo com o apurado no Estudo 1 da Série II.

Acresce o facto de várias terem redigido um comentário denunciando a sua confrontação com a possibilidade de também elas poderem vir a ser vítimas de violação (e.g., *"Ao fim e ao cabo estamos todas sujeitas a isto."*: [Suj. 27]; *"Ao ler o caso percebi que isto pode acontecer a qualquer mulher, a mim própria."*: [Suj. 35]; *"Foi ela, podia ter sido eu!"*: [Suj. 37]; *"Não podemos ter a ilusão de que só acontece às outras!"*: [Suj. 95]; *"De facto, nenhuma de nós está livre de passar por isto!"*: [Suj. 145]; Série I—Estudo 3).

Tais resultados vão ao encontro dos estudos que têm mostrado que o relato de um suposto crime de violação afecta, desfavoravelmente, a auto-estima de mulheres não vitimizadas (e.g., Bohner, Weisbrod, Raymond, Barzvi, & Schwarz, 1993), às quais basta pensarem sobre o mesmo para experienciarem sentimentos negativos e um elevado nível de medo (e.g., Ferreira, 2004; Schwarz & Brand, 1983).

Sabendo-se ser o medo da violação extremamente presente no quotidiano feminino (e.g., Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Ferreira, 2004; Goodman et al., 1993; Gordon & Riger,

[125]Respostas providenciadas com base em escalas de 7 pontos, codificadas de "1 = Nada" a "7 = Muitíssimo".

1989; Hickman & Meuhlenhard, 1997; Janeira, 2004; Keane, 1998; Koss, 1993; Koss et al., 1994b; Krahé, 2005; Riger et al., 1978; Softas-Nall, Bardos, & Fakinos, 1995; Stanko, 1993; Warr, 1985), melhor se entende o impacto referido, sendo de nos questionarmos em que medida o teremos despoletado ou exacerbado com a realização das tarefas experimentais.

Como agravante, o facto de 29 participantes terem revelado que já haviam sido vítimas de violação e de 270 terem afirmado conhecerem quem já tivesse passado por tal situação, leva-nos a equacionar a possibilidade de a sua colaboração ter tido, como consequências nefastas, a vivência de reminiscências afectivas e cognitivas perturbadoras.

Em suma, apesar dos cuidados tidos, a condução dos estudos que integram a presente dissertação não está isenta de críticas a nível ético, situadas, muito concretamente, em termos da indução de sentimentos e emoções desfavoráveis, não necessariamente removíveis através do *debriefing* final (e.g., Kemmelmeier, Davis, & Follette, 2003), o qual foi sempre por nós assegurado.

Assim, a par do continuado debate em torno do uso do consentimento informado (e.g., Crow, Wiles, Heath, & Charles, 2006), defendemos ser o mesmo indispensável em futuras investigações, nomeadamente no que respeita aos potenciais desconforto, riscos e efeitos adversos (e.g., Francis, 2004; Follette, Davis, & Kemmelmeier, 2003), bem como a disponibilização de acompanhamento posterior, procedimentos que também não vimos serem seguidos na esmagadora maioria da literatura revista.

4.5 Sobre a abordagem de vítimas e observadores reais

Como já referido, o objectivo que presidiu à presente dissertação prendeu-se, fundamentalmente, com os pensamentos contrafactuais produzidos pelos observadores de um caso de violação e com o impacto dos mesmos no respectivo julgamento.

Tal objectivo esteve sempre relacionado com uma questão prática—a possibilidade de o discurso contrafactual que rodeie as vítimas deste crime se revelar disfuncional, tornando-se culpabilizante para as mesmas e encerrando, assim, o potencial de comprometer o respectivo suporte social, tão importante para a sua recuperação (e.g., J. M. B. Costa, 2003; Neves & Machado, 2005; Steketee & Foa, 1987).

Os termos metodológicos em que o fizemos, já largamente explanados e justificados, apresentam, como referimos, vantagens e desvantagens, não sendo de subestimar, julgamos, o facto de termos abordado uma população equivalente ao que poderia ser considerado o grupo de pares da protagonista do cenário: Jovens estudantes universitárias.

Uma vez que os estudos neste domínio se apresentam escassos, dispersos e com limitações diversas[126] e que, tanto quanto conseguimos apurar, não existem trabalhos equivalentes no contexto português, consideramos que o procedimento por nós adoptado conduziu a um conjunto de resultados relevantes, tendo contribuído para a reunião de informação pertinente.

Contudo, após o estabelecimento desta *baseline*, e não deixando de reconhecer a função dos estudos não naturalísticos, defendemos ser de, futuramente, adoptar, também, metodologias que permitam reunir dados com maior valor ecológico, abordando vítimas e observadores reais, munidos, obrigatoriamente, dos devidos cuidados éticos.

Antevendo as várias dificuldades em fazê-lo, avançamos, como proposta, o delineamento de programas numa lógica de investigação-acção. Uma possibilidade será, por exemplo, a análise do discurso das vítimas que apresentem queixa, concretamente aquando dos interrogatórios pelos quais têm de passar (e.g., Almeida & Vialonga, 2003; D. M. P. Costa, 2003; Silva, 2005), o que permitirá, por um lado, a pesquisa de contrafactuais eventualmente pronunciados e, por outro, um antecipado trabalho, junto das mesmas, ao nível da desconstrução dos processos de ruminação depressiva tantas vezes formulados em torno dos "Se eu…", "Eu podia…", "Eu devia…".

Concluímos partilhando, pois, da opinião de Roese e Olson (1995b)

> Although we agree that scenario studies are not without their drawbacks, their heuristic value for initial theory assessment and extension is undeniable. Thus, scenario studies should perhaps not be used as publishable end points for research programs, but as starting points. Their results may then be combined with findings based on other paradigms, providing a much needed methodological convergence on relevant theoretical conclusions. (pp. 45-46)

---

[126]Recorde-se o exposto no sub-capítulo 7.2 (Análise crítica dos trabalhos sobre o pensamento contrafactual acerca da violação).

e de Girotto, Ferrante, Pighin e Gonzalez (2007)

> Our results (…) suggest that the current accounts of counterfactual thinking offer an incomplete picture because of their reliance on the story-undoing procedure. This procedure has been a precious source of information about the way in which mental simulation works. However, in order to yield an accurate understanding of this important mental activity, future research should investigate not only the undoing of fictitious outcomes by readers, but also the undoing of real outcomes by real actors and actual observers. (p. 515)

A sucessão de estudos continuaria, continuará. Parafraseando José Saramago (1986) em O Memorial do Convento: “Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas” (p. 329).

"Dolorosamente, constato que o julgamento não me restituiu a dignidade. O meu mal-estar permanece. A minha bola de desgosto também. É certo que diminuiu de tamanho, mas continua presente, a efervescer no meu ventre. Ela resiste, no meio da minha felicidade; alastra-se, incomoda-me; impede-me de avançar. (...) Experimentei diversas portas de saída mas não eram as certas, ou, pelo menos, não eram suficientes. Agora, sei qual é a porta que pode realmente libertar-me. A minha libertação será um livro."

(Bellil, 2009, p. 219)

"São 4h da manhã. Terminei de escrever a última frase do meu manuscrito. Mal consigo acreditar. Consegui ir até ao fim deste sonho, escrevi o meu livro. (...) Eu, a pequena vadia dos subúrbios."

(Bellil, 2009, p. 221)

Samira Bellil vê o seu livro publicado em 2003[127].

Vem a falecer a 7 de Setembro de 2004, aos 31 anos de idade, vítima de cancro.

[127]Bellil, S. (2003). *Dans L'Enfer des Tournantes*. Paris: Éditions Denoël.

REFERÊNCIAS

Alexander, C. N., & Scriven, G. (1977). Role-playing: An essential component of experimentation. *Personality and Social Psychology Bulletin, 3*(3), 455-466. doi:10.1177/014616727700300419

Almeida, C. P., & Vialonga, J. M. (2003). *Código Penal* (6ª Ed.). Coimbra: Livraria Almedina.

Almeida, L. C. G., & Diniz, N. M. F. (2004). Violência sexual: Desvelando a realidade que acomete as mulheres. *Revista de Enfermagem UERJ, 12*(1), 88-94. Retrieved from http://www.facenf.uerj.br/v12n1/v12n1a15.pdf

American Psychiatric Association. (2002). *DSM-IV, Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (4.ª Ed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Amsel, E., & Smalley, J. D. (2000). Beyond really and truly: Children's counterfactual thinking about pretend and possible worlds. In P. Mitchell, & K. J. Riggs (Eds.), *Children's reasoning and the mind* (pp. 121-147). Hove: Psychology Press.

Anderson, I. (2007). What is a typical rape? Effects of victim and participant gender in female and male rape perception. *British Journal of Social Psychology, 46*(1), 225-245. doi:10.1348/014466606X101780

Andrade, D. (2009). *Alvorada desfeita*. Lisboa: Izi Press.

Antunes, M. J. (2009). *Código Penal* (16ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Aronson, E., & Carlsmith, J. M. (1968). Experimentation in social psychology. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (pp. 1-78). Oxford, England: Addison-Wesley.

Ashton, N. L. (1982). Validation of Rape Myth Acceptance Scale. *Psychological Reports, 50*(1), 252.

Aspinwall, L. G., & Taylor, S. E. (1993). Effects of social comparison direction, threat, and self-esteem on affect, self-evaluation, and expected success. *Journal of Personality and Social Psychology, 64*(5), 708-722. doi:10.1037/0022-3514.64.5.708

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). *Estatísticas APAV 2010 retificadas*. Lisboa: Autor.

Atkeson, B. M., Calhoun, K. S., Resick, P. A., & Ellis, E. M. (1982). Victims of rape: Repeated assessment of depressive symptoms. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 50*(1), 96-102. doi:10.1037/0022-006X.50.1.96

Au, T. K. (1983). Chinese and English counterfactuals: The Sapir-Whorf hypothesis revisited. *Cognition, 15*(1-3), 155-187. doi:10.1016/0010-0277(83)90038-0

Au, T. K. (1984). Counterfactuals: In reply to Alfred Bloom. *Cognition, 17*(3), 289-302. doi:10.1016/0010-0277(84)90012-X

Au, T. K. (1992). Counterfactual reasoning. In S. Gün R., & K. Fiedler (Eds.), *Language, interaction and social cognition* (pp. 194-213). London: Sage Publications.

Audet, J., & Katz, J.-F. (2006). *Précis de victimologie générale* (2e Éd.). Paris: Dunod.

Avni-Babad, D. (2003a). Action/Inaction regret as a function of severity of loss. *Applied Cognitive Psychology, 17*(2), 225-235. doi:10.1002/acp.855

Avni-Babad, D. (2003b). Mental undoing of actions and inactions in the absence of counterfactuals. *British Journal of Psychology, 94*(2), 213-222. doi:10.1348/000712603321661895

Baker, L. R. (1985). Was Leibniz entitled to possible worlds? *Canadian Journal of Philosophy, 15*(1), 57-74. Retrieved from http://people.umass.edu/lrb/files/bak85wasS.pdf

Baron, J., & Ritov, I. (1994). Reference points and omission bias. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *59*(3), 475-498. doi:10.1006/obhd.1994.1070

Baumrind, D. (1964). Some thoughts of ethics of research: After reading Milgram's "Behavioral Study of Obedience", *American Psychologist, 19*(6), 421-423. doi:10.1037/h0040128

Beck, S. R., Riggs, K. J., & Gorniak, S. L. (2009). Relating developments in children's counterfactual thinking and executive functions. *Thinking & Reasoning, 15*(4), 337-354. doi:10.1080/13546780903135904

Beck, S. R., Robinson, E. J., Carroll, D. J., & Apperly, I. A. (2006). Children's thinking about counterfactuals and future hypotheticals as possibilities. *Child Development, 77*(2), 413-426. Retrieved from EBSCO*host*.

Becker, J. V., & Kaplan, M. S. (1991). Rape victims: Issues, theories, and treatment. *Annual Review of Sex Research, 2*, 267-292.

Becker, J. V., Skinner, L. J., Abel, G. G., & Cichon, J. (1986). Level of postassault sexual functioning in rape and incest victims. *Archives of Sexual Behavior, 15*(1), 37-49. doi:10.1007/BF01542303

Beleza, T. P. (1994). O conceito legal de violação. *Revista do Ministério Público, 59*, 51-64.

Belli, G. (2006). *Não me arrependo de nada. Mulher todos os dias.* Lisboa: Bertrand Editora.

Bellil, S. (2003). *Dans L'Enfer des Tournantes*. Paris: Éditions Denoël.

Bellil, S. (2009). *O Inferno das Violações*. Lisboa: Livros de Seda.

Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 42*(2), 155-162. doi:10.1037/h0036215

Berkowitz, L., & Donnerstein, E. (1982). External validity is more than skin deep: Some answers to criticisms of laboratory experiments. *American Psychologist, 37*(3), 245-257. doi:10.1037/0003-066X.37.3.245

Berta, M., Ornelas, J. H., & Maria, S. G. (2007). Sobreviver ao medo da violação: Constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica, 1*(25), 135-147.

Bloom, A. H. (1984). Caution—the words you use may affect what you say: A response to Au. *Cognition, 17*(3), 275-287. doi:10.1016/0010-0277(84)90011-8

Bohner, G., Weisbrod, C., Raymond, P., Barzvi, A., & Schwarz, N. (1993). Salience of rape affects self-esteem: The moderating role of gender and rape myth acceptance. *European Journal of Social Psychology*, 23(6), 561-579. Retrieved from EBSCO*host*.

Bondurant, B. (2001). University women's ackowledgment of rape: Individual, situational, and social factors. *Violence Against Women, 7*(3), 294-314. doi: 10.1177/1077801201007003004

Botta, R. A., & Pingree, S. (1997). Interpersonal communication and rape: Women acknowledge their assaults. *Journal of Health Communication, 2*(3), 197-212. doi:10.1080/108107397127752

Bouts, P., Spears, R., & van der Pligt, J. (1992). Counterfactual processing and the correspondence between events and outcomes: Normality versus value. *European Journal of Social Psychology, 22*(4), 387-396. doi:10.1002/ejsp.2420220407

Bovens, L. (1979). Sequential Counterfactuals, Cotenability and Temporal Becoming. *Philosophical Studies, 90*(1). 79-101. doi:10.1023/A:1004281414376

Branscombe, N. R., & Weir, J. A. (1992). Resistance as stereotype-inconsistency: Consequences for judgments of rape victims. *Journal of Social and Clinical Psychology, 11*(1), 80-102. doi:10.1521/jscp.1992.11.1.80

Branscombe, N. R., Owen, S., Garstka, T. A., & Coleman, J. (1996). Rape and accident counterfactuals: Who might have done otherwise and would it have changed the outcome? *Journal of Applied Social Psychology, 26*(12), 1042-1067. doi:10.1111/j.1559-1816.1996.tb01124.x

Brekke, N., & Borgida, E. (1988). Expert psychological testimony in rape trials: A social-cognitive analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 55*(3), 372-386. doi:10.1037/0022-3514.55.3.372

Brickman, P., Rabinowitz, V. C., Karuza, J., Coates, D., Cohn, E., & Kidder, L. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist, 37*(4), 368-384. doi:10.1037/0003-066X.37.4.368

Bridges, J. S., & McGrail, C. A. (1989). Attributions of responsibility for date and stranger rape. *Sex Roles: A Journal of Research, 21*(3-4), 273-86. doi:10.1007/BF00289907

Broverman, I. K., Broverman, D. M., Clarkson, F. E., Rosenkrantz, P. S., & Vogel, S. R. (1970). Sex-role stereotypes and clinical judgments of mental health. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 34*(1), 1-7. doi:10.1037/h0028797

Broverman, I. K., Vogel, S. R., Broverman, D. M., Clarkson, F. E., & Rosenkrantz, P. S. (1972). Sex-role stereotypes: A current appraisal. *Journal of Social Issues, 28*(2), 59-78. doi:10.1111/j.1540-4560.1972.tb00018.x

Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women and rape*. New York: Bantam Books.

Burgess, A. W. (1983). Rape trauma syndrome. *Behavioral Sciences and the Law, 1*(3), 97-113. doi:10.1002/bsl.2370010310

Burgess, A. W., & Holmstron, L. L. (1974). Rape trauma syndrome. *The American Journal of Psychiatry, 131*(9), 981-986. doi:10.1176/appi.ajp.131.9.981

Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 38*(2), 217-230. doi:10.1111/j.1559-1816.1981.tb00739.x

Buunk, B. P., Collins, R. L., Taylor, S. E., VanYperen, N. W., & Dakof, G. A. (1990). The affective consequences of social comparison: Either direction has its ups and downs. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(6), 1238-1249. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1238

Burrus, J. (1999). *The effect of counterfactual thinking on judgments of and affective reactions to crime* (Unpublished master's thesis). Concordia University, River Forest, Illinois.

Byrne, R. M. J. (1996). Towards a model theory of imaginary thinking. In J. Oakhill, & A. Garnham (Eds.), *Mental models in cognitive science: Essays in honour of Phil Johnson-Laird* (pp. 155-174). Hove, UK, Hillsdale, NJ: Taylor & Francis, Erlbaum.

Byrne, R. M. J. (1997). Cognitive processes in counterfactual thinking about what might have been. In D. L. Medin (Ed.), The *Psychology of Learning and Motivation: Advances in Research and Theory,* (pp. 105-154). San Diego, CA, US: Academic Preess.

Byrne, R. M. J. (2002). Mental models and counterfactual thoughts about what might have been. *Trends in Cognitive Sciences, 6*(10), 426-431. doi:10.1037//0278-7393.26.5.1318

Byrne, R. M. J. (2005). *The Rational Imagination: How People Create Alternatives to Reality*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press.

Byrne, R. M. J., & McEleney, A. (2000). Counterfactual thinking about actions and failures to act. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition, 26*(5), 1318-1331. doi:10.1037/0278-7393.26.5.1318

Byrne, R. M. J., & Tasso, A. (1999). Deductive reasoning with factual, possible, and counterfactual conditionals. *Memory & Cognition, 27*(4), 726-740. doi:10.3758/BF03211565

Byrne, R. M. J., Segura, S., Culhane, R., Tasso, A., & Berrocal, P. (2000). The temporality effect in counterfactual thinking about what might have been. *Memory & Cognition, 28*(2), 264-281. doi:10.3758/BF03213805

Cainé, L., & Pinheiro, M. F. (2008). Agressões sexuais. In M. F. T. Pinheiro (Org.), *CSI Criminal* (pp. 41-57). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Calhoun, K. S., Atkeson, B. M., & Resick, P. A. (1982). A longitudinal examination of fear reactions in victims of rape. *Journal of Counseling Psychology, 29*(6), 655-661. doi:10.1037/0022-0167.29.6.655

Calhoun, L. G., Selby, J. W., & Waring, L. J. (1976). Social perception of victim's causal role in rape: An exploratory examination of four factors. *Human Relations, 29*(6), 517-526. doi:10.1177/001872677602900602

Campbell, R., & Johnson, C. R. (1997). Police officers' perceptions of rape. Is there consistency between state law and individual beliefs? *Journal of Interpersonal Violence, 12*(2), 255-274. doi:10.1177/088626097012002007

Cardoso, L. M. C. (1999). *Efeitos de variáveis extralegais: Contexto – Atractividade física e provocação da vítima, género* (Monografia de Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações). Lisboa: ISPA.

Cascardi, M., Riggs, D. S., Hearst-Ikeda, D., & Foa, E. B. (1996). Objective ratings of assault safety as predictors of PTSD. *Journal of Interpersonal Violence, 11*(1), 65-78. doi:10.1177/088626096011001005

Catellani, P., & Milesi, P. (2001). Counterfactuals and roles: mock victims' and perpetrators' accounts of judicial cases. *European Journal of Social Psychology, 31*, 247-264. doi:10.1002/ejsp.39

Catellani, P., Alberici, A. I., & Milesi, P. (2004). Counterfactual thinking and stereotypes: The nonconformity effect. *European Journal of Social Psychology, 34*, 421-436. doi:10.1002/ejsp.206

Chisholm, R. M. (1967). Identity through possible worlds: Some questions. *Noûs, 1*(1), 1-8.

Connoly, T., & Reb, J. (2003). Omission bias in vaccination decisions: Where's the "omission"? Where's the "bias"? *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 91*(2), 186-202. doi:10.1016/S0749-5978(03)00057-8

Constantinople, A. (1973). Masculinity-femininity: An exception to a famous dictum?. *Psychological Bulletin, 80*(5), 389-407. doi:10.1037/h0035334

Correia, I. F. (2001). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Tese de doutoramento apresentada ao ISCTE, Lisboa.

Costa, D. M. P. (2003). Violação. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 1, pp. 131-162). Coimbra: Quarteto Editora.

Costa, J. M. B. (2003). *Sexo, Nexo e Crime: Teoria e investigação da delinquência sexual*. Lisboa: Edições Colibri.

Costin, F. (1985). Beliefs about rape and women's social rules. *Archives of Sexual Behavior, 14*(4), 319-325. doi:10.1007/BF01550847

Costin, F., & Kaptanoğlu, C. (1993). Beliefs about rape and women's social roles: A Turkish replication. *European Journal of Social Psychology, 23*(3), 327-330. doi:10.1002/ejsp.2420230308

Costin, F., & Schwarz, N. (1987). Beliefs about rape and women's social rules. A four-nation study. *Journal of Interpersonal Violence, 2*(1), 46-56. doi:10.1177/088626087002001003

Crawford, M., & Unger, R. (2000). *Women and gender: A feminist psychology*. Boston: McGraw-Hill.

Crome, S., & McCabe, M. P. (1995). The impact of rape on individual, interpersonal, and family functioning. *Journal of Family Studies, 1*(1), 58-70.

Cross, C. B. (1985). Jonathan Bennett on 'even if'. *Linguistics and Philosophy, 8*(3), 353-357. doi:10.1007/BF00630919

Crow, G., Wiles, R., Heath, S., & Charles, V. (2006). Research Ethics and Data Quality: The Implications of Informed Consent. *International Journal of Social Research Methodology: Theory & Practice, 9*(2), 83-95. doi:10.1080/13645570600595231

Culbertson, K. A., Vik, P. W., & Kooiman, B. J. (2001). The impact of sexual assault, sexual assault perpetrator type, and location of sexual assault on ratings of perceived safety. *Violence Against Women, 7*(8), 858-875. doi:10.1177/10778010122182794

Darroch, R. K., & Steiner, I. D. (1970). Role-playing: An Alternative to laboratory research? *Journal of Personality, 38*(2), 302-311. doi:10.1111/1467-6494.ep

Davis, C. G., & Lehman, D. R. (1995). Counterfactual thinking and coping with traumatic life events. In N. J. Roese, & e J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 353-374). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Davis, C. G., Lehman, D. R., Wortman, C. B., Silver, R. C., & Thompson, S. C. (1995). The undoing of traumatic life events. *Personality and Social Psychological Bulletin, 21(2)*, 109-124. doi:10.1177/0146167295212002

Davison, M. K., & Farreras, I. G. (2010). Crime type, proximity of crime perpretator, and just world theory attributions. *Psi Chi Journal of Undergraduate Research, 15*(4), 214-220.

Deaux, K., & Lewis, L. L. (1984). Structure of gender stereotypes: Interrelationships among components and gender label. *Journal of Personality and Social Psychology, 46*(5), 991-1004. doi:10.1037/0022-3514.46.5.991

Dermer, M., Cohen, S. J., Jacobsen, E., & Anderson, E. A. (1979). Evaluative judgments of aspects of life as a function of vicarious exposure to hedonic extremes. *Journal of Personality and Social Psychology, 37*(2), 247-260. doi:10.1037/0022-3514.37.2.247

Du Mont, J., Miller, K., & Myhr, T. L. (2003). The role of 'real rape' and 'real victim' stereotypes in the police reporting practices of sexually assaulted women. *Violence Against Women, 9*(4), 466-486. doi:10.1177/1077801202250960

Duarte, J. D. (2005, Novembro). APAV (em colaboração com o Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça) "O estatuto da vítima de crime em processo penal na União Europeia", *Workshop*, Hotel Avenida Palace, Lisboa.

Dunning, D., & Parpal, M. (1989). Mental addition versus subtraction in counterfactual reasoning: On assessing the impact of personal actions and life events. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*(1), 5-15. doi:10.1037/0022-3514.57.1.5

Egger, S. A. (1999). Psychological profiling. Past, present, and future. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 15*(3), 242-261. doi:10.1177/1043986299015003003

Ellis, E. M., Atkeson, B. M., & Calhoun, K. S. (1981). An assessment of long-term reaction to rape. *Journal of Abnormal Psychology, 90*(3), 263-266. doi:10.1037/0021-843X.90.3.263

Epstein, S., Lipson, A., Holstein, C., & Huh, E. (1992). Irrational reactions to negative outcomes: Evidence for two conceptual systems. *Journal of Personality and Social Psychology, 62*(2), 328-339. doi:10.1037/0022-3514.62.2.328

Estrich, S. (1987). *Real rape*. Cambridge: Harvard University Press.

Farinha, C. (2006, Janeiro). Sessão de Abertura—Associação Central de Psicologia, *Simposium Crimes Sexuais*, Coimbra.

Fehr, B., & Russell, J. A. (1984). Concept emotion viewed from a prototype perspective. *Journal of Experimental Psychology, General Section, 113*(3), 464-486. doi:10.1037/0096-3445.113.3.464

Feldman-Summers, S., Gordon, P. E., & Meagher, J. R. (1979). The impact of rape on sexual satisfaction. *Journal of Abnormal Psychology, 88*(1), 101-105. doi:10.1037/0021-843X.88.1.101

Ferreira, A. R. (2004). *Agir sobre o medo da violação: A voz das mulheres* (Monografia de Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental). Lisboa: ISPA.

Ferreira, E. V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal: Padrões e tendências, 1985-1996*. Oeiras: Celta Editora.

Fisher, B. S., Daigle, L. E., Cullen, F. T., & Turner, M. G. (2003). Acknowledging sexual victimization as rape: Results from a national-level study. *Justice Quarterly, 20*(3), 535-574.

Foa, E. B., & Riggs, D. S. (1995). Posttraumatic Stress Disorder Following Assault: Theoretical Considerations and Empirical Findings. *Current Directions in Psychological Science (Wiley-Blackwell), 4*(2), 61-65. doi:10.1111/1467-8721.ep10771786

Fogel, S., & Berry, T. (2006). The disposition effect and individual investor decisions: The roles of regret and counterfactual alternatives. *The Journal of Behavioral Finance, 7*(2), 107-116. Retrieved from http://works.bepress.com/thomas_berry/5/

Follette, W. C., Davis, D., & Kemmelmeier, M. (2003). Ideals and realities in the development and practice of informed consent, In W. O'Donohue, & K. Ferguson (Eds.), *Handbook of Professional Ethics for Psychologists: Issues, Questions, and Controversies* (pp. 195-226). Tousand Oaks, London, New Delhi: SAGE Publications, Inc.

Forward, J., Canter, R., & Kirsch, N. (1976). Role-enactment and deception methodologies. Alternative paradigms? *American Psychologist, 31*(8), 595-604. doi:10.1037/0003-066X.31.8.595

Foushee, H. C., Helmreich, R. L., & Spence, J. T. (1979). Implicit theories of masculinity and feminility: Dualistic or bipolar? *Psychology of Women Quarterly, 3*(3), 259-269. doi:10.1111/j.1471-6402.1979.tb00544.x

Francis, R. D. (2004). *Ética para Psicólogos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Frijda, N. H., Kuipers, P., & Terschure, E. (1989). Relation between emotion, appraisal, and emotional action readiness. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*(2), 212-228. doi:10.1037/0022-3514.57.2.212

Galinsky, A. D., & Kray, L. J. (2004). From thinking about what might have been to sharing what we know: The effects of counterfactual mind-sets on information sharing in groups. *Journal of Experimental Social Psychology, 40*(5), 606-618. doi:10.1016/j.jesp.2003.11.005

Galinsky, A. D., Seiden, V. L., Kim, P. H., & Medvec, V. H. (2002). The dissatisfaction of having your first offer accepted: The role of counterfactual thinking in negotiations. *Personality and Social Psychology Bulletin, 28*(2), 271-283. doi:10.1177/0146167202282012

Garcia-Marques, T. (2005). "Fiquei triste/contente com a leitura deste artigo"! A manipulação do estado de espírito através de histórias. *Laboratório de Psicologia, 3*(1), 23-40.

Gavanski, I., & Wells, G. L. (1989). Counterfactual processing of normal and exceptional events. *Journal of Experimental Social Psychology, 25*(4), 314-325. doi:10.1016/0022-1031(89)90025-5

Gebhard, P., Gagnon, J., Pomeroy, W., & Christenson, C. (1965). *Sex offenders: An analysis of types*. New York: Harper & Row.

Gidycz, C. A., & Koss, M. P. (1991). Predictors of long-term sexual assault trauma among a national sample of victimized college women. *Violence and Victims, 6*(3), 175-190.

Gilovich, T., & Medvec, V. H. (1994). The temporal pattern to the experience of regret. *Journal of Personality and Social Psychology, 67*(3), 357-365. doi:10.1037/0022-3514.67.3.357

Gilovich, T., & Medvec, V. H. (1995a). The experience of regret: What, when, and why, *Psychological Review, 102*(2), 379-395. doi:10.1037/0033-295X.102.2.379

Gilovich, T., & Medvec, V. H. (1995b). Some counterfactual determinants of satisfaction and regret. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 259-282). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Girotto, V., Ferrante, D., Pighin, S., & Gonzalez, M. (2007). Postdecisional counterfactual tinking by actors and readers. *Psychological Science, 18*(6), 510-515. doi:10.1111/j.1467-9280.2007.01931.x

Girotto, V., Legrenzi, P., & Rizzo, A. (1991). Event controllability in counterfactual thinking, *Acta Psychologica, 78*, 111-133. doi:10.1016/0001-6918(91)90007-M

Gleicher, F., Boninger, D. S., Strathman, A., Armor, D., Hetts, J., & Ahn, M. (1995). With an eye toward the future: The impact of counterfactual thinking on affect, attitudes, and behaviour. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 283-304). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Gleicher, F., Kost, K. A., Baker, S. M., Strathman, A. J., Richman, S. A., & Sherman, S. J. (1990). The role of counterfactual thinking in judgments of affect. *Personality and Social Psychology Bulletin, 16*(2), 284-295. doi:10.1177/0146167290162009

Goerke, M., Möller, J., Schulz-Hardt, S., Napiersky, U., & Frey, D. (2004). "It's not my fault-But only I can change it": Counterfactual and prefactual thoughts of managers. *Journal of Applied Psychology, 89*(2), 279-292. doi:10.1037/0021-9010.89.2.279

Gohm, C. L. (2003). Mood regulation and emotional intelligence: Individual differences. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*(3), 594-607. doi:10.1037/0022-3514.84.3.594

Gonçalves, R. A. (2005). A avaliação de ofensores violentos e perigosos: O caso dos agressores sexuais. In R. A. Gonçalves, & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 129-143). Coimbra: Quarteto Editora.

Good, J. (2000). Introduction: The historical imagination and the history of human sciences. *History of the Human Sciences, 13*(4), 97-101. doi:10.1177/09526950022120881

Goodman, L. A., Koss, M. P., Fitzgerald, L. F., Russo, N., & Keita, G. (1993). Male violence against women: Current research and future directions. *American Psychologist, 48*(10), 1054-1058. doi:10.1037/0003-066X.48.10.1054

Goodman, N. (1947). The problem of the counterfactual conditionals. *Journal of Philosophy, 44*, 113-128.

Goodman, N. (1973). *Fact, fiction and forecast* (3rd Ed.) Cambridge, MA: Harvard University Press.

Gordon, M. T., & Riger, S. (1989). *The Female Fear*. New York: Free Press.

Gotlib, I. H., & Meyer, J. P. (1986). Factor analysis of the multiple affect adjective check list: A separation of positive and negative affect. *Journal of Personality and Social Psychology, 50*(6), 1161-1165. doi:10.1037/0022-3514.50.6.1161

Gould, R., & Sigall, H. (1977) The effects of empathy and outcome on attribution: An examination of the divergent-perspectives hypothesis. *Journal of Experimental Social Psychology, 13*(5), 480-491. doi:10.1016/0022-1031(77)90032-4

Greenberg, M. S. (1967). Role playing: An alternative to deception? *Journal of Personality and Social Psychology, 7*(2), 152-157. doi:10.1037/h0025000

Greenwood, J. D. (1983). Role-playing as an experimental strategy in social psychology. *European Journal of Social Psychology, 13*(3), 235-254. doi:10.1002/ejsp.2420130304

Groth, N. (1979). *Men who rape: The psychology of the offender*. New York: Plenum

Halligan, S. L, Michael, T., Clark, D. M., & Ehlers, A. (2003). Posttraumatic Stress Disorder following assault: The role of cognitive processing, trauma memory, and appraisals. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(3), 419-431. doi:10.1037/0022-006X.71.3.419

Hamilton, V. L. (1976). Role play and deception: A re-examination of the controversy. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 6*(2), 233-250. doi:10.1111/j.1468-5914.1976.tb00367.x

Harris, P. L., German, T., & Mills, P. (1996). Children's use of counterfactual thinking in causal reasoning. *Cognition, 61*(3), 233-259. doi:10.1016/S0010-0277(96)00715-9

Hassig, R. (2001). Counterfactuals and revisionism in historical explanation. *Antropological Theory*, *1*(1), 57-72. doi:10.1177/14634990122228629

Hendrick, C. (1977). Role-taking, role-playing, and the laboratory experiment. *Personality and Social Psychology Bulletin, 3*(3), 467-478. doi:10.1177/014616727700300301

Hickman, S. E., & Meuhlenhard, C. L. (1997). College women's fears and precautionary behaviors relating to acquaintance rape and stranger rape. *Psychology of Women Quarterly, 21*(4), 527. Retrieved from EBSCO*host*.

Holmes, D. S., & Bennett, D. H. (1974). Experiments to answer questions raised by the use of deception in psychological research: I. Role playing as an alternative to deception; II. Effectiveness of debriefing after a deception; III. Effect of informed consent on deception. *Journal of Personality and Social Psychology, 29*(3), 358-367. doi:10.1037/h0035911

Howard, J. A. (1984). The "normal" victim: The effects of gender stereotypes on reactions to victims. *Social Psychology Quarterly, 47*(3), 270-281.

Iconis, R. (2008). Rape myth acceptance in college students: A literature review. *Contemporary Issues in Education Research, 1*(2), 47-52. Retrieved from http://journals.cluteonline.com/index.php/CIER/article/view/1201/1185

Janeira, M. B. N. (2004). *Sobreviver ao medo da violação: Constrangimentos enfrentados pelas mulheres* (Monografia de Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental). Lisboa: ISPA.

Janoff-Bulman, R. (1979). Caracterological versus behavioural self-blame: Inquiries into depression and rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 37*(10), 1798-1809. doi:10.1037/0022-3514.37.10.1798

Jenkins, M. J., & Dambrot, E. H. (1987). The attribution of date rape: Observer's attitudes and sexual experiences and the dating situation. *Journal of Applied Social Psychology, 17*(10), 875-895. doi:10.1111/j.1559-1816.1987.tb00296.x

Johnson, E. J., & Tversky, A. (1983). Affect, generalization, and the perception of risk. *Journal of Personality and Social Psychology, 45*(1), 20-31. doi:10.1037/0022-3514.45.1.20

Johnson, M. K., & Sherman, S. J. (1990). Constructing and reconstructing the past and the future in the present. In E. Higgins, R. M. Sorrentino (Eds.), *Handbook of Motivation*

and Cognition: Foundations of Social Behavior (Vol. 2, pp. 482-526). New York, NY US: Guilford Press.

Jones, E. E., & Davis, K. E. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 2, pp. 219-266). New York: Academic Press.

Jones, E. E., & Nisbett, R. E. (1972). The actor and the observer: Divergent perceptions of the causes of behavior. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. E. Nisbett, S. Valins, & B. Weiner (Eds.), *Attribution: Perceiving the causes of behavior* (pp. 79-94). Morristown, NJ: General Learning Press.

Kahn, A. S., Jackson, J., Kully, C., Badger, K., & Halvorsen, J. (2003). Calling it rape: Differences in experiences of women who do and do not label their sexual assault as rape. *Psychology of Women Quarterly, 27*(3), 233-242. doi:10.1111/1471-6402.00103

Kahn, A. S., Mathie, V. A., & Torgler, C. (1994). Rape scripts and rape ackowledgement. *Psychology of Women Quarterly, 18*(1), 53-66. doi:10.1111/j.1471-6402.1994.tb00296.x

Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review, 93*(2), 136-153. doi:10.1037/0033-295X.93.2.136

Kahneman, D., & Tversky, A. (1982a). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases* (pp. 201-208). New York: Cambridge University Press.

Kahneman, D., & Tversky, A. (1982b). The psychology of preferences. *Scientific American, 246*(1), 160-173.

Kahneman, D., & Varey, C. A. (1990). Propensities and counterfactuals: The loser that almost won. *Journal of Personality and Social Psychology, 59(6),* 1101-1110. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1101

Kanekar, S., & Seksaria, V. (1993). Acquaintance versus stranger rape: Testing the ambiguity reduction hypothesis. *European Journal of Social Psychology, 23*(5), 485-494. doi:10.1002/ejsp.2420230506

Kanekar, S., & Vaz, L. (1988). Attribution of causal and moral responsability to a victim of rape. *Applied Psychology, 37*(1), 35-49. doi:10.1111/j.1464-0597.1988.tb01124.x

Kasimatis, M., & Wells, G. L. (1995). Individual differences in counterfactual thinking. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp.81-101). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Kasl, S. V. (1984). Stress and health. *Annual Review of Public Health, 5*, 319-341. doi:10.1146/annurev.pu.05.050184.001535

Kavanaugh, R. D., & Harris, P. L. (1999). Pretense counterfactual thought in young children. In L. Balter, & C. S. Tamis-LeMonda (Eds.), *Child psychology: An handbook of contemporary issues* (pp. 158-176). Philadelphia: Psychology Press.

Keane, C. (1998). Evaluating the influence of fear of crime as an environmental mobility restrictor on women's routine activities. *Environment and Behaviour, 30*(1), 60-74. doi:10.1177/0013916598301003

Kelly, L., & Regan, L. (2001). *Rape: The Forgotten Issue? A European Attrition and Networking Study*. London: Child and Woman Abuse Studies Unit, University of North London.

Kemmelmeier, M., Davis, D. & Follette, W. C. (2003). Seven "sins" of misdirection? Ethical controversies surrounding the use of deception in research. In W. O'Donohue, & K. Ferguson (Eds.), *Handbook of Professional Ethics for Psychologists: Issues, Questions, and Controversies* (pp. 227-256). Tousand Oaks, London, New Delhi: SAGE Publications, Inc.

Kilpatrick, D. G., Saunders, B. E., Veronen, L. J., Best, C. L., & Von, J. M. (1987). Criminal victimization: Lifetime prevalence, reporting to police, and psychological impact. *Crime & Delinquency, 33*(4), 479-489. doi:10.1177/0011128787033004005

Kimerling, R., & Calhoun, K. S. (1994). Somatic symptoms, social support, and treatment seeking among sexual assault victims. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 63*(2), 333-340. doi:10.1037/0022-006X.62.2.333

Knight, R. A. (1999). Validation of a typology for rapists. *Journal of Interpersonal Violence, 14*(3), 303-330. doi:10.1177/088626099014003006

Knobe, J., & Malle, B. F. (2002). Self and other in the explanation of behavior: 30 years later. *Psychologica Belgica, 42*(1-2), 113-130. Retrieved from http://scholar.google.co.uk/scholar?as_q=Self+and+other+in+the+explanation+of+behavior%3A+30+years+later

Kocsis, R. N., Cooksey, R. W., & Irwin, H. J. (2002). Psychological profiling of offender characteristics from crime behaviors in serial rape offences. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 46*(2), 144-169. doi:10.1177/0306624X02462003

Koss, M. P. (1985). The hidden rape victim: Personality, attitudinal, and situational characteristics. *Psychology of Women Quarterly, 9*(2), 193-212. doi:10.1111/j.1471-6402.1985.tb00872.x

Koss, M. P. (1993). Rape: Scope, impact, interventions, and public policy responses. *American Psychologist, 48*(10), 1062-1069. doi:10.1037/0003-066X.48.10.1062

Koss, M. P., & Oros, C. J. (1982). Sexual Experience Survey: A research instrument investigating sexual aggression and victimization. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 50*(3), 455-457. doi:10.1037/0022-006X.50.3.455

Koss, M. P., Dinero, T. E., Seibel, C. A., & Cox, S. L. (1988). Stranger and acquaintance rape: Are there differences in the victim's experience?. *Psychology of Women Quarterly, 12*(1), 1-24. doi:10.1111/j.1471-6402.1988.tb00924.x

Koss, M. P., Gidycz, C. A., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*(2), 162-170. doi:10.1037/0022-006X.55.2.162

Koss, M. P., Goodman, L. A., Browne, A., Fitzgerald, L. F., Keita, G., & Russo, N. (1994b). Uniting all women: The fear of rape. In M. P. Koss, L. A. Goodman, A. Browne, L. F. Fitzgerald, G. Keita, & N. Russo (Eds.) , *No safe haven: Male violence against women at home, at work, and in the community* (pp. 157-176). Washington: American Psychological Association. doi:10.1037/10156-009

Koss, M. P., Goodman, L. A., Browne, A., Fitzgerald, L. F., Keita, G., & Russo, N. (1994a). The physical and psychological aftermath of rape. In M. P. Koss, L. A. Goodman, A. Browne, L. F. Fitzgerald, G. Keita, & N. Russo (Eds.) , *No safe haven: Male violence against women at home, at work, and in the community* (pp. 177-199). Washington: American Psychological Association. doi:10.1037/10156-010

Koss, M. P., Woodruff, W. J., & Koss, P. G. (1990). Relation of criminal victimization to health perceptions among women medical patients. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 58*(2), 147-152. doi:10.1037/0022-006X.58.2.147

Krahé, B. (1991). Social psychological issues in the study of rape. In W. Stroebe, & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 2, pp. 279-309). Chichester: John Wiley & Sons. doi:10.1080/14792779143000097

Krahé, B. (2005). Cognitive coping with the threat of rape: Vigilance and cognitive avoidance. *Journal of Personality, 73*(3), 609-643. doi:10.1111/j.1467-6494.2005.00323.x

Kray, L. J., & Galinsky, A. D. (2003). The debiasing effect of counterfactual mind-sets: Increasing the search for disconfirmatory information in group decisions. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 91*(1), 69-81. doi:10.1016/S0749-5978(02)00534-4

Kripke, S. (1963). Semantical considerations on modal logic. *Acta Philosophica Fennica, 16*, 83-94.

Kruglanski, A. W. (1976). On the paradigmatic objections to experimental psychology: A reply to Gadlin and Ingle. *American Psychologist, 31*(9), 655-663. doi:10.1037/0003-066X.31.9.655

Krulewitz, J. E., & Nash, J. E. (1979). Effects of rape victim resistance, assault outcome, and sex of observer on attributions about rape. *Journal of Personality, 47*(4), 557-574. doi:10.1111/1467-6494.ep7594982

Kuykendall, D., & Keating, J. P. (1990). Mood and persuasion: Evidence for the differential influence of positive and negative states. *Psychology and Marketing, 7*(1), 1-9. doi:10.1002/mar.4220070102

Landman, J. (1987). Regret and elation following action and inaction: Affective responses to positive versus negative outcomes. *Personality and Social Psychology Bulletin, 13*(4), 524-536. doi:10.1177/0146167287134009

Landman, J., & Manis, J. D. (1992). What might have been: Counterfactual thought concerning personal decisions. *British Journal of Psychology, 83*(4), 473-477. Retrieved from EBSCO*host*.

Landman, J., Vandewater, E. A., Stewart, A. J., & Malley, J. E. (1995). Missed opportunities: Psychological ramifications of counterfactual thought in midlife women. *Journal of Adult Development, 2*(2), 87-97. doi:10.1007/BF02251257

Langer, E. J. (1975). The illusion of control. *Journal of Personality and Social Psychology, 32*(2), 311-328. doi:10.1037/0022-3514.32.2.311

Laws, A. (1993). Does a history of sexual abuse play a role in women's medical problems? A review. *Journal of Women's Health, 2*, 165-172. doi:10.1089/jwh.1993.2.165

Layman, M. J., Gidycz, C. A., & Lynn, S. J. (1996). Unacknowledged versus acknowledged rape victims: Situational factors and posttraumatic stress. *Journal of Abnormal Psychology, 105*(1), 124-131. doi:10.1037/0021-843X.105.1.124

Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection?. *Journal of Personality and Social Psychology*, *4*(2), 203-210. doi:10.1037/h0023562

Lewis, D. (1973). Causation. *Journal of Philosophy, 70*(17), 556-567.

Liljenquist, K. A., Galinsky, A. D., & Kray, L. J. (2004). Exploring the rabbit hole of possibilities by myself or with my group: The benefits and liabilities of activating counterfactual mind-sets of information sharing and group coordination. *Journal of Behavioral Decision Making, 17*(4), 263-279. doi:10.1002/bdm.479

Lisboa, M., Barroso, Z., & Marteleira, J. (2005). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: SociNova-UNL.

Lloyd, G. (1978). Leibniz on possible individuals and possible worlds. *Australasian Journal of Philosophy, 56*(2), 126-148. doi:10.1080/00048407812341141

Loewer, B. (1976). Counterfactuals with disjunctive antecedents. *The Journal of Philosophy, 73*(16), 531-537.

Loewer, B. M. (1979). Cotenability and counterfactual logics. *Journal of Philosophical Logic, 8*(1), 99–115. doi:10.1007/BF00258421

Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1994). Rape myths. In review. *Psychology of Women Quarterly, 18*(2), 133-164. doi:10.1111/j.1471-6402.1994.tb00448.x

Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1995). Attitudinal antecedents of rape myth acceptance: A theoretical and empirical reexamination. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*(4), 704-711. doi:10.1037/0022-3514.68.4.704

Lopes, M. F. F. R (2009). *The hunter and the hunted: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.

Lopez, G., & Piffaut-Fillizzola, G. (1993). *Le viol*. Paris: Presses Universitaires de Paris.

Lundberg, C. G., & Frost, D. E. (1992). Counterfactuals in financial decision making. *Acta Psychologica, 79*(3), 227-244. doi:10.1016/0001-6918(92)90059-M

Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2005). O psicólogo como testemunha forense. (2005). In R. A. Gonçalves, & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 345-351. Coimbra: Quarteto Editora.

Macrae, C. N., Milne, A. B., & Griffiths, R. J. (1993). Counterfactual thinking and the perception of criminal behaviour. *British Journal of Psychology, 84*(2), 221-226. doi:10.1111/j.2044-8295.1993.tb02475.x

Mandel, D. R. (2003a). Judgment dissociation theory: An analysis of differences in causal, counterfactual, and covariational reasoning. *Journal of Personality and Social Psychology, 132*(3), 419-434. doi:10.1037/0096-3445.132.3.419

Mandel, D. R. (2003b). Counterfactuals, emotions, and context. *Cognition and Emotion, 17*(1), 139-159. doi:10.1080/02699930302275

Mandel, D. R. (2005). Counterfactual and causal explanation: From early theoretical views to new frontiers. In D. R. Mandel, D. J. Hilton, & P. Catellani (Eds.), *The Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 11-27). London: Routledge.

Mandel, D. R., & Dhami, M. K. (2005). "What I did" versus "what I might have done": Effect of factual versus counterfactual thinking on blame, guilt, and shame in prisoners. *Journal of Experimental Social Psychology, 41*, 627-635. doi:10.1016/j.jesp.2004.08.009

Mandel, D. R., & Lehman, D. R. (1996). Counterfactual thinking and ascriptions of cause and preventability. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(3), 450-463. doi:10.1037/0022-3514.71.3.450

Mandel, D. R., & Lehman, D. R. (1998). Integration of contingency information in judgments of cause, covariation, and probability. *Journal of Experimental Psychology: General, 127*(3), 269-285. doi:10.1037/0096-3445.127.3.269

Mardorossian, C. M. (2002). Toward a new feminist theory of rape. *Signs*, 27(3), 743-775. doi:10.1086/337938

Maria, S. G. (2004). *Mulheres sobreviventes de violação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Markman, K. D., & McMullen, M. N. (2003). A reflection and evaluation model of comparative thinking. *Personality and Social Psychology Review, 7*(3), 244-267. doi:10.1207/S15327957PSPR0703_04

Markman, K. D., & Miller, A. K. (2006). Depression, control, and counterfactual thinking: Functional for whom? *Journal of Social and Clinical Psychology, 25*(2), 210-227. Retrieved from EBSCO*host*.

Markman, K. D., & Tetlock, P. E. (2000a). 'I couldn't have known': Accountability, foreseeability and counterfactual denials of responsibility. *British Journal of Social Psychology, 39*(3), 313-325. doi:10.1348/014466600164499

Markman, K. D., & Tetlock, P. E. (2000b). Accountability and close-call counterfactuals: The loser who nearly won and the winner who nearly lost. *Personality and Social Psychology Bulletin, 26*(10), 1213-1224. doi:10.1177/0146167200262004

Markman, K. D., & Weary, G. (1996). The influence of chronic control concerns on counterfactual thought. *Social Cognition, 14*(4), 292-316. doi: 0.1521/soco.1996.14.4.292

Markman, K. D., & Weary, G. (1998). Control motivation, depression, and counterfactual thought. In M. Kofta, G. Weary, G. Sedek, M. Kofta, G. Weary, & G. Sedek (Eds.), *Personal control in action: Cognitive and motivational mechanisms* (pp. 363-390). New York, NY US: Plenum Press.

Markman, K. D., Gavanski, I., Sherman, S. J., & McMullen, M. N. (1995). The impact of perceived control on the imagination of better and worse possible worlds. *Personality and Social Psychology Bulletin, 21*(6), 588-595. doi:10.1177/0146167295216005

Markman, K. D., Gavanski, I., Sherman, S. J., & McMullen, M. N. (1993). The mental simulation of better and worse possible worlds. *Journal of Experimental Social Psychology, 29*(1), 87-109. doi:10.1006/jesp.1993.1005

Markman, K. D., Karadogan, F., Lindberg, M. J., & Zell, E. (2009). Counterfactual thinking: Function and dysfunction. In K. D. Markman, W. M. P. Klein, & J. A. Suhr (Eds.), *Handbook of Imagination and Mental Simulation* (pp. 175-193). New York: Psychology Press.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística—Com utilização do SPSS* (3ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Martin, L. L., Seta, J. J., & Crelia, R. A. (1990). Assimilation and contrast as a function of people's willingness and ability to expend effort in forming an impression. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(1), 27-37. doi:10.1037//0022-3514.59.1.27

Martins, A. C. (1999). (In)Formação, eis a questão! Um estudo relativo à influência da informação acerca dos candidatos sobre o desempenho de leigos, iniciados e especialistas em selecção de pessoal. *Revista Portuguesa de Gestão, 1*, 33-55.

Martins, A. C. (2003). O pensamento contrafactual e a percepção de crimes. Revisitando Macrae, Milne e Griffiths (1993)… *Análise Psicológica, 21*(3), 393-406.

Martins, A. C. C. (2004). "Mas porque é que…?": A expressão de pensamentos contrafactuais em Português. In A. S. da Silva, A. Torres, & M. Gonçalves (Orgs.), *Linguagem, cultura e cognição: Estudos de linguística cognitiva* (Vol. 2, pp. 605-616). Coimbra: Livraria Almedina.

Martins, A. C., & Jesuíno, J. C. (2002). O efeito da normalidade sobre o pensamento contrafactual. Tentando distinguir activação de conteúdo… In J. Vala, M. Garrido, & P. Alcobia (Orgs.), *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (Vol. 1, pp. 75-90). Lisboa: Edições Colibri.

Martins, A. C. (2010a). *Contrariando os mitos da violação: O pensamento contrafactual acerca da violação de mulheres idosas*. Manuscrito em preparação.

Martins, A. C. (2010b). *O pensamento contrafactual acerca da violação e a relação de proximidade vítima-agressor*. Manuscrito em preparação.

McArthur, L. Z., & Post, D. L. (1977). Figural emphasis and person perception. *Journal of Experimental Social Psychology, 13*(6), 520-535. doi:10.1016/0022-1031(77)90051-8

McCloy, R., & Byrne, R. M. J. (2002). Semifactual "even if" thinking. *Thinking and Reasoning, 8*(1), 41-67. doi:10.1080/13546780143000125

McEleney, A., & Byrne, R. M. J. (2000). Counterfactual thinking and causal reasoning. In J. A. García-Madruga, N. Carriedo, & M. J. González-Labra (Eds.), *Mental Models in Reasoning* (pp. 301-313). Madrid: Universidad Nacional de Educacíon a Distancia (UNED).

McEleney, A., & Byrne, R. M. J. (2006) Spontaneous counterfactual thoughts and causal explanations. *Thinking and Reasoning, 12*(2), 235-255. doi:10.1080/13546780500317897

McGill, A. L. (2000). Counterfactual reasoning in causal judgments: Implications for Marketing. *Psychology & Marketing, 17*(4), 323-343. doi:10.1002/(SICI)1520-6793(200004)17:4<323::AID-MAR4>3.0.CO;2-X

McGraw, A. P., Mellers, B. A., & Tetlock, P. E. (2005). Expectations and emotions of Olympic athletes. *Journal of Experimental Social Psychology, 41*(4), 438-446. doi:10.1016/j.jesp.2004.09.001

McMullen, M. N. (1997). Affective contrast and assimilation in counterfactual thinking. *Journal of Experimental Social Psychology, 33*(1), 77-100. doi:10.1006/jesp.1996.1313

McMullen, M. N., & Markman, K. D. (2000). Downward counterfactuals and motivation: The wake-up call and Pangloss effect. *Personality and Social Psychology Bulletin, 26*(5), 575-584. doi:10.1177/0146167200267005

McMullen, M. N., & Markman, K. D. (2002). Affective impact of close counterfactuals: Implications of possible futures for possible pasts. *Journal of Experimental Social Psychology, 38*(1), 64-70. doi:10.1006/jesp.2001.1482

McMullen, M. N., Markman, K. D., & Gavanski, I. (1995). Living in neither the best nor worst of all possible worlds: Antecedents and consequences of upward and downward counterfactual thinking. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 133-167). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

McMullin, D., & White, J. W. (2006). Long-term effects of labelling a rape experience. *Psychology of Women Quarterly, 30*, 96–105. doi:10.1111/j.1471-6402.2006.00266.x

Medvec, V. H., & Savitsky, K. (1997). When doing better means feeling worse: The effects of categorical cutoff points on counterfactual thinking and satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology, 72*(6), 1284-1296. doi:10.1037/0022-3514.72.6.1284

Medvec, V. H., Madey, S. F., & Gilovich, T. (1995). When less is more: Counterfactual thinking and satisfaction among Olympic medalists. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 603-610. doi:10.1037/0022-3514.69.4.603

Meyer, C. B., & Taylor, S. E. (1986). Adjustment to rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 50*(6), 1226-1234. doi:10.1037/0022-3514.50.6.1226

Meyers-Levy, J., & Maheswaran, D. (1992). When timing matters: The influence of temporal distance on consumers' affective and persuasive responses. *Journal of Consumer Research, 19*(3), 424-433. Retrieved from EBSCO*host*.

Milgram, S. (1963). Behavioral Study of Obedience. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 67*, 371-378.

Milgram, S. (1964). Issues in the study of obedience: A reply to Baumrind. *American Psychologist, 19*(11), 848-852. doi:10.1037/h0044954

Miller, A. G. (1972). Role playing: An alternative to deception? A review of the evidence. *American Psychologist, 27*(7), 623-636. doi:10.1037/h0033257

Miller, A. K., Handley, I. M., Markman, K. D., & Miller, J. H. (2010). Deconstructing self-blame following sexual assault: The critical roles of cognitive content and process. *Violence Against Women, 16*(10), 1120-1137. doi:10.1177/1077801210382874

Miller, C. (2003). Social psychology and virtue ethics. *The Journal of Ethics, 7*(4), 365-392. doi:10.1023/A:1026136703565

Miller, D. T., & Gunasegaram, S. (1990). Temporal order and the perceived mutability of events: Implications for blame assignment. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(6), 1111-1118. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1111

Miller, D. T., & McFarland, C. (1986). Counterfactual thinking and victim compensation: A test of norm theory. *Personality and Social Psychology Bulletin, 12*(4), 513-519. doi:10.1177/0146167286124014

Miller, D. T., & Turnbull, W. (1990). The counterfactual fallacy: Confusing what might have been with what ought to have been. *Social Justice Research, 4*(1), 1-19. doi:10.1007/BF01048532

Miller, D. T., Turnbull, W., & McFarland, C. (1990). Counterfactual thinking and social perception: Thinking about what might have been. In M. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp. 305-331). San Diego, CA: Academic Press.

Monteiro, F. (2000). *Mulheres agredidas pelos maridos: De vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Moreno-Ríos, S., García-Madruga, J. A., & Byrne, R. M. J. (2008). Inferences from semifactual 'even if' conditionals. *Acta Psychologica, 128*(2), 197-209. doi:10.1016/j.actpsy.2007.12.008

Morris, M. W., Moore, P. C., & Sim, D. L. H. (1999). Choosing remedies after accidents: Counterfactual thoughts and the focus on fixing "human error". *Psychonomic Bulletin & Review, 6*(4), 579-585. doi:10.3758/BF03212966

Moscarello, R. (1991). Posttraumatic Stress Disorder After Sexual Assault: Its Psychodynamics and Treatment. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis, 19*(2), 235-253. Retrieved from EBSCO*host*.

Muehlenhard, C. L., Powch, I. G., Phelps, J. L., & Giusti, L. M. (1992). Definitions of rape: Scientific and political implications. *Journal of Social Issues, 48*(1), 23-44. doi:10.1111/j.1540-4560.1992.tb01155.x

Muir, G., Lonsway, K. A., & Payne, D. L. (1996). Rape myth acceptance among Scottish and American students. *The Journal of Social Psychology, 136*(2), 261-262. Retrieved from EBSCO*host*.

N´gbala, A., & Branscombe, N. R. (1995). Mental simulation and causal attribution: When simulating an event does not affect fault assignment. *Journal of Experimental Social Psychology, 31*, 139-162. doi:10.1006/jesp.1995.1007

N´gbala, A., & Branscombe, N. R. (1997). When does action elicit more regret than inaction and is counterfactual mutation the mediator of this effect? *Journal of Experimental Social Psychology, 33*, 324-343. doi:10.1006/jesp.1996.1322

N´gbala, A., & Branscombe, N. R. (2003). Causal attribution and counterfactual thinking - When does performing one facilitate performance of the other. *Swiss Journal of Psychology, 62*(4), 209-218. doi:10.1024/1421-0185.62.4.209

Nadelson, C. C., Notman, M. T., Zackson, H., & Gornick, J. (1982). A follow-up study of sexual assault victims. *American Journal of Psychiatry, 139*, 1266-1270.

Nan, X. (2005). *Counterfactual thinking and regulatory focus: implications for information processing and persuasion*. Paper presented at the American Academy of Advertising Conference Proceedings. Retrieved from EBSCO*host*.

Nan, X. (2008). The pursuit of self-regulatory goals: How counterfactual thinking influences advertising persuasiveness. *Journal of Advertising, 37*(1), 17-27. doi:10.2753/JOA0091-3367370102

Naquin, C. E. (2003). The agony of opportunity in negotiation: Number of negotiable issues, counterfactual thinking, and feelings of satisfaction. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 91*(1), 97-107. doi:10.1016/S0749-5978(02)00532-0

Naquin, C. E., & Kurtzberg, T. R. (2004). Human reactions to technological failure: How accidents rooted in technology vs. human error influence judgments of organizational accountability. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 93*(2), 129-141. doi:10.1016/j.obhdp.2003.12.001

Nario-Redmond, M. R., & Branscombe, N. R. (1996). It could have been better or it might have been worse: Implications for blame assignment in rape cases. *Basic and Applied Social Psychology, 18*(3), 347-366. doi:10.1207/s15324834basp1803_6

Nasco, S. A., & Marsh, K. L. (1999). Gaining control through counterfactual thinking. *Personality and Social Psychology Bulletin, 25*(5), 557-569. doi:10.1177/0146167299025005002

Nestler, S., & von Collani, G. (2008). Hindsight bias and the activation of counterfactual mind-sets. *Experimental Psychology, 55*(5), 342-349. doi:10.1027/1618-3169.55.5.342

Neves, S., & Machado, C. (2005). Avaliação de vítimas de violação. In R. A. Gonçalves, & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 187-206). Coimbra: Quarteto Editora.

Nichols, A. L., & Maner, J. K. (2008). The Good-Subject Effect: Investigating participant demand characteristics. *Journal of General Psychology, 135*(2), 151-166. doi:10.3200/GENP.135.2.151-166

Niedenthal, P. M., Tangney, J., P., & Gavanski, I. (1994). “If only I weren’t” versus “If only I hadn’t”: Distinguishing shame and guilt in counterfactual thinking, *Journal of Personality and Social Psychology, 67*(4), 585-595. doi:10.1037/0022-3514.67.4.585

Ondjaki. (2010). *Quantas madrugadas tem a noite*. Lisboa: Editorial Caminho.

Ordóñez, L. D., & Connoly, T. (2000). Regret and responsibility: A reply to Zeelenberg et al. (1998). *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *81*(1), 132-142. doi:10.1006/obhd.1999.2834

Orne, M. T. (1962). On the social psychology of the psychological experiment: With particular reference to demand characteristics and their implications. *American Psychologist, 17*(11), 776-783. doi:10.1037/h0043424

Pamuk, O. (2010). *O museu da inocência*. Lisboa: Editorial Presença.

Pascoal, P. (2006, Janeiro). Crimes Sexuais na perspectiva do Sexólogo. Workshop II, Associação Central de Psicologia, *Simposium Crimes Sexuais*, Auditório do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, Coimbra.

Pelham, B. W., & Wachsmuth, J. O. (1995). The waxing and waning of the social self: Assimilation and contrast in social comparison. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(5), 825-838. doi:10.1037/0022-3514.69.5.825

Pereira, J. A. T. C. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto.

Pessoa, O. (2000). Histórias contrafactuais: O surgimento da Física Quântica. *Estudos Avançados, 14*(39), 175-204. doi:org/10.1590/S0103-40142000000200013

Petrocelli, J. V., Percy, E. J., Sherman, S. J., & Tormala, Z. L. (2011). Counterfactual potency. *Journal of Personality and Social Psychology, 100*(1), 30-46.doi:10.1037/a0021523

Picat, J. (1982). *Violences Meurtriéres et Sexuelles: Essai d'Approche Psychopathologique.* Paris: Presses Universitaires de France.

Pitts, V. L., & Schwartz, M. D. (1993). Promoting self-blame in hidden rape cases. *Humanity and Society, 17*, 383-398.

Polaschek, D. L. L., Hudson, S. M., Ward, T., & Siegert, R. J. (2001). Rapists' offense processes. A preliminary descriptive model. *Journal of Interpersonal Violence, 16*(6), 523-544. doi:10.1177/088626001016006003

Pollard, P. (1992). Judgements about victims and attackers in depicted rapes: A review. *British Journal of Social Psychology, 31*(4), 307-326.

Porter, S., Fairweather, D., Drugge, J., Hervé, H., Birt, A., & Boer, D. P. (2000). Profiles of psychopathy in incarcerated sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior, 27*(2), 216-233. doi:10.1177/0093854800027002005

Power, M. J. (2006). The structure of emotion: An empirical comparison of six models. *Cognition and Emotion, 20*(5), 694-713. doi:10.1080/02699930500367925

Pryor, J. B., & Kriss, M. (1977). The cognitive dynamics of salience in the attribution process. *Journal of Personality and Social Psychology, 35*(1), 49-55. doi:10.1037/0022-3514.35.1.49

Quelhas, A. C., Power, M. J., Juhos, C., & Senos, J. (2008). Counterfactual thinking and functional differences in depression. *Clinical Psychology and Psychoterapy, 15*, 352-365. doi:10.1002/cpp.593

Quelhas, C., & Byrne, R. M. J. (2000). Latencies to understand and reasoning from counterfactual conditionals. In J. A. Garcia Madruga (Ed), *Mental Models and Reasoning*. Madrid: UNED.

Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do violador português: Um estudo exploratório*. Coimbra: Edições Almedina.

Regan, D. T., & Totten, J. (1975). Empathy and attribution: Turning observers into actors. *Journal of Personality and Social Psychology, 32*(5), 850-856. doi:10.1037/0022-3514.32.5.850

Renard, J. (1899). *Journal de Jules Renard*. Paris: Ed. Robert Laffont. Col. Bouquins.

Resick, P. A. (1990). Victims of sexual assault. In A. J. Lurigio, G. W. Skogan, & R. C. Davis (Eds.), *Victims of Crime: Problems, Policies and Programs* (pp. 69-86). Newbury Park, California: Sage Publications.

Resick, P. A. (1993). The psychological impact of rape. *Journal of Interpersonal Violence, 8*(2), 223-55. doi:10.1177/088626093008002005

Resick, P. A., Veronen, L. J., Calhoun, K. S., & Kilpatrick, D. G. (1986). Assessment of fear reactions in sexual assault victims: A factor analytic study of the Veronen-Kilpatrick Modified Fear Survey. *Behavioral Assessment, 8*(3), 271-283.

Riger, S., Gordon, M. T., & LeBailly, R. (1978). Womens's fear of crime: From blaming to restricting the victim. *Victimology, 3*(3-4), 274-284.

Riggs, K. J., Peterson, D. M., Robinson, E. J., & Mitchell, P. (1998). Are errors in false belief tasks symptomatic of a broader difficulty with counterfactuality? *Cognitive Development, 13*(1), 73-90. doi: 10.1016/S0885-2014(98)90021-1

Rimé, B., Philippot, P., & Cisalomo, D. (1990). Social schemata of peripheral changes in emotion. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(1), 38-49. doi:10.1037/0022-3514.59.1.38

Ritov, I., & Baron, J. (1990). Reluctance to vaccinate: Omission bias and ambiguity. *Journal of Behavioral Decision Making, 3*(4), 263-277. doi:10.1002/bdm.3960030404

Ritov, I., & Baron, J. (1995). Outcome knowledge, regret and omission bias. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 64*(2), 119-127. doi:10.1006/obhd.1995.1094

Robbennolt, J. K., & Sobus, M. S. (1997). An integration of hindsight bias and counterfactual thinking: Decision-making and drug courier profiles. *Law and Human Behavior, 21*(5), 539-560. doi:10.1023/A:1024879824307

Rocha, T., & Vieira, M. (1990). Violação e espancamento: Mitos e consequências. *Análise Psicológica, 2*(8), 179-186.

Rodrigues, C. M. A. (2004). *Diz-me o que lês dir-te-ei o que sabes. Análise de conteúdo às notícias sobre violação sexual do jornal Público* (Monografia de Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental). Lisboa: ISPA.

Roese, N. (1997). Counterfactual thinking. *Psychological Bulletin, 121*(1), 133-148. doi:10.1037/0033-2909.121.1.133

Roese, N. (1999). Counterfactual thinking and decision making. *Psychonomic Bulletin & Review, 6*(4), 570-578. doi:10.3758/BF03212965

Roese, N. J. (1994). The functional basis of counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology, 66*(5), 805-818. doi:10.1037/0022-3514.66.5.805

Roese, N. J., & Hur, T. (1997). Affective determinants of counterfactual thinking. *Social Cognition, 15*(4), 274-290. doi:10.1521/soco.1997.15.4.274

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1993a). The structure of counterfactual thought. *Personality and Social Psychological Bulletin, 19*(3), 312-319. doi:10.1177/0146167293193008

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995a). Functions of counterfactual thinking. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp.169-197). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995b). Counterfactual thinking: A critical overview. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 1-55). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995c). Outcome controllability and counterfactual thinking. *Personality and Social Psychological Bulletin, 21*(6), 620-628. doi:10.1177/0146167295216008

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1996). Counterfactuals, causal attributions, and the hindsight bias: A conceptual integration. *Journal of Experimental Social Psychology, 32*(3),197-227. doi:10.1006/jesp.1996.0010

Roese, N. J., & Olson, J. M. (1997). Counterfactual thinking: The intersection of affect and function. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 29, pp. 1-59). San Diego, CA: Academic Press.

Roese, N. J., Hur, T., & Pennington, G. L. (1999). Counterfactual thinking and regulatory focus: Implications for action versus inaction and sufficiency versus necessity. *Journal of Personality and Social Psychology, 77*(6), 1109-1120. doi:10.1037/0022-3514.77.6.1109

Roese, N., & Olson, J. (1993b). Self-Esteem and counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology, 65*(1), 199-206. doi:10.1037/0022-3514.65.1.199

Rosenberg, E. (1994). A life span perspective of domestic abuse and neglect. *Sociological Viewpoints, 10*, 25-34.

Rosenberg, S., & Levy, B. I. (1955). A proposed method for increasing accuracy of judges' classification of verbal material. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 50*(3), 357-362. doi:10.1037/h0047529

Rosenkrantz, P., Vogel, S., Bee, H., Broverman, I., & Broverman, D. M. (1968). Sex-role stereotypes and self-concepts in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 32*(3), 287-295. doi:10.1037/h0025909

Rosnow, R. L. (2002). The nature and role of demand characteristics in scientific inquiry. *Prevention & Treatment, 5*(1), 1-7. doi:10.1037/1522-3736.5.1.537c

Roth, P. (2005). *A conspiração contra a América*. Lisboa: Dom Quixote.

Rothbaum, B. O., Foa, E. B., Riggs, D., Murdock, T., & Walsh, W. (1992). A prospective examination of post-traumatic stress disorder in rape victims. *Journal of Traumatic Stress, 5*(3), 455-475. doi:10.1002/jts.2490050309

Ryan, K. M. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly, 12*(2), 237. Retrieved from EBSCO*host*.

Rye, M. S., Cahoon, M. B., Ali, R. S., & Daftary, T. (2008). Development and validation of the Counterfactual Thinking for Negative Events Scale. *Journal of Personality Assessment, 90*(3), 261-269. doi:10.1080/00223890701884996

Sanna, L. (1996). Defensive pessimism, optimism, and simulating alternatives: Some ups and downs of prefactual and counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(5), 1020-1036. doi:10.1037/0022-3514.71.5.1020

Sanna, L. J. (2000). Mental simulation, affect, and personality: A conceptual framework. *Current Directions in Psychological Science, 9*(5), 168-173. Retrieved from http://www-personal.umich.edu/~ljsanna/ljs00cd.pdf

Sanna, L. J., & Chang, E. C. (2003). The past is not what it used to be: Optimists' use of retroactive pessimism to diminish the sting of failure. *Journal of Research in Personality, 37*(5), 388-404. doi:10.1016/S0092-6566(03)00013-8

Sanna, L. J., & Meier, S. (2000). Looking for clouds in a silver lining: Self-esteem, mental simulations, and temporal confidence changes. *Journal of Research in Personality, 34*(2), 236-251. doi:10.1006/jrpe.1999.2269

Sanna, L. J., & Turley, K. J. (1996). Antecedents to spontaneous counterfactual thinking: Effects of expectancy violation and outcome valence. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*(9), 906-919. doi:10.1177/0146167296229005

Sanna, L. J., & Turley-Ames, K. J. (2000). Counterfactual intensity. *European Journal of Social Psychology, 30*(2), 273-296. doi:10.1002/(SICI)1099-0992(200003/04)30:2<273::AID-EJSP993>3.0.CO;2-Y

Sanna, L. J., Meier, S., & Turley-Ames, K. J. (1998). Mood, self-esteem, and counterfactuals: Externally attributed moods limit self-enhacement strategies. *Social Cognition, 16*(2), 267-286.

Sanna, L. J., Meier, S., & Wegner, E. A. (2001). Counterfactuals and motivation: Mood as input to affective enjoyment and preparation. *British Journal of Social Psycholgy, 40*(2), 235-256. doi: 10.1348/014466601164830

Sanna, L. J., Schwarz, N., & Stocker, S. L. (2002). When debiasing backfires: Acessible content and accessibility experiences in debiasing hindsight. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition, 28*(3), 497-502. doi:10.1037/0278-7393.28.3.497

Sanna, L. J., Turley-Ames, K. J., & Meier, S. (1999). Mood, self-esteem, and simulated alternatives: Thought-provoking affective influences on counterfactual direction. *Journal of Personality and Social Psychology, 76*(4), 543-558. doi:10.1037/0022-3514.76.4.543

Santamaría, C., Espino, O., & Byrne, R. M. J. (2005). Counterfactual and semifactual conditionals prime alternative possibilities. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition, 31*(5), 1149-1154. doi:10.1037/0278-7393.31.5.1149

Santos, B. S., Marques, M. M., Pedroso, J., & Lopes, P. (1996) *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: O Caso Português*. Porto: Afrontamento.

Sapp, M, Farrell Jr, W. C., Johnson, J. H., & Hitchcock, K. (1999). Attitudes toward rape among african american male and female students. *Journal of Counseling and Development, 77*(2), 204-208. Retrieved from EBSCO*host*.

Saramago, J. (1986). *O memorial do convento* (16ª Ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

Saramago, J. (2008). *A viagem do elefante*. Lisboa: Editorial Caminho.

Scherer, K. R. (1984). Emotion as a multicomponent process: A model and some cross-cultural data. *Review of Personality and Social Psychology, 5*, 37-63.

Schwarz, N., & Brand, J. F. (1983). Effects of salience of rape on sex role attitudes, trust, and self-esteem in non-raped women. *European Journal of Social Psychology, 13*(1), 71-76. Retrieved from EBSCO*host*.

Seelau, E. P., Seelau, S. M., Wells, G. L., & Windschitl, P. D. (1995). Counterfactual constraints. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 57-79). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Segura, S., Fernández-Berrocal, P., & Byrne, R. M. J. (2000). Temporal and causal order effects in counterfactual thinking. In J. A. García-Madruga, N. Carriedo, & M. J. González-Labra (Eds.), *Mental Models in Reasoning* (pp. 327-335). Madrid: Universidad Nacional de Educacíon a Distancia (UNED).

Segura, S., Fernandez-Berrocal, P., & Byrne, R. M. J. (2002). Temporal and causal order effects in thinking about what might have been. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology, 55A*(4), 1295-1305. doi:10.1080/02724980244000125

Senn, C. Y., & Dzinas, K. (1996). Measuring fear of rape: A new scale. *Canadian Journal of Behavioural Science, 28*(2), 141-144. doi:10.1037/0008-400X.28.2.141

Senos, J. (2008). *Pensamento contrafactual e raciocínio causal: Efeito de facilitação recíproca e modelo de integração*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa-ISPA, Lisboa.

Senos, J., & Rocha, T. A. (1998), Counterfactual reasoning and context: The affective function of downward counterfactuals. In A. C. Quelhas, & F. Pereira (Eds.), *Cognition and Context* (pp. 235-250). Lisboa: ISPA.

Sherman, S. J., & McConnell, A. R. (1995). Dysfunctional implications of counterfactual thinking: When alternatives to reality fail us. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking*, pp.199-231. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Silva, A. (2005, Outubro). Investigação criminal na perspectiva do jurista. Workshop II, Associação Central de Psicologia, *Simposium de Investigação Criminal*, Coimbra: Hotel Tryp.

Sim, D. L. H., & Morris, M. W. (1998). Representativeness and counterfactual thinking: The principle that antecedent and outcome correspond in magnitude. *Personality and Social Psychology Bulletin, 24*(6), 595-609. doi:10.1177/0146167298246004

Simões, J. (2006, Janeiro). Crimes Sexuais na perspectiva do jurista. Workshop III, Associação Central de Psicologia, *Simposium Crimes Sexuais*, Auditório do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, Coimbra.

Sindicato Nacional dos Psicólogos Portugueses (2008). *Código Deontológico dos Psicólogos Portugueses*. Lisboa: Autor.

Sirois, F. M. (2004). Procrastination and counterfactual thinking: Avoiding what might have been. *British Journal of Social Psychology, 43*(2), 269-286. Retrieved from EBSCO*host*

Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Skyrms, B. (1974). Contraposition of the conditional. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, 26*(2), 145-147. doi:10.1007/BF00355268

Small, D. A., Lerner, J. S., & Fischhoff, B. (2006). Emotion priming and attributions for terrorism: Americans' reactions in a national field experiment. *Political Psychology, 27*(2), 289-298. doi:10.1111/j.1467-9221.2006.00007.x

Smith, C. A., & Ellsworth, P. C. (1985). Patterns of cognitive appraisal in emotion. *Journal of Personality and Social Psychology, 48*(4), 813-838. doi:10.1037/0022-3514.48.4.813

Söchting, I., Fairbrother, N., & Koch, W. (2004). Sexual assault of women. Prevention efforts and risk factors. *Violence Against Women, 10*(1), 73-93. doi:10.1177/1077801203255680

Softas-Nall, B., Bardos, A., & Fakinos, M. (1995). Fear of rape: Its perceived seriousness and likelihood among young Greek women. *Violence against women, 1*(2), 174-186. doi:10.1177/1077801295001002005

Sousa, E., Mateus, F., & Lopes, P. (1993). Decisões em matéria penal: O caso da violação e o peso das variáveis extralegais. *Sociologia. Problemas e práticas, 14*, 141-157.

Spellman, B. A., Kincannon, A. P., & Stose, S. J. (2005). The relation between counterfactual and causal reasoning. In D. R. Mandel, D. J. Hilton, & P. Catellani (Eds.), *The Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 28-43). London: Routledge.

Spence, J. T., Helmreich, R., & Stapp, J. (1975). Ratings of self and peers on sex role attributes and their relation to self-esteem and conceptions of masculinity and femininity. *Journal of Personality and Social Psychology, 32*(1), 29-39. doi:10.1037/h0076857

Srull, T. K. (1984). Methodological techniques for the study of person memory and social cognition. In R. S. Wyer, Jr., & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of Social Cognition* (Vol. 2, pp. 1-72). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Stanko, E. (1993). Ordinary fear: Women, violence and personal safety. In P. Bart, & E. Moren (Eds.), *Violence against women: The bloody footprints* (pp. 155-164). Londres: SAGE Publications.

Stein, G. M. (1973). Children's reactions to innocent victims. *Child Development, 44*(4), 805-810. doi:10.1111/1467-8624.ep12115975

Steketee, G., & Foa, E. B. (1987). Rape victims: Post-traumatic stress responses and their treatment: A review of the literature. *Journal of Anxiety Disorders, 1*(1), 69-86. doi:10.1016/0887-6185

Stern, J. E., & Elliott, D. (1997). *The Ethics of Scientific Research. A guidebook for course development*. Hanover: University Press of New England.

Storms, M. D. (1973). Videotape and the attribution process: Reversing actors' and observers' points of view. *Journal of Personality and Social Psychology, 27*(2), 165-175. doi:10.1037/h0034782

Strack, F., Schwarz, N., & Gschneidinger, E. (1985). Happiness and reminiscing: The role of time perspective, affect, and mode of thinking. *Journal of Personality and Social Psychology, 49*(6), 1460-1469. doi:10.1037/0022-3514.49.6.1460

Sturza, L. M., & Campbell, R. (2005). An exploratory study of rape survivors' prescription drug use as means of coping with sexual assault. *Psychology of Women Quarterly, 29*(4), 353-363. doi:10.1111/j.1471-6402.2005.00235.x

Summerville, A., & Roese, N. J. (2008). Dare to compare: Fact-based versus simulation-based comparison in daily life. *Journal of Experimental Social Psychology, 44*(3), 664-671. doi:10.1016/j.jesp2007.04.002

Tal-Or, N., Boninger, D. S., & Gleicher, F. (2004). On becoming what we might have been: Counterfactual thinking and self-efficacy. *Self & Identity, 3*(1), 5-26. doi:10.1080/13576500342000013

Tavares, M. S. (2001). *Anos perdidos*. Lisboa: Oficina do Livro.

Tavares, M. S. (2003). *Equador*. Lisboa: Oficina do Livro.

Taylor, S. E., & Lobel, M. (1989). Social comparison activity under threat: Downward evaluation and upward contacts. *Psychological Review, 96*(4), 569-575. doi:10.1037/0033-295X.96.4.569

Taylor, S. E., Lichtman, R. R., & Wood, J. V. (1984). Attributions, beliefs about control, and adjustment to breast cancer. *Journal of Personality and Social Psychology, 46*(3), 489-502. doi:10.1037/0022-3514.46.3.489

Teigen, K. H. (1995). How good is good luck? The role of counterfactual thinking in the perception of lucky and unlucky events. *European Journal of Social Psychology, 25*, 281-302. doi: 10.1002/ejsp.2420250304

Teigen, K. H. (2005). When a small difference makes a big difference. Counterfactual thinking and luck. In D. R. Mandel, D. J. Hilton, & P. Catellani (Eds.), *The Psychology of Counterfactual Thinking* (pp. 129-146). Oxon: Routledge.

Temkin, J. (2000). Prosecuting and defending rape: Perspectives from the bar. *Journal of Law & Society, 27*(2), 219. Retrieved from EBSCO*host*.

Tesser, A., Millar, M., & Moore, J. (1988). Some affective consequences of social comparison and reflection processes: The pain and pleasure of being close. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*(1), 49-61. Retrieved from http://faculty.kent.edu/updegraffj/gradsocial/readings/tesser.pdf

Tetlock, P. E. (1998). Close-call counterfactuals and belief-system defenses: I was not almost wrong but I was almost right. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*(3), 639-652. doi:10.1037/0022-3514.75.3.639

Tetlock, P. E. & Belkin, A. (1996). Counterfactual thought experiments in world politics: Logical, methodological, and psychological perspectives. In P. E. Tetlock & A. Belkin (Eds.), *Thought Experiments in World Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Turchik, J. A., Probst, D. R., Irvin, C. R., Chau, M., & Gidycz, C. A. (2010). Prediction of sexual assault experiences in college women based on rape scripts: A prospective analysis. *Psychology of Violence, 1*, 76-83. doi: 10.1037/2152-0828.1.S.76

Turley, K. J., Sanna, L. J., & Reiter, R. L. (1995). Counterfactual thinking and perceptions of rape. *Basic and Applied Social Psychology, 17*(3), 285-303. Retrieved from http://www-personal.umich.edu/~ljsanna/ljs95basp.pdf

Turman, P. D. (2005). Coache's use of anticipatory and counterfactual regret messages during competition. *Journal of Applied Communication Research, 33*(2), 116-138. doi:10.1080/00909880500045072

Tykocinski, O. E., & Steinberg, N. (2005). Coping with disappointing outcomes: Retroactive pessimism and motivated inhibition of counterfactuals. *Journal of Experimental Social Psychology, 41*(5), 551-558. doi:10.1016/j.jesp.2004.12.001

Valentiner, D. P., Foa, E. B., Riggs, D. S., & Gershuny, B. S. (1996). Coping strategies and posttraumatic stress disorder in female victims of sexual and nonsexual assault. *Journal of Abnormal Psychology, 105*(3), 455-458. doi:10.1037/0021-843X.105.3.455

Van Goozen, S., & Frijda, N. H. (1993). Emotion words used in six European countries. *European Journal of Social Psychology, 23*(1), 89-95. doi:10.1002/ejsp.2420230108

Vieira, D. N. (2006, Janeiro). Crimes Sexuais na perspectiva do médico-legista. Workshop IV, Associação Central de Psicologia, *Simposium Crimes Sexuais*, Auditório do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, Coimbra.

Voltaire, F-M. A. (1759/1999). *Cândido ou o Optimismo* (11ª Ed.). Lisboa: Guimarães Editores.

Warr, M. (1985). Fear of rape among urban women. *Social Problems, 32*(3), 238-250. doi:10.1525/sp.1985.32.3.03a00060

Wegener, D. T., & Petty, R. E. (1994). Mood management across affective stages: The hedonic contingency hypothesis. *Journal of Personality and Social Psychology, 66*(6), 1034-1048. doi:10.1037/0022-3514.66.6.1034

Wegener, D. T., Petty, R. E., & Smith, S. M. (1995). Positive mood can increase or decrease message scrutiny: The hedonic contingency view of mood and message processing. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(1), 5-15. doi:10.1037/0022-3514.69.1.5

Wegner, D. M., & Finstuen, K. (1977). Observers' focus of attention in the simulation of self-perception. *Journal of Personality and Social Psychology, 35*(1), 56-62. doi:10.1037/0022-3514.35.1.56

Weller, S. (1992). Why is date rape so hard to prove?. *Health (Time Inc. Health), 6*(4), 62-65. Retrieved from EBSCO*host*.

Wells, G. L., & Gavanski, I. (1989). Mental Simulation of causality. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*(2), 161-169. doi:10.1037/0022-3514.56.2.161

Wells, G. L., Taylor, B. R., & Turtle, J. W. (1987). The undoing of scenarios. *Journal of Personality and Social Psychology, 53*(3), 412-430. doi:10.1037/0022-3514.53.3.421

Westermann, R., Spies, K, Stahl, G., & Hesse, F. W. (1996). Relative effectiveness and validity of mood induction procedures: A meta-analysis. *European Journal of Social Psychology, 26*(4), 557-580. doi:10.1002/(SICI)1099-0992(199607)26:4<557::AID-EJSP769>3.0.CO;2-

Willis, R. H., & Willis, Y. A. (1970). Role playing versus deception: An experimental comparison. *Journal of Personality and Social Psychology, 16*(3), 472-477. doi:10.1037/h0030076

Wroe, A. L., Turner, K., & Salkovskis, P. M. (2004). Understanding and predicting parental decisions about early childhood immunizations. *Health Psychology, 23*(1), 33-41. doi:10.1037/0278-6133.23.1.33

Zeelenberg, M. J., van der Pligt, J., & Manstead, A. S. R. (1998). Undoing regret on Dutch television: Apologizing for interpersonal regrets involving actions or inactions. *Personality and Social Psychology Bulletin, 24*, 1113-1119. doi:10.1177/01461672982410008

Zeelenberg, M., van den Bos, K., van Dijk, E., & Pieters, R. (2002). The inaction effect in the psychology of regret. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*(3), 314-327. doi:10.1037/0022-3514.82.3.314

Zeelenberg, M., van Dijk, W. W., & Manstead, S. R. (1998). Reconsidering the relationship between regret and responsibility. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 74*(3), 254-272. doi:10.1006/obhd.1998.2780

Zeelenberg, M., van Dijk, W. W., & Manstead, S. R. (2000). Regret and responsibility resolved? Evaluating Ordóñez and Connoly's (2000) conclusions. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 81*(1), 143-154. doi:10.1006/obhd.1999.2865

Zeelenberg, M., van Dijk, W. W., van der Pligt, J., Manstead, A. S. R., van Empelen, P., & Reinderman, D. (1998). Emotional reactions to the outcomes of decisions: The role of counterfactual thought in the experience of regret and disappointment. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 75*(2), 117-141. doi:10.1006/obhd.1998.2784

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário para o levantamento exploratório de crimes com vários graus de gravidade percebida

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

No espaço abaixo disponibilizado liste, por favor, os vários tipos de crimes de que se lembre, consoante o seu grau de gravidade, ou seja, escreva exemplos de crimes que considere muito graves, moderadamente graves e pouco graves.

- Exemplos de **CRIMES MUITO GRAVES:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

- Exemplos de **CRIMES MODERADAMENTE GRAVES:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

- Exemplos de **CRIMES POUCO GRAVES:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já foi vítima de algum(ns) dos crimes por si referidos?

☐ SIM – Qual(is)? _____

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima de algum(ns) dos crimes por si referidos?

☐ SIM – Qual(is)? _____

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 2: Questionário para a avaliação do grau de gravidade dos crimes seleccionados na etapa exploratória

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

Nas folhas que se seguem encontrará enumerados vários crimes, acompanhados da respectiva definição jurídica. Indique, por favor, o **grau de gravidade** que atribui a cada um deles. Para tal, coloque uma cruz (X) na quadrícula que corresponda à sua opinião. Caso, por qualquer razão, não saiba responder, dispõe, igualmente, de uma quadrícula onde poderá manifestá-lo.

- **Burla:** Determinar outrem, através da provocação astuciosa de erro ou engano sobre factos, à prática de actos que lhe causem, ou causem a outra pessoa, prejuízos patrimoniais, com a intenção de obter para si ou para terceiro um enriquecimento ilegítimo.

☐	☐	☐	☐	☐
Muito grave	Bastante grave	Moderadamente grave	Algo grave	Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Difamação:** Imputar a outra pessoa, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ela um juízo, ofensivos da sua honra ou consideração, ou reproduzir uma tal imputação ou juízo.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Emissão de cheque sem provisão**

☐ Muito grave	☐ Bastante grave	☐ Moderadamente grave	☐ Algo grave	☐ Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Exibicionismo e ultraje público ao pudor:** Praticar, publicamente e em circunstâncias de provocar escândalo, acto que ofenda gravemente o sentimento geral de pudor ou de moralidade sexual.

☐ Muito grave	☐ Bastante grave	☐ Moderadamente grave	☐ Algo grave	☐ Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Dano:** Destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável coisa alheia.

☐ Pouco grave	☐ Algo grave	☐ Moderadamente grave	☐ Bastante grave	☐ Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Falsificação de documentos** com intenção de causar prejuízo a outrem ou ao Estado ou de alcançar, para si ou para terceiro, um benefício ilegítimo.

☐	☐	☐	☐	☐
Muito grave	Bastante grave	Moderadamente grave	Algo grave	Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Ofensa à memória de pessoa falecida**, difamando-a.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Homicídio voluntário:** Matar outrem de forma intencional.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Incêndio:** Provocar incêndio, criando perigo para a vida ou integridade física ou para bens patrimoniais de grande valor de outra pessoa.

☐	☐	☐	☐	☐
Muito grave	Bastante grave	Moderadamente grave	Algo grave	Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Divulgação de factos referentes à intimidade da vida privada:** Divulgar factos ou circunstâncias pertinentes à vida privada das pessoas, com a intenção de devassar.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Maus-tratos de menores:** Infligir maus-tratos físicos a menor de 16 anos (seu pai, mãe, tutor ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à sua guarda ou a quem caiba a responsabilidade da sua direcção ou educação).

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Ofensa corporal simples:** Ofender o corpo ou saúde de outrem sem que ocorra mutilação, desfiguração, provocação de uma qualquer incapacidade nem doença que ponha em perigo a sua vida, que seja dolorosa ou permanente ou outra enfermidade ou anomalia grave e incurável.

☐	☐	☐	☐	☐
Muito grave	Bastante grave	Moderadamente grave	Algo grave	Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Rapto:** Privar da liberdade outrem, sem o seu consentimento ou com consentimento obtido através de ameaça ou astúcia, para obter resgate ou para forçar a autoridade pública ou um terceiro a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Furto:** Subtrair coisa alheia com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outrem.

☐	☐	☐	☐	☐
Muito grave	Bastante grave	Moderadamente grave	Algo grave	Pouco grave

☐ Não sei responder porque _____

- **Violação:** Praticar cópula com mulher, por meio de violência, grave ameaça ou depois de a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir.

☐	☐	☐	☐	☐
Pouco grave	Algo grave	Moderadamente grave	Bastante grave	Muito grave

☐ Não sei responder porque _____

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino
☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____
☐ NÃO

Já foi vítima de algum(ns) dos crimes por si referidos?

☐ SIM – Qual(is)? _____

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima de algum(ns) dos crimes por si referidos?

☐ SIM – Qual(is)? _____

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 3: Tabela das frequências relativas aos crimes referidos na etapa exploratória do Estudo 1 (Série I)

Tabela 121

Frequências relativas aos crimes referidos na etapa exploratória do Estudo 1 (Série I)

Crime	Grau de gravidade			Total
	Muito grave	Moderadamente grave	Pouco grave	
1 – Violação	61			61
2 – Homicídio	60			60
3 – Rapto	25	5		30
4 – Maus tratos de menores	29			29
5 – Tráfico de drogas	18	10	1	29
6 – Fogo posto	10			10
7 – Pedofilia	8			8
8 – Genocídio	8			8
9 – Abuso sexual de menores	8			8
10 – Tortura	7			7
11 – Tráfico de armas	6			6
12 – Terrorismo	4			4
13 – Massacre	4			4
14 – Crimes a favor da Nação/Guerra	3			3
15 – Mutilação	3			3
16 – Tráfico de pessoas	3			3
17 – Negligência médica	2	1		3
18 – Violência doméstica	2	1		3
19 – Tráfico de menores	2			2
20 – Tráfico de drogas duras	2			2
21 – Extorsão	1	1		2
22 – Desrespeito/infracção da lei	1		1	2
23 – Tráfico de órgãos	1			1

24 – Associação criminosa	1			1
25 – Atentado	1			1
26 – Desfalque grande	1			1
27 – Destruição de propriedade	1			1
28 – Espionagem	1			1
29 – Incesto	1			1
30 – Limpeza étnica	1			1
31 – Plágio	1			1
32 – Poluição não racionalizada	1			1
33 – Prostituição	1			1
34 – Repressão	1			1
35 – Suicídio colectivo	1			1
36 – Transgressão/infracção de regras de trânsito por consumo de álcool ou drogas	1			1
37 – Violação dos Direitos Humanos	1			1
38 – Burla	3	17	3	23
39 – Assalto à mão armada	3	16	1	20
40 – Furto	3	14	1	18
41 – Agressão física	5	11		16
42 – Falsificação (dinheiro, documentos, identidade)	1	12	1	14
43 – Emissão de cheque sem cobertura		12		12
44 – Assalto		8	2	10
45 – Condução sob o efeito de álcool	2	5	3	10
46 – Desvio de fundos		7	2	9
47 – Condução sob o efeito de estupefacientes	1	3	2	6
48 – Assédio sexual		5		5
49 – Assalto a casas, bancos, sem danos pessoais		4	1	5
50 – Chantagem		4	1	5
51 – Fuga aos impostos		3	2	5
52 – Invasão da privacidade		4		4

53 – Corrupção	1	3	4
54 – Contrabando		3	3
55 – Discriminação		3	3
56 – Branqueamento de dinheiro	1	2	3
57 – Tráfico de produtos ilegais		2	2
58 – Condução perigosa		2	2
59 – Crimes de colarinho branco		2	2
60 – Suborno		2	2
61 – Fraude		1	1
62 – Homicídio involuntário		1	1
63 – Não cumprimento das obrigações sociais, de solidariedade		1	1
64 – Posse ilegal de armas		1	1
65 – Provocação de desastre de viação		1	1
66 – Provocação de desastre de viação ou de atropelamento por consumo de álcool ou de drogas		1	1
67 – Roubo de casa, carro		1	1
68 – Roubo/Furto sem danos pessoais		1	1
69 – Terrorismo sem mortes		1	1
70 – Tráfico de informação		1	1
71 – Transgressão/infracção de regras de trânsito que ponham em risco a vida Doutrem		1	1
72 – Abuso da autoridade		1	1
73 – Assalto que comprometa a sobrevivência doutrem		1	1
74 – Transgressão/infracção de regras de trânsito sem pôr em risco a vida doutrem		1	1
75 – Roubo de materiais de fácil acesso (pe., carteiras, anéis, fios) Pequenos roubos/furtos		2	23	25
76 – Transgressão/infracção de regras de trânsito		6	10	16
77 – Desobediência à autoridade			8	8
78 – Consumo de drogas		3	5	8

79 – Atentado ao pudor			7	7
80 – Exibicionismo			6	6
81 – Pequena agressão			6	6
82 – Difamação		1	5	6
83 – Insulto			3	3
84 – Homicídio em legítima defesa			2	2
85 – Actos de vandalismo		1	1	2
86 – Atropelamento			1	1
87 – Atropelamento e fuga			1	1
88 – Contrabando de vestuário			1	1
89 – Desrespeito das regras de saneamento			1	1
90 – Mentira			1	1
91 – Negligência profissional			1	1
92 – Pequenos delitos			1	1
93 – Roubo de loja			1	1
Total	302	189	105	596

ANEXO 4: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a gravidade dos crimes

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Gravidade dos Crimes

O pressuposto da normalidade da graduação da gravidade dos crimes (Série I—Estudo 1) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (Tabela 122).

Tabela 122

Teste do pressuposto da normalidade para a gravidade dos crimes

Crime	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Violação	-8.184	65.940	0.534	137	0.000***
Homicídio	-5.013	26.297	0.535	137	0.000***
Maus-tratos menores	-2.805	7.516	0.521	137	0.000***
Rapto	-1.823	2.544	0.469	137	0.000***
Incêndio	-1.936	4.939	0.447	137	0.000***
Burla	-0.865	0.838	0.257	137	0.000***
Falsificação doc.	-0.596	0.155	0.258	136	0.000***
Furto	-0.624	0.413	0.320	135	0.000***
Vida privada	-0.758	0.208	0.267	136	0.000***
Difamação	-0.221	-0.649	0.213	134	0.000***
Ofensa corporal	-0.296	-0.602	0.225	136	0.000***
Cheque	-0.148	-0.593	0.190	134	0.000***
Dano	-0.069	-0.425	0.198	131	0.000***
Exibicionismo	-0.107	-0.790	0.172	135	0.000***
Memória falecido	-0.072	-0.828	0.167	135	0.000***

***$p < .001$.

Uma vez que a dimensão da amostra nos permitia confiar na robustez da análise paramétrica à violação do pressuposto da normalidade (e.g., Maroco, 2007), prosseguiu-se com o Teste *t*-Student para os quatro crimes graduados como mais graves: Violação, homicídio, maus-tratos a menores e rapto.

Ainda assim, realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 5).

ANEXO 5: Teste de Wilcoxon para a gravidade dos crimes

(*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Violação - Homicídio	Negative Ranks	0(a)	,00	,00
	Positive Ranks	5(b)	3,00	15,00
	Ties	132(c)		
	Total	137		
Menores - Homicídio	Negative Ranks	11(d)	6,50	71,50
	Positive Ranks	2(e)	9,75	19,50
	Ties	124(f)		
	Total	137		
Rapto - Menores	Negative Ranks	23(g)	14,76	339,50
	Positive Ranks	6(h)	15,92	95,50
	Ties	108(i)		
	Total	137		

a Violação < Homicídio
b Violação > Homicídio
c Violação = Homicídio
d Menores < Homicídio
e Menores > Homicídio
f Menores = Homicídio
g Rapto < Menores
h Rapto > Menores
i Rapto = Menores

Test Statistics(c)

	Violação - Homicídio	Menores - Homicídio	Rapto - Menores
Z	-2,070(a)	-2,000(b)	-2,898(b)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,038	,046	,004

a Based on negative ranks.
b Based on positive ranks.
c Wilcoxon Signed Ranks Test

ANEXO 6: Questionário para a testagem do cenário

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

Começo por lhe solicitar que leia, atentamente, o caso que a seguir lhe apresento.*

CASO

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

*Trata-se de um caso fictício. De modo a evitar uma semelhança casual com o nome de alguém por si conhecido, os respectivos protagonistas são designados por Xxxx (a jovem) e por Yyyy (o agressor).

PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES QUE SE SEGUEM COLOQUE, CONSOANTE O FORMATO QUE LHE É DISPONIBILIZADO, UM CÍRCULO EM TORNO DO NÚMERO QUE MELHOR TRADUZA A SUA POSIÇÃO OU UMA "×" NA QUADRÍCULA QUE CORRESPONDA À SUA **OPINIÃO**.

- Como se sente após ter lido o caso?

Nada indiferente 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo indiferente

- Considera tratar-se de um caso de violação?

SIM ☐

NÃO ☐

(Caso tenha assinalado a opção "SIM")

- Acha que houve algum tipo de consentimento por parte da jovem?

Nenhum 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo

- Acha que a jovem e o agressor já se conheciam antes do ocorrido?

SIM ☐

NÃO ☐

- Em termos de gravidade, como avalia o ocorrido?

Nada grave 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo grave

- Como avalia a probabilidade de o caso descrito ocorrer na realidade?

Nada provável 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo provável

- Caso a vítima decidisse apresentar queixa, você considerá-la-ia:
(Escolha apenas uma opção, colocando uma "×" na quadrícula respectiva.)

☐ Credível (ou seja, não teria quaisquer dúvidas acerca da veracidade das alegações da vítima)

☐ Dúbia (ou seja, teria sérias dúvidas acerca da veracidade das alegações da vítima)

☐ Falsa (ou seja, não teria quaisquer dúvidas de que as alegações da vítima não correspondiam à verdade)

- Quão seguro(a), confiante, se sente relativamente às respostas por si fornecidas?

Nada seguro(a) 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo seguro(a)

- Como classifica a quantidade de informação que lhe foi prestada para responder, com segurança, às questões que lhe foram colocadas?

Muitíssimo insuficiente 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo suficiente

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 7: Questionário para o levantamento das reacções afectivas ao cenário

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

- Começo por lhe solicitar que leia, atentamente, o caso que a seguir lhe apresento.*

CASO

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

*Trata-se de um caso fictício. De modo a evitar uma semelhança casual com o nome de alguém por si conhecido, os respectivos protagonistas são designados por Xxxx (a jovem) e por Yyyy (o agressor).

1. Quanto a si, como se sentiu a jovem após o sucedido?

2. E você, como se sente depois de ter lido o caso?

3. Exponha **3 sentimentos** que possua relativamente à jovem, utilizando a tabela abaixo.

Para cada um deles indique:

a) a sua favorabilidade, isto é, se o considera positivo ou negativo, colocando, respectivamente, um sinal de (+) ou de (–) na coluna intitulada "Este sentimento é" e

b) o grau com que vivencia cada um deles assinalando, com uma "×" uma das quadrículas entre "Muito pouco" e " Muito".

Relativamente à jovem eu sinto:	Este sentimento é:	... e eu sinto-o:				
1. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito
2. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito
3. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito

4. Proceda do mesmo modo para expressar os seus sentimentos em relação ao autor do crime.

Relativamente ao autor do crime eu sinto:	Este sentimento é:	... e eu sinto-o:				
1. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito
2. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito
3. _____						
		Muito pouco		Nem muito, nem pouco		Muito

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 8: Lista das emoções atribuídas à vítima e respectivo índice de agregações

Tabela 123

Frequências das emoções atribuídas à vítima

Emoções da vítima	*F*
Revoltada	102
Mal	90
Arrependida	42
Culpada	37
Angustiada	36
Triste	35
Com medo	31
Insegura	28
Sem saber o que fazer	28
Enojada	26
Com raiva	23
Frustrada	19
Suja	12
Traumatizada	11
Desconfiada	10
Injustiçada	8
Com pena dela própria	8
Humilhada	7
Magoada	7
Com vergonha	6
Pequena	6
Com vontade de morrer	5
Destroçada	5
Confusa	5
Nervosa	5
Com desejo de vingança	5
Preocupada	5
Com azar	4
Surpreendida	4
Ofendida	4
Invadida	4
Furiosa	4
Abandonada	3
Abalada	1
Traída	1
Incompreendida	1
Com dúvidas	1
Com vontade de fugir	1
Pensativa	1

Tabela 124

Índice de agregações das emoções atribuídas à vítima

Emoções da vítima	*F*
Revoltada (*F*=89) + Irritada (*F*=8) + Indignada (*F*=5)	102
Angustiada (*F*=16) + Deprimida (*F*=10) + Infeliz (*F*=3) + Destroçada (*F*=2) + Inconsolável (*F*=1) + Desolada (*F*=1) + Abalada (*F*=1) + Abatida (*F*=1) + Vazia (*F*=1)	36
Com medo (*F*=16) + Assustada (*F*=9) + Horrorizada (*F*=2) + Apavorada (*F*=1) + Em pânico (*F*=1) + Em estado de choque (*F*=1) + Aflita (*F*=1)	31
Sem saber o que fazer (*F*=12) + Perdida (*F*=10) + Desorientada (*F*=6)	28
Insegura (*F*=7) + Fragilizada (*F*=6) + Só (*F*=6) + Desamparada (*F*=3) + Indefesa (*F*=2) + Desprotegida (*F*=2) + Com necessidade de carinho (*F*=2)	28
Enojada (*F*=21) + Repugnada (*F*=3) + Com repulsa (*F*=2)	26
Com raiva (*F*=12) + Com ódio (*F*=10) + Com rancor (*F*=1)	23
Frustrada (*F*=12) + Impotente (*F*=5) + Incapaz (*F*=2)	19
Suja (*F*=11) + Porca (*F*=1)	12
Traumatizada (*F*=4) + Perturbada (*F*=3) + Chocada (*F*=2) + Transtornada (*F*=1) + Incomodada (*F*=1)	11
Humilhada (*F*=5) + Espezinhada (*F*=1) + Constrangida (*F*=1)	7
Magoada (*F*=5) + Sofrida (*F*=2)	7
Pequena (*F*=2) + Sem auto-estima (*F*=2) + Sem dignidade (*F*=1) + Com pouco amor-próprio (*F*=1)	6
Com azar (*F*=3) + Com má sorte (*F*=1)	4
Surpreendida (*F*=3) + Perplexa (*F*=1)	4
Invadida (*F*=1) + Agredida (*F*=1) + Usada (*F*=1) + Devastada (*F*=1)	4
Furiosa (*F*=3) + Zangada (*F*=1)	4
Abandonada (*F*=1) + Rejeitada (*F*=1) + Descartada (*F*=1)	3

ANEXO 9: Lista das emoções das participantes e respectivo índice de agregações

Tabela 125

Frequências das emoções das participantes

Emoções das participantes	*F*
Revoltada	93
Triste	32
Impressionada	21
Pena da vítima	15
Raiva pelo agressor	14
Medo	14
Nojo	14
Solidária	13
Perturbada	11
Preocupada	11
Mal	11
Indiferente	6
Identificada com a vítima	6
Insegura	6
Vontade de mudar a sociedade	6
Frustrada	5
Alertada	5
Vontade de ajudar a vítima	5
Feliz/Com sorte por nunca me ter acontecido	4
Necessidade de justiça	3
Pensativa	2
Compaixão pela vítima	1

Tabela 126

Índice de agregações das emoções das participantes

Emoções das participantes	*F*
Revoltada (*F*=75) + Indignada (*F*=18)	93
Triste (*F*=22) + Angustiada (*F*=8) + Descontente (*F*=2)	32
Impressionada (*F*=16) + Chocada (*F*=4) + Horrorizada (*F*=1)	21
Raiva pelo agressor (*F*=9) + Ódio pelo agressor (*F*=4) + Fúria (*F*=1)	14
Medo (*F*=10) + Receio (*F*=3) + Terror (*F*=1)	14
Nojo (*F*=9) + Repulsa pelo agressor (*F*=3) + Repugnada (*F*=2)	14
Perturbada (*F*=7) + Afectada (*F*=2) + Incomodada (*F*=2)	11
Indiferente (*F*=5) + Na mesma (*F*=1)	6
Identificada com a vítima (*F*=4) + Em sintonia com a vítima (*F*=2)	6
Insegura (*F*=4) + Vulnerável (*F*=2)	6
Frustrada (*F*=3) + Impotente (*F*=2)	5
Alertada (*F*=2) + Avisada (*F*=2) + Consciente (*F*=1)	5

ANEXO 10: Lista dos sentimentos relativamente à vítima e respectivo índice de agregações

Tabela 127

Frequência dos sentimentos relativamente à vítima

Sentimentos	*F*+[a]	*F*–[b]	Total
Pena	63	81	144
Solidariedade	90	2	92
Compaixão	43	11	54
Empatia	48	0	48
Simpatia	13	0	13
Respeito	10	0	10
Amizade	7	2	9
Ajuda	7	0	7
Preocupação	4	0	4
Carinho	3	0	3
Indiferença	0	2	2
Companheirismo	1	0	1
Cordialidade	1	0	1
Cumplicidade	1	0	1
Impotência	0	1	1
Raiva	0	1	1

[a]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento positivamente. [b]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento negativamente.

Tabela 128

Índice de agregações dos sentimentos relativamente à vítima

Sentimentos relativamente à vítima	*F*
Pena (*F*=63+/79-) + Pesar (*F*=0+/2-)	144
Empatia (*F*=31+/0-) + Compreensão (*F*=17+/0-)	48
Respeito (*F*=8+/0-) + Consideração (*F*=2+/0-)	10
Ajuda (*F*=6+/0-) + Apoio (*F*=1+/0-)	7

ANEXO 11: Lista dos sentimentos relativamente ao agressor e respectivo índice de agregações

Tabela 129

Frequência dos sentimentos relativamente ao agressor

Sentimentos	*F*+[a]	*F*–[b]	Total
Repugnância	9	105	114
Raiva	8	98	106
Ódio	4	52	56
Desprezo	3	48	51
Pena	3	23	26
Incompreensão	0	11	11
Punição	3	3	6
Antipatia	0	3	3
Intolerância	1	1	2
Desrespeito	0	1	1
Solidariedade	1	0	1

[a]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento positivamente. [b]Valores relativos ao número de participantes que cotaram o sentimento negativamente.

Tabela 130

Índice de agregações dos sentimentos relativamente ao agressor

Sentimentos relativamente ao agressor	*F*
Repugnância (*F*=4+/56-) + Nojo (*F*=2+/25-) + Repulsa (*F*=3+/20-) + Asco (*F*=0+/3-) + Repúdio (*F*=0+/1-)	114
Raiva (*F*=8+/95-) + Fúria (*F*=0+/2-) + Irritação (*F*=0+/1-)	106
Desprezo (*F*=3+/45-) + Indiferença (*F*=0+/2-) + Desdém (*F*=0+/1-)	51
Punição (*F*=1+/1-) + Condenação (*F*=0+/1-) + Vingança (*F*=1+/1-) + Necessidade de justiça (*F*=1+/0-)	6

ANEXO 12: Bloco entregue às participantes (Série II—Estudo 1)

Bom dia!/Boa tarde!

O estudo no qual está a participar integra-se numa investigação mais alargada acerca da opinião pública sobre alguns crimes, investigação essa que está a ser desenvolvida por uma equipa multidisciplinar.

Como acabámos de dizer, o assunto em análise é de natureza opinativa, donde, não existem respostas certas nem erradas. Existem opiniões e são, somente, essas que interessam. Seja, pois, o mais verdadeiro(a) e espontâneo(a) possível. A esse propósito, sublinhamos que o seu **anonimato** está perfeitamente garantido, bem como a **confidencialidade** das suas respostas, as quais serão tratadas conjuntamente com as dos restantes participantes.

Queira saber da importância da sua colaboração e, por isso mesmo, aceitar, desde já, os nossos sinceros agradecimentos.

- Começamos por lhe solicitar que leia, atentamente, o caso que a seguir lhe apresentamos*:

CASO

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, por um caminho diferente do costume para mudar de "cenário" e, assim, poder desanuviar um pouco. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

*Trata-se de um caso fictício. De modo a evitar uma semelhança casual com o nome de alguém por si conhecido, os respectivos protagonistas são designados por Xxxx (a jovem) e por Yyyy (o agressor).

Muitas das vezes as pessoas pensam como as coisas poderiam ter ocorrido de uma outra forma, conduzindo a resultados diferentes dos obtidos, a um outro final. Diga quais os pensamentos do tipo 'Se…, então…' que lhe passaram pela cabeça após a leitura do caso. **(Por favor, use discurso directo, ou seja, escreva como se estivesse a pensar 'em voz alta')**.

Nota: Utilize apenas as linhas de que necessitar para a sua resposta.

PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES QUE SE SEGUEM COLOQUE UM CÍRCULO EM TORNO DO NÚMERO QUE MELHOR CORRESPONDA À SUA OPINIÃO. POR FAVOR, FAÇA-O PARA **TODAS AS LINHAS, NÃO SALTANDO NENHUMA DELAS**. CERTIFIQUE-SE DE QUE, *PARA CADA UMA*, ESCOLHEU *UM SÓ NÚMERO*.

NOTA: O algarismo "4" representa, sempre, o ponto neutro ou intermédio.

QUANTO AOS SENTIMENTOS E AFECTOS...

- **Tente colocar-se na pele da jovem e diga como acha que ela se sentiu após o que lhe aconteceu.**

Nada mal	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo mal
Nada angustiada	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo angustiada
Nada culpada	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo culpada
Nada revoltada	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo revoltada
Nada arrependida	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo arrependida
Nada triste	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo triste

- **E você, como se sente após ter lido o caso?**

Nada indiferente	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo indiferente
Nada triste	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo triste
Nada impressionada	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo impressionada
Nada revoltada	1	2	3	4	5	6	7	Muitíssimo revoltada

O que sente em relação à jovem?

Nenhuma solidariedade	1	2	3	4	5	6	7	Imensa solidariedade
Nenhum ódio	1	2	3	4	5	6	7	Imenso ódio
Nenhuma empatia	1	2	3	4	5	6	7	Imensa empatia
Nenhuma raiva	1	2	3	4	5	6	7	Imensa raiva
Nenhuma repugnância	1	2	3	4	5	6	7	Imensa repugnância
Nenhuma compaixão	1	2	3	4	5	6	7	Imensa compaixão
Nenhum desprezo	1	2	3	4	5	6	7	Imenso desprezo

- **Tudo pesado, em termos gerais, o seu sentimento relativamente à jovem é:**

Muito positivo ☺	1	2	3	4	5	6	7	Muito negativo ☹

- E em relação ao agressor, o que sente?

Nenhuma solidariedade	1	2	3	4	5	6	7	Imensa solidariedade
Nenhum ódio	1	2	3	4	5	6	7	Imenso ódio
Nenhuma empatia	1	2	3	4	5	6	7	Imensa empatia
Nenhuma raiva	1	2	3	4	5	6	7	Imensa raiva
Nenhuma repugnância	1	2	3	4	5	6	7	Imensa repugnância
Nenhuma compaixão	1	2	3	4	5	6	7	Imensa compaixão
Nenhum desprezo	1	2	3	4	5	6	7	Imenso desprezo

- **Tudo pesado, em termos gerais, o seu sentimento relativamente ao agressor é:**

Muito positivo ☺	1	2	3	4	5	6	7	Muito negativo ☹

QUANTO À SITUAÇÃO E ÀS CONSEQUÊNCIAS PARA A JOVEM...

- Acha que a jovem sofreu danos físicos? ☐ SIM

  ☐ NÃO

Se SIM, considera-os

Nada graves 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo graves

E julga que eles afectarão a jovem por

Muito pouco tempo 1 2 3 4 5 6 7 Muito tempo

- Acha que a jovem sofreu danos psicológicos? ☐ SIM

  ☐ NÃO

Se SIM, considera-os

Nada graves 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo graves

E julga que eles afectarão a jovem por

Muito pouco tempo 1 2 3 4 5 6 7 Muito tempo

QUANTO ÀS CONDICIONANTES DA SITUAÇÃO...

- Acha que a jovem teve azar?

Nenhum azar 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo azar

- Acha que houve algum tipo de consentimento por parte da jovem?

Nenhum 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo

- Acha que a jovem precipitou, de alguma forma, a situação?

Não, nada 1 2 3 4 5 6 7 Sim, muitíssimo

- Em que medida considera que o acto do agressor foi por ele premeditado?

Nada premeditado 1 2 3 4 5 6 7 Totalmente premeditado

- Em que medida considera que o agressor é responsável pelo sucedido?

Nada responsável 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo responsável

- E quanto à jovem, em que medida acha que ela é responsável por aquilo que lhe aconteceu?

Nada responsável 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo responsável

- Em sua opinião, o agressor é:

Nada culpado 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo culpado

- E a jovem?

Nada culpada 1 2 3 4 5 6 7 Muitíssimo culpada

- Caso a vítima decidisse apresentar queixa, você considera-la-ía

  (ESCOLHA APENAS UMA OPÇÃO, COLOCANDO UMA × NA QUADRÍCULA RESPECTIVA.)

☐ Credível (ou seja, não teria quaisquer dúvidas acerca da veracidade das alegações da vítima).

☐ Dúbia (ou seja, teria sérias dúvidas acerca da veracidade das alegações da vítima).

☐ Falsa (ou seja, não teria quaisquer dúvidas de que as alegações da vítima não correspondiam à verdade).

Antes de terminar, gostaríamos que nos fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que **não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade** que lhe foram assegurados inicialmente. Estes servirão, apenas, para uma caracterização global dos participantes no estudo.

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Ano que frequenta: ____ ano

Trabalha? ☐ SIM - Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime? ☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

UMA VEZ MAIS, MUITO OBRIGADA!

ANEXO 13: Versões dos casos utilizados no Estudo 1 da Série II[128]

[128]O negrito é utilizado no presente documento como forma de salientar a informação que serviu a manipulação das variáveis independentes, não se tendo feito uso do mesmo no texto entregue às participantes.

CASO: Trajecto rotineiro—Portas trancadas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, **pelo caminho do costume**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Trajecto rotineiro—Portas destrancadas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, **pelo caminho do costume**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **entrou, abruptamente, no seu carro**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Trajecto excepcional—Portas trancadas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, **por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Trajecto excepcional—Portas destrancadas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, **por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **entrou, abruptamente, no seu carro**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

ANEXO 14: Caderno de instruções para a codificação dos pensamentos quanto à natureza contrafactual

INSTRUÇÕES PARA A CODIFICAÇÃO DOS PENSAMENTOS QUANTO À NATUREZA CONTRAFACTUAL

A tarefa que lhe é solicitada insere-se numa investigação sobre PENSAMENTO CONTRAFACTUAL. Comecemos pela definição deste conceito:

Um **PENSAMENTO CONTRAFACTUAL** é, como o próprio nome indica, um pensamento que contraria os factos, factos passados, situações ocorridas, através da geração de um cenário imaginário cujo desfecho ou resultado é diferente do obtido.

Estes pensamentos tendem a ser formulados com base nas seguintes **expressões frásicas**:

- "Se …, então …"
- "Se …"
- "(Não) Devia …"
- "Podia …"
- "Por que é que …?"
- "Para a próxima …"
- "Nunca mais …"

Um exemplo ajuda sempre. Suponha que obteve uma nota baixa numa cadeira.

Eis alguns dos pensamentos contrafactuais que poderiam ocorrer-lhe:

EXEMPLOS:

☑ "Se eu tivesse estudado mais, então tinha tido uma nota melhor."

☑ "Se o teste tivesse sido mais fácil."

☑ "Se não tivesse adoecido …."

☑ "Não devia ter faltado a tantas aulas."

☑ "Devia ter-me dedicado mais ao estudo."

☑ "Podia ter pedido os apontamentos a um colega."

☑ "Por que é que não pedi ajuda a um explicador?"

☑ "Para a próxima não estudo só pelos slides."

☑ "Nunca mais estudo à última da hora."

☝ Existe uma REGRA fundamental para que um determinado pensamento possa ser considerado contrafactual: O PENSAMENTO DEVE INCIDIR SOBRE UMA SITUAÇÃO ANTERIOR, PASSADA. Assim, será importante sublinhar que há pensamentos que utilizam estes formatos mas que não são contrafactuais.

EXEMPLOS:

☒ "Se voltar a ter uma nota fraca, então a minha média final baixa."

☒ "Devia pedir ao meu professor que me dissesse em que é que falhei."

☒ "Se souber de um explicador vou contratá-lo."

☒ "Podia começar já a preparar-me para o próximo teste."

☒ "Por que é que isto havia de me ter acontecido?"

✋ Pare, agora, por favor. Não avance sem que os outros colaboradores acabem a leitura das instruções e que a investigadora esclareça as dúvidas em voz alta.

---------- INTERRUPÇÃO: DÚVIDAS? ----------

Pode virar a página.

Os pensamentos que irá codificar foram produzidos, individualmente, por um conjunto de sujeitos após a leitura, também individual, do caso a seguir apresentado.

CASO

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

Irá realizar a sua tarefa em computador, com base numa tabela previamente criada no *Microsoft Office Word* 2003. Propomos-lhe, por isso, que acompanhe as instruções que se seguem com a consulta da folha seguinte, a fim de se familiarizar com o esquema do ecrã.

Como pode verificar, a tabela contém três colunas:

1. Na primeira constam vários algarismos relativos à numeração das respostas das participantes. Esta informação serve, unicamente, para orientação da investigadora, pelo que não deverá atender à mesma.

2. Na segunda estão listados, e devidamente separados por linhas, os pensamentos que lhe cabe codificar.

3. A terceira, sinalizada no topo com o símbolo "▼", encontra-se em branco. É nela que deverá anotar a codificação de cada pensamento, usando os seguintes códigos:

- Digite um "**S**" (**S**im) se considerar que o pensamento que está a codificar se trata de um pensamento contrafactual.

- Digite um "**N**" (**N**ão) se considerar que o pensamento que está a codificar não se trata de um pensamento contrafactual.

S – Pensamento contrafactual

N – Pensamento não contrafactual

CODIFICAÇÃO DOS PENSAMENTOS - Microsoft Word

	PENSAMENTOS	▼
1	• Se a vítima alterasse o trajecto efectuado diariamente.	
	• Se o sinal não se encontrasse vermelho.	
	• Se a vítima não se encontrasse sozinha.	
2	• Se o sinal não estivesse vermelho a vítima não teria parado e não teria sido violada.	
	• Se a vítima não fizesse o mesmo trajecto todos os dias o crime não teria acontecido.	
	• Se a vítima não tivesse ido às aulas e não fosse à universidade esta situação não ocorreria.	
4	• Se Xxxx tivesse as portas do carro trancadas então Yyyy não teria conseguido entrar no carro.	
	• Se Xxxx tivesse algum objecto de defesa pessoal então talvez tivesse conseguido defender-se de Yyyy.	
	• Se Xxxx tivesse começado a buzinar em sinal de alarme então talvez tivesse aparecido alguém que a pudesse ajudar	
7	• Se ela levasse o carro fechado.	
9	• Ter bastante cuidado, quando se está à noite sozinho na rua.	
	• Ter o telemóvel sempre comigo, carregado.	
	• Gritar e agredir o suposto violador.	
10	• Se a jovem não tivesse que sair tão tarde das aulas.	
12	• Eu acho que a rapariga por saber bem onde vive e o que tem acontecido à sua volta deveria ter em conta sempre que anda de carro deveria andar com as portas fechadas e assim evitar algum desconhecido entrar no seu carro.	
13	• Se me acontecesse o mesmo saia do carro e abandonava o veículo.	
14	• Se ela tivesse trancado as portas do carro o homem não tinha entrado.	
15	• Se não tivesse parado no sinal então não teria acontecido.	
	• Se fosse de transportes públicos então estaria salva.	
16	• Deveria ter as portas do carro trancadas.	
	• Estar mais alerta quando pára nos semáforos ou em locais pouco iluminados, ou com pouca gente.	
	• Talvez não usar sempre o mesmo trajecto quando sai sempre a mesma hora.	
17	• Se trancasse a porta do carro o indivíduo não tinha entrado.	
	• Se ela não tivesse saído do carro se calhar não era violada.	

---------- INTERRUPÇÃO: DÚVIDAS? ----------

Propomos-lhe que releia todas as instruções antes de dar início à codificação, de modo a não esquecer nenhum aspecto importante. **A exactidão do seu trabalho é fundamental**. Caso tenha alguma dúvida, queira consultar-nos agora.

Agradecemos, desde já, a sua preciosa colaboração!

ANEXO 15: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série II—Estudo 1)

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Activação Contrafactual

O pressuposto da normalidade da activação de contrafactuais (Série II—Estudo 1) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 131).

Tabela131

Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 1)

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.370	-0.190	0.205	141	0.000***
	Trajecto excepcional	1.325	1.589	0.254	120	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.888	0.808	0.220	134	0.000***
	Portas destrancadas	0.568	0.364	0.241	127	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	0.619	0.447	0.219	73	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	0.103	-0.740	0.190	68	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.010	0.511	0.236	61	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.561	3.026	0.304	59	0.000***

***$p < .001$.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à ANOVA *two-way*.

ANEXO 16: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a estrutura contrafactual

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Estrutura Contrafactual

O pressuposto da normalidade da estrutura dos contrafactuais gerados foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (Tabela 132).

Tabela 132

Teste do pressuposto da normalidade para a estrutura contrafactual

Estrutura	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Aditiva	1.004	2.398	0.311	239	0.000***
Subtractiva	1.511	3.206	0.336	239	0.000***
Substitutiva	2.379	6.438	0.483	239	0.000***

***$p < .001$.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas à estrutura, fazendo uso do Teste *t*-Student para dados relacionados.

Ainda assim, realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 17).

ANEXO 17: Teste de Wilcoxon para a estrutura contrafactual

(*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Subtractivo - Aditivo	Negative Ranks	143(a)	98,55	14092,00
	Positive Ranks	57(b)	105,40	6008,00
	Ties	39(c)		
	Total	239		
Substitutivo - Aditivo	Negative Ranks	166(d)	90,49	15021,00
	Positive Ranks	14(e)	90,64	1269,00
	Ties	59(f)		
	Total	239		
Substitutivo - Subtractivo	Negative Ranks	92(g)	62,12	5715,00
	Positive Ranks	27(h)	52,78	1425,00
	Ties	120(i)		
	Total	239		

a Subtractivo < Aditivo
b Subtractivo > Aditivo
c Subtractivo = Aditivo
d Substitutivo < Aditivo
e Substitutivo > Aditivo
f Substitutivo = Aditivo
g Substitutivo < Subtractivo
h Substitutivo > Subtractivo
i Substitutivo = Subtractivo

Test Statistics(b)

	Subtractivo - Aditivo	Substitutivo - Aditivo	Substitutivo - Subtractivo
Z	-5,170(a)	-10,353(a)	-6,036(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000

a Based on positive ranks.
b Wilcoxon Signed Ranks Test

ANEXO 18: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais aditivos para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade dos Contrafactuais Aditivos Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos contrafactuais aditivos, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 133).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 133

Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais aditivos para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.587	0.368	0.334	120	0.000^{***}
	Trajecto excepcional	1.476	4.621	0.296	119	0.000^{***}
Prevenção	Portas trancadas	0.603	0.309	0.290	122	0.000^{***}
	Portas destrancadas	1.292	3.596	0.327	117	0.000^{***}
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	0.815	1.109	0.360	62	0.000^{***}
	Rotineiro-Destrancadas	0.379	-0.004	0.303	58	0.000^{***}
	Excepcional-Trancadas	0.561	-0.352	0.239	60	0.000^{***}
	Excepcional-Destrancadas	2.015	6.660	0.360	59	0.000^{***}

$^{***}p < .001$.

ANEXO 19: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a centração contrafactual

Relatório da Avaliação do Pressuposto da Normalidade Para a Centração Contrafactual

A análise do pressuposto da normalidade efectuada para a centração contrafactual através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors revelou que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (Tabela 134).

Tabela 134

Teste do pressuposto da normalidade para a centração contrafactual

Foco	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Vítima	1.024	0.891	0.287	239	.000***
Factores externos	2.410	5.302	0.501	239	.000***

***$p < .001$.

Apesar de a dimensão da amostra permitir confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 20).

ANEXO 20: Teste de Wilcoxon para a centração contrafactual

(*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
FocoExternos - FocoVítima	Negative Ranks	220(a)	113,06	24873,50
	Positive Ranks	4(b)	81,63	326,50
	Ties	15(c)		
	Total	239		

a FocoExternos < FocoVítima
b FocoExternos > FocoVítima
c FocoExternos = FocoVítima

Test Statistics(b)

	FocoExternos - FocoVítima
Z	-12,921(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on positive ranks.
b Wilcoxon Signed Ranks Test

ANEXO 21: Relatório do teste do pressuposto da normalidade da centração na vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade da Centração na Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados na vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 135).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Ainda assim, realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 22).

Tabela 135

Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados na vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.474	-0.626	0.287	120	0.000***
	Trajecto excepcional	1.372	1.596	0.289	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.891	0.471	0.269	122	0.000***
	Portas destrancadas	1.180	1.489	0.308	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	0.422	-0.710	0.304	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	0.606	-0.601	0.267	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.015	0.279	0.248	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.882	4.949	0.346	59	0.000***

***$p < .001$.

ANEXO 22: Teste de Wilcoxon para a centração nos comportamentos preventivos da vítima (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
NãoPreventivo - Preventivo	Negative Ranks	66(a)	86,91	5736,00
	Positive Ranks	127(b)	102,24	12985,00
	Ties	43(c)		
	Total	236		

a NãoPreventivo < Preventivo.
b NãoPreventivo > Preventivo.
c NãoPreventivo = Preventivo.

Test Statistics(b)

	NãoPreventivo - Preventivo
Z	-4,893(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a Based on negative ranks.
b Wilcoxon Signed Ranks Test.

ANEXO 23: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos e não preventivos da vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade dos Contrafactuais Centrados em Comportamentos Preventivos e Não Preventivos da Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos e não preventivos da vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 136 e 137).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 136

Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos preventivos da vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.855	0.537	0.256	117	0.000***
	Trajecto excepcional	1.118	1.637	0.316	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.999	3.587	0.452	119	0.000***
	Portas destrancadas	0.856	2.447	0.370	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.438	1.035	0.423	59	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	0.843	1.553	0.370	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	2.603	6.718	0.480	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	0.570	3.772	0.396	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 137

Teste do pressuposto da normalidade dos contrafactuais centrados em comportamentos não preventivos da vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.605	-0.015	0.269	117	0.000***
	Trajecto excepcional	0.893	1.390	0.290	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.728	0.812	0.304	119	0.000***
	Portas destrancadas	1.287	3.349	0.263	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	0.523	0.097	0.320	59	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	0.883	0.423	0.285	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.177	1.446	0.289	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.771	7.119	0.273	59	0.000***

***$p < .001$.

ANEXO 24: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento dos sentimentos de culpa e de arrependimento da vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade do Julgamento dos Sentimentos de Culpa e de Arrependimento da Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade do julgamento dos sentimentos de culpa e de arrependimento da vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 138 e 139).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 138

Teste do pressuposto da normalidade do julgamento da culpa vivida pela vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-0.377	-0.806	0.174	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.306	-0.955	0.142	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.-360	-1.082	0.153	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.327	-0.563	0.161	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-0.501	-0.840	0.176	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.229	-0.711	0.174	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.226	-1.348	0.184	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.422	-0.307	0.175	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 139

Teste do pressuposto da normalidade do julgamento do arrependimento vivido pela vítima para as várias condições experimentais

Arrependimento		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-0.633	-0.454	0.187	118	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.018	-0.104	0.263	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-0.628	-0.687	0.200	121	0.000***
	Portas destrancadas	-1.086	0.400	0.245	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-0.636	-0.566	0.199	61	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.577	-0.428	0.178	57	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.626	-0.774	0.200	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-1.596	1.672	0.319	59	0.000***

***p < .001.

ANEXO 25: Relatório do teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade das Emoções das Participantes Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade das emoções das participantes, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 140 a 143).

Tabela 140

Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Indiferente)

	Indiferente	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.499	-1.037	0.174	119	0.000***
	Trajecto excepcional	0.545	-1.008	0.221	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.764	-0.691	0.215	122	0.000***
	Portas destrancadas	0.310	-1.174	0.179	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.148	0.318	0.215	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.030	-1.178	0.119	57	0.042*
	Excepcional-Trancadas	0.443	-1.190	0.213	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	0.675	-0.764	0.233	59	0.000***

*p < .05. ***p < .001.

Tabela 141

Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Triste)

	Triste	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-0.706	0.162	0.168	119	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.604	-0.177	0.165	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-0.957	0.576	0.202	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.392	-0.222	0.137	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-0.890	0.469	0.187	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.539	0.082	0.148	57	0.003**
	Excepcional-Trancadas	-1.052	0.870	0.215	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.275	-0.317	0.131	59	0.014*

*p < .05. **p < .01. ***p < .001.

Tabela 142

Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Impressionada)

Impressionada		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-0.813	-0.056	0.196	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.690	-0.285	0.167	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-0.930	0.136	0.211	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.620	-0.310	0.199	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.023	0.382	0.223	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.655	-0.236	0.118	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.857	0.009	0.196	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.579	-0.367	0.207	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 143

Teste do pressuposto da normalidade das emoções das participantes para as várias condições experimentais (Revoltada)

Revoltada		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.127	0.591	0.245	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.650	-0,518	0.208	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.252	1.230	0.243	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.570	-0.792	0.214	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.625	2.301	0.288	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.670	-0.577	0.205	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.827	0.155	0.201	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.492	-0.937	0.222	59	0.000***

***p < .001.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

ANEXO 26: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente à vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade dos Sentimentos das Participantes Relativamente à Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente à vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 144 a 151).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 144

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de solidariedade das participantes relativamente à vítima

	Solidariedade	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.297	0.961	0.328	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.419	2.700	0.245	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.374	1.788	0.301	122	0.000***
	Portas destrancadas	-1.257	1.539	0.275	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.517	1.974	0.326	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.096	0.105	0.328	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.081	1.057	0.279	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-1.316	2.050	0.229	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 145

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de ódio das participantes relativamente à vítima

	Ódio	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	3.849	15.976	0.504	120	0.000***
	Trajecto excepcional	2.560	6.652	0.453	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	2.479	5.924	0.458	122	0.000***
	Portas destrancadas	4.237	21.172	0.500	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	2.826	8.011	0.477	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	5.969	38.495	0.528	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	2.122	3.920	0.439	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	3.254	12.227	0.465	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 146

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de empatia das participantes relativamente à vítima

	Empatia	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-0.584	-0.113	0.172	119	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.580	-0.395	0.146	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-0.830	-0.004	0.181	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.381	-0.259	0.184	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-0.770	-0.008	0.175	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-0.369	-0.070	0.186	57	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.903	0.081	0.185	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.363	-0.413	0.179	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 147

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de raiva das participantes relativamente à vítima

	Raiva	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	1.886	2.182	0.461	119	0.000***
	Trajecto excepcional	1.527	1.334	0.393	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.458	0.895	0.394	122	0.000***
	Portas destrancadas	2.114	3.478	0.457	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.531	0.919	0.424	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	2.436	4.716	0.497	57	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.367	0.899	0.364	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.759	2.194	0.421	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 148

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de repugnância das participantes relativamente à vítima

	Repugnância	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	2.368	4.723	0.453	119	0.000***
	Trajecto excepcional	1.865	2.349	0.402	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.597	1.199	0.384	122	0.000***
	Portas destrancadas	2.867	8.238	0.473	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.750	1.782	0.415	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	3.735	15.944	0.491	57	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.494	0.893	0.350	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	2.393	5.219	0.452	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 149

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de compaixão das participantes relativamente à vítima

	Compaixão	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.323	2.107	0.223	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.361	9.098	0.225	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.439	2.230	0.230	122	0.000***
	Portas destrancadas	-1.227	1.930	0.219	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.092	0.876	0.235	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.428	2.540	0.225	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.492	2.116	0.239	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.746	-0.291	0.214	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 150

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de desprezo das participantes relativamente à vítima

	Desprezo	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	2.946	7.086	0.520	120	0.000***
	Trajecto excepcional	2.350	4.770	0.441	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	2.078	3.383	0.448	122	0.000***
	Portas destrancadas	3.616	12.361	0.515	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	2.702	5.828	0.510	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	3.357	9.807	0.528	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.480	0.938	0.380	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	3.762	15.671	0.507	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 151

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento global das participantes relativamente à vítima

	Sentimento global	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	0.567	-0.663	0.199	116	0.000***
	Trajecto excepcional	0.816	0.075	0.228	118	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	0.841	-0.004	0.222	120	0.000***
	Portas destrancadas	0.599	-0.263	0.203	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	0.855	0.209	0.213	61	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	0.278	-1.128	0.195	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	0.749	-0.331	0.234	59	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	0.909	0.640	0.220	59	0.000***

***p < .001.

ANEXO 27: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente ao agressor para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade dos Sentimentos das Participantes Relativamente ao Agressor Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos sentimentos das participantes relativamente ao agressor, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 152 a 159).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 152

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de solidariedade das participantes relativamente ao agressor

	Solidariedade	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	9.208	92.550	0.513	120	0.000***
	Trajecto excepcional	3.537	13.571	0.490	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	3.637	13.846	0.489	122	0.000***
	Portas destrancadas	4.984	26.910	0.536	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	7.309	55.417	0.517	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	4.156	15.821	0.540	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	2.445	5.827	0.442	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	5.069	27.119	0.535	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 153

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de ódio das participantes relativamente ao agressor

	Ódio	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-2.321	5.519	0.359	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.880	2.773	0.338	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.057	3.729	0.341	122	0.000***
	Portas destrancadas	-2.141	4.267	0.355	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.949	3.408	0.393	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.998	3.337	0.339	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.531	1.185	0.310	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-2.272	5.569	0.371	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 154

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de empatia das participantes relativamente ao agressor

	Empatia	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	4.573	21.569	0.503	119	0.000***
	Trajecto excepcional	2.293	4.632	0.435	118	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	2.941	8.638	0.444	121	0.000***
	Portas destrancadas	3.264	10.403	0.502	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	4.483	20.118	0.503	61	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	4.714	25.001	0.504	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	2.101	4.205	0.376	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	2.577	5.788	0.496	58	0.000***

***p < .001.

Tabela 155

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de raiva das participantes relativamente ao agressor

	Raiva	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-2.211	5.310	0.373	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-2.232	5.159	0.333	118	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.137	4.479	0.322	121	0.000***
	Portas destrancadas	-2.251	5.872	0.387	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-2.246	5.606	0.388	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-2.116	4.748	0.359	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.770	2.472	0.261	59	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-1.776	2.195	0.422	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 156

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de repugnância das participantes relativamente ao agressor

	Repugnância	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-2.953	9.405	0.453	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-2.082	3.563	0.391	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.115	3.732	0.390	122	0.000***
	Portas destrancadas	-2.927	9.176	0.456	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-2.511	5.417	0.482	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-2.548	6.213	0.433	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.370	0.599	0.304	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-2.513	5.324	0.487	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 157

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de compaixão das participantes relativamente ao agressor

	Compaixão	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	4.751	26.109	0.506	119	0.000***
	Trajecto excepcional	2.511	5.590	0.409	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	2.360	4.887	0.407	122	0.000***
	Portas destrancadas	6.145	43.673	0.505	116	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	3.520	13.511	0.501	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	3.457	10.311	0.537	57	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.749	2.002	0.301	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	4.704	24.233	0.503	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 158

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento de desprezo das participantes relativamente ao agressor

	Desprezo	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-2.348	5.043	0.399	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.925	3.590	0.376	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.777	2.570	0.366	122	0.000***
	Portas destrancadas	-2.853	8.944	0.406	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-2.077	3.699	0.422	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-2.728	7.318	0.373	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.557	2.011	0.307	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-2.079	3.263	0.449	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 159

Teste do pressuposto da normalidade do sentimento global das participantes relativamente ao agressor

	Sentimento global	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-3.847	20.013	0.454	118	0.000***
	Trajecto excepcional	-2.340	6.538	0.390	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.300	6.163	0.384	122	0.000***
	Portas destrancadas	-4.057	23.006	0.462	115	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-2.846	9.563	0.473	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-3.996	20.093	0.440	56	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.741	3.283	0.295	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-2.405	5.285	0.494	59	0.000***

***p < .001.

ANEXO 28: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para os danos sofridos pela vítima

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para os Danos Sofridos Pela Vítima

A análise do pressuposto da normalidade através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors efectuada para os danos atribuídos à vítima revelou que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (Tabela 160).

Tabela 160

Teste do pressuposto da normalidade dos danos atribuídos à vítima

Danos	Características	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Físicos	Gravidade	-1.085	0.930	0.278	230	0.000^{***}
	Persistência	-1.587	2.178	0.339	230	0.000^{***}
Psíquicos	Gravidade	-2.677	8.833	0.473	228	0.000^{***}
	Persistência	-2.389	6.271	0.481	228	0.000^{***}

$^{***}p < .001$.

Apesar de a dimensão da amostra permitir confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 29).

ANEXO 29: Teste de Wilcoxon para os danos sofridos pela vítima

(*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
PersistênciaF - GravidadeF	Negative Ranks	37(a)	54,35	2011,00
	Positive Ranks	57(b)	43,05	2454,00
	Ties	136(c)		
	Total	230		
PersistênciaP - GravidadeP	Negative Ranks	18(d)	19,17	345,00
	Positive Ranks	22(e)	21,59	475,00
	Ties	188(f)		
	Total	228		
GravidadeP - GravidadeF	Negative Ranks	15(g)	49,13	737,00
	Positive Ranks	93(h)	55,37	5149,00
	Ties	118(i)		
	Total	226		
PersistênciaP - PersistênciaF	Negative Ranks	11(j)	26,50	291,50
	Positive Ranks	71(k)	43,82	3111,50
	Ties	144(l)		
	Total	226		

a PersistênciaF < GravidadeF
b PersistênciaF > GravidadeF
c PersistênciaF = GravidadeF
d PersistênciaP < GravidadeP
e PersistênciaP > GravidadeP
f PersistênciaP = GravidadeP
g GravidadeP < GravidadeF
h GravidadeP > GravidadeF
i GravidadeP = GravidadeF
j PersistênciaP < PersistênciaF
k PersistênciaP > PersistênciaF
l PersistênciaP = PersistênciaF

Test Statistics(b)

	PersistênciaF GravidadeF	PersistênciaP GravidadeP	GravidadeP GravidadeF	PersistênciaP PersistênciaF
Z	-,880(a)	-,954(a)	-7,073(a)	-6,742(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,379	,340	,000	,000

a Based on negative ranks.
b Wilcoxon Signed Ranks Test

ANEXO 30: Relatório do teste do pressuposto da normalidade dos danos sofridos pela vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade dos Danos Sofridos Pela Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade dos danos atribuídos à vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 161 a 164).

Tabela 161

Teste do pressuposto da normalidade da gravidade dos danos físicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.295	1.298	0.357	117	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.810	0.420	0.229	113	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.138	0.775	0.310	117	0.000***
	Portas destrancadas	-1.054	1.282	0.245	113	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.429	1.589	0.379	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.194	1.287	0.331	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.764	-0.018	0.237	55	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.899	1.171	0.266	58	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 162

Teste do pressuposto da normalidade da persistência dos danos físicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-2.015	3.818	0.397	117	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.289	1.372	0.277	113	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.489	1.995	0.339	117	0.000***
	Portas destrancadas	-1.720	2.564	0.338	113	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.965	3.492	0.417	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-2.103	4.45	0.373	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.151	1.325	0.248	55	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-1.475	1.681	0.302	58	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 163

Teste do pressuposto da normalidade da gravidade dos danos psíquicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-3.458	14.617	0.490	117	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.775	2.190	0.457	111	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.943	2.835	0.469	114	0.000***
	Portas destrancadas	-3.230	12.998	0.479	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-2.490	5.753	0.497	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-3.489	13.698	0.492	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.528	1.236	0.431	52	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-2.070	3.658	0.478	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 164

Teste do pressuposto da normalidade da persistência dos danos psíquicos atribuídos à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-3.176	12.584	0.496	117	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.802	2.442	0.464	111	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.630	8.219	0.478	114	0.000***
	Portas destrancadas	-2.099	3.769	0.485	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-3.684	16.816	0.494	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-2.374	5.304	0.499	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.725	2.212	0.455	52	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-1.924	3.022	0.470	59	0.000***

***p < .001.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

ANEXO 31: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento da vítima para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade do Julgamento da Vítima Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade do julgamento da vítima, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 165 a 169).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 165

Teste do pressuposto da normalidade do azar atribuído à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.701	3.548	0.296	117	0.000***
	Trajecto excepcional	-1.114	1.759	0.213	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-1.694	3.699	0.238	122	0.000***
	Portas destrancadas	-0.799	-0.477	0.271	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-1.818	4.013	0.256	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.212	0.273	0.344	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.609	3.846	0.233	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.524	-0.670	0.201	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 166

Teste do pressuposto da normalidade do consentimento atribuído à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	2.607	6.654	0.438	116	0.000***
	Trajecto excepcional	2.262	4.499	0.385	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	2.071	3.561	0.395	121	0.000***
	Portas destrancadas	2.863	8.139	0.428	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	2.869	9.216	0.414	61	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	2.430	5.277	0.466	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.587	1.146	0.373	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	3.537	13.880	0.393	59	0.000***

***$p < .001$.

Tabela 167

Teste do pressuposto da normalidade da precipitação da situação atribuída à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	1.587	1.830	0.337	116	0.000***
	Trajecto excepcional	1.376	0.971	0.287	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.417	1.163	0.298	121	0.000***
	Portas destrancadas	1.451	1.039	0.328	114	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.466	1.390	0.325	61	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	1.648	1.861	0.351	55	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.406	1.140	0.269	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.321	0.610	0.305	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 168

Teste do pressuposto da normalidade da responsabilidade atribuída à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	2.033	4.857	0.312	120	0.000***
	Trajecto excepcional	1.006	-0.265	0.278	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.509	1.266	0.343	122	0.000***
	Portas destrancadas	1.368	1,516	0.254	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	1.937	3.520	0.345	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	2.107	5.771	0.274	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.199	0.118	0.342	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	0.874	-0.439	0.248	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 169

Teste do pressuposto da normalidade da culpa atribuída à vítima para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	2.437	5.712	0.378	120	0.000***
	Trajecto excepcional	1.499	1.339	0.315	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	1.942	3.201	0.326	122	0.000***
	Portas destrancadas	1.819	2.428	0.368	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	2.358	5.768	0.341	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	2.599	6.376	0.416	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	1.643	1.862	0.311	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	1.312	0.575	0.318	59	0.000***

***p < .001.

ANEXO 32: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para as atribuições de culpa e de responsabilidade à vítima e ao agressor

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para as Atribuições de Culpa e de Responsabilidade à Vítima e ao Agressor

O pressuposto da normalidade das atribuições de culpa e de responsabilidade à vítima e ao agressor foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (tabelas 170 e 171).

Tabela 170

Teste do pressuposto da normalidade para a responsabilidade atribuída à vítima e ao agressor

Responsabilidade	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Vítima	1.497	1.632	0.304	295	0.000***
Agressor	-2.904	8.312	0.457	295	0.000***

***p < .001.

Tabela 171

Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor

Culpa	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Vítima	1.981	3.324	0.355	295	0.000***
Agressor	-4.355	23.274	0.457	295	0.000***

***p < .001.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas à estrutura, fazendo uso do Teste *t*-Student para dados relacionados.

Ainda assim, realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 33).

ANEXO 33: Teste de Wilcoxon para as atribuições de culpa e de responsabilidade à vítima e ao agressor (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
CulpaX - CulpaY	Negative Ranks	228(a)	119,78	27309,50
	Positive Ranks	7(b)	60,07	420,50
	Ties	4(c)		
	Total	239		

a CulpaX < CulpaY. b CulpaX > CulpaY. c CulpaX = CulpaY.

Test Statistics(b)

	CulpaX - CulpaY
Z	-13,249(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (1-tailed)	,000
Point Probability	,000

a Based on positive ranks. b Wilcoxon Signed Ranks Test.

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
ResponsabilidadeX - ResponsabilidadeY	Negative Ranks	234(a)	120,32	28154,00
	Positive Ranks	3(b)	16,33	49,00
	Ties	2(c)		
	Total	239		

a ResponsabilidadeX < ResponsabilidadeY. b ResponsabilidadeX > ResponsabilidadeY.
c ResponsabilidadeX = ResponsabilidadeY.

Test Statistics(b)

	ResponsabilidadeX - ResponsabilidadeY
Z	-13,504(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (2-tailed)	,000
Exact Sig. (1-tailed)	,000
Point Probability	,000

a Based on positive ranks. b Wilcoxon Signed Ranks Test.

ANEXO 34: Relatório do teste do pressuposto da normalidade do julgamento do agressor para as várias condições experimentais

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade do Julgamento do Agressor Para as Várias Condições Experimentais

A análise do pressuposto da normalidade do julgamento do agressor, efectuada através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, revelou que as variáveis não apresentavam distribuição normal em nenhum dos grupos (tabelas 172 a 174).

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), prosseguimos com a estatística paramétrica.

Tabela 172

Teste do pressuposto da normalidade da premeditação atribuída ao agressor para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-1.140	0.925	0,249	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-0.854	-0,095	0.189	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-0,846	0.173	0,177	122	0.000***
	Portas destrancadas	-1.191	0.632	0.238	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-0.958	0.915	0.201	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-1.340	1.144	0.300	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-0.677	-0.376	0.186	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-0.990	0.039	0.253	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 173

Teste do pressuposto da normalidade da responsabilidade atribuída ao agressor para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-3.227	10.095	0.475	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-2.499	6.236	0.419	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-2.423	5.081	0.452	122	0.000***
	Portas destrancadas	-3.349	11.783	0.442	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-3.411	10.928	0.509	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-3.149	10.325	0.437	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-1.778	2.248	0.388	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-3.678	14.960	0.446	59	0.000***

***p < .001.

Tabela 174

Teste do pressuposto da normalidade da culpa atribuída ao agressor para as várias condições experimentais

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Normalidade	Trajecto rotineiro	-5.355	32.015	0.476	120	0.000***
	Trajecto excepcional	-2.883	9.748	0.415	119	0.000***
Prevenção	Portas trancadas	-3.334	13.503	0.429	122	0.000***
	Portas destrancadas	-5.118	30.867	0.462	117	0.000***
Normalidade × Prevenção	Rotineiro-Trancadas	-4.957	28.090	0.483	62	0.000***
	Rotineiro-Destrancadas	-6.020	40.802	0.467	58	0.000***
	Excepcional-Trancadas	-2.147	4.820	0.369	60	0.000***
	Excepcional-Destrancadas	-4.229	22.130	0.456	59	0.000***

***$p < .001$.

ANEXO 35: Questionário sobre as normas associadas ao conteúdo “trancar as portas do carro”

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

- Começo por lhe solicitar que leia, atentamente, o caso que a seguir lhe apresento.*

CASO

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

*Trata-se de um caso fictício. De modo a evitar uma semelhança casual com o nome de alguém por si conhecido, os respectivos protagonistas são designados por Xxxx (a jovem) e por Yyyy (o agressor).

- Responda, agora, às seguintes questões, colocando um círculo em torno do algarismo que corresponder à sua opinião.

1. Acha que a jovem costuma trancar a porta do carro quando conduz?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nunca										Sempre

2. Pense nos portugueses em geral. Acha que eles costumam trancar a porta do carro quando conduzem?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nunca										Sempre

3. E quanto a si, ao conduzir costuma trancar a porta do seu carro?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nunca										Sempre

☐ Não conduzo, logo, não posso responder.

4. Considera que devíamos trancar a porta do nosso carro quando conduzimos?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nunca										Sempre

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 36: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para as normas associadas ao conteúdo “trancar as portas do carro”

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para as Normas Associadas ao Conteúdo "Trancar As Portas Do Carro"

A análise do pressuposto da normalidade para os vários tipos de normas potencialmente associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro" foi feita através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, o qual revelou que nenhuma das variáveis apresentava distribuição normal (Tabela 175).

Tabela 175

Teste do pressuposto da normalidade para as normas associadas ao conteúdo "trancar as portas do carro"

Normas	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Norma intrapessoal (vítima)	0.538	0.548	0.152	59	0.002**
Norma intragrupal	0.283	-0.809	0.183	59	0.000***
Norma intrapessoal (participantes)	-0.693	-1.076	0.216	53	0.000***
Norma prescritiva-preventiva	-1.844	2.775	0.394	59	0.000***

**p < .01. ***p < .001.

Ainda que a dimensão da amostra nos permitisse confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade (e.g., Maroco, 2007), realizou-se o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões (Anexo 37).

ANEXO 37: Teste de Wilcoxon para as normas associadas ao conteúdo “trancar as portas do carro” (*Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)

NPar Tests

Wilcoxon Signed Ranks Test

Ranks

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Portugueses - Jovem	Negative Ranks	15(a)	26,73	401,00
	Positive Ranks	39(b)	27,79	1084,00
	Ties	5(c)		
	Total	59		
Próprio - Jovem	Negative Ranks	5(d)	9,10	45,50
	Positive Ranks	42(e)	25,77	1082,50
	Ties	6(f)		
	Total	53		
Dever - Jovem	Negative Ranks	0(g)	,00	,00
	Positive Ranks	58(h)	29,50	1711,00
	Ties	1(i)		
	Total	59		
Próprio - Portugueses	Negative Ranks	8(j)	12,75	102,00
	Positive Ranks	43(k)	28,47	1224,00
	Ties	2(l)		
	Total	53		
Dever - Portugueses	Negative Ranks	1(m)	1,00	1,00
	Positive Ranks	58(n)	30,50	1769,00
	Ties	0(o)		
	Total	59		
Dever - Próprio	Negative Ranks	2(p)	15,75	31,50
	Positive Ranks	32(q)	17,61	563,50
	Ties	19(r)		
	Total	53		

a Portugueses < Jovem. b Portugueses > Jovem. c Portugueses = Jovem. d Próprio < Jovem.
e Próprio > Jovem. f Próprio = Jovem. g Dever < Jovem. h Dever > Jovem. i Dever = Jovem.
j Próprio < Portugueses. k Próprio > Portugueses. l Próprio = Portugueses. m Dever < Portugueses.
n Dever > Portugueses. o Dever = Portugueses. p Dever < Próprio. q Dever > Próprio.
r Dever = Próprio.

Test Statistics(b)

	Portugueses Jovem	Próprio Jovem	Dever Jovem	Próprio Portugueses	Dever Portugueses	Dever Próprio
Z	-2,982(a)	-5,499(a)	-6,646(a)	-5,278(a)	-6,689(a)	-4,567(a)
Asymp. Sig. (2-tailed)	,003	,000	,000	,000	,000	,000

a Based on negative ranks. b Wilcoxon Signed Ranks Test.

ANEXO 38: Versões do caso utilizado (Série II—Estudo 3)[129]

[129]O negrito é utilizado no presente documento como forma de salientar a informação que serviu a manipulação das variáveis independentes, não se tendo feito uso do mesmo no texto entregue às participantes.

CASO: A vítima costumava e trancou as portas do carro

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Como é seu hábito, conduzia com as portas trancadas**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo, partiu-lhe os vidros**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: A vítima costumava mas não trancou as portas do carro

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Contrariamente àquilo que é seu hábito, conduzia com as portas destrancadas**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **entrou, abruptamente, no seu carro.** Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: A vítima não costumava mas trancou as portas do carro

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Contrariamente àquilo que é seu hábito, conduzia com as portas trancadas**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo, partiu-lhe os vidros**. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: A vítima não costumava e não trancou as portas do carro

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Como é seu hábito, conduzia com as portas destrancadas**. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que **entrou, abruptamente, no seu carro.** Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

ANEXO 39: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série II—Estudo 3)

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Activação Contrafactual

O pressuposto da normalidade da activação de contrafactuais (Série II—Estudo 3) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, tendo-se concluído que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 176).

Tabela 176

Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série II—Estudo 3)

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Norma	Costumava trancar as portas	-0.233	-0.703	0.232	35	0.000***
	Não costumava trancar as portas	1.076	1.290	0.399	38	0.000***
Comportamento	Trancou as portas	0.248	-0.584	0.248	35	0.000***
	Não trancou as portas	0.816	-0.733	0.341	38	0.000***
Norma × Comportamento	Costumava-Trancou	-0.227	-1.078	0.270	16	0.003**
	Não costumava-Trancou	0.882	0.890	0.365	19	0.000***
	Costumava-Não trancou	0.204	-1.412	0.234	19	0.007**
	Não costumava-Não trancou	1.766	2.540	0.443	16	0.000***

**$p < .01$. ***$p < .001$.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas ao número de pensamentos contrafactuais (ANOVA *two-way*).

ANEXO 40: Versões do caso utilizado (Série III—Estudo 1)[130]

[130]O negrito é utilizado no presente documento como forma de salientar a informação que serviu a manipulação das variáveis independentes, não se tendo feito uso do mesmo no texto entregue às participantes.

CASO: Acção

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Omissão

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, **Xxxx, após o seu dia de trabalho, pensou em faltar as aulas mas acabou por ir**. Regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

ANEXO 41: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série III—Estudo 1)

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Activação Contrafactual (Série III—Estudo 1)

O pressuposto da normalidade da activação de contrafactuais (Série III—Estudo 1) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors para as várias condições experimentais, tendo-se concluído que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 177).

Tabela 177

Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 1)

Condições experimentais	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Acção	0.152	-0.056	0.182	36	0.004**
Omissão	0.661	-1.151	0.233	39	0.000***

**p < .01. ***p < .001.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas ao número de pensamentos contrafactuais (ANOVA *one-way*).

ANEXO 42: Versões do caso utilizado (Série III—Estudo 2)[131]

[131]O negrito é utilizado no presente documento como forma de salientar a informação que serviu a manipulação das variáveis independentes, não se tendo feito uso do mesmo no texto entregue às participantes.

CASO: Condição "recente"

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho, **a cerca de 5 minutos da sua rua**, quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Condição “remota”

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho, **a cerca de 35 minutos da sua rua**, quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

ANEXO 43: Relatório da verificação da manipulação da proximidade

Relatório da Verificação da Manipulação da Proximidade

Método

Participantes

A verificação da manipulação da proximidade foi conduzida junto de 56 elementos da população abordada[132], os quais apresentavam uma média etária que rondava os 24 anos (*M*=23.89, *DP*=5.246; *Min*=19, *Máx*=45).[133]

A sua distribuição pelas duas condições experimentais (recente *versus* remota) foi feita de forma aleatória, com base num esquema entre-sujeitos (*between subjects*).

Material e Procedimento

Foi distribuído um bloco constituído por três folhas A_4. Após a primeira, dedicada a uma breve introdução, o cenário constava na segunda. Este manteve os moldes do que vinha sendo adoptado, tendo sido acrescentada informação quanto à duração do trajecto faculdade-casa (1 hora) e quanto à distância temporal a que a vítima se encontraria da chegada quando fora atacada ("condição recente": 5 minutos *versus* "condição remota": 35 minutos).

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto, o qual dura à volta de 1 hora. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho, **[Condição "<u>recente</u>":** a cerca de 5 minutos da sua rua; **Condição "<u>remota</u>":** a cerca de 35 minutos da sua rua**]**, quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

[132]Da amostra inicial (*N*=63) foram excluídas 7 participantes: 1 por ter afirmado já haver sido vítima de violação, 4 por terem registado conhecer quem já o tivesse vivenciado e 2 por não terem pretendido responder a estas questões.

[133]Consultar "Sobre a população em estudo" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Após a sua leitura, as participantes graduaram o quão próxima de casa julgavam estar a vítima no momento do crime ("*Em sua opinião, no momento do crime a jovem encontrava-se:*"), com base numa escala de sete pontos ancorada em 1 (*Muitíssimo próxima*) e 7 (*Muitíssimo afastada*).

No final, foram-lhes solicitados os seguintes dados sócio-demográficos—sexo, idade, ano de frequência universitária, situação laboral, vivência própria de violação e conhecimento de alguém que tivesse sido vítima deste crime—, tendo-se reiterado o anonimato e a confidencialidade das respostas.

A realização das tarefas ocupou, sensivelmente, 7 minutos, após os quais se procedeu ao respectivo *debriefing*.[134]

Resultados e Discussão

Todas as participantes entregaram o bloco devidamente preenchido.

Posteriormente, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, tendo-se adoptado um nível de confiança (α) de 95%.

O pressuposto da homogeneidade de variâncias foi validado com o Teste de Levene, $F(1, 54) = 1.460$; $p = .232$).

A análise do pressuposto da normalidade foi feita através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, o qual revelou que a variável dependente não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 178).

Tabela 178

Análise da normalidade da distribuição da Variável proximidade

Condições experimentais	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Recente	.070	-1.096	.215	26	0.003**
Remota	-.551	-1.313	.312	30	0.000***

**p < .01. ***p < .001.

[134]Para uma informação mais detalhada que aquela apresentada consultar "Sobre o procedimento adoptado" em "Nota geral sobre algumas opções e regularidades metodológicas".

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias.

Como esperado, as participantes da Condição recente consideraram que, no momento do crime, a vítima se encontrava muito próxima de casa (M = 2.31; DP = 1.011; Min = 1, $Máx$ = 4; N = 26), enquanto que as da Condição remota manifestaram que esta se encontraria muito afastada (M = 6.27; DP = .828; Min = 5, $Máx$ = 7; N = 26), diferença que a ANOVA *oneway* revelou como estatisticamente significativa—$F(1, 54) = 259.634$; $p = .000$; $MSE = 218.309$; $\eta^2_p = .828$; potência = 1.000—, validando a manipulação operada.

ANEXO 44: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série III—Estudo 2)

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Activação Contrafactual (Série III—Estudo 2)

O pressuposto da normalidade da activação de contrafactuais (Série III—Estudo 2) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos (Tabela 179).

Tabela 179

Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série III—Estudo 2)

Condições experimentais		*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Proximidade	Recente	0.020	-1.347	0.157	71	0.000***
	Remota	0.382	-0.926	0.153	71	0.000***
Listagem	Dirigida	0.124	0.152	0.167	72	0.000***
	Livre	1.137	0.518	0.257	70	0.000***
Proximidade × Listagem	Recente-Dirigida	-0.779	0.432	0.222	36	0.000***
	Recente-Livre	1.106	0.415	0.257	35	0.000***
	Remota-Dirigida	0.255	-0.927	0.196	36	0.011*
	Remota-Livre	1.177	0.728	0.255	35	0.000***

*p < .05. ***p < .001.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas ao número de pensamentos contrafactuais (ANOVA *two-way*).

ANEXO 45: Versões do caso utilizado (Série IV—Estudo 1)[135]

[135]O negrito é utilizado no presente documento como forma de salientar a informação que serviu a manipulação das variáveis independentes, não se tendo feito uso do mesmo no texto entregue às participantes.

CASO: Avaria do comando central de portas

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. **Contrariamente àquilo que é seu hábito, conduzia com as portas destrancadas pois o comando central tinha-se avariado nesse mesmo dia.** Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Ausência de outrem

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, **mas naquele momento não se encontrava ninguém por perto e o carro patrulha da zona havia sido chamado a intervir noutro local**. Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

CASO: Falha geral de energia

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, pelo caminho do costume. Encontrava-se parada num sinal vermelho **quando ocorreu uma falha geral de energia e ficou tudo às escuras**. Neste instante, foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que tentou entrar, abruptamente, no seu carro e, não o conseguindo por as portas se encontrarem trancadas, partiu-lhe os vidros. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço, ao mesmo tempo que destrancou a porta. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

ANEXO 46: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para a activação contrafactual (Série IV—Estudo 1)

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para a Activação Contrafactual (Série IV—Estudo 1)

O pressuposto da normalidade da activação de contrafactuais (Série IV—Estudo 1) foi analisado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, tendo-se concluído que a variável não apresentava distribuição normal em nenhum dos grupos experimentais (Tabela 180).

Tabela 180

Teste do pressuposto da normalidade para o número de contrafactuais (Série IV—Estudo 1)

Condições experimentais	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Avaria do comando	0.727	-0.153	0.255	40	0.000***
Ausência doutrem	1.186	1.019	0.250	40	0.000***
Falha de energia	0.618	0.253	0.244	38	0.000***

***$p < .001$.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas ao número de pensamentos contrafactuais (ANOVA *one-way*).

ANEXO 47: Questionário para a avaliação do grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma investigação que versa sobre a opinião pública acerca dos vários tipos de crimes.

Ser-lhe-á apresentada a descrição de uma violação cometida contra uma jovem seguida de algumas questões.

Deverá responder usando da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que a sua opinião será mantida em total anonimato e confidencialidade.

AGRADEÇO, DESDE JÁ, A SUA COLABORAÇÃO!

- Começo por lhe solicitar que leia, atentamente, o caso que a seguir lhe apresento*.

Xxxx é uma jovem estudante universitária. Para poder pagar os seus estudos trabalha, durante o dia, enquanto operadora de um *call center* e frequenta as aulas em regime nocturno, as quais terminam por volta das 23h. Tanto o emprego como a faculdade se situam na zona da Grande Lisboa. Xxxx possui viatura própria para mais facilmente se poder deslocar e cumprir os seus horários e, quando as aulas terminam, costuma ir directa para casa, adoptando sempre o mesmo trajecto. No passado dia 21 de Fevereiro, regressava a casa, após as aulas, no seu automóvel, por um caminho diferente do costume para mudar de "paisagem" e, assim, poder desanuviar um pouco. Encontrava-se parada num sinal vermelho quando foi surpreendida por Yyyy, um desconhecido que entrou, abruptamente, no seu carro. Ao dar-se conta, Xxxx tentou fugir mas ele agarrou-a com brusquidão, por detrás, pelo pescoço. Xxxx reagiu gritando fortemente e batendo-lhe, mas Yyyy tapou-lhe a boca com a mão, arrastou-a para uma pequena sebe perto e violou-a à força, tendo-a, posteriormente, ali abandonado, e colocando-se, rapidamente, em fuga.

---

*Trata-se de um caso fictício. De modo a evitar uma semelhança casual com o nome de alguém por si conhecido, os respectivos protagonistas são designados por Xxxx (a jovem) e por Yyyy (o agressor).

A seguir são-lhe apresentadas várias acções que, caso a jovem tivesse adoptado, teriam evitado o crime. Diga, por favor, em que medida considera cada uma delas controlável por parte da jovem, ou seja, assinale em que medida considera que cada uma delas dependeu da vontade/decisão da jovem. **(Coloque um círculo em torno do número que melhor corresponda à sua opinião.)**

- A jovem regressar a casa pelo trajecto habitual.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem não frequentar a faculdade.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem usar outro meio de transporte em vez de se deslocar de automóvel.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem ter aprendido uma técnica de defesa pessoal.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem trancar as portas do carro.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem reagir no momento do crime, por exemplo, gritando.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem não frequentar o regime nocturno.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem não se deslocar para casa sozinha.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem estar atenta ao que se passava à sua volta enquanto conduzia.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem ter fugido.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem ter faltado às aulas.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem possuir uma arma ou instrumento de defesa.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

- A jovem ter passado o sinal vermelho.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada controlável										Totalmente controlável

Antes de terminar gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei:

Sexo: ☐ Feminino

☐ Masculino

Idade: _____ anos

Habilitações literárias: _____

Trabalha? ☐ SIM – Qual a sua profissão? _____

☐ NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO PRETENDO RESPONDER

MUITO OBRIGADA!

ANEXO 48: Relatório do teste do pressuposto da normalidade para o grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima

Relatório do Teste do Pressuposto da Normalidade Para o Grau de Controlabilidade Atribuída aos Antecedentes Centrados na Vítima

A análise do pressuposto da normalidade foi feita através do teste de Kolmogorov-Smirnov com correcção de Lillefors, o qual revelou que apenas o grau de controlabilidade associado ao conteúdo "sozinha" apresentava distribuição normal (Tabela 181).

Tabela 181

Teste do pressuposto da normalidade para a controlabilidade percebida (SV—E1)

Antecedentes	*Enviesamento (Skeweness)*	*Achatamento (Kurtosis)*	*K-S*	*g.l.*	*p*
Porta	-3.383	15.486	0.286	59	0.000***
Transporte	-0.585	-0.476	0.148	59	0.003**
Técnica de defesa	-0.312	-0.683	0.170	59	0.014*
Faculdade	-0.130	-1-192	0.152	59	0.002**
Sozinha	-0.097	-0.844	0.103	59	0.191
Arma	-0.129	-1.272	0.144	59	0.004**
Trajecto	0.236	-1.122	0.120	59	0.034*
Regime	-0.211	-0.611	0.188	59	0.000***
Atenção	0.306	-1.316	0.191	59	0.000***
Reacção	0.335	-0.596	0.119	59	0.038*
Fuga	2.015	3.126	0.394	59	0.000***

*$p < .05$. **$p < .01$. ***$p < .001$.

Tendo em conta que a dimensão das amostras nos permitia confiar na robustez dos testes paramétricos à violação do pressuposto da normalidade, nomeadamente como consequência do Teorema do Limite Central (e.g., Maroco, 2007), recorremos à estatística paramétrica para a comparação das médias relativas ao grau de gravidade dos antecedentes em estudo (Teste *t*-Student para amostras emparelhadas).

Ainda assim, realizámos o teste não paramétrico equivalente (Wilcoxon), o qual nos conduziu às mesmas conclusões. Dada a extensão dos resultados, optou-se por disponibilizá-los, para eventual consulta, em CD-ROM (Anexo 46).

ANEXO 49: Teste de Wilcoxon para o grau de controlabilidade atribuído aos antecedentes centrados na vítima

(CD-ROM: *Output* SPSS Inc, v. 15, Chicago, IL)